

Arqueologia & História

volume nº 60-61 | 2008-2009

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



*Materials para
um Livro Branco
da Arqueologia
Portuguesa*





Arqueologia & História

Índice

7. Editorial

Dossier

Materiais para um Livro Branco da Arqueologia Portuguesa

9 A legislação do património arqueológico e sua evolução | *José Casalta Nabais*

19. A arqueologia Portuguesa nas últimas décadas em Portugal | *Jacinta Bugalhão*

45. 20 anos de arqueologia e museus | *Virgílio Hipólito Correia*

53. Considerações várias acerca das crises de memória dos nossos governantes no que respeita à dignidade dos museus nacionais - mormente do Museu Nacional de Arqueologia | *José Cardim Ribeiro*

61. A arqueologia no Museu Geológico (LNEG): situação, missão e perspectivas | *Miguel Magalhães Ramalho*

65. Arqueologia Urbana e Poder Autárquico | *Francisco de Sande Lemos*

Artigos

73. A Ocupação do Pleistocénico Médio e Superior da Ribeira da Atalaia (Médio Tejo, Portugal Central) | *Luiz Oosterbeek, Pierluigi Rosina, Sara Cura, Stefano Grimaldi, José Gomes*

89. Lisboa pré-histórica: novas informações, à luz de antigos documentos | *João Luís Cardoso*

119. Castelo Belinho (Portimão, Algarve) - a mais antiga aldeia do Sudoeste Peninsular (V milénio A.C.) | *Mário Varela Gomes*

143. Fragmento de estela epigrafada, da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, procedente de Sabóia (Odemira, Beja, Portugal) | *Mário Varela Gomes*

149. Uma primeira leitura sobre a ocupação pré-histórica do sítio Monte da Barrada II (Alfundão, Ferreira do Alentejo) | *César Neves*

163. Os "copos canelados" vistos desde o século XXI: características, distribuição e novas perspectivas de estudo | *Gonçalo Amaro*

179. A faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas | *Tânia Manuel Casimiro*

195. Análise das principais anomalias construtivas existentes no Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima - Mafra. Subsídios para uma intervenção de reabilitação | *Luís Corredoura*

213. Brasil. Os primórdios | *António Vermelho do Corral*

Relatórios

229. Relatório de Actividades da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses 2008

233. Relatório de Actividades da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses 2009

Editorial

José Morais Amaid
Presidente da Direcção

Nos últimos 15 anos verificou-se um crescimento exponencial da actividade arqueológica em Portugal, em grande parte resultante da criação, em 1997, do Instituto Português de Arqueologia, entretanto extinto, o qual promoveu a aplicação sistemática da legislação comunitária sobre minimização de impactos de grandes empreendimentos públicos e privados. Daí resultou o maior programa de intervenção arqueológica jamais realizado em Portugal, numa primeira fase na área directamente afectada pela barragem do Alqueva, e mais recentemente, na área abrangida pelo plano de rega do Alentejo, ainda em curso, bem como um melhor conhecimento do subsolo do núcleo antigo da maior parte das cidades do país, e de outras zonas até há pouco muito mal conhecidas do ponto de vista arqueológico. Este súbito crescimento da actividade veio alterar profundamente as circunstâncias em que esta se processava desde há mais de um século, com aspectos sem dúvida muito positivos, como um conhecimento mais aprofundado do povoamento do território, a melhor preparação teórica e prática dos arqueólogos, e a sua gradual profissionalização, mas também com outros, de natureza menos positiva, e até perversa para o futuro da Arqueologia em Portugal, como seja a precariedade da maior parte dos postos de trabalho criados, e a imensa acumulação de materiais arqueológicos não publicados, não conservados nem estudados e nem sequer depositados em estruturas museológicas estáveis.

A Direcção da AAP solicitou, assim, a um vasto conjunto de especialistas nas várias vertentes da actividade arqueológica, textos de síntese e de discussão, com os quais se pretendia constituir um “Livro Branco” da Arqueologia em Portugal na primeira década do século XXI, que de certo modo permitisse uma actualização do volume especial “Arqueologia 2000: Balanço de um século de Investigação Arqueológica em Portugal”, publicado em 2002, e de natureza mais historiográfica.

Alguns dos convidados responderam prontamente, dentro do prazo estabelecido, tendo sido injustamente penalizados pela demora dos restantes, situação que muito lamentamos e que vem dificultando muito a manutenção da desejável periodicidade desta revista, que pretende ser um elo de contacto não só entre a Associação e os seus Associados, mas também entre esta e as suas congéneres nacionais e estrangeiras. Assim, embora esse balanço esteja longe de ser tão abrangente como desejaríamos, julgamos que os textos que conseguimos reunir constituem um importante contributo para o conhecimento do desenvolvimento recente da actividade arqueológica em Portugal, e matéria de reflexão sobre os rumos que esta deverá tomar nos tempos mais próximos.

A primeira parte deste volume duplo da revista *Arqueologia & História* é, assim, preenchida por um conjunto de textos que se destinavam ao “Livro Branco”. Após um texto sobre o enquadramento legislativo, da autoria do ilustre jurista José Casalta Nabais, da Universidade de Coimbra, apresenta-se o primeiro estudo aprofundado da actividade arqueológica nas últimas décadas, apoiado em sólidos dados estatísticos, da autoria de Jacinta Bugalhão, o qual constituirá decerto um texto de referência para a História da Arqueologia em Portugal. Seguem-se contributos sobre os Museus de Arqueologia e sobre a Arqueologia Urbana, no Continente e na Ilha da Madeira, de carácter mais informativo, como os de Virgílio Correia, Magalhães Ramalho e Élvio de Sousa, ou de natureza mais polémica, como os de José Cardim Ribeiro e Francisco de Sande Lemos, “velhos” amigos e companheiros de lutas patrimoniais.

Publicam-se, ainda, neste volume vários textos sobre estudos e descobertas arqueológicas recentes, que vão desde o Paleolítico até ao século XVIII, embora com especial incidência na Pré-História, os quais foram oportunamente apresentados às Secções de Pré-História e História da nossa Associação. Entre estes, destaca-se, pela sua importância e novidade, o estudo sobre as extraordinárias casas longas neolíticas do Castelo Belinho, da autoria de Mário Varela Gomes, cujo achado vem revolucionar por completo os nossos conhecimentos sobre esse período fundamental da História da Humanidade no território português.

Os restantes textos, da autoria de arqueólogos já consagrados, como João Luís Cardoso e Luis Osterbek e colaboradores, ou de arqueólogos mais jovens, mas muito promissores, como César Neves, Gonçalo Amaro e Tânia Casimiro, trazem também importantes contribuições para os nossos conhecimentos sobre épocas mais remotas ou mais recentes da História da Humanidade.

A completar este volume publicam-se ainda dois interessantes trabalhos de áreas disciplinares complementares da Arqueologia: um projecto de reabilitação arquitectónica de um dos mais antigos edifícios da “Vila Velha” de Mafra, da autoria do Arquitecto Luís Corredoura, e um estudo de natureza Histórico-Antropológica sobre os primeiros contactos dos portugueses com as populações indígenas do Brasil, da autoria do nosso estimado consócio e Presidente da Assembleia Geral, Dr. António Vermelho do Corral.

Espera-se, assim, que este volume, cuja publicação se deve ao esforço do nosso consócio e membro da Direcção, Paulo Almeida Fernandes, embora não reflecta na totalidade a intensa actividade desenvolvida pelas Secções e Comissões desta Associação, nos anos associativos de 2008 e 2009 (cujos relatórios da Direcção são também publicados neste volume), devido à já crónica falta de entrega atempada dos respectivos textos, ofereça matéria de interesse não só para os nossos consócios, mas também para todos os cultores das ciências histórico-arqueológicas.

A legislação do património arqueológico e sua evolução

José Casalta Nabais

1. O património arqueológico

Antes de procedermos a uma descrição, que não pode deixar de ser relativamente singela da legislação que suporta juridicamente a tutela ou protecção do nosso património arqueológico, impõe-se naturalmente começar por dizer do que estamos a falar. Ou seja, exige-se que definamos ou que é que se entende por património arqueológico.

Pois bem, como será fácil de intuir a qualquer pessoa mesmo não entendida nestas coisas, o património arqueológico constitui um dos sectores ou segmentos do chamado património cultural, e um dos seus sectores ou segmentos mais visíveis e relevantes. Um sector ou segmento que, em virtude das peculiaridades que apresenta, se diferencia tanto face ao património cultural em geral como face aos demais sectores ou segmentos do património cultural, e que, justamente por isso, tem reclamado e obtido um regime jurídico com algumas especificidades importantes, ou seja, um regime jurídico relativamente especializado.

Por conseguinte, impõe-se que digamos o que se entende por património cultural para depois, dentro dele, procurarmos localizar o mencionado sector ou segmento específico constituído pelo património arqueológico. Nesta conformidade, podemos dizer que o *património cultural*, frequentemente referido com base noutras expressões não raro bem mais complexas e discutíveis¹, pode ser definido como consta do n.º 1 do art. 2.º da actual Lei do Património Cultural (LPC)², em que se dispõe que «para efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor civilizacional ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização».

Deste modo, na perspectiva jurídica, aquela que aqui nos interessa, o património cultural apresenta-se como um regime de protecção e valorização que tem por objecto certos bens que constituem testemunhos com valor civilizacional ou de cultura portadores de um interesse cultural relevante. Um regime cuja dimensão mais visível podemos afirmar é a que se consubstancia nos conhecidos institutos da inventariação e da classificação dos bens culturais a fim de serem preservados, protegidos e valorizados.

Mas, no quadro de um tal regime jurídico de protecção e valorização³, que se reporta à generalidade dos bens culturais, como denominador jurídico comum a todos eles, encontramos, por seu lado, a referência a vários regimes especiais respeitantes aos diversos sectores ou segmentos de bens culturais, entre os quais se destaca, de modo muito particular, o *património arqueológico*⁴. Pois bem,

¹ Tais como «património histórico e cultural», «património histórico, arqueológico e artístico», «património histórico e artístico», etc. – v. a nossa Introdução ao Direito do Património Cultural, Almedina, Coimbra, 2004, p. 9 e ss.

² Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. No que constitui, em rigor, a 5.ª lei do património cultural, editada justamente 100 anos após a 1.ª constituída pelo Decreto de 30 de Dezembro de 1901 – cf. infra, ponto 2.1.

³ Que, a seu modo, já constitui um regime especial face ao regime jurídico pelo qual se rege a generalidade dos bens, que não integram o património cultural.

⁴ Os outros sectores ou segmentos são constituídos pelo património arquivístico, o património áudio-visual, o património bibliográfico, o património fonográfico e o património fotográfico. A que acresce ainda o regime muito particular respeitante aos chamados bens imateriais, o qual foi recentemente objecto de desenvolvimento pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, no

este pode ser definido, aliás com base em fórmulas muito idênticas, tanto a partir do que consta da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico⁵ como do que estabelece a legislação nacional, mais especificamente a actual LPC.

Assim, segundo o art. 1.º da referida Convenção, o património arqueológico é descrito como o conjunto de vestígios, bens e outros indícios da existência do homem no passado: i) cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente; ii) cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações ou descobertas e ainda outros métodos de pesquisa relacionados com o homem e o ambiente que o rodeia; e iii) localizados numa área sob a jurisdição das Partes. O que significa, segundo a mesma fonte, que o património arqueológico integra estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados no solo ou em meio submerso. Por seu lado, para o legislador nacional, nos termos do art. 74.º, n.º 1, da LPC, o património arqueológico (que aparece tratado conjuntamente com o património paleontológico) “integra o património arqueológico ou paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: a) cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; b) cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia”. Ainda de acordo com essa lei, o património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subso-lo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.

seguinte da ratificação por Portugal, em 2008, da Convenção para a Protecção do Património Cultural Imaterial, aprovada no seio da UNESCO em 2003.

⁵ Aprovada em Londres em 1969 e revista em La Valetta em 1992, foi ratificada através do Decreto do Presidente da República n.º 74/97, de 16 de Dezembro.

Desta delimitação do âmbito do património arqueológico, pois que de uma delimitação efectivamente se trata e não de uma verdadeira definição, ressaltam imediatamente duas notas que podemos mencionar, com base nas quais é possível detectar o que diferencia os bens arqueológicos da generalidade dos demais bens culturais. De um lado, estamos perante vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos que há que preservar e estudar para traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente. O que significa que estamos inequivocamente perante património histórico.

De outro lado, trata-se de bens cuja principal fonte de informação é constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia. Pelo que o acesso à sua principal fonte de informação repousa em técnicas muito específicas bem diversas das que suportam o acesso aos outros bens culturais.

A que acresce ainda o princípio da opção prioritária pela conservação *in situ* dos bens arqueológicos, um princípio que se encontra expressamente formulado na já referida Convenção para a Protecção do Património Arqueológico da Europa bem como na *Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático* (adoptada pela UNESCO em 2001)⁶. Uma ideia que não se projecta, ao menos com esse peso específico, no domínio da protecção e valorização dos demais bens integrantes do património cultural.

Por conseguinte, estamos face a bens culturais cujo destaque dos demais bens culturais assenta simultaneamente no seu carácter histórico e nas específicas técnicas em que se concretiza tanto a sua principal fonte de informação como a sua preservação e valorização. Aspectos que, naturalmente, implicam especificidades no seu regime jurídico que a legislação sobre o património arqueológico não podia deixar de concretizar. E, de facto, assim é: o património arqueológico tem sido sempre objecto de uma disciplina jurídica relativamente diferencia-

⁶ V. os arts. 4º e 5º da primeira Convenção, e o art. 2º, nº 5, da segunda Convenção, preceitos com base nos quais deve ser interpretado o art. 79º, nº 2, da LPC, concretizando-se assim a conservação prevista neste preceito legal numa conservação *in situ*.

da face à dos demais bens integrantes do património cultural, disciplina que, à semelhança do que ocorre com o património cultural, tem vindo a ser progressivamente concretizada e densificada.

O que tem expressão visível em institutos bem diversos dos que se reportam à generalidade dos bens culturais, como são os relativos à realização de trabalhos arqueológicos, à criação de parques arqueológicos e à elaboração dos correspondentes planos de ordenamento, à constituição de reservas arqueológicas, aos achados arqueológicos e, bem assim, aos instrumentos intimamente ligados a estes achados, os detectores de metais. Ao que devemos acrescentar ainda o específico sector do *património cultural subaquático* em que releva sobretudo um particular tipo de património cultural arqueológico. Toda uma realidade normativa que também se encontra patente no nosso sistema jurídico de protecção e valorização do património cultural, seja em sede da legislação geral sobre o património cultural, seja em sede de diplomas próprios sobre os bens arqueológicos ou sobre alguns dos seus específicos aspectos ou campos.

2. A legislação do património arqueológico

Como acabamos de referir, os bens arqueológicos vêm sendo objecto de regimes jurídicos relativamente especializados face aos bens culturais em geral. O que tem expressão tanto em sede das leis que contêm o regime geral do património cultural como dos específicos diplomas que, com o crescente desenvolvimento da preocupação com os bens culturais, foram sendo editados. Vejamos, então, cada um desses vectores.

2.1. O património arqueológico na legislação geral.

Quanto ao tratamento dos bens arqueológicos na legislação geral sobre o património cultural, podemos dizer que começou cedo a previsão de uma disciplina jurídica minimamente diferenciada para os bens arqueológicos.

Como prova do que afirmamos, podemos apontar os diversos diplomas legais sobre o património cultural que se foram sucedendo desde que esse domínio começou a ser objecto de preocupação

da comunidade jurídica. Assim, logo no primeiro diploma, editado ainda durante o regime monárquico, que veio instituir um regime jurídico de protecção para os bens culturais, o Decreto de 30 de Dezembro de 1901, encontramos normas que se reportam aos bens arqueológicos, como são os preceitos contidos no seu art. 11º, em que são tratados os achados com valor arqueológico e, de algum modo, se enfatiza o reconhecimento e a protecção dos locais arqueológicos. Um preceito legal em relação ao qual, devemos acrescentar, não pode deixar de ser lido em devida articulação com o disposto na Portaria de 10 de Abril, aprovada alguns meses antes nesse mesmo ano, a qual veio regular as escavações, objectos, ruínas e monumentos.

Uma ideia que, naturalmente, vai manter-se, a qual tem expressão na lei do património cultural contida no Decreto nº 1 de 26 de Maio de 1911, um dos primeiros diplomas legais do regime republicano⁷. Pois no seu art. 51º justamente se prevêem as providências a adoptar, designadamente, «quando forem encontrados, em terreno público ou particular, e em virtude de escavações ou quaisquer outros trabalhos, monumentos, ruínas, inscrições ou objectos que interessam a história, a arqueologia ou a arte».

Uma ideia que, depois, encontramos na lei de protecção do património cultural concretizada pelo Decreto nº 20.985, de 7 de Março de 1932, o diploma legal que estabeleceu um regime jurídico suficientemente elaborado e articulado para os bens culturais portugueses, o qual, justamente por isso mesmo, acabou por vigorar durante muito tempo, mais especificamente até à LPC de 1985⁸ e, em alguns aspectos, mais precisamente até à actual LPC, uma vez que aquela lei, sobretudo por falta de aprovação dos numerosos decretos-lei de desenvolvimento que deviam suportar a sua regulamentação, acabou por ficar, em larga medida, por implementar⁹.

⁷ Diploma que tem por epigrafe: «Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto».

⁸ A Lei nº 13/85, de 6 de Julho, a que nos vamos referir mais adiante.

⁹ Cf. o nosso texto «*Considerações sobre o quadro jurídico do património cultural*», *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano no Centenário do seu Nascimento*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Coimbra Editora, 2006, p. 741.

Pois bem, como não podia deixar de ser, este diploma legal aplicava-se também ao património arqueológico. Muito embora nele encontremos muito poucas disposições visando os bens arqueológicos. Com efeito, para além das referências, idênticas já contempladas nos diplomas anteriores, aos achados com valor arqueológico, com destaque para o reconhecimento dos locais arqueológicos, contidas no seu art. 48º, não contém esse diploma qualquer parte, capítulo ou secção a especificar uma disciplina autónoma visando as especificidades que esse particular domínio dos bens culturais apresenta¹⁰.

O que, a seu modo, bem se compreende, uma vez que esse regime específico do património arqueológico veio a ser objecto de um diploma próprio, editado um mês e poucos dias depois do diploma em referência. Trata-se do Decreto nº 21.117, de 18 de Abril de 1932, apresentado como diploma regulamentar do Capítulo IV do Decreto nº 20.985, no respeitante aos “monumentos arqueológicos”¹¹, o qual classificou estes em: i) termas, com estações paleolíticas ou neolíticas, ii) sepulturas da época do bronze, iii) antiguidades visigóticas e muçulmanas. Um diploma que revela bem, logo aquando da instituição de um regime jurídico mais elaborado para o património cultural, a preocupação com uma específica disciplina jurídica do património arqueológico, que se vai manter e reforçar ao longo de toda a evolução legislativa posterior.

A este respeito, é de sublinhar que a disciplina mencionada relativa aos bens arqueológicos, à semelhança do que aconteceu com a respeitante ao património cultural, se vai manter praticamente inalterada durante muito tempo. O que, devemos assinalar, não admira, uma vez que os problemas específicos que os bens arqueológicos foram colocando, como os relativos à realização de trabalhos arqueológicos, à criação de parques arqueológicos e à elaboração dos correspondentes planos de ordenamento de parque e à constituição de reservas arqueológicas, foram sendo contemplados progressivamente em legislação complementar, para

¹⁰ Apesar de o diploma, como resulta do seu preâmbulo, ter por objecto, para além da coordenação dos trabalhos artísticos, “a guarda e conservação do património artístico e arqueológico do País”.

¹¹ Subordinado à epigrafe “Monumentos nacionais”.

a qual aquela mencionado diploma legal sempre teve a porta aberta permitindo assim a edição de diplomas específicos para cada um desses aspectos, como vamos ver. Muito embora também devamos assinalar que, desde muito cedo, se começaram a editar diplomas próprios para o património arqueológico relativo a alguns desses aspectos, como o demonstra seja a Portaria de 10 de Abril de 1901, seja depois o Decreto nº 21.117, de 18 de Abril de 1932.

A este respeito, bem podemos dizer que, no concernente ao património arqueológico, se verificou, ao fim e ao cabo, algo idêntico ao que foi ocorrendo em relação ao património cultural: uma progressiva consideração e sofisticação da sua disciplina jurídica. Um desenvolvimento que acompanhou as etapas que ocorreram naquele. Assim, quando foram reconhecidos os *bens de valor concelhio*, no quadro da Lei nº 2.032, de 11 de Junho de 1947, esses bens incluíam também os correspondentes bens arqueológicos. Depois foi o Decreto-Lei nº 416/70, de 20 de Agosto¹², que veio estabelecer o regime jurídico dos achados no fundo do mar, o que se reporta a um dos mais importantes segmentos do património arqueológico a que, só mais tarde, veio a ser dada a importância que merece, o património cultural subaquático.

Uma disciplina jurídica que, apenas muitos anos mais tarde e depois de decorrida mais de uma década após a Revolução de 25 de Abril, viria a ter continuação na primeira (assim chamada) LPC, a Lei nº 13/85 de 6 de Julho. Efectivamente, encontramos nesta lei um capítulo - o capítulo IV (arts. 36º a 42º) que se reporta ao «regime específico do património arqueológico». Um regime que, para além da afirmação de que os bens arqueológicos constituem *património nacional*¹³, se consubstancia sobretudo na regulamentação da realização dos trabalhos arqueológicos, na disciplina dos achados arqueológicos e nas medidas preventivas a adoptar relativamente a lugares em que se presume a existência de monumentos, conjuntos ou sítios arqueológicos. Disciplina que, a seu modo, foi depois objecto de

¹² O qual veio a ser alterado mais tarde pelo Decreto-Lei nº 577/76, de 21 de Julho.

¹³ Expressão que, obviamente, não significa nem domínio público nem património público.

algum desenvolvimento na lei orgânica do Instituto Português de Arqueologia¹⁴.

Uma compreensão das coisas que veio ter a sua maior elaboração na actual LPC (a Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural), em que, ao lado de um *regime geral de protecção* dos bens culturais (Título V - arts. 20º a 69º) e de um *regime geral de valorização* dos bens culturais (Título VI - arts. 70º e 71º), temos diversos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais (Título VII - arts. 72º a 90º) dentro dos quais encontramos, como primeiro deles todos, o constante do Capítulo II desse Título VII, isto é, o regime especial do património arqueológico (arts. 74º a 79º)¹⁵.

Pois bem, esses preceitos têm as seguintes epígrafes: art. 74º (conceito e âmbito do património arqueológico e paleontológico), art. 75º (formas e regime de protecção), art. 76º (deveres especiais das entidades públicas), art. 77º (trabalhos arqueológicos), art. 78º (notificação de achado arqueológico), art. 79º (ordenamento do território e obras). Um conjunto de normas que, muito embora não seja muito diverso do que constava da LPC de 1985, é significativamente maior e bem mais desenvolvido do que as poucas normas contidas nos referidos diplomas de 1901, 1911 e 1932.

De facto, começam tais preceitos por nos proporcionar o conceito e delimitar o âmbito do património arqueológico, considerando património nacional os bens provenientes da realização de trabalhos

¹⁴ Contida no Decreto-Lei nº 117/97, de 14 de Maio. Instituto entretanto extinto e substituído pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico - IGESPAR, I.P. - v. a lei orgânica do Ministério da Cultura contida no Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de Outubro, a lei orgânica do próprio IGESPAR, contida no Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março, e, bem assim, os Estatutos deste Instituto aprovados pela Portaria nº 376/2007, de 30 de Março.

¹⁵ Preceitos estes que, tirando uma estruturação mais adequada e alguns desenvolvimentos, correspondem aos referidos arts. 36º a 42º da LPC de 1985. Refira-se, a título de informação, que a LPC de 2001 foi, em 2009, objecto de quatro importantes diplomas legais de desenvolvimento: três de 15 de Junho - os Decretos-Lei nº 138/2009, que criou o *Fundo de Salvaguarda do Património Cultural*, 139/2009, que estabeleceu o *regime jurídico do património cultural imaterial*, e 140/2009, que estabeleceu o *regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal*; e um de 23 de Outubro - o Decreto-Lei nº 309/2009, que estabeleceu o *procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda*.

arqueológicos e definindo o que deve entender-se por parque arqueológico enquanto unidade territorial base de protecção do património arqueológico. Depois, estabelece as formas de protecção dos bens arqueológicos, em que temos uma forma de natureza preventiva temporária e urgente constituída pelo estabelecimento de reservas arqueológicas de protecção como suporte da execução de trabalhos de emergência a fim de determinar o interesse de lugares em que se presume a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos.

2.2. O património arqueológico na legislação complementar e especial.

Por seu lado, no respeitante a diplomas legais complementares ou especiais, podemos dizer que os primeiros se reportam aos já mencionados institutos em que assenta o regime específico do património arqueológico, a saber: trabalhos arqueológicos, parques arqueológicos e correspondentes planos de parque arqueológico, achados arqueológicos e detectores de metais. Por seu turno, os segundos têm como expressão paradigmática o regime do património cultural subaquático, em que os correspondentes bens arqueológicos colocam problemas especiais relativamente mesmo à generalidade do património arqueológico. O que impõe ao menos uma alusão à disciplina jurídica concretizada nesses diplomas complementares e especiais.

Assim e relativamente aos diplomas complementares temos, em primeiro lugar, o relativo aos *trabalhos arqueológicos*, os quais, em rigor, foram objecto de disciplina específica desde o surgimento de uma disciplina jurídica para os bens culturais. O que teve expressão logo no quadro da disciplina constante do primeiro diploma legal que veio estabelecer uma disciplina jurídica própria para os bens culturais, o referido Decreto de 1901, pois que, não obstante este diploma não deixar de contemplar também os bens arqueológicos, viu surgir, ainda antes da sua aprovação, uma específica regulação para os trabalhos arqueológicos na já referida Portaria de 10 de Abril de desse mesmo ano, na qual se encontravam reguladas as escavações, objectos, ruínas e monumentos. No que constitui a primeira manifestação da existência de uma disciplina espe-

cífica para os trabalhos arqueológicos que vai constituir uma constante que marcará o regime jurídico do património arqueológico.

Não admira, por isso, que essa disciplina tenha tido continuação no já mencionado Decreto nº 21.117, de 18 de Abril de 1932, apresentado como diploma regulamentar do Capítulo IV do Decreto nº 20.985, no respeitante aos “monumentos arqueológicos”, o qual classificou estes, como já referimos, em: i) termas, com estações paleolíticas ou neolíticas, ii) sepulturas da época do bronze, iii) antiguidades visigóticas e muçulmanas. Pois bem, nesse diploma encontramos uma específica regulamentação desse importante instituto ligado aos bens arqueológicos concretizado na realização dos trabalhos arqueológicos. O que, depois, vai constar da Portaria nº 269/78, de 12 de Maio¹⁶ e, mais recentemente, do Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de Julho, o diploma que presentemente contém a disciplina jurídica que enquadra os trabalhos arqueológicos¹⁷, cuja base jurídica geral se encontra no art. 77º da LPC.

Por seu lado, no respeitante aos *parques arqueológicos* e aos correspondentes planos de ordenamento, os *planos de ordenamento de parque arqueológico*, também estes instrumentos de protecção e valorização dos bens arqueológicos se erigiram em objecto de uma disciplina própria - a constante do Decreto-Lei nº 131/2002, de 11 de Maio. Um diploma legal que, tendo por pano de fundo a necessidade de estabelecer um quadro específico para a protecção e valorização do conjunto de gravuras rupes-tres descobertas no Vale do Côa, veio desenvolver as disposições contidas nos arts. 74º, nº 4, e 75º, nºs 7 e 8, da LPC de 2001, regulando a criação e gestão dos parques arqueológicos¹⁸.

¹⁶ Cujo art. 12º foi objecto de alteração pela Portaria nº 195/79, de 24 de Abril.

¹⁷ Diploma cujo art. 11º foi objecto de correcção pelo Decreto-Lei nº 287/2000, de 10 de Novembro.

¹⁸ Sendo certo que, enquanto não foi elaborada essa disciplina própria, na actual LPC e em execução dela no referido Decreto-Lei nº 131/2002, foram as gravuras do Vale do Côa objecto de específicas medidas preventivas de protecção através do Decreto-Lei nº 50/99, de 16 de Fevereiro, que suspendeu, por um prazo de dois anos, os planos directores municipais dos quatro municípios (Vila Nova de Foz Côa, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Meda) pelos quais se espalha o conjunto de gravuras, tendo aquele prazo sido prorrogado por mais seis meses pelo Decreto-Lei nº 95/2001, de 8 de Setembro.

Disciplina que, devemos sublinhar, até ao presente, ainda não foi em rigor objecto de concretização, mesmo em relação ao mencionado conjunto de gravuras rupestres do Vale do Côa, o qual, como referimos, constituiu a causa próxima da consagração desse instituto de protecção e valorização do património arqueológico. Pois o único plano de parque arqueológico criado até agora foi o plano do parque arqueológico subaquático de Angra, nos Açores¹⁹, o qual tem por base legal mais a lei do património cultural subaquático do que a LPC²⁰. Uma situação que, a nosso ver, se ficou a dever à circunstância de os planos de ordenamento de parque arqueológico, que a criação de parques arqueológicos implica, terem sido concebidos como planos especiais de ordenamento do território, nos termos do art. 6º, nº 3, do Decreto-Lei nº 131/2002²¹.

Ora, temos por seguro que tais planos, porque dominados pelos objectivos de salvaguarda, protecção e valorização do património arqueológico, bem diversos dos que suportam o ordenamento do território, pouco terão em comum com os planos de ordenamento territorial para poderem ser concebidos como uma espécie de tais planos. É que os planos de ordenamento de parque arqueológico não são planos que partilhem das preocupações gerais que estão por detrás dos planos de ordenamento do território e, por conseguinte, do seu regime jurídico, ainda que suportando algumas especificidades. Por isso, tais planos de parque arqueológico deveriam ter sido concebidos como planos sectoriais ou, num entendimento porventura mais adequado, como planos suportes de uma disciplina autónoma em relação aos quais não tivesse cabimento sequer a questão da observância da própria disciplina geral dos planos de ordenamento territorial²².

¹⁹ Criado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 20/2005/A, de 12 de Outubro.

²⁰ Pois a sua base próxima, o Decreto Legislativo Regional nº 27/2004/A, de 24 de Agosto, que contém o quadro normativo da gestão do património arqueológico da Região Autónoma dos Açores (procedendo assim à regulamentação da Lei nº 19/2000, de 10 de Agosto, nesta Região Autónoma), reporta-se sobretudo à lei do património cultural subaquático - o Decreto-Lei nº 164/97, de 24 de Junho.

²¹ Remetendo para o diploma que os regula - o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro.

²² V., nesse sentido, SUZANATAVARES DA SILVA, «Reabilitação urbana e valorização do património cultural: dificuldades na articulação dos regimes jurídicos», *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, ano 82, 2006, p. 346. No mesmo sentido,

Diploma próprio também têm tido os *achados arqueológicos*, se bem que em execução e desenvolvimento do diploma legal que contém o regime do património cultural subaquático. O que, tendo começado por constar da legislação geral do património cultural, veio, mais tarde, a ser objecto de diplomas próprios, como sucedeu com a Portaria nº 51/98, de 4 de Fevereiro, que, em cumprimento do disposto no art. 17º, nº 2, do Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de Junho²³, diploma que contém o regime especial do património cultural subaquático, veio estabelecer uma recompensa para os achadores fortuitos que localizem contextos arqueológicos coerentes e delimitados de valor cultural confirmado pelos serviços competentes do IGESPAR. Uma solução que tem aplicação naturalmente apenas quando esteja em causa o património cultural subaquático, pois que, quando estejam em causa outros bens arqueológicos, opera a disciplina contida no art. 78º da LPC²⁴.

Uma matéria especialmente ligada aos achados arqueológicos, sejam estes procurados em terra ou meio subaquático, que veio a ser objecto de disciplina jurídica, é a que se reporta aos *detectores de metais*. Pois bem, a utilização de detectores de metais, meios instrumentais que, actualmente, conhecem uma variedade e sofisticação cada vez maior, porque, pela sua própria natureza, se revelam particularmente aptos a contribuir para a delapidação do património arqueológico, encontra-se fortemente limitada, concretizando-se essa limitação no facto de a mesma estar sujeita à obtenção de uma licença. Uma exigência que consta da Lei nº 121/99, de 25 de Agosto, que veio sujeitar a obtenção de uma licença a utilização e transporte dos detectores de metais a conceder, actualmente, pelo director do IGESPAR, nos termos do art. 5º, nº 1, al. g), da lei orgânica deste Instituto.

embora tendo em conta os *planos de pormenor de salvaguarda* dos bens culturais (agora regulados nos arts. 63º e seguintes do já referido Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de Outubro), v. a nossa *Introdução ao Direito do Património Cultural*, cit., p. 56.

²³ Que sucedeu ao já referido Decreto-Lei nº 416/70, de 20 de Agosto.

²⁴ Sobre o problema dos achados arqueológicos em meio subaquático, v. a obra de JOSE LUIS BONIFÁCIO RAMOS, *O Achamento de Bens Culturais Subaquáticos*, Lisboa, 2008, autor que considera o achamento de bens culturais subaquáticos uma aquisição originária *ex lege* de direitos reais.

Já quanto às reservas *arqueológicas de protecção*, como medidas preventivas de protecção e salvaguarda dos bens arqueológicos, que devem ser adoptadas enquanto para estes não tenham sido estabelecidos parques arqueológicos devidamente suportados nos correspondentes planos de ordenamento de parque arqueológico, encontram-se as mesmas previstas e inteiramente reguladas na LPC, mais precisamente nos n.ºs 2 e 3 do seu art. 75.º. Artigo em que, de resto, se prevêem a adopção de outros tipos de providências limitativas da modificação do uso, transformação e remoção de solos e de qualquer actividade de edificação.

Objecto de legislação verdadeiramente especial é, em contrapartida, a relativa ao *património cultural subaquático* que, atentas as suas especificidades, desde há muito se reconhecia dever o mesmo ser objecto de um regime específico face ao demais bens arqueológicos, como aconteceu entre nós, primeiramente com o mencionado Decreto-Lei n.º 416/70, de 20 de Agosto, e, depois, com o também já referido Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de Junho, em execução do qual (mais exactamente do seu art. 17.º, n.º 2) foi editada a já referida Portaria n.º 51/98, que contém a tabela de recompensas a conceder aos achadores fortuitos que localizem contextos arqueológicos coerentes e delimitados de valor cultural confirmado pelos serviços competentes do IGESPAR. Uma disciplina jurídica que, devemos acrescentar, a partir de 2006, passou a ter um importante suporte internacional - a já referida Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático, adoptada pela UNESCO em 2001, a qual veio a ser ratificada por Portugal em 2006²⁵, tendo entrado em vigor no ano de 2008²⁶.

O que, em rigor, nos revela uma disciplina jurídica dos bens culturais subaquáticos fortemente especializada de alto a baixo e não face apenas aos próprios bens que integram o património arqueológico. Daí que uma tal legislação acabe por consubstanciar mais um sector especializado do direito do património cultural do que um sector do direito do

património arqueológico, como é evidenciado, de modo superlativo, pela mencionada convenção da UNESCO.

3. Em conclusão

Por quanto vimos de dizer podemos concluir que a legislação que disciplina o património arqueológico foi objecto de um significativo desenvolvimento no decurso do último século. Pois, muito embora desde o início tenha sido perspectivada como uma disciplina relativamente especializada face à dos demais bens que integram o multifacetado património cultural, o certo é que, como vimos, começou por se reconduzir a alguns poucos preceitos da lei que regulava os bens culturais em geral, e a um diploma que, em desenvolvimento e execução desses preceitos, veio organizar as escavações arqueológicas.

Um quadro normativo que se alterou visivelmente com o andar dos tempos. Efectivamente, o quadro normativo dos bens arqueológicos, de que hoje dispomos, é bem mais extenso, rico e sofisticado. Uma ideia que se encontra razoavelmente espelhada nos diversos diplomas normativos que, presentemente, constituem a disciplina jurídica do património arqueológico, em que temos: 1) de um lado, os arts. 74.º a 79.º da LPC; 2) de outro lado, os diplomas complementares relativos a trabalhos arqueológicos, parques arqueológicos e planos de ordenamento de parque arqueológico, achados arqueológicos e utilização de detectores de metais; 3) por fim, a legislação especial sobre o património cultural subaquático, a qual, como vimos, porque consubstancia uma disciplina especializada de alto a baixo, se apresenta mais como um sector especializado do património cultural do que propriamente do património arqueológico.

O que constitui um quadro normativo que se nos afigura suficientemente desenvolvido e consolidado para proporcionar uma adequada protecção e valorização do património arqueológico sem incorrer em fundamentalismos ou banalizações. Por isso, bom é que, relativamente a esse quadro, não se insista, como é tão frequente entre nós, num discurso superlativo que privilegia, ao fim e ao cabo, a produção quantitativa de normas jurídicas, a qual,

²⁵ Adoptada pela UNESCO em Outubro de 2001 e ratificada por Portugal em 2006 (v. o Decreto do Presidente da República n.º 65/2006, de 18 de Julho).

²⁶ Quando se verificou a 20.ª ratificação, como é exigido no seu art. 27.º.

atento o excesso de carga e as concomitantes disfunções que normalmente provoca no sistema, acarreta quase sempre resultados fundamentalmente opostos aos que, aparentemente, são almejados.

A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas¹

Jacinta Bugalhão²

In Memoriam
Nuno Caldeira
(1975-2010)

O Nuno Caldeira foi um colega e amigo que partiu demasiado cedo. De entre os não arqueólogos talvez tenha sido ele quem mais participou nos desenvolvimentos recentes da Arqueologia Portuguesa. Desde Janeiro de 2000, que juntos muitas vezes “contámos” e “localizámos” e pensámos como “contar” e “localizar” melhor a Arqueologia. A saudade com que o recordo (com que o recordam todos os colegas) é indizível. Até sempre, Nuno!

¹ Artigo baseado na comunicação “Os desafios da Arqueologia nas ultimas décadas em Portugal e a resposta político-institucional”, apresentada nas 1.ª Jornadas de Arqueologia e Património da Associação dos Arqueólogos Portugueses “1807-2007, Duzentos anos de destruição e salvaguarda do património histórico nacional”, realizadas em Lisboa, a 25 e 26 de Outubro de 2007.

² Arqueóloga. Sócia da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Técnica superior do IPPC, IPPAR, IPA e IGESPAR, actualmente ao serviço da Câmara Municipal de Cascais.

Em Outubro de 1997, a direcção do então Instituto Português de Arqueologia (João Zilhão e António Monge Soares) convidou-me para chefiar a Divisão de Inventário daquele recém-criado organismo. Foi com algum receio que aceitei a tarefa, pois a minha anterior experiência profissional de 8 anos tinha sido quase exclusivamente dedicada à arqueologia de campo, em intervenções quase sempre de natureza preventiva (prospecções, escavações de diagnóstico ou de minimização, salvamentos), com algumas excepções na área de investigação (no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado), valorização (no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios – BCP, em Lisboa) e gestão (no âmbito das atribuições do Departamento de Arqueologia do IPPC/PPAR). Naquela época o Inventário assumia para mim uma função quase supletiva, relacionada com as fichas e mapas manuais que alguns anos antes Teresa Marques me tinha mostrado e que em 1997 eu sabia já terem sido vertidas para um formato digital. Confesso, não sem algum embaraço, que não atribua grande relevância àquele sector da gestão arqueológica. Não era essa a percepção da direcção do IPA! Como me explicaram, o Inventário (a par da manutenção do Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa), assumia um carácter absolutamente estratégico no modelo de gestão preconizado pelo novo Instituto (Instituto, 1997), fortemente marcado pelas orientações da arqueologia preventiva expressas na convenção de Malta³. Aliás, a perspectiva da arqueologia preventiva era dominante em toda a filosofia que norteava este organismo (bem como na legislação implementada entre 1997 e 2002, nomeadamente a revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos – RTA, a criação das carreiras específicas na área da Arqueologia, a nova Lei das Bases do Património Cultural), que preconizava não ser possível uma gestão arqueológica consequente sem um conhecimento exaustivo da paisagem arqueológica nacional, acessível à comunidade científica e à sociedade civil através de interfaces eficazes. O IPA tinha como competência

³ Resolução da Assembleia da República n.º 71/1997 de 16 de Dezembro — Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) — Convenção de Malta.

a “detecção, preservação e gestão de vestígios arqueológicos”⁴, e para tal obrigou-se a “constituir, gerir e actualizar um sistema de informação arqueológica (carta arqueológica de Portugal) que funcione como base de dados georeferenciada do património arqueológico nacional e instrumento de planeamento ao serviço da sociedade civil e dos restantes organismos da Administração Pública”⁵. Neste contexto, o inventário assumia um papel instrumental preponderante na tarefa de gestão desenvolvida pelo IPA.

Assim entre 1997 e 2003, assumi a coordenação da Divisão de Inventário, cuja principal função era a implementação do sistema de gestão e informação arqueológica, *Endovéllico*, criado em 1995 no Departamento de Arqueologia do IPPAR (Marques e Costa, 1997 e demais bibliografia citada). Eu e a jovem equipa que foi possível formar procedemos à inserção e correcção sistemáticas da informação constante no sistema (sitios, actividade arqueológica, etc) com base na informação disponível no Arquivo da Arqueologia Portuguesa, a actualização permanente da informação com base na gestão quotidiana da actividade arqueológica desenvolvida pelo IPA (autorizações, apreciações de relatórios, etc), à georeferenciação sistemática de sitios em SIG e à disponibilização de conteúdos *on line*, etc (Bugalhão et al, 2002, Bugalhão, 2002a e Bugalhão e Lucena, 2006⁶).

Desta forma, não só alterei rápida e drasticamente a opinião imatura que tinha sobre a relevância do Inventário para a gestão do património e actividade arqueológica, como tive a oportunidade e o privilégio de acompanhar em primeira mão e de um “ponto de observação” único, a grande mudança ocorrida na Arqueologia nacional a partir da criação do IPA. Esta mudança foi rápida, bastante radical e perceptível para todos os que participavam de uma forma atenta no processo.

Contudo, fui verificando que para alguns arqueólogos e mesmo alguns dos vultos da

⁴ Lei Orgânica do IPA: Decreto-Lei n. 117/97, de 14 de Maio; alínea a), do n.º 1, do Artigo 2.º.

⁵ *Idem*, n.º 1 do Artigo 14.º.

⁶ Mais tarde estes trabalhos foram continuados em NETO et al, 2007.

Arqueologia nacional, *opinion makers* do sector, esta mudança não era percebida (Silva, 2000: 24), talvez por permanecerem de alguma maneira acantonados nos seus cargos e funções, na Universidade, na Administração Pública Central ou algumas autarquias, com pouco contacto com a arqueologia real emergente. Com alguma frequência ouvia ou lia afirmações e opiniões com muito pouca relação com a realidade recente, relativamente ao número de arqueólogos profissionais e forma como desempenhavam a sua actividade profissional, quem financiava a actividade arqueológica, como e em que quantidade era produzida informação arqueológica, etc. Por outro lado verifiquei que a classe arqueológica mais jovem, muito presente no trabalho efectivo, estava na maior parte dos casos um pouco alienada da realidade que a rodeava e que estava activamente a alterar, manifestando desinteresse ou pouco espírito crítico sobre o processo de mudança em que participava, as condições de desempenho da profissão ou sobre as condições e processo de criação da informação arqueológica (Bugalhão, 2002: 47; Silva, 2003a: 21; Silva, 2008: 15). Manifestações próprias da crise de crescimento, talvez.

A partir destas constatações, fui amadurecendo a vontade de aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre a mudança e explorar as suas razões imediatas e estruturais, aliás partilhada por outros colegas (Silva, 2007: 13; Silva, 2008a: 18). Assim nasceu o interesse neste trabalho que foi sendo adiado por falta de tempo, até ao convite da Associação dos Arqueólogos Portugueses para participar nas suas 1^{as} Jornadas de Arqueologia e Património “1807-2007, Duzentos anos de destruição e salvaguarda do património histórico nacional”, em Outubro de 2007. Nesse primeiro momento, foram analisados os diversos indicadores, para os anos de 1986, 1996⁷ e 2006, com o objectivo de caracterizar a realidade dos anos 80, dos anos 90 (antes da

⁷ Para os anos de 1986 e 1996, foram utilizados os dados contidos na base de dados desenvolvida e utilizada pelo secretariado da direcção do Departamento de Arqueologia do IPPAR, sob orientação do seu Director, Fernando Real, para gestão da actividade arqueológica. Estes dados foram integrados no *Endovélico*, sob a forma de informação técnica, mas a consulta desta base de dados (File Maker, posteriormente migrada para Microsoft Access), continua a ser útil, quando complementada com a consulta do *Endovélico*.

criação do IPA, que alguns analistas consideravam um momento de mudança), e da primeira década do século XXI, quase 10 anos após a criação do IPA.

Os dados contidos naquela primeira apresentação pública suscitaram grande interesse junto de muitos daqueles que reflectem criticamente sobre a realidade na nossa profissão. Assim, para além de eu própria os utilizar em várias apresentações públicas em diversos contextos, estes dados foram disponibilizados a todos os colegas que mostraram interesse em utilizá-los, quer em apresentações, quer em publicações (destaco a título de exemplo Miguel Almeida, Alexandra Estorninho, João Muralha, João Pedro Ribeiro, António Carvalho, Carlos Fabião, António Carlos Silva e Luis Raposo). Obviamente, as conclusões de cada um destes colegas sobre os mesmos dados não são necessariamente unívocas, o que só aumenta o seu interesse.

Os dados foram actualizados para publicação, anualmente (de 2007 a 2009 ou a 2010, em alguns casos). Alguns indicadores, como sítios arqueológicos constantes no *Endovélico*, intervenções arqueológicas por ano, empresas de arqueologia, relatórios técnico-científicos entregues, participações em processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de elaboração de Instrumentos de Gestão e Ordenamento de Território (IGOT), são tratados a partir de séries anuais mais detalhadas.

Os dados apresentados não devem ser assumidos como absolutos, mas como aproximações indicativas e fundamentadas à realidade. Em primeiro lugar porque existem muitos problemas e questões na informação de base. Os dados foram recolhidos essencialmente a partir do *Endovélico*. Contudo, aquele sistema não está preparado para fornecer informação estatística, nem regista directamente grande parte da informação aqui tratada⁸, o que obriga a cruzamentos complexos de informação e algumas operações de projecção e estimativa cujo grau de erro não tenho competência para determinar de forma exacta.

⁸ De referir que o sistema *Endovélico* não é alvo de qualquer adaptação às novas exigências, em termos de arquitectura, concepção, funcionamento e manual de procedimentos desde 2004. Ou seja, a realidade muda, as necessidades e exigências alteram-se, mas o sistema de informação e gestão está cristalizado, por falta de investimento e/ou de visão dos organismos que o tutelam.

Por outro lado, a fiabilidade da informação contida no *Endovéllico* depende da sistematização e coerência dos procedimentos de carregamento da informação. Com a criação do IGESPAR, IP, foi inserida alguma instabilidade nos procedimentos internos de actualização da informação, que dependem de aspectos tão mezinhos como o registo de entradas e saídas, a abertura de novos processos, a racionalidade e grau de organização do Arquivo da Arqueologia Portuguesa, a disciplina dos técnicos na actualização da informação e a responsabilização de todos os arqueólogos na entrega da informação devidamente formatada para a actualização do sistema. Concluindo, são múltiplos e complexos os factores que condicionam a qualidade da informação disponível, como é escassa a minha preparação técnica para os abordar. Como forma de colmatar estas limitações, será conferida alguma relevância aos metadados; por outro lado, ofereço o meu compromisso de esforço e honestidade intelectual. Os dados aqui apresentados são tão fiáveis quanto a informação de base o permitir e a minha capacidade e conhecimento da Arqueologia nacional alcançarem. Globalmente, este trabalho continua a ser

métodos e técnicas próprios da arqueologia, independentemente de se revestirem ou não de natureza intrusiva e perturbadora, nomeadamente prospecções, acções de registo, levantamentos, estudos de espólios de trabalhos antigos guardados em depósitos, sondagens e escavações arqueológicas, acções de conservação ou de valorização em sítios arqueológicos”⁹. Salienta-se que neste trabalho foram apenas analisados os trabalhos arqueológicos em meio terrestre, excluindo-se assim toda a escassa actividade arqueológica subaquática.

Foram analisadas num primeiro momento o número autorizações concedidas pelos organismos de Tutela (IPPC, IPPAR, IPA e IGESPAR) para realização de trabalhos arqueológicos¹⁰. Nos anos 80 do século XX, vinha-se sentindo uma tendência de crescimento ligeiro das intervenções arqueológicas realizadas em Portugal (Real, 1995: 37). Na primeira metade dos anos 90, pode verificar-se alguma estabilidade nos valores deste indicador. A partir de 1997, instala-se uma tendência de crescimento óbvia (Lago, 2000: 18 e ss.; Silva, 2000: 23; Carneiro, 2003: 116; Silva, 2003a: 21; Lagos, 2003: 96; Carneiro, 2003, Lemos, 2007: 107; Almeida, 2007a: 135),

Gráfico 1 - Autorizações para Trabalhos Arqueológicos



apenas um esboço que carece de desenvolvimento e aprofundamento futuro.

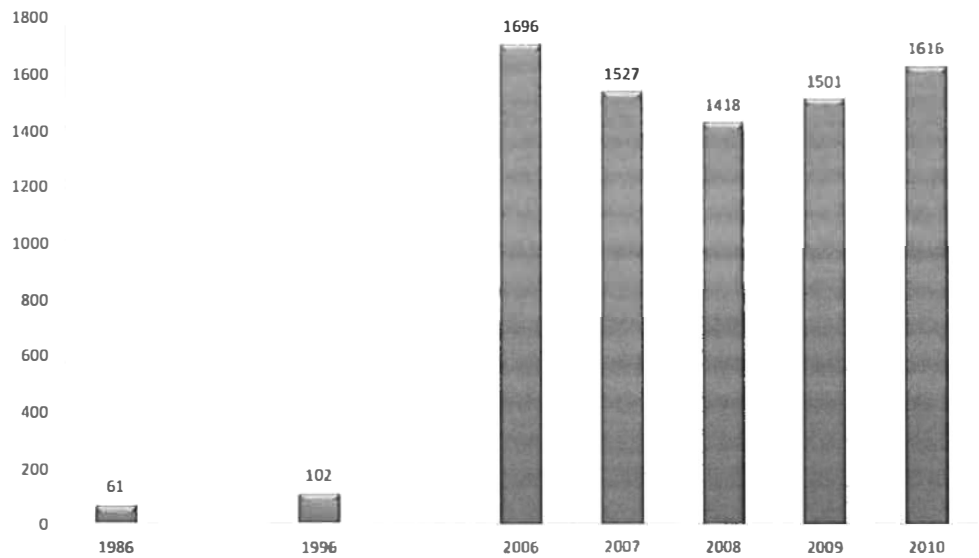
Actividade Arqueológica

O principal objecto deste trabalho é a actividade arqueológica, ou seja, os trabalhos arqueológicos, na acepção contida no RTA: “todas as acções que visem a detecção, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do património arqueológico usando

⁹ Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 287/2000, de 10 de Novembro.

¹⁰ Metadados: entre 1985 e 1996 utilizaram-se os dados constantes na base de dados do Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR já referida aos quais foram adicionadas informações do *Endovéllico*. Entre 1997 e 2002 os dados relativos às autorizações foram recolhidos em listagens produzidas a partir da consulta sistemática e exaustiva da documentação do Arquivo da Arqueologia Portuguesa. A partir de 2003, a informação decorre da consulta directa do *Endovéllico* que desde 2002 possui um formulário próprio para registar as “autorizações”. O valor de 2010 está decerto incompleto, pois foi recolhido em 30 de Dezembro de 2010, data em que não estão inseridas no sistema todas as autorizações concedidas no ano.

Gráfico 2 - Relatórios Técnico-Científicos entregues



apenas com a excepção do ano de 2008, que registou menos autorizações do que os dois anos anteriores. Parece contudo ser uma ocorrência pontual, pois em 2009, o valor volta a ser consentâneo com um crescimento sustentado.

A actividade arqueológica, do ponto de vista da sua gestão, gera informação arqueológica expressa em vários suportes e mensurável através de indicadores variados. Refira-se a título de exemplo o volume da documentação que integra o Arquivo da Arqueologia Portuguesa. De valores que atingiam no máximo as duas dezenas de novos processos abertos por ano antes de 1997, evoluiu-se rapidamente para cerca de 800 novos processo anos desde 2000. Os relatórios técnico-científicos entregues pelos arqueólogos ao abrigo do RTA¹¹ são actualmente em número muito superior. Refira-se que os dados para os anos de 2006 a 2010 incluem para além dos relatórios finais, relatórios de progresso e preliminares que se tornaram muito comuns atendendo às especificidades da actividade arqueológica preventiva. Assim para um só trabalho arqueológico podem ser produzidos vários relatórios, situação inexistente antes de 1997.

¹¹ Metadados: valores recolhidos no *Endovélico*, que possui um formulário próprio para registar os relatórios que dão entrada no Arquivo da Arqueologia Portuguesa.

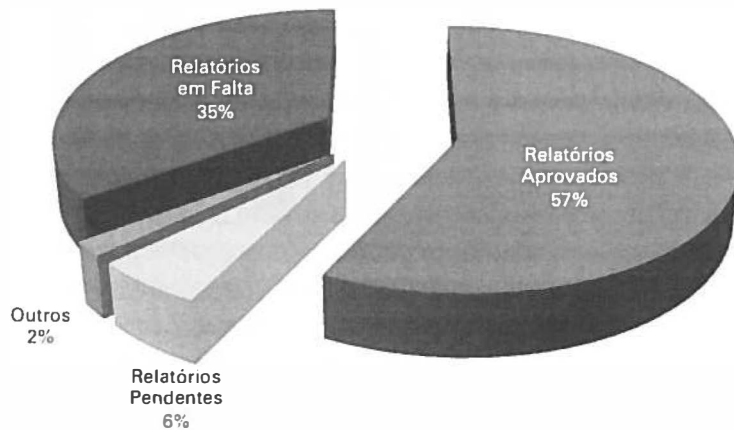
A questão dos “relatórios em atraso” caiu em “relativo” esquecimento. Gostaria de pensar que tal se deve ao facto deste fenómeno ter menos expressão hoje que em fases anteriores (Silva, 1998: 16), ainda que relatório entregue e aprovado sejam de facto realidades diferentes. Desde criação do IPA (e admito que anteriormente algo semelhante tivesse ocorrido) em diversos momentos, a tutela tomou iniciativas no sentido de motivar a classe arqueológica para a regularização na entrega de relatórios “em atraso” (em 1997, 2003 e 2010 de forma sistemática). Actualmente a entrega do relatório é condição comum para o pagamento do trabalho, daí ser expectável que a não entrega de relatórios fosse uma situação mais residual. Contudo, e como os números de autorizações concedidas e de relatórios entregues deixam antever, continuam a persistir situações em que os arqueólogos são autorizados a realizar um trabalho arqueológico que efectivamente concretizam e não procedem à consequente e legalmente obrigatória entrega de relatório técnico-científico. Não sendo este o tema do presente trabalho, não vou desenvolver o assunto que não aprofundei, mas referir apenas que das aproximadamente 8000 autorizações concedidas entre 2003 e 2008, em cerca de 35% dos casos não foi entregue qualquer relatório! É possível que este valor esteja

um pouco inflacionado devido a lapsos ou atrasos na actualização da informação no sistema. Mas não nos iludamos: a situação é gravíssima!

Esta situação requer um esforço conjunto entre os arqueólogos, empresas de arqueologia, organizações representantes, associações e Tutela, no sen-

é essencial que esta informação seja revertida para um sistema de informação acessível à sociedade em geral e que os relatórios produzidos estejam disponíveis para consulta, guardados os devidos direitos de autor (Silva, 2008: 18). Só desta forma, a investigação subsequente poderá contar com

Gráfico 3 - Relatórios Técnico-Científicos 2003-2008



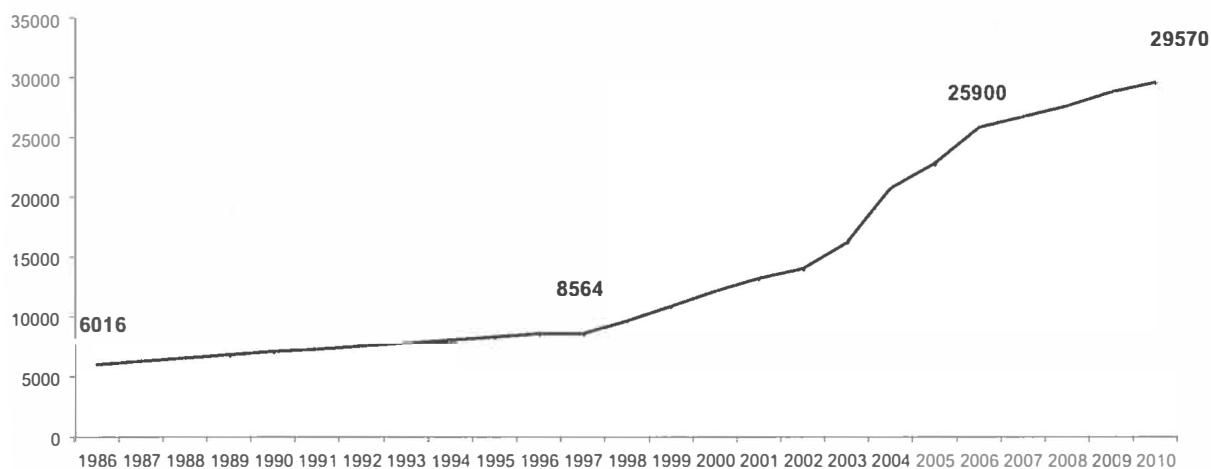
tido de uma maior exigência colectiva. A evolução recente na forma de exercício profissional tem levado a uma desresponsabilização dos arqueólogos (Silva, 2008: 18) e da figura do "responsável" científico, que não foi compensada de forma alguma.

Não posso deixar de usar esta oportunidade para exprimir a minha opinião sobre este assunto. Não queria assumir aqui uma posição demasiadamente policial e admito que muitas vezes é difícil para os arqueólogos cumprirem os prazos. O que não é admissível é que haja arqueólogos que achem à partida que entregar relatórios é apenas um *pro forma*. O pedido de autorização e a entrega de relatório ao Estado são actos que em primeiro lugar significam que nós, os arqueólogos, trabalhamos sobre um bem comum, sobre Património. Como tal, para além de necessarmos de habilitação própria, temos que "dar contas" ao colectivo, do que fazemos. Por outro lado, e não menos importante, estes actos permitem de facto, que a informação básica recolhida e produzida no decurso de um trabalho arqueológico (intrusivo ou não), logo num primeiro momento, reverta para benefício público. Por isso

"toda" a informação anteriormente produzida e a salvaguarda patrimonial é possível, num tempo em que as intervenções sobre o território são tão frequentes e violentas. Por isso não entregar relatórios de um trabalho arqueológico realizado é guardar para nós o que não nos pertence e não cumprir o mínimo dos mínimos das nossas obrigações deontológicas e sociais. Mas mais importante ainda, o objectivo primeiro de qualquer intervenção arqueológica é a produção de informação histórica e a sua transposição para o conhecimento comum. O relatório técnico-científico de uma intervenção arqueológica é apenas o primeiro momento desta longa e complexa corrente de transmissão. Um trabalho arqueológico sem relatório distingue-se pouco de um acto de vandalismo realizado ao abrigo e por imposição da Lei.

Não vou abordar aqui a questão das intervenções arqueológicas "clandestinas", ou seja, trabalhos realizados sob a direcção de arqueólogos sem que seja solicitada e/ou obtida a devida autorização da Tutela. Penso que de facto, actualmente, são situações muito pontuais e acrescento que, na minha

Gráfico 4 - Sítios Arqueológicos Inventariados



humilde opinião deviam ser consideradas legalmente como “crime de destruição de vestígios” e punidas de acordo com o disposto no Artigo 103.º da Lei n.º 107/ 2001, de 8 de Setembro, “com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias”.

Voltando ao que realmente interessa, o aumento da actividade arqueológica gera principalmente um maior conhecimento do território e paisagem arqueológica, ou seja, produz dados para a Carta Arqueológica. Assim, verifica-se uma evolução muito significativa no número de sítios arqueológicos constantes no *Endovélico*, valor que constituiu uma aproximação ao número de sítios arqueológicos conhecidos¹².

Com o aumento da actividade arqueológica preventiva a partir de 1997, aumentou proporcionalmente o número de sítios arqueológicos inventariados. Em 2004, observa-se um impulso aparente gerado pela introdução dos dados relativos à arqueologia subaquática. Desde 2006, o número de sítios inventariados regista um crescimento um

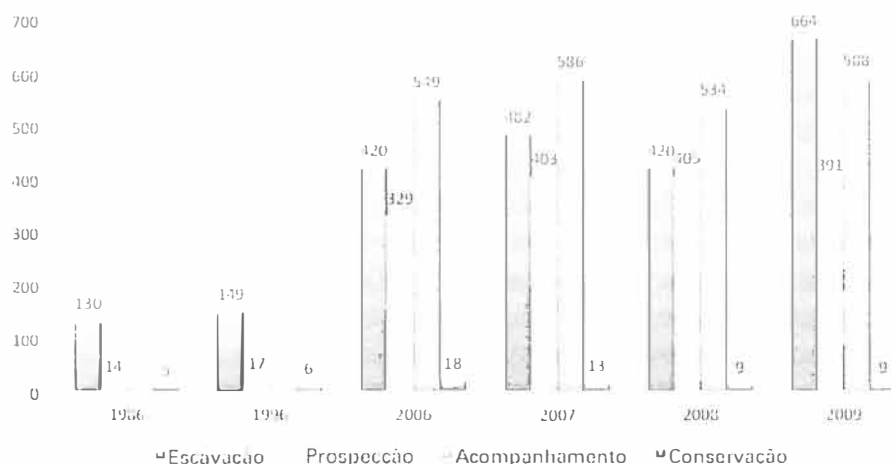
pouco mais lento que poderá relacionar-se com a diminuição drástica da equipa que assegura o inventário (a equipa chegou a ter 7 elementos e conta agora apenas com 3 técnicos), que poderá motivar atrasos ou lapsos na inserção da informação gerada pela actividade arqueológica, nomeadamente no que se refere aos trabalhos de prospecção e levantamento.

As intervenções arqueológicas realizadas referem-se obviamente a diversos tipos de trabalho¹³. Quando analisada sob esta perspectiva, verifica-se que a actividade arqueológica também sofreu uma evolução significativa no período em estudo. Até 1996, as escavações arqueológicas representavam quase 90% do total, coexistindo com valores relativos reduzidos de prospecções e acções de conservação e restauro. A partir de 1997, vai-se consolidando uma tendência, perfeitamente estabilizada em meados da primeira década do século XXI, na qual os trabalhos de escavação/sondagem por um lado e os trabalhos de acompanhamento arqueológico de obra por outro, representam entre 30 e 40%; os trabalhos de prospecção/levantamento arqueológico representam cerca de 25%; os trabalhos de conservação e restauro de estruturas e sítios arqueológicos representam no máximo 1% do total da actividade. O crescimento exponencial das intervenções de prospecção e acompanhamento relacionam-se mais uma vez com a adopção de procedimentos

¹² Metadados: os valores correspondentes aos sítios arqueológicos inventariados entre 1986 e 1996 foram estimados a partir de diversas fontes de informação: as fichas de inventário manuais (que possuíam um campo para a data de criação), a bibliografia (Real, 1995: 27; ver outras referências em Bugalhão e Lucena, 2006), os livros de registo do Código Nacional de Sítio, etc. A partir de 1997, os valores de cada ano correspondem aos sítios arqueológicos inventariados no dia 31 de Dezembro de cada ano. Em 2004, foram inseridos no *Endovélico* os cerca de 1500 sítios e achados arqueológicos subaquáticos inventariados pelo Centro Nacional de Arqueologia Subaquática (que representam em 2010 exactamente 1595 sítios e achados).

¹³ Metadados: ver nota 10.

Gráfico 5 - Trabalhos Arqueológicos - Tipo

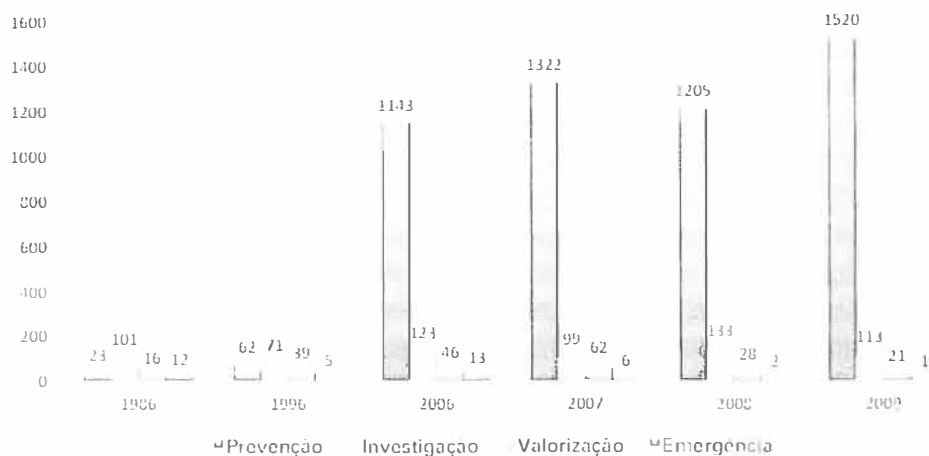


próprios da Arqueologia Preventiva.

Aliás o “acompanhamento arqueológico” de obra é um tipo de intervenção inexistente antes de 1997 que tem muitas vezes a injusta fama de ter pouca utilidade. Os resultados obtidos quer em ambiente urbano, quer em ambiente rural comprovam que um acompanhamento arqueológico, quando criteriosamente direccionado e executado, pode

No que se refere à natureza dos trabalhos arqueológicos realizados e recorrendo às Categorias de Trabalhos Arqueológicos definidas também no RTA¹⁴, no período em análise observam-se mais uma vez duas realidades completamente distintas: antes e depois da criação do IPA, em 1997¹⁵. Nos anos 80, grande parte da actividade arqueológica nacional (entre 70 e 80%) decorria no âmbito de

Gráfico 6 - Trabalhos Arqueológicos - Categoria



revelar vestígios arqueológicos não reconhecíveis em prospecção de superfície. Em cidade, o acompanhamento de obras têm-se revelado plenamente justificado pelas ocorrências que têm permitido identificar e salvaguardar, funcionando como método de sondagem e prospecção em áreas urbanas muito alargadas. Trata-se assim de um tipo de trabalho reabilitado pela prática da arqueologia preventiva.

projectos de investigação mais ou menos formalizados, apresentando as restantes categorias valores

¹⁴ Categoria A - investigação programada integrada em projectos de investigação; Categoria B - estudo e valorização de sítios arqueológicos integrados em projectos de valorização; Categoria C - acções preventivas no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural ou urbano; Categoria D - acções de emergência em sítios arqueológicos que se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total (Cfr. Artigo 3.º).

¹⁵ Metadados: ver nota 10.

absolutos e percentuais bastante modestos. Nos anos 90, verifica-se uma tendência crescente de inversão desta realidade, suportada essencialmente com o crescimento progressivo das intervenções preventivas. Esta tendência instala-se completamente no século XXI, passando as intervenções de “categoria C” a representar cerca de 90% do trabalho desenvolvido.

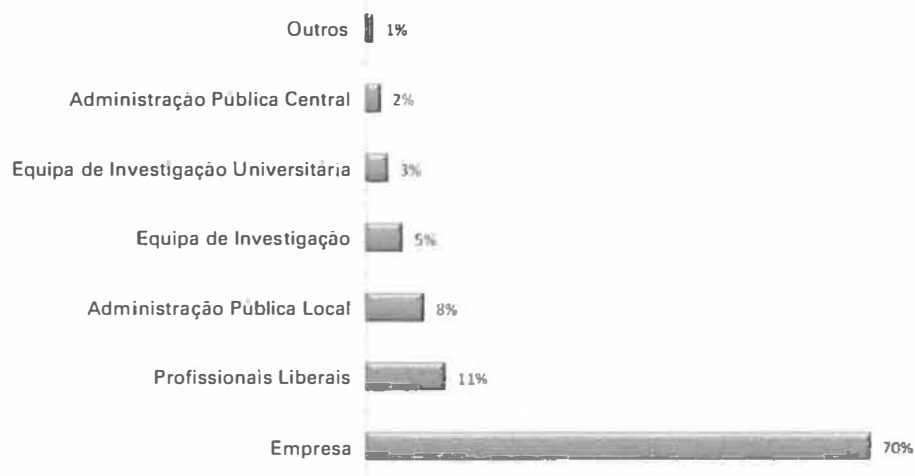
No que se refere aos trabalhos enquadrados em projectos de investigação, verifica-se uma estabilidade quase linear de valores desde 1985 até à actualidade. No entanto, esta categoria de trabalhos merecia uma análise mais detalhada, nomeadamente no que se refere ao período entre

da Arqueologia Preventiva na gestão arqueológica.

Quanto ao enquadramento destas intervenções arqueológicas¹⁷, até meados dos anos 90, a esmagadora maioria das intervenções era promovida por equipas de investigação com maior ou menor enquadramento institucional. A restante actividade era promovida pela administração pública central e local. Com a criação do IPA e as alterações já referidas, este panorama muda drástica e rapidamente, passando as empresas de arqueologia e os profissionais liberais a enquadrar/promover mais de 80% das intervenções realizadas (Lago, 2003: 103).

Relativamente à distribuição territorial da actividade arqueológica (pelas 5 regiões NUT's II)¹⁸, veri-

Gráfico 7 - Enquadramento das intervenções arqueológicas 2006 - 2009



1998 e 2005, quando decorreram grande parte dos projectos aprovados e financiados no âmbito do Plano Nacional dos Trabalhos Arqueológicos¹⁶. Relativamente às acções de valorização, verifica-se algum crescimento no período em estudo (pelo menos até 2007). Contudo, a partir de 1997, esta categoria assume valores percentuais cada progressivamente mais modestos (entre 5 e 1%). Finalmente, as intervenções de emergência registam uma tendência de diminuição e até desaparecimento, como resultado da implantação

¹⁶ Enquadrados pelo Regulamento do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (regulamento interno do IPA, 1998) e posteriormente pelo Regulamento de Financiamento do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, Despacho Normativo n.º 18-A/2003, de 7 de Maio.

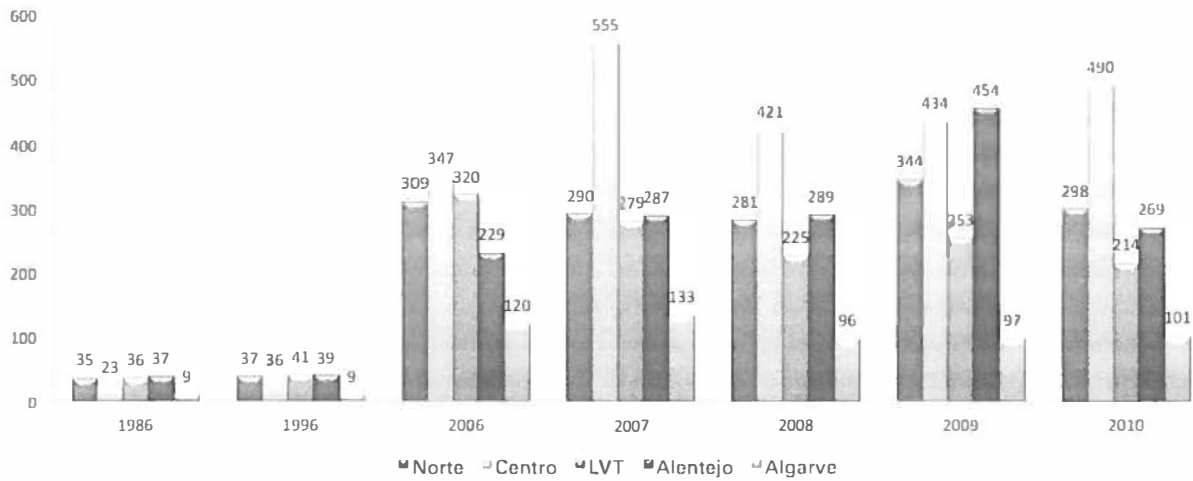
fica-se uma relativa regularidade nos dados de 1986 e 1996, independentemente da extensão de cada região, com excepção para o Algarve, onde aparentemente a actividade foi menos intensa.

Se analisados apenas os valores entre 2006 e 2010, verifica-se alguma estabilidade na actividade arqueológica da região Norte (Lemos, 2007: 108),

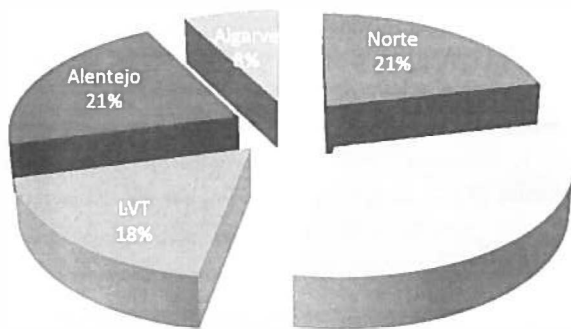
¹⁷ Metadados: ver nota 10. Embora estes dados tenham origem no Endovêlico, de facto o sistema não regista directamente esta informação. O enquadramento de cada intervenção foi determinada a partir do tipo de projecto em causa, dos arqueólogos responsáveis e do conhecimento que eu própria detenho sobre as suas “relações” institucionais e profissionais (ver nota 28), o que nem sempre foi possível concretizar. Assim os dados apresentados referem-se a uma estimativa a partir de cerca de 75% de intervenções arqueológicas cujo enquadramento foi possível determinar pela forma referida.

¹⁸ Metadados: ver nota 10.

**Gráfico 8 - Trabalhos Arqueológicos
Dispersão Territorial**



**Gráfico 9 - Trabalhos Arqueológicos
Dispersão Territorial 2006 - 2010**



uma tendência de crescimento na região Centro, alguma diminuição na região de Lisboa e Vale do Tejo, um acentuado crescimento no Alentejo em 2009 (sistemas de rega do Alqueva) e um pequeno abrandamento no Algarve.

No conjunto dos 5 anos, vislumbra-se a concentração da actividade arqueológica nas regiões mais urbanizadas e menos extensas (Norte e Lisboa e Vale do Tejo). O Alentejo e a região Centro apresentam valores lógicos considerando a sua extensão (mais elevados no Centro devido à urbanização mais intensa do litoral). O Algarve continua a apresentar valores consentâneos com a sua extensão territorial, mas um pouco dissonantes se considerada a forte urbanização da faixa litorânea.

A Arqueologia Preventiva

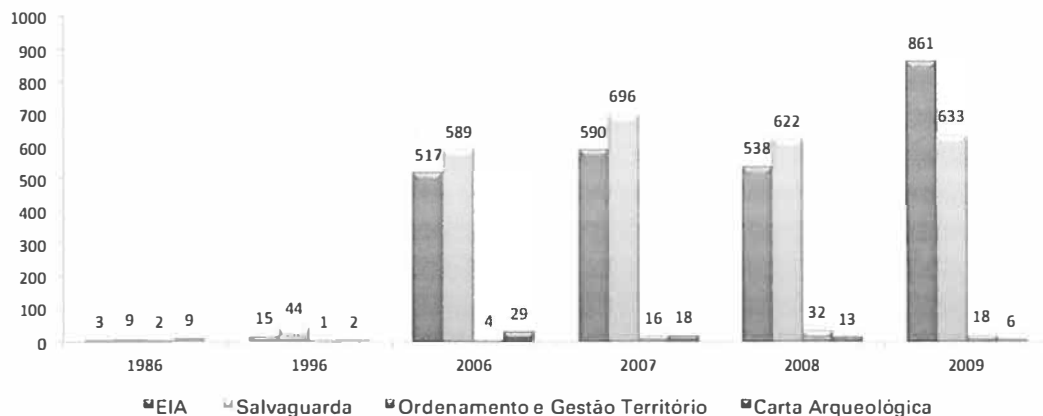
Como já foi repetidamente referido as intervenções de natureza preventiva alcançaram na última década e meia preponderância crescente (Silva, 1995: 99; Arnaud, 1997: 84; Zilhão, 2000: 6; Silva, 2003: 73; Correia, 2003; Lago, 2003: 100; Parreira, 2007: 99; Silva, 2008: 17); em contraponto com a “decadência” da Arqueologia de Salvamento (Instituto..., 1997: 91; Zilhão, 2000: 9). Por isso e porque são actualmente o motor da actividade arqueológica, merecem análise mais pormenorizada.

Esta categoria enquadra essencialmente trabalhos desenvolvidos no âmbito de processos de salvaguarda do património arqueológico (em sítios inventariados, reabilitação urbana, monumentos e zonas classificadas), de avaliação de impacto ambiental, de ordenamento e gestão do território ou de elaboração de Cartas Arqueológicas¹⁹.

Uma carta arqueológica é um repertório de informação estruturada e organizada (normalmente em ficha) sobre as ocorrências arqueológicas conhecidas e/ou referenciadas, num determinado território, complementada com a respectiva referência cartográfica e/ou georeferenciação. Neste conceito incluem-se desde simples inventários ou catálogos até avançados e complexos sistemas de informação, passando sobre estudos

¹⁹ Metadados: ver nota 10.

Gráfico 10 - Arqueologia Preventiva
Tipo de Projectos



de povoamento e território com recurso a análise das variantes geográficas e/ou implementação de modelos teóricos a casos concretos. Nesta acepção, o objecto principal da carta arqueológica é o conhecimento histórico do território numa perspectiva diacrónica ou sincrónica, perceptível a partir dos vestígios arqueológicos, imóveis e móveis (estes últimos, quando está disponível a informação sobre o seu local de achamento e/ou recolha). Numa segunda perspectiva, uma Carta Arqueológica pode ser definida como um instrumento de gestão do património arqueológico, entendido como recurso público, comum e finito, gerido pelo Estado. Neste sentido, para além da informação puramente técnica e científica, interessa referenciar informação diversa de natureza legal e administrativa (por exemplo, divisão administrativa, proprietário, protecção legal, etc). Neste contexto, muitas vezes as cartas arqueológicas assumem-se como sistemas de informação e gestão, nos quais o conhecimento sobre a realidade passada baseia um conjunto de procedimentos legais e administrativos, maioritariamente desenvolvidos por organismos públicos, no sentido da gestão, protecção, salvaguarda e valorização do património arqueológico imóvel. Por fim, numa terceira perspectiva e num momento normalmente decorrente da implementação dos dois conceitos anteriormente descritos, a carta arqueológica é um instrumento complementar de gestão do território, no pressuposto que o património arqueológico imóvel é uma parte integrante e não subtraível da paisagem

e do território e, assim sendo, a sua protecção e salvaguarda carecem de enquadramento adequado no âmbito dos instrumentos de gestão territorial legalmente definidos. Estes diversos conceitos, que continuam a coexistir, estão interligados e até se pode considerar que constituem pela ordem na qual foram apresentados, no que respeita a gestão pública do património arqueológico, uma evolução do conceito de Carta Arqueológica. A elaboração de Cartas Arqueológicas em Portugal foi incentivada nos anos 80 (projecto de âmbito nacional que permitiu o financiamento e apoio a dezenas de cartas arqueológicas municipais), tendo constituído um dos primeiros instrumentos de arqueologia preventiva a ser implementado em Portugal (Real, 1995: 27-30). Trata-se de um tipo de projectos ainda muito actual e necessário em partes significativas do território nacional, pelo que, embora em número reduzido, continuam a desenvolver-se.

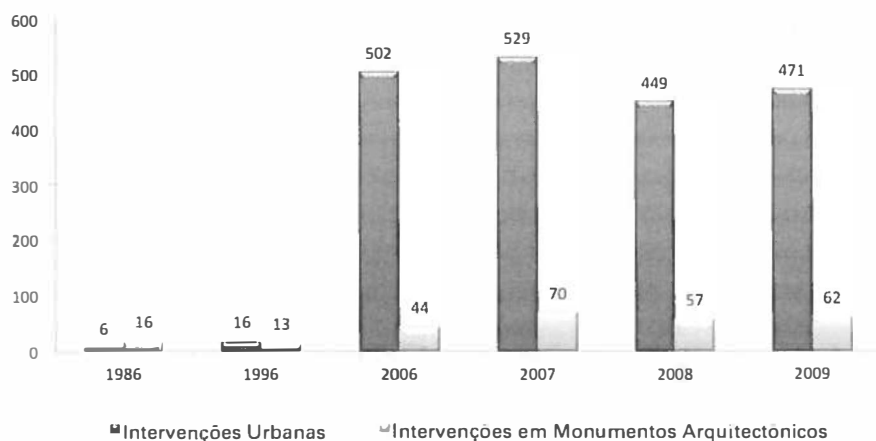
As intervenções de salvaguarda integram também todas as acções preventivas destinadas a salvaguardar ou a preservar pelo registo sítios arqueológicos conhecidos e inventariados, substratos arqueológicos urbanos históricos protegidos, monumentos classificados e suas envolventes (através da actividade de salvaguarda desenvolvida pelas entidades de tutela dos bens imóveis classificados e respectivas áreas de protecção)²⁰. As intervenções de salvaguarda representam desde 2006 entre 38 e 46% do total da actividade arqueológica nacional.

²⁰ Metadados: ver nota 10.

Neste âmbito, a intervenção sobre contextos arqueológicos urbanos tem verificado um crescimento muito significativo, atingindo em 2009, cerca de 25% da actividade arqueológica nacional. A arqueologia urbana era no início dos anos 90 uma realidade emergente que com a institucionalização da arqueologia preventiva e a acção concertada das unidades descentralizadas da administração central (as Extensões Territoriais do IPA/IGESPAR e as Direcções Regionais do IPPAR e de Cultura) e dos serviços de arqueologia dos municípios se sistematizou nos centros históricos mais importantes e se generalizou a quase todos os aglomerados urbanos antigos. Este crescimento da arqueologia urbana coexiste com sérios e complexos problemas como: dificuldade de gestão de informação arqueológica e espólios e bloqueamento dos processos de investigação e publicação científicas. Apesar destas dificuldades, tem sido possível salvaguardar e registar contextos arqueológicos muito relevantes, reconhecendo a importância das cidades como reservas arqueológicas fundamentais e espaços principais da História. Espera-se que um dia os arqueólogos e toda a sociedade saibam transformar este esforço

tal (AIA), incipiente nos anos 90 (Raposo, 1995: 81; Silva, 1995a: 95), tem verificado igualmente um crescimento sustentado desde 2000, atingindo 51% do total da actividade arqueológica nacional em 2009²¹. A legislação que impõe a prévia avaliação de impacte ambiental dos projectos susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente foi implementada em Portugal desde o final dos anos 80 do século XX²², sob estímulo de normativos europeus (Raposo, 2010: 364). Desde os anos 90 foram tentadas diversas fórmulas e experiências que, no seguimento de disposições legais mais ou menos genéricas, introduziam o património cultural imóvel como elemento integrante da paisagem ou ambiente, e logo um dos factores a considerar na avaliação de impactes negativos dos grandes projectos e na consequente implementação de medidas de mitigação dos mesmos (ver especialmente Raposo, 1995). Contudo, durante toda essa década estas experiências embora importantes pela aprendizagem que permitiram, revestiram-se sempre de carácter pontual e excepcional (Arnaud, 1994; Raposo, 1995: 74 e 80 a 84; Silva, 1995a: 96; Lago, 2003: 100). A introdução (institucional e técnica) de procedimentos

Gráfico 11 - Intervenções de Salvaguarda Tipo



em conhecimento e património.

As intervenções em monumentos arquitectónicos também cresceram, mas são menos representativas relativamente ao todo.

A actividade arqueológica desenvolvida no âmbito de processos de avaliação de impacte ambien-

²¹ Metadados: estes dados foram obtidos a partir do Endovélico (nos formulários processo, projecto e EIA) e dos relatórios de actividades anuais produzidos pelas Extensões Territoriais do IPA/IGESPAR, Gabinete de Estudos de Impacte (IPA) e Divisão de Arqueologia Preventiva e de Acompanhamento (IGESPAR).

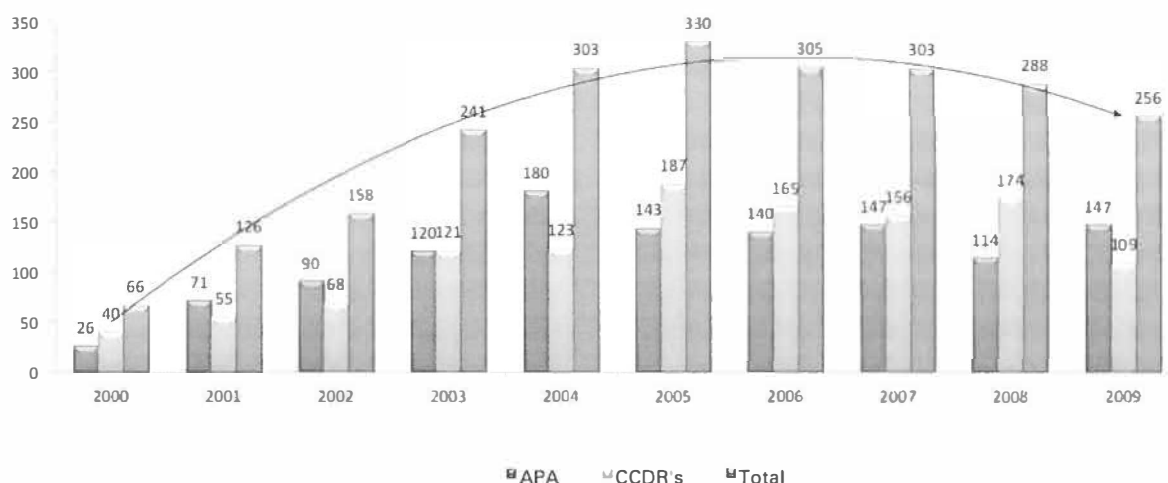
²² Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (Lei de Bases do Ambiente) e Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho (que regulamenta os procedimentos de prévia Avaliação de Impacte Ambiental), que mais tarde evoluiu para o Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio.

de Arqueologia Preventiva nos processos de AIA foi um dos objectivos estratégicos mais importantes e bem sucedidos do IPA (Almeida, 2008: 162; Raposo, 2010: 365), embora nem todos o compreendessem inicialmente (Raposo, 1997: 96). Ou seja não foi a legislação que motivou directamente a implantação da Arqueologia nos processos de AIA (contrariando Silva, 1995a: 96), foi a implementação deliberada e sistemática de uma forma concreta de aplicação desta que o conseguiu (Instituto..., 1997: 91; Martins, 2010).

Anteriormente a participação da Tutela era esporádica e quase sempre na fase de consulta pública (Raposo, 1995: 76). Desde a criação do IPA foi desenvolvida pela sua direcção e técnicos no seu trabalho directo uma forte acção sensibilizadora junto das autoridades de AIA (Ministério do Ambiente e

Assim, deixou de ser possível a aprovação de um EIA sem que este incluisse a avaliação dos impactos do projecto sobre o património arqueológico e a consequente definição de medidas de minimização. Propiciou-se assim, a participação sistemática de arqueólogos nos processos integrados de AIA, ao contrário da generalidade das situações anteriores a 1997 (Raposo, 1995: 67 e ss.) e do que alguns temeram (Silva, 2000: 24), promovendo a disciplina arqueológica e a colaboração interdisciplinar com outras áreas profissionais e dignificando e a profissão do “arqueólogo” junto de sectores até aí muito alheados da temática patrimonial. O arqueólogo afirmou-se como “o único profissional capaz de abranger o território como um todo (...) e dar o suporte ao desenvolvimento interdisciplinar dos projectos necessários” (Correia, 2003: 82).

Gráfico 12 - Nomeações para Comissões de AIA IPA/IGESPAR



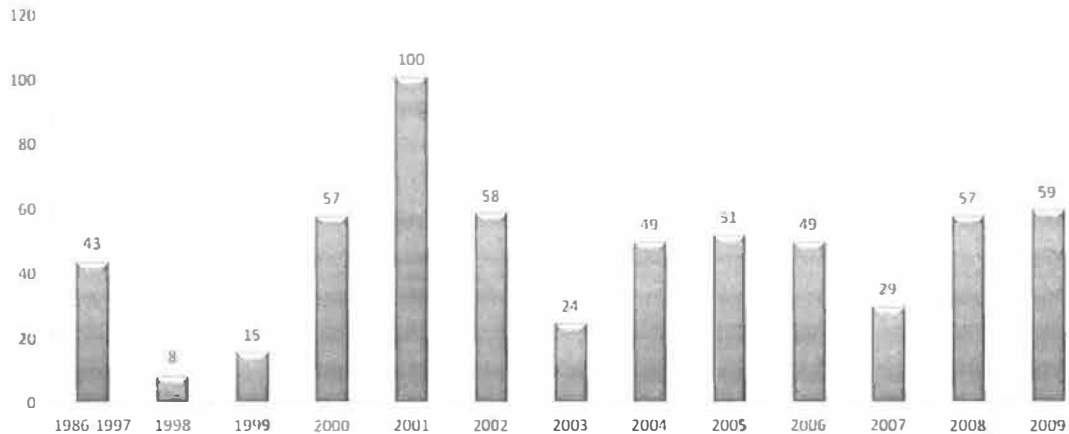
CCDR's), do sentido de colocar representantes seus nas Comissões de Avaliação (CA) dos Estudos de Impacte Ambiental (EIA), contrariando a tendência anterior (Raposo, 1995: 74). Este esforço conduziu à presença sistemática de representantes do IPA (hoje IGESPAR) em todas as CA's (Silva, 2008: 17), o que permitiu que o “descriptor” Património, com especial relevo para o património arqueológico pela sua elevada dispersão na paisagem, merecesse uma cada vez maior e mais criteriosa atenção²³.

²³ Para além da presença sistemática em comissões de avaliação, foram também produzidas pelo IPA diversas “Circulares”

Este trabalho constitui uma das maiores fontes de informação para a Carta Arqueológica, garantido a prospecção de superfície e o acompanhamento arqueológico de obras, em largas extensões de território, com benefícios para a investigação arqueológica

dirigidas à comunidade arqueológica e destinadas a normalizar a elaboração dos “Estudos de Impacte Arqueológico”, bem como ocorreu a participação activa deste organismo na elaboração de documentos normativos de natureza metodológica (por exemplo: Critérios para a Avaliação da Qualidade de Estudos de Impacte Ambiental, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Instituto Superior Técnico; Medidas de Minimização Gerais de Trabalhos de Construção, APA; Guia Técnico para a Elaboração de Estudos de Impacte Ambiental do EFMA, EDIA; Guia Técnico de Avaliação de Impacte Ambiental de Aproveitamentos Hidráulicos, APA).

Gráfico 13 - Participação da Tutela Arqueológica na elaboração de Instrumentos de Gestão e Ordenamento do Território



lógica e para o ordenamento do território (Almeida, 2008: 164; Raposo, 2010: 366). Actualmente, e apesar de alguma tendência recente de decréscimo no número de EIA em avaliação, a actividade arqueológica desenvolvida neste contexto é um dos principais “mercados” para empresas de arqueologia, de emprego para arqueólogos e de financiamento para a Arqueologia.

Por fim e ainda no âmbito da institucionalização da Arqueologia Preventiva, é essencial a aposta nos instrumentos de gestão e ordenamento do território (IGOT’s), pois é através da regulamentação incluída nos diversos planos que a salvaguarda do património arqueológico poderá ser crescentemente mais eficaz, a diversas escalas. Esta percepção existe por parte da comunidade arqueológica desde os anos 80 (Silva, 1995a: 94), como os dados recolhidos²⁴ mostram, confirmando a inclusão do Património Cultural como elemento a considerar no ordenamento do território desde a legislação mais antiga²⁵. Também a este nível foi desenvolvida pelo IPA uma estratégia de participação intensa nos pro-

cessos de elaboração e revisão de “planos”, quer através da integração de representantes das comissões de acompanhamento, quer através da emissão de pareceres externos (Raposo, 2003). Contudo, a complexidade e morosidade destes processos e a dispersão de interlocutores dificultou a desejada sistematização nesta participação.

Ainda assim, tem vindo a tornar-se mais habitual a integração de normas de salvaguarda específicas para o património arqueológico (Silva, 2008a: 199), nos planos de diferentes âmbitos: nacional (planos de ordenamento especiais), regional (planos de ordenamento regionais) e municipal (Planos Directores Municipais, Planos de Pormenor e Planos de Urbanização). A participação (mais ou menos efectiva) da Tutela Arqueológica nos processos de elaboração de IGOT’s estará num nível próximo do pleno no caso dos Planos Regionais de Ordenamento e dos PDM’s, destacando-se a importância destes últimos como principal instrumento de salvaguarda arqueológica ao nível do ordenamento do território (Lemos, 2003: 112-113).

Considero contudo que este é um caminho em grande parte ainda por percorrer, pois, pese embora a inexistência de estudo aprofundado sobre este assunto, tenho a percepção que a qualidade dos planos que vão sendo aprovados e implementados ainda é muito desigual (Lemos et al, 2003), bem como ainda é muito residual a actividade arqueológica desenvolvida no âmbito da preparação e elaboração de IGOT’s (cerca de 1% do total, entre 2006

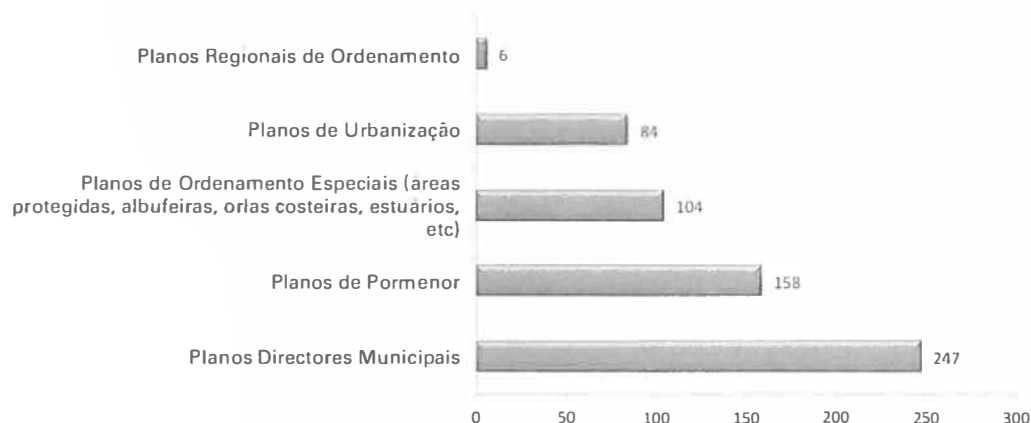
²⁴ Metadados: estes dados foram obtidos a partir do Endovélico (formulário processo) e referem-se apenas ao ano de abertura do processo. Os números não reflectem a abertura de processos de revisão de PDM quando já existe processo anterior desse plano.

²⁵ Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio (regime do plano director municipal como instrumento do ordenamento do território) ao qual se sucedem vários diplomas legais, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março e o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro. Actualmente vigoram a Lei 48/98 (estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo), a Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto (primeira alteração à Lei n.º 48/98) e o Decreto-lei 46/2009, de 20 de Fevereiro (republicação do Decreto-Lei n.º 380/99).

e 2009). Urge assim, estabelecer o ordenamento do território como um dos principais instrumentos de gestão do património arqueológico e estabelecer os princípios, regras e opções orientadoras relativos à Arqueologia, a respeitar na organização do território nacional. Para este efeito é essencial garantir a

tes, e que de alguma forma anteciparam o *boom* da classe profissional, espelham bem a problemática que a nível nacional tem ocorrido em torno de questões como: o que é ser arqueólogo e quem é arqueólogo, fortemente ligadas com a necessidade de uma auto-regulação da profissão.

Gráfico 14 - Participação da Tutela Arqueológica na elaboração de Instrumentos de Gestão e Ordenamento do Território (1986 - 2009)



presença de representantes da Tutela arqueológica nas comissões consultivas e de acompanhamento dos diversos programas e planos, promovendo o cumprimento da Lei, com a inclusão de informação de qualidade relativa ao património arqueológico em todos os elementos constituintes dos IGOT's (designadamente, Regulamento, Cartas de Condicionantes e Ordenamento), garantindo a sua salvaguarda e valorização.

Os Arqueólogos e o exercício da profissão

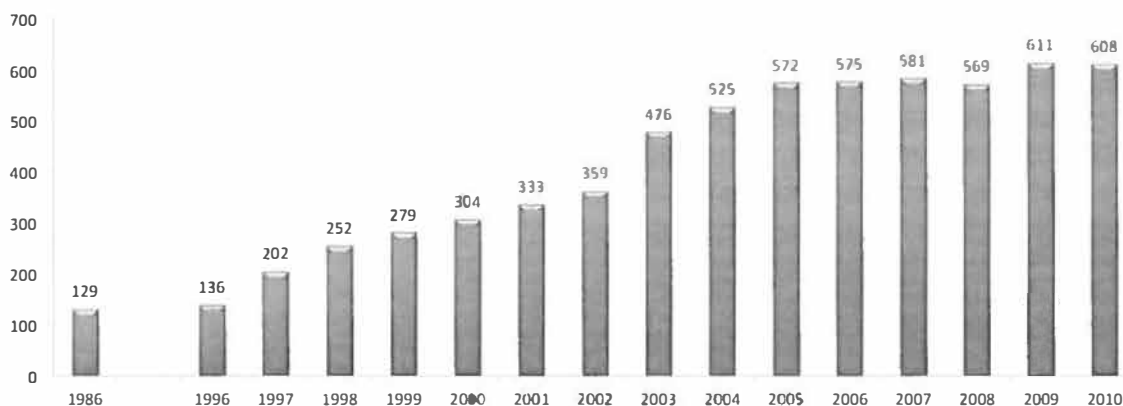
A mudança radical que vem sendo caracterizada assentou numa profunda alteração da classe profissional dos arqueólogos. A própria existência de uma "classe profissional" é uma realidade recente (Silva, 1994: 92; Almeida, 2007a: 103), como o demonstram o processo de criação da Associação Profissional de Arqueólogos (Silva, 1993; Silva et al, 1994a; Silva, 1998a, Silva, 2003; Correia, 2003; Almeida, 2007a: 101) e propostas de constituição de uma Ordem (Opinião. Ordem..., 2000; Real, 2003: 93; Lago, 2003: 105; Almeida, et al, 2006: 87; Almeida, 2007a: 103). Estes processos históricos recen-

De um grupo profissional constituído por um pouco mais que cem arqueólogos (estimativas em: Silva et al, 1994a: 78; Real: 1995: 38; Lemos, 2007: 106), nem todos "profissionais", ou seja remunerados, evoluiu-se para cerca de 600 arqueólogos autorizados a realizar trabalhos arqueológicos por ano²⁶. Sobre este assunto deve salientar-se a importância da criação das variantes e principalmente das Licenciaturas em Arqueologia (Silva, 1999: 20; Silva, 2002: 310; Lemos, 2007: 107).

Esta é uma classe necessariamente jovem, aliciada por alguns anos de empregabilidade quase plena (Silva, 2000: 23; Silva, 2003a: 21; Silva, 2003: 72). A estrutura da classe profissional, o seu balanço social (distribuição etária, de género, habilitacional, etc), a forma e enquadramento do exercício da profissão são assuntos por estudar e aprofundar (Silva, 2003a: 21). Os dados que apresento permitem uma abordagem meramente preliminar e muitas das conclusões têm base empírica.

²⁶ Metadados: ver nota 10. Os valores referem-se a arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos por ano.

Gráfico 15 - Arqueólogos
(autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos)



Uma questão levantada com alguma frequência em fóruns arqueológicos é: quantos são os arqueólogos portugueses? Uma vez que o enquadramento legal actual não obriga a um processo de credenciação profissional, não é fácil chegar a este valor (veja-se o esforço desenvolvido neste sentido em: Raposo, 2005 e Almeida, 2007a), embora, mais uma vez os dados indiquem uma tendência de crescimento sustentado entre 1997 e 2005 (Silva, 1998a: 31; Silva, 1999: 20; Zilhão, 2000: 6; Lago, 2000: 19; Opinião. Ordem..., 2000: 18; Silva, 2002: 300; Raposo, 2003a: 60; Almeida, et al, 2006: 87; Oosterbek, 2007: 92; Almeida: 2007: 103; Deus, et al, 2007: 105). Temos uma ideia de quantos estudantes são admitidos anualmente em licenciaturas de Arqueologia (actualmente cerca de 150²⁷), podendo admitir que cerca de metade efectivamente concluem o seu grau académico por ano, mas também é seguro que uma parte dos licenciados em Arqueologia nunca chega a exercer a profissão. Assim, considero que a forma mais fiável de chegar a este valor é partir das autorizações concedidas pela Tutela, não sem ressaltar que existem hoje em Portugal arqueólogos que não se dedicam ao trabalho de campo e principalmente que, dedicando-se, não o fazem como responsáveis científicos dos trabalhos em que participam; todos estes não estão portanto abrangidos nesta contabilização. Uma outra realidade perceptível é a considerável “flutuação” da classe, pelo menos

²⁷ Número de vagas em Licenciaturas (1.º ciclo de Bolonha) em Arqueologia em estabelecimentos de ensino superior público, <http://www.dges.mctes.pt>.

nos anos imediatamente seguintes à licenciatura: o licenciado “experimental” o exercício da profissão durante algum tempo, de forma regular ou esporádica, e depois opta por outra ocupação profissional. Assim, e tendo em consideração todas as contingências referidas, a minha tentativa de aproximação ao número de arqueólogos em exercício em Portugal, partiu da lista de todos os arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos nos últimos 10 anos (entre 2001 e 2010), tendo obtido o número de 1340 arqueólogos. Vale o que vale!

A grande maioria dos arqueólogos exerce a profissão de uma forma total e involuntariamente precária, enquadrando-se nos chamados “recibos verdes”, sem deter o estatuto de real de profissional liberal. Em grande parte do seu tempo trabalham como contratados (alternando com elevada frequência de entidade contratante – empresas, administração local e central, equipas de investigação, etc), quase sempre “a dias”. É verdade, na sua maioria os nossos arqueólogos são “arqueólogos a dias” (Opinião, Ordem..., 2000: 17; Carneiro, 2003: 116; Almeida et al: 89).

As entidades contratantes e a forma de enquadramento profissional dos arqueólogos variam²⁸. Destaco em primeiro e minoritário lugar

²⁸ Metadados: infelizmente o *Endovêlico* não fornece este tipo de informação, até porque o enquadramento profissional dos arqueólogos varia de trabalho para trabalho. Assim estes dados são os mais fiáveis de todos pois foram alcançados através do meu conhecimento directo da situação profissional de cada arqueólogo. Orgulho-me de conhecer muitos arqueólogos, mas não posso já há alguns anos afirmar, como já afirmei, conhecer todos os arqueólogos (se não pessoalmente, pelo menos “pelo nome”). Assim, como agravante, estes valores são estimados, a

aqueles que como eu têm a ventura de exercer a sua profissão de forma estável: são essencialmente os trabalhadores do Estado – administração central e local, universidades – e, em reduzido número, trabalhadores dependentes em empresas (de

rais são muito poucos (e estão a diminuir com o agravamento da situação económica e financeira do país que dificulta a subsistência exclusivamente neste regime). O valor apresentado inclui todos os realizaram trabalhos como profissionais liberais,

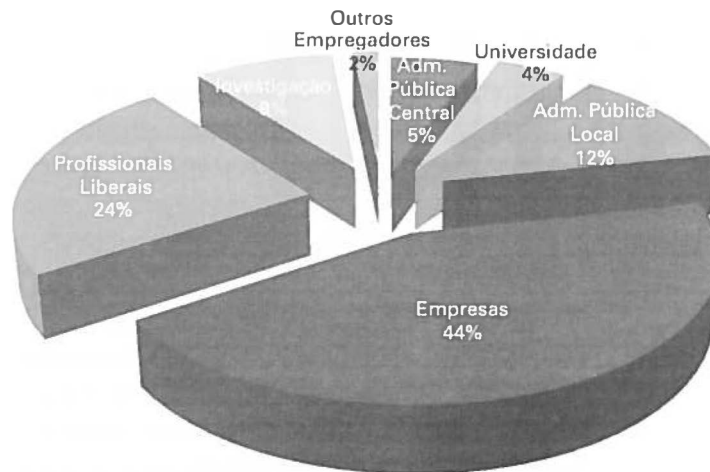
ainda que tal tenha acontecido esporadicamente, entre situações variadas de contratação a tarefa essencialmente para empresas.

Os cerca 9% de arqueólogos que se dedicam (exclusivamente) à investigação são essencialmente bolseiros que durante um período de tempo desenvolvem projectos (normalmente académicos) financiados em programas públicos de apoio à ciência e à formação universitária avançada. Este grupo tem aumentado nos últimos anos. Incluem-se também aqui arqueólogos estrangeiros que fazem investigação “sazonalmente” em Portugal.

Mais de metade dos profissionais em exercício permanente trabalham (na maioria do seu tempo útil de trabalho) em regime de trabalho dependente ou com contratos precários, para empresas de arqueologia. Verifica-se também a presença no mercado de algumas empresas de prestação de serviços de mais largo espectro (elaboração de Estudos de Impacte Ambiental, Fiscalização, etc) que também têm arqueólogos ao seu serviço. Também persistem alguns casos de Associações que prestam serviços de arqueologia sob contrato.

Mas os principais empregadores são as empresas de arqueologia (Silva, 2008a: 19; Zilhão, 2000: 7; Lagos, 2000: 22). Em 1999, António Manuel Silva (1999: 20) estimava que 1/3 dos arqueólogos trabalhava em empresas; hoje são cerca de metade. Esta realidade, a que já estamos habituados é recente e espelha de forma muito particular a grande mudança da Arqueologia portuguesa²⁹. As primeiras

Gráfico 16 - Arqueólogos
Enquadramento Profissional 2010



arqueologia e outras). Não têm havido alterações significativas no número de arqueólogos ao serviço da administração pública central (tutela, museus e outros organismos públicos) e universidades (no máximo 150 profissionais). Já nas Autarquias, verifica-se uma tendência de crescimento (em 1986, quase não existiam; em 1996, seriam cerca de duas dezenas, actualmente, aproximam-se das duas centenas de profissionais), com ainda muito “espaço” de crescimento (Entrevista com Fernando..., 1993: 50; Real: 1995: 25; Raposo, 1997: 96; Silva, 2000: 23; Lemos, 2003: 54; Real, 2003: 88; Carneiro, 2003: 117; Parreira, 2007: 100; Lemos: 2007: 107; Almeida, 2007). Ainda existem muitas autarquias sem qualquer arqueólogo ao serviço (Silva, 1998a: 32; Silva, 1999: 20; Silva, 2002: 306; Silva, 2003: 74; Almeida, 2007: 142) e não tenho qualquer dúvida que todas precisam de arqueólogo, arqueólogos ou gabinete de arqueologia.

Acredito que os verdadeiros profissionais libe-

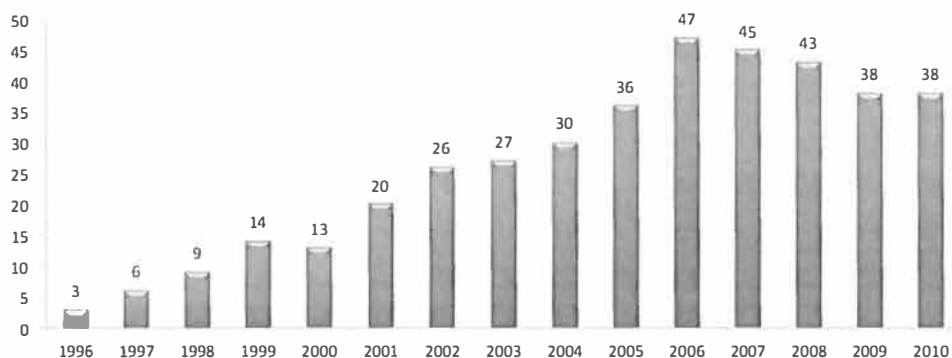
partir do meu conhecimento da realidade. Consegui enquadrar profissionalmente 855 dos 1340 arqueólogos listados.

²⁹ Metadados: dados recolhidos a partir do *Endovélico*, formulários Entradas (foram seleccionadas todas as empresas de Arqueologia que se corresponderam com a Tutela) e Entidades Colectivas (em cada empresa foram analisados os Projectos associados e seu ano de início).

empresas de arqueologia surgiram em meados dos anos 90 do século passado (Silva, 2002: 306; Silva, 2008: 14). Muito rapidamente e seguindo o

Preventiva em Portugal. Nos anos 80 e até meados dos anos 90, o financiamento era exclusivamente estatal (Real, 1995: 35-37; Lago, 2003: 97; Silva,

Gráfico 17 - Empresas de Arqueologia em actividade



impulso do mercado multiplicaram-se (Silva, 1999: 20; Lago, 2000: 19; Silva, 2002a: 20; Raposo, 2005; Deus, at alli, 2007: 105; Lemos, 2007: 107), tendo alcançado um valor máximo de 47 empresas em funcionamento em 2006. A partir desse ano parece verificar-se uma tendência de alguma contracção, mantendo-se ainda assim um número muito razoável de empresas a trabalhar.

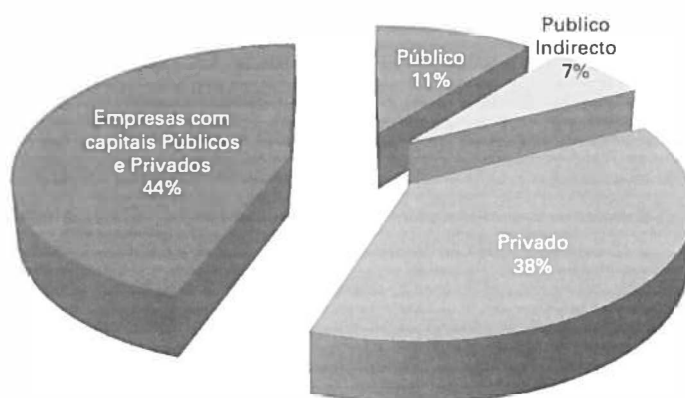
2008: 15) e era concedido directamente, ou seja, destinava-se a apoiar a investigação arqueológica. Nos anos 90, o financiamento privado e/ou indirecto foi ganhando timidamente terreno, implantando-se crescentemente no final da década com o aumento das intervenções de carácter preventivo. Tratava-se já essencialmente de financiamento indirecto, ou seja, a actividade arqueológica a partir da criação

Não disponho de dados nem é esta a ocasião para aprofundar as principais características, virtualidades e fraquezas deste tecido empresarial (Almeida, et al, 2006; Valera, 2007; Actas..., 2008). É contudo indubitável que são as empresas quem mais emprega arqueólogos e também quem suporta a actividade arqueológica nos níveis de frequência que já referi (Silva, 2000: 23). Assim, penso poder afirmar que as empresas de arqueologia são não apenas um produto da procura do mercado, mas constituíram e são uma resposta social à integração de Portugal no contexto da Arqueologia Preventiva (Jorge, 2000: 10; Lago, 2000: 20).

Financiamento

O financiamento da actividade arqueológica sofreu também grandes alterações na sequência da implementação dos procedimentos de Arqueologia

Gráfico 18 - Financiamento da Actividade Arqueológica 2006 - 2009



do IPA é crescentemente desenvolvida sob contrato (Silva, 2002a: 20; Raposo, 2003a: 59; Silva, 2003: 72; Carneiro, 2003: 116; Parreira, 2007: 100; Almeida, 2007a: 103; Silva, 2008: 15) e suportada pelos orçamentos dos projectos e obras no âmbito dos

quais se desenvolve (nas fases de AIA, projecto e empreitada).

Actualmente, o financiamento da actividade arqueológica³⁰ continua a ser essencialmente indirecto, sendo que o Estado financia directamente a Arqueologia em cerca de 11% das intervenções realizadas. Remanesce uma muito residual percentagem de intervenções de investigação financiadas por entidades estrangeiras. Os promotores de projectos com impacto no subsolo urbano ou rural - o Estado, as empresas públicas, privadas e público-privadas e os particulares - financiam grande parte da actividade arqueológica, uma vez que são obrigados legalmente a desenvolver intervenções que visam a salvaguarda do património arqueológico afectado no âmbito dos projectos que promovem. O financiamento público continua a ser muito relevante, uma vez que os maiores projectos com impacto na paisagem continuam a ter uma forte participação do Estado (infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e básicas, infra-estruturas de extracção e transporte de energia, gestão de resíduos, etc). Assim, penso que é mais ou menos seguro afirmar que actualmente, Estado e entidades privadas partilham o financiamento da actividade arqueológica.

A Arqueologia nacional desenvolve-se assim, essencialmente, a partir da aplicação dos princípios do "poluidor-pagador" e da obrigatoriedade legal da "conservação pelo registo" dos vestígios arqueológicos. Como consequência social, verifica-se que de facto é toda a sociedade, são todos os cidadãos, que pagam a actividade arqueológica (Jorge, 2000: 12). Pergunto-me muitas vezes se uns e outros, arqueólogos e restantes cidadãos, têm absoluta consciência deste facto...

Notas finais

Tirar conclusões neste trabalho não é fácil. Não que em alguns aspectos elas não saltem à vista,

³⁰ Metadados: ver nota 10. Embora estes dados tenham origem da informação no *Endovéllico*, de facto o sistema não regista directamente esta informação. A origem do financiamento de cada intervenção foi determinada a partir do título do projecto que a enquadrava, o que nem sempre foi possível concretizar. Assim os dados apresentados referem-se a uma estimativa a partir de metade das intervenções arqueológicas cujo financiamento foi tipificado pela forma referida.

mas as problemáticas subjacentes são vastas e muito complexas. Não é meu objectivo "descobrir a pólvora" e tecer aqui juízos a que a maioria dos colegas citados ao longo do artigo não chegou. E não é fácil avaliar e opinar construtivamente sobre o que se passa na Arqueologia nacional...

Em primeiro lugar eu gostaria de salientar quão importante é, no contexto retratado, existir uma Tutela Arqueológica. Sem uma Tutela de âmbito nacional, com as funções de inventário e "observatório" (que aliás neste último caso e para grande pena minha, nunca desenvolveu) este balanço não era possível. É muito importante que exista uma Tutela que inventarie (Silva, 1994: 92; Silva, 1995: 99 e ss.; Instituto..., 1997: 95; Jorge, 1998: 14; Silva, 2000: 24; Silva, 2002: 301).

Como importante é a existência de uma Tutela especializada que fiscalize que inspecione, que regule, que regulamente, que saiba intervir, através da sua acção directa, em todos os processos sociais e económicos que intervêm no Património Arqueológico. É fundamental que as áreas da intervenção e da fiscalização estejam claramente dissociadas, no aparelho do Estado. Parece-me que a esfera da intervenção deve ser claramente da competência das autarquias locais (e eventualmente estruturas regionais) e a esfera da fiscalização um atributo da administração central. Depois de muitas curvas, quase todos convergem: a principal função do Estado e da sua entidade tutelar na Arqueologia é a fiscalização da actividade arqueológica (Silva, 1994; Silva, 1995: 100; Instituto..., 1997: 83; Jorge, 1997: 90; Lemos, 1997: 94; Jorge, 1998: 14; Silva, 1998: 17; Silva, 2000: 22; Silva, 2002a: 20; Oosterbeek, 2003; Raposo, 2003a: 58; Raposo, 2003a: 65; Carneiro, 2003: 116; Real, 2003: 88; Lago, 2003: 102; Almeida et al, 2006: 86; Oosterbek, 2007: 92; Parreira, 2007: 100; Deus, et al: 105; Silva, 2008: 14; Zilhão, 2000: 7 e ss.).

Para além de inventariar (receber, processar e devolver informação; gerir e disponibilizar fundos documentais e bibliográficos) e fiscalizar (autorizar, acompanhar e validar intervenções arqueológicas) deve ainda e porque a nossa realidade apresenta fortes lacunas a este nível, apoiar a investigação científica especializada (Jorge, 2000: 11; Lago, 2000:

21; Silva, 2008a: 19) e a edição científica ainda tão lacunar e disfuncional entre nós (Silva, 1995: 99; Instituto..., 1997: 89; Silva, 1998: 17; Silva, 2002a: 20; Gonçalves, 2003: 113; Silva, 2008a: 19). Um aspecto directamente relacionado com investigação e a gestão dos espólios (Instituto..., 1997, 89; Silva, 2008a: 19), área em que apesar das boas intenções o IPA conseguiu resultados muito fracos, e cuja situação tem evoluído até à beira da ruptura.

O financiamento indirecto da actividade arqueológica, através da Arqueologia Preventiva, poderá ter limitado em muito as destruições sucessivas, massivas e sem apelo de vestígios arqueológicos. Mas não se pode esperar e nem me parece viável que a investigação arqueológica e consequente edição sejam financiados desta forma. Como não creio que os bloqueios na investigação científica estejam relacionados com a preponderância da arqueologia sob contrato, até porque eles são comuns a todas as áreas da actividade arqueológica, independentemente do tipo de entidade que a enquadra. Os tempos, processos e programação (até financeira) da investigação científica não se coadunam com os cronogramas dos projectos de obras (a não ser eventualmente em casos excepcionais). A relação contratual que se estabelece entre promotores e equipas de arqueologia é necessariamente delimitada no tempo e não há forma de a prolongar pelo período necessariamente longo da investigação. Não quero com isto dizer que os promotores de projectos e obras não devem participar deste esforço; apenas afirmo que a sua participação já é significativa e o Estado deve também fazer o seu papel, nas fases subseqüentes, menos aprazadas, do processo de criação de conhecimento histórico a partir dos vestígios arqueológicos. Neste campo do financiamento público da investigação arqueológica, há algumas boas notícias como o aumento exponencial de mestrados e doutoramentos (Lemos, 2003, 49, Silva, 2003: 68; Lemos, 2007: 107), para além da maior oferta de apoios a projectos de formação académica avançada já referidos, mas estamos muito longe da situação ideal.

É importante que todos os arqueólogos compreendam a importância de uma Tutela Arqueológica bem focada e bem adequada organicamente às

necessidades funcionais da gestão arqueológica, para a salvaguarda do património arqueológico, a eficiente rigorosa gestão da actividade arqueológica e a sistematização (e consequentemente a disponibilização) da informação arqueológica. O bom desempenho desta Tutela depende também do grau de compromisso, de enfoque e de concentração nos objectivos específicos da Arqueologia. Este foi o factor de sucesso do IPA na gestão arqueológica: o IPA só existia para a Arqueologia e para a actividade arqueológica nas suas especificidades.

O IPA estava desenhado organicamente para responder as necessidades prementes e emergentes da Arqueologia Nacional, nomeadamente para processar a informação arqueológica; o seu fluxo processual e documental foi pensado em função disso. Com a extinção do IPA tudo passou a funcionar pior, pois a simples integração das funções de tutela num organismo já de si disfuncional e que está "geneticamente" muito pouco vocacionado ou interessado na gestão arqueológica, é um mal em si. Se acrescentarmos que o próprio conceito de Tutela arqueológica está em risco de fragmentação (com as contradições e confusões legais, processuais, funcionais e técnicas entre as competências do IGESPAR e Direcções Regionais de Cultura) e que nestes organismos pontuam dirigentes com um mínimo ou inexistente grau de comprometimento, envolvimento e competência na problemática arqueológica (até porque na sua maioria não são arqueólogos), obtemos uma mistura explosiva. É importante dizer que o país não possui recursos para ter 5 ou 6 sistemas avançados de informação arqueológica ligados a 5 ou 6 SIG's avançados, como dificilmente criará 5 ou 6 bons, modernos, bem apetrechados e tecnologicamente evoluídos arquivos de arqueologia abertos à utilização pública. O país precisa de concentrar e racionalizar recursos; dispersar equivale a desorçamentar, desinvestir, dispersar, devanear e desestruturar.

Por todas estas razões, mas principalmente pelos dados que apresentei, defendo que a melhor solução para a gestão pública da Arqueologia passa por um organismo autónomo apenas a tal dedicado. A autonomização da gestão arqueológica foi uma reivindicação antiga e durante muito tempo

proseguida (Silva et al, 1992; Marques, 1994: 85; Silva, 1994: 92; Arnaud, 1997: 84; Raposo, 1997a: 92; Silva, 1997: 88; Jorge, 1998 15; Silva, 1998a: 31; Silva, 2002: 306; Bugalhão, 2002: 48; Lemos, 2007: 107). Alcançou-se com a criação do IPA na sequência de um processo de profunda crise (Silva e Marques, 1992; Marques: 1994: 85; Silva, 1994; Lemos, 1994: 98; Silva, 2002: 306; Bugalhão, 2002: 45; Lemos, 2007: 107; Silva, 2008a: 17; Oosterbek, 2008: 140).

O IPA foi um organismo bastante impar (na sua fase “a sério”, entre 1997 e 2002) pois era um organismo moderno (pequeno, ágil, operacional, versátil, pouco vinculado às características institucionais e organizacionais do Estado) que surgiu na sequência da questão do Côa, enformado por um grande pragmatismo: a partir de um diagnóstico desapassionado e descomprometido com o passado, foi “desenhado” para responder aos grandes problemas da Arqueologia nacional: destruição recorrente de vestígios arqueológicos, ausência de um inventário eficaz, ausência ou desactualização na legislação específica, alheamento da Tutela relativamente às características e mudanças da actividade arqueológica emergente, falhas na actividade de regulação e fiscalização, derivas demasiadamente intervencionistas do Estado, fragilidades na investigação e na publicação científicas.

Assim este organismo conjugou uma forte capacidade de intervenção e alteração da realidade em que intervinha (Lago, 2003: 103; Valera, 2008: 63 e ss.), com um enorme e anunciada fragilidade (Jorge: 1997: 90; Raposo, 1997a: 92; Silva, 1998: 17; Silva, 1999: 19; Oosterbek, 2008: 140). Quase se pode dizer que o IPA foi bem sucedido em quase tudo o que tentou fazer, excepto na sua auto-preservação e subsistência, ao contrário da maioria dos organismos públicos cujo principal objectivo é existir e subsistir para além de qualquer necessidade colectiva ou social, direccionando para aí grande parte dos seus recursos e acção.

De qualquer forma, o anúncio da extinção do IPA causou alguma perturbação (Bugalhão, 2002; Lemos, 2003: 49) e até alguns dos mais críticos passaram a considerar de forma cada vez mais benevolente a sua acção e legado (Silva, 2006, 15; Silva, 2008a: 17). A fase do IPA “a brincar” (entre

2002 e 2007), após a rebelião inicial (consequente ao anúncio da fusão) foi, extraordinariamente, bastante mais calma, rodando sob impulso do atrito anterior. A criação do IGESPAR (apesar de todos os esforços de quem lá trabalha e da resolução de alguns *dossier* pendentes crónicos como a admissão uma parte dos avençados e a inauguração do Museu do Côa), e principalmente todo o imbróglio legal e orgânico instalado no Ministério da Cultura têm-se traduzido em grandes perdas para a gestão arqueológica (Almeida, 2008: 147). E o pior está de certo para vir.

Fazendo uma retrospectiva das últimas décadas, esquematizo desta forma a evolução recente da Arqueologia nacional.

Na sequência do 25 de Abril de 1974 e do processo de democratização do país, e até 1980, verificou-se um crescimento da actividade arqueológica e do número de arqueólogos num contexto quase sempre “não profissional” ou amador, muito ligado ao associativismo patrimonial. Nesta fase a gestão pública da arqueologia era incipiente e motivou iniciativas quase plenárias no sentido da sua “organização” com um natural pendor estatizante.

Entre 1980 e 1990, decorreu um processo de organização do sector do Estado com competência da gestão arqueológica que incluiu uma (pelo menos inicialmente) bem sucedida experiência de aproximação à realidade, através da criação dos três Serviços Regionais de Arqueologia. Nesta fase verificou-se alguma estabilização no volume da actividade arqueológica e do número de arqueólogos que vivem uma situação de “proto-profissionalização”.

Entre o final dos anos 80, e meados da década de 90, vive-se uma fase de profunda crise no sector, com descredibilização das instituições e degradação de procedimentos técnicos e administrativos. O aparelho de Estado é reestruturado, com prejuízo para a expressão orgânica e funcional específica da Arqueologia e principalmente com total falência de estratégia relativamente às necessidades prementes de salvaguarda do património arqueológico. Em contra ciclo, a actividade arqueológica começa timidamente a aumentar, às variantes sucedem as licenciaturas e mestrados em Arqueologia e ao mesmo tempo que surge uma nova, embora

pouco numerosa, geração de arqueólogos com sentido crítico apurado relativamente à situação da arqueologia nacional e com ambições de profissionalização plena. Neste contexto surgem a Pro-APA e posteriormente a APA. Também a Arqueologia Municipal começa a ocupar o terreno que lhe é devido. Surgem as primeiras empresas de arqueologia, à sombra de contratações quase sempre públicas. Nesta fase entre em vigor um conjunto de legislação que só mais tarde daria frutos positivos para a Arqueologia, relacionada com a obrigatoriedade de avaliação de impacte ambiental de projectos com impactos no ambiente e a implementação de instrumentos de ordenamento e gestão do território. O início da construção de Alqueva está eminente e rebenta a questão do Côa.

Entre 1997 e 2002, vive-se a fase das grandes mudanças. Após algumas hesitações relativamente ao modelo de gestão a seguir, o IPA é criado sob inspiração da Convenção de Malta e dos princípios orientadores da Arqueologia Preventiva. Beneficiando das condições propícias anteriores, cavalga na onda da mudança, potenciando um enorme crescimento na actividade arqueológica, no número de arqueólogos profissionais, na eclosão de nicho empresarial arqueológico e apostando na renovação do aparelho legislativo e regulamentar que enquadra o sector. O aparelho do Estado volta a regionalizar-se e a aproximar-se à realidade, com a criação das Extensões Territoriais do IPA e também em alguns casos, com uma actuação mais assertiva das Direcções Regionais do IPPAR, ao nível da salvaguarda e valorização de património classificado. Iniciam-se processos históricos ao nível do inventário arqueológico, da fiscalização e acompanhamento da actividade arqueológica (agora mais sistemáticos e com apoio das tecnologias da informação) e da intervenção em processos com impacto territorial profundo: participação sistemática nos processos de avaliação de impacte ambiental, na reabilitação urbana, na salvaguarda de sítios arqueológicos, ordenamento do território em várias escalas, etc. Finalmente, o enfoque da actividade arqueológica incide sobre o "Território" e a "Paisagem", e não apenas sobre o "Sítio" e o "Objecto", propiciando abordagens de conjunto e a

intervenção em contextos anteriormente negligenciados pela actividade arqueológica (que tendia a seleccionar os sítios pela sua maior antiguidade e/ou melhor estado de conservação), contribuindo assim para um melhor conhecimento histórico sobre os territórios e os processos de deposição e preservação dos contextos arqueológicos. A arqueologia sob contrato instala-se para ficar, bem como o financiamento indirecto da actividade arqueológica. A Arqueologia Municipal continua a crescer. Pela primeira vez há formalmente actividade arqueológica de investigação programada, plurianual e financiada, em Portugal. As Arqueociências chegam finalmente ao país, e em grande estilo, através do projecto CIPA (Mateus, et al, 2003). Publica-se mais e mais regularmente, mas o fosso entre o que vem a prelo e o que permanece inédito é cada vez maior. As reservas de espólio arqueológico estão a abarrotar sem qualquer ordenamento consistente. Os arqueólogos são mais e ainda menos organizados e emerge a urgência da auto-regulação.

Apartir de 2003, vive-se nova fase de crise, desta vez coexistindo com a continuidade do crescimento da Arqueologia em todas as frentes, porque o contexto é propício e porque o balanço da fase anterior foi forte. O número de arqueólogos em actividade acaba por se fixar, mas as formas de exercício da profissão são mais diversificadas. O número de empresas de arqueologia em funcionamento estabiliza em meados da década, regredindo um pouco depois. A arqueologia urbana e em processos de AIA continua a crescer, bem como aumenta a presença da Arqueologia no ordenamento e gestão do território. O edifício legislativo recém-criado é em parte revogado. Vive-se uma fase de degradação institucional no Estado (IPA "a brincar", IPPAR e IGESPAR) e fora dele (a APA após algum fôlego, luta para vencer o desinteresse da classe). A fiscalização está mais flácida e regulamentação cessou. A Arqueologia vive do mercado e é essa a sua única regra. O conceito de Tutela arqueológica degrada-se até à beira da extinção. A Arqueologia Municipal continua a crescer e finalmente há bolsiros de investigação, mestrados e doutorandos em número razoável na área arqueológica. O financiamento estatal da actividade arqueológica de investigação

programada, plurianual cessa e o projecto CIPA entra em agonia. No final da década, a arqueologia nacional espelha a crise global.

Posso estar enganada, mas penso que se a realidade presente não sofrer uma alteração rápida e radical, a Arqueologia portuguesa sofrerá sérios danos com uma inversão das tendências positivas que se verificaram na última década e meia e com graves consequências para o património arqueológico e para actividade arqueológica e consequentemente, para os arqueólogos e empresas de arqueologia. Ou seja, com graves consequências para o interesse público, a sociedade e os cidadãos... Pode demorar, mas um dia o mercado vai reparar que só paga por rotina e que já ninguém lho exige. A sociedade também poderá começar a perguntar-se e a perguntar-nos porque paga tanto pela Arqueologia e recebe tão pouco...

Na minha opinião urge uma revolução! Os arqueólogos, as autarquias e as empresas devem assumir integralmente a actividade arqueológica, mas de uma forma mais exigente, rigorosa e ética. Quem não cumprir os regulamentos, as obrigações legais, tem que se afastar da profissão, com repúdio dos pares. Toda a actividade arqueológica para além de impedir a destruição patrimonial deve visar, sem qualquer equívoco, a produção de conhecimento histórico e como tal deve estar totalmente virada para os cidadãos. A gestão e ordenamento do território têm de integrar de forma mais sistemática e consolidada estratégias de salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico. A investigação tem de assumir uma maior preponderância na actividade arqueológica global e esse é um esforço a desenvolver também pelos arqueólogos individualmente. Os arqueólogos têm de se deixar de "conversa" e de acomodação e assumir a responsabilidade pela regulação das condições de exercício da profissão.

E por fim o Estado. O Estado tem de ter juízo, tem de ter políticos se não competentes pelo menos medianamente inteligentes que percebam as suas responsabilidades. O IGESPAR deve ser extinto, pois não tem qualquer razão de existência para além da Tutela arqueológica, que exerce muito mal. Portanto, deve ser criado um organismo autónomo

com esta função, deixando a salvaguarda dos bens classificados para o plano regional. O organismo de Tutela, dependente do Ministério da Cultura, deve ser exclusivamente dedicado à Arqueologia: inventário, gestão (de excelência e âmbito nacional) de informação e documentação, fiscalização (com a reabilitação das Extensões Regionais), regulação e interlocução com outras tutelas, promovendo a Arqueologia a prática arqueológica como actividade impar de exercício de cidadania. A fiscalização tem de ganhar novo fôlego e maturidade: tem de se acabar com a permissividades e laxismo instalados, senão acaba-se a galinha dos ovos de ouro. O Estado tem ainda de assumir a sua responsabilidade no apoio à investigação científica, que poderá decorrer em vários contextos, mas que necessariamente se terá de incidir sobre o enorme manancial de informação que temos todos retirado da terra e que para esse efeito tem de estar devidamente depositado em estruturas de Reserva com condições para garantir a sua preservação e estudo (espólio: bens arqueológicos móveis, respectivo inventário e demais documentação produzida em campo e gabinete, indispensável ao manuseamento e compreensão da colecção e do seu contexto). As Universidades têm de formar profissionais capazes de encarar a realidade presente e investigadores competentes e habilitados. E têm de investigar mais e assim empurrar a restante classe profissional para parâmetros mais elevados de desempenho e exercício profissional. A sociedade no seu todo está a fazer a sua parte, o Estado e os arqueólogos é que não.

Bibliografia

- Actas do Primeiro Congresso de Arqueologia Empresarial, 2008 – Lisboa [brochura].
- Almeida, Maria José, 2007 - Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica: uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas. *Praxis Arqueológica*, 2, pp. 129-169.
- Almeida, Maria José, 2007a – A arqueologia para os arqueólogos. *Almadán*, 15, II Série, pp. 101-103.
- Almeida, Maria José, 2008 - Avaliação de Impactes e Património Cultural: que papel para o arqueólogo e para o património arqueológico? *Praxis Arqueológica*, 3, pp. 161-166.
- Almeida, Miguel e Neves, Maria João, 2006 – A arqueologia low-cost. *Almadán*, 14, II Série, pp. 86-91.
- Arnaud, José Morais, 1994 - A componente arqueológica no processo de AIA em Portugal. *Avaliação do Impacte Ambiental: conceitos, procedimentos e aplicações*, Lisboa, CEPGA.
- Arnaud, José Morais, 1997 – Um importante passo... com reservas e dúvidas. *Almadán*, 6, II Série, p. 84.
- Bugalhão, Jacinta, 2002 - Instituto Português de Arqueologia: em processo de extinção, *Almadán*, II Série, 11, pp. 45-48.
- Bugalhão, Jacinta, 2002a - The experience of the Portuguese Institute of Archaeology. ARM and GIS systems applied to archaeological heritage in Mapping the Future of the Past. Managing the spatial dimension of the European Archeological Resource. Sevilha: Universidade de Sevilha, pp. 97-99.
- Bugalhão, Jacinta e Lucena, Armando, 2006 - As Novas Tecnologias como Instrumento de Gestão e de Divulgação do Património: o exemplo do Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património*. Actas, Baião: Câmara Municipal, p. 175-192.
- Bugalhão, Jacinta, Lucena, Armando, Bragança, Filipa, Neto, Filipa, Sousa, Maria João, Gomes, Sofia, Costa, Joaquim Pinto da, Caldeira, Nuno, Viralhadas, Paulo e Fraga, Tiago, 2002 - Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5:1, Instituto Português de Arqueologia, pp. 277-283.
- Carneiro, Sérgio, 2003 – Caminhando sobre a cauda do dragão. *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 115-118.
- Correia, Virgílio, 2003 – Um depoimento pessoal(íssimo). *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 77-83.
- Deus, Manuela de, Barros, Pedro, Bragança, Filipa, Correia, José, Gomes, Ana Sofia, Lourenço, Sandra, Martins, Ana, Melro, Samuel, Neto, Filipa, Pereira, Luís e Zambujo, Gertrudes, 2007- O Estado da Arqueologia em Portugal: uma reflexão interna, *Almadán*, II Série, 15, pp. 104-105.
- Entrevista com Fernando Real Raposo, 1993 -. *Almadán*, II Série, n.º 2, pp. 48-52.
- Gonçalves, Victor dos Santos, 2003 – Virtudes públicas, vícios privados? *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 109-113.
- Instituto Português de Arqueologia. Entrevista com João Zilhão, 1997 – *Almadán*, 6, II Série, pp. 78-98.
- Jorge, Victor Oliveira, 1997 – Instituto Português de Arqueologia uma prótese temporária do IPPAR? *Almadán*, II Série, 6, p. 90.
- Jorge, Victor Oliveira, 1998 – Instituto Português de Arqueologia (IPA): um projecto para renovar a administração da arqueologia nacional. *Encontros Cem Anos de Arqueologia “O Archeólogo Português” – Actas. Vila do Conde: APPA-VC*, pp. 13-16.
- Jorge, Victor Oliveira, 2000 – As Empresas de Arqueologia vistas por um universitário. *Era, Arqueologia*, 1, pp. 10-13.
- Lago, Miguel, 2000 – Arqueologia ou arqueologias. *Era, Arqueologia*, 1, pp. 18-22.
- Lago, Miguel, 2003 – Profissão: arqueólogo (na transição do milénio). *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 95-108.
- Lemos, Francisco Sande, 1994 – Cavar em ruínas. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 95-100.
- Lemos, Francisco Sande, 1997 – Legislação pouco duradoura... à espera de uma nova Lei de Bases do Património Cultural. *Almadán*, II Série, 6, p. 94.
- Lemos, Francisco Sande, 2003 – Arqueologia em Portugal em tempo de crise. *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 49-55.
- Lemos, Francisco Sande, 2007 – Memórias do Tempo recente... *Almadán*, 15, II Série, pp. 106-109.
- Marques, Teresa, 1994 – Portugal 1993: contextos actuais da prática arqueológica. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 83-88.
- Marques, Teresa e Costa, João Ribeiro da, 1997 - Endovélico. Um sistema de informação aplicado ao inventário dos sítios arqueológicos portugueses, *Informação Informática*, 19, Ano X, p. 36-44.
- Martins, Ana Margarida Nunes, 2010 – A protecção do património arqueológico: proteger o quê, como e porquê. Reflexões a partir do Direito do Património Cultural e do Ambiente. Trabalho apresentado no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural, 2009/2010. Instituto das Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito de Lisboa. <http://www.icj.p.pt/artigos-e-trabalhos>
- Mateus, José Eduardo, Moreno-Garcia, Marta, eds., 2003 - Paleoeologia Humana e Arqueociências - Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura (Trabalhos de Arqueologia, 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Neto, Filipa, Caldeira, Nuno, Gomes, Ana Sofia, Bragança, Filipa, 2007 – Sistemas de Informação e Gestão Arqueológica: Endovélico e SIG, *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 117-124.
- Oosterbek, Luiz, 2003 – Que futuro para as arqueologias profissionais? Nos 10 Anos da APA. *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 3-12.
- Oosterbek, Luiz, 2007 – (Re)organizar a Arqueologia. *Almadán*, 15, II Série, pp. 75-82.
- Oosterbek, Luiz, 2008 - Gestão da Arqueologia: mudar o paradigma. *Praxis Arqueológica*, 3, pp. 139-144.
- Opinião. *Ordem de Arqueólogos*, 2000 - *Era Arqueologia*, 2, pp. 6-29.
- Parreira, Rui, 2007 – A prática arqueológica enquanto gestão patrimonial. *Almadán*, 15, II Série, pp. 98-100.
- Raposo, Jorge, 1995 – Especial Impactes. *Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural*. *Almadán*, 4, II Série, pp. 57-86.
- Raposo, Jorge, 1997 – Optimismo justificado? *Almadán*, II Série, 6, p. 96.
- Raposo, Jorge, 2003 - Planos Directores Municipais e Património: inquérito aos PDM's de "1ª geração". *Almadán*, II Série, 12, pp. 82-94.

- Raposo, Jorge, 2005 – Directório de empresas e profissionais de Arqueologia & Património. Almadan, 13, II Série, pp. 89-112.
- Raposo, Luis, 1997a – Arqueologia... falta cumprir o essencial. Almadan, II Série, 6, p. 92.
- Raposo, Luis, 2003a – Passado, presente e futuro da Arqueologia profissional. Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp.57-66.
- Raposo, Luis, 2010 – A arqueologia e impactes ambientais: o beijo da aranha. Cem anos de Património, memória e identidade. Lisboa: IGESPAR, pp. 364-368.
- Real, Fernando C. S., 1995 – A Arqueologia Portuguesa em mapas e números. 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas, Vol. VIII. [Trabalhos de Arqueologia e Etnologia, Vol. XXXV, Fasc.4]. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. p. 19-40.
- Real, Fernando, 2003 – Profissão de arqueólogo: alguns desafios para o futuro. Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 85-93.
- Silva, António Carlos, 1994 – A crise actual da arqueologia portuguesa face à experiência dos anos 80. Crise de consciência ou crise de consciência? Actas das V Jornadas Arqueológicas, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 89-94.
- Silva, António Carlos, 1995 – Arqueologia preventiva e de salvamento, a ponta do iceberg. Almadan, 4, II Série, pp. 97-100.
- Silva, António Carlos, 1997 – Um mini-IPA secundarizado fruto de uma perigosa estratégia. Almadan, II Série, 6, p. 88.
- Silva, António Carlos, 2002 – Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996) – cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico. Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal [Arqueologia e História, 54]. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 299-316.
- Silva, António Carlos, 2008 – Arqueologia empresarial: questões legais a montante dos “Cadernos de Encargos”. Era, Arqueologia, 8, pp. 14 – 18.
- Silva, António Carlos e Marques, Teresa, 1992 - Criação de um Serviço Nacional de Arqueologia. Almadan, II Série, 1, pp. 44-45.
- Silva, António Carlos e Marques, Teresa, 1992a - Estrutura Oficial da Arqueologia. Almadan, II Série, 1, pp. 32-35.
- Silva, António Manuel S. P., 1993 – Da dependência à dignidade: a urgência de uma Associação Profissional de Arqueólogos. Almadan, II Série, n.º 2, pp. 54-57.
- Silva, António Manuel S. P., 1995a – Impacte Ambiental e Arqueologia, um diálogo indispensável. Almadan, 4, II Série, pp. 94-96.
- Silva, António Manuel, 1997a – IPA... a gestão do património dos pobres. Almadan, 2, II Série, p. 85.
- Silva, António Manuel, 1998 – Arqueologia portuguesa – Do novo Instituto de Arqueologia a uma nova prática arqueológica. Almadan, II Série, 7, pp. 16-17.
- Silva, António Manuel S.P., 1998a - Exercício Profissional e desenvolvimento da arqueologia em Portugal. Encontros Cem Anos de Arqueologia “O Archeólogo Português” – Actas. Vila do Conde: APPA-VC, pp. 29-36.
- Silva, António Manuel, 1999 - Arqueologia Portuguesa Profissão Sem Renovação? Almadan, II Série, 8, pp. 19-20.
- Silva, António Manuel, 2000 - Arqueologia Portuguesa – A Nossa Arqueologia em 2050, Almadan, II Série, 9, pp. 22-24.
- Silva, António Manuel, 2002a - Arqueologia Portuguesa – Desafios em Tempo de (Nova) Reestruturação, Almadan, II Série, 11, pp. 20-21.
- Silva, António Manuel, 2003 – A APA, a razão e sentido de uma associação profissional. Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 67-76.
- Silva, António Manuel, 2003a - Arqueologia portuguesa – Ser Arqueólogo, Hoje e Amanhã: sobre a necessidade de avaliação das perspectivas profissionais. Almadan, II Série, 12, pp. 20-21.
- Silva, António Manuel, 2006 - Arqueologia portuguesa – Entre o Acaso e a Necessidade: da insustentável leveza da Arqueologia no Orçamento do Estado. Almadan, II Série, 14, pp. 15-17.
- Silva, António Manuel, 2007 - Arqueologia portuguesa – A Almadan: crónica da Arqueologia portuguesa nos últimos 25 anos... Almadan, II Série, 15, pp. 13-14.
- Silva, António Manuel, 2008a - Arqueologia portuguesa – A Arqueologia Passou de Moda? Almadan, II Série, 16, pp. 17-19
- Silva, António M., Osório, Isabel P., Gomes, Paulo D., Teixeira, Ricardo e Carvalho, Teresa P., 1994 – Bases para a constituição de uma Associação Profissional de Arqueólogos. Actas das V Jornadas Arqueológicas, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 75-82.
- Valera, António Carlos, 2007 – Arqueologia empresarial e produção de conhecimento. Almadan, 15, II Série, pp. 75-82.
- Valera, António Carlos, 2008 - Minimizar em Arqueologia: um novo rumo? Almadan, II Série, 16, pp. 59-64.
- Zilhão, João, 2000 – Arqueologia por Contrato. Era, Arqueologia, 1, pp. 6-9.

20 anos de arqueologia e museus

Virgílio Hipólito Correia

1. Uma Visão de 20 anos

1.1. A criação do IMC

A criação do Instituto Português de Museus, em 1993, foi um dos mais significativos eventos ocorridos na arqueologia portuguesa nas décadas da viragem do século, pelos efeitos que provocou na gestão de um elemento fundamental do Património Arqueológico - os bens móveis.

Isto aconteceu apesar de a Arqueologia não ser uma área central da actividade desse Instituto. Na verdade, em cerca de trinta Museus, só três deles são de vocação arqueológica: o Museu Nacional, um Museu Regional (D. Diogo de Sousa, em Braga) e um Museu de Sítio (Monográfico de Conimbriga, que gere directamente o próprio sítio). A Arqueologia está ainda presente com relevância nalgumas colecções (Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, e Abade Baçal, em Bragança), ainda que com ênfases muito diferentes (foi o primeiro sector a ser reestruturado e rerepresentado, em Castelo Branco; não está

ainda patente ao público, em Bragança), e faz parte de outras colecções em proporções muito variáveis (Guarda e Évora, por exemplo).

Dentro deste universo encontramos evoluções em concreto de importantes museus que são ilustrativos do “sabor agridoce” da evolução da Arqueologia nos Museus portugueses nos últimos vinte anos: temos por um lado a inauguração, em magníficas condições, do Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa, em Braga; o reverso da medalha foi a desactivação do Museu de Etnografia e História do Porto e a dispersão da sua colecção por outros museus.

1.2. O enquadramento legal

A criação do Instituto de Museus foi um dos elementos apenas de uma evolução muito significativa do enquadramento jurídico-legal do Património, e designadamente do Património Arqueológico. Considerado na sua especificidade na Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, designadamente o capítulo II do Título VII, artºs 74º a 79º) o Património Arqueológico Móvel tem a sua “personalidade jurídica” regulada pelas disposições que impõem o seu depósito em Museus, preferencialmente da RPM (*ergo*, Museus qualificados e certificados), como é consagrado na Lei-Quadro dos Museus (Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, no artº 14º). É esta figura de depósito que assegura a sua classificação como bens nacionais e, com a perenidade garantida pela figura institucional do Museu, o desenvolvimento sobre esses materiais, das funções museológicas básicas (Capítulo II da mesma lei, artºs 7º-43º): Inventariação, Conservação, Investigação, Divulgação.

1.3. A Rede Portuguesa de Museus

A Rede Portuguesa de Museus, porventura o elemento de maior sucesso de todo o “empreendimento” de um instituto nacional dedicado aos Museus, não conseguiu, no entanto, alcançar o mesmo patamar de sucesso nas suas realizações que, por exemplo a Rede Nacional de Bibliotecas. As razões são várias, mas prendem-se talvez, sobretudo, com a unicidade de cada programa museológico, frente à natureza eminentemente tipificável de um projec-

to de instalação de uma biblioteca, e às consequências de maior facilidade de planeamento e financiamento destas frente àqueles.

Originalmente organizada como uma “Estrutura de Projecto” dentro da orgânica do Ministério da Cultura, a RPM veio a transformar-se por força do esgotamento do seu prazo de funcionamento nesses moldes, de um elemento da orgânica do Instituto dos Museus sem que, *prima facie*, se tenha alterado profundamente o seu esquema e dinâmica de funcionamento. Mas os níveis efectivos de actuação, medidos na capacidade de apoiar efectivamente projectos de requalificação dos Museus, mantêm-se limitados (e a integração orgânica não favorece o crescimento do financiamento disponível).

Há um outro elemento que, especificamente para a Arqueologia, se pode revestir de alguma preocupação. Pensada como uma estrutura de qualificação e certificação da figura do Museu em Portugal, apesar de a adopção dos critérios internacionais, na sua dimensão de exigência, ter sido feita com ponderação e atenção à situação nacional, esse elemento parece poder diluir-se com o nascimento de Redes de Museus locais e regionais, que diminuem naturalmente a exigência e criam a ilusão de uma certificação que de facto não tem condições de base para existir, mas que deixa satisfeitas as entidades de tutela. Será necessário regressar a este problema também no que diz respeito à questão dos depósitos de materiais arqueológicos.

1.4. A evolução no terreno: mais e melhores museus

As duas décadas em apreço assistiram a um significativo crescimento e melhoria dos Museus de Arqueologia, nomeadamente no âmbito municipal, que muito e muito bem aproveitou, entre outros financiamentos, o Programa Operacional da Cultura integrado no 3º Quadro Comunitário de Apoio.

O fenómeno inscreve-se numa tendência geral de vitalidade da museologia nacional (metade dos Museus abertos ao público em 2005 tinham-no sido desde a década de 90, eram, em suma, museus novos).

Paralelo a este fenómeno ocorreu um outro, de

enorme importância: a evolução da qualificação do pessoal dos Museus, em geral, graças à multiplicação da formação pós-graduada em museologia, que foi aproveitada por números significativos de arqueólogos (avaliação empírica que seria importante sustentar em análise estatística cuidada, mas que parece ser verdadeira). O eco deste movimento só não terá sido maior devido ao facto de a quase total dependência pública dos Museus de Arqueologia ter implicado em grande medida as dificuldades de recrutamento de pessoal dos próprios Museus, devido aos constrangimentos de recrutamento para o funcionalismo público que tem impendido sobre o País.

1.5. Os museus na mesma

A criação do Instituto Português de Museus, que antes saudámos, inscreveu-se, todavia, numa linha de pensamento institucional cujo mérito global aguarda ainda uma validação definitiva. Criado em 1980, o Instituto Português do Património Cultural, pretendia tutelar o conjunto desse Património, potenciando as sinergias e a optimização dos recursos disponíveis (então poucos e ainda hoje insuficientes). Mas essa linha de pensamento holístico foi rapidamente abandonada, no mandato de J. Palma Ferreira, com a autonomia concedida à Biblioteca Nacional, sob o argumento de que uma instituição com a dimensão do IPPC seria “ingovernável”. Argumentos idênticos levaram à extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia, integrados nas Direcções Regionais do Instituto na nova orgânica aprovada sob o mandato de A. Lamas; é neste movimento que se autonomizam também os Museus. As reformas de 1997, com a criação do Instituto Português de Arqueologia e a concessão de autonomia ao Instituto José de Figueiredo sob o nome de Instituto Português de Conservação e Restauro, levaram ao seu fim natural esta linha de pensamento institucional. No entanto, se houve ganhos na agilidade da gestão nos campos específicos onde cada instituto operava, houve também uma tendência quase corporativa de pensamento em autarcia, que gerou conflitos institucionais, degradação da imagem pública (e política) da gestão do Património e, muito em concreto, desajustes da actuação institucional

do Estado com reflexos graves nas situações quotidianas, corporizados hoje em problemas museológicos a que este texto regressará.

Houve, e continua a haver ainda, um outro reflexo desta linha de pensamento institucional que importa salientar: a ingovernabilidade dos institutos públicos existe devido à política administrativa concentracionária dos poderes nas sedes submetidas à directa superintendência do poder político e à inexistência de uma efectiva delegação de competências (e de capacidade orçamental própria) às instituições que, no terreno, asseguram a efectiva tutela, salvaguarda, conservação e gestão do Património. No caso do Instituto Português de Museus – agora Instituto dos Museus e da Conservação – através de sucessivas remodelações da sua lei orgânica (e das posturas das suas sucessivas direcções), este fenómeno tem-se manifestado numa oscilação do conceito do instituto entre o papel de um coordenador e facilitador da actividade dos Museus e o papel de um organismo central dotado de repartições “desconcentradas”, na prática desprovidas de capacidade decisória e actuante. O primeiro destes conceitos beneficia de, e sobrevive graças à tradicional autonomia pessoalizada da figura do Director do Museu, que se impõe ainda como poder fáctico, quer a nível local, quer a nível central. Mas o conceito concentracionário impera, sobretudo desde o Programa de Reforma da Administração Central do Estado, implementada desde 2000, sob a figura do “alinhamento dos objectivos” dos vários níveis institucionais envolvidos (a nível autárquico os mecanismos são outros, mas é a mesma a situação). Os problemas dos Museus de Arqueologia neste contexto consistem sobretudo na frequente inadequação das grandes linhas políticas aos contextos locais em que os Museus se inserem e na incapacidade dos Museus pesquisarem e desenvolverem as melhores linhas de trabalho para potenciar essa inserção pois, frequentemente, o próprio diagnóstico dos problemas, ao nível mais imediato da realidade circundante, fica diluído nas estruturas centralizadas de recolha de dados para preparação da decisão superior, que inevitavelmente “alisa” as séries de dados, esbate os contrastes e impede a distinção entre situações diferentes, em prol das

decisões unitárias que a estrutura hierárquica concentrada requer a favor da “governabilidade”.

Esta situação, que afecta quer os Museus de Arqueologia dependentes do Ministério da Cultura, quer os Museus de outras tutelas no que à integração em projectos de âmbito geral diz respeito, redundando na dificuldade em projectar, implementar e desenvolver os projectos necessários ao país, com a eficácia que se desejaria. Os Museus de Arqueologia mantêm, em grande medida, o seu tradicional papel de “museus de cacós”.

1.6. O paradoxo Museu Nacional de Arqueologia

O Museu Nacional de Arqueologia atravessou as duas décadas de que aqui se trata de uma forma paradoxal. Iniciou o período desmontando uma exposição permanente e termina-o com uma exposição temporária que se mantém aberta ao público há mais de cinco anos (mais do que a exposição permanente durou).

Toda a época foi atravessada por um processo arrastado de aprovação de uma adequação dos espaços ocupados pelo Museu nos Jerónimos a condições museológicas modernas, aprovação finalmente rejeitada e culminada com uma nova localização proposta. Outro paradoxo emerge: um longuíssimo lapso de tempo para rejeitar uma solução e a imposição *ex abrupto* de outra, sem estarem reunidas as condições técnicas para a realocação. Há, evidentemente um elemento preocupante nesta situação: certos episódios podem ter um impacto grave na vida futura das instituições, da mesma forma que há pessoas que sofrem acidentes e deles nunca recuperam completamente; mas esperemos que estes paradoxos sejam na vida do MNA, olhada com suficiente distanciamento temporal, nada mais que a espuma dos dias.

O Museu Nacional de Arqueologia, principalmente sob a direcção de Luís Raposo, deu uma magnífica lição de Museologia e de comunicação em Arqueologia. Desprovido de exposição permanente o Museu conseguiu ainda assim assegurar um notabilíssimo conjunto de exposições, indo de grandes exposições de temática cronológico-cultural no espaço nacional como: A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de poder (1996); De Ulisses a

Viriato: O primeiro milénio A.C. (1997); Portugal Romano: A exploração dos recursos naturais (1998); Portugal Islâmico : Os últimos sinais do Mediterrâneo (1999); Pera guerrejar: Armamento medieval no espaço português (2000); Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa (de 2002 até à data de redacção deste texto); exposições sobre sítios arqueológicos sob investigação como: Lisboa subterrânea (1995); O povoado de Leceia : Sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C. (1998); Citânia de Sanfins : Uma capital castreja (1999); Reguengos de Monsaraz : Territórios megalíticos (2000); Por terras de Viriato: Arqueologia da região de Viseu (2001); Palácio Almoada da Alcáçova de Silves (2002); GARB. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular (2002); De Scallabis a Santarém (2003); Um Mergulho na História: arqueologia subaquática no rio Arade (2004); Tavira. Território e Poder (2004); Cascais há 5000 anos: espaços da morte das antigas sociedades camponesas (2005); A Presença Romana em Cascais - Um Território da Lusitânia Ocidental (2006); 25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior (2006); Um Mergulho na História – O Navio do século XV Ria de Aveiro – A (2006); Pedra Formosa - Arqueologia Experimental em Vila Nova de Famalicão (2008); Quinta do Rouxinol. Uma olaria romana no estuário do Tejo. Corroios / Seixal (2009); sobre grandes temáticas ou áreas arqueológicas como: Ístria mágica: O património histórico-cultural da Croácia (2000); O Espaço Grego : 150 anos de escavações da Escola Francesa de Atenas (2001); Paisagens Megalíticas - Évora/Carnac (2003); Vida quotidiana em Bizâncio (2003); Tesouros da China. As 100 maiores descobertas arqueológicas no século XX (2004); Quando os ossos revelam história (2005); Aqua Romana - Técnica Humana e Força Divina (2005); História Perdida: Uma exposição acerca do comércio ilícito de antiguidades no mundo (2008); SIT TIBI TERRA LEVIS: Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal (2009); Vaso Campaniforme. A Europa do 3.º milénio antes de Cristo (2009); Eufrates: Um Rio de Histórias (2009); de colecções específicas, sendo de destacar a manutenção colecção de ourivesaria arcaica na exposição Tesouros da Arqueologia Portuguesa (desde 1980), mas também as Antiguidades Egípcias (desde 1993) e: Um gosto privado um olhar público

(1997), *Transparências imperiais : Vidros romanos da Croácia* (1998); *Colecção D. Luís Bramão - Núcleo Etrusco* (2005); *Mosaicos Romanos nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia* (2007); *Vasos Gregos em Portugal - Aquém das Colunas de Hércules* (2007); *O Ouro Tradicional de Viana do Castelo. Da Pré-História à Actualidade* (2008); *Vita Vitri - O Vidro Antigo em Portugal* (2010) entre outras realizadas dentro e fora do espaço do Museu.

Dois aspectos ainda merecem ser salientados: a manutenção regular da edição do *Arqueólogo Português* e a criação de um Laboratório de Conservação e Restauro integrado nas estruturas internas do Museu: duas iniciativas desenvolvidas, com sucesso, a contra-ciclo de muito do que foi a evolução dos museus portugueses no sentido da concentração da sua actividade em poucos campos e de global redução dos meios humanos especializados.

É justo portanto salientar que o MNA é porventura a única história de incontestado sucesso na Arqueologia portuguesa dos últimos vinte anos, e que isso tenha acontecido com um Museu pode e deve ser tomado na sua justa medida: o avanço do conhecimento científico, a sua transformação em projecto cultural e pedagógico e a sua projecção junto do público em geral (com assinalável sucesso) são – agora demonstravelmente – o futuro.

2. Arqueologia e Museus: Encontros e desencontros

2.1. Museus arqueológicos e sítios arqueológicos

Os Museus requerem, da parte dos Arqueólogos, o depósito de conjuntos completos, documentados e contextualizados, que possam ser significativamente aproveitados do ponto de vista museológico (isto aliás, faz parte do deontologia profissional preconizada aos Arqueólogos). Necessitam também da parte deles uma colaboração comprometida na investigação das colecções, na sua exposição e na divulgação que é necessário levar a cabo junto do público. Têm necessariamente de exigir o respeito da autonomia institucional na política de cedência de espólios, na estratégia expositiva das colecções e, em geral, nas decisões museográficas que é necessário tomar.

Os Arqueólogos necessitam sobretudo que os

Museus ofereçam condições correctas de armazenagem, catalogação e inventariação e arquivo de documentação, que façam deles verdadeiros locais de trabalho e não outros locais “de escavação” em condições frequentemente penosas. Necessitam que lhes sejam oferecidos meios de publicação, calendários eficazes de exposição e veículos suplementares de divulgação. Precisam ainda que os Museus se empenhem decididamente na investigação em curso.

Arqueólogos e Museus necessitam que as instituições que tutelam os Museus e que promovem a investigação científica compreendam esta situação e que dêem a uns e outros as condições necessárias para um trabalho profícuo.

O nó górdio em toda esta questão será o efeito que uma colaboração empenhada e eficaz nos seus resultados terá sobre a tutela do Património Arqueológico no seu todo. A gestão dos sítios arqueológicos é um problema em aberto e o inevitável crescimento das responsabilidades autárquicas na tutela desse Património só poderá ser resolvida em virtude se surgirem ideias e modelos originais de gestão do território e dos seus recursos patrimoniais que envolvam os Museus, que são, querendo-se, um figurino institucional muito adequado a uma intervenção territorial alargada (basta pensar no conceito de “ecomuseu”), os arqueólogos, que são condição *sine qua non* para uma intervenção de qualidade e, na relação entre estes dois pólos, o efeito de convergência de responsabilidades legais, de instituições de tutela, de Universidades e da participação da sociedade no seu âmbito mais geral, designadamente através do modelo das Associações de Amigos, que ganha desenvolvimentos muito interessantes todos os dias.

O Museu de Arqueologia do futuro pode não ser um Museu de Sítio, mas terá de ter uma valência de Centro de Interpretação; isso é tornado lógico e necessário pelos novos modos de interpretação que os arqueólogos adoptaram desde os anos setenta do século passado. Gerirá um, ou vários sítios arqueológicos, suportando o investimento em meios humanos que é necessário e facilitando a canalização dos recursos técnicos e humanos; isto possibilitará ainda a canalização com eficácia dos

fluxos turísticos gerados em redes de oferta mais complexas, que os sítios arqueológicos por si só têm dificuldade em integrar. Abrirá perspectivas de mudança no entendimento da paisagem e do território, diversificando a oferta cultural e permitindo uma fruição variada do Património. Será um lugar de memória e de conhecimento; valorizará a identidade cultural e imprimirá nas gerações o respeito pelo Outro do Passado, melhor maneira de ensinar o respeito pelo Outro do Presente.

2.2. Os depósitos de materiais arqueológicos

A investigação arqueológica “pura” é hoje em dia minoritária dentro da actividade arqueológica global, a larga maioria dos trabalhos que se fazem acontecem no domínio da arqueologia urbana, de salvamento, de minoração de impacto de obras públicas. Isto leva a que seja cada vez menos comum a recolha de conjuntos delimitados de material e que, pelo contrário, seja frequente a recolha de grandes conjuntos de materiais estratigrafados em vários níveis, recolhidos sob metodologias modernas em que a taxa de recolha do registo é muitíssimo superior à tradicional.

A mesma situação provoca que os arqueólogos responsáveis pelas escavações sejam frequentemente empresários ou contratados por empresas e que o seu interesse no material recolhido termine no momento em que os trabalhos lhe são pagos: depositados os materiais não existe interesse em prosseguir o seu estudo.

A situação que se coloca aos museus de arqueologia e, sobretudo, aos museus que têm de receber colecções de arqueologia sem que essa seja a sua principal vocação é assim, muito diferente da tradicional: materiais “em bruto”, sem grande selecção científica ou museológica, conjuntos complexos de documentação anexa, muitas vezes herméticos para quem não acompanhou o processo de escavação.

A museologia tem normalmente dificuldades em lidar com esta situação: os achados arqueológicos recentes são, no seu geral, tratados em pequenas exposições temporárias ou, algumas peças de excepção são incorporadas nos moldes tradicionais de exposição das colecções de arqueologia: belas

artes de autores anónimos ou etnografia de sociedades mortas; deve todavia haver uma forma de tratar a arqueologia, que é uma ciência, nos museus da mesma forma que os museus de ciência mostram e explicam a biologia, a física, etc.

As responsabilidades da administração estão, dir-se-á, sedeadas em especial na articulação entre a investigação e o depósito de materiais, por um lado, e entre esse depósito e o seu estudo, por outro: a separação, que é geral em toda a Europa, entre tutela da Arqueologia, dos Museus e das Universidades dificulta muito essa tarefa e, do que me é dado ver em Portugal e que creio repetir-se noutros países, o divórcio entre a comunidade arqueológica universitária e a que faz arqueologia em termos comerciais vem ainda piorar o problema.

A Lei de Bases do Património, ao consagrar o princípio da salvaguarda do património arqueológico através do registo criou uma situação para que alguns alertaram, mas que os responsáveis à época não consideraram, e que sabemos hoje ter criado uma situação dramática: a multiplicação de escavações arqueológicas de minoração de impactos de intervenções no território (e designadamente no subsolo das cidades históricas), feitas sob metodologias modernas, rigorosas, de grande volume de recolha de materiais, é sem dúvida um fenómeno de saudar na nossa arqueologia; a acumulação desses materiais em depósitos sem condições (supõe-se para a maioria, pois efectivamente não existe qualquer controle sobre eles), sem perspectivas de estudo futuro, pintou de outras cores esse fenómeno.

Parto do princípio que todo o material arqueológico deve ser depositado em Museus, e só em Museus; toda a solução conducente à existência de “depósitos de materiais arqueológicos” como se consagrou no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e parece ressurgir num recente documento de planeamento estratégico, só tem dois resultados finais possíveis: a colecção privada ou a lixeira.

3. O futuro

A arqueologia é hoje, para muitos sectores da sociedade, um ónus, um encargo suplementar no desenvolvimento, operado em favor de uma corpo-

ração profissional, sem um benefício social geral evidente. É responsabilidade da Arqueologia, no seu todo, reverter esta situação e, porventura, o instrumento de transformação desta situação noutra de maior qualidade e proveito, científico e social, serão os Museus de Arqueologia de que o país necessita, e ainda não tem.

A relação entre Conservação do Património Arqueológico Imóvel e a fracção de Património Móvel que nesse contexto foi recolhido é crucial. O destino final dos materiais arqueológicos deve ser conhecido desde o início do projecto de escavação (não é esta a situação portuguesa): só assim pode o Museu estar envolvido, desde um primeiro momento, nesse projecto e, não só preparar-se para acomodar em qualidade os materiais, como também proceder a economias de escala com os investigadores (inventário de materiais, processos de documentação e seu suporte, preparação da investigação e divulgação, por exemplo) que facilitarão o depósito efectivo quando ele tiver lugar.

Isto obriga, é claro, a que a um nível superior se estabeleçam parâmetros de comportamento dos agentes no processo: os projectos de escavação têm de prever uma margem de financiamento à conservação e, a tratar-se de projectos de salvamento ou minoração de impactos os seus promotores têm de suportar os custos inerentes; os arqueólogos responsáveis têm de estabelecer desde um primeiro momento a extensão e profundidade do seu envolvimento com a investigação e divulgação do material – é infelizmente frequente que partes significativas de colecções estejam hipotecadas a pretensas “direitos de prioridade científica” de pessoas que notoriamente nunca vão estudar coisa nenhuma – e por último, tem de haver o investimento público suficiente para assegurar que a exigência de preservação do património que é feita se traduz numa efectiva utilidade social. Este investimento deve ser feito primordialmente através dos Museus, *lato senso* (incluo aqui os sítios musealizados e os centros de interpretação e acolhimento).

Na perspectiva de que um museu de arqueologia deve ser um museu de ciência, todo o material recolhido numa escavação é importante e toda a documentação é relevante. Na perspectiva tradi-

cional, apenas uma pequena minoria de peças de alguns poucos sítios têm relevo suficiente para se integrarem num discurso museológico. A virtude estará em encontrar um meio-termo entre uma e outra perspectiva, que seduza o público e se justifique aos olhos dos arqueólogos. Alguns pontos que me parecem significativos:

- Os Museus terão de arcar com o ónus de possuírem reservas de dimensão muito superior ao que seria expectável, como forma de se assegurarem de que podem receber os materiais dos sítios arqueológicos cuja conservação lhes compete.

- Os Museus de Arqueologia têm de contar com uma componente técnica de arquivística que é certamente mais complexa do que a dos Museus tradicionais.

- Os Museus terão de gestionar dois níveis distintos de documentação: a da escavação e a propriamente museológica. Isto pode fazer-se através de bases de dados relacionais, o que também não levanta problemas técnicos irresolúveis.

Qualquer destes pontos só é uma dificuldade num contexto em que o investimento nas infra-estruturas museológicas seja fraco, mas até à entrada na “velocidade de cruzeiro”, certamente que os problemas se acumularão.

A situação pode, todavia, encarar-se com optimismo.

Em primeiro lugar, porque a Lei-Quadro dos Museus estabelece que o depósito dos materiais arqueológicos se faz, preferencialmente em Museus da Rede Portuguesa de Museus. Isto dá garantias de a instituição depositária estar dotada de condições aceitáveis para a sua tutela. E este princípio legal não pode ser revertido por mera operação legislativa, pois corresponde à lógica manifestação de um princípio de senso-comum: assistiremos sem dúvida a algumas soluções transitórias, de compromisso dos desejos com as realidades, mas admite-se que algum dia se legisle no sentido de os materiais arqueológicos **não** serem depositados em Museus?

Em segundo lugar porque o Museu é, sobretudo, uma instituição de memória e é este carácter que lhe dá as condições necessárias a ser a instituição operativa neste tema. Porque será necessário afrontar decididamente o facto de, já hoje, mas

sobretudo no futuro, vir a ser impossível o desenho de projectos de investigação em moldes tradicionais na esmagadora maioria das áreas e tipos de sítios arqueológicos. Já hoje a arqueologia de minoração de impactos é a actividade dominante dentro da investigação nacional (e internacional), sem os dados dessa arqueologia é impossível traçar, em muitíssimas áreas, quadros de investigação fiáveis, enquanto que campos “virgens” de desenvolvimento são cada vez mais escassos e será cada vez mais questionável desenvolver aí novos projectos de investigação, negligenciando o que é prioritário porque está a ser alvo de destruição activa. As próprias instituições científicas tradicionais, as Universidades e os Centros de Investigação, estão também cada vez mais sujeitas a ciclos curtos de investigação, porque curtos são os horizontes de financiamento. É portanto o Museu a instituição capaz de tutelar os materiais (e os registos) e de articular a sua investigação em prazos verdadeiramente pluri-geracionais, que são aqueles em que, no limite, a salvaguarda do Património Arqueológico, desiderato que está na origem de todo o problema, se cumpre na sua essência.

Em terceiro lugar, e aqui está a *crux* do problema, o Museu é uma instituição vocacionada para a comunicação com a sociedade, através da exposição e da educação. E é isto que transformará a Arqueologia, de ónus, em recurso social e cultural, com impactos muito significativos e economicamente rendosos na própria oferta cultural globalmente considerada.

Existe portanto um enorme desafio à nossa frente, no sentido de não se poder postergar mais a afirmação da Arqueologia como um campo pioneiro e fundamental de produção de conhecimento histórico e de transformação desse conhecimento em ferramenta de progresso social. Que os Museus possam participar activa e centralmente nesse desiderato, é o voto.

Bibliografia

- Almeida, M. J., 2006: “Património Arqueológico Móvel: (Des)Enquadramento na actual legislação portuguesa”. *Praxis Archaeologica* n.º 1, 29-36 (www.praxisarchaeologica.com/issues/2006_2936.html)
- Alves, F. J. S., 1993: “O Museu Nacional de Arqueologia. Encruzilhadas de uma instituição centenária”. *Al-madan* IIº s., n.º 2, 76-80.
- Gonçalves, A. R., 2009: “Museus e Turismo: Que experiências? Breve reflexão”. *Informação ICOM.PT*, IIº s., n.º 4, 3-10.
- IMC (Instituto dos Museus e Conservação), 2010: “Planeamento Estratégico do IMC: Museus para o séc. XXI” (Lisboa, IMC, www.imc-ip.pt)
- Lakatos, I., 1999: “Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica” (Lisboa, Edições 70).
- Neves, J. S. e Santos, J. A., 2006: “Os Museus em Portugal no período 2000-2005. Dinâmicas e tendências” (Lisboa, OAC, www.oac.pt)
- Nolasco, M. L., 2000: “Museus y museologia en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro” (Madrid, AEM, Monografias da Revista de Museologia 1).
- Nunes, G. S., 2007: “Contributos para uma reflexão sobre a gestão dos museus autárquicos enquanto gestores de património”. *Boletim RPM* n.º 25, 4-7.
- Raposo, J., 1993: “Museus portugueses com colecções de arqueologia”. *Al-madan* IIº s., n.º 2, 61-71.
- Raposo, L., 1993: “Números que falam por si”. *Al-madan* IIº s., n.º 2, 67.
- Santos, M. L. L., (coord.) 2000: “Inquérito aos Museus em Portugal” (Lisboa, IPM/OAC).
- Swain, H., 2007: “An introduction to museum archaeology” (Cambridge, Un. Press).
- Teixeira, M. B., 2007: “Quatro inovações legais em 2004”. *Museologia.pt* n.º 1, 43-49.
- Vicente, E., 2009: “Economia do património”. In Fortuna, C. e Leite, R. P. (org.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos* (Coimbra, Almedina), 225-244.

Considerações várias acerca das crises de memória dos nossos governantes no que respeita à dignidade dos Museus Nacionais mormente do Museu Nacional de Arqueologia

José Cardim Ribeiro

1. Platão chamava a Aristóteles “o Leitor” e “a Inteligência”. “O leitor” porque, contrariamente às práticas filosóficas e culturais predominantes na Grécia Clássica, que privilegiavam a memorização, a transmissão oral e a pura especulação intelectual, Aristóteles colecionava livros e estudava-os praticando uma leitura pessoal e solitária, como nos nossos dias, afastando-se pois dos modelos seus contemporâneos que, mesmo no respeitante à leitura, a faziam quase sempre através do filtro da oralidade: ou com a ajuda de um escravo-leitor; ou no âmbito de uma recitação pública, ou semi-pública.

Quanto ao epíteto “a Inteligência”, ele prende-se por certo com a tendência predominante do pensamento aristotélico em classificar e analisar metodicamente os objecto reais para, a partir destes, então especular. Tendência pelos vistos já detectável nos tempos em que o jovem Aristóteles frequentava a Academia e que, pouco a pouco, virá cada vez mais a evidenciar-se. Na derradeira fase da sua actividade, que corresponde à do Liceu ateniense, Aristóteles não só coleciona livros, mas também objectos. Ambos são, para ele,

coisas similares: porque cada livro é também em si mesmo um específico e característico objecto; e porque os simples objectos igualmente permitem, através deles, uma determinada leitura do mundo. Afastando-se cada vez mais do universo platónico das Ideias, Aristóteles ensaia agora a apreensão da Realidade através do estudo atento e exaustivo de uma infinidade de casos particulares: colecções de leis; recolhas de provérbios; obras literárias de diversos géneros; diálogos e dissertações de cariz filosófico, ou mesmo apenas sapiencial; mas, também, colecções de animais raros, de rochas, de objectos vários. A finalidade derradeira seria retornar um dia, previamente impossível de determinar no insondável decurso do tempo, ao mundo inteligível, agora não apenas por pura especulação abstracta mas após um longo e aturado caminho de análise, estudo, investigação e decifração da pluralidade das coisas concretas que nos rodeiam: memórias dos Homens e memórias da Natureza.

O projecto aristotélico do Conhecimento veio a ganhar uma dimensão e uma dinâmica superlativas em Alexandria, por iniciativa de um poder tão absoluto quanto esclarecido: o de Ptolomeu Soter, possivelmente meio-irmão (embora ilegítimo) de Alexandre o Grande e, com ele, ex-aluno do próprio Aristóteles na corte macedónica. Em Alexandria, o *Museum* – com os seus sábios, mas também com as suas colecções – articulava-se com a *Bibliotheca*, pretendendo-se ali reunir “todos os saberes do mundo” para, em última análise e num futuro distante, se lograr alcançar o Saber em si mesmo. De novo, livros e objectos como instrumentos de leitura – de múltiplas leituras –, como contentores de memória, como suportes do discurso científico e filosófico.

Não é por acaso que as grandes bibliotecas europeias pós-conventuais venham a surgir ao mesmo tempo dos “gabinetes de curiosidades”, no Renascimento. Na verdade, de uma forma ou de outra, persegue-se ainda uma utopia de raiz aristotélica: encerrar toda a verdade, todo o conhecimento, entre estantes repletas de livros e entre armários peja dos de coisas consideradas preciosas por uma elite esclarecida – mas sem dúvida nenhuma desinteressantes, muito estranhas ou mesmo intimidatórias

para o homem comum. E o movimento prossegue, num constante – embora tantas vezes acidentado – diálogo entre os detentores do saber e os detentores do poder. Numa época, aliás, em que os detentores do saber tinham também, por isso mesmo, algum poder; e em que os detentores do poder se pretendiam tanto quanto possível sábios ... pelo menos na aparência...

Da Enciclopédia às grandes bibliotecas e museus públicos do século XIX, continua subjacente o sonho aristotélico. E, agora, com mais método e pretensões de exaustividade: definem-se séries, estabelecem-se tipologias, subdividem-se categorias e classes, constrói-se um mundo todo ele lógico, coerente e consequente, havendo a certeza de que os vazios virão a ser pouco a pouco preenchidos e os pontos ainda obscuros progressivamente iluminados. E, por outro lado, democratiza-se o acesso ao Saber. Mas, atenção: sem jamais se equacionar qualquer baixa de qualidade, de rigor ou de exigência. Nunca esteve então em causa criar como que prosélitos através de uma espécie de “evangelização cultural” – a qual teria exigido uma vulgata acessível a qualquer um. Mas sim abrir a possibilidade de leitura dos livros e dos objectos a todos quantos tivessem forças intelectuais para disso realmente beneficiarem. Fossem estes poucos, ou numerosos... Mais do que a sua quantidade importava antes a sua qualidade!

E assim se mantiveram as coisas, com maiores ou menores alterações – mas com esse fundo comum entendido como realidade segura e incontornável –, até pelo menos meados do século XX e, em múltiplos aspectos, quase até ontem... O Museu Leite de Vasconcellos é filho dessa visão do mundo; como também o foi – aliás de forma internacionalmente paradigmática – o Museu do Homem, em Paris.

Nesta óptica – e para além das necessárias estimativas para asseguramento e de outras eventuais avaliações pragmáticas –, o valor dos objectos musealizados considerava-se como incomensurável. Eram objectos “sem valor”, de tanto valor que tinham! Mas não eram vendáveis. Constituíam um Património Comum e testemunhavam uma Memória Colectiva. Eram as fontes e os alicerces do

Saber. Eram os filtros através dos quais apreendíamos a Realidade. Eram os luminosos espelhos do próprio Mundo. E ninguém discutia ou punha em causa estes axiomas, nem a natureza e a incontornável necessidade das bibliotecas de estudo, dos arquivos e dos museus.

Até porque, entretanto, se haviam construído novas memórias para estes já velhos objectos, ora musealizados. Um utensílio, para o indivíduo que o fabrica, é essencialmente um produto do seu engenho e que se almeja traduzir num ganho material. Para quem o utiliza é já outra coisa, um instrumento adequado, útil e necessário. Como objecto perdido, ou abandonado, ganha uma nova personalidade. E se for reutilizado ganha ainda uma outra. E uma outra ainda se a dado momento for ritualizado. Mais tarde achado, assume novas leituras: como “tesouro”; como “pedra de raio”; ou como coisa desinteressante embora nunca vista, pelo descobridor aleatório e inculto; como representação demoníaca a exorcizar ou destruir, a velha estátua ou a máscara iniciática, perante o inquisitorial sacerdote ou o zeloso missionário; como peça, como documento, como testemunho, para o erudito – e, de um modo geral, para o homem culto. Recolhida e classificada, passa então a ser um objecto de estudo. Por fim, exposta num museu, novas memórias poderão adensar ainda o “conglomerado herdado” de certas peças: esta foi recolhida por um arqueólogo célebre numa campanha emblemática – por exemplo, por Schliemann em Tróia; esta outra, de cariz etnográfico, que ora vemos na vitrina, pertenceu a Picasso e inspirou-o na sua fase cubista; este guerreiro representa um lusitano, povo célebre pela sua indomável oposição aos exércitos romanos e símbolo romântico de inconformismo, heroicidade e nacionalismo. E o objecto, assim, acrescenta agora umas tantas páginas ao seu já longo “bilhete de identidade” – e ganha também, saliente-se, uma significativa mais-valia.

2. Porém, as verdades tidas até há pouco como permanentes e consensualmente adquiridas estão hoje em causa, e em parte encontram-se já desfeitas. O mundo pós-modernista não é aristotélico. A banalização do saber e o endeusamento das

estatísticas obrigaram entretanto às tais nefastas “vulgatas” – e, de uma penada, destruíram o longo esforço de uma verdadeira democratização do conhecimento construída passo a passo, geração a geração. O poder já não é sábio, nem sequer culto, nem disso se preocupa ou envergonha – apenas ri com desprezo de quem ainda acha estranhas as suas exibições de ignorância, que aliás tantas vezes servem como arrogantes e populistas afirmações de força. Não é por acaso que nestes bárbaros tempos alguns políticos se orgulham de ser “animais ferozes”..

3. ¿Que resta, pois? Que nos resta, pois? Que resta das memórias cada vez mais esquecidas e apagadas? Qual o destino de todos estes objectos carregados de História, perante o quais nos emocionamos como se tivessem vida, como se fossem seres que compartilham da nossa própria vida, como se fizessem parte de nós próprios? – Porque, afinal, a memória dos objectos não é mais nem diferente do que a nossa própria memória! Que nos resta, pois, a quem ainda acredita/acreditamos num outro tipo de mundo, de ética, de cultura e de valores, que nos resta para transmitir/transmitirmos aos nossos filhos, às gerações vindouras?

Na verdade, temos ainda nas nossas mãos certos instrumentos – ou mesmo armas. E, sobretudo, a inteligência... Mas para passar à acção e para que tudo venha a funcionar como desejamos, teremos nós próprios de interiorizar, de compreender profundamente, algumas coisas fundamentais que por vezes nos custam a admitir – e de agir então em conformidade. Trata-se, pura e simplesmente, de estratégia – tão acutilante, definida e eficaz quanto possível.

(a) Em primeiro lugar, termos a humildade e a lucidez de reconhecer que este tipo de visão do mundo, que passa – entre tantas outras coisas – pela instituição-museu, é uma visão do mundo intrinsecamente nossa, europeia, e não um comportamento “natural” transversal a todas as culturas e civilizações. Sem contar com a pioneira Alexandria, que era aliás sobretudo helénica, foi na Europa que nasceram e se desenvolveram os museus e as concepções culturais que estão por detrás deles. A di-

fusão do museu pelo mundo foi apenas uma directa consequência dos vários movimentos colonialistas de matriz europeia. E, após décadas de implantação nesses cenários exóticos, os resultados são hoje muito diferentes de região para região.

Na África subsariana não existe, de um modo geral, qualquer identificação entre as populações e os museus, e muitos dos quadros intelectuais desses países, embora academicamente formados quase sempre nas principais cidades europeias, chegam a considerar ofensiva a perspectiva museológica vigente, que lhes legamos, contrária pelo seu óbvio carácter público e expositivo aos valores culturais, tantas vezes de ordem oculta e iniciática – e frequentemente vinculados aos objectos ora musealizados – característicos dessas sociedades e das suas próprias memórias e visões do mundo, tão diferentes das nossas. No Pacífico, e ainda no âmbito das comunidades índias da América do Norte, muitas colecções museológicas vieram a ser recentemente transmutadas dos valores ocidentais para os valores dessas mesmas comunidades: dezenas de milhares de objectos rituais e funerários foram retirados das vitrinas de Arqueologia e de Antropologia onde se mostravam a qualquer visitante desde há várias décadas, por vezes há mais de um século, e re-enterrados em campos sepulcrais e noutros locais sagrados; certas peças foram reunidas em salas interditas a mulheres, e outras em salas interditas a homens – conforme o seu peculiar cariz simbólico e os ancestrais tabus a elas inerentemente associados; outros conjuntos museológicos foram desmanchados para que peças tipologicamente similares mas portadoras de forças contrárias ou de “almas” inimigas não continuassem impiedosamente a confrontar-se no mesmo espaço e a espalhar influências nefastas à sua volta...

Apenas nos países coincidentes com o núcleo ancestral do mundo Islâmico, do Irão a Marrocos, o fenómeno museológico veio a adquirir raízes e significados similares aos do Ocidente. Mas, recordemos, a Civilização Islâmica comunga conosco de uma herança de base helenística – e aristotélica –, e a biblioteca, instituição gêmea do museu, foi e é uma constante nessa Cultura – de Bagdad a Cordova, do Cairo a Istambul, de Damasco a Teerão.

(b) Devemos pois concluir que a ameaça que hoje efectivamente pende sobre os nossos museus, sobre as nossas memórias, não é uma catástrofe universal, embora sendo sim uma catástrofe para nós próprios e para a Cultura Europeia. Mas esta constatação não diminui em nada o problema nem lhe retira importância e dramatismo. A universalidade de valores é um mito. Aliás, um mito europeu... O que nós sempre defendemos, mesmo quando pensávamos fazer outra coisa, foi constantemente a nossa própria concepção do mundo – a concepção Ocidental. Não há porém que ter complexos. Nunca nenhuma civilização agiu por conta de outra. É desejável a Tolerância, e mais ainda a Concórdia. Mas a imolação de uma civilização, de uma cultura, nos altares de uma pretensa equidade global de valores e de sensibilidades é coisa inusitada e que só passou mesmo pela cabeça da intelectualidade europeia – aliás então ainda confortavelmente instalada e sólida nas suas próprias memórias e concepções. Hoje, vê-se que não é assim.

Porém, se nos encontramos efectivamente em risco e em “crise de memória(s)” na Europa, a ameaça não vem de fora, mas do interior da nossa própria sociedade. E por isso é tão perigosa e destrutiva. A ameaça vem da arrogante ignorância que pouco a pouco ocupou o poder; e – pese embora o que afirmam as estatísticas oficiais... – das massas por esse mesmo poder mantidas ignoras, senão mesmo em crescente e acelerado processo de embrutecimento. A lúcida consciência da situação de verdadeiro perigo que hoje correm os valores culturais e éticos em que fomos formados e em que acreditamos – e também os museus e as suas colecções, as bibliotecas e os seus livros de estudo e de investigação, os arquivos e os seus documentos –, essa lúcida consciência é, ela própria, um imprescindível instrumento para logarmos, de algum modo, reverter a situação. Enquanto pensarmos que se trata apenas de alguns episódios desgarrados e passageiras, de ameaças pontuais, de políticas efémeras porque inconsequentes, não chegaremos a lado nenhum – e, quando acordarmos, fatalmente já será tarde. Aliás, já não é nada cedo... Porque, na verdade, estamos perante uma crise de fundo, no âmbito da qual se opõem duas

concepções completamente diferentes de encarar a vida, o indivíduo, o mundo e as sociedades.

(c) Outro instrumento que seria fundamental consciencializar e desenvolver, em todas as suas consequências, é o do valor intrínseca das colecções museológicas. E o único valor que hoje conta é o do mercado. Há pois que o salientar e, tanto quanto possível, de o acrescentar. Tem de passar a haver a nítida percepção pública de que um museu, como o Nacional de Arqueologia ou o de Arte Antiga (por exemplo), são em si mesmo autênticos “cofres-fortes” onde se abrigam reservas que valem como ouro.

¿Quanto atingiria um guerreiro galaico, autêntico, leiloado em Londres ou em Nova York? Certamente muitos e muitos milhares de euros! Mas, se a mesma peça for anunciada, de modo cientificamente menos correcto mas comumente mais apelativo, como “Guerreiro Lusitano”, e se dela se exibirem no catálogo estampas litográficas da época em que foi publicado pela primeira vez no século XIX ou nos alvares do XX – conferindo-lhe assim maior profundidade temporal em termos de coleccionismo –, então o preço do nosso guerreiro decuplicará!

(d) E aqui entramos numa outra ordem de considerações: a dos conhecimentos – agora não opostos mas utilmente complementares – esotéricos e exotéricos. E eis que voltamos a Platão e a Aristóteles. Eles compreenderam perfeitamente que a verdade das coisas não pode ser exposta de idêntica maneira a toda a gente. Ou, dito de outra forma, nem todos estão capacitados para percorrer o caminho do mesmo modo. E, queiramos ou não, seja ou não “politicamente correcto”, também nem todos estão preparados para se aproximarem do fim do caminho, já sendo por vezes muito bom que alcancem uma etapa média. Um dos nossos erros foi perpetuar nos museus a “seriedade” discursiva que, segundo acreditávamos, conduziria ao interesse e à automática instrução de todos os visitantes.

4. Foi essa a utopia do Museu do Homem, nesse aspecto paradigmático entre todos os outros. Mas o Museu do Homem acabou. As suas colecções foram encaixotadas, juntamente com as do Museu das Artes de África e da Oceânia. Hoje, toda essa

infundável multidão de objectos encontra-se nas reservas de uma nova instituição, o Musée du Quai Branly, sobre o Sena, mostrando-se uma pequena parte – considerada mais vistosa – na respectiva exposição permanente.

O Quai Branly é um museu de iniciativa presidencial. Foi Jacques Chirac que determinou, contra ventos e marés, o encerramento do Museu do Homem e do Museu das Artes de África e da Oceânia. Foi Jacques Chirac que determinou as principais linhas conceptuais do novo museu. Foi Jacques Chirac que determinou os fundamentais ingredientes a utilizar neste espantoso cozinhado museológico: um arquitecto célebre (no caso, Jean Nouvel); um edifício marcante e de referência na história da arquitectura contemporânea; uma exposição de “peças-vedeta”, baseada em valores predominantemente estéticos e cenográficos.

Quando visitei o Quai Branly senti uma opressiva e muito emocionada saudade do Museu do Homem, com o qual me identificava – e, comigo, tantos da minha geração. O Museu do Homem fazia parte intrínseca das nossas próprias memórias culturais – fazia já parte intrínseca da memória cultural europeia. No Quai Branly não existe um discurso expositivo racionalmente coerente, as grandes áreas geográficas misturam-se, a iluminação é com frequência insuficiente, a cenografia “naïf” e a confusão imensa: multidões cruzam-se e embatem-se, meias perdidas por entre as peças muito apelativas mas das quais dificilmente se apreende o contexto, se percebe a origem e a função, expostas quase só como simples componentes de uma enorme “instalação”. Os materiais informativos existem, porém, e em grande quantidade e diversidade: textos, filmes, bandas sonoras...; mas o seu acesso não é sempre imediato nem intuitivo, nem eles formam parte integrante da própria exposição; são apenas complementares e paralelos; a maioria do público não os utiliza. E, no entanto, o Quai Branly é um verdadeiro triunfo, um duradouro êxito de bilheteira, atraindo inúmeros visitantes e catapultando Paris, de novo, para o centro da museologia internacional. Quanto ao Museu do Homem, nos últimos anos os passos dos pequenos grupos escolares, dos raros especialistas e de uns poucos turistas nostálgicos, eoa-

vam nas salas peçadas de peças únicas e dispostas metódica e didacticamente, mas vazias de gentes... Passadas as primeiras impressões, tendo lido e meditado bastante sobre esta (para mim) inesperada realidade – e tentando discernir entre preferências emotivas e imperativos racionais –, concluí o seguinte:

(a) A exposição permanente do Quai Branly é assumidamente uma mostra exotérica, que quase só procura criar emoções estéticas junto do grande público, sem lhe explicar grande coisa; mas a maior parte desse mesmo grande público sente-se deslumbrado e satisfeito e não exige nem procura mais nada. Aliás, tem pressa – e a percepção emotiva é mais rápida do que a percepção intelectual. E dá menos trabalho. A dose está, pois, perfeitamente adequada ao paciente...

(b) Para uma fracção já não massiva de público existem as exposições temporárias, sempre temáticas e com fio-condutor nitidamente estabelecido, bem explicadas, claramente perceptíveis e sustentadas em óptimos catálogos. Aqui deseja-se atingir e satisfazer um público já instruído, aquele que gosta de ler – livros e objectos –, de contemplar e de pensar, que tem memória(s); sem que no entanto seja necessariamente um especialista.

(c) Para este – e para todos os mais exigentes em geral –, o Quai Branly disponibiliza gratuitamente “on line” o catálogo integral (embora ainda com algumas compreensíveis lacunas) das suas colecções de objectos, quer os expostos quer os das reservas; bem como as importantes e vastíssimas colecções de fotografias, fichas de trabalho de campo e de gabinete, e de documentos de vária ordem, principalmente oriundos do Museu do Homem. Este acesso franco e pormenorizado a todos os espólios ali conservados – que muito dificilmente poderia ter sido praticado num museu antigo e com meios insuficientes – é, quanto a nós, uma das mais conseguidas e inovadoras conquistas do Quai Branly...embora secundarizada ou mesmo desconhecida pela maioria dos visitantes que se atravancam no meio das vitrinas. O catálogo “on line” é a face esotérica da novo museu.

(d) Por outro lado, a evidência – por vezes mesmo o exagero – do pendor estético-artístico das

peças expostas conferiu-lhes não só uma outra leitura – uma nova memória a juntar a todas as anteriores –, como aumentou exponencialmente o respectivo valor de mercado. O comércio internacional e o colecionismo das “Artes Primeiras” disparou após a inauguração do Quai Branly, e as peças deste museu servem agora como que de privilegiada “medida-padrão” para aferir o próprio valor daquele mercado. Hoje, sob este aspecto, as colecções conservadas no Quai Branly valem incomensuravelmente mais do que quando jaziam nas vitrinas e reservas do Museu do Homem e do Museu das Artes de África e da Oceânia. E, ano após ano, valerão cada vez mais! O Quai Branly, além de ter apagado a incómoda memória museológica do colonialismo francês – nem todas as memórias são sempre consideradas convenientes de conservar e de dar a conhecer... –, transformou-se ainda num verdadeiro tesouro, já não sob um ponto de vista meramente cultural e simbólico, mas de uma simples perspectiva pragmática e economicista: funciona como uma efectiva “reserva áurea”, em constante valorização. Garantia primeira e absoluta de que nas décadas mais próximas nenhum poder, culto ou ignorante, se lembrará de desmanchar o novo museu, de tocar nas suas colecções, ou de subverter as suas intrínsecas memórias...

(e) Em Portugal não é atendível que algum Presidente da República, e ainda menos que algum Primeiro-Ministro, tenha o rasgo – e simultaneamente o maquiavelismo – de Jacques Chirac. Assim caber-nos-á a nós, remotíssimos herdeiros de Aristóteles na crença da bondade da busca do Conhecimento, despirmo-nos de antigos hábitos e preconceitos, e – tentando compreender com lucidez e objectividade o mundo, a época, a sociedade e a conjuntura em que hoje vivemos, especialmente no microcosmo português, bem como a extrema urgência do momento – substituir-nos de alguma forma à ausência de um poder inteligente e culto, procurando com imaginação, arrojo e coragem as melhores soluções e estratégias que permitam assegurar a perpetuação das nossas raízes e dos nossos fundamentais valores éticos e culturais.

Em concreto no que à crise de memória dos nossos governantes diz respeito, em finais desta primeira

década do século XXI, e no que concerne ao Museu Nacional de Arqueologia – que, para além de um “simples” museu, é o vero e insubstituível arquivo dos principais testemunhos históricos das nossas mais pretéritas raízes e ainda um fervilhante centro de estudos e pesquisas de consolidada projecção internacional –, defendemos como única solução digna, eficaz e de futuro a criteriosa, inteligente e inovadora concepção de um adequado edifício de raiz, a construir com urgência, porventura no âmbito da Cidade Universitária. E, porque estamos em Lisboa e não em Paris, vindo preferencialmente a trocar-se desde logo a respectiva tutela do Ministério da Cultura pela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*.

Algumas Leituras

Sobre a evolução do pensamento de Aristóteles:

Jaeger, W. (1997): *Aristote. Fondements pour une Histoire de son Evolution*, trad. francesa, Paris [1.ª ed., alemã, 1923].

Chroust, A.-H. (1973): *Aristotle. New Light on his Life and on some of his Lost Works*, Indiana.

Mesquita, A. P. (2005): *Aristóteles – Obras Completas. Introdução Geral*, Lisboa.

Sobre o *Museum* e a *Bibliotheca* de Alexandria:

Parsons, E. A. (1952): *The Alexandrian Library*, Amsterdam/London/New York.

Canfora, L. (1988): *La Véritable Histoire de la Bibliothèque d'Alexandrie*, trad. francesa, Paris [1.ª ed., italiana, 1986].

El-Abadi, M. (1997): *Vie et Destin de l'Ancienne Bibliothèque d'Alexandrie*, Paris.

Sobre o Museu do Homem versus Museu do Quai Branly e questões afins:

Dupaigne, B. (2006): *Le Scandale des Arts Premiers. La Véritable Histoire du Quai Branly*, Paris.

Latour, B., dir. (2007): *Le Dialogue des Cultures. Actes des Rencontres Inaugurales du Musée du Quai Branly*, Arles.

VV.AA. (2007): *Le Moment du Quai Branly* (=Le Débat, n.º. 147, Nov.-Déc.), Paris.

Candela, G. ; Biordi, M., coords. (2007): *L'Arte Etnica tra Cultura e Mercato*, Milano.

* Este texto foi pela primeira vez apresentado no Museu Nacional de Arqueologia, em 20 de Abril de 2010, no âmbito do ciclo «Património Cultural – Memória Comum», concretamente na sessão subordinada ao tema «Museus Nacionais – Arquivos da Memória».

Sobre José Leite de Vasconcellos, o Museu Nacional de Arqueologia e o poder político:

Leite de Vasconcellos, J. (1913): *Defensão do Museu Etnológico Português contra as Arguições que um Sr. Deputado lhe fez no Parlamento*, Lisboa.

Cardim Ribeiro, J. (2008): «Da consciência política de José Leite de Vasconcellos. Achegas para a compreensão do seu pensamento e do seu exemplo», *O Arqueólogo Português*, sér. IV, vol. 26, pp. 145-160.

Sobre os (nossos) museus, os (nossos) tempos e a (nossa) terra:

Cardim Ribeiro, J. (2005): «¿Torres de marfim, baluartes ou escolas? O papel dos museus em tempo e terra de barbárie», in *O Elogio da Cultura. Actas do VI Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, pp. 73-85.

A arqueologia no Museu Geológico (LNEG): situação, missão e perspectivas

Miguel de Magalhães Ramalho¹

Com a construção da Comissão Geológica do Reino em 1857, iniciou-se o estudo geológico do território nacional sob a égide de Carlos Ribeiro e Nery Delgado. O andamento desse trabalho e a quantidade das amostras recolhidas rapidamente demonstrou a indispensabilidade de instalações apropriadas, as quais foram encontradas no 2.º piso do antigo Convento de Jesus, que estava sem utilização. Após as primeiras obras de adaptação a Comissão, a partir de 1859, passou a ter possibilidade de reunir em boas condições a colecção de amostragem (rochas e fósseis) que aumentava todos os anos.

Embora o principal objectivo da Comissão fosse geológico, realizaram-se também, importantes escavações arqueológicas, como as do Cabeço da Arruda (1863), Casa da Moura (1865), Furninha (1879) e os respectivos espólios recolhidos e estudados nas suas instalações. Pode assim afirmar-se que, quer a Geologia quer a Arqueologia portuguesas nasceram com a Comissão Geológica do Reino.

¹ Coordenador do Museu Geológico (LNEG)

Outro marco importante foi a realização do Congresso Internacional de Antropologia de Arqueologia Pré-Histórias em 1880, que incentivou fortemente as pesquisas arqueológicas no seio da Comissão Geológica, donde resultou o aumento das colecções arqueológicas que se iam acumulando nas suas instalações.

Embora não se saiba ao certo a data do início do funcionamento do Museu, é conhecida uma interessante gravura da Sala de Paleontologia publicada em 1881 pela revista *Ocidente*.

Actualmente, o estatuto do Museu Geológico está consagrado na Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), bem como faz parte da Rede Portuguesa de Museus.

A importância do Museu Geológico foi, igualmente, reconhecida em despacho do Ministro da Cultura de 12 de Outubro de 2009, em que o edifício do antigo Convento de Jesus, onde no 2.º piso, está instalado o nosso Museu, foi classificado como Imóvel de Interesse Público. A referida classificação foi baseada em parecer do IGESPAR onde se refere especificamente o valor patrimonial do Museu Geológico e que, pela sua importância, a seguir se transcreve: “Além do incalculável valor científico das colecções, o Museu Geológico conserva integro um espaço expositivo que é já uma referência por si próprio da museografia oitocentista, dos seus sistemas classificativos e apresentação de peças, na verdade um «museu dos museus» da história, mineralógica, paleontológica, e arqueológica, cujo reconhecimento e preservação deverão ser acautelados no âmbito da classificação do conjunto.” Esta classificação foi o culminar de um esforço de 10 anos junto das entidades responsáveis, esperando-se que contribua para a preservação do Museu Geológico, cuja integridade tem sido ameaçada nestes últimos anos.

No século XX, com a actividade de J. Fontes, G. Zbyszewski, O. Veiga Ferreira, H. Breuil, J. Roche, A. Viana e outros, funcionários ou colaboradores dos Serviços Geológicos de Portugal, as colecções arqueológicas do Museu Geológico enriqueceram-se extraordinariamente e a sua Sala de Arqueologia assumiu a actual disposição de expositores centrais e laterais.

Nestas últimas duas décadas registaram-se, contudo, mudanças importantes no tratamento e arquivo do espólio arqueológico e, bem assim, na apresentação museológica das peças da Sala de Arqueologia.

Quanto à exposição destinada ao público, tem sido preocupação constante nestes últimos anos, desenvolver os seguintes objectivos:

1. Tornar o acervo das Salas (Paleontologia, Arqueologia e Mineralogia) tão atractivo, acessível e didáctico, quanto possível, ao público não-especialista e, ao mesmo tempo, promover o conhecimento relativo à Geologia e à Arqueologia nacionais a partir do que está exposto.

2. Reordenar a apresentação dos exemplares em função de critérios científicos e fornecer ao público elementos explicativos para o enquadramento dos conteúdos expostos, como painéis com textos e fotografias, folhetos contendo explicações complementares a propósito dos exemplares apresentados e, ainda, novos expositores com temas interessantes.

As colecções arqueológicas

Estão registadas 1348 estações arqueológicas, as quais são muito variadas em importância e em número de peças. Elas incluem, contudo, estações de enorme importância científica, como Furninha, Casa da Moura, Muge, Casal Pardo, Poço Velho e várias outras, às quais se juntam inúmeras estações paleolíticas de superfície, de norte a sul do nosso território. Este é o segundo arqueológico de maior importância no País, a seguir ao do Museu Nacional de Arqueologia.

a) Preservação das colecções arqueológicas

Para evitar a possível degradação das peças mais vulneráveis, procedeu-se à colocação dos ossos humanos, devidamente embalados, em sala menos sujeita a oscilações térmicas e de humidade. A sua observação periódica, mostra que não tem havido degradação apreciável. Para algumas peças metálicas que apresentavam sinais de alteração solicitaram-se tratamentos adequados a laboratórios da especialidade.

b) Consultas às colecções arqueológicas

Desde há muito que a colecção arqueológica tem sido procurada por investigadores externos, nacionais e estrangeiros, muitos deles para realizarem mestrados ou doutoramentos. Actualmente, o Museu Geológico dispõe de 4 gabinetes para investigadores externos e um espaço laboratorial. De acordo com os números de 2009, realizaram-se consultas sendo 6 investigadores portugueses e 6 estrangeiros, o que corresponde a cerca de 150 dias de consulta.

Para apoio deste estudo, tem-se vindo a constituir, desde 2005, uma pequena biblioteca composta por publicações, separatas ou cópias dos artigos que tratam de peças existentes nas colecções do Museu. Por norma, todos os investigadores que publicam trabalhos sobre exemplares pertencentes ao Museu enviam a respectiva cópia, bem como na sua publicação devem referir claramente a proveniência institucional da peça o que, lamentavelmente, nem sempre tem acontecido.

Sala de Exposição

Esta compreende actualmente vários tipos de expositores. Assim temos 54 armários laterais, que datam do séc. XIX, e abrigam cerca de 650 tabuleiros com peças de várias centenas de escavações. Estas são, na sua maioria, do Paleolítico e provenientes das escavações de G. Zbyszewski.

A estes armários, juntam-se 40 expositores centrais colocados em duas filas duplas, que contêm a exposição permanente, mostrando a evolução das indústrias pré-históricas no nosso território, desde o Paleolítico Inferior à exploração mineira romana. São de salientar, pela importância do seu espólio, os expositores do Mesolítico de Muge, das grutas de Poço Velho (Cascais) e da gruta da Furninha, entre outras.

Graças a um subsídio concedido pelo Instituto Português dos Museus, após visita da sua então directora, Prof.^a Doutora Raquel Henriques da Silva, foi possível remodelar a exposição permanente com vista a apresentar os materiais arqueológicos de forma mais atractiva e pedagógica.

Algumas peças ocupam, também, expositores isolados como os crânios com indícios de trepa-

nações, os grandes vasos da Furninha, Salemas e Roça do Casal do Meio, vários ossos de *Elephas antiquus*, as rochas das superfícies glaciadas da Serra da Estrela, os artefactos em esparto da antiga mina de Algares e outras. Ainda de salientar, a espectacular placa de bronze com legislação mineira de Aljustrel.

Com o objectivo de evitar a presença de peças expostas de cariz paleontológico, foram transferidas para as outras salas, exemplares de dinossauros e suas pegadas, bem como outros não pertencentes ao Quaternário, de forma a que a Sala de Arqueologia passasse a apresentar um conjunto coerente, resolvendo-se, assim, uma situação que se prolongou por décadas.

Foram, ainda, criados alguns novos expositores, a saber:

1. "Evolução dos Hominídeos"; mostrando réplicas de crânios das suas diversas espécies e respectivas idades, acompanhado por um painel estratigráfico.
2. "Exploração mineira neolítica de sílex", Lisboa.
3. Restos ósseos de um leopardo (Pistocénico? do Maciço Calcário).

Foram, também, colocados vários suportes contendo folhetos sobre a "Evolução dos hominídeos", "Glaciações" e "Exploração mineira neolítica de sílex", e ainda um texto de apoio à visita à Sala da Arqueologia, este por J. L. Cardoso.

Perspectivas

Atendendo às características das colecções do Museu, cujo desenvolvimento tem dependido, fundamentalmente, da actividade dos investigadores dos organismos onde tem estado inserido – Comissão Geológica, Serviços Geológicos de Portugal, Instituto Geológico e Mineiro e, presentemente, o Laboratório Nacional de Energia e Geologia – não se prevêem aumentos significativos de material pré-histórico, exceptuando eventuais dádivas.

Tendo isto presente, considera-se que, para os próximos anos, o esforço deverá ser feito no sentido de:

1. Manter e, sempre que possível, melhorar as condições de preservação do espólio exposto e das reservas.

2. Continuar o desenvolvimento dos inventários para disponibilização aos investigadores.

3. Continuar o apoio aos trabalhos dos investigadores externos que pretendem estudar as colecções do Museu e, sempre que possível, aproveitar a sua presença e/ou os resultados obtidos, para a melhoria das colecções.

4. Desenvolver as potencialidades das colecções com vista a incrementar o conhecimento da arqueologia portuguesa junto do público em geral e, em especial, no apoio às Escolas dos diversos graus de ensino. Este propósito é actualmente considerado missão fulcral para a nossa componente museológica, uma vez que aquelas escolas não possuem os exemplares indispensáveis ao ensino.

5. Incentivar a divulgação do Museu Geológico nas suas diversas componentes, nomeadamente através da colaboração com outros museus congéneres.

6. Garantir a preservação e a integridade dos espaços das salas de exposição, naquilo que é herança do séc. XIX, de forma a respeitar a sua recente classificação oficial como Imóvel de Interesse Público.

Assim, a componente de Arqueologia pré-histórica do Museu Geológico representa uma importante mais-valia para o desempenho da sua missão, não só pelas suas colecções científicas de apoio à investigação mas, igualmente, como complemento à componente geológica. Isto tem permitido proporcionar ao público não-especialista e, em especial, aos alunos das escolas, uma valiosa fonte de aprendizagem integrada do passado do nosso território e que é única no País.

Arqueologia Urbana e Poder Autárquico

Francisco Sande Lemos

1. Introdução

As cidades portuguesas passaram, em menos de duas décadas, de pequenos e tranquilos burgos para áreas urbanas em crescimento exponencial. Este aspecto peculiar da História de Portugal Contemporâneo tem sido sublinhado por estudos de síntese em Geografia (Salgueiro e Ferrão, 2005). De facto, não se tendo efectivado a industrialização do país, salvo em zonas muito pontuais, as urbes mantiveram a fisionomia herdada da época medieval e da Idade Moderna (com algumas alterações em finais de oitocentos), pelo menos até meados do século XX, como se pode verificar através de fotogramas das décadas de 50 e 60. Mesmo na cidade de Lisboa, onde existia um sector administrativo, comercial e algumas fábricas, vivia-se num contexto pré-industrial. Os relatos dos refugiados de guerra oriundos da Áustria, da Alemanha e da França, em trânsito para os EUA, descrevem uma cidade parada no tempo, na década de 40 do século XX:

Embora Portugal não tenha estado directamente envolvido no grande confronto mundial a II Guerra teve, *a posteriori*, repercursões significativas no ambiente bucólico propagandeado pelo Estado Novo,

mas que escondia um universo rural paupérrimo. Terminado o conflito, o Plano Marshall financiou um gigantesco processo de recuperação de infra-estruturas e das cidades europeias afectadas pelos bombardeamentos. A oferta de emprego atraiu centenas de milhares de emigrantes portugueses que das suas aldeias se deslocaram para França e Alemanha. O retorno das suas poupanças (as chamadas remessas dos emigrantes) não só asseguraram o equilíbrio das contas públicas como permitiram o desenvolvimento da indústria de construção civil em Portugal, numa escala sem precedentes.

A década de 60 do século XX marca o início deste processo. Os projectos urbanísticos desenhados na década antes da II Guerra, de que são testemunhos alguns bairros como o de Alvalade em Lisboa (Costa, 1997) ou a zona das Escolas secundárias de Braga foram apenas vãs tentativas de prever, ou enquadrar, um desenvolvimento urbano que transbordou todas as regras e planos. Os anos 70 e 80 assinalam o cume do movimento imobiliário descontrolado que prosseguiu na década seguinte, muito embora a sociedade portuguesa tenha assumido uma progressiva consciência do desordenamento urbano em que mergulhara. Embora na primeira década do século XXI se tenha generalizado a crítica do “betão”, o facto é que a debilidade do planeamento urbanístico persiste, desafiando qualquer mudança profunda.

Tanto a Administração Central como as autarquias estavam, na verdade, mal preparadas para enfrentar a urbanização exponencial do país. As Direcções Gerais, apesar do poder efectivo de que dispunham, não tinham recursos humanos suficientes e funcionavam ao ritmo dos anos 30 e 40, no velho sistema de ofícios a bem da Nação. Entretanto as autarquias depararam-se, pela primeira vez, com a possibilidade de sair do colete de pobreza imposto pela gestão severa de António Oliveira Salazar. Exemplos típicos dos novos e dinâmicos Presidentes de Câmara do Estado Novo foram, em Lisboa, Duarte Pacheco (1899-1943) e em Braga, Santos da Cunha (1911-1972). Se as entidades da administração central que tutelavam directamente o urbanismo foram ultrapassadas as estruturas da Cultura e Património ainda eram mais frágeis.

Apenas em 1973 foi criada a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (incluindo uma Divisão de Património Cultural).

Os delegados concelhios da Junta Nacional de Educação, que aliás trabalhavam *pro bono*, procuraram intervir mas sem qualquer êxito. Em Braga Rigaud de Sousa efectuou algumas escavações, designadamente no Largo de S. Paulo, e propôs uma área de protecção para os vestígios da cidade romana, mas o processo acabou por se desvanecer, entre 1974 e 1976 (Nunes, 1978 e 1994).

Também em Braga a actuação do Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha, recolhendo material nas terras já revolvidas pelos bulldozers e registando nas suas crónicas do *Diário do Minho* a destruição das ruínas de *Bracara Augusta* ilustra bem a impotência das escassas elites culturais urbanas de meados do século, passado face ao crescimento imparável das cidades (Nunes e Oliveira, 1988). Noutras cidades os estudiosos salvavam o que podiam. Mas a indiferença das autoridades locais era manifesta e o poder central apático e pouco dinâmico. O sucedido com as obras do Metropolitano em Lisboa, nos 60 do século XX, é elucidativo (Moita e Leite, 1985). Houve em 1961 uma intervenção de emergência em Lisboa, na Praça da Figueira (ruínas do Hospital de Todos os Santos e necrópole romana) mas sem a necessária amplitude (fracasso cuja responsabilidade é atribuída à Junta Nacional de Educação, tendo a equipa chegado quando as obras de abertura do Metropolitano já estavam concluídas) (Moita e Leite 1985). Em 1966/67 há um novo ensaio de AU em Lisboa (primeiras escavações no Teatro romano), mas sem continuidade (Fabião, 1994).

A mudança de regime ocorrida em 1974 em nada alterou o ritmo construtivo, mas desencadeou mudanças significativas. Estabeleceu-se o Estado de Direito, eleições livres, um regime pluripartidário com órgãos representativos. As autarquias passaram a ter autonomia. A Administração Central entrou num processo de modernização. No domínio específico do Património Cultural a criação do Instituto Português do Património Cultural em 1981 assinala esse esforço, tendo sido dotado de um Departamento de Arqueologia, que será a entidade coordenadora da Arqueologia Portuguesa até 1997. O

DA do IPPC era apoiado por três Serviços Regionais de Arqueologia (do Norte, com sede em Braga; do Centro com sede em Coimbra; do Sul, com sede em Évora) (até 1991) e por uma Comissão Consultiva representativa das principais instituições com projectos em Arqueologia.

2. O desenvolvimento em Portugal da Arqueologia Urbana

O novo Poder democrático encarava a Cultura e o Património de outro modo. Exemplo disso foi a criação do Campo Arqueológico de Braga pelo I Governo Constitucional, presidido por Mário Soares. Efectivamente as medidas decididas em 1976 permitiram salvar da destruição anunciada a cidade romana de *Bracara Augusta*. Mas não foi só em Braga que a segunda metade da década de 70 marca o início da Arqueologia Urbana em Portugal. Há que assinalar outras datas: em 1974 a criação do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, que tinha como um dos seus objectivos o estudo da história da cidade; em 1976 acções de Arqueologia em meio urbano na Cidade de Almada (Ramalha), associadas ao Centro de Arqueologia de Almada, fundado em 1972; em 1978 o lançamento do Campo Arqueológico de Mértola; em 1979 as primeiras escavações de salvamento em Setúbal, *Caetobriga*, na Travesa Frei Gaspar), sendo descoberto um conjunto de cetárias (Silva et alii 1985); e em 1979 o início do estudo arqueológico de Silves, a mais importante cidade islâmica do Algarve (Gomes e Gomes, 1985). Ao longo da década de 80, quer por imposição da tutela governamental, quer por se começarem a esboçar os primeiros ensaios de recuperação de Centros Históricos, em Lisboa e no Porto, a Arqueologia Urbana generaliza-se, numa vaga imparável. Nesta fase a adesão dos municípios é hesitante, pois consideravam como prioridade as infra-estruturas de que os concelhos estavam carecidos, após as longas décadas sob o regime do Estado Novo? (na verdade em 1974 eram raras as freguesias com saneamento, luz e água).

Em Lisboa o momento simbólico do arranque da *praxis* da Arqueologia Urbana foi talvez a intervenção de 1981 na Casa dos Bicos (Duarte e Amaro, 1985), embora, anteriormente, se tivesse registado

um ensaio, sem continuidade, nos anos 60, relacionado com o estudo do Teatro e com a descoberta da necrópole da praça da Figueira (Moita e Leite 1985; Fabião 1994).

No Porto a data marcante foi o estudo de uma casa da rua de D. Hugo, 5 (actual Casa do Arquitecto), trabalhos requeridos por Manuel Real, e que tiveram o apoio imediato do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte. É verdade que tinha havido uma intervenção anterior, na praça da Ribeira, mas sem continuidade.

Tanto a partir da intervenção na Casa dos Bicos (1981), como dos trabalhos da rua de D. Hugo, 5 e da Casa do Vinte e Quatro (1984), os trabalhos arqueológicos não pararam mais, quer em Lisboa, quer no Porto (Osório e Silva, 1994).

Generalizam-se assim as intervenções arqueológicas urbanas. A par das já mencionadas podemos referir outras: em 1982 a descoberta e estudo do *Forum de Sellium*, actual cidade de Tomar (Ponte, 1985); em 1983 realizam-se trabalhos arqueológicos em meio urbano na cidade de Cascais (Cardoso, 1985); em 1983 efectuam-se sondagens no Castelo de Gaia (Universidade do Porto) (Guimarães, 1994); também em 1984 regista-se a primeira intervenção arqueológica urbana na cidade de Faro, por uma equipa da Universidade do Algarve; e ainda no mesmo ano dá-se início a trabalhos no Palácio dos Gouveias na rua de Burgos, em Évora sob a coordenação de Serviço Regional de Arqueologia do Sul.

No I Colóquio de Arqueologia Urbana (1985), em Setúbal foi apresentado um conjunto de comunicações com os resultados das intervenções urbanas em Almada, Braga, Lisboa, Setúbal, Silves e Tomar). Também em 1985 ocorrem as primeiras intervenções na cidade de Chaves (Colmenero 97), estas já com apoio municipal. Nos finais da década de 80 é criado o Gabinete de Arqueologia Camarário do Porto, o que indica talvez uma nova fase na atitude dos municípios em relação à AU.

Na década seguinte regista-se um amplo crescimento de trabalhos arqueológicos nas cidades bem como a criação de novas estruturas municipais. Em 1992 funda-se o Gabinete de Arqueologia de Braga e um Núcleo de Arqueologia no âmbito do GTL de Santarém, cidade onde as sondagens permitem a

descoberta do *Forum de Scallabis*. Em 1994 abre a público uma Exposição no Museu Nacional de Arqueologia sob o título de Lisboa Subterrânea. No mesmo ano tem lugar o II Colóquio de Arqueologia Urbana, promovido pela Câmara Municipal de Braga. Em relação ao Colóquio de Setúbal (1985) regista-se uma presença significativa de arqueólogos dos Gabinetes Municipais de Arqueologia, embora também participassem técnicos da Secretaria de Estado da Cultura e investigadores das Universidades. Em 1997 celebra-se o III Colóquio de Arqueologia Urbana, realizado em Almada.

A culminar a década de 90, na sequência da tempestade levantada pela polémica acerca do estudo e conservação das Gravuras do Vale do Côa, é estabelecido o Instituto Português de Arqueologia (1997). Da criação deste novo Instituto não derivou a definição de uma política específica para o estudo arqueológico das cidades vivas. Mas foram abertas portas ao florescimento da chamada Arqueologia Comercial ou Empresarial e passaram a ser cumpridos os preceitos da Convenção de Malta, que somente foi plenamente adoptada pelo Estado Português em 1998. Assim ao longo de toda a década de 90 realizaram-se grandes obras em Lisboa (Metro; Parque Subterrâneos, Recuperação do Centro Histórico e dos Monumentos da cidade) que desencadearam um amplo conjunto de trabalhos arqueológicos (parte deles realizados pelo IPPAR, parte por técnicos da Autarquia e parte por empresas de Arqueologia). Também em Braga há um aumento significativo do ritmo de intervenções e estreita colaboração entre a Universidade, a Câmara e o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa. No Porto o Gabinete de Arqueologia adopta uma política consistente abrindo às empresas os acompanhamentos e trabalhos arqueológicos ditados pelo IPA, IPPAR ou pela própria Câmara. De um modo geral em todas as cidades do país ocorre um desenvolvimento exponencial das intervenções urbanas embora sem uma política coordenada e sem plataformas de comunicação a nível nacional.

3. A consolidação da Arqueologia Urbana

Referimos como a partir de 1998, após a criação do IPA e da Lei de Bases do Património (2001) os

trabalhos arqueológicos em meio urbano se multiplicam sob a responsabilidade das Universidades, das Autarquias, e de Empresas Privadas. Seria interessante dispormos de valores para a primeira década do século XXI. Todavia o Endolévico embora seja uma base de dados muito rica em informação ainda não dispõe de mecanismos de pesquisa refinados, de modo que não é fácil apresentar indicadores. Por exemplo não é possível cruzar trabalhos arqueológicos com concelhos, nem obter indicadores anuais. Para Lisboa encontram-se assinalados 314 sítios arqueológicos. Para o Porto 79 e para Braga 133. Tendo em consideração a dimensão dos três núcleos urbanos, e mesmo sem uma análise mais profunda é evidente que o património arqueológico da capital não está suficientemente representado e ainda menos o do Porto, por comparação com Braga.

O ideal seria dispormos para as principais urbes portuguesas de bases de dados semelhantes à que o INRAP divulgou recentemente para as cidades de Orleães, Reims ou Tours. A Unidade de Arqueologia tem desenvolvido um projecto de larga escala para *Bracara Augusta* (SIABRA), incorporando um nível de consulta para o público. Porém não está acessível na Internet, pelo menos no site oficial da UAUM, uma versão actualizada.

No final da primeira década do século XXI sabe-se que uma parte dos municípios portugueses integram equipas de Arqueologia, com um ou mais arqueólogos. De acordo com o inquérito efectuado pela Associação Profissional de Arqueologia em 2002 entre mais de metade das autarquias (63 %) não promovia directamente actividade arqueológica. O mapa apresentado indica que a maior incidência das autarquias com estruturas arqueológicas incide nas áreas metropolitanas de Porto, Braga e Lisboa.

No Algarve, que os geógrafos consideram como uma unidade urbana peculiar, devido à sua estrutura transversal, quase todas as cidades possuem gabinetes de Arqueologia: Tavira; Faro; Silves; Portimão; e Lagos.

Curiosamente a existência destas áreas metropolitanas não determinou a criação de entidades supra-camarárias ou de políticas comuns no âmbi-

to da Arqueologia, talvez por se tratar de um sector específico que não exige uma cooperação municipal como será o caso das infra-estruturas de saneamento ou rodoviárias, por exemplo.

Por outro lado nem sempre existe uma relação adequada entre o número de arqueólogos e a relevância do património conservado. E o modo como se encontram inseridas na orgânica da autarquia é variável. Enquanto em diversas Câmaras as equipas de Arqueologia se encontram directamente ligadas às divisões de planeamento e gestão urbanísticos, noutras dependem do pelouro da Cultura. Por exemplo na Câmara Municipal de Braga o Gabinete de Arqueologia constitui uma das divisões da Direcção de Planeamento Urbanístico. Pelo contrário na Câmara Municipal de Cascais o sector de Arqueologia está dependente da Culutura. Em Lisboa a equipa de Arqueologia está enquadrada no Museu da Cidade. Esta diversidade será benéfica? A médio prazo, poderemos avaliar se o modelo foi eficaz. Por enquanto será cedo.

4. Contradições da Arqueologia Urbana

Embora em Portugal a Arqueologia Urbana tenha adquirido um estatuto específico (item 2 e 3) e as autarquias se tenham dotado de recursos no âmbito do património arqueológico (item 4), a conservação e o estudo do subsolo arqueológico urbano continua a originar processos dramáticos, mesmo nas décadas mais recentes. A raiz deste problema reside no valor por metro quadrado do solo urbano (sobrevalorizado pela chamada bolha imobiliária dos anos 80 e 90) e na relação pouco clara entre o poder autárquico e a especulação imobiliária. Na verdade o financiamento das estruturas locais (e mesmo nacional) dos partidos tem estado dependente da construção civil.

Tanto na "web" (em listas como Archport e em blogues) como na Comunicação Social encontram-se inúmeras denúncias as quais, na generalidade, não tem qualquer seguimento. Não seria viável neste texto referir todos os dossiers mais delicados e gravosos. Aparentemente a cidade que mais tem sofrido tem sido a capital, o que é irónico. Dos casos mais citados e ainda envoltos numa névoa que não se dissipa destacam-se os da Praça da Figueira, do

Terreiro do Paço e do Martim Moniz. Por exemplo, pelo menos de acordo com a *vox publica* na Praça da Figueira existiam importantes vestígios sobrepostos de Lisboa da Idade Moderna, do período islâmico e da época romana. Nada foi preservado e o registo científico confrontou-se com a pressão sufocante dos promotores.

Porém mesmo nas cidades onde os projectos de Arqueologia Urbana estão consolidados como é o caso de Braga, há momentos de grande "stress" como aconteceu em 1992 (o chamado ano negro de *Bracara Augusta*). Ou mesmo, recentemente, em 2009, no âmbito das escavações que se realizaram no quarteirão dos CTT e prolongamento do túnel da Avenida de Liberdade uma obra de todo inútil que destruiu vestígios de construções da Idade Moderna e obrigou à remoção de sepulturas romanas.

Este último caso indica que a Arqueologia Urbana continua muito frágil, enquanto no âmbito do Código Penal não foram penalizados determinadas ilicitudes como os crimes urbanísticos. Por sua vez a entidade da tutela tem-se revelado passiva como aconteceu durante as terraplanagens para a construção do novo Hospital de Braga, também em 2009.

A petição *Salvem as Sete Fontes* (Braga), que reuniu mais de cinco mil assinaturas e se encontra pendente na Assembleia da República talvez seja um dos primeiros sinais que as comunidades, sem qualquer confiança no poder central, principiam a ficar cansadas com um poder autárquico que por um lado proclama que pretende valorizar as suas cidades, patrocinando iniciativas louváveis como a Semana Romana de Braga e por outro vacila, ou cede, face ao poder económico.

Outra contradição da Arqueologia Urbana é a divulgação científica. Em todos os sectores da Arqueologia portuguesa ocorreu nas últimas décadas uma dispersão dos conhecimentos adquiridos, apesar do aumento de número de trabalhos arqueológicos. De facto nenhum principais actores em presença, o IGESPAR, as Universidades ou o Museu Nacional de Arqueologia, assumiu a liderança da divulgação dos conhecimentos. Não existe um Congresso Nacional de Arqueologia como entidade que reúna periodicamente os investigadores. Celebram-

-se inúmeros colóquios e eventos todavia são especializados ou locais. Há um fosso crescente entre a Arqueologia do Norte de Portugal e a que se realiza a Sul do Mondego.

Porém sendo a Arqueologia Urbana um tema tão específico e tão importante para o conhecimento da História das cidades portuguesas seria de esperar, pelo menos neste sector, uma maior concertação. Ora, ao longo de quatro décadas entre 1976 e 2010, apenas se realizaram 4 reuniões cujo tema expreso foi a Arqueologia Urbana. Os recursos inerentes às novas tecnologias, embora tenham permitido difundir muitos dados, parecem, pelo contrário, ter aumentado a dispersão. Muitos relatórios de trabalhos arqueológicos em áreas urbanas jazem adormecidos nos arquivos do IGESPAR. As autarquias tendem como é óbvio a privilegiar a divulgação dos resultados locais, como processo identitário, diferenciador dos municípios vizinhos.

Outro aspecto em se notam as contradições da Arqueologia Urbana são os projectos de valorização. Entre os economistas está muito em voga falar em cidades competitivas. Na verdade das valências que conferem um maior grau de atracção urbana destacam-se as raízes da cidade, o património arqueológico. Não cumpre analisar neste texto o que está a ser realizado noutros sectores mas na área do património urbano o esforço dos municípios tem sido débil. Os projectos de valorização são circunscritos e não há planos para uma leitura global das raízes das cidades. Por exemplo em Lisboa já existe um conjunto de locais musealizados como as ruínas do Teatro Romano, as do Castelo, da BCP, etc, mas não há um plano que articule todos os sítios. Em Braga também existem vários núcleos musealizados, designadamente a Fonte do Ídolo, os Banhos do Alto da Cividade, o Banhos Pré-Romanos da Estação de Caminho de Ferro e outros de menor impacto. Contudo, mesmo sendo amplo o conhecimento sobre a Arqueologia da cidade nunca se concretizou um projecto articulado apesar dos textos publicados na Imprensa Local e na qual se propunha um esquema de leitura. Existe o projecto de um Parque Arqueológico (Martins e Fontes, 2009) mas em nosso entender, embora inclua locais que há muito aguardam pela necessária musealização,

não prevê uma narrativa que permita aos visitantes aceder à leitura do subsolo.

O fundamental, seja em Lisboa, em Braga, no Porto, ou nas restantes urbes históricas do país, é sinalizar a espessura do tempo em cada um dos múltiplos espaços que formam a cidade. Trata-se de amplificar a rede da toponímia, que ao fim ao cabo é base da orientação em qualquer espaço, a grelha dos nomes da cidade. Sendo assim a possibilidade de inserir na mesma placa as antigas funções do espaço urbano enriquece a sinalética. Por outro lado, ao lado dos mapas urbanos já existentes seria muito útil colocar placards com o desenho antigo da cidade como território de sobreposições.

As musealizações que em geral constituem exercícios arquitectónicos dispendiosos, porque não podem libertar, por muito engenhosas que sejam, os vestígios do passado do seu estatuto de ruína, deveriam ser limitados ao mínimo, sem cargas excessivas: somente limpeza, consolidação e roteiros minimalistas de circulação.

5. Considerações finais

Tanto, ou por vezes mais do que as Universidades e do que a Administração Central, as equipas de Arqueologia dos Municípios têm contribuído, em partiucular nas duas últimas décadas, para aumentar os conhecimentos da Arqueologia e História das cidades onde exercem a sua actividade. Apesar da ligação por vezes nebulosa entre o poder autárquico e as empresas do ramo imobiliário, os arqueólogos das Câmaras Municipais, com o auxílio da entidade da tutela e da opinião pública têm conseguido encontrar soluções de equilíbrio. Na verdade o poder autárquico, no quadro global do jogo político, legítima no passado histórico da urbe a sua entidade como comunidade. Ora a Arqueologia pela suas características ajuda a cimentar essa pertença a uma origem comum, contribui para unir os cidadãos. Por outro lado no âmbito das verbas comunitárias os municípios têm sido um dos principais beneficiados o que tem favorecido a dinâmica da actividade arqueológica.

A crise financeira, a quebra da actividade de construção (uma das principais fontes de rendimento das autarquias) e o fim dos quadros comu-

nitários de apoio vão reflectir-se forçosamente nos meios disponíveis. Provavelmente vamos assistir a fusões de equipas de arqueologia de concelhos vizinhos. Mas talvez seja um processo com efeitos positivos. Menos pressão urbanística, libertando meios para sinalizar e para a valorização. As ligações já existentes entre a Arqueologia e o Lazer, bem como com o Turismo, poderão aprofundadas, como um dos caminhos possíveis para garantir o crescimento dos investimentos.

Paralelamente, para que a actividade de campo e as escavações se possam transformar em conhecimento, servindo assim as comunidades, outro campo de cooperação que irá estreitar-se será com as universidades, já não numa base estritamente académica, mas institucional ou pessoal.

Quanto às empresas privadas de Arqueologia, talvez sejam estas as mais afectadas pois os municípios vão procurar rentabilizar ao máximo os seus recursos. A entrada de receitas por via dos projectos imobiliários vai reduzir-se. O empréstimo à banca tem limites e é cada vez mais oneroso. Deste modo a margem financeira para o out-sourcing vai ser muito estreita. Cumpre às empresas reorganizarem-se e enfrentar as dificuldades que se vão aprofundar nos próximos anos.

Os contextos de crise devem ser aproveitados para reflectir e encontrar as soluções, de acordo com o velho dito popular: a necessidade aguça o engenho.

Bibliografia

- ACTAS DO I COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Setúbal, Trabalhos de Arqueologia 3, Departamento de Arqueologia do IPPC. Lisboa. 1985.
- ACTAS DO II ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Braga, Bracara Augusta, 45, Câmara Municipal de Braga. 1993.
- CARDOSO, Guilherme – Escavações eventuais na Vila de Cascais. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 1, 1985, p. 49-54.
- COLMENERO, A. R. - *Aquae Flaviae. II. O tecido urbanístico da cidade romana.* Chaves: Câmara Municipal de Chaves. 1997.
- COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu - *Bairro de Alvalade. Considerações sobre o Urbanismo Habitacional.* Lisboa. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa. 1997.
- DOMINGUES, Álvaro (cord.) - *Cidade e Democracia. 30 Anos de transformação em Portugal.* Lisboa: Argumentum, 2006.
- DUARTE, A. L. e AMARO, Clementino - *Casa dos Bicos - A Cidade e a Arqueologia.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 1, 1985, p. 143- 154.
- FABIÃO, Carlos – *Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa.* Penélope. Lisboa. 13, 1994, p. 147-162.
- GASPAR, A.; DELGADO, M. e LEMOS, F. S. – *Salvamento de Bracara Augusta. Reflexões.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 3, 1985, pp. 27-42.
- GOMES; Rosa V. e GOMES, M. V. – *Cerâmicas estampilhadas muçulmanas e Mudéjares do Poço Cisterna de Silves.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 1. 1985.
- GUIMARÃES, Joaquim Gonçalves – *Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Gaia: Ponto da situação e perspectivas futuras.* Bracara Augusta. Braga. 45, 1994, p. 103-126.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Pressão Construtiva. Áreas Metropolitanas, I, INE: Lisboa. 2000.*
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Pressão Construtiva. Cidade Médias, II, INE: Lisboa. 2000.*
- LEMOS, Francisco Sande; MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela – *À Descoberta de Bracara Augusta: um Projecto de Arqueologia Urbana no Norte de Portugal.* Forum. Braga. 17, 1995, p. 53-60.
- MARTINS, Manuela – *Bracara Augusta. Cidade Romana.* Braga: Fundação Cultural Bracara Augusta. 2000. MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela – *História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta.* Cadernos de Arqueologia. Braga. II Série, 6-7, 1989/1990, p. 11-39
- MARTINS, Manuela e LEMOS, Francisco Sande - *O Projecto de Estudo e Salvamento de Bracara Augusta.* Forum. Braga. 23, 1998, p. 117-143.
- MARTINS, M.; DELGADO, M.; LEMOS, F. S.; e CUNHA, A. - *Bracara Augusta, capital da Gallaecia Meridional: História; urbanismo e arquitectura.* In *Actas del Congreso Internacional Las Origenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico*, Facultad de Humanidades, Lugo. 1996, p. 735-749.
- MARTINS, Manuela e FONTES, Luis (2009) – *Uma estratégia para o Património Bracarense: a criação de um Parque Cultural Europeu.* Forum. Braga. 42-43, 2009, p. 255-286.
- MOITA, Irisalva e LEITE, Cristina – *Recuperar Olisipo a partir de Lisboa. Possibilidades e limitações.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 1, 1985.
- NUNES, H. B. - *O Salvamento de Bracara Augusta: da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho.* In *Actas das III Jornadas Arqueológicas – 1977.* Lisboa. Vol 1, 1978.
- *Memórias do Salvamento de Bracara Augusta.* Bracara Augusta. Braga. 45, n.º 97 (110), 1994, p. 63-70.
- NUNES, H.B. e OLIVEIRA, E. P. – *Documentos de Bracara Augusta. O Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha e a Defesa do Património Arqueológico de Braga.* Cadernos de Arqueologia. Braga. 2, n.º 5, 1988, p. 93-152.
- OSÓRIO, M. I. N. Pinto e SILVA, A. M. S. P. – *Intervenção Arqueológica Municipal no Porto. Resultados, problemas e potencialidades.* Bracara Augusta. Braga. XLV, n.º 97 (110), 1994, p. 87-98.
- REAL, Fernando Sousa - *Aspectos de Legislação em Portugal e na Europa.* Bracara Augusta. Braga. 45, 4, 1994, p. 9-14.
- RIBEIRO, José Cardim – *Felicitas Iulia Olisipa: considerações sobre o Catálogo de LS, Al-madam, II série, 3, 1994, p. 75-95.*
- SALGUEIRO, Teresa Barata e FERRÃO, João – *Sociedade, Paisagens e Cidades. Geografia de Portugal.* Lisboa. Círculo de Leitores. 2005.
- SILVA, A. M. S. P. – *Rua D. Hugo 5, um arqueossítio fundador.* Al-Madan. Almada. II Série, 9, 2000, p. 136-137.
- VEIGAS, Catarina – *Arqueologia Urbana em Santarem.* Bracara Augusta. Braga. 45, 1994, p. 127-137. VVAA. – *Subterranean Lisbon, Electa/MNAE, Lisboa. 1994.*
- VVAA - *Report on the situation of urban archaeology in Europe.* Council of Europe Publishing. 2001.

A ocupação do Pleistocénico Médio e Superior da Ribeira da Atalaia (Médio Tejo, Portugal Central)

*Luiz Oosterbeek*¹
*Pierluigi Rosina*¹
*Sara Cura*²
*Stefano Grimaldi*³
*José Gomes*⁴

Resumo

O sítio de ar livre da Ribeira da Atalaia (também denominado Ribeira da Ponte da Pedra) situa-se na encosta de um antigo vale onde os depósitos do Neogénico, terraços fluviais e depósitos coluvionares do Quaternário se sucedem alternadamente. A escavação deste sítio esteve enquadrada no projecto TEMPOAR I e II e actualmente enquadra-se no Projecto ILQAR. Os objectivos centrais de pesquisa neste sítio arqueológico são o estabelecimento da cronologia e sucessão dos terraços médios e baixos do Tejo no Alto Ribatejo e a delimitação de uma interpretação crono-comportamental, eventualmente cultural, dos vestígios de ocupação humana destes contextos estratigráficos, em particular das indústrias líticas.

¹ Instituto Politécnico de Tomar. Grupo "Quaternário e Pré-Histórica" - Centro de Geociências, Portugal.

² Museu de Arte Pré-Histórica de Mação. Grupo "Quaternário e Pré-Histórica" - Centro de Geociências.

³ Università degli Studi di Trento. Grupo "Quaternário e Pré-Histórica" - Centro de Geociências.

⁴ Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo. Grupo "Quaternário e Pré-Histórica" - Centro de Geociências.

Recentemente, foram fornecidas datações absolutas para os terraços fluviais que possibilitaram discernir um quadro cronológico para o terraço médio e baixo e para as coberturas coluvionares. Neste artigo apresentamos uma síntese dos resultados até agora obtidos, dando especial atenção à caracterização geo-arqueológica dos depósitos da base do terraço médio Q3 e respectivas indústrias líticas.

Palavras-chave

Indústrias Líticas, Terraços Fluviais, Portugal Central.

Introdução

Em Portugal os depósitos quaternários mais antigos e extensos são representados por sedimentos de terraços fluviais. Deste modo, não é inesperado que as evidências das ocupações humanas mais antigas se encontrem sobretudo em associação com depósitos deste tipo (vd. CUNHA RIBEIRO 1992-1993, 1999, 2002; CUNHA RIBEIRO *et al.*, 1989; TEXIER *et al.* 1987, MEIRELES, 1992). Os vestígios mais antigos têm considerável concentração no Vale do Tejo onde se têm identificado vários sítios desde os anos 70, sobretudo em contextos de ar livre, com especial relevância o Monte Famaco e os contextos de Alpiarça – Vale do Forno 8, 3 e Vale da Atela (GEPP, 1977; RAPOSO *et al.*, 1993), mas também cársicos, particularmente no sistema da nascente do Almonda (ZILHÃO *et al.*, 1993) (Fig. 1).

Os estudos das formações fluviais levados a cabo com o intuito de determinar as sequências e cronologias relativas (dos terraços e vestígios arqueológicos associados) remontam aos anos 40 e aos trabalhos pioneiros de G. e Zbyszewski e H. Breuil (vd. BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, 1945; BREUIL, 1959; ZBYSZEWSKI 1943, 1946, 1953, 1958).

Ainda que outras investigações de cariz geo-arqueológico tenham sido feitas noutras regiões de Portugal (vd. TEXIER & MEIRELLES, 1987, MEIRELES, 1992 no Litoral minhoto; CUNHA-RIBEIRO 1999 na bacia do rio Lis), os estudos dos depósitos fluviais associados a ocupações humanas têm sido mais intensivos e sistemáticos no Vale do Tejo, em parte devido às suas características geológicas e geomorfológicas. Na última década, em particular no



Fig. 1 - Localização do sítio da Ribeira da Atalaia e dos sítios principais do Paleolítico Inferior - Médio no Vale do Tejo.

Alto Ribatejo, os estudos crono-estratigráficos têm aumentado, facultando uma melhor definição das sequências fluviais (CORRAL-FERNANDEZ 1998a; MOZZI, 1998, CUNHA *et al.* 2005; MARTINS, 1999 ROSINA, 2002) e sua correlação com a ocupação humana (CORRAL-FERNANDEZ, 1998b; CUNHA *et al.* 2008; MOZZI, 1999; MOZZI *et al.*, 2000; MARTINS *et al.*, 2009, ROSINA, 2004, ROSINA *et al.*, 2005; ROSINA & CURA, 2009).

Actualmente, estão identificados seis terraços fluviais, provavelmente resultantes de dinâmicas geológicas que diferem daquelas observadas na bacia hidrográfica do Tejo em território actualmente espanhol (cf. SANTISTEBAN & SCHULTE 2007, BRIDGLAND *et al.*, 2006).

Além disso, contrastando com sítios ar livre na bacia hidrográfica do Alto Tejo espanhol (por exemplo Áridos 1 e 2), os vestígios faunísticos ou paleoantropológicos são bastante raros em território português e, quando presentes, encontram-se em

depósitos mais recentes datados do Pleistocénico superior (BRUGAL E RAPOSO 1999, BRUGAL E VALENTE 2007, RAPOSO 1995a, 1995b) ou em cavidades cársicas. No que diz respeito ao Pleistocénico Médio destacamos a gruta da Galeria Pesada por apresentar datações absolutas com ESR de 241 ±30/-22 ka feitas sobre dentes de *Equus aff. e Mosbachensis*, bem como os mais antigos restos osteológicos humanos associados a uma indústria que pelas suas características tipológicas remete para o Micoquense (*Keilmessergruppe*) da Europa Central (MARKS *et al.*, 2002, 2005; TRINKAUS *et al.* 2003).

A sequência crono-estratigráfica indicada para os níveis de terraços do Vale do Tejo é sobretudo apoiada em critérios morfo-estratigráficos, já que as datações absolutas (técnicas de Luminescência ou Séries de Urânio) são provenientes de amostras inorgânicas, embora tenham aumentado significativamente nos últimos anos (MOZZI *et al.* 2000; CUNHA *et al.* 2008; DIAS *et al.*, 2009; MARTINS *et al.*, 2009a, 2009b, MARTINS *et al.*, 2010).

No Alto Ribatejo as indústrias líticas, feitas sobretudo a partir dos abundantes seixos rolados de quartzito e quartzo são comuns em extensos contextos superficiais. Estes conjuntos líticos, em parte resultantes da mistura de indústrias macrolíticas do Holocénico com indústrias do Pleistocénico (dificilmente triáveis nestes contextos superficiais), foram equivocadamente interpretados como pertencendo ao complexo cultural Languedocense (OOSTERBEEK, 1997, GRIMALDI *et al.* 1998, GRIMALDI *et al.*, 1999a).

As investigações em torno das ocupações humanas correspondentes ao Paleolítico Inferior e Médio no Alto Ribatejo recuam ao início da década 90 do século passado (OOSTERBEEK *et al.*, 2002). No âmbito desses trabalhos foram feitas sistemáticas prospecções que para além de mapear a ocupação humana pré-histórica, visavam enquadrar de um ponto de vista crono-tipológico os conjuntos líticos identificados à superfície mas em associação com formações quaternárias de provável proveniência. Ainda que vários sítios tenham sido encontrados em associação com os três depósitos de terraços fluviais médios e baixos, só alguns foram escavados.

Na continuidade desses trabalhos (enquadrados

no Projecto TEMPOAR), efectuaram-se três escavações em depósitos de terraços fluviais: duas foram intervenções de emergência (Fonte da Moita em 1998, Santa Cita entre 1999 e 2000) e a terceira (Ribeira da Atalaia/Ribeira da Ponte da Pedra) iniciada em 1999, ainda decorre (GRIMALDI *et al.* 1999, 2000; GRIMALDI & ROSINA 2001; LUSSU *et al.*, 2001, OOSTERBEEK *et al.*, 2004; ROSINA & CURA, 2009).

O sítio da Ribeira da Atalaia situa-se na vertente da margem esquerda da ribeira da Ponte da Pedra, tributária do Tejo, onde os depósitos fluvio-lacustres do Neogénico, os terraços fluviais e as coluviões do quaternário, se encontram alternados. Os principais objectivos desta intervenção são:

a) Determinação da sequência crono-estratigráfica dos terraços Médios e Baixos do Tejo na região de Vila Nova da Barquinha;

b) Estabelecimento de um quadro cronológico e comportamental, eventualmente cultural, para a ocupação humana e respectivas indústrias líticas encontradas nas várias unidades litológicas;

c) Este sítio é também escavação escola no âmbito dos programas de Mestrado em Arqueologia Pré-História e Arte Rupestre (IPT-UTAD) e em Técnicas de Arqueologia (IPT), e de Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas (UTAD).

Neste artigo apresentamos uma síntese dos resultados até agora obtidos dando especial atenção à caracterização geo-arqueológica dos depósitos da base do terraço médio Q3 e respectivas indústrias líticas.

1. Geografia, Geomorfologia e Geologia da Região do Alto Ribatejo

Como o nome indica, as características e a unidade desta região são conferidas pela hidrografia. Em particular, pela rede hidrográfica que integra os vales do Tejo e dos seus principais afluentes e sub-afluentes: Almonda, Zêzere, Nabão e Ocreza. Estes últimos escoam todos de Norte para Sul, provavelmente de acordo com a tectónica regional.

A configuração actual da rede hidrográfica remonta ao Quaternário, período em que começou a encaixar, baixando cerca de 100-150 metros em relação à superfície culminante pliocénica (DAVEAU 1993, MARTINS *et al.* 2009).

A compreensão do Alto Ribatejo como um palco privilegiado para as ocupações humanas, pelo seu carácter ecótono e por oferecer, num espaço limitado (cerca de 100 Km x 70 Km) a máxima variabilidade geomorfológica da Península Ibérica, não nos deve fazer esquecer que a sua compreensão só é possível no quadro do Vale do Tejo (a uma escala mais ampla é todo o troço ocidental do Tejo que importa reconhecer como alvo da antropização).

Com efeito, o Alto Ribatejo é caracterizado pela confluência das três principais unidades geomorfológicas que envolvem o troço do rio Tejo em território português:

- a oeste, o Maciço Estremenho – calcário meso-cenozóico;
- a leste, o Maciço Antigo – complexo xisto-metamórfico Pré-Câmbrico e Paleozóico;
- e, entre as duas unidades precedentes, a Bacia Sedimentar do Tejo/Sado – depósitos fluviais do Cenozóico. (Fig.2)

Esta diversidade litológica causou uma acção erosiva fluvial diferenciada que, em associação com o levantamento tectónico regional, produziu elevações residuais.

Existem quatro depósitos regionais do Quaternário:

- a) os sedimentos aluviais do Holoceno,
- b) os amplos terraços fluviais do Pleistoceno,
- c) os preenchimentos das cavidades cársticas (no Maciço Calcário Estremenho), e
- d) os revestimentos detríticos.

Durante o Plio-Pleistoceno, a rede hidrográfica encaixou profundamente para 100m – 150m abaixo da superfície original que se encontra efectivamente a mais de 200m a.n.m. Esta rede desenvolveu-se de acordo com a tectónica regional (cf. CUNHA et al. 2005) e, como consequência, os tributários principais do Tejo, por exemplo Nabão, Zêzere e Ocreza, ostentam eixos Norte-Sul nesta área.

De acordo com este ajustamento geológico, o vale da ribeira da Ponte da Pedra foi totalmente escavado na bacia sedimentar do Tejo, com os seus lados formados por sedimentos detríticos Miocénicos, até ao Pleistocénico Médio em continuidade com o Vale do Nabão (cf. MOZZI, 1998). A paisagem caracteriza-se por colinas não superiores a 140m, com as suas encostas conformadas por sedimentos de terraços antigos.

Os terraços fluviais são os depósitos Pleistocénicos mais importantes na área de estudo. No vale do Rio Tejo português, foram identificados quatro níveis de terraços fluviais desde a década de quarenta do

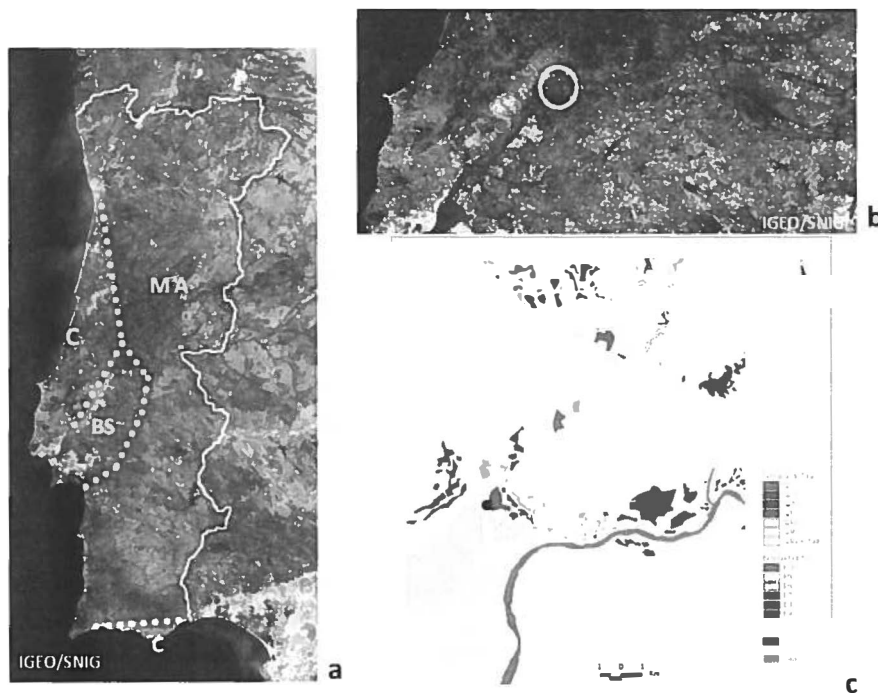


Fig. 2 - Grandes unidades geológicas de Portugal (a) e Vale do Tejo e região em estudo (b) depósitos quaternários da região e localização do sítio da Ribeira da Atalaia (c).

século passado (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, 1945, 1946) e enquadrados nos mapas geológicos à escala de 1/50000 como Q1, Q2, Q3 e Q4 (do topo para a base). A cronologia completa dos terraços do Tejo ainda é desconhecida. Um modelo glacio-eustático baseado nas glaciações alpinas clássicas foi já sugerido para explicar a sua formação. Os terraços Q1 e Q2, “terraços superiores”, foram associados ao interglaciar Gunz/Mindel, ou até a um período anterior ao glaciar Gunz (Q1). O “terraço médio” Q3 foi relacionado com o interglaciar Mindel/Riss, e o “terraço inferior” Q4, com o interglaciar Riss/Würm.

Desde uma perspectiva geomorfológica e litoestratigráfica, a identificação dos terraços fluviais no baixo Vale do Tejo tem vindo a ser sucessivamente melhorada. O terraço inferior foi subdividido localmente em Q4-a e Q4-b (ZBYSZEWSKI & CARVALHOSA, 1984; ROSINA, 2002), Q4-1 e Q4-2 (CORRAL-FERNANDES, 1998a) ou T5 e T5a (MARTINS, 1999). A. Martins também identificou e caracterizou um terraço mais antigo (T1), localizado por cima do Q1 segundo a nomenclatura proposta por G. Zbyszewski.

Recentemente foram identificados seis níveis de terraço fluvial no Alto Ribatejo (ROSINA 2002 e 2004; mas ver também CUNHA *et al.*, 2005; MARTINS, 1999). Estes níveis foram identificados de acordo com os mapas geológicos prévios, Q1, Q2a, Q2b (terraços superiores), Q3 (terraço médio), Q4a e Q4b (terraços inferiores).

No Vale do Tejo os artefactos encontrados no Q3 foram associados ao Paleolítico Inferior, sobretudo tendo em consideração as características tipológicas dos bifaces (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942): os recolhidos na unidade de cascalho basal foram considerados do Paleolítico Inferior (indústrias Clacto-Abbevilenses); na parte média do Q3 foram encontradas indústrias Acheulenses representando várias «fases evolucionárias» do Paleolítico Inferior; e na unidade mais recente do Q3 os artefactos foram considerados do tipo Micoquense, tal como algumas indústrias encontradas no terraço baixo.

Uma atribuição cronológica mais recente (i.e. interglaciar Riss/Würm) foi sugerida para o nível de terraço Q3 (RAPOSO *et al.* 1985; RAPOSO *et al.*, 1993), tendo em conta a tipologia das indústrias lí-

ticas encontradas em Vale do Forno (Alpiarça) e na área do Ródão.

A mesma interpretação foi sugerida por Mozzi *et al.* (2000) em correlação com as datações por Termoluminescência obtidas em três amostras de sedimentos recolhidas das “Unidades de Areias Superiores” do Q3 no Vale do Forno 3 ou 8 ? : 117 ka + infinito, -26 ka; 119 ka + infinito -32ka; > 124 ka.

As datações por luminescência, no sítio da Ribeira da Atalaia, forneceram idades para os depósitos de terraço, respectivamente de 304 ± 20 ka para a camada de areias muito finas e siltes da base do Q3, e uma datação de 89980 ± 13389 ka para a matriz arenosa do topo do Q4. A estrutura de combustão encontrada dentro do depósito de coluvião proporcionou a seguinte série de datações: 25374 ± 1173 ka; 24897 ± 2194 ka; 24750 ± 1571 ka (DIAS *et al.* 2009).

Mais recentemente foram obtidas datações por IRSL que apontam para uma idade mais recente para a mesma camada de areias muito finas e siltes: $\geq 175 \pm 6$ ka, bem como uma idade de $\geq 172 \pm 6$ para o topo do mesmo terraço, obtida na proximidade do Campo desportivo da Atalaia (MARTINS *et al.*, 2010).

2. Escavação da Ribeira da Atalaia/Ribeira Ponte da Pedra

O sítio arqueológico da Ribeira da Atalaia localiza-se a alguns quilómetros para norte do local onde a ribeira desagua no Tejo, perto da vila da Atalaia, no Concelho de Vila Nova da Barquinha).

As investigações arqueológicas nesta área tiveram início nos anos 90 (primeiro por iniciativa de uma associação local presidida por um dos signatários (JG), posteriormente em conjunção com os projectos *TEMPOAR I e II - “Território, Mobilidade e Povoamento no Alto Ribatejo”*, sendo que actualmente as pesquisas se articulam no âmbito dos projectos *Paisagens de transição – povoamento, tecnologia e Crono-Estratigrafia da transição para o agro-pastoralismo no Centro de Portugal* (PTDC/HAH/71361/2006) e o *ILQAR – Indústrias líticas e Quaternário no Alto Ribatejo* (aprovado pelo IGESPAR, IP.). Estes projectos têm tido como objectivo, entre outros, a caracterização

cronológica, tipológica, e tecnológica dos conjunto «macrolíticos» do Alto Ribatejo, bem como a clarificação da relação entre os sítios arqueológicos de superfície e os depósitos quaternários do Tejo e seus afluentes. (OOSTERBEEK *et al.*, 2002). Neste sentido, foram e estão a ser estudadas as colecções líticas de superfície, foram e estão a ser escavados sítios arqueológicos do Pleistocénico e do Holocénico, feitos estudos geomorfológicos das formações quaternárias desta região e realizados mapas temáticos (Sistemas de Informação Geográfica) de modo a providenciar uma compreensão mais rigorosa dos sítios arqueológicos e seus respectivos depósitos geológicos. É neste quadro de investigação que o sítio arqueológico da Ribeira da Atalaia tem sido

escavado desde 1999.

Esta escavação parte de uma base de pesquisa geo-arqueológica, sendo que ao mesmo tempo que se pretende avaliar a correlação entre os depósitos do terraço médio (Q3) e baixos (Q4a e b), também se procura o estudo dos vestígios antrópicos (essencialmente indústrias líticas) em adequação com as unidades litológicas de proveniência (ROSINA&CURA, 2010). Para melhor atingir estes objectivos, foi escavada uma longa vala na vertente para tentar observar a correlação entre os terraços inferiores e médios, entre os terraços e o substrato e, finalmente, entre os depósitos e os coluviões (Fig. 3).

Até ao momento foram identificados vestígios arqueológicos (indústrias líticas principalmente em

UL	Sedimentos	Espessura (máx.)	Interpretação	Litofácies	Artefactos	Geo-arqueologia
01	Terrigeno	20	Solo arenoso	-	-	-
20	Areias grosseiras	20	Coluviões	-	Presentes	Reworked (?)
46	Areias	30	Canal Transversal	Ss	Muito raros	Transportados
47	Areias finas e silts	50	Planície de inundação/Overbank	FI	Muito raros	Não transportados
Paleosuperfície?						
48	Areias e seixos	5	Barra?	Sh?	Presentes	?
49	Areias e cascalho	30	Enchimento de canal	Ss	Abundantes	Transportados
60	Areias finas e silts	20	Planície de inundação/Overbank	FI	Muito raros	Não transportados
Paleosuperfície?						
50	Para-conglomerado	120	Debris Flow (Canal)	Gmm	Abundantes	Transportados em massa
30	Areias e cascalho	25	Barra	Sp	Raros	Removidos

Código de Miall (1996)

(Ss = Areias de preenchimento; FI = Depósitos de inundação; Sh = Areia a laminação horizontal; Gmm = Cascalho maciço matriz suportado; Sp = Areias a estratificação cruzada; Gh = Cascalho clasto suportado com estratificação horizontal).

Tab. 1 Litofácies e interpretação geo-arqueológica.

quartzito) do Paleolítico Inferior e Médio em ambos os terraços, os depósitos de coluvião têm numerosos artefactos líticos e nos seus sedimentos foi des-

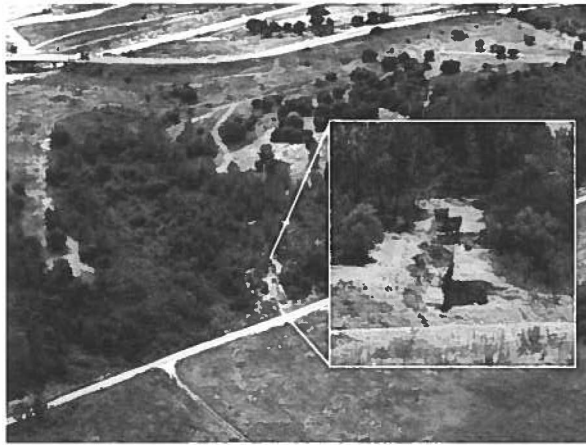


Fig. 3 - Área de intervenção (imagem de 2007).

coberta de coluvião uma estrutura de combustão, cujas datações absolutas indicam ser do Paleolítico Superior (DIAS *et al.*, 2009).

2.1. Estratigrafia

A vala de escavação apresenta um desnível de mais de 10 metros (de 32m – 33m a 43m – 44m. a.n.m.) e corta distintas unidades geológicas e estratigráficas: substrato Miocénico, base do terraço fluvial Q3, topo do terraço fluvial Q4a e depósitos coluvionares de cobertura (Fig. 4). Até ao momen-

to, o Miocénico encontra-se representado por duas unidades litológicas: a mais antiga é caracterizada por argilas avermelhadas a mais recente apresenta areias brancas bem classificadas (Fig. 5).

A base do Q3 é formada por, pelo menos, quatro morfologias de deposição (Fig. 6):

- Uma barra (formada por areias grosseiras avermelhadas e seixos);
- Um canal (preenchido com blocos e seixos grandes, até 35cm, e areias grosseiras avermelhadas) que corta a barra;
- Planície de inundação de depósitos de grãos finos (cinzento a amarelo);
- Canais transversais (preenchidos com areias avermelhadas e seixos, até 10 cm) com um contacto muito erosivo com o depósito de planície de inundação.

Actualmente, reconhecemos 10 unidades estratigráficas/litológicas nos níveis Q3: a Unidade 99 é a litofácies mais antiga; os sedimentos podem ser interpretados como depósitos de *lag* (depósitos residuais derivante da remoção das fracções mais finas) ou resíduos de leito de rio, provavelmente representando o episódio de deposição do terraço médio formado durante a incisão do rio (período frio).

A Unidade 30 é resultado da formação da barra em continuidade com a unidade 99. A unidade 50 (a mais espessa) é um conglomerado maciço

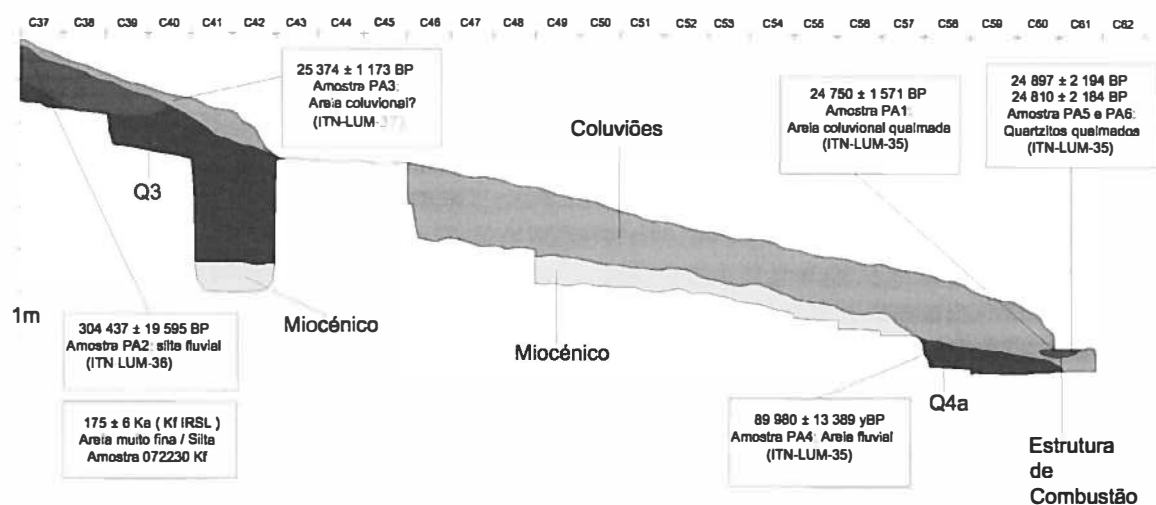


Fig. 4 - Estratigrafia esquemática da escavação.



Fig. 5 - Vista das colúvies sobrepostas ao substrato Miocénico.



Fig. 6 - Vista dos depósitos de superfície de inundação e de canal do Q3.

suportado por uma matriz que pode ser considerada como um fluxo de detritos que consolida a barra. A unidade 60 é um depósito de *overbank*. A unidade 49 claramente corta a unidade 60 numa forma de canal. A unidade 48 apresenta alguma descontinuidade, talvez representando um único episódio fluvial ou actividade antropogénica. A unidade 47 representa outro depósito de *overbank*. A unidade 46 corta profundamente os sedimentos finos da unidade 47; as correntes são transversais em relação ao eixo do vale, mesmo que neste momento seja bastante difícil afirmar se estes canais foram formados durante ou após a formação do terraço. A unidade 20 cobre uma grande parte da área de escavação e é formada por sedimentos de colúvion do Pleistoceno recente; a sua espessura aumenta do topo para a base da encosta. Finalmente, a unidade 01 é resultado da acção das raízes de uma árvore (Fig.7 e Tab. 1).

O topo do terraço Q4a, até agora escavado apresenta duas unidades litológicas distintas: a 107 é composta por areia esbranquiçada média/fina bastante compacta com presença de silte e argila, com raros seixos e a 111 por seixos com areia média solta esbranquiçada, os clastos atingem os 30 cm tendo uma média de 15 cm. Estas unidades têm mais espessura no Corte Sul (Fig.7).

As colúvies dividem-se em três depósitos distintos:

- a) um nível de superfície perturbado;
- b) outro de areias grosseiras castanhas mal distribuídas e seixos;
- c) areias grosseiras laranjas e avermelhadas mal distribuídas e seixos.

Os trabalhos de análise sedimentológica efectuada sobre os depósitos colúvionares, indicam que a sua formação pode ter ocorrido em diferentes momentos (GOMES *et al.*, no prelo).

2.2. Indústrias Líticas

Até ao momento foram recolhidos 4627 artefactos líticos provenientes da base do terraço fluvial Q3, do topo do terraço fluvial Q4a e do revestimento de colúvion.

A indústria lítica encontrada na base do terraço Q3 (1448 peças, das quais apresentamos aqui

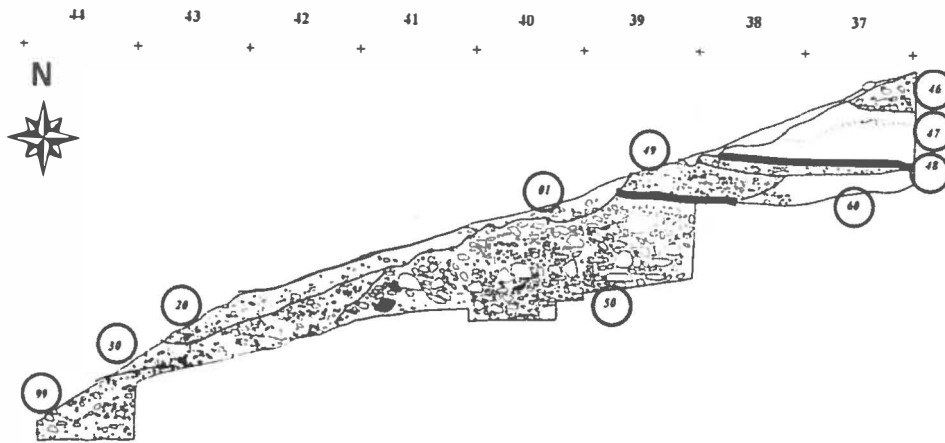


Fig. 7 - Corte estratigráfico Norte do Q3 com indicação das unidades litológicas e possíveis paleo-superfícies de ocupação.

um estudo preliminar sobre uma amostra de 585) é essencialmente caracterizada por três grandes grupos: seixos talhados (outro tipo de núcleos são raros), suportes não retocados, suportes “aparentemente retocados” (Gráfico 1).

Estes grupos podem ser vistos como o resultado de uma única sequência tecnológica bastante simples - os seixos rolados de quartzito seriam talhados forma expediente e simples com vista à produção

de lascas sobretudo corticais e semi-corticais, sendo que alguns destes seixos apresentam estigmas que indicam a sua utilização (em simultâneo?) como artefactos massivos (CRISTIANI *et al.*, 2009). Desta forma, até ao momento o estudo não indica a presença de artefactos que convencionalmente são representativos do Acheulense, nomeadamente os Bifaces e Machados de Mão (Fig. 8 e 9).

Os negativos nos seixos talhados e núcleos ra-



Gráfico 1 - Distribuição quantitativa em % das categorias tecno-tipológicas provenientes do topo do Q4a.

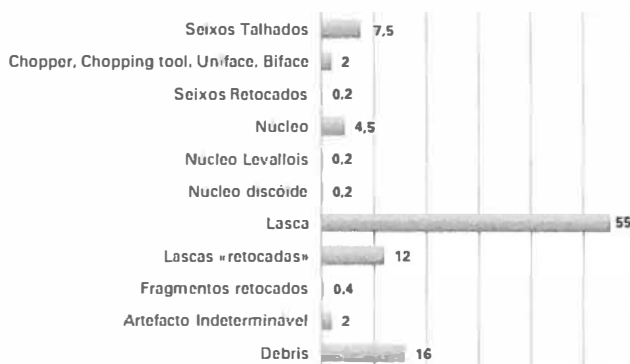


Gráfico 2 - Distribuição quantitativa em % das categorias tecno-tipológicas provenientes da base do Q3.



Fig. 8 - Vista do topo do Q4a e do contacto com o Miocénico.

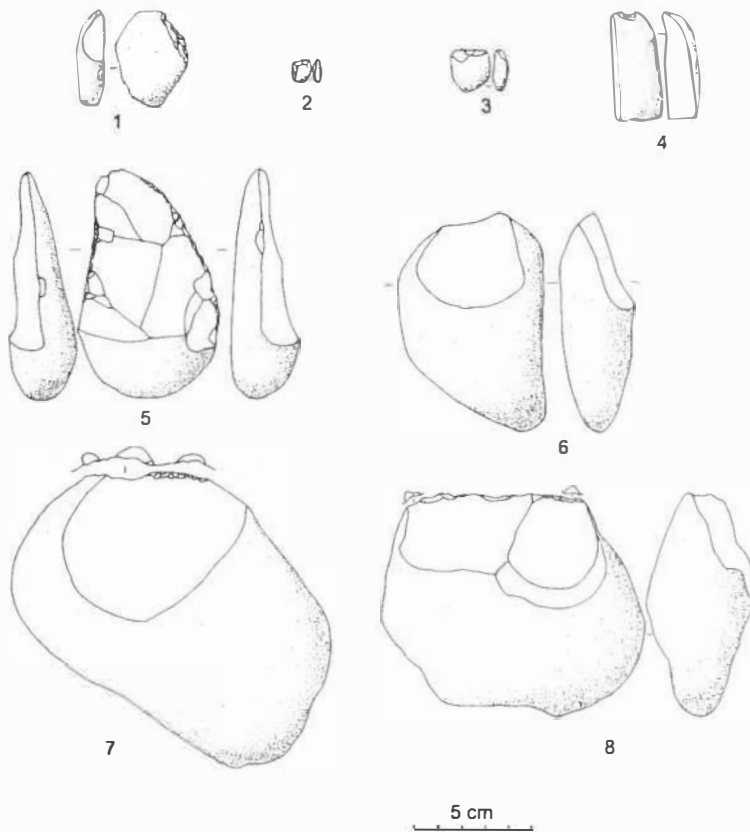


Fig. 9 - Artefactos líticos em quartzito da base do Q3 da Ribeira da Atalaia: 1 a 3 - Seixos retocados; 4 - Entalhe sobre fragmento; 5 - Utensílio unifacial; 6 a 8 - Seixos talhados (com macro-traços de uso?).

ramente excedem 4 levantamentos. Será provavelmente uma produção rápida de suportes grandes/massivos e também uma necessidade funcional baseada na quantidade em detrimento da qualidade dos suportes. Quando as frequências percentuais das categorias de suportes são comparadas, observa-se uma grande incidência percentual de suportes corticais/semi-corticais. Este aspecto também

caracteriza os suportes retocados: a sua percentagem decresce paralelamente à diminuição da presença de córtex, sendo muito rara entre as lascas não-corticais (CURA&GRIMALDI, 2009).

Os artefactos retocados, apresentam um retoque bastante marginal e grosseiro, muito variável na sua posição e localização e sem resultar em “tipos clássicos” de utensílios (Fig. 10). Colocamos

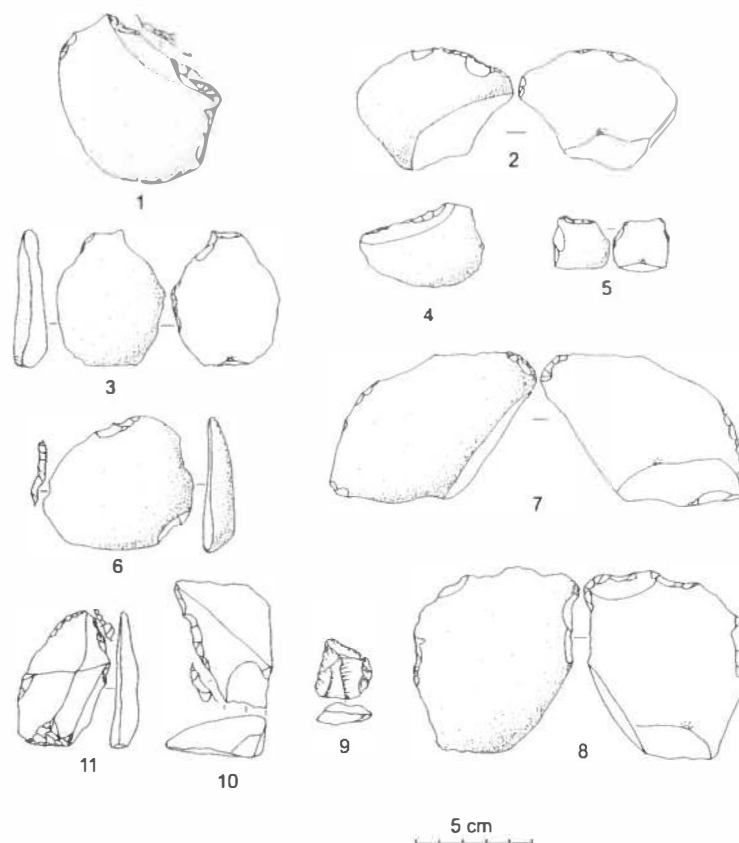


Fig. 10 - Artefactos líticos da base Q3 da Ribeira da Atalaia: 1 a 8 - Lascas corticais e semi-corticais em quartzito; 9 - Lasca em sílex não-cortical retocada; 10 e 11 - Lascas retocadas em quartzito.

a hipótese de que as lascas seriam produzidas principalmente para obter bordos funcionais para cortar ou raspar, mas sem a necessidade de serem sistematicamente retocadas e/ou reavivadas. Uma possível explicação deste comportamento pode ser devido à resistência natural das margens resultante da intersecção entre as arestas corticais inferiores e superiores. Isto possibilitaria aos grupos humanos a realização de várias actividades utilizando margens funcionais sem retoques. Neste quadro hipotético o retoque atípico seria consequência destas actividades. Os estudos funcionais e experimentais até agora efectuados sugerem que semelhantes alterações nas margens activas resultam da sua utilização em variadas actividades de subsistência, sobretudo relacionadas com o trabalho de matérias duras e muito duras (por exemplo trabalho sobre madeira ou corno). Contudo, neste sítio também foram efectuadas actividades de esquartejamento e inclusive tratamento de peles de animais (CRISTIANI *et al.*, 2009).

Os artefactos líticos do Q4 são ainda poucos para

que se possa apresentar uma descrição representativa (341 peças, excluindo os numerosos fragmentos mecânicos recolhidos durante a escavação e que se relacionam com fenómenos que podem ter afectado o topo deste terraço). No entanto, observações preliminares indicam que, ainda que existam clara afinidades com os conjuntos da Base do Q3, os seixos retocados e os seixos talhados têm menos representatividade, os núcleos que são mais abundantes e indicam (até ao momento) a presença de debitações predeterminadas: *levallois*, e discóide (Gráfico 2). A matéria-prima é, tal como no Q3, quase exclusivamente o quartzito (Fig.11).

Nas coluviões, foram recolhidos 2694 artefactos líticos (dos quais ainda não é possível discernir a quantidade real de fragmentos mecânicos/naturais). Se considerarmos as tipologias crono-culturais "tradicionais" do Paleolítico Superior, não foram encontrados artefactos diagnósticos (*i.e.* lâminas ou suportes retocados como buris, raspadeiras de dorso, etc.). Podemos dizer que se trata de um conjunto quase unicamente realizado em seixos

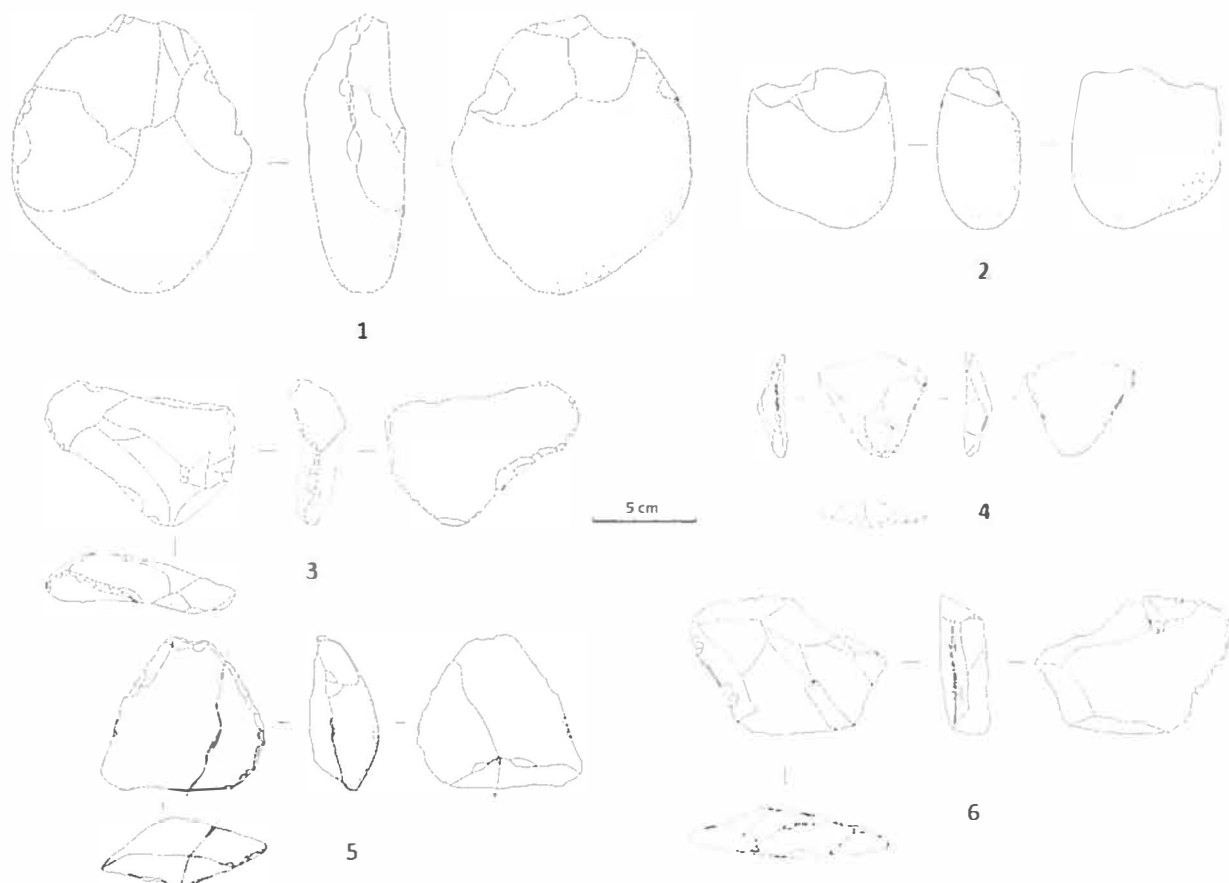


Fig. 11 - Artefactos líticos em quartzito do topo do Q4a:

1 – Núcleo; 2 – Seixo Talhado; 3 – Lasca semi-cortical retocada; 4 – Lasca pré-determinada retocada; 5 – Remontagem de lasca cortical retocada, 6 – Lasca pré-determinada com retoques marginais.

de quartzito com uma importante componente de seixos talhados, núcleos e lascas. Os seixos talhados estão presentes, mas em menor número, e com dimensões mais reduzidas e ângulos de debitage mais abruptos quando comparados com as indústrias dos terraços sendo que nos produtos de debitage se nota uma tendência para o aparecimento de morfologias alongadas rectangulares e sub-rectangulares.

Na base destes depósitos sublinhamos a identificação de uma estrutura de combustão, cujos termoclastos e sedimentos foram datados por OSL e TL de cerca de 25.000 anos. Esta estrutura apresenta uma forma sub-circular (c. 90cm x 150cm) definida por seixos (tendencialmente longos e achatados) e um perfil em “cuvette”. Tem uma espessura de poucos centímetros, preenchida com sedimentos queimados cinzentos e coberta por seixos termoclásti-

cos dispostos horizontalmente. A área escavada no nível desta estrutura é ainda bastante limitada, mas destacamos um seixo talhado tipo *chopper* recuperado em associação com a mesma (Fig. 12).

3. Considerações Finais

Os conjuntos líticos da Ribeira da Atalaia, em particular os provenientes da base do Q3, evidenciam uma grande uniformidade (reforçada pelas semelhanças com a indústria lítica da Fonte da Moita) caracterizada pelo predomínio de escolhas técnicas simples e oportunas no quadro de um objectivo prioritário que é a obtenção de margens funcionais. Em todo o caso, mesmo que tecnologicamente a produção de suportes seja simples, estas apresentam morfologias e dimensões equilibradas (CURA&GRIMALDI, 2009). A observação da composição artefactual destes dois sítios não evidencia a

presença de uma indústria «típica do Acheulense». No entanto, em lugar de colocar a interpretação desta variabilidade num paradigma de discussão tipológica, é preferível uma interpretação tecno-comportamental. A par de sítios «Acheulenses» e «Micoquenses» (ex. Monte Famaco, Vale do Forno 3 e 8, Galeria Pesada) surgem, no vale do Tejo, contextos caracterizados por utensílagens morfologicamente simples, como os seixos talhados e *choppers* ou as grandes lascas corticais e semi-corticais, onde a for-

matação bifacial tem uma presença muito residual.

No que diz respeito à variabilidade das indústrias muitos são os estudos que demonstram não ser displicente o abandono das precedentes abordagens tipológicas e optar por aplicar uma visão processual dos sítios. No caso concreto de ocupações de ar livre em ambientes fluviais é fundamental estudar cada um dos contextos e a sua variabilidade interna, em correlação com diferentes aspectos geo-arqueológicos. Esta é a melhor forma de as-

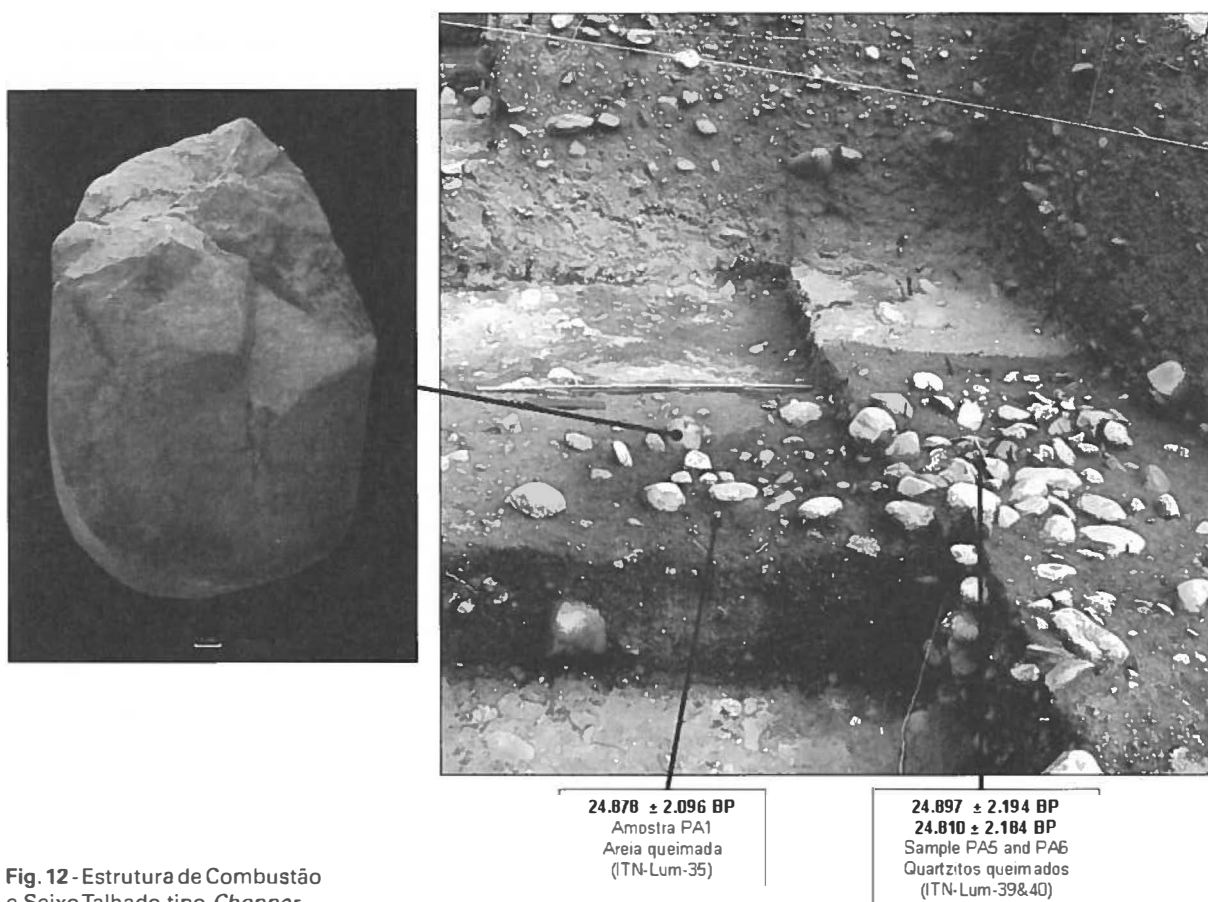


Fig. 12 - Estrutura de Combustão e Seixo Talhado tipo *Chopper*.

sociar os diferentes sítios e as diferentes zonas do vale do Tejo e de nos aproximarmos da construção de modelos de povoamento e utilização deste território durante o Pleistocénico Médio e Superior.

A interpretação geo-arqueológica dos depósitos e das indústrias líticas correlatas de Ribeira da Atalaia mostra que é necessária uma particular atenção na atribuição «cultural» e funcional do sítio. Como em todos os contextos fluviais, os achados podem indicar uma ocupação nas margens do rio

ou podem representar um palimpsesto de actividade (e de ocupações).

Sítios como a Ribeira da Atalaia podem ser o resultado da variabilidade de estratégias adaptativas de exploração que são aplicadas de acordo com as características dos territórios e respectivos recursos. Não nos parece que as características enunciadas decorram de sucessivos aprovisionamentos de matéria-prima, onde pontualmente se desenvolvem actividades complementares. Assim parecem

indicar as sequências de redução completas, bem como a identificação, através de estudos funcionais (CRISTIANI *et al.*, 2010) de variadas actividades de subsistência actividades - trabalho de madeira, corno, esquartejamento de animais e trabalho de peles húmidas e secas. Naturalmente que para melhor compreender esta variabilidade é necessária uma comparação com os principais contextos do Pleistocénico Médio identificados no vale do Tejo, nomeadamente com sítios os já mencionados Monte Famaco, Fonte da Moita, Vale do Forno e Galeria Pesada (OOSTERBEEK *et al.*, 2010).

Já no que diz respeito às indústrias líticas do Q4a, sendo necessário escavar mais, em área e profundidade, e recolher mais materiais arqueológicos, podemos por agora dizer que apesar das diferenças indicadas, estas apresentam mais semelhanças com os contextos do Q3 do que com ocupações mais recentes como Santa Cita ou a Gruta da Oliveira, cujas indústrias apresentam maior variabilidade nas sequências de redução e gestão de matérias-primas e que de um ponto de vista tecnológico se podem associar ao Musteriense.

Finalmente a série de datações TL muito consistentes para a estrutura de combustão (c. 25,000 BP) impõem o reconhecimento de uma ocupação ao ar livre do vale no Paleolítico Superior. Investigações adicionais irão focar-se nestes aspectos, levantando a hipótese de que outros sítios de ar livre, não previamente atribuídos ao Paleolítico Superior devido à falta de “artefactos diagnóstico”, poderão possivelmente ser atribuídos a este período. Neste contexto é importante reforçar a ideia de que a natureza dos depósitos (fluviais e coluvionares) dificulta a compreensão dos processos de formação do sítio. No entanto, este tipo de contextos, normalmente sub-valorizados por se considerarem de informação débil e não homogênea, podem abrir novas perspectivas de estudo, no que se refere às ocupações de ar livre durante o Paleolítico Superior no Vale do Tejo.

Vila Nova da Barquinha, Maio de 2010

Agradecimentos

Os trabalhos de campo e de laboratório foram possíveis graças ao apoio institucional e logístico do Instituto Politécnico de Tomar e do Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo e Municípios de Vila Nova da Barquinha e Mação. Os trabalhos não seriam possíveis sem o apoio financeiro concedido pela Fundação para Ciência e Tecnologia, através do Centro de Geociências e do projecto PTDC/HAH/71361/2006.

Os autores agradecem a todos os que participaram nos trabalhos de escavação, em especial a Pedro Cura e Joana Carrondo pela colaboração na coordenação. Agradecimento particular na edição dos desenhos deste artigo a Chiara di Biasio.

Bibliografia

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rivières de l'ancien estuaire du Tage*. Com. dos Serv. Geol. de Port., XXIII, Lisboa, 369 p.

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage*. Com. dos Serv. Geol. de Port., XXVI, Lisboa, 662p.

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1946) *Contribution à l'étude des industries paléolithiques des plages quaternaires de l'Alentejo littoral*, Com. dos Serv. Geol. de Port., XXVII, Lisboa, pp. 269-334.

BREUIL, H. (1959) *Contribution à l'étude des terrasses quaternaires au Portugal. I – La Pebble Culture à Magoito*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 17 (1-4), 9-12

BRIDGLAND D.R., ANTOINE P., LIMONDIN-LOZOUET N., SANTISTEBAN J.I., WESTAWAY R. & WHITE M.J. (2006) *The Palaeolithic occupation of Europe as revealed by evidence from the rivers: data from IGCP 449*. Journal of Quaternary Science (2006) 21(5), pp. 437-455. DOI: 10.1002/jqs.1042

BRIDGLAND D. R., MADDY D. & BATES M. (2004) *River terrace sequences: templates for Quaternary geochronology and marine terrestrial correlation*. Journal of Quaternary Science (2004) 19(2), pp. 203-218.

BRUGAL, J. P. & RAPOSO, L. (1999) *Foz do Enxarrique (Rodão, Portugal): preliminary results of the analysis of a bone assemblage from a middle paleolithic open site*. In S. Gaudzinski and E. Turner (Dir.), *The role of early humans in the accumulation of European lower and middle palaeolithic bone assemblages*. Monographien des Römisch-Germanischen Zentralmuseums Mainz 42, pp. 367-379.

BRUGAL J. P. & VALENTE M.J. (2007) *Dinamic of large mammalian association in the Pleistocene of Portugal*. In Bicho N.F. (Ed.) "From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic shore: papers in honour of Antony Marks" Proceedings of the IV Congresso de Arqueologia Peninsular. (Faro, September 2004), Promontoria Monográfica 07, University of Algarve, pp. 15-28.

CORRAL FERNANDEZ I. (1998a) "Depositos Cuaternarios en el Área de Constância-Barquinha-Entroncamento y la Riba. Del Bezelga." In Cruz, Oosterbeek, Pena dos Reis (coord.) "Quaternário e

- Pré-História do Alto Ribatejo (Portugal); Arkeos, vol. 4, CEIPHAR-Tomar, pp. 59-144.
- CORRAL FERNANDEZ I. (1998b) *Secciones com material arqueologico en estrato en las proximidades de Atalaia*. In Cruz, Oosterbeek, Pena dos Reis (coord.) "Quaternário e Pré-História do Alto Ribatejo (Portugal); Arkeos, vol. 4, CEIPHAR-Tomar, pp.197-220.
- CRISTIANI, E., CURA, S., GRIMALDI, S., GOMES, J., OOSTERBEEK, L., ROSINA, P. (2009) *Functional analysis and experimental archaeology: the Middle Pleistocene site of Ribeira da Atalaia, (Central Portugal)*, in Proceedings of the Workshop on "Recent Functional Studies on Non-Flint Stone Tools, Methodological Improvements and Archaeological Inferences", Lisbon, 2008, electronic edition: http://www.workshop-traceologia_lisboa2008.com/artigos/Cristiani_Cura_A_FUNCTIONAL_ANALYSIS.pdf.
- CUNHA, P.P.; MARTINS, A.A.; DAVEAU, S. & FRIEND, P.F. (2005) "Tectonic control of the Tejo river fluvial incision during the late Cenozoic, in Ródão – central Portugal (Atlantic Iberian border)." *Geomorphology*, Elsevier Science Publishers, Amsterdam, 64, pp. 271-298.
- CUNHA, P.P.; MARTINS, A.A.; HUOT, S.; MURRAY, A.; RAPOSO, L. (2008) "Dating the Tejo River lower terraces in the Ródão area (Portugal) to assess the role of tectonics and uplift." Special Issue of "Geomorphology" (Impact of Active Tectonics and Uplift on Fluvial Landscapes and River Valley Development) P. G. Silva, F.A. Audemard & A. E. Mather (Editors). *Geomorphology*, 102, pp.43-54.
- CUNHA-RIBEIRO, J.P., MEIRELES, J., TEXIER, J.P. (1989) *L'Acheulean du nord et du centre du Portugal: bilan de nos connaissances actuelles*. *Paléo*, Supplément N°1, 185-193.
- CUNHA-RIBEIRO, J.P. (1992-1993) *Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto crono-estratigráfico*. *Portugália*, Nova Série, 13-14, 7-137.
- CUNHA-RIBEIRO, J.P. (1996-1997) *Os Machados de Mão no Paleolítico Inferior Português*. *Portugália*, Nova Série, Vols XVII-XVIII, 23-50.
- CUNHA-RIBEIRO, J.P. (1999) *O Acheulense no Centro de Portugal: o Vale do Lis. Contribuição para uma abordagem das suas indústrias líticas e problemática do contexto crono-estratigráfico*, PhD thesis, University of Lisbon, 3 vols.
- CUNHA-RIBEIRO, J.P. (2000) *A indústria lítica do Casal do Azemel no contexto da evolução do Paleolítico Inferior na Ibéria Ocidental*. In: Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, 2, 137-167.
- CUNHA-RIBEIRO, J.P. (2002) *O Paleolítico Inferior em Portugal no final do século XX: balanço das investigações e novos desafios*. *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses* 54, 13-24.
- CURA, S., GRIMALDI, S. (2009) *The intensive quartzite exploitation in Middle Tagus Valley Pleistocene open air sites – the example of Ribeira da Ponte da Pedra*, in Stefano Grimaldi and Sara Cura (ed. by), *Technological Analysis on Quartzite Exploitation*, Proceedings of the XV World Congress UISPP (Lisbon, 4-9 September 2006), 39, p. 49-56.
- DIAS, M. I., PRUDÊNCIO, M. I., FRANCO, D., CURA, S., GRIMALDI, S., OOSTERBEEK, L., ROSINA, P. (2009) *Luminescence dating of a fluvial deposit sequence: Ribeira da Ponte da Pedra – Middle Tagus Valley, Portugal*, in Dias, M. I., Prudêncio, M. I. (Eds.), *Archaeometry – Proceedings of the XV UISPP Congress*. *British Archaeological Reports*, Oxford, International Series, p. 103- 113.
- G.E.P.P. (1977) *O estudo do pelolítico da área do Ródão*. *O Arqueólogo Português*, 3ª série, 7-9, 31- 47.
- GRIMALDI, S., ROSINA, P., CORRAL, I. (1998) *Interpretazione geo-archeologica: di alcune industrie litiche (languedocensi) del Medio Bacino del Tejo*. In Cruz, Oosterbeek, Pena dos Reis (coord.) "Quaternário e Pré-História do Alto Ribatejo (Portugal); Arkeos, vol. 4, CEIPHAR-Tomar, pp. 145-226.
- GRIMALDI S., ROSINA P., CRUZ A. R., OOSTERBEEK L. (1999a) *A geo-archeological interpretation of some "Languedocian" lithic collections of the Alto Ribatejo (Central Portugal)*. In: Cruz, Milliken, Oosterbeek, Peretto (ed.) *Human Population Origins in the Circum-Mediterranean Area: Adaptation of the Hunter-Gatherer groups to environmental Modification*, série Arkeos 5, CEIPHAR-Tomar, pp.231-243.
- GRIMALDI S., ROSINA P., BOTON F. (1999b) *A behavioral perspective on "archaic" lithic morphologies in Portugal. The case of Fonte da Moita open-air site*. *Journal of Iberian Archaeology* 1, ADECAP-Porto, pp.33-57.
- GRIMALDI S., ROSINA P., BOTON F. (2000) *Um sítio ao ar livre do pleistoceno médio no Alto Ribatejo (Portugal): Fonte da Moita*. In: Paleolítico da Península Ibérica, Acta do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. 2º, ADECAP-Porto, pp.123-136.
- GRIMALDI S. & ROSINA P. (2001) "O Plistoceno Médio final no Alto Ribatejo (Portugal Central): o sítio da Ribeira da Ponte da Pedra." In: Cruz A.R., Oosterbeek L. (coord.), série Arkeos, vol.11, CEIPHAR-Tomar, pp.89-108.
- GOMES, H; ROSINA, P; CURA, S; OOSTERBEEK, L., no prelo, *Breve síntese do estudo do registo sedimentar associado a contextos arqueológicos do Alto Ribatejo*, in actas das VI Jornadas de Arqueologia Ibero-americana, Mação, Março de 2010
- LEMORINI C., GRIMALDI S. & ROSINA P. (2001) "Observações funcionais e tecnológicas num sítio ao ar livre no Portugal Central: Fonte da Moita." In: Cruz A.R., Oosterbeek L. (coord.), série Arkeos, vol 11, CEIPHAR-Tomar, pp. 117-140.
- LUSSU T., ROSINA P., OOSTERBEEK L., COSTA F. (2001) "O Musteriense de Santa Cita (Tomar, Alto Ribatejo, Portugal): investigação e conservação." In: Cruz A.R., Oosterbeek L. (coord.), série Arkeos, vol.11, CEIPHAR-Tomar, pp. 13-70.
- MARKS, A.E., BRUGAL, J.P.H., CHABAI, V.P., MONIGAL, K., GOLDBERG, P., HOCKETT, B., PEMÁN, E., ELORZA, M., MALLOL, C., (2002) *Le gisement Pléistocène moyen de Galeria Pesada, (Estre madure, Portugal): premiers résultats*. *Paléo* 14, 77-100.
- MARKS, A. (2005) *Micoquian Elements in the Portuguese Middle Pleistocene Assemblages from the Galeria Pesada*. In O Paleolítico: Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Nuno Ferreira Bicho (ed.), Centro de Estudos de Património, Universidade de Algarve, pp.195-200
- MARTINS, A.A. (1999) *Caracterização morfotectónica e morfosedimentar da Bacia do Baixo Tejo (Pliocénico e Quaternário)*. PhD. Thesis, Univ. Évora. 500p.
- MARTINS, A.A., CUNHA, P.P., HUOT, S., MURRAY, A., BUYLAERT, J. (2009a) *Geomorphological correlation of the tectonically displaced Tejo river terraces (Gavião-Chamusca area, Portugal) supported by luminescence dating*. *Quaternary International*, 199, 75-91.
- MARTINS A. A., CUNHA P. P., ROSINA P., OOSTERBEEK L., CURA S., GRIMALDI S., GOMES J., BUYLAERT J.-P., MURRAY A.S., MATOS J., (2009b) *Geoarchaeology of Pleistocene open-air sites in the Vila Nova da Barquinha - Santa Cita area (lower Tejo river basin, central Portugal)*, Proceedings of the Geologists' Association, Elsevier Science Publishers. PGEOLA-D-09-00024 (accepted).
- MARTINS A. A., CUNHA P. P., BUYLAERT J.-P., HUOT S., MURRAY A.S., DINIS P., STOKES M. (2010) *K-Feldspar IRSL dating of a Pleistocene river terrace staircase sequence of the Lower Tejo River (Portugal, western Iberia)*, *Quaternary Geochronology*, Volume 5, Issues 2-3, pp. 176-180.
- MEIRELES, J. (1992) *As indústrias líticas do litoral minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental*. *Cadernos de Arqueologia*, Monografias 7, 577.
- MOZZI P. (1998) *Evoluzione Geomorfologica della bassa valle del fiume Nabão*. In Cruz, Oosterbeek, Pena dos Reis (coord.) "Quaternário e Pré-História do Alto Ribatejo (Portugal); série Arkeos vol. 4, CEIPHAR-Tomar, pp.37-58.
- MOZZI P., RAPOSO L., CRUZ A.R., OOSTERBEEK L., PENA DOS REIS R. (1999) "Morpho-stratigraphy of Quaternary deposits and

- the archaeological record: the case of the Tejo and Nabão valleys (Ribatejo, Portugal)." In "Human Population Origins in the Circum-Mediterranean Area", ed. by A.R.Cruz, S. Milliken, L.Oosterbeek, C.Peretto, série Arkeos vol. 5, CEIPHAR-Tomar, pp. 63-84.
- MOZZI, P., AZEVEDO, T., NUNES, E., RAPOSO, L. (2000) *Middle terrace deposits of the Tagus river in Alpiarça, Portugal*, in relation to early human occupation. *Quaternary Research*, 54, pp. 359-371.
- OOSTERBEEK, L. (1997) - *Echoes from the East : Late Prehistory of the North Ribatejo. Tomar : série Arkeos*, vol 2; CEIPHAR - Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, 304 p.
- OOSTERBEEK L., CRUZ A.R., ROSINA P., FIGUEREIDO A., GRIMALDI S. (2002) "TEMPOAR – Territórios, Mobilidade e Povoamento do Alto Ribatejo (Portugal) – 1998-2001 (síntese global dos trabalhos realizados)". In: Cruz A.R., Oosterbeek L. (coord.), série Arkeos, vol 12, CEIPHAR-Tomar, pp.261-322.
- OOSTERBEEK L., CRUZ A.R., CURA S., ROSINA P., GRIMALDI S., GOMES J. (2004) "Ribeira da Ponte da Pedra – Relatório da campanha de escavação de 2003". *Techné* 9, Arqueojovem-Tomar, pp. 21-54.
- OOSTERBEEK, L., CURA, S., ROSINA, P., GRIMALDI, S., CRUZ, A., GOMES, J., no prelo, *Cadre géochronologique et stratégies de gestion du territoire des cultures du Pléistocène Inférieur et Moyen dans la vallée du Tage (Portugal)*, in: L'Anthropologie.
- OOSTERBEEK L., GRIMALDI S., ROSINA P., CURA S., CUNHA P. P., MARTINS A. A. (2010) *The earliest Pleistocene archaeological sites in western Iberia: Present evidence and research prospects*, *Quaternary International*, doi:10.1016/j.quaint.2010.01.024.
- RAPOSO, L., CARREIRA, J.R., SALVADOR, M. (1985) *A estação acheulense final de Milharós, Vale do Forno, Alpiarça.* Proceedings I reunião do Quaternário Ibérico, Lisboa, vol. 2, pp. 41-60.
- RAPOSO, L., (1987) *Os mais antigos vestígios de ocupação humana paleolítica na região de Ródão*. Da Pré-História, homenagem a O. Veiga Ferreira. Editorial Delta, pp.153 - 178.
- RAPOSO, L., SALVADOR, M. & PEREIRA, J.P. (1993) *O Acheulense no Vale do Tejo, em território português*. In *Arqueologia & História*, Série X, Vol.3, pp. 3 -29.
- RAPOSO L. & SANTONJA M. (1995) "The earliest occupation of Europe: the Iberian peninsula". In "The earliest occupation of Europe" (Ed. Roebroeks & Kolfschoten), Leiden, pp. 7-25.
- RAPOSO, L. (1995) *Ambientes, territórios y subsistência en el Paleolítico Médio de Portugal*. Complutum, pp. 57-77.
- RAPOSO L., CARDOSO J.L. (1998) "O sítio paleolítico da Conceição". *CEMA – Alcochete*, 74 p.
- ROSINA P. & CURA S. (2010). Interpretation of lithic remains in fluvial terrace contexts: an example from Central Portugal. *Annales d'Université „Valahia“ Târgoviste. Section d'Archéologie et d'Histoire*. Tome XII, Numero 1, 2010, pp. 7-24
- ROSINA P. (2002) "Stratigraphie et Géomorphologie des terrasses fluviales de la Moyenne Vallée du Tage (Haut Ribatejo – Portugal)". In : Cruz A.R., Oosterbeek L. (coord.), série Arkeos, vol.13, CEIPHAR-Tomar, pp.11-53.
- ROSINA P. (2004) "I depositi Quaternari della media valle del Tago e le industrie litiche associate". PhD.Thesis, Univ. Ferrara, 204 p.
- ROSINA P., OOSTERBEEK L., JAIME A., CURA S. (2005) *Archaeological sites associated with Tagus middle valley deposits (Alto Ribatejo – Portugal)*, in Santoja Pérez, Gonzáles Machado (eds.), *Geoarqueologia y Patrimonio en la Península Ibérica y el Entorno Mediterráneo*, ADEMA. Soria, p. 273-282.
- ROSINA, P. & CURA, S. (2009). "Indústrias liticas e crono-estratigrafia das escavações do Paleolítico do Alto Ribatejo". In *Acta da Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo em território português*, 3-6 Abril de 2008, Sacavém-Loures - Portugal, pp.143-158. CPGHP, Lisboa.
- SANTISTEBAN, J., SCHULTE, L., (2007) *Fluvial networks of the Iberian Peninsula: a chronological framework*. *Quaternary Science Reviews* 26, pp. 2738–2757.
- TEXIER, J.P., MEIRELES, J. (1987) *As formações quaternárias do litoral do Minho (Portugal): propostas para uma nova abordagem climato-cronológica e dinâmica*, in *Cadernos de Arqueologia* 4, pp.9-33.
- TRINKAUS E., MARKS A., BRUGAL, BAYLES S., RINK W., RICHTER D. (2003) *Late Middle Pleistocene human remains from Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal*. In *Journal of Human Evolution* 45, pp. 219-226.
- ZBYSZEWSKI, G. (1943) *La classification du Paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire de Portugal en 1942*. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 2 (2-3), 111.
- ZBYSZEWSKI, G. (1946) *Étude géologique de la region d'Alpiarça*. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXVII, 145-268.
- ZBYSZEWSKI, G. (1953) *Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000*, *Notícia Explicativa da Folha 31-A Santarém*. *Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 16 p.
- ZBYSZEWSKI, G. (1958) *Le Quaternaire du Portugal*. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal* 12, 1-227.
- ZBYSZEWSKI, G., CARVALHOSA, A. (1984) *Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000*, *Notícia Explicativa da Folha 31-D Montargil*. *Serviços Geológicos de Portugal*.
- ZILHÃO, J., MAURÍCIO, J., SOUTO, P. (1993) *Jazidas arqueológicas do sistema cársico da nascente do Almonda*, Nova Augusta, nº 7, Torres Novas, pp. 37-52.

Lisboa pré-histórica: novas informações, à luz de antigos documentos

João Luís Cardoso ¹

À Memória de

*O. da Veiga Ferreira, com quem se
projectou a realização deste estudo*

1. Justificação

Em 1947 comemoraram-se os oitocentos anos da conquista da cidade de Lisboa, o que motivou a edição de luxuosa obra, editada pela Câmara Municipal de Lisboa, intitulada “Lisboa oito séculos de História”, com colaboração dos mais notáveis investigadores do passado histórico de então, e belas e expressivas ilustrações a cores, da autoria de Almada Negreiros e de Martins Barata. Porém, ao contrário do que sugere o título, a obra não se inicia apenas depois de a cidade ser cristã. Com efeito, sob o título “Nos tempos pré-históricos”, dá Joaquim Fontes um resumo do que foi a presença humana na região de Lisboa, espalhando-se por observações sobre as mais importantes estações dos concelhos limítrofes (Fontes, 1947 a), na falta objectiva de informações de vulto sobre ocorrências citadinas. Seja como for, esta é a primeira grande obra de síntese sobre a pré-história de Lisboa, a qual está na origem longínqua desta comunicação, apresentada exactamente sessenta anos depois, no âmbito das actividades da Comissão de Estudos Orlisiponenses, a convite dos Drs. Eduardo Sucena e Francisco Santana, a quem cumpre agradecer.

¹ Associação dos Arqueólogos Portugueses. Catedrático de Arqueologia da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

Outra obra de síntese que importa referir, é a de F. Castelo Branco (Branco, 1977), onde as informações arqueológicas se articulam, e bem, com a geografia e a evolução da cidade. Importa igualmente, referir trabalho académico, correspondente a dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, não publicada (Amaral, 1960), onde se inventariam as ocorrências pré-históricas até então conhecidas. Este tipo de estudos só teve continuidade em 1986, com o levantamento da Carta Arqueológica do parque de Monsanto, a pedido do Senhor Engenheiro C. Souto Cruz, Chefe da Divisão de Matas da Câmara Municipal de Lisboa e realizado pelo signatário e por Severino Rodrigues. No ano seguinte, o signatário publicou ensaio sobre a evolução da ocupação humana na região ribeirinha do estuário do Tejo, onde, com base nas evidências mais relevantes, se apresentou esboço interpretativo da realidade empírica disponível (Cardoso, 1987). Logo depois, em 1988, veio a lume, em dois números sucessivos da saudosa Revista Municipal, que triste fim conheceu pouco depois, em resultado das vistas curtas de um autarca, a Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa, que constitui o segundo trabalho de levantamento da Carta Arqueologia do Município (Muralha Cardoso, 1988). Trata-se de trabalho de cunho bibliográfico e descritivo, mas que tem o mérito de fornecer informação completa e concisa sobre os achados pré-históricos (pois a eles exclusivamente se refere), compilando as numerosas informações esparsas, muitas vezes inconclusivas e de interesse desigual, que até então se tinham publicado.

Enfim, em 1994, veio a lume pequeno artigo de síntese sobre a pré-história de Lisboa (Moita, 1994), embora já então em parte desactualizado, face aos conhecimentos existentes.

Tendo o signatário desenvolvido trabalhos arqueológicos em diversas estações da área da capital, entretanto publicados, como a estação do Bronze Final da Tapada da Ajuda, explorada entre 1983 e 1987, objecto de copioso número de publicações (Cardoso *et al.*, 1980/1981; Cardoso, Monjardino & Rodrigues, 1986; Cardoso, 1995), a que se seguiu, em 1988, a intervenção arqueológica na estação campaniforme de Montes Claros

(Cardoso & Carreira, 1995), considerou-se que a apresentação de alguns dos materiais inéditos há muito exumados em diversos locais da cidade, em circunstâncias ocasionais, quase sempre desconhecidas, poderiam complementar as investigações anteriormente realizadas. Assim, este contributo não pretende fazer mais um novo inventário mas antes apresentar uma síntese dos conhecimentos sobre esta temática, a primeira que, tomando como base

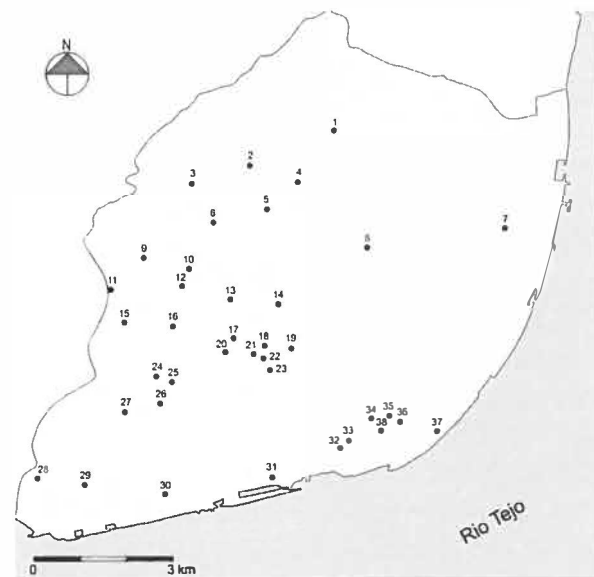


Fig. 1 Localização das estações ou ocorrências de materiais pré-históricos citados no texto na área do Município de Lisboa.

Legenda: 1 – Pinhal da Charneca; 2 – Alto dos Pinheiros; Paço do Lumiar; 3 – Cemitério de Carnide; 4 – Estádio de Alvalade; 5 – Telheiras; 6 – Quinta de São Vicente; azinhaga dos Soeiros; 7 – Chelas; 8 – Avenida dos Estados Unidos da América; 9 – Avenida Gomes Pereira; Escola do Magistério Primário; 10 – São Domingos de Benfica; 11 – Quinta da Boavista; 12 – Alto das Perdizes; 13 – Moinho das Cruzes; 14 – Avenida Columbano Bordalo Pinheiro; Terras do Pita; Praça de Espanha; São Sebastião da Pedreira; 15 – Bairro da Serafina; 16 – Forte de Monsanto; 17 – Santana (Monsanto I); 18 – Galerias de sílex do Túnel do Rossio, lado de Campolide; 19 – Penitenciária de Lisboa; Rua de Campolide; 20 – Vila Pouca; 21 – Sete Moinhos; 22 – Calçada dos Mestres; 23 – Campolide (rua General Taborda); 24 – Bombeiros do Parque Florestal de Monsanto; 25 – Moinho da Carrasqueira; 26 – Tapada da Ajuda; 27 – Montes Claros; 28 – Alto do Duque; 29 – Cerca dos Jerónimos; 30 – Rua do Embaixador; Quartel de Cavalaria 7; Quinta do Almargem; campo das Salésias (estação pré-histórica da Junqueira); 31 – Rua de São Domingos à Lapa; 32 – Alto de Santa Catarina; 33 – Palácio Lumières; 34 – Capela de São José dos Carpinteiros; 35 – Encosta de Sant’Ana; 36 – Castelo de São Jorge; 37 – Chafariz d’El Rei; 38 – Praça da Figueira.

o registo empírico é objectivamente elaborada, e, ao mesmo tempo, redimir do esquecimento alguns daqueles testemunhos recolhidos há muitos anos, conservados no Museu Nacional de Arqueologia, a maioria deles desde a direcção de José Leite de Vasconcelos. Corporizam um ciclo de recolhas ocasionais, feitas ao sabor das circunstâncias, cujo conhecimento, no âmbito da própria história da investigação arqueológica, justifica a decisão de agora lhes conceder, pela primeira vez, público conhecimento (Fig. 1).

Enfim, este contributo é um preito de homenagem à memória do Doutor O. da Veiga Ferreira com quem se projectou a elaboração deste trabalho, que infelizmente não foi possível concretizar em vida daquele que foi um dos mais notáveis arqueólogos portugueses de sempre e a quem a cidade de Lisboa deve importantes contributos para o conhecimento do seu passado humano mais longínquo.

2. Os materiais

2.1. O Paleolítico Inferior e Médio

É sabida a extraordinária abundância de materiais paleolíticos, de todas as épocas, especialmente do Mustierense, existentes nas áreas limítrofes de Lisboa, colhidos à superfície dos solos do Complexo Vulcânico de Lisboa, que se desenvolvem, em arco, de Cascais a Loures. Pertence ao concelho de Loures aquela que foi a primeira estação a ser localizada - o Casal do Monte - continuando ainda hoje a ser considerada a mais importante de todas: a sua descoberta deveu-se a Joaquim Fontes, então ainda aluno finalista do Liceu Camões, tendo sido prontamente publicada (Fontes, 1910).

O núcleo de maior concentração de achados corresponde à região de Amadora, pois, apesar de ser possível identificar áreas de especial concentração de materiais, os fenómenos pós-deposicionais, de erosão, transporte e redeposição actuaram intensamente, a ponto de não se ter encontrado em nenhum dos locais testemunhos de estratigrafia. Algumas das peças conservadas no Museu Nacional de Arqueologia provêm da faixa de basaltos que bordejia do lado setentrional a serra de Monsanto, na área de Benfica (Quinta da Boavista) (Fig. 2), e outras se conservam no Museu dos antigos

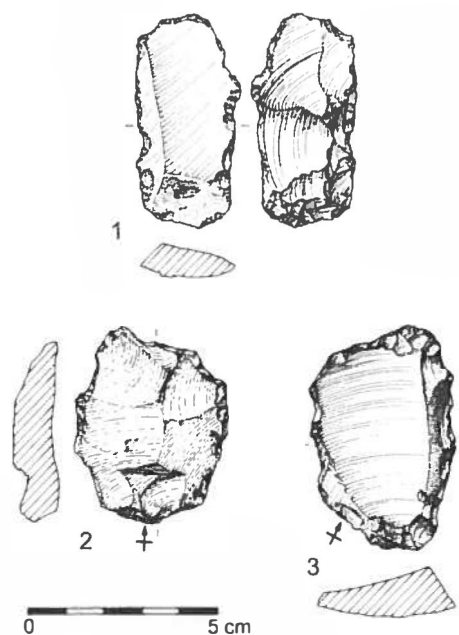


Fig. 2 Materiais paleolíticos da Quinta da Boavista.

Serviços Geológicos de Portugal, do Moinho das Carrasqueira (Zbyszewski & Cardoso, 1988 a), área onde já J. Camarate França tinha feito amplas recolhas, não só na importante estação do Alto das Perdizes (França, 1949 a), mas também em muitos outros locais, como nos terrenos entre a estrada de Benfica (Av. Gomes Pereira) e a antiga Escola do Magistério Primário (actualmente Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa). Este local foi objecto de uma comunicação do próprio à Secção de Arqueologia da SGL, a 13 de Abril de 1956, tendo anunciado ali a existência de abundante espólio paleolítico (Castelo-Branco, 1977, p. 61, 62). os terrenos basálticos, mais próximos do núcleo mais antigo urbe, ofereceram conjuntos paleolíticos também representativos: é o caso das estações da Tapada da Ajuda e do Moinho das Cruzes, situadas nos terrenos basálticos que bordejam a nascente e a sul a serra de Monsanto (Zbyszewski & Cardoso, 1988 a), que forneceram abundantíssimas indústrias mustierenses, a que se juntam belos bifaces acheulenses, até agora inéditos, encontrados por J. R. Carreira perto de Sete Rios. Não longe, situavam-se as Terras do Pita, actualmente na área da Av. Columbano Bordalo Pinheiro e da Rua

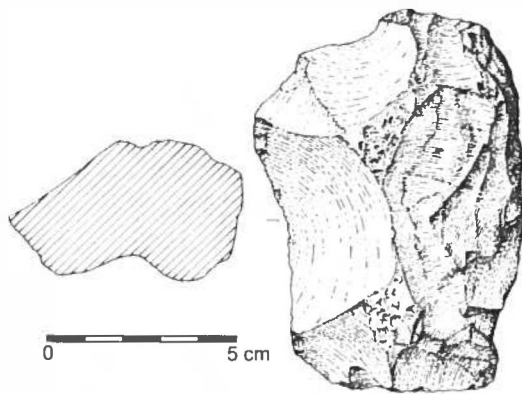


Fig. 3 Artefacto paleolítico da Praça de Espanha. Recolha de Manuel Leitão.

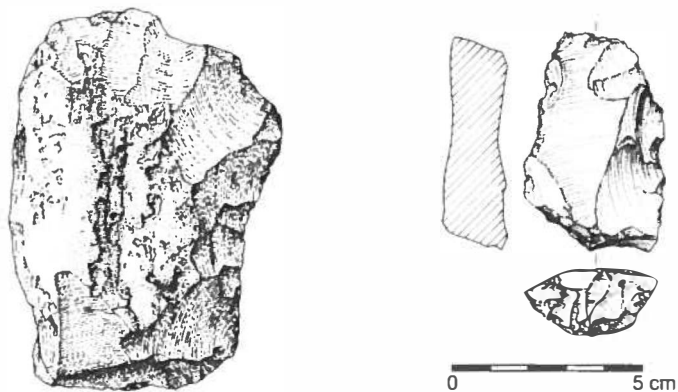


Fig. 4 Artefacto paleolítico recolhido entre a Rua do Embaixador e o quartel de Cavalaria 7. Museu Nacional de Arqueologia.

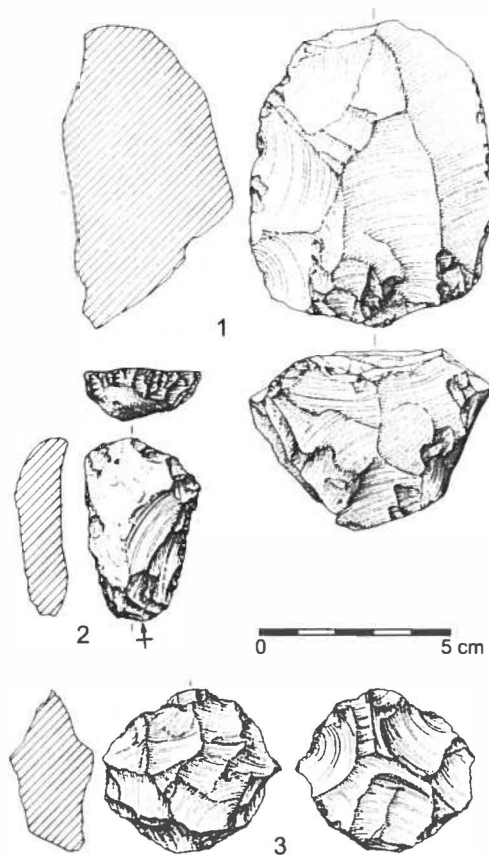


Fig. 5 Materiais paleolíticos da área do Forte de Monsanto. Museu Nacional de Arqueologia.

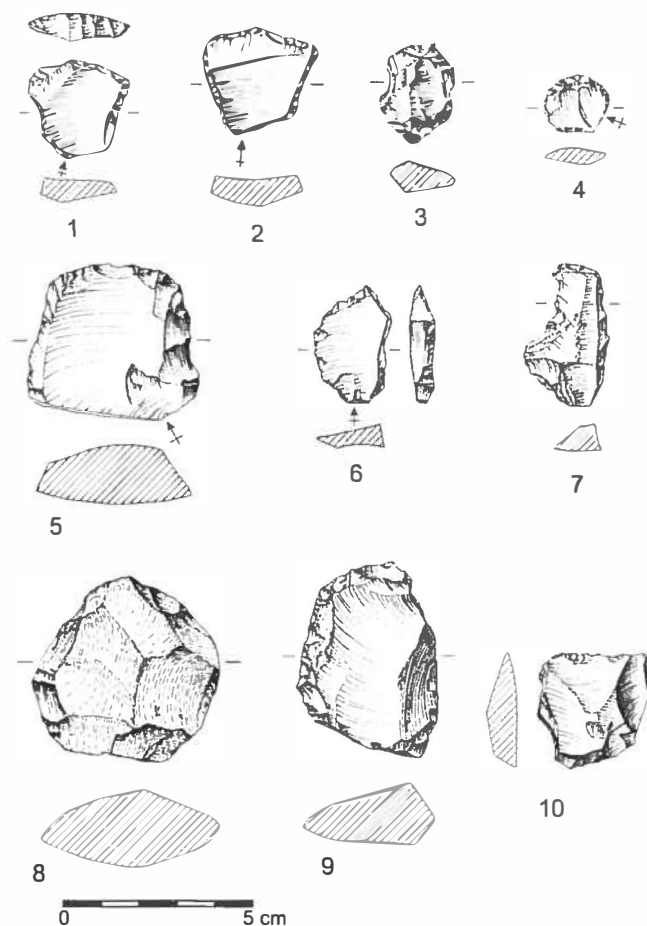


Fig. 6 Materiais paleolíticos da área do Quartel dos Bombeiros de Monsanto. Note-se a existência de uma pequena raspadeira unguiforme, idêntica aos exemplares de características epipaleolíticas recolhidos na Penha Verde, Sintra (recolhas realizadas no âmbito do levantamento arqueológico do Parque Florestal de Monsanto, em 1986, pelo signatário e J. A. Severino Rodrigues).

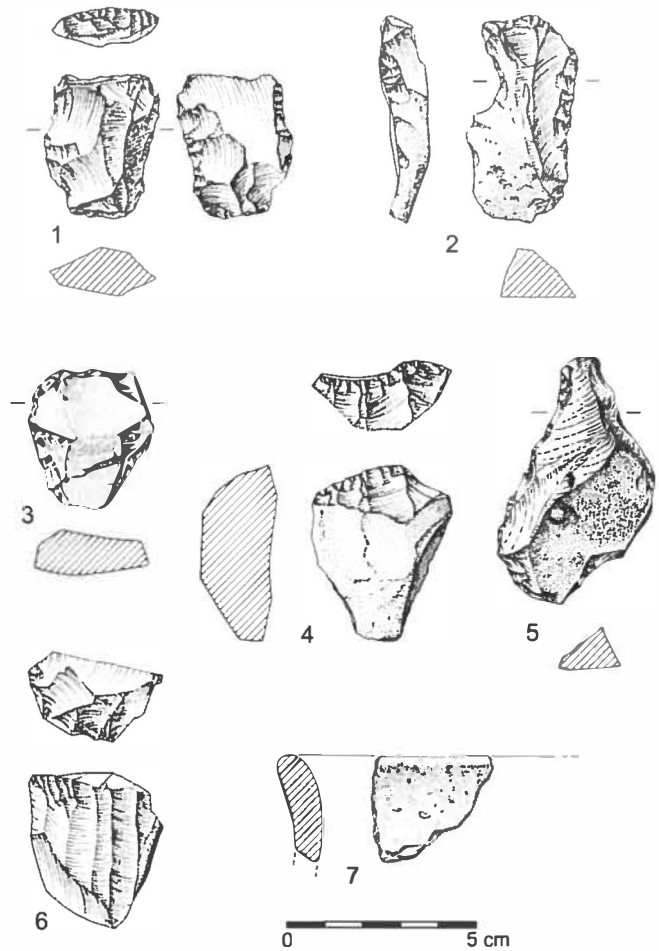


Fig. 7 Materiais paleolíticos da área de S. Domingos de Benfica, com excepção de um núcleo de lâminas, neolítico (recolhas realizadas no âmbito do levantamento arqueológico do Parque Florestal de Monsanto, em 1986, pelo signatário e J. A. Severino Rodrigues).

Basílio Teles, onde se assinalaram, sobre terrenos basálticos, materiais paleolíticos (Almeida, 1952, p. 284; Amaral, 1960), cujo prolongamento, até à Praça de Espanha, ainda em solos basálticos, parece comprovado pelos achados ali efectuados pelo Dr. Manuel Leitão (Fig. 3).

Já perto do Tejo, as terras basálticas entre a Rua do Embaixador e o quartel de Cavalaria 7, em Belém, forneceram também alguns elementos mustierenses (Fig. 4), aliás em conexão com os recolhidos na área do campo de futebol das Salésias, correspondentes à chamada “estação pré-histórica da Junqueira” (Vaultier & Zbyszewski, 1947). Foi, enfim, em terrenos basálticos, coroados pelos depósitos miocénicos sobre os quais se implantou o forte do Alto do Duque, no limite ocidental do concelho de Lisboa, que J. Fontes assinalou a presença de alguns materiais paleolíticos.

Das mais altas da serra de Monsanto, ocupada

pela plataforma culminante, na bordadura da qual se encontra implantado o Forte de Monsanto, em terrenos calcários cretácicos, provém uma notável colecção de artefactos mustierenses típicos (Fig. 5).

A riqueza de materiais essencialmente mustierenses, ainda hoje possíveis de recolher em algumas zonas do Parque de Monsanto, foi comprovada no decurso das prospecções ali efectuadas em 1986 pelo signatário acompanhado de Severino Rodrigues, incluindo sítios ainda desconhecidos, como é o caso da área dos Bombeiros do Parque (Fig. 6) e de São Domingos de Benfica (Fig. 7), ou outros, já anteriormente referenciados, como é o caso do Moinho das Cruzes (Fig. 8).

Não obstante, os espólios hoje conhecidos, dão, naturalmente, apenas uma pálida ideia da extraordinária riqueza de materiais que outrora juncavam os terrenos basálticos e calcários (especialmente os primeiros), antes de serem quase totalmente

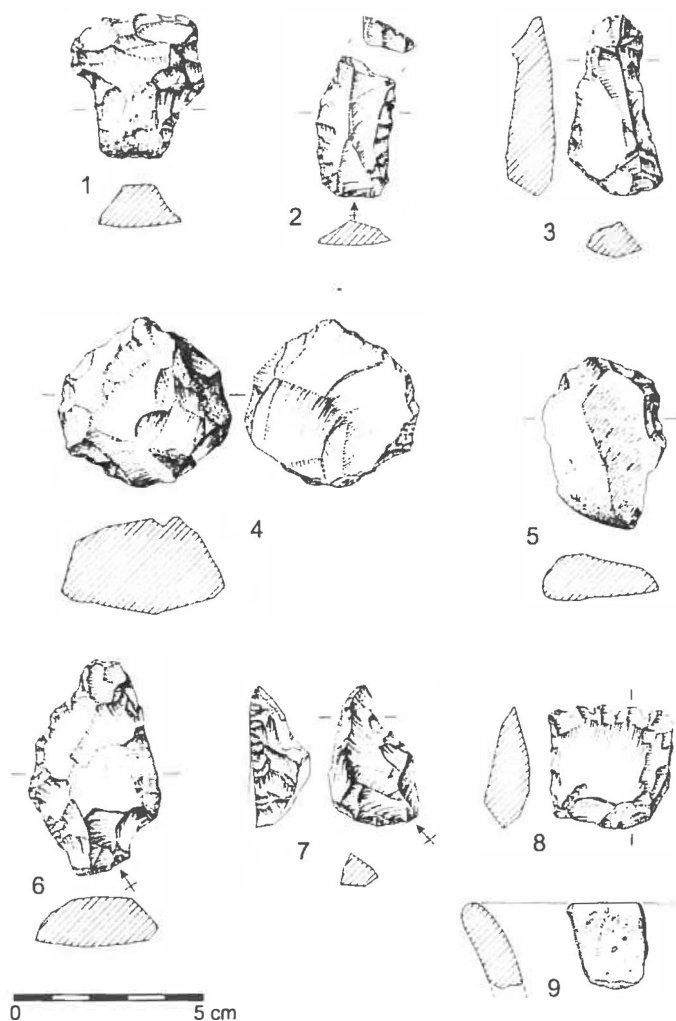


Fig. 8 Materiais paleolíticos e da Idade do Bronze (elemento de foice de bordo denteado e bordo de recipiente) do Moinho das Cruzes (recolhas realizadas no âmbito do levantamento arqueológico do Parque Florestal de Monsanto, em 1986, pelo signatário e J. A. Severino Rodrigues).

ocupados pela urbanização no decurso dos últimos 50 anos. Como explicar tão notável concentração de materiais, sem dúvida situação isolada no panorama do paleolítico português? É o que se irá procurar justificar de seguida.

Mercê das suas características, tais terrenos são favoráveis à retenção da água em toalhas superficiais, facto que resulta na ocorrência de numerosas nascentes. A abundância de água, facilmente disponível, conjugada com relevo pouco acidentado, em parte resultante da disposição tabular das próprias escoadas lávicas, justifica a antevisão de ambiente natural cuja cobertura vegetal na época se revelaria semelhante à actual savana africana, onde abundaria a caça. Reuniam-se, assim, condições favoráveis à circulação de grupos de caçadores-recolectores, no decurso de largo lapso temporal

de muitas centenas de milhares de anos, até a plena afirmação do Homem moderno na região, o que só viria a acontecer há cerca de 35 000 anos antes do presente.

Datam de finais do século XIX as primeiras investigações e descobertas de peças paleolíticas nos arredores de Lisboa, globalmente designado por "Paleolítico do complexo vulcânico de Lisboa"; tal é a riqueza e aparente homogeneidade dos conjuntos líticos recolhidos. Coube a António Mendes, colector da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal a primazia das descobertas (Vasconcelos, 1922), ao ter recolhido em Monsanto, uma "faca", atribuída ao Paleolítico: tratar-se-á da estação de Monsanto 1, sinónimo de Santana, correspondente a uma oficina situada em terrenos calcários, sendo a "faca", provavelmente, um esboço de idade

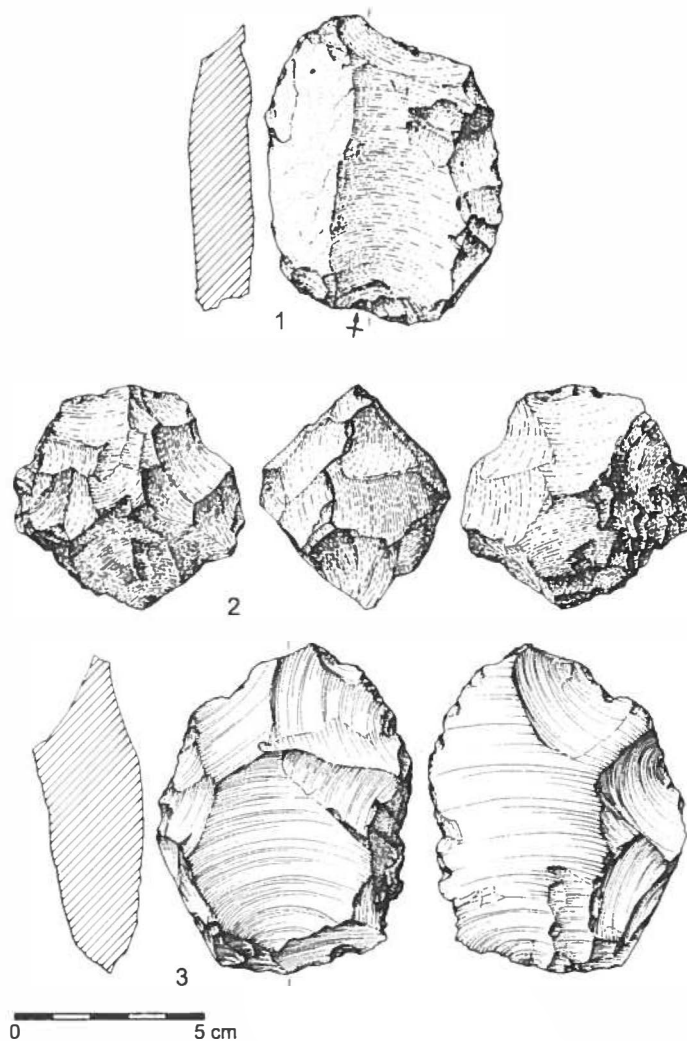


Fig. 9 Materiais paleolíticos da Calçada dos Mestres. Museu Nacional de Arqueologia.

neo-calcolítica, como tantos outros dali provenientes.

Com efeito, depois de uma primeira notícia devida a Fonseca Cardoso, relativa ao achado de bifaces acheulenses em retalho de terraço quaternário cerca de 30 m acima do leito da ribeira de Alcântara (Cardoso, 1895), os quais, a avaliar pelas estampas publicadas e por outras indicações contidas no texto, se afiguram objectos naturais, só em 1909 o Padre Bovier-Lapierre, então alojado no Colégio de Campolide, pertença da Companhia de Jesus, voltou a efectuar colheitas de material, atraído pela descoberta, nas cercanias dos terrenos do Colégio, de materiais lascados.

Remonta a essa época a identificação da estação da Calçada dos Mestres, íngreme artéria que

comunicava Monsanto, depois de transposta a ribeira de Alcântara com Campolide. Esta estação foi classificada como incontestavelmente mustierense por H. Breuil (Breuil, 1918, p. 35), provindo os materiais de depósitos detriticos acumulados no talvegue deste apertado vale, aberto nos calcários cretácicos, ao longo de ambas as encostas. Representam-se na **Fig. 9** alguns dos materiais inéditos dali provenientes.

A partir dessa data, as prospecções de campo alargaram-se, da serra de Monsanto às vastas áreas basálticas que se estendem a partir dela. Vergílio Correia, ao tempo funcionário do Museu Nacional de Arqueologia, localizou, entre 1909 e 1912, avultado número de estações paleolíticas, concentradas nos terrenos referidos, actualmente repartidos

pelos concelhos de Sintra, Oeiras, Amadora e Loures (Correia, 1912 a). As prospekções na região prosseguiram intensamente, com Joaquim Fontes, a par do próprio Vergílio Correia, de Mesquita de Figueiredo e de outros. Em 1934, A. do Paço na sua “Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal” cartografou 94 estações paleolíticas em torno da cidade de Lisboa (Paço, 1932), lista que não sofreu actualização de maiores em inventários subsequentes (Paço, 1940; Jalhay & Paço, 1941).

Com a vinda para Portugal de H. Breuil em 1941, onde permaneceu durante dezassete meses, até finais de 1942, os estudos do Paleolítico dos arredores de Lisboa, tal como os do litoral estremenho e do Baixo Alentejo e ainda do vale do Tejo, tiveram incremento notável. Datam dessa época as intensas prospekções realizadas em numerosas estações já conhecidas, como a de Casal do Monte, Loures que, somadas às intensas prospekções de Alves Costa e de Jean Ollivier na região da Amadora, vieram a enriquecer as colecções conservadas no actualmente designado Museu Geológico (LNEG), em Lisboa.

Depois da partida de Breuil, os trabalhos sobre o Paleolítico Inferior e Médio na região decaíram: apenas pequenas notas esparsas de escassos autores, anteriormente referidas, documentam o proceguimento dos estudos sobre a região, antes do ressurgimento destes, consubstanciado pela publicação sistemática das colecções conservadas no Museu citado, pelo signatário, em colaboração com G. Zbyszewski: são exemplo as publicações dedicadas à estação do Campo de Aviação de Amadora (Zbyszewski & Cardoso, 1985); à estação de Linda-a-Pastora (Zbyszewski & Cardoso, 1987) e de Borel-Horta, Amadora (Zbyszewski & Cardoso, 1988 b); e às estações da Tapada da Ajuda, Moinho das Cruzes e Moinho da Carrasqueira, já atrás citadas; e à estação do Casal da Serra, Amadora (Zbyszewski & Cardoso, 1992). Nos últimos anos deste projecto, que se desenvolveu por cerca de uma década, já depois de publicada volumosa obra de conjunto “O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa” (Cardoso, Zbyszewski & André, 1992), vieram a lume os trabalhos dedicados às estações de Damaia, Venteira e Casal da Barroca, Amadora (Cardoso & Zbyszewski, 1995 a); e à de Varge Marinho, Sintra

(Cardoso & Zbyszewski, 1995 b), todas situadas no Complexo Vulcânico de Lisboa. Deste modo, dispõe-se actualmente de uma informação global sobre as características tipológicas dos conjuntos artefactuais presentes na globalidade das estações estudadas, que vão do Paleolítico Inferior ao final do Paleolítico Médio, ainda que alguns elementos recolhidos, facilmente reconhecíveis pela pátina, se inscrevam em épocas mais modernas.

Tão largo intervalo de tempo ajuda também a justificar a extraordinária abundância de materiais líticos recolhidos, constituindo os referidos terrenos um notável palimpsesto arqueológico, bem evidenciado nas estações paleolíticas mais importantes. Os materiais mais antigos remontam ao Acheulense, encontrando-se representados por peças absolutamente clássicas como os bifaces, alguns com cuidados retoques com percutor elástico. Mas são os conjuntos do Paleolítico Médio (Mustierense) que predominam, correspondendo ao auge da ocupação humana desta vasta região. Nessa altura, os terrenos basálticos teriam funcionado como território privilegiado para a caça, cuja presença era favorecida, para além dos factores antes referidos, pelo clima pouco rigoroso, explicado pela baixa latitude e proximidade oceânica, contrastando com o verificado em outras regiões peninsulares e além-Pireneus, nesse mesmo lapso temporal. Foi, com efeito, a existência de um clima globalmente benigno, que determinou a preferência por acampamentos de ar livre, dispensando o recurso generalizado ao abrigo de grutas, que só circunstancialmente são ocupadas na região: é o caso da Gruta do Correio-Mor e das Salemas (Loures) e da gruta da Ponte da Lage (Oeiras), onde foram identificados escassos artefactos de sílex, susceptíveis de se considerarem como mustierenses.

Não obstante os vestígios recolhidos nesta vasta região basáltica serem, exclusivamente, de superfície, a sucessão tecno-industrial e cultural é coerente, desde as estações mais ocidentais, no concelho de Cascais, até às mais orientais, situadas já no concelho de Loures, passando pelo núcleo de maior densidade de vestígios, na região da Amadora. Deste modo, é lícita a designação de tal conjunto de estações – que constituem uma das manchas

paleolíticas mais importantes da Europa – por “Paleolítico do Complexo Basáltico (ou Vulcânico) de Lisboa”, expressão detentora de significado cronológico e cultural bem definido, ainda que muito amplo.

A estas concentrações de materiais no terreno, H. Breuil e G. Zbyszewski negaram o estatuto de verdadeiras estações: não o são, com efeito, no sentido tradicional do termo, querendo-as fazer corresponder a distribuições delimitadas de material com posição estratigráfica bem definida (Breuil & Zbyszewski, 1942, p. 32): “Celles-ci se trouvent largement dispersées sur toutes les surfaces accessibles aux recherches et ne sauraient réellement, quoique plus denses en certains points, être localisées en vraies stations”. Este é também o parecer de Jean Ollivier, que, depois de ter efectuado aturadas pesquisas na região da Amadora, concluiu (Ollivier, 1951) de forma idêntica. A dispersão das peças, bem como a sua mistura no decurso dos tempos, com outras, mais modernas, seria por certo a razão determinante dos dois autores citados, que impedia a admissão de verdadeiras estações para tais ocorrências. Actuadas pela gravidade, as peças acumular-se-iam a meia encosta, enquanto nos morros afloravam as rochas do substrato basáltico e, no fundo dos vales, os sedimentos finos, cobrindo os níveis mais antigos contendo materiais paleolíticos: deste modo, todos os materiais estariam em posição derivada, isto é, fora do contexto em que foram primitivamente abandonados pelo homem pré-histórico. Assim se poderá explicar a ausência de estratigrafia que caracteriza tais ocorrências mas não o carácter circunscrito que muitas delas ainda evidenciavam na altura da sua localização, apesar dos intensos trabalhos agrícolas, efectuados ao longo de muitos séculos. De facto, a distribuição das estações não só não é aleatória, vista globalmente, com uma evidente concentração, de cerca de duas estações por km² na região entre Carnaxide e Queluz, passando por Damaia e pela parte meridional da Amadora, como se podem delimitar no terreno as principais concentrações de materiais. Neste sentido, concorda-se com a perspectiva defendida por Joaquim Fontes que, já em 1912, declarava (Fontes, 1912, p. 13): “Não são vestígios de

uma grande estação, mas caracterizadas estações com instrumentos típicos. São efectivamente pouco afastadas umas das outras, mas por isso, como à primeira vista pareceria, não implica que formem uma única. Se assim fosse, não se compreenderia o encontrarem-se, por exemplo, instrumentos em abundância na de A da Maia, e nenhuns no espaço que medeia entre esta e o Casal das Osgas”.

Mercê do estudo de conjunto já referido (Cardoso, Zbyszewski & André, 1992), reconheceu-se nitida dependência entre a natureza das matérias-primas utilizadas e as fontes onde estas se encontravam naturalmente disponíveis. Assim, nos domínios mais ocidentais, próximos dos afloramentos de calcários cretácicos, onde o sílex era abundante, sob a forma de nódulos, é esta a matéria-prima que predomina; a zona média e também nuclear deste grupo de estações, parece constituir termo de transição entre o uso desta rocha e o recurso ao quartzo, sob a forma de seixos rolados. Tal facto explica-se pela maior distância que teria de ser percorrida até às fontes de sílex; não obstante, a sua presença, ainda dominante, demonstra que foi objecto de procura, exploração e transporte, para os locais onde, ulteriormente, foi transformada. Enfim, nas estações paleolíticas mais orientais, já situadas no concelho de Loures, é o quartzo filoniano, directamente obtido nos depósitos detriticos grosseiros do Cenozóico, aflorantes na região limítrofe, que constitui o grosso da utensilagem. Tais factos ilustram, expressivamente, o papel das condicionantes geológicas nas características industriais das referidas associações líticas.

As limitações inerentes ao facto de serem exclusivamente materiais de superfície, somadas ao facto de se tratar, em geral, de colheitas antigas, e, por certo, selectivas, isto é, não abarcando a integridade do material, impede a aplicação de métodos de análise tipológica mais finos, designadamente o “método de Bordes”. Com efeito, conforme preconizou F. Bordes, os conjuntos líticos de superfície onde tal método seria susceptível de utilização, deveriam respeitar várias condições, a saber: a) conjuntos numerosos; b) não triados; c) homogéneos (Bordes, 1950). Se as severas limitações, no que às jazidas em causa diz respeito, quanto à segunda

das condições postuladas são reais, já a primeira e a terceira condições parecem ser respeitadas nos casos em apreço: com efeito, em estações com um número mínimo de peças recolhidas, por hipótese, igual ou superior a 100, poderemos aceder, ainda que de forma imprecisa, à distribuição global da tipologia da utensilagem, do mesmo modo que a homogeneidade dos conjuntos constituídos em cada estação é assegurado pela constituição de séries de litologia e estado físico superficial homogêneos: é o chamado “método das séries”, que encontra nos materiais paleolíticos do Complexo Vulcânico de Lisboa excelente campo de aplicação.

Naturalmente, a aplicação deste método é discutível e os seus resultados apenas defensáveis quando o número total das peças permite ultrapassar as incertezas inerentes à análise dos pequenos conjuntos; mas é óbvio que é o único, conjugando tipologia, técnica e patine superficial, que possibilita a organização das indústrias recolhidas à superfície em dado local, em termos diacrónicos. Relembrem-se, a tal propósito as considerações de Manuel Heleno, ainda plenamente actuais: “Pode-se argumentar que o seu (de Breuil) critério de classificação, baseado nas pátinas e no desgaste, nem sempre oferece segurança (...). Mas não se pode negar que a grande soma de observações e materiais colhidos convergentes e concordantes, dão ao edifício uma estrutura segura e racional e um amplo horizonte” (Heleno, 1956, p. 246).

Foi este o critério que tem sido utilizado no estudo dos materiais de superfície das estações do Complexo Vulcânico de Lisboa. Assim se isolaram conjuntos que abarcam um amplo intervalo, do Acheulense Antigo aos tempos pós-paleolíticos, com uma evidente concentração de materiais no Acheulense Superior e, sobretudo, no Mustierense, época em que, por certo, a região foi mais intensamente cruzada por grupos de caçadores-recolectores. Naturalmente, na interpretação da quantidade de tais testemunhos, deverá atender-se à variável tempo: o que parece corresponder a uma notável concentração da população, poderá não ser mais do que a sobreposição, no espaço, de sucessivas presenças pouco acentuadas, ao longo de um amplo intervalo cronológico: é essa a perspectiva que

provavelmente mais se aproxima da realidade. Seja como for, com tais e tão severas limitações (ausência de estações com estratigrafia, dispersão de materiais, sobreposição no mesmo local de sucessivas presenças humanas, entre outras), ficam definitivamente por esclarecer questões já hoje clássicas, como a do real estatuto destes conjuntos no âmbito do “Complexo industrial” mustierense, tal como foi definido noutros lugares.

Face às considerações apresentadas, facilmente se compreende que as estações do Paleolítico Inferior e Médio se concentrem nos terrenos basálticos que se desenvolvem em torno da ossatura calcária da serra de Monsanto e zonas limitrofes, de terrenos cretácicos ou terciários, de onde também provêm notáveis peças paleolíticas, como uma grande “limande” de sílex acheulense recolhida na encosta cretácica de Sete Moinhos (Figueiredo, 1922, Fig. 1), a que H. Breuil faz menção, conjuntamente com metade de outra, ainda maior (Breuil, 1918, p. 35), conservada no Museu Nacional de Arqueologia. A razão para tão evidente concentração de estações prende-se, por um lado, com as condições favoráveis oferecidas pelos terrenos basálticos, já anteriormente indicadas, e pela abundância de sílex na região calcária de Monsanto, que justificou a atracção, do Homem Pré-Histórico, em todas as épocas. Tal não significa, porém, que as restantes áreas do concelho, ocupadas por solos sedimentares terciários, não tivessem conhecido, ainda que de forma esporádica e pontual, ocupações idênticas. É o caso das escassas estações publicadas como tal, como a Quinta de São Vicente/Soeiros (França, 1949 b), o Castelo de São Jorge (Viana & Zbyszewski, 1948), esta correspondente ao achado de escassos e por vezes duvidosos materiais, tanto *in situ* como em posição derivada, e Pinhal da Charneca (Roche, Ferreira & Zbyszewski, 1959). Outras ocorrências, citadas em Amaral, 1960), podem-se juntar às mencionadas: trata-se, também, de conjuntos escassos e de localização imprecisa, que não configuram a existência de verdadeiras estações, mas apenas a ocorrência de espólios heterogêneos, descontextualizados e isolados. Citam-se duas peças recolhidas em talude, defronte à entrada principal do cemitério de Carnide (Fig. 10), o pequeno conjunto de cinco

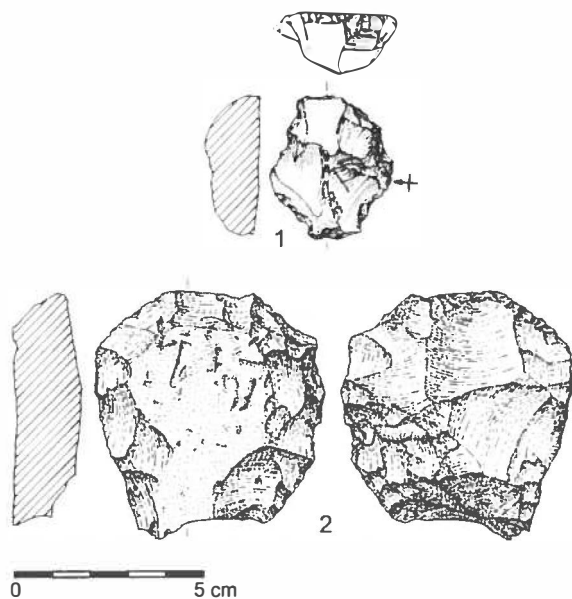


Fig. 10 Materiais paleolíticos recolhidos pelo signatário defronte do portão principal do cemitério de Carnide.

peças, das quais se ora se publicam duas, da área de São Sebastião da Pedreira, recolhido por Manuel Heleno por ocasião de conserto em canalizações (in Jalhay, 1947, p. 37) (Fig. 11) e, ainda, o núcleo mustierense executado sobre bloco tabular de sílex, recolhido em 1981 nas obras do estádio José de Alvalade, em 1981, por M. Telles Antunes (Fig. 12).

O Paleolítico Superior e o Epipaleolítico/Mesolítico

Apesar de se referirem materiais desta época, nos locais anteriormente ocupados por bandos

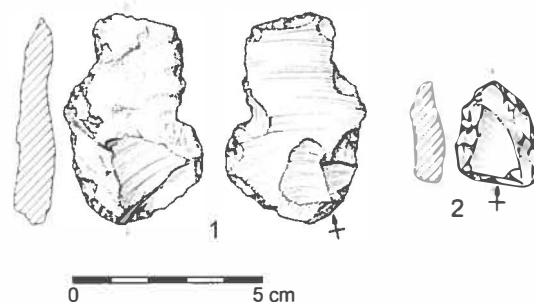


Fig. 11 Materiais paleolíticos da área de São Sebastião da Pedreira. Museu nacional de Arqueologia.

de caçadores-recolectores do Paleolítico Inferior e Médio, correspondendo às séries mais modernas das sequências definidas com base no método das pátinas superficiais, a verdade é que ainda está por demonstrar a efectiva existência de artefactos cuja tipologia indique incontestavelmente o Paleolítico Superior na área do concelho de Lisboa, embora tal presença seja segura em grutas dos concelhos limítrofes de Oeiras e de Loures. Com efeito, a única peça até agora publicada reporta-se a fragmento de ponta de tipo Parpalló recolhida em corte efectuado aquando da construção de um desvio à Rua de Campolide, nas traseiras da penitenciária de Lisboa; Mas a intervenção ali realizada subsequentemente veio demonstrar que a sequência era constituída por depósitos modernos (Zilhão, 1997, p. 842), pelo que a peça resultou de remobilização de outro local, que se desconhece.

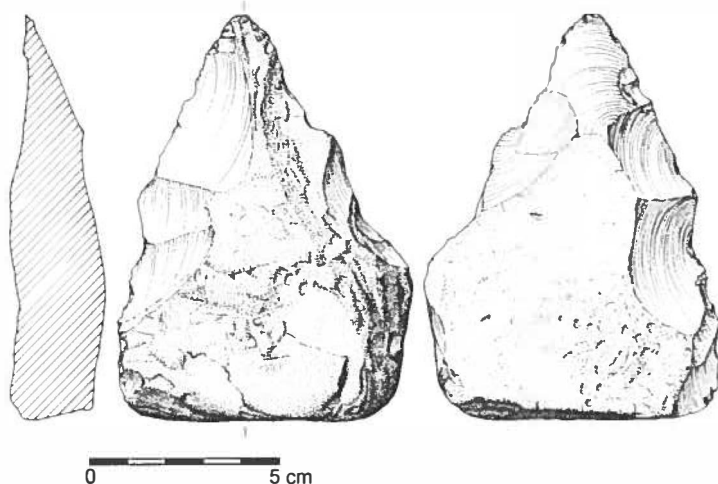


Fig. 12 Artefacto paleolítico da área do estádio de Alvalade. Recolha de M. Telles Antunes.

No que se refere ao Epipaleolítico/Mesolítico, cita-se a provável estação do Casal da Laranja Azeda, a norte do Moinho das Cruzes, ainda inédita.

Por outro lado, alguns raríssimos artefactos de tipologia mais característica, integrados nas séries mais modernas dos conjuntos líticos acima referidos, podem ser atribuídos ao Epipaleolítico: é o caso de uma pequena raspadeira unguiforme, com forte patina vermelha, idêntica a outras recolhidas na Penha Verde, Sintra e atribuídas a um Epipaleolítico de características azilóides (Cardoso & Ferreira, 1992).

O Neolítico Antigo

O Neolítico Antigo encontra-se representado em diversas estações de há muito conhecidas, como é o caso dos povoados de Vila Pouca (Correia, 1912 b; Moita, 1967) de Montes Claros (Jalhay, Paço & Ribeiro, 1944; Cardoso & Carreira, 1995) e do Alto das Perdizes (França, 1949 a, Est. XVIII, n.º. 166), com base em alguns dos materiais nelas representados. Trata-se de materiais decorados por impressões e por puncionamento oblíquo de uma matriz, dando origem aos motivos em espiga, também designados por “falsa folha de acácia”, a que se associam elementos de prensão por vezes também eles decorados, como é o caso de um belo exemplar recolhido na primeira daquelas estações, exposto no Museu da Cidade e reproduzido a cores (Moita, 1967). No conjunto das indústrias de pedra lascada, importa valorizar alguns segmentos, identificados a partir das reproduções fotográficas apresentadas, tendo de materiais oriundos de Vila Pouca (Moita, 1967, Est. XVI, n.º. 30, 31, 33, 34), como de Montes Claros (Jalhay & Paço, 1944; Moita, 1994, p. 27), que são, como se sabe, produções características do Neolítico Antigo.

A falta de elementos estratigráficos levou, o autor a admitir, em trabalho anterior, a existência de uma fase precoce do Neolítico Final em que tivessem coexistido tais produções com as reconhecidamente características do Neolítico Final regional: a taça carenada e os recipientes de bordo em aba, ostentando decoração denteada, igualmente bem representadas em ambos os sítios (Carreira & Cardoso, 1994). Tal afirmação encontrava-se consubstanciada

nos espólios recolhidos nos povoados do Alto de S. Francisco (Palmela) e de Zambujal 1 (Sesimbra), nos quais coexistiriam as cerâmicas decoradas com motivos em espiga, características do Neolítico Antigo evolucionado, com bordos denteados e taças crenadas, globalmente atribuídas ao Neolítico Final (Silva & Soares, 1986, Fig. 43, 58), observação que fundamentou aquela afirmação. Contudo, importa sublinhar que em nenhum destes dois sítios se efectuaram escavações, pelo que é possível que se trate de materiais de épocas distintas. A reforçar esta conclusão, importa referir que existem locais, recentemente explorados, como a Moita da Ladra (Vila Franca de Xira) onde, do conjunto de cerâmicas decoradas do Neolítico Antigo evolucionado, não fazem parte produções como as taças carenadas e os bordos denteados (Cardoso & Caninas, 2010), tal qual o verificado nos povoados do Neolítico Antigo evolucionado de Carrascal (Oeiras) e de Casal da Cerca (Palmela), os quais, apesar de possuírem um notável conjunto de cerâmicas decoradas impressas e incisadas, não integram, em contrapartida, nenhum elemento do Neolítico Final no seu espólio (Cardoso, 2010 a). A conclusão a tirar é a de que, efectivamente, não existe nenhum indício seguro da coexistência de produções características do Neolítico Antigo evolucionado com as do Neolítico Final. Tal conclusão é reforçada pelas datas absolutas obtidas. Com efeito, tendo as ocupações do Neolítico Antigo evolucionado do Carrascal e do Casal da Cerca sido datadas pelo radiocarbono no último quartel do VI milénio/princípios do V milénio a.C. (Cardoso, 2010), e correspondendo o início do Neolítico Final na Estremadura ao segundo quartel do III milénio a.C., mais de dois mil anos separam ambos os complexos culturais, pelo que não é lícito admitir a produção de cerâmicas decoradas mantendo os mesmos motivos e técnicas através de tão dilatada amplitude cronológica. Acresce que, entretanto, foram valorizados outros elementos estratigráficos, então ainda mal conhecidos: é o caso do conjunto do Neolítico Antigo evolucionado recolhido na Lapa do Fumo (Sesimbra), com abundantes elementos decorados por impressões típicas do Neolítico Antigo evolucionado, mas sem nenhum fragmento característico do Neolítico Final. Este

último, corresponde à ocupação funerária que se-
lou a anterior através de um lajeado sobre o qual
foram efectuadas as deposições, com abundantes
elementos típicos do Neolítico Final, como as taças
carenadas (Serrão & Marques, 1971; Serrão, 1975).
Desta forma, no estado actual dos nossos conheci-
mentos, não pode haver lugar a mais dúvidas sobre
a não sobrevivência, no Neolítico Final, de produ-
ções cerâmicas decoradas do Neolítico Antigo, na
área estremenha.

Desta forma, tanto no povoado de Montes Claros,
onde se recolheram, nas sucessivas escavações ali
efectuadas, cerâmicas características do Neolítico
Antigo evolucionado (Jalhay, Paço & Ribeiro, 1944;
Cardoso & Carreira, 1995), como em Vila Pouca
(Moita, 1967), a primeira ocupação remonta àquela
época, a qual, cronologicamente, se poderá situar,
como as congéneres da região, no último quartel
do VI milénio a.C./inícios do milénio seguinte.

É a esse período que devem também ser reporta-
das as ocupações do Palácio Lumiares e da Encosta
de Sant'Ana, recentemente dadas a conhecer.

O Palácio Lumiares, situado no casco histórico
da cidade, implanta-se na parte culminante de pla-
taforma formando istmo, outrora delimitado pelo
estuário do Tejo, de um lado, e o esteiro que, a partir
daquele, se desenvolvia para montante, abarcando
o Rossio e os Restauradores, prolongando-se de-
pois ao longo da Avenida da Liberdade. A escava-
ção realizada pela ERA – Arqueologia, SA. (Valera,
2006), identificou, assente no substrato miocénico,
um paleossolo anegrado, de época neolítica, onde
se recolheu uma abundante indústria lítica, ainda
não estudada em pormenor, incluindo lamelas,
truncaturas, e geométricos (segmentos), além de
outros artefactos, como núcleos. Tal realidade in-
dica uma intensa actividade especializada no talhe
do sílex, oriundo das bancadas cretácicas situadas
a cerca de 2,5 km de distância. Os escassos frag-
mentos cerâmicos, alguns com elementos de pre-
ensão, ostentam por vezes motivos em espiga com
desenvolvimento horizontal, segundo faixa abaixo
do bordo, motivos incisos e impressos, além da téc-
nica “boquique”. Duas datações por B-OSL para o
sedimento do paleossolo deram os resultados de:

ITN-Lum-30 – 4235-3755 BC (para um sigma)

ITN-Lum-31 – 4175-3815 BC (para um sigma)

Estes resultados, apesar da sua grande amplitu-
de, afiguram-se compatíveis com o Neolítico Médio.
A ser assim, pode concluir-se que a época imedia-
tamente superior ao Neolítico Antigo Evolucionado
ainda seria caracterizada por produções cerâmicas
cujas afinidades com aquele complexo cultural são
evidentes, pelo menos na região de Lisboa. No en-
tanto, estes resultados podem merecer reservas,
não pelos métodos em si mesmos, mas pelo facto
de os grãos de quartzo, aquando do seu último re-
cobrimento, poderem não ter na integra o seu re-
lógio aferido a zero. Seja como for, A. F. Carvalho,
informa que as formas nesta fase, com base nos
resultados obtidos nos sítios do Maciço Calcário
Estremenho da Pena d'Água e da Costa do Pereiro
(ainda inédito), “são essencialmente as mesmas do
Neolítico Antigo evolucionado: taças em calote, he-
misféricos, globulares, estes no entanto mais raros.
Há um quase desaparecimento dos elementos de
preensão. A decoração mais característica, numa
fase inicial do Neolítico médio, é o sulco sob o bor-
do, quando aparece associado ainda a falsa folha
de acácia (ou, talvez mais frequentemente, a inci-
sões em espinha), boquique e impressões diversas.
Numa segunda fase mantém-se o boquique e, in-
teressantemente, os penteados incisos. O traço no
entanto mais característico é o aumento progres-
sivo e muito significativo da percentagem de cerâ-
mica lisa, que já é predominante desde o Neolítico
Antigo. As peças decoradas são sempre residuais”
(comunicação de 9 de Junho de 2010).

A Encosta de Sant'Ana é num sítio implantado na
base do morro de Sant'Ana, junto do esteiro outro-
ra formado pela penetração do estuário do Tejo ao
longo do vale da ribeira de Arroios, formando um
pequeno braço de águas salobras pouco profundas,
propício à recollecção de moluscos. Foram, com
efeito, tais condições favoráveis, que justificaram a
implantação identificada aquando dos trabalhos ar-
queológicos realizados decorrentes da reconversão
urbanística da zona (Muralha & Costa, 2006). Em
paleossolo de origem aluvionar, identificaram-se
diversas estruturas de combustão, uma estrutura
do tipo fossa e um possível buraco de poste, rela-
cionados com restos de *Bos sp.*, *Ovis/Capra*, *Sus*

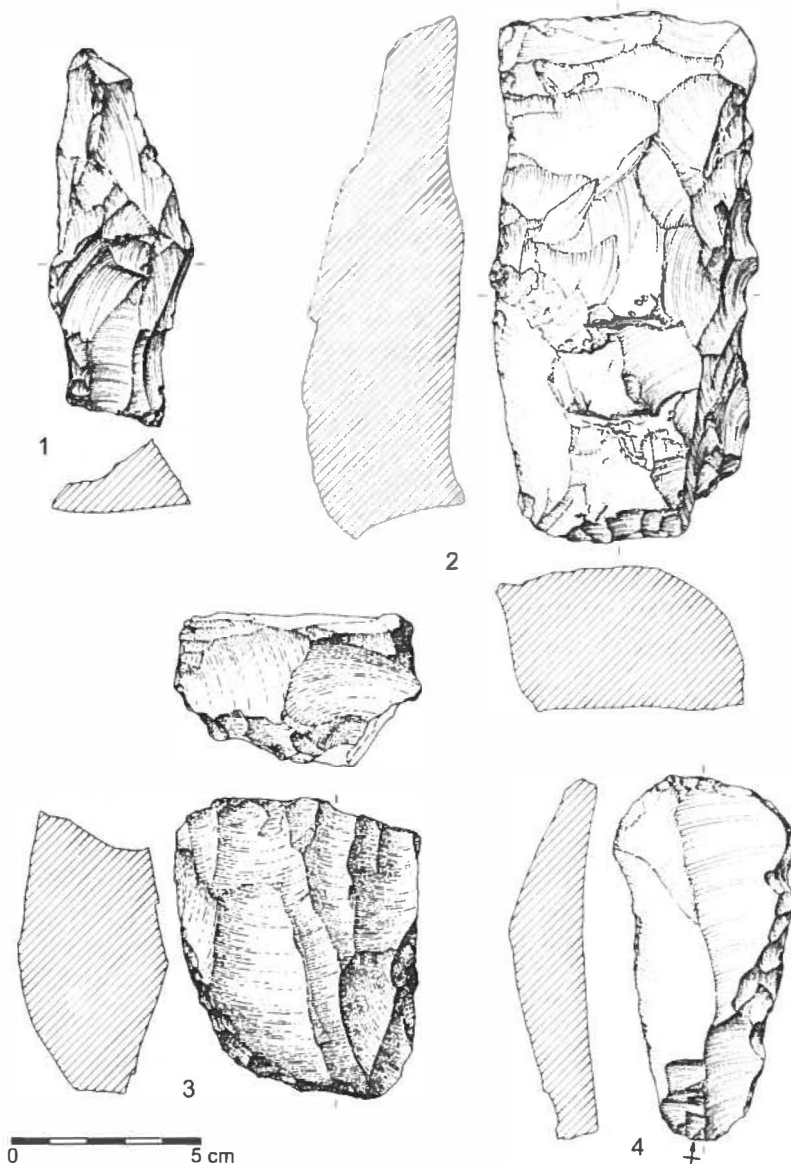


Fig. 13 Materiais líticos de Santana. Museu Nacional de Arqueologia.

scrofa, *Oryctolagus cuniculus* e *Lepus* sp.

Dois datações de radiocarbono realizadas sobre carvões de espécies indeterminadas deram o seguinte resultado:

Sac-1893-5420 \pm 45 BP

Sac-1894 – 5140 \pm 140 BP,

a que correspondem os intervalos a 2 sigma, respectivamente, de 4347-4053 e 4323-3647 cal BC (sem que sejam mencionados outros elementos). Estes resultados mostram que se trata de uma ocupação que se pode situar, do ponto de vista cronológico, na transição para ou já no Neolítico Médio, tal como a anterior.

No entanto, dado que não se indica a natureza das espécies vegetais datadas (de vida curta ou longa ?), nem existir a certeza de todos os fragmentos carbonosos datados serem sincrónicos, a única data que se afigura fiável, obtida posteriormente às duas anteriores, sendo também mais antiga do que aquelas, corresponde a análise sobre conchas de *Mytilus* provenientes de uma fossa (EU 05):

Sac – 1990 – 6450 \pm 50 BP, a qual, depois de corrigida para o efeito oceânico e de calibrada, deu o resultado de 6070 \pm 60 BP,

sendo, pois, consentânea com o Neolítico Antigo evolucionado, conclusão compatível com a

tipologia da cerâmica (Carvalho, 2008).

As cerâmicas decoradas constituem 14,6% do conjunto total dos fragmentos cerâmicos recolhidos, que ascendem a 704 exemplares. As técnicas e padrões decorativos repartem-se pelas decorações plásticas (6%), impressões (50%), incisão (31%) e decorações compósitas (13%). Na impressão, sobressai a técnica boquique, correspondente a 50% daquele grupo. Com efeito, é a esta técnica que se reportam dois dos três recipientes mais completos, dois vasos em forma de saco munidos de asas, anulares ou em fita, associadas no primeiro caso a botões decorativos. Está presente o motivo em grinalda, obtido por incisão, o motivo em espiga, considerado pelos autores como inciso (trata-se de punccionamentos oblíquos, misto de impressão e incisão) e os característicos bordos denteados sobre o lábio. Verifica-se, pois, existirem fortes afinidades deste conjunto com as cerâmicas do Neolítico Antigo evolucionado.

No respeitante à indústria lítica, estão presentes lascas retocadas, lamelas, peças com dorso, buris, furadores, raspadores e raspadeiras, além de núcleos prismáticos e não prismáticos, essencialmente de sílex, matéria-prima de origem próxima (afloramentos do Cretácico), ou mesmo local, sob a forma de seixos rolados. O registo faunístico integra, entre os 41 fragmentos ósseos classificáveis, por ordem decrescente, os seguintes táxones: *Sus scrofa*, *Ovis/Capra*, *Oryctolagus cuniculus*, *Bos sp.*, *Cervus elaphus* e *Lepus sp.* (Muralha & Costa, 2006).

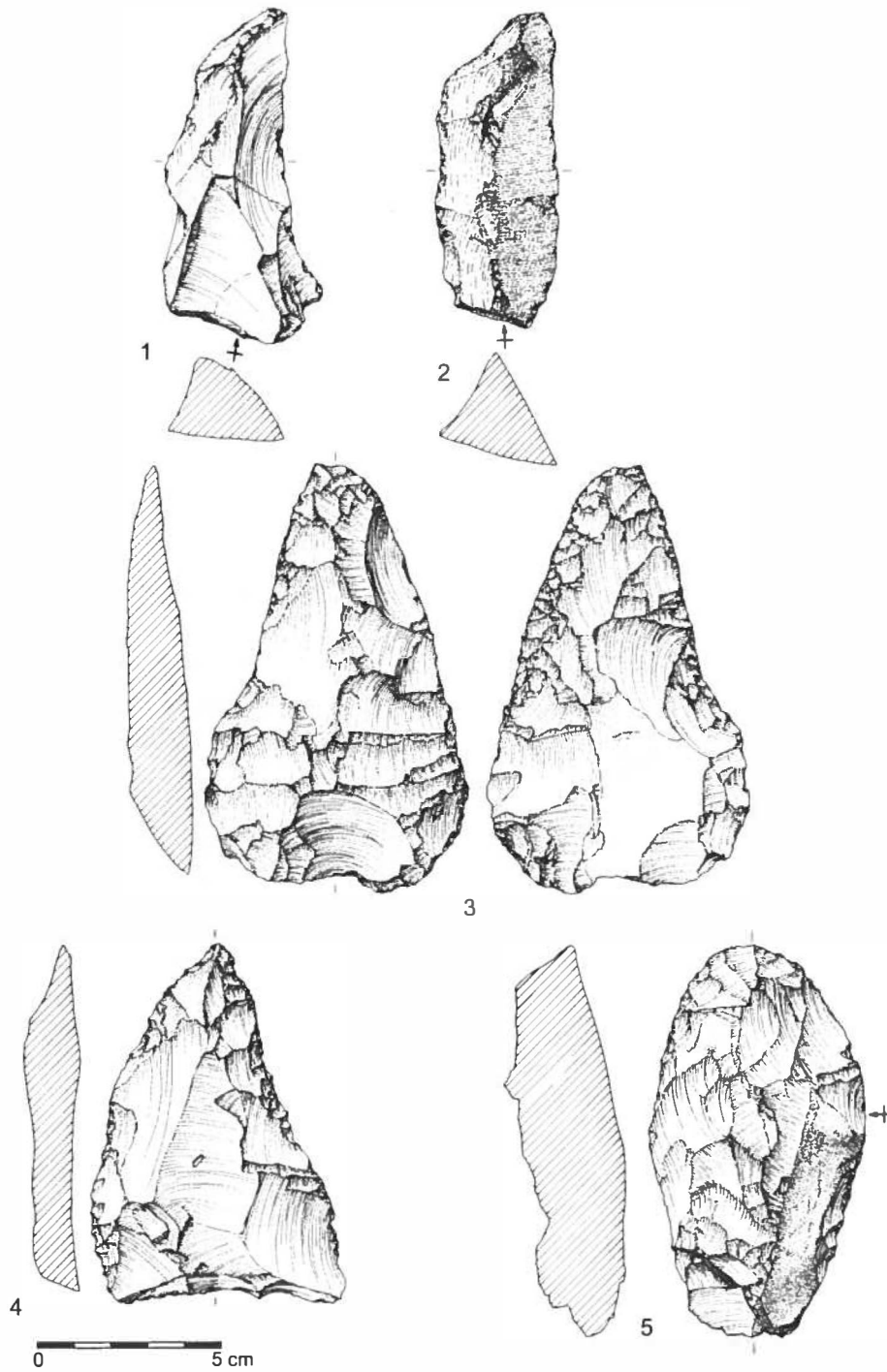
O Neolítico Final e o Calcolítico pré-campaniforme

Neste amplo intervalo de tempo integram-se algumas estações de importância internacional e que de há muito são conhecidas. Talvez a mais importante, hoje completamente desaparecida, corresponda aos vestígios subterrâneos de mineração de sílex, identificados aquando da abertura do túnel ferroviário do Rossio, do lado de Campolide, cujo talude de escavação intersectou tais vestígios, correspondentes a duas galerias, parcialmente entulhadas, onde se recolheram diversos percutores de basalto utilizados na extracção (Choffat, 1889, 1907) e escassos restos humanos. Mais tarde, J.

Leite de Vasconcelos, ainda recolheu ali alguns outros desses maços, tendo reproduzido um deles (Vasconcelos, 1937).

A riqueza do sílex é, de facto notável, em toda a serra de Monsanto, sendo certo que, se não fosse a exploração generalizada dos calcários que a constituem, especialmente depois do terramoto de 1755, haveriam muitos outros locais daquele mesmo tipo, além de oficinas, onde se preparariam em esboço diversos tipos de utensilagem, e se efectuariam a formatação de núcleos, depois exportados para serem aproveitados em outros locais. Vestígios de uma dessas gigantescas oficinas encontra-se corporizada pela célebre estação de Santana (Monsanto 1), na margem direita da ribeira de Alcântara, onde se recolheram milhares de produtos de debitage em bruto, rebotalhos inacabados ou abandonados em esboço, além de elevado número de elementos nucleares de diversas dimensões, e estados de preparação. São excepcionais as peças acabadas, por vezes indicando características próprias, evocando a técnica campinhense, representada por grandes "tranchets", característicos daquela indústria (Fig. 13 e 14). Esta estação, apesar das avisadas reservas expressas por H. Breuil em relação à sua cronologia, foi ulteriormente atribuída ao Mustierense, quer "típico" quer de "tradição acheulense", com base na caracterização tecno-tipológica dos materiais recolhidos no "método Bordes" (Raposo, Carreira & Penalva, 1985). Na verdade, Breuil tinha inteira razão, quando declarou "*Ce sont des gisements très vastes, jonchés de débris de taille, et situés soit sur le terrain même des gîtes à sílex, soit sur les pentes et les hauteurs immédiates. On y compte une demi-douzaine de stations, les unes nettement néolithiques, les autres avec le caractère particulier des stations-ateliers d'extraction de la matière première (...); il semble difficile de penser à les reporter à une date préneolithique*" (Breuil, 1918, p. 35). Em conclusão, o que pareceu aos autores como indústrias mustierenses, afiguram-se, sobretudo, esboços de exemplares inacabados, de época neolítica ou mesmo calcolítica, estando presentes alguns elementos que evocam as indústrias campinhenses, também presentes no povoado próximo de Carnaxide, Oeiras (Cardoso, 1996) e na região da Amadora,

Fig. 14 Materiais líticos de Santana. Museu Nacional de Arqueologia.



onde foram assinalados por Jean Ollivier.

À encosta setentrional da serra de Monsanto, voltada para o vale de Alcântara, pertence também o povoado de Vila Pouca, já antes referido, o qual foi objecto de um primeiro opúsculo de Vergílio Correia (Correia, 1912 b). Este sítio, tal como o

povoado de Montes Claros, possui uma segunda presença humana (além da que em ambos foi depois isolada, pertencente ao Neolítico Antigo evolucionado), atribuível ao Neolítico Final, encontrando-se comprovada pela abundante presença de bordos em aba denteados e recipientes carenados

lisos, identificados nas escavações realizadas no primeiro por Irilvalva Moita em 1959 (Moita, 1967) e no segundo, na década de 1940 (Jalhay, Paço & Ribeiro, 1944; Jalhay & Paço, 1947) e, de novo, em 1988 (Cardoso & Carreira, 1995).

No Bairro da Serafina, a Norte de Vila Pouca, e ainda na encosta meridional de Monsanto, voltada para o vale de Alcântara, foi explorada por J. Camarate França e A. de Almeida uma acumulação doméstica, constituída por abundantes restos malacológicos, pelo que recebeu a designação de “concheiro”, da qual apenas se conhece uma curta referência, correspondente a resumo de comunicação apresentada a 10 de Abril de 1958 na secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa (Castelo-Branco, 1977, p. 62). Aquele depósito embalava abundantes materiais de sílex e um machado, de secção circular e polido apenas no gume, compatível com o Neolítico Final.

Com base nas reproduções fotográficas, de má qualidade, pode admitir-se ter existido também uma presença do Neolítico Final no povoado do Alto das Perdizes (França, 1949 a, Est. 18, n.º 152, 153), que sucedeu à do Neolítico Antigo atrás mencionada, e ainda no sítio da Junqueira (Vaultier & Zbyszewski, 1947, Est. 8, n.º 115, 116), onde também se recolheram fragmentos de vasos com bordos em aba denteados ou munidos de cordões denteados paralelos ao bordo e abaixo deste, característicos daquela fase cultural.

No respeitante a estruturas pré-históricas, apenas no povoado de Vila Pouca foi posto a descoberto um empedrado de planta circular, com cerca de 1,10 m de diâmetro, constituído por elementos rolados basálticos, relacionados com camada muito rica em carvões, tendo sido correctamente classificado como “assento de lareira” (Moita, 1967, p. 51); a par deste testemunho, foi também identificado um chão de cabana de planta oval, com diâmetros principais entre 2,0 e 2,5 m, revestido de uma camada de argila endurecida. Infelizmente, não foi possível à autora relacionar estas duas estruturas com nenhuma das duas fases de ocupação neolíticas identificadas com base na revisão, agora efectuada, dos respectivos materiais, porque, como afirma, o espólio se encontrava completamente misturado

que é plausível, porque também foi a que o signatário identificou em Montes Claros, aquando das escavações que ali dirigiu em 1987.

A ocupação do vasto povoado de Vila Pouca parece ter terminado no Neolítico Final, apesar de A. Mesquita de Figueiredo, na sequência da publicação da estação arqueológica, e depois de intensos trabalhos no local, que incluíram escavações, em locais que ora se desconhecem, mencionar a existência de artefactos metálicos:

“Notarei (...), na pedreira grande de Vila Pouca, fiz escavar vários “fundos de cabanas”, que me forneceram abundantíssimo material da época da pedra polida, umas três dezenas de machados polidos, instrumentos de osso, muitos fragmentos cerâmicos, alguns ricamente ornamentados, entre eles uma colher de barro (...), e até alguns pequenos fragmentos de instrumentos de cobre ou bronze, que me fazem pensar que se trata de uma estação cuja existência se prolongou neste mesmo local, pelo menos até à época calcolítica” (Figueiredo, 1922, p. 5). Contudo, esta conclusão precisa de ser encarada com reservas: com efeito, a existência de qualquer artefacto, metálico ou não, reportável ao Calcolítico, não é suportada pelo espólio publicado por Irilvalva Moita. O mesmo se verifica quanto ao primeiro arqueólogo que se debruçou sobre esta estação, no estudo que lhe dedicou (Correia, 1912 b): após exame atento dos cortes expostos pela lavra da pedreira, que lhe evidenciaram fundos de cabana e depósitos de restos alimentares, no copioso espólio arqueológico recolhido, é manifesto que os exemplares cerâmicos por ele descritos se reportam tanto ao Neolítico Antigo, como ao Neolítico Final, mas nenhum do Calcolítico.

O mesmo já se não pode dizer de outros sítios, que evidenciam ocupações calcolíticas subsequentes, como é o caso de Sete Moinhos, situado defronte de Vila Pouca, do outro lado do vale de Alcântara, correspondente a um esporão calcário, com apenas um caminho de acesso, actualmente pela Rua do Arco do Carvalhão, hoje desfigurado por antigas pedreiras e pela completa ocupação urbana do seu topo, mas que outrora se debruçava sobre o vale de Alcântara, delimitado lateralmente pelo vale profundo actualmente correspondente à Calçada

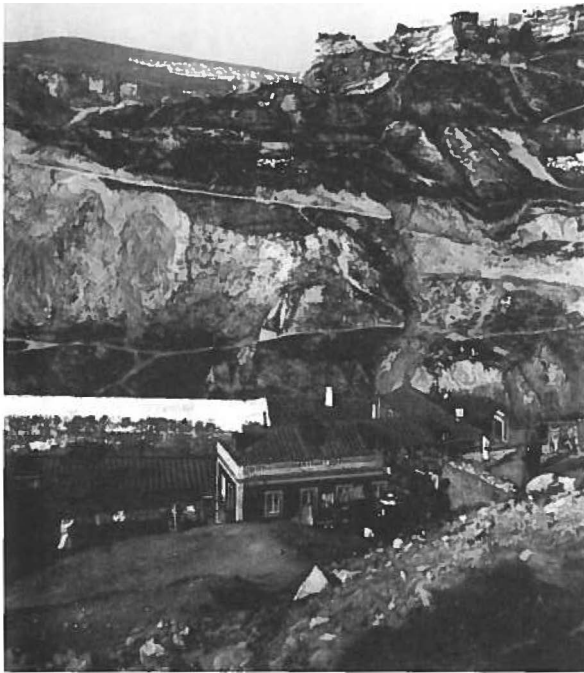


Fig. 15 Vista dos Sete Moinhos (antes de 1940), sendo bem evidente a situação de esporão, sobre o vale de Alcântara, delimitado do lado meridional pelo profundo vale da Calçada dos Mestres. Em segundo plano, já na encosta direita do vale de Alcântara, observa-se a pedreira de Vila Pouca. Note-se que a serra de Monsanto ainda se não encontrava florestada e que o viaduto Duarte Pacheco não estava construído. Colecção particular.

dos Mestres, que conduz a Campolide. Em 1985 F. Castelo Branco publicou, na Revista Municipal, um conjunto de fotografias obtidas cerca de 1939/1940, destinado precisamente a sublinhar aquela posição privilegiada, a qual se encontra bem evidenciada pela foto inédita, tirada cerca de 1940, que ilustra o presente trabalho (**Fig. 15**).

A primeira notícia desta estação é dada por Vergílio Correia (Correia, 1912 c). Os materiais arqueológicos provinham de área situada junto à extremidade do esporão, e que, como acertadamente foi dito pelo próprio, “claramente indicam a ocupação do lugar nas épocas neolítica e calcolítica (começo dos metaes)” (*op.cit.*, p. 4). Com efeito, o espólio ulteriormente estudado em pormenor (Carreira, 1995), confirma plenamente aquela afirmação: vislumbra-se ténue presença do Neolítico Final, representada por escassos recipientes carenados, sendo

de destacar a ausência de bordos denteados, tão comuns em Vila Pouca e Montes Claros. Tal evidência sugere que estes dois povoados já se encontrariam abandonados aquando da primeira ocupação de Sete Moinhos. Com efeito, é o Calcolítico Pleno que se encontra ali quase exclusivamente representado: além de um pequeno formão de cobre, avulta a cerâmica decorada (grupo da “folha de acácia” e “crucífera”), associada a alguma cerâmica campaniforme, que será abordada no capítulo seguinte. É curioso verificar a quase ausência das produções cerâmicas do Calcolítico Inicial em Sete Moinhos, pois apenas se recolheu fragmento de bordo de copo canelado, o qual poderia corresponder a uma sobrevivência pontual no Calcolítico Pleno, conforme se verificou no Zambujal, Torres Vedras (Kunst, 1996), em Leceia, Oeiras (Cardoso, 2007 a) e, mais recentemente, no Penedo do Lexim, Mafra (Sousa, 2010). Deste modo, o único fragmento de copo identificado em Sete Moinhos constitui evidência demasiado escassa para poder representar uma ocupação do Calcolítico Inicial; a este, junta-se um outro, recolhido em Montes Claros, igualmente inconclusivo a tal respeito (inédito, no Museu da Cidade, in Carreira, 1995, p. 47).

Deste modo, conclui-se que no actual concelho de Lisboa, não se encontra claramente representado o Calcolítico Inicial, sendo o Calcolítico Pleno a única etapa da Idade do Cobre pré-campaniforme que se encontra documentada, e, ainda assim, devida apenas aos escassos elementos recolhidos em Sete Moinhos. Esta escassez de testemunhos do Calcolítico Pleno observa-se também nos povoados adjacentes à área lisboeta, como é o caso do vizinho Alto da Cabreira, fronteiro a Monsanto e já pertencente ao concelho de Amadora, onde se recolheram, juntamente com materiais campaniformes, pelo menos um fragmento com decoração em “folha da acácia” calcolítica, produzida por impressão (França, 1948, Est. 3, n.º. 31).

Povoados campaniformes da região ribeirinha do estuário do Tejo

Sob esta designação, incluem-se os pequenos núcleos humanos, provavelmente de raiz familiar, que, no decurso da segunda metade do III milénio

a.C. se generalizam pelos férteis terrenos da região a norte do estuário do Tejo.

De um modo geral, a tipologia e técnica decorativa dos recipientes cerâmicos indica uma fase já avançada do “fenómeno” campaniforme a nível regional. Predominam as decorações incisadas, aplicadas frequentemente a grandes recipientes campanulados (“caçoilas”), e a grandes taças Palmela, escasseando, ou encontrando-se mesmo ausentes, os vasos “marítimos” decorados a ponteados. Representam, pois, a derradeira fase do Calcolítico: é o designado “Grupo Inciso”, o mais moderno dos três Grupos de produções cerâmicas campaniformes isolados na Estremadura portuguesa (Soares & Silva, 1974/1977), associado a um curto período de transição para a Idade do Bronze, insuficientemente caracterizado na região, a que tem sido usual dar o nome de “Horizonte de Montelavar” (Cardoso, 2002; Cardoso, 2007 b). Esta entidade arqueológica foi definida a partir de uma sepultura de tipo cista, do sítio epónimo do concelho de Sintra, encontrada já parcialmente destruída por pedreira, da qual se conhecem apenas duas pontas de Palmela e um punhal de lingueta.

Na maioria dos casos, trata-se de núcleos de base familiar, implantados em encostas de declive suave, fortemente vocacionados para uma economia agro-pastoril de carácter intensivo. A relação destes núcleos domésticos com férteis terrenos de cultivo – onde se praticaria uma agricultura diversificada, sobretudo a cerealicultura, sem esquecer a horticultura, ao longo das linhas de água, bem como a criação de gado (bovino, ovino-caprino e suíno) – encontra-se documentada no concelho de Lisboa, especialmente em locais implantados em zonas de solos férteis, ou nas suas proximidades. É o caso de todos os locais que anteriormente se referiram e onde se identificaram vestígios de ocupações mais antigas, do Neolítico Final. Assim, em Vila Pouca, Montes Claros, Sete Moinhos, Alto das Perdizes e Junqueira, todos com presenças do Neolítico Final, são as produções tardias do grupo campaniforme inciso que predominam largamente, apresentando-se mesmo como exclusivas; a estes, soma-se o sítio da Cerca dos Jerónimos, em encosta voltada para o Tejo, publicado por Vergílio Correia

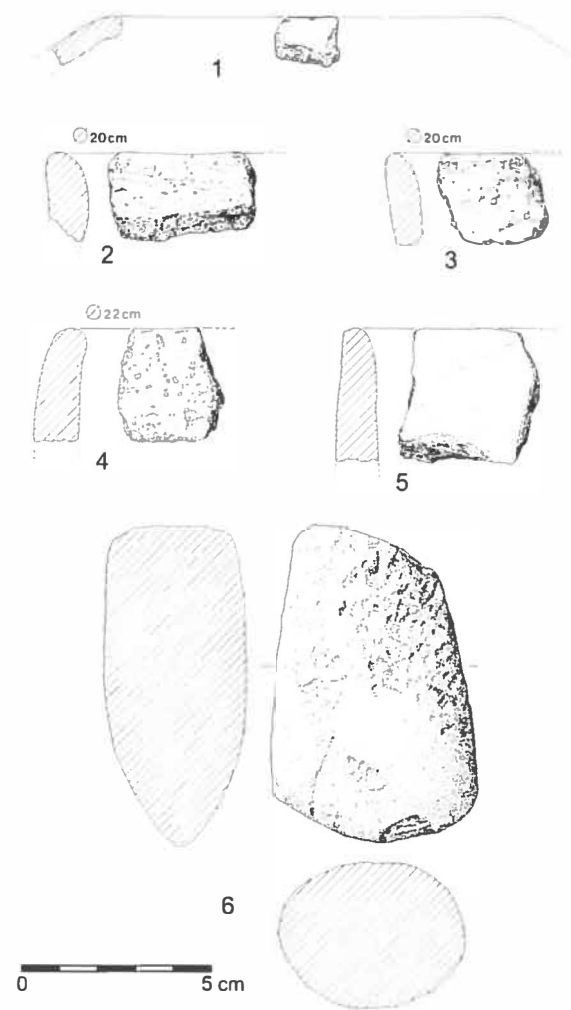


Fig. 16 Materiais da Cerca dos Jerónimos. Museu Nacional de Arqueologia.

(Correia, 1913), que reproduz diversos fragmentos campaniformes incisados, ficando por saber se tais decorações eram ali exclusivas e quais os tipos de cerâmicas lisas que as acompanhavam, sendo certo que parece estar também representada a Idade do Bronze (*op.cit.*, Fig. 4). Mais tarde, Luís Chaves dedicou um estudo a esta estação pré-histórica (Chaves, 1937), reproduzindo-se na Fig. 16, conjunto até ao presente inédito de cerâmicas lisas e um machado, de época neolítica e/ou calcolítica, conservados no Museu Nacional de Arqueologia.

Aos materiais campaniformes acima aludidos, juntam-se os recolhidos na Praça da Figueira aquando da construção do Metropolitano de Lisboa (Cardoso & Carreira, 1997).

Assim, vista globalmente, a ocorrência de cerâmicas campaniformes, nuns casos, indica a reocupação de encostas, como a de Vila Pouca, ou a da Cerca dos Jerónimos; noutros, foram as colinas calcárias, como a de Sete Moínhos e de Montes Claros, ou basálticas, como o Alto das Perdizes, as escolhidas como locais de estacionamento; enfim, está documentada a ocupação de zonas ribeirinhas, como a Junqueira e a Praça da Figueira. Esta diversidade de tipos de ocupação tem paralelos nas áreas limítrofes do concelho de Lisboa, como é o caso do já referido Alto da Cabreira, Amadora (França, 1949 a) e do Alto dos Barrinhos, Oeiras (Carreira, Cardoso & Lopes, 1996), dominando o fértil vale da ribeira de Algés, ambos correspondendo a colinas basálticas. Tais elevações dominam zonas planas, ou suaves encostas, onde se identificaram, como acima se disse, testemunhos da presença de pequenos grupos portadores de cerâmicas campaniformes incisas, como é o caso do Monte do Castelo, Oeiras (Cardoso, Norton & Carreira, 1996). Idêntica estratégia de ocupação se observa na vasta plataforma a norte da serra de Sintra, onde a implantação em sítios altos, como o povoado do Alto do Montijo (Cardoso & Carreira, 1996), se articula com a ocupação de zonas planas, ocupadas *ex-novo* ou, tal qual o verificado nos sítios lisboenses supra mencionados, com presenças anteriores, do Neolítico Final, como é o caso de Casas Velhas, Mafra (Carreira & Lopes, 1994).

Menos frequentemente, optou-se por uma ocupação ribeirinha, nos terrenos planos marginais do estuário do Tejo, de que é exemplo a estação da Junqueira, cuja ocupação campaniforme tardia foi, igualmente, antecedida de uma presença do Neolítico Final, tão discreta quanto aquela. Os escassos materiais campaniformes da Praça da Figueira sugerem, também, tal tipo de presença, de carácter fortuito. Pode, pelo exposto, concluir-se que o período terminal do ciclo campaniforme se encontra relativamente bem representado na área da cidade de Lisboa, relacionando-se os diversos tipos de implantação com a estratégia de exploração agro-pecuária adoptada, procurando-se, com tão assinalada diversidade e dispersão demográfica, potenciar ao máximo as capacidades produtivas

desta tão fértil região.

Note-se, em abono desta conclusão, que a correlação entre as capacidades de uso do solo e a localização das ocorrências conhecidas, indica um despovoamento das zonas norte e oriental da área concelhia – tal qual o observado no Paleolítico, mas por razões distintas – ocupadas por terrenos muito mais pobres, de idade terciária, realidade que se acentua, como seria de prever, a partir do início do Neolítico.

Em toda a vasta região a oeste de Lisboa, sobressai, pela importância, o povoado de Montes Claros, de onde provém um notável conjunto de produções campaniformes tardias, englobáveis no já referido “Grupo inciso”, que fazem deste sítio o mais representativo desta etapa cronológico-cultural da notável região campaniforme que é a Baixa Estremadura (Harrison, 1977; Cardoso & Carreira, 1995), embora, excepcionalmente, se encontrem representantes do “Grupo internacional”, atestados pela presença do vaso marítimo, decorado a ponteados, como um exemplar recolhido aquando do levantamento arqueológico do parque de Monsanto (Fig. 17).

Assim, as necessidades de visibilidade assumiam grande importância na escolha dos locais de implantação dos principais núcleos campaniformes tardios, a que se somariam as necessidades defensivas, patentes em alguns sítios campaniformes da região, como o povoado fortificado de Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (Cardoso & Caninas, 2010).

Embora fosse conhecida, de há muito, a coexistência em estratigrafia, noutros povoados fortificados da Baixa Estremadura, como o da Rotura (Setúbal) e o da Penha Verde (Sintra), de produções de origem local, pré-campaniformes, com produções campaniformes, representadas pelo Grupo Internacional, atestando a maior antiguidade deste Grupo face aos restantes (“Grupo Palmela” e “Grupo Inciso”), tais presenças correspondiam, invariavelmente, ao declínio da ocupação desses sítios fortificados (Cardoso, 2007 b). Deste modo, o povoado de Moita da Ladra possui grande importância, por vir documentar a continuidade da fortificação de certos locais particularmente estratégicos ao domínio da circulação de bens pessoais,

apesar de a tendência, então generalizada, fosse a do desinvestimento na manutenção das fortificações anteriormente edificadas, e muito menos a da sua construção *ex-novo*, como é o caso. Com efeito, o povoado de Moita da Ladra, implantado no topo



Fig. 17 Fragmento inédito de vaso campaniforme marítimo decorado a ponteados, de Montes Claros (recolhas realizadas no âmbito do levantamento arqueológico do Parque Florestal de Monsanto, em 1986, pelo signatário e J. A. Severino Rodrigues).

de uma chaminé basáltica, domina o vasto estuário interior do Tejo, controlando uma das vias que atravessavam transversalmente a península de Lisboa, pondo em contacto o vasto "mar interior" e os territórios do além-Tejo, com o litoral oceânico ocidental, por seu turno pontuado por diversos povoados, como o Zambujal (Torres Vedras).

Em conclusão: os dados actualmente existentes permitem concluir que a segunda metade do terceiro milénio a.C. foi, na Baixa Estremadura, um tempo de desinvestimento na manutenção dos povoados fortificados calcolíticos, que tinham assumido anteriormente grande importância. Aquando da eclosão do "fenómeno" campaniforme, tais sítios assistiram à miscigenação de produções cerâmicas de tradição anterior com as produções campaniformes mais antigas, representadas pelo Grupo Internacional, onde pontifica o vaso "marítimo", observando-se, excepcionalmente, a edificação de povoados fortificados, em locais estratégicos; depois, com o acentuar do declínio e conseqüente abandono daqueles outrora importantes núcleos populacionais, assistiu-se à multiplicação de pequenos sítios domésticos, implantados em encostas suaves, de base familiar, em estreita ligação com uma intensa actividade agro-pastoril, acompanhados

da instalação, no topo de colinas, de povoados de maior importância, que denunciam a ocupação hierarquizada do fértil território imediatamente a norte do estuário do Tejo, prenunciando o modelo de povoamento que, posteriormente, ali viria a ser também adoptado no final da Idade do Bronze, cerca de mil anos depois.

Achados fortuitos de materiais neolíticos ou calcolíticos

Sem que se possam atribuir a verdadeiros núcleos de povoamento, mas apenas a estacionamentos episódicos e esporádicos, podem referir-se ainda algumas ocorrências arqueológicas da área citadina, ou da sua envolvência imediata.

Em 1918, Félix Alves Pereira deu a conhecer a recolha de sílices talhados numa excursão efectuada à área do Lumiar: trata-se de local elevado, o chamado "Alto dos Pinheiros", sobranceiro ao Paço do Lumiar, cuja descoberta, efectuada na companhia de Joaquim Fontes, foi impressivamente registada por aquele grande arqueólogo (Pereira, 1918). Anos mais tarde, o seu então jovem companheiro de jornada retomou o estudo desta estação, e, ao referir-se a novas descobertas efectuadas na Quinta do Paço (recreio do Colégio Manuel Bernardes), o qual dista cerca de 200 m do local anteriormente assinalado, correspondendo ao sopé do referido outeiro, concluiu que se tratava de uma única estação, já que, entre as duas áreas em causa, também lhe foi possível recolher diversos artefactos. Tendo presente a respectiva tipologia, trata-se de materiais neolíticos e/ou calcolíticos, tal como já o havia concluído F. Alves Pereira (Fontes, 1947 b).

Aquando da abertura da Avenida dos Estados Unidos da América, em sedimentos miocénicos, E. Prescott Vicente e F. Bandeira Ferreira tiveram a oportunidade de recolher, em 1953, um conjunto lítico, aparentemente homogéneo, mencionado pela primeira vez em 1960, mas jamais publicado, do qual faziam parte fragmentos cerâmicos mais ou menos grosseiros (Amaral, 1960). Desse conjunto de setenta e um exemplares, representa-se, na **Fig. 18**, selecção dos mais representativos.

Importa, a terminar, mencionar achados isolados, realizados no subsolo da cidade, no decurso

de obras ou de achados fortuitos, que só o facto de ocorrerem na capital do País torna dignos de menção ou de publicação. Um dos mais expressivos exemplos deste tipo de publicações é a que foi produzida sobre um artefacto de silex, aliás incharacterístico e de época indefinida, encontrado no quintal da habitação do ilustre olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, na Rua de S. Domingos á Lapa, em Lisboa (Jalhay, 1947). O mesmo autor menciona achados paleolíticos em outros locais da cidade, cujas ocorrências mais relevantes foram já objecto de menção anterior, remetendo-se o leitor para a bibliografia por ele publicada em co-autoria com A. do Paço (Jalhay & Paço, 1941).

Além das ocorrências citadas, devem referir-se,

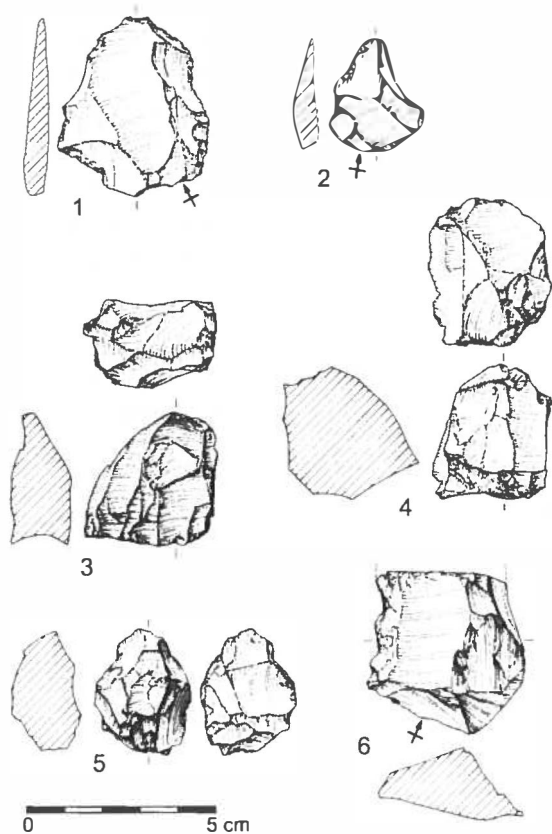


Fig. 18 Materiais neo/calcolíticos da Av. dos Estados Unidos da América. Museu Nacional de Arqueologia.

entre os achados isolados, diversos artefactos de pedra polida. Compreende-se o destaque dado a este tipo de peças, já pela carga cognitiva e simbólica

que eles ainda representavam para as populações, mesmo citadinas, de há uma ou duas gerações, por constituírem o mais expressivo exemplo do artefacto pré-histórico. Assim se explica o especial apreço que J. Leite de Vasconcelos declaradamente votava a um machado encontrado em quintal de uma casa contígua à que vivia, em Campolide: “Já por ser de Lisboa, já pelo local do aparecimento, tenho este machado em especial apreço” (Vasconcelos, 1937, p. 10), ele, que, ao longo da sua vida tinha visto milhares de peças análogas, além de outras manifestações pré-históricas, de longe mais relevantes que este humilde testemunho, que ciosamente guardava em sua casa. Outro machado a que o próprio faz referência e reproduz (op. cit. Fig. 4), provém do Chafariz d’El Rei, conservando-se no Museu Nacional de Arqueologia (Fig. 19). Ali apareceu, em 1907, tendo sido oferecido a Leite de Vasconcelos, que por sua vez o depositou no Museu que então dirigia (Vasconcelos, 1937, p. 10), onde foi desenhado. Naquele museu existe um outro, que se crê inédito, proveniente de Telheiras (Fig. 20). Também inédita, segundo se julga, é a enxó espalmada de anfíbolito e completamente polida, igualmente conservada naquele Museu desde 1919, proveniente da sacristia da Capela de S. José dos Carpinteiros (Fig. 21). Desconhece-se, no entanto, as condições do achado.

Há ainda uma referência a machado de pedra polida oriundo do Castelo de S. Jorge, encontrado aquando das obras ali levadas a cabo pela extinta DGEMN (Viana & Zbyszewski, 1946, p. 179).

Cabe ainda dentro desta categoria de achados, a bem conhecida placa de xisto com decoração antropomórfica, dada como recolhida na antiga Quinta da Farinheira, em Chelas, no decurso da exploração de areeiro (Zbyszewski, 1957). Ainda que nada nos impeça de aceitar tal proveniência, até porque terá sido o próprio achador que a comunicou ao autor da publicação referida, faltam outros elementos essenciais para a compreensão e conveniente integração arqueológica do achado, só por si notável, dada a semelhança existente com outra placa recolhida em sepulcro megalítico da provincia de Huelva, como já então tinha sido devidamente assinalado. Com efeito, a absoluta identidade entre a decoração

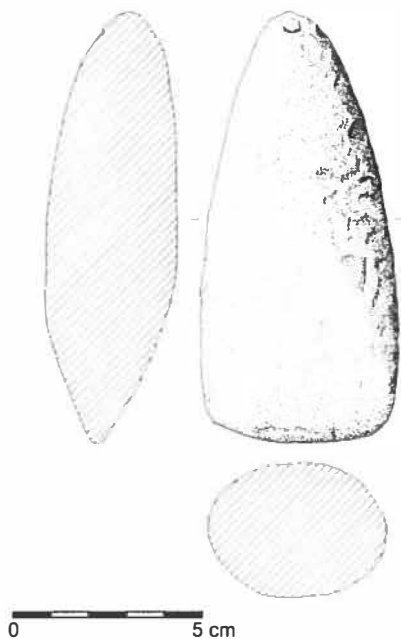


Fig. 19 Machado de pedra polida do Chafariz d'El Rei. Museu Nacional de Arqueologia.

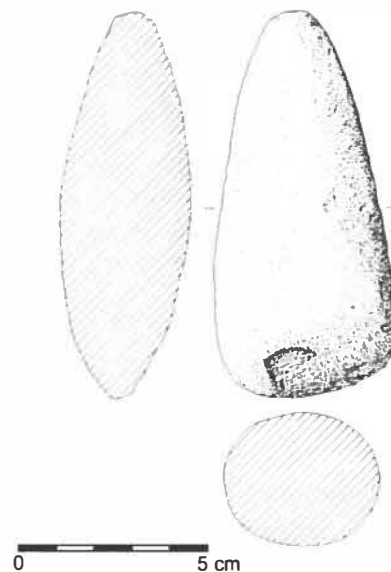


Fig. 20 Machado de pedra polida de Telheiras. Museu Nacional de Arqueologia.

das duas faces de ambas as placas, correspondente á representação da divindade feminina calcolítica, faz crer que saíram da mesma mão, ou que, pelo menos, quem fez uma tinha conhecimento directo da outra. Esta conclusão encontra-se sublinhada pela raridade da representação tal como ela se encontra patente, rica e complexa, ainda assim com um outro paralelo próximo na placa do dólmen de Cabacinhos (ou Cabacinhitos) Évora (Pina, 1971), sugerindo que a difusão de ideias, corporizadas pelos próprios artífices, ou pela circulação das suas obras – neste caso expressas em artefacto simbólico – seria, à época, uma realidade com larga amplitude geográfica, abarcando a Andaluzia ocidental, o Alto Alentejo e a Estremadura portuguesa (Cardoso, 2002, 2007).

De época indefinida é a sepultura estruturada com lajes de pedra, onde jazida um esqueleto em decúbito dorsal, encontrada ocasionalmente na Tapada da Ajuda, aquando da abertura de um caminho (Silva, 1879, p. 177). A falta de qualquer espólio, a não ser uma ponta de sílex, encontrada ao lado do crânio, torna difícil atribuir a ocorrência a uma época definida, sendo, no entanto, menos compatível, pela arquitectura, com a hipótese de se



Fig. 21 Enxó de pedra polida da sacristia da capela de S. José dos Carpinteiros. Museu Nacional de Arqueologia.

tratar de sepulcro da transição do Calcolítico para o Bronze Inicial, corporizada na região pelo chamado Horizonte de Montelavar (Cardoso, 2002, 2007), do que com sepultura medieval, hipótese que se considera mais provável.

O Bronze Final

O registo arqueológico volta a estar presente a

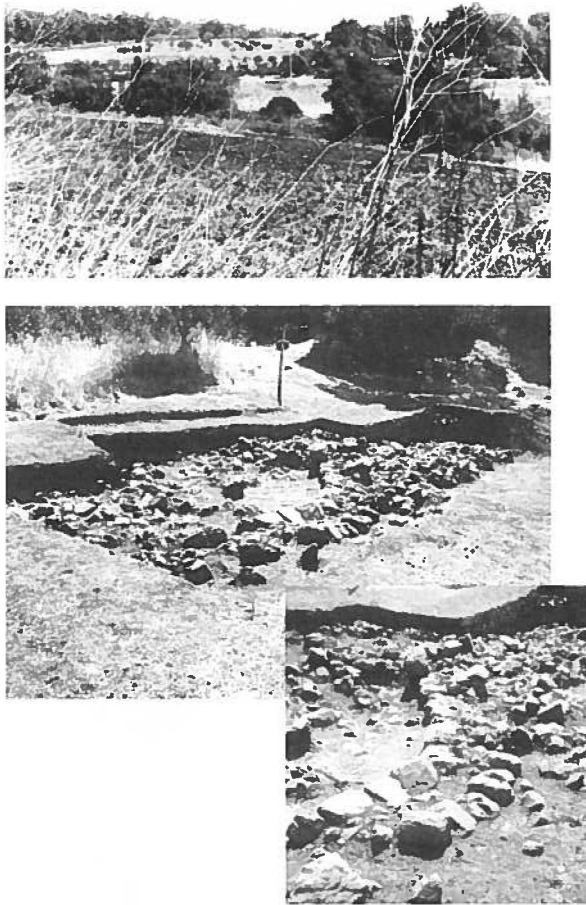


Fig. 22 Localização no terreno da estação da Idade do bronze da Tapada da Ajuda (no centro, ao fundo) e duas vistas parciais das escavações realizadas, evidenciando-se embasamento de cabana de planta elipsoidal, constituída por muro definido por uma dupla fiada de blocos basálticos. Fotos do signatário.

partir de meados da segunda metade do II milénio a.C., correspondendo aos primórdios do Bronze Final, fase cultural que se prolonga nesta região até ao século IX a.C. ou inícios do seguinte. Com efeito mercê da elevada aptidão agrícola dos solos basálticos – agora de novo preferidos, mas por outros motivos, dos que explicaram a sua intensa frequência pelos bandos de caçadores-recolectores do Paleolítico Inferior e Médio – assistiu-se, ali, tal como se tinha observado no final do Calcolítico, à multiplicação de núcleos de carácter familiar, ou de pequenos povoados abertos, dedicados à exploração agro-pastoril intensiva e extensiva, ao longo de todo o ano.

Até o presente, o sítio melhor conhecido é o povoado da Tapada da Ajuda, Lisboa. Implantava-se em encosta de declive suave, entre 100 e 115 m de altitude, voltado a Sul, para o estuário do Tejo, que se descortina do local, e na imediação de linha de água, que nele desaguava. A comunidade ali sediada, habitando casas de embasamento de alvenaria irregular, constituídas por blocos basálticos de planta elipsoidal (**Fig. 22**) – as quais possuem antecedentes locais, constituídos pelas cabanas campaniformes de Leceia – dedicava-se à criação de animais domésticos (ovinos, bovinos e suínos), à recolção intensa de moluscos e à pesca, no estuário adjacente, e, excepcionalmente, à caça do veado (Cardoso *et al.*, 1986). Porém, a actividade económica mais importante era a produção cerealífera, expressivamente documentada pelas centenas de elementos denticulados de foices, sobre lascas de sílex, montados em cabos de madeira, também abundantes noutros povoados da região de Oeiras (**Fig. 23**). O volume potencial das produções (talvez sobretudo de trigo) ultrapassaria certamente as necessidades de consumo desta comunidade, ali sediada desde o século XIV a finais do século XII a.C., segundo a análise estatística das cinco datas de radiocarbono obtidas. Deste modo, a laboriosa, sedentária e pacífica população deste e de outros sítios, inventariados na região (Cardoso, 2004), só poderá ser cabalmente compreendida se integrada numa estrutura sócio-económica organizada à escala regional, articulada em núcleos demográficos mais importantes, certamente estabelecidos em locais altos e defensáveis, onde viveriam as elites, a partir dos quais administravam territórios bem delimitados: em um destes territórios se integraria a Tapada da Ajuda, ainda que tal não possa situar-se na colina do castelo de S. Jorge, como seria tentador admitir à primeira vista, dado que ali os mais antigos vestígios encontrados, no decurso das extensas escavações recentemente realizadas, remontam à Idade do Ferro (Serra, 2008).

Uma coisa é certa: que este modelo de exploração intensiva da terra se prolongou até fase tardia do Bronze Final é-nos indicado pelas datas de radiocarbono obtidas no casal agrícola da Quinta do Percevejo, Almada, sugerindo ocupação dos

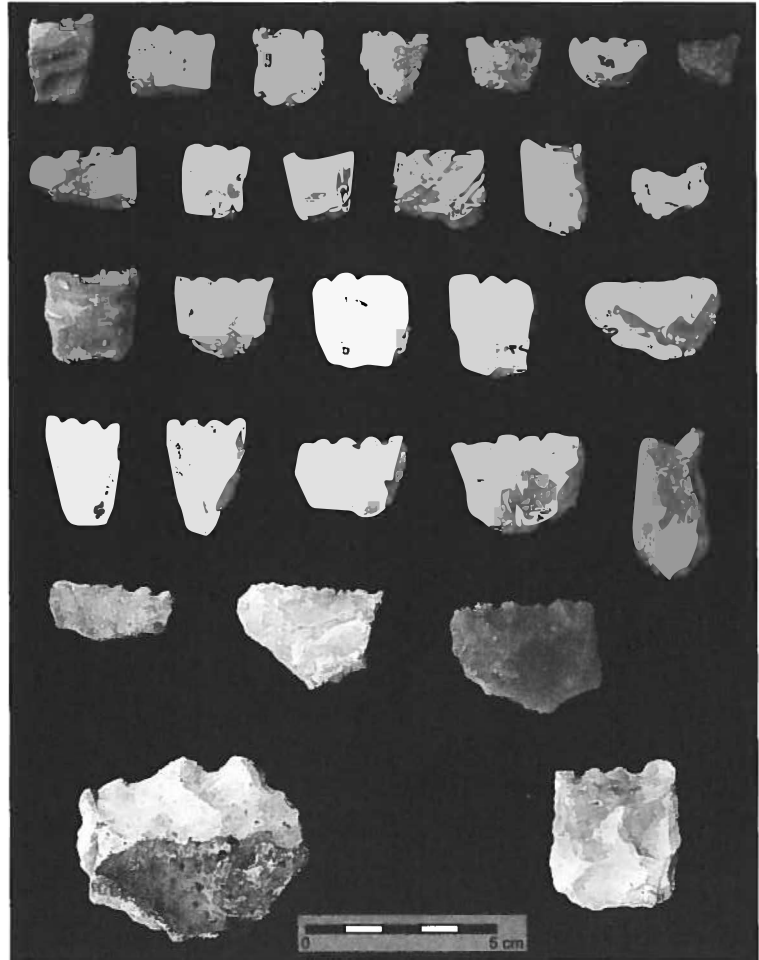


Fig. 23 Elementos de foice com bordo serrilhado, da estação da Idade do Bronze da Tapada da Ajuda. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

séculos XI/X a.C (Barros, 2000), e no povoado do Cabeço do Mouro, Cascais (Cardoso, 2006), no sopé do qual se explorou um silo ulteriormente reaproveitado como lixeira. A época da utilização daquela estrutura para um intervalo de confiança de cerca de 95 %, foi situada entre 972-957 e 940-798 cal BC (Cardoso, 2006), sendo portanto coeva da anterior.

Haveria, deste modo, uma estrutura de poder político emergente, no seio de cada conjunto de casais agrícolas ou pequenos povoados, implantados directamente nas áreas agrícolas, unidos certamente por laços de parentesco. Assim sendo, a emergência de povoados de altura na região, no decurso do Bronze Final – fenómeno também observado noutras regiões – é indissociável da afirmação de centros de poder económico-político, exercido pelas elites sediadas em tais locais, cuja presença se afigura necessária para a gestão interna dos

centros demográficos de maiores dimensões, como alguns do Alto e do Baixo Alentejo (Alarcão, 1996). Recorde-se, por outro lado, que a presença de elementos com uma posição social privilegiada e distinta no seio da comunidade, ocupando o Monte do Frade (Penamacor), entre os séculos XII/XI e IX a.C., foi recentemente admitida, na sequência da reinterpretação do sítio (Vilaça, 1997), ainda que tal presença tivesse expressão limitada, pois correspondia simplesmente a uma cabana, onde só poderiam instalar-se poucas pessoas de cada vez.

Na área em estudo, existem locais com estas características, correspondendo a diversas elevações isoladas na paisagem, cuja ocupação é cronologicamente comparável à daquele povoado (apesar de não se disporem de quaisquer elementos cronométricos): salientam-se os povoados do Penedo de Lexim, Mafra (Kalb, 1980; Sousa, 2010), da Penha

Verde, Sintra (Cardoso, 2010 b, e o castro da Ota, Alenquer (Barbosa, 1956), que anteriormente conheceram importantes ocupações calcólicas; o Cabeço de Moinhos, Mafra (Vicente & Andrade, 1971); o Castelo dos Mouros, Sintra (Cardoso, 1997/1998); o Cabeço do Mouro, Cascais (Cardoso, 1991) e o Monte da Pena, Torres Vedras (Madeira *et al.*, 1972). Pelo menos em cinco deles foram recolhidos fragmentos de cerâmicas finas, com ornatos brunidos, os quais, para além de se poderem associar ao quotidiano das elites, configuram uma etapa mais tardia do Bronze Final regional, situável entre os séculos XII/XI e IX a.C. (Bronze Final II), compatível com a cronologia dos povoados de altura do Bronze Final da Beira Interior, onde também se recolheram fragmentos de tais cerâmicas. Com efeito, na Tapada da Ajuda, que é o único povoado datado por radiocarbono no Bronze Final I, não se recolheu nenhum fragmento destas cerâmicas, apesar dos milhares de elementos compulsados (Cardoso & Silva, 2004).

Enfim, em diversos locais do casco antigo de Lisboa, ou nas regiões periféricas, recolheram-se materiais da Idade do Bronze, os quais, porém, não se comparam à importância da evidência recolhida na Tapada da Ajuda, pois trata-se de achados isolados; é o caso dos seguintes achados:

- elemento de foice, acompanhado de alguns elementos cerâmicos da área do quartel dos Bombeiros de Monsanto (Fig. 6);

- fragmentos cerâmicos recolhidos em São Domingos de Benfica (Fig. 7);

- elemento de foice, acompanhado de alguns fragmentos cerâmicos, recolhidos no Moinho das Cruzes (Fig. 8);

- fragmentos da Idade do Bronze recolhidos na Praça da Figueira aquando da construção do Metropolitano de Lisboa (Cardoso & Carreira, 1997, Fig. 2);

- fragmento de um vaso em forma de saco, de paredes verticais e bordo simples, recolhido no Alto de Santa Catarina (Fig. 24), conservado inédito no Museu Nacional de Arqueologia, que poderá ser da Idade do Bronze, dados os estreitos paralelos que detêm com produções análogas da Tapada da Ajuda (Cardoso & Silva, 2004).

Importa, ainda, recordar a atribuição a esta época de cerâmicas do povoado do Alto das Perdizes, a par de materiais da Idade do Ferro (França, 1949 a).



Fig. 24 Fragmento de vaso cilíndrico, de bordo simples, do Alto de Santa Catarina. Museu Nacional de Arqueologia.

Em conclusão: com a afirmação da hierarquização social, ao longo do Bronze Final, a região da Baixa Estremadura e, em particular a de Lisboa, atingia as condições adequadas para o sucesso da empresa fenícia, corporizada pela chegada dos primeiros comerciantes e navegadores oriundos daquela região ou, mais provavelmente, da cidade de Gades (Cadiz), logo nos albores do século VIII a.C. ou ainda nos finais do século anterior, conforme indicam as datas absolutas obtidas em Almaraz, Almada (Barros & Soares, 2004). Associam-se assim as elites indígenas do Bronze Final como interlocutoras válidas dos recém-chegados, aliás antecedidas por outros grupos de comerciantes que, em pleno Bronze Final e com origem no Mediterrâneo central, possuíam idênticos intuitos, corporizando o designado período pré-colonial: é isso que indica, claramente, o recente achado de cerâmicas de origem sarda do Bronze Final e gregas arcaicas na região de Cádiz e, em contrapartida, a existência de machados de alvado com dois anéis e de foices de tipo Rocanes, casal agrícola do Cacém, Sintra (Fontes, 1916), no celebre depósito do Monte Sa Idda, Cagliari Sardenha (Cardoso, 1999/2000, Fig.

12). A colonização agrícola das férteis terras basálticas que envolvem a cidade de Lisboa, procedeu-se, no decurso de um segundo momento da Idade do Ferro, seguindo exactamente o modelo adoptado no Bronze Final, através de pequenas explorações de raiz familiar (Cardoso & Carreira, 1993), coevas da emergência do importante centro comercial de Olisipo, onde a ocupação do morro do castelo se articulava com a da parte baixa, junto aos esteiros do Tejo, na origem directa da actual cidade de Lisboa e da sua vocação comercial e marítima.

Agradecimentos

Ao Dr. Luís Raposo, Director do Museu Nacional de Arqueologia por ter autorizado o estudo dos espólios arqueológicos ora publicados.

A Bernardo Ferreira e a Filipe Martins por terem realizado os desenhos que ilustram este trabalho.

Ao Doutor António Faustino Carvalho, pelas informações sobre as cerâmicas do Neolítico Médio dos sítios do Maciço Calcário Estremenho por si explorados, e em parte ainda inéditos.

Ao Dr. Paulo Almeida Fernandes, por ter esperado pela conclusão deste trabalho.

Referências Bibliográficas

Nota: não se pretendeu apresentar a bibliografia exaustiva sobre a Pré-História de Lisboa, mas tão-só a mais importante, como convinha a trabalho de síntese como este.

ALARCÃO, J. de (1996, coord.) – *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ALMEIDA, A. Marques de (1953) – Estação arqueológica dos arredores de Lisboa, nas Terras do Pita, à Palhavã, hoje dentro da cidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 2, p. 284.

AMARAL, I. M. (1960) – *Lisboa, contribuição para o estudo das origens*. Lisboa: FLUL (dissertação de licenciatura não publicada).

ANGELUCCI, D. E.; SOARES, A. M.; ALMEIDA, L.; BRITO, R. & LEITÃO, V. (2007) – Neolithic occupation and mid-Holocene soil formation at Encosta de Sant'Ana (Lisbon, Portugal): a geoarchaeological approach. *Journal of Archaeological Science*. 34, p. 1641-1648.

BARBOSA, E. (1956) – O castro da Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3, p. 75-85.

BARROS, L. (2000) – *O fim do Bronze a Idade do Ferro no território de Almada*. Lisboa: FLUL (dissertação de mestrado não publicada).

BARROS, L. & SOARES, A. M. Monge (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 333-352.

BORDES, F. (1950) – Principes d'une méthode d'étude des techniques de débitage et de typologie du paléolithique Ancien et Moyen. *L Anthropologie*. Paris. 54.

BREUIL, H. (1918) – Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 27/28, p. 34-39.

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. I. Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações, 23).

CARDOSO, Fonseca (1895) – Nota sobre uma estação chelleana no valle d'Alcantara. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto. 3, p. 10-21.

CARDOSO, G. (1991) – *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, J. L. (1987) – No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. *Arqueologia do Vale do Tejo*. Lisboa: IPPC, p. 69-80.

CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder* (S. Oliveira Jorge, coord.). Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 88.

CARDOSO, J. L. (1996) – Materiais arqueológicos inéditos do povoado de Carnaxide. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 27-45.

CARDOSO, J. L. (1997/1998) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 169-187.

CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso do Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 355-413.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12, p. 17-332.

CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (1), p. 21-46.

CARDOSO, J. L. (2007 a) – As cerâmicas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.

CARDOSO, J. L. (2007 b) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

CARDOSO, J. L. (2010 a) – O Neolítico Antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos cinco anos. *Workshop The last hunter-gatherers and the first farming communities in the south of the Iberian peninsula and north of Morocco*. Actas. Faro: Universidade do Algarve (em publicação).

CARDOSO, J. L. (2010 b) – A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18 (em publicação).

CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2010) – O povoado calcítico fortificado de Moita da ladra (Vila Franca de Xira). Colóquio Internacional "Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal 3500 a 2000 a.n.e." (Cascais, Outubro de 2005). Actas: Câmara Municipal de Cascais (no prelo).

CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. ([1991]1993) – Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Méditerranée*. Lisboa. 2, p. 193-206.

Germania. 58, p. 25-59.

KUNST, M. (1996) – As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 257-287.

MADEIRA, J. L. et al. (1972) – Achados da Idade do bronze no Monte da pena (Barro/Torres Vedras). – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, p. 207-218.

MOITA, I. (1967) – Povoado neolítico de Vila Pouca (serra de Monsanto). *Revista Municipal*. Lisboa. 112/113, p. 49-58.

MOITA, I. (1994) – Origens pré e proto-históricas. *O Livro de Lisboa* (I. Moita, coord.). Lisboa: Livros Horizonte, p. 25-31.

MURALHA CARDOSO, J. (1988) – Carta arqueológica do concelho de Lisboa. Lisboa – *Revista Municipal*. Lisboa. Série II, 23, p. 3-15; 24, p. 3-25.

MURALHA, J. & COSTA, C. (2006) – A ocupação neolítica da Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 2004)*. Actas. Faro: Universidade do Algarve, Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica, p. 157-169 (Promontoria Monográfica, 04).

OLLMIER, J. (1951) – Industries anciennes du paléolithique d'Amadora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 1, p. 63-82.

PAÇO, A. do (1934) – Carta paleolítica e epipaleolítica de Portugal. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. 1, p. 43-47.

PAÇO, A. do (1940) – Revisão dos problemas do Paleolítico, Mesolítico e Asturiense. *Congresso do Mundo Português*. Lisboa. 1, p. 129-158.

PEREIRA, F. Alves (1918) – Antiquitus. *O Arqueólogo Português*. 23, p. 48/74.

RAPOSO, L.; CARREIRA, J. R. & PENALVA, C. (1985) – A indústria mustierense de Santana (Monsanto). *I Reunião do Quaternário Ibérico (Lisboa, 1985)*. Actas: Grupo de Trabalho Português para o Estudo do Quaternário. 1, p. 91-100.

PINA, H. L. (1971) – Novos monumentos megalíticos do distrito de Évora. *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Junta Nacional da Educação. 1, p. 151-162.

ROCHE, J.; FERREIRA, O. da Veiga & ZBYSZEWSKI, G. (1959) – Deux stations préhistoriques des environs de Lisbonne: Vila Pouca et Pinhal da Charneca. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 89-103.

SERRA, S. (2008) – *Castelo de São Jorge. Núcleo museológico*. Lisboa: EGEAC, E.M.

SERRÃO, E. da Cunha (1975) – Contribuições arqueológicas do sudoeste da Península de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 199-225.

SERRÃO, E. da Cunha & MARQUES, G. (1971) – Estrato pre-campaniforme da Lapa do Fumo. *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Junta Nacional da Educação, 1, p. 121-142.

SILVA, J. da (1879) – Tumulo da Idade da Pedra. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Série II, 2 (11), p. 177.

SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1974/1977) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 101-112.

SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1986) – *Arqueologia da Arrabida*. Lisboa: SNPRCN (coleção Parques Naturais 15)

SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do*

Neolítico Final e Calcolítico da península de Lisboa. 2 vols. Lisboa: FLUL (tese de doutoramento não publicada).

VALERA, A. (2006) – O Neolítico da desembocadura do paleoestúário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares. *Era Arqueologia*. Lisboa. 7, p. 86-108.

VASCONCELOS, J. Leite de (1922) – Descobridores de Monsanto. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 25, p. 178-180.

VASCONCELOS, J. Leite de (1937) – Lisboa arcaica. Da Idade da Pedra à Reconquista Cristã. *Boletim Cultural e Estatístico*. Lisboa. 1 (2). Separata de 17 p.

VAULTIER, M. & ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Estação pré-histórica da Junqueira. *Lisboa e seu termo. Estudos e documentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 9-33.

VIANA, A. & ZBYSZEWSKI, G. (1946) – Nota acerca de descoberta de uma indústria pré-histórica no Castelo de S. Jorge. *Brotéria*. Lisboa. 42, p. 179-184.

VICENTE, E. Prescott & Andrade, G. M. (1971) – A estação arqueológica do Cabeço dos Moinhos. Breve notícia. *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Junta Nacional de Educação. 2, 223-238.

VILAÇA, R. (1997) – Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor). *Conimbriga*. Coimbra. 36, p. 27-44.

ZBYSZEWSKI, G. (1957) – Comparaison entre une plaque de schiste gravée de Lisbonne et une autre de la province de Huelva. Lisboa. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 459-463.

ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1985) – O Paleolítico do antigo campo de aviação da Amadora. *Arqueologia*. Porto. 12, p. 56-70.

ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1987) – O Paleolítico da jazida de Linda-a-Pastora. *Da Pré-História à História. Volume de Homenagem a O. da Veiga Ferreira*. Lisboa: Delta, p. 111-152.

ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1988 a) – Três estações paleolíticas da serra de Monsanto – Tapada da Ajuda; Moinho da Carrasqueira; Moinho das Cruzes. *Revista Municipal*. Lisboa. Série II, 26, p. 3-44.

ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1988 b) – O Paleolítico de Borel-Horta (Amadora). *Arqueologia*. Porto. 18, p. 29-52.

ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1992) – Le Paléolithique du gisement de Casal da Serra (Amadora). *Mediterrâneo*. Lisboa. 1, p. 221-230.

ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. 2 vols. Lisboa: Colibri.

Castelo Belinho (Portimão, Algarve) a mais antiga aldeia do Sudoeste Peninsular (V milénio A.C.)

*Mário Varela Gomes*¹

Abstract

The excavation of an Islamic structure named Castelo Belinho led to the identification of the first Extreme Southwest Iberian Neolithic village. The settlement strategy shows complete sedentariness; located on high ground with some natural defences, from where a vast area of territory could be controlled, surrounded by productive agricultural lands and pastures though not far from the ocean, a distance an individual could travel in a day.

Longhouses, constructed with wodden posts identified by holes in the ground, grain storage pits, cobbled hearths, ritual and funerary pits for inhumation, were the architectural elements found, all presenting a large variety of forms.

¹Vice-presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061, Lisboa; mv.gomes@fcsh.unl.pt).

O presente texto corresponde à comunicação feita pelo autor à Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 12 de Abril de 2007 e a convite do Doutor António Monge Soares, presidente daquela.

Twelve ¹⁴C analyses indicate a second half of the 5th millennium settlement. The material culture is composed of knapped flint and pecked/polished stone artefacts, pottery and shell adornments.

Castelo Belinho's population was completely neolithized, practising a successful food production economy based on agriculture and animal husbandry, primarily goats but also sheep and cattle.

Significant social differences and hierarchy are especially detected through the house and mortuary pits dimensions or through the commodities placed with the deceased.

Fourteen graves, twelve of them single, some in pits and others in silos, displayed clear ritual polymorphism. Nine of the inhumed bodies were adults and three were children aged between five and eight. It was not possible to ascertain the ages of the others. Three of the adults were males.

Some graves contained evidence of material culture, artifacts of flaked or pecked/polished stone and ceramics, and in one of them, exceptionally, the buried individual wore eleven bracelets made of *Glycymeris bimaculata* (Poli, 1795) on each arm.

1. Um sítio dissimulado

Os testemunhos arqueológicos, estruturas e artefactos considerados como pertencendo a aldeia neolítica jaziam, em grande parte, sob edificação islâmica, actualmente denominada Castelo Belinho. Esta não se encontra mencionada em textos daquele período ou nos referentes à tomada cristã de Silves e de outros castelos das redondezas, ocorrida em 1189 ou na conquista definitiva do Algarve, no reinado de D. Afonso III. Todavia, remonta ao terceiro quartel do século XIII a mais antiga, por ora conhecida, referência ao então Castelo do Ninho, depois do Linho ou Belinho, inserida nas Chancelarias de D. Afonso III (Liv. 1, fl. 131, v. 133). Ali se registou, no ano de 1275, escambo em que o rei cede reguengos ao concelho de Silves, mas reservando para a Coroa os morgados do Castelo do Ninho, Arge e Boina (Botão, 1992, p. 60).

Dois séculos depois, o "Livro do Almoxarifado de Silves" (1474), possivelmente elaborado pelo escrivão Gonçalo Pires e que guarda a Torre do Tombo (A.N.T.T. Núcleo Antigo n.º 298), regista nas folhas

41, 41v e 42, aquele local, na descrição intitulada "*Titulo do reguengo do Castello do Njnho d el Rej que foy dado a Joam Pereira e ora o traz Vicente Simooez*". O "logo que chamam Castello do Njnho" era então um dos limites da terra de sementeira de pão, que o lavrador Martim Giraldez explorava (fl. 41v) (Leal, 1989, pp. 72-75).

Auto de demarcação dos reguengos de Boina e Arge, efectuado em 1552, também refere o vizinho reguengo do Castelo do Ninho, então na posse de Fradique Manuel e Maria de Ataíde, sua mulher (Fonseca, 1988, pp. 6, 7, 24).

Contudo, tanto Frei João de São José, autor de "Corografia do Reino do Algarve" (1577), como Henrique Fernandes Sarrão, na sua "História do Reino do Algarve" (ca 1600), não citam o Castelo do Ninho ou o seu reguengo, pelo que podemos deduzir do então seu pouco interesse económico ou histórico (Guerreiro e Magalhães, 1983).

Documento de 1763 alude, no reguengo do Alvor, a casal denominado Castelo do Linho (Fonseca, 1988, p. 6), evidenciando alteração toponímica e permanência humana junto àquela edificação.

Castello Lindo foi outro topónimo do mesmo lugar, ouvido e utilizado por Estácio da Veiga (1910) na "Carta Archeologica do Algarve-Tempos Historicos", empresa cujos trabalhos de campo decorreram até 1889. No "*Catalogo das Plantas dos Edificios Descobertos na Exploração Archeologica do Algarve e dos Desenhos de Varios Monumentos e Mosaicos que Acompanham as mesmas Plantas- 1877 a 1878*", elaborado por aquele arqueólogo pioneiro, surgia, com o n.º 14, a "Planta do Castello Lindo", levantada pelo capitão Lacerda, documento que se encontra, infelizmente, desaparecido (Machado, 1970, p. 340).

Outra figura tutelar da Arqueologia nacional, José Leite de Vasconcellos, visitou a zona que temos vindo a referir em 1894, tendo recolhido ditado popular onde se chama Castelo Ventoso ao então denominado Castelo do Linho, que diz encontrar-se "... situado num alto, onde se semeia linho, e aparecem alicerces antigos: fica no «morgado» do Reguengo, a uns 4 kilometros de Alcalar." (Vasconcellos, 1917, p. 130).

Carta onde se identificaram os vestígios arqueológicos do concelho de Portimão, indica o Castelo

Belinho como fortificação ou torre e confere-lhe a classificação genérica de árabe, seguindo, aliás, as indicações de Estácio da Veiga (Marques, 1986, p. 58).

Existem, ainda, pequenas referências ao Castelo Belinho, em obras de síntese sobre as fortificações ou o património islâmico do Algarve (Gomes, 1989, p. 33; Magalhães, 2002, pp. 96, 97). Curiosamente, a “*Carta Arqueológica de Portugal- Concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel*”, da responsabilidade do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Marques, 1992, p. 37) refere ruínas de “estrutura quadrangular”, que interpreta, embora com dúvidas, apenas como atalaia.

Pequeno artigo de L. F. Oliveira (1999, pp. 39, 40), dedicado ao Castelo Belinho, denomina-o de “fortim”, cuja principal função seria a observação de vasta área circundante, integrado em estratégia defensiva gizada após a reconquista almoada de Silves, em 1191, propondo-se que tenha sido erguido no primeiro quartel do século XIII. Esta interpretação decorre, principalmente, da conjuntura histórica vivida no período indicado, aliada a parcas informações de carácter arqueológico, nomeadamente às oferecidas pela tipologia arquitectónica das ruínas que se conservam.

O autor antes mencionado, identificou, em visita efectuada ao local, elemento dormente de mó manual, por certo pertencente a episódio cultural bem mais antigo que o concernente à edificação daquela estrutura defensiva (Oliveira, 1999, p. 44, nota 13).

Mais recentemente, foi publicada planta esquemática do Castelo Belinho, atribuindo-se-lhe a função de *hisn*, ou seja de fortificação, com pequenas dimensões, provida de guarnição militar, capaz de controlar importantes vias e territórios, podendo servir de refúgio às populações das alcarias e propriedades agrícolas vizinhas (Gomes, 2002, pp. 122, 123).

Em 1993 o grupo financeiro Espírito Santo adquiriu o Morgado do Reguengo e criou a Imoreguengo, Desenvolvimento e Promoção Imobiliária, S. A., tendo em vista desenvolver projecto turístico de grande qualidade, que incluirá dois golfes, *clubhouse*, lotes para edificação e

dois hotéis. Este empreendimento deveria não só respeitar como conservar e valorizar o património cultural existente na propriedade mencionada, pelo que foi gizado vasto programa, tendo em vista implementar tal decisão, coordenado pelo Dr. Carlos Damas, director do Centro de Estudos de História do Banco Espírito Santo, no qual os trabalhos arqueológicos por nós co-dirigidos se inseriram, dado que foram efectuados em colaboração com Rosa Varela Gomes, a qual tem a seu cargo o estudo dos testemunhos islâmicos.

Aqueles decorreram, no campo, em 2004 e 2005, possibilitando caracterizar correctamente as funções do espaço edificado cujas ruínas chegaram até nós, que não corresponderia a estrutura com carácter militar, mas antes a residência senhorial, com aspecto de fortificação, integrada em domínio agrícola aristocrático (*al-munya*), como identificar os importantes testemunhos de aldeia neolítica dados a conhecer no presente artigo.

2. Localização e ambiente natural

As ruínas da construção conhecida por Castelo Belinho, sob as quais se identificaram as estruturas e os materiais neolíticos, situam-se a 5 km a norte de Portimão, na vasta propriedade denominada Herdade do Reguengo do Alvor ou Morgado do Reguengo. Ela integra, actualmente, o concelho de Portimão, o distrito de Faro, e pertence à freguesia da Mexilhoeira Grande (Fig. 1).

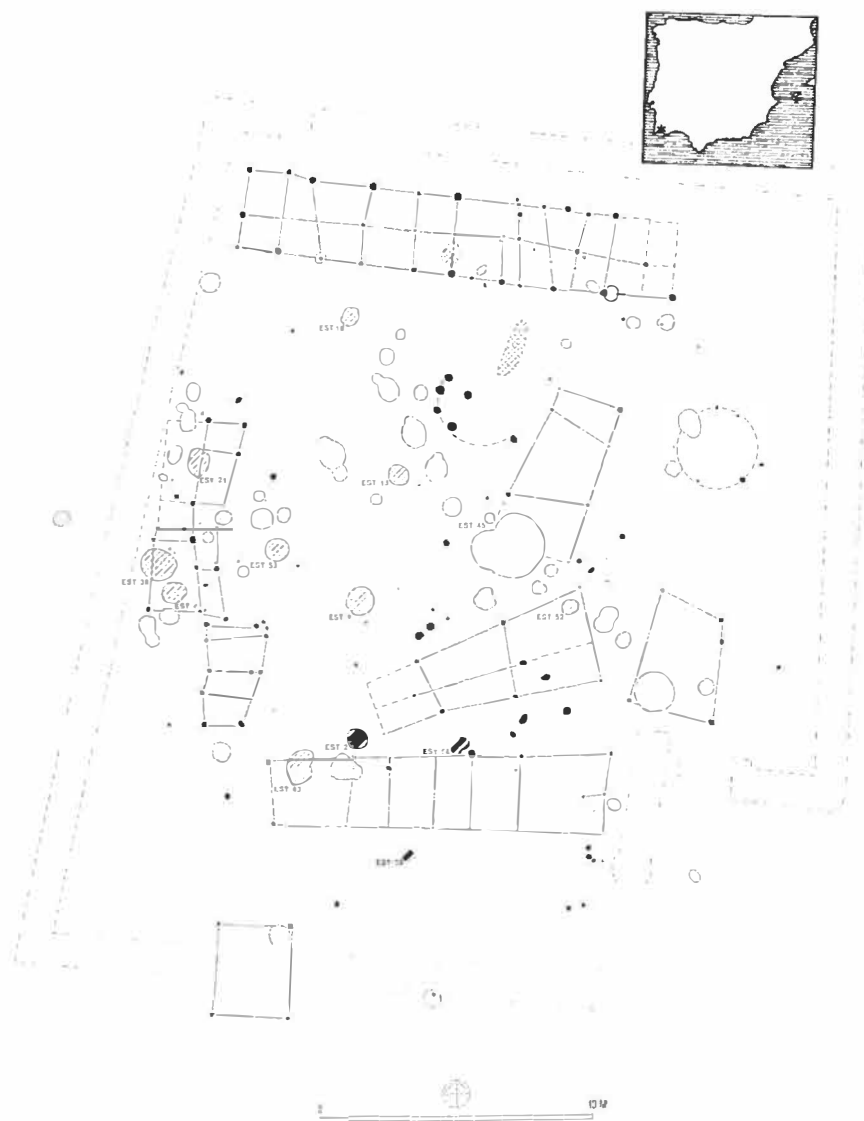
As coordenadas Gauss de ponto central das ruínas islâmicas ali existentes são: W 625 265 (seg. a C.M.P., nº 594, Mexilhoeira Grande, esc.1:25000, S.C.E.P., 1979).

Os vestígios arqueológicos, ocupam a extremidade sul do topo de relevo alongado, atingindo 105 m de altura máxima e onde se instalou o V. G. Castelo Belinho, pertencente aos contrafortes de vertente voltada a sul da serra de Monchique.

A pouco mais de um quilómetro, a nascente do Castelo Belinho, corre a ribeira de Boina, afluente da margem direita do rio Arade, e quase à mesma distância, mas no sentido contrário, a linha de água do Barranco dos Álamos, que cerca de um quilómetro para sul conflui na ribeira da Torre, atingindo esta a ria de Alvor e o Atlântico.

Fig. 1 Localização do Castelo Belinho na Península Ibérica e estruturas neolíticas exumadas

- buracos de poste;
- ◐ empedrados;
- silos e fossas rituais;
- sepulturas de adultos;
- ▤ sepulturas de crianças.



O Castelo Belinho encontra-se hoje a 1,5 km a norte das Casas Grandes, ou seja das enormes instalações agrícolas do século XIX, a que a obra "*Arquitectura Popular em Portugal*" (Martins, Castro e Torres, 1961, pp. 262, 263, 286, 305) faz justa referência, e a idêntica distância do km 58,5 da EN 266, que liga Portimão a Monchique e se situa a nascente.

Dali se abrange vastíssima panorâmica, limitada a norte pela serra de Monchique, onde se descobre o relevo do Castelo de Alferce, perdendo-se o olhar, de nascente para poente, pelos planaltos do Barrocal e do Litoral, alcançando-se, nos limites do horizonte e em dias límpidos, o mar.

O substrato rochoso é formado por calcários e

calcarenitos miocénicos, encontrando-se coberto por terras de forte matriz argilosa, com potência variável. O solo mostra capacidade das classes B e C, correspondendo aos chamados solos mediterrâneos de cor vermelha. Nas proximidades existem solos da classe A, constituídos por barros castanho-avermelhados, de origem calcária, mas também litossolos xisto-grauváquicos da classe E e, portanto, esqueléticos e muito pobres.

O coberto arbustivo actual mostra flora endémica, a par de outra há muito importada e cultivada, reconhecendo-se azinheiras, zambujos, alfarrobeiras, amendoeiras e oliveiras.

Castelo do Ninho, o mais antigo topónimo conhecido para o local que temos vindo a tratar, pode

dever-se não só ao facto daquele ser alto, como por corresponder a sítio onde nidificavam algumas espécies de aves, talvez mesmo cegonhas, como as muitas que tivemos oportunidade de ali observar.

3. Metodologia e meios

A primeira campanha de trabalhos arqueológicos no Castelo Belinho decorreu do dia 5 de Julho de 2004 ao dia 30 do mesmo mês, tendo-se ali regressado, para completar desenhos, no mês seguinte.

A tarefa inicial, tendo em vista a intervenção arqueológica, correspondeu à desmatação da zona, eliminando-se vegetação variada, alguma de médio e, até, de grande porte, embora sempre com o cuidado de não afectar estruturas ou níveis arqueológicos. Fez-se a remoção da vegetação cortada, de muitos blocos de taipa, de diversas dimensões, encontrados espalhados um pouco por toda a área que se pretendia intervencionar, tal como das terras soltas superficiais.

Em seguida, foi implantada, na metade sul do interior da estrutura visível, quadricula, com 2 m de lado e orientada segundo a direcção dos pontos cardeais, de modo a melhor procedermos ao registo tridimensional de estruturas e dos espólios que viessem a surgir durante a escavação. Mantiveram-se em reserva, ao centro daquela área, duas linhas de quadrados, perpendiculares entre si e que serviriam de testemunho, até ao final da intervenção.

Os quadrados da área escavada foram numerados sequencialmente conforme a progressão dos trabalhos, tendo-se registado 74, embora se intervencionassem, apenas, 38, correspondendo a espaço medindo cerca de 152 m², já que alguns, junto às muralhas da edificação islâmica, não se encontravam completos.

Antes de se iniciar a escavação obteve-se levantamento topográfico, provido de cotas absolutas e com curvas de nível equidistantes 0,20 m.

As estruturas identificadas, aéreas ou subterrâneas, foram registadas, através de plantas, cortes ou, quando necessário, alçados.

O espólio exumado foi identificado em relação às camadas arqueológicas ou às estruturas que integrava, nomeadamente a alguns *loci* específicos. Em tal tarefa utilizou-se as iniciais do arqueossítio,

o número do quadrado e a camada ou estrutura, seguido por número de ordem de cada peça, naquele contexto (ex: CAST.BEL./Q10/EST.1-3 ou CAST.BEL./Q6/C3-1).

Todas as terras exumadas foram crivadas, através de crivo manual ou mecânico, ambos com malha não superior a 5 mm. Recolheram-se amostras de terra, nomeadamente das sepulturas e buracos de poste, tendo em vista a pesquisa polínica e antracológica.

Foram desenhados, à escala natural, e descritos, todos os artefactos, ou porções daqueles, líticos, metálicos ou de concha, tal como a totalidade dos fragmentos de cerâmica capazes de nos informarem sobre a forma, ou a decoração, das peças a que pertenciam.

Realizou-se cobertura fotográfica, a preto e branco e em diapositivos coloridos, das diferentes etapas dos trabalhos, das estruturas sucessivamente exumadas e de alguns acervos.

O espólio encontra-se depositado, conforme registado no pedido de autorização para os trabalhos arqueológicos, no Laboratório de Arqueologia da F.C.S.H. da U.N.L.

A segunda campanha de trabalhos no Castelo Belinho decorreu de 13 de Junho de 2005 a 25 de Agosto daquele mesmo ano, embora ali tenhamos voltado para completar a escavação de sepultura e de duas fossas, de Outubro a Dezembro, daquele ano.

Continuou-se a quadricula do ano anterior, de modo a cobrir todo o espaço com ruínas, tendo-se, no total, escavado 185 quadrados, o que corresponde a área medindo cerca de 700 m², dado que alguns dos quadrados não estavam completos.

Todos os trabalhos foram inteiramente suportados pela Imoreguengo, que também resolveu diferentes aspectos logísticos, no que contámos sempre com a pronta disponibilidade do Dr. Carlos Alberto Damas e do Eng^o Pedro Melo.

Na campanha de 2004, tivemos como arqueóloga-assistente, a Dr^a Tânia Casimiro, tendo registado-se a participação nas escavações do Dr. Gonçalo de Carvalho Amaro, Patrícia Carrapiço e dos seguintes alunos do Curso de História – Variante de Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa: Ana Rita Trindade, Diogo Paiva, Edgar Valles, Elisabete Conceição, Filipe Nunes, Filipe Salgueiro, Klaus Castro, Maria Catarina Saragoça, Maria Inês Soares, Rui Coelho, Rui Nunes, Susana Severino e Telmo Silva que, sem excepções, cumpriram as tarefas de que foram incumbidos, com zelo e dedicação.

Durante a primeira semana de trabalhos dispusimos da colaboração de dez operários não especializados e durante as três seguintes, em que decorreram as escavações, com cinco daqueles.

Na campanha de 2005 foram arqueólogos-assistentes a Dra Tânia Casimiro e o Dr. Telmo Silva, tendo nela colaborado os seguintes alunos do Curso de História – Variante de Arqueologia, da FC.S.H. da U.N.L.: Alexandra Krus, Pedro Catarino, Rui Pedro, Luís Fernandes, Filipe Salgueiro, Ana Coelho, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques e Luís Serrão Gil.

Contámos com a participação diária de entre três a sete operários não especializados. O levantamento e estudo preliminar do espólio antropológico deve-se ao Dr. Luís Campos Paulo.

Os desenhos das estruturas e do espólio são da responsabilidade das Dr.ªs Ana Machado, Cristina Gaspar, Joana Gonçalves e do signatário.

Uma primeira notícia, referindo os testemunhos neolíticos e as conclusões, provisórias, que eles permitiram, foi apresentada ao IX Congresso da UISPP, que reuniu no mês de Setembro de 2006 em Lisboa. Posteriormente, foi efectuada comunicação em workshop sobre o Neolítico mediterrâneo, realizado em Faro (Nov. 2009), tendo sido publicado texto sobre os aspectos da ritualização funerária detectados (Gomes, 2008; 2010).

4. Estratigrafia

A escavação, no interior do denominado Castelo, de séries seguidas de quadrados, com 2 m de lado, proporcionou longos cortes, dispostos no sentido sul-norte, a partir de sector de muralha situado naquela primeira direcção, dois deles com 14 m de comprimento (Qs 3, 11, 19, 27, 34, 41, 48 e Qs 5, 13, 21, 29, 36, 43, 50).

Ali se reconheceram as seguintes quatro camadas arqueológicas:

C1-A – Constituída por terras superficiais, activas e pouco coesas, com matriz argilosa, de cor castanha (5YR 4/2). Média entre 0,05 m e 0,10 m de espessura. Continha materiais arqueológicos de diferentes idades, desde o Neolítico à Idade Contemporânea, mas principalmente fragmentos de cerâmicas do século XVII;

C1-B Formada por terras mais compactas que as da camada anterior, mostrava matriz argilosa e cor castanha escura (5YR 4/3). Apresentava potência variável, entre 0,20 m e 0,50 m. Embalava sobretudo espólio datável no século XVII;

C1-C – Corresponde a nível de derrubes, incluindo, por vezes, grandes blocos de taipa, de cor branca, que lhe conferem coloração clara. Média entre 0,10 m e 0,30 m de espessura máxima e ofereceu algum espólio islâmico;

C2 – Integra terras com forte matriz argilosa, de cor castanha escura (5YR 4/4). Trata-se de nível correspondendo a ocupação islâmica deste sítio,

Os códigos cromáticos referem-se às Munsell Soil Color Charts (1975) e, por isso, devem entender-se como aproximados.

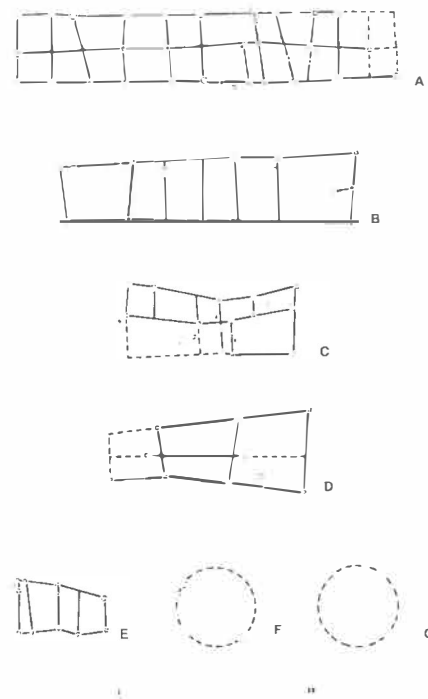


Fig. 2 Reconstituição de estruturas habitacionais do Castelo Belinho, a partir dos buracos de poste. A – Casa 1; B – Casa 3; C – Casa 4; D – Casa 2; E – Casa 5; F – Casa 9; G – Casa 10.

embora ali também se detectem alguns materiais pré-históricos. Media 0,10 m a 0,20 m de altura e assentava tanto no substrato rochoso calcário como na camada seguinte;

C3 – Corresponde a delgado nível de terras, não muito compactas, e aos enchimentos de estruturas neolíticas negativas, escavadas no substrato rochoso. Oferece cor castanha escura (2.5YR 4/4) ou, por vezes, alaranjada (2.5YR 5/8). A sua potência varia, embora nunca fosse superior a 0,30 m.

As observações estratigráficas contam com sequências estratigráficas que demonstram a sobreposição da ocupação do século XVII aos testemunhos islâmicos, tal como o facto de estes cobrirem,

em muitos casos, camada de ocupação ou estruturas neolíticas.

No canto noroeste do interior da estrutura islâmica detectaram-se muro e pavimento, daquele período, associados à “porta da traição” ali existente, que sobrepunham tanto estrato correspondente à ocupação neolítica, como algumas estruturas subterrâneas, designadamente fossa e buracos de poste.

No canto sudeste da fortificação, habitação com dois compartimentos, edificada com alicerces de pedra e as paredes erguidas em taipa, adossada parcialmente ao pano interior da estrutura islâmica, sobrepunha nível contendo espólio daquele último

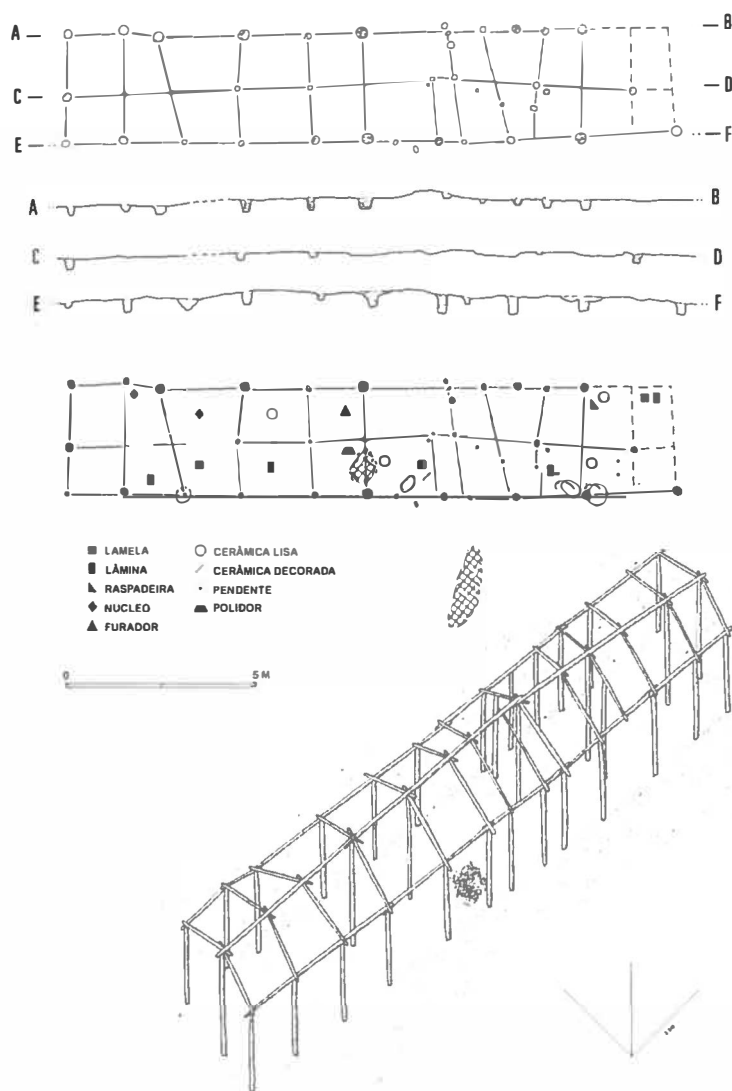


Fig. 3 Castelo Belinho. Casa 1. Alinhamento dos buracos de poste, distribuição do espólio e reconstituição da estrutura de madeira.

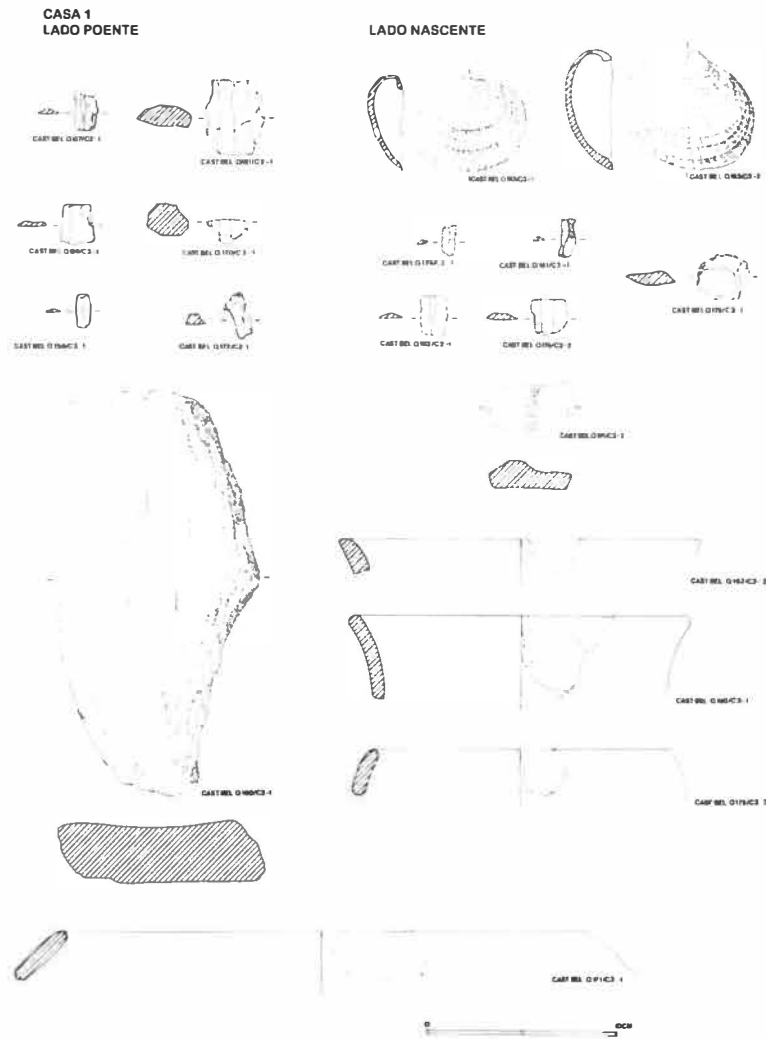


Fig. 4 Castelo Belinho. Espólio da Casa 1 (lado nascente e lado poente).

período e outro, o inferior, neolítico, onde exumamos diverso material e pudemos identificar fossas e buracos de poste.

O patamar que envolve as muralhas do dispositivo islâmico amputou parcialmente algumas estruturas negativas neolíticas, o mesmo acontecendo com o fosso que rodeia aquele e que foi totalmente posto a descoberto.

5. Casas

Quantidade significativa de buracos de poste, abertos no substrato rochoso, alguns ainda conservando cunhas de pedra que ajudaram à melhor fixação dos elementos verticais que aqueles suportavam, permitiram determinar a presença de áreas correspondendo a casas, providas de planta circular, rectangular ou trapezoidal, alongadas e, em al-

guns casos, possuindo cobertura com duas águas (**Fig. 2**).

Uma de tais estruturas latentes, a melhor conservada (Casa 1), evidenciou três linhas paralelas de buracos de poste e traduz a existência de casa longa, medindo 16 m de comprimento por 3 m de largura, orientada no sentido nascente-poente. Uma das fiadas exteriores de buracos de poste conta com onze de tais elementos e a outra com doze, enquanto a interior, equidistante àquelas, apenas tem sete. As distâncias entre os buracos de poste nos alinhamentos varia, entre 1 m e 2 m. No canto nordeste reconheceu-se reforço da edificação, feito através de murete de pedras ligadas com barro (**Fig. 3**).

A fiada de postes interior mostra que suportariam fileira de cobertura possuindo duas águas.

Quadro I Principais características das casas detectadas a partir dos buracos de poste (* diâmetro).

	forma	comp. (m)	larg. (m)	área (m ²)	c/ 2 águas	nº de habit (5 m ² = 1) h)
Casa 1	rect.	16	3	48	•	10
Casa 2	trap.	8,2	3	11,2	•	2
Casa 3	rect.	12,2	2,8	34,16		7
Casa 4	trap.	7	3	21	•	4
Casa 5	trap.	3,8	2,2	8,36		2
Casa 6	trap.	6	2,8	16,8		3
Casa 7	trap.	4	3	12		2
Casa 8	rect.	3,4	2,8	9,52		2
Casa 9	circ.	3*		7		2
Casa 10	circ.	3*		7		2

Zona, do interior desta casa, correspondendo sensivelmente ao seu centro, onde existiu estrutura de combustão e fossa, pode encontrar-se perto da entrada que seria, muito provavelmente, voltada a sul.

Importa referir a distribuição do espólio exumado no interior desta estrutura habitacional, tendo-se reconhecido, no seu lado nascente, cerâmicas lisas e com decoração plástica, fragmentos, lâminas e lamelas de sílex, assim como dois adornos que utilizam valvas de *Glycymeris glycymeris*, perfuradas no ápice.

No lado poente surgiu pedaço de cerâmica lisa, polidor de grandes machados, como o exumado em fossa (est. 26), dois núcleos esgotados, lamelas, fragmentos de lâminas e de furador, tudo de sílex. Esta diferenciação nos espólios pode significar que um dos lados da casa seria mais utilizado por mulheres, nas suas actividades quotidianas (cerâmicas, adornos), enquanto a outra talvez correspondesse à maior presença de elementos do sexo masculino (polidor de machados, núcleos) (Fig. 4).

Outra casa (Casa 2), disposta no sentido este-nordeste oeste-sudoeste, teria planta de forma trapezoidal, tendo-se identificado os dois alinhamentos de postes exteriores, contando com três e quatro buracos, enquanto no interior se observam apenas dois buracos de poste, que suportariam a fileira. O comprimento desta unidade habitacional atingiria cerca de 8 m e a sua largura seria de 2,6 m.

Mais para sul, das estruturas antes descritas, surgiram dois alinhamentos de buracos de poste, quase orientados no sentido nascente-poente, com, actualmente, seis e quatro elementos, definindo espaço, com 12 m de comprimento por 2,8 m de largura, em cujo interior ainda se observam dois outros buracos de poste (Casa 3).

Uma quarta casa estaria disposta no sentido norte-sul, mostra três fiadas de buracos de poste, embora alguns devam ter desaparecido devido à edificação islâmica. O alinhamento de postes da fachada voltada a nascente conserva seis buracos e o correspondente à fileira outros seis, enquanto na fachada poente se detectaram apenas três. Esta estrutura media 7 m de comprimento e 3 m de largura (Casa 4).

Um pouco mais a sul da unidade referida surgiram dois alinhamentos de buracos de poste, contando quatro e cinco elementos, que definem espaço com planta de forma trapezoidal, medindo 3,6 m de comprimento por 2 m de largura. Não podemos afastar a hipótese de que buraco de poste, detectado no lado poente, indique alinhamento de postes cujas estruturas negativas desapareceram, podendo esta casa ter tido o dobro da largura (Casa 5).

As duas estruturas possuindo planta de forma circular, na tradição das cabanas do Neolítico Antigo Inicial ou Pleno e do Mesolítico, mostram ambas cerca de 3 m de diâmetro. Em uma delas (Casa 9)



Fig. 5 Castelo Belinho. Estrutura 61 (empedrado).

identificaram-se cinco buracos de poste e seis de tais estruturas negativas na outra (Casa 10).

Se considerarmos, partindo da analogia com comunidades etnográficas actuais, possuindo modos de vida e estruturas consideradas afins das neolíticas, cada habitante das casas acima mencionadas necessitaria de cerca de 5 m², podendo-se obter o número daqueles, que utilizariam cada uma de tais unidades, através da área dos seus solos. Para A. Coudart (1998, p. 79), as casas longas danubianas acolheriam um habitante por cada 3 a 9 m², embora aceitando a média de 6 m².

Aquela dimensão foi também alcançada por S. E. Casselberry (1974), mas confinada apenas ao "living space". No entanto, S. F. Cook e R. F. Heizer (1968), propuseram como "living space"; para habitações neolíticas, apenas 3 m², e R. Naroll (1962) considerou a área total em 10 m² para cada habitante.

No Sudoeste da Escandinávia (*South-West Scania*), as aldeias do Neolítico Antigo, dos finais do IV milénio (Funnel-Beaker), ofereceram testemunhos de casas rectangulares, medindo 6 m por 3 m ou 7 m por 4 m, dimensões aproximadas de algumas das estruturas do Castelo Belinho, que acolheriam

cerca de uma dezena de pessoas (Larsson, 1985, pp. 83-85), o que nos parece manifestamente improvável.

Podemos concluir, apesar da disparidade do valor das estimativas apresentadas, que na aldeia do Castelo Belinho habitariam cerca de três dezenas de pessoas.

Importa registar que as casas do Castelo Belinho foram sucessivamente ampliadas, refeitas e, em alguns casos, sobrepõem locais de construções mais antigas, sendo bem provável que todas cujas estruturas latentes detectámos não sejam contemporâneas. Também se identificaram numerosos buracos de poste a que não foi possível atribuir espaços edificadas. No entanto, as casas cujas evidências chegaram até nós delimitam área, que seria parcialmente fechada, constituindo espécie de grande pátio central e com forma subrectangular, medindo cerca de 300 m².

Ali reconhecemos numerosas estruturas negativas, designadamente empedrados, silos e fossas, de diferentes formas e dimensões, algumas com função funerária. Grande número dos silos e das fossas existentes naquele espaço encontram-se alinhados no sentido noroeste-sudeste, embora outro grupo, ao que parece partindo da mesma zona, esteja orientado no sentido nordeste-sudoeste. Estaremos perante aspecto conotado com preceito ou prática sócio-religiosa?

6. Empedrados

Zonas cobertas por pedras de pequenas dimensões, mais ou menos imbricadas, por vezes preenchendo fossas pouco profundas ou aproveitando anfractuosidades do substrato, com espessuras variável e mostrando sinais de exposição à acção do fogo (rubefacção e/ou fracturas térmicas), comumente denominados empedrados, correspondem a estruturas de combustão e a fumeiros.

Tais estruturas, já conhecidas durante o Paleolítico Superior, constituem indicador da presença de habitats ao ar livre dos primeiros tempos neolíticos.

No Castelo Belinho uma daquelas, com planta de forma subcircular, medindo 0,90 m de diâmetro, encontrava-se no espaço correspondente à zona central do interior da Casa 1 (est. 62), devendo ser sua

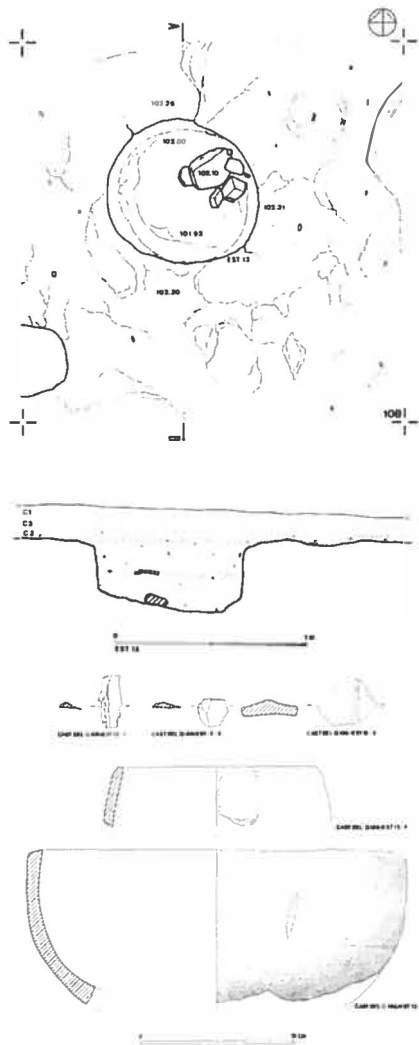


Fig. 6 Castelo Belinho. Estrutura 13 (fossa deposicional) e espólio nela exumado.

contemporânea. Ali se cozinharía (espólio mamalógico e malacológico) e desenvolver-se-iam outras diversas actividades de carácter económico, servindo o fogo para iluminar, aquecer, afastar alguns animais prejudiciais ao homem mas, sobretudo, constituindo elemento agregador dos habitantes da casa e meio de sociabilização.

Outro empedrado (est. 61), o de maiores dimensões que detectámos no Castelo Belinho, oferecia forma oval alongada, pedindo 2,10 m de comprimento e apenas 0,60 m de largura. Situava-se a sul da fachada principal da Casa 1, talvez frente à sua entrada. É bem possível que se trate de estrutura re-

lacionada com aquela unidade habitacional, construída ao ar livre e assim minimizando os perigos de incêndio, onde se cozinhasse mas também se fumasse, carne ou peixe. Na sua constituição encontrámos percutores/moventes e fragmentos de dormentes de mós manuais, ali usados como termoclastos (**Fig. 5**).

Um terceiro empedrado (est. 65) localiza-se entre as casas 4 e 1, próximo de buraco de poste, apresentando-se, no momento da nossa intervenção, algo desmantelado. Ocupava zona com forma sub-triangular, medindo 2,40 m de comprimento e 1,20 m de largura, em uma das extremidades.

Outro empedrado (est. 66), na zona sudeste do assentamento, apresentava planta com forma ovalada, medindo 2,90 m de comprimento e 1,20 m de largura, encontrando-se nas proximidades de buraco de poste. Na sua composição detectámos pedaços de elementos dormentes de mós manuais.

Tal como as restantes estruturas neolíticas que, porventura, existiram no Castelo Belinho, os empedrados foram muito afectados pela presença islâmica como pela lavoura em tempos subsequentes, pelo que o seu número deveria, primitivamente, ser superior ao dos exemplares agora descritos.

7. Silos e cisternas

Aquelas primeiras estruturas caracterizam-se por apresentarem forma de saco, embora outras, também subterrâneas, mas em forma de fossa, possam ter, igualmente, servido no armazenamento, a curto ou médio prazo, de cereais ou frutos secos, em meio anaeróbio. Algumas foram secundariamente usadas como depósito de oferendas ou sepulturas.

Grande estrutura negativa, provida de forma subcilíndrica, pode ter servido como silo ou como cisterna, o mesmo acontecendo com grande fossa hemisférica.

Aquela primeira (est. 34), mede 1,40 m de diâmetro e 2,10 m de profundidade, podendo conservar cerca de 3,1 m³ de água, mas também de cereais, ou seja, cerca de 2000 kg destes. Esta quantidade daria para alimentar 9 a 10 pessoas por ano, se cada uma consumisse cerca de 230 kg/ano. A área cultivada correspondente àquela quantidade de cereal, caso um hectare produzisse 750 kg, seria,

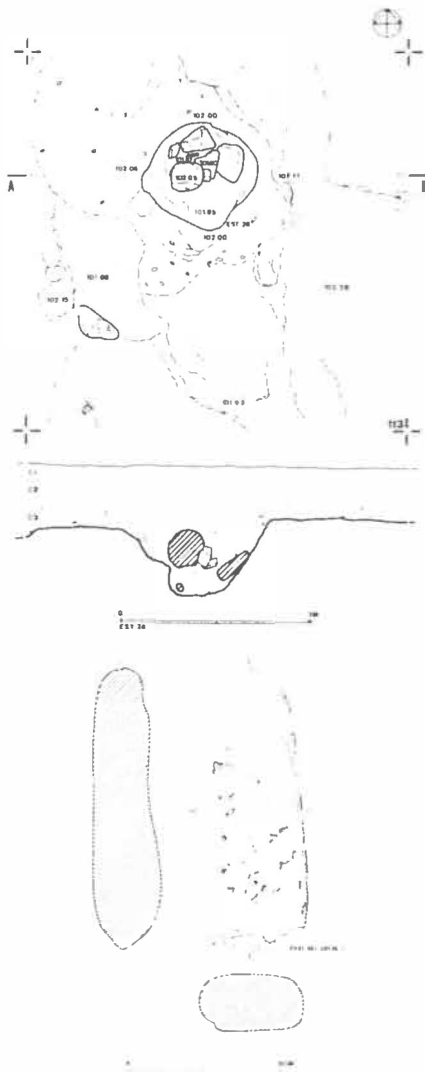


Fig. 7 Castelo Belinho. Estrutura 26 (fossa deposicional) e grande machado encontrado no fundo daquela.

aproximadamente, pouco mais de 2,5 hectares.

A fossa sub-hemisférica mede 2,40 m de diâmetro e cerca de 1 m de profundidade, na zona central. Ela aproveitou parcialmente concavidade natural, existente no substrato rochoso.

8. Fossas deposicionais

Algumas pequenas fossas podem ter servido como estruturas de combustão, mas também para armazenamento de alimentos, embora boa parte entregasse espólio (artefactos e ecofactos) que permite deduzir tratar-se de deposições intencionais, com carácter ritual. Todavia, também não podemos

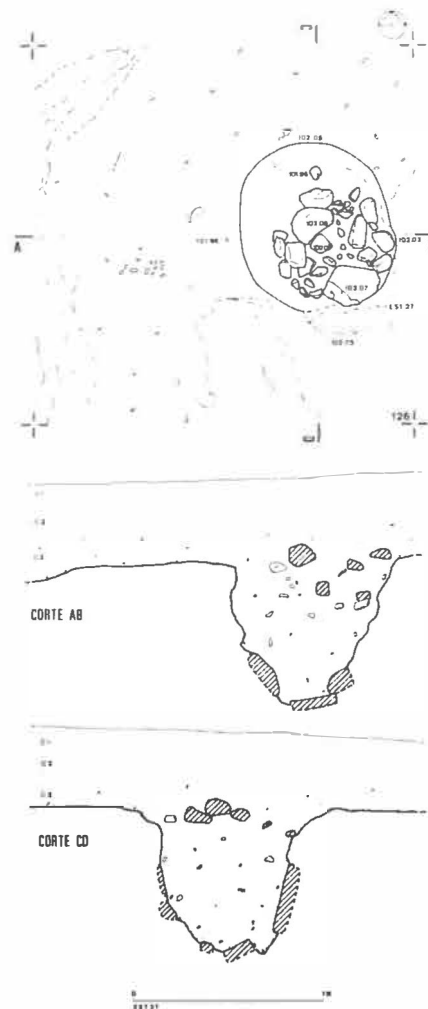


Fig. 8 Castelo Belinho. Estrutura 27 (fossa deposicional).

afastar a hipótese de que, em algumas de tais estruturas, tal utilização não corresponda à sua função primária.

Fossas mostrando contorno em forma de 8, com os dois círculos secantes iguais ou com um de menores dimensões, sugerem função originalmente ritual. Nestas últimas, o círculo menor, que confere inegável forma antropomórfica aos contornos encontra-se invariavelmente dirigido para norte (62,5%), nordeste (12,5%) ou noroeste (25%). Nas oito fossas deste tipo, seis delas (75%) integram a variante formal em que os círculos secantes oferecem diferentes dimensões.

G. Van der Leeuw (1938), embora para contexto diferente daquele em apreço, chamou às sepulturas com contorno em forma de 8, sepulturas com forma

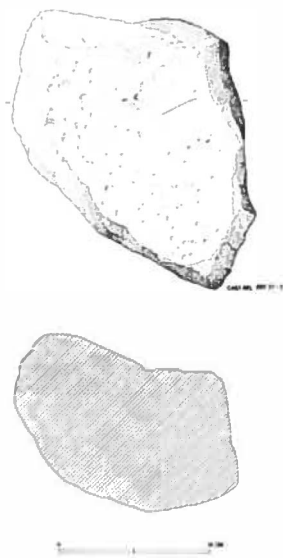


Fig. 9 Castelo Belinho. Estrutura 27. Espólio.

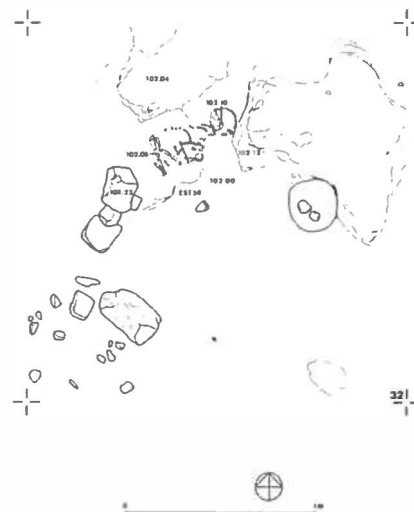


Fig. 10 Castelo Belinho. Estrutura 58 (sepultura de criança em anfractuosidade).

Quadro II Fossas em forma de 8, de viola ou de embrião (* continha restos humanos, pelo que foi considerada sepultura).

	forma	orient.	comp. (m)	larg. (m)	prof. (m)	líticos	cerâm.	fauna
Est. 6	☪	N-S	1,20	0,65	0,25	•	•	•
Est. 14	☪	N-S	1,20	0,85	0,35	•	•	•
Est. 15	☪	NO-SE	1,20	0,70	0,40	•	•	
Est. 21*	☪	N-S	0,85	0,76	0,35	•	•	
Est. 23	☪	N-S	0,75	0,55	0,30		•	
Est. 35	☪	NE-SO	1,05	0,75	0,37			
Est. 63	☪	NO-SE	1,20	1,04	0,15			
Est. 64	☪	N-S	1,12	0,80	0,25			

de embrião, atribuição não despendianda que, em termos simbólicos, se adapta às fossas vagamente antropomórficas do Castelo Belinho.

A estrutura 6 guardava, no fundo, movente e dormente de mó manual, com a superfície de trabalho voltada contra o solo, recordando aspecto reconhecido em “depósito votivo”, coberto por grande *tumulus*, do sítio do Padrão 9 (Vila do Bispo) (Gomes, 2008a).

Outra estrutura deposicional (est. 13) incluía pequenos artefactos líticos e fragmentos de cerâmica, enquanto quase à superfície ali foi colocada grande taça hemisférica, com as paredes engobadas de cor vermelha, e de que, devido a alterações de origem antrópica, se conserva apenas grande porção do bordo e do corpo (Fig. 6).

Grande machado, de grauvaque polido, com sinais de utilização no gume, foi depositado no fundo

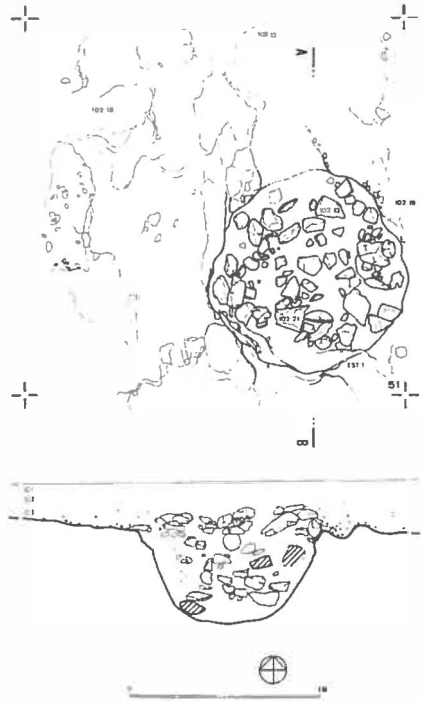


Fig. 11 Castelo Belinho. Estrutura 1 (sepultura em fossa, contendo fragmentos de ossos desarticulados de adulto).

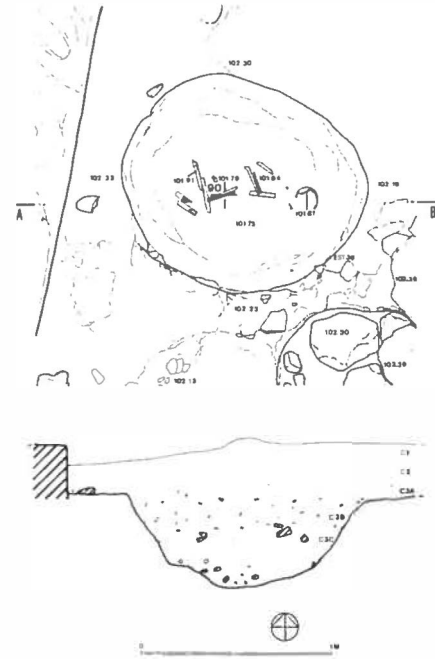


Fig. 13 Castelo Belinho. Estrutura 38 (sepultura, de adulto, em fossa).

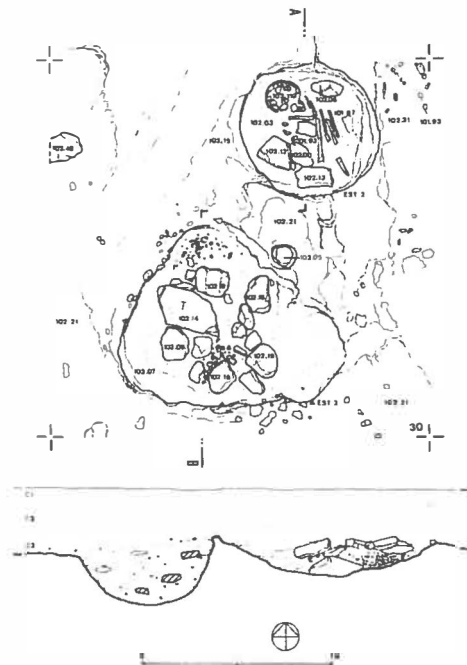


Fig. 12 Castelo Belinho. Estruturas 2 e 3 (sepulturas em fossa, de adulto e de criança, acompanhada por fossa deposicional).

de fossa (est. 26), com forma troncocónica, onde se encontrava com o gume dirigido para sudoeste e coberto por pedras (Fig. 7).

Grande enxó, igualmente afeiçãoada em grauvaque, jazia, com o gume dirigido para sudoeste, no fundo de fossa troncocónica (est. 27), cujas paredes foram em parte revestidas por pequenas lajes, onde era acompanhada por vários fragmentos de elementos dormentes de mós manuais, três moventes e polidor para machado ou enxós, com duas camadas (Figs. 8 e 9).

Fossa deposicional (est. 3), onde encontrámos dormite de mó sobre movente, fragmentos de recipientes de cerâmica, e diversificados restos de fauna malacológica (ostra, amêijoia, berbigão, lapa, mexilhão), tal como de mamíferos (*Capra e/ou Ovis*) é algo mais antiga, segundo datação de ¹⁴C (Sac-2030: 4904-4598 cal. A.C., para 2 Σ), do que a sepultura que lhe está próxima (est. 2), pelo que fica afastada a relação directa entre ambas estruturas.

9. Sepulturas

A nossa classificação de sepultura implica a existência de estrutura escavada no solo, nos sedimentos ou no substrato, contendo restos

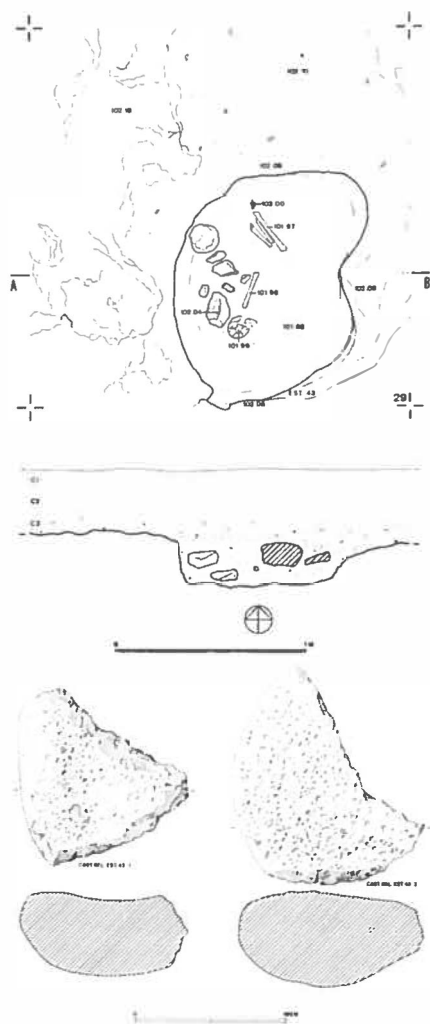


Fig. 14 Castelo Belinho. Estrutura 43 (sepultura, de adulto, em fossa) e fragmentos de dormentes de mós manuais nela encontrados.

humanos inumados com sinais de ritualização.

É possível que algumas estruturas investigadas, para além das agora assinaladas, tenham tido aquela mesma função, embora os restos antropológicos desaparecessem por completo, devido à acidez do solo, pelo que, por questões metodológicas, as não considerámos como sepulturas. Certas estruturas, idênticas às sepulturas contendo restos humanos, podem ter constituído cenotáfios ou túmulos simbólicos, bem conhecidos nas necrópoles dos primeiros tempos neolíticos, da Alemanha e França (Jeunesse, 1997, p. 62).

As catorze sepulturas detectadas no Castelo Belinho, oferecendo acentuado polimorfismo, encon-

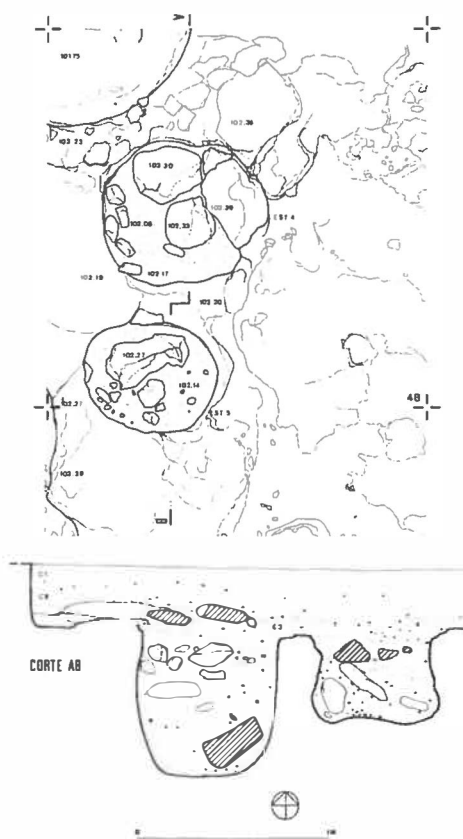


Fig. 15 Castelo Belinho. Estruturas 4 e 5 (sepultura de adulto, em silo) e silo anexo.

travam-se dispersas pela zona central do habitat, a par de outras estruturas negativas, embora fossem mais numerosas no seu quadrante sudoeste e sobretudo na área poente deste.

As determinações da idade e do sexo, que se apresentam, devem-se ao Dr. Luís Campos Paulo e à Dr.ª Nathalie Antunes Ferreira, que em diferentes fases, integraram o projecto de estudo dos restos antropológicos do Castelo Belinho.

Duas sepulturas possuíam câmaras em forma de fossa, com perímetro subrectangular ou oval alongado, pouco profundas (ests 58 e 59), aproveitando anfractuosidades do substrato e sendo delimitadas por algumas pedras. Blocos de pequenas dimensões e terra cobriam os corpos. Devido à pouca profundidade estes testemunhos encontravam-se muito danificados, embora em uma das fossas (est. 58) tenhamos identificado restos osteológicos de criança, depositada em *decubitus*

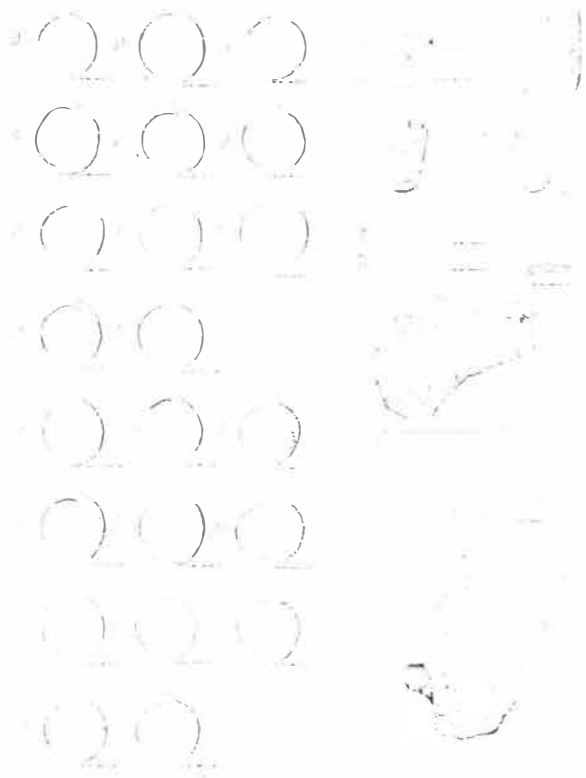


Fig. 16 Castelo Belinho. Espólio da estrutura 4. As braceletes encontravam-se nos antebraços do indivíduo ali inumado.

lateral e em posição fetal, com 5 a 7 anos de idade, orientados no sentido nordeste-sudoeste (Fig. 10). A outra (est. 59) guardava restos de dois indivíduos, um com cerca de oito anos de idade e o outro com mais de vinte, embora estivesse muitíssimo destruída e sobre ela tenha assentado muro de pedra, do século XVII. As datações absolutas obtidas pelo método do radiocarbono (AMS) para os restos dos dois indivíduos indicam que a criança é mais antiga que o indivíduo adulto, embora estatisticamente possam ser contemporâneos. A investigação do ADN de ambos, a decorrer, pode vir a indicar relação de consanguinidade (cf. Quadro III).

Nas duas estruturas acima referidas não foi exumado qualquer outro espólio.

Um tipo de câmara funerária diferente, o mais numeroso, oferece forma hemisférica ou aproximada daquela (ests 1, 2, 13, 38, 45, 52), com boca sub-

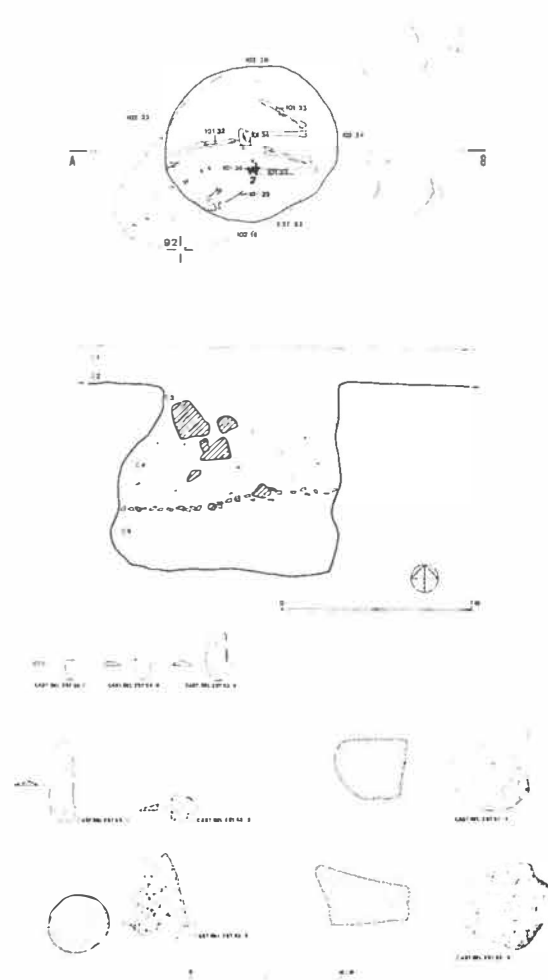


Fig. 17 Castelo Belinho. Estrutura 53 (sepulturas, de adulto, em silo) e espólio nela encontrado.

circular e fundo côncavo, mostrando diâmetros que oscilam entre 0,70 m/0,80 m e 1,30 m, não sendo muito profundas (de 0,40 m a 0,50 m) (Figs. 11, 12 e 13).

Constitui exceção a pequena sepultura hemisférica (est. 45), medindo apenas 0,45 m de diâmetro e 0,20 m de profundidade, que conservava restos de indivíduo adulto, com mais de vinte anos de idade. Trata-se, muito provavelmente, de deposição secundária e, portanto, de ossário, dada a impossibilidade física de inumar um adulto em espaço tão exiguo.

Sepultura hemisférica (est. 13), além de conter restos osteológicos de indivíduo de idade e sexo indeterminados, entregou artefactos líticos, cerâmicas e restos de fauna. A estrutura 38, com a mesma

Quadro III Sepulturas. Síntese morfológica, espólios e cronologias absolutas (tradicionais e AMS) (as medidas apresentadas são em metros).

	local.	forma	Ø boca	prof.	antrop.	líticos	cerâm.	concha	fauna	sexo	idade	datação 14C BP	14C calib. 2σ	
EST.1	Q51	hemisf.	1,05	0,50	*	*	*		*	?	+20	5790±70	4442-4044 (Sac 2031)	
												5267±34	4230-3986 (Wk-28634)	
EST.2	Q30	hemisf.	0,70	0,35	*						?	6-8	5500±40	4450-4262 (Beta 199912)
												+20	5720±40	4685-4462 (Beta 199913)
EST.4	Q48	siló	0,90	0,90	*	*	*	*	*	?	+35			
EST.5	Q48	siló	0,70	0,50	*	*				?	?			
EST.13	Q108	hemisf.	0,80	0,40	*	*	*		*	?	?			
EST.18	Q146	cilíndrica	0,70	0,35	*	*	*			?	?			
EST.21	Q104	cilíndrica	0,85	0,35	*	*	*			?	?			
EST.38	Q47	hemisf.	1,30	0,50	*	*				?	+20	5441±34	4348-4242 (Wk-28635)	
EST.43	Q29	cilíndrica	1,20	0,30	*	*				M	+20	5529±35	4450-4334 (Wk-28636)	
EST.45	Q96	hemisf.	0,40	0,20	*	*				?	+20			
EST.52	Q74	hemisf.	1,30	0,45	*	*		*		M	+20	5444±30	4348-4249 (Wk-27999)	
EST.53	Q93	siló	0,90	1,00	*	*	*			M	+20	5662±32	4582-4374 (Wk-28000)	
EST.58	Q32	fossa	0,65	0,25	*					?	5-7	5485±35	4445-4259 (Wk-28637)	
EST.59	Q15	fossa	0,60	0,25	*						?	±8	5436±32	4450-4338 (Wk-28002)
												+20	5436±32	4345-4240 (Wk-28001)

morfologia, continha restos de adulto, depositado em *decubitus* lateral e em posição fetal, tal como três pequenos artefactos líticos (furador, lamela e raspadeira).

Outra sepultura (est. 52), do tipo referido, guardava testemunhos de adulto, do sexo masculino, acompanhados por peças líticas (lamela de dorso abatido e lamela com ambos bordos retocados) e pendente de concha (*Glycymeris glycymeris*, *Linnaeus*, 1758). Dois pendentes semelhantes provêm da maior das casas (Casa 1) identificadas nesta jazida.

Estrutura negativa hemisférica (est. 1), medindo 1,05 m de diâmetro e 0,50 m de profundidade, continha, à mistura com terra, artefactos líticos (dormentes e moventes de mós), fragmentos de vasos de cerâmica, tal como restos antropológicos dispersos e muito fragmentados de indivíduo adulto, designadamente do crânio.

Oferecem forma cilíndrica, não podendo ser classificadas como silos, devido à pouca profundidade que apresentam, três sepulturas (ests 18, 21, 43) (Fig. 14).

Os seus diâmetros, na boca, variam entre 0,70 m e 1,20 m, enquanto as profundidades oscilam apenas de 0,30 m a 0,35 m.

Duas daquelas (ests 18, 21), continham, além de restos antropológicos, materiais líticos (lâmina e lamela denticulada) e cerâmicas, enquanto uma guardava apenas líticos (est. 43). Nesta, o indivíduo inumado, em *decubitus* lateral e em posição fetal, jazia com a cabeça dirigida para sul, junto a fragmento de elemento dormente de mó manual.

Por fim, a quarta forma corresponde a duas sepulturas em silo (ests 4 e 53), propositadamente abertas para o efeito ou reutilizando estruturas subterrâneas cuja função primária se destinaria, de facto, ao armazenamento de cereais. Os diâmetros, na boca, medem em ambas 0,90 m, oferecendo profundidades de 0,90 m e 1,00 m, mas sendo mais largas na base.

Nas inumações em silos, os restos osteológicos humanos jaziam no fundo, em um caso na posição fetal e no outro com os membros inferiores dobrados para trás. Estas sepulturas são as que maior quantidade de espólio entregaram.

Na estrutura 4, além de três lascas e de lâmina, de sílex, de dois percutores, de dois dormentes e de fragmentos de recipientes de cerâmica, pertencentes a taças e a esféricos, surgiram vinte e duas braceletes de *Glycymeris bimaculata* (Poli, 1795), onze em cada antebraço do indivíduo ali inumado, que ofereceu a datação mais antiga da necrópole (cf. Quadro III) (Figs. 15 e 16).

Aquele teria mais de 35 anos, mas não foi possível determinar o sexo. Importa ainda referir a cor avermelhada dos sedimentos que o cobriam, parecendo dever-se à utilização ritual de ocre, tal como a presença de alguns restos de fauna.

A estrutura 53, além do espólio antropológico de indivíduo, do sexo masculino e possuindo idade superior a 20 anos, continha duas lâminas, duas lamelas e lasca de sílex, assim como fragmento de machado de pedra picotada/polida, percutor-movente e dormente de mó, que acompanhavam dois pequenos fragmentos de cerâmica (Fig. 17).

Nas catorze estruturas onde foram identificados espólios humanos, duas delas continham testemunhos pertencentes a dois indivíduos. Em ambos casos (ests 2 e 59), os restos de uma criança com cerca de oito anos, eram acompanhados pelos de um adulto, com mais de vinte anos.

Apenas uma outra sepultura (est. 58) conservava testemunhos de criança, com cinco a sete anos de idade, tendo-se identificado sete que guardavam ossos de adultos, com mais de vinte anos e uma outra contendo indivíduo com mais de trinta e cinco anos, não tendo sido possível determinar a idade daqueles a que pertenciam os restos osteológicos procedentes de quatro sepulturas (ests 5, 13, 18, 21).

A diagnose sexual foi determinada apenas em três adultos, com mais de vinte anos, das estruturas 43, 52 e 53, correspondendo todos a indivíduos do sexo masculino.

Não se observaram patologias infecciosas ou traumáticas graves, que pudessem ter conduzido à morte. Detectaram-se algumas cáries dentárias (ests 4, 43), periostite muito ligeira em tibia (est. 53) e raras hipoplasias lineares do esmalte dentário, indicando estas algumas deficiências alimentares.

A amostragem antropológica disponível, com todas as limitações que lhe estão inerentes, indica

não haver especial incidência na morte de crianças, apesar de termos identificado três casos com idades compreendidas entre os cinco e os oito anos, a par de nove adultos, entre os quais se encontra um ancião, para a época, com mais de trinta e cinco anos.

Os valores isotópicos do $\delta^{13}\text{C}$, inferiores a -20/-21‰, indicam dieta predominantemente constituída por proteínas terrestres (> 95%). Por outro lado, os valores do $\delta^{15}\text{N}$, situados entre 5‰ e 12‰, apontam também para o consumo maioritário de proteínas terrestres. Podemos pois considerar, cruzando os dados obtidos, que os habitantes neolíticos do Castelo Belinho não consumiam mais de 20% de alimentos com procedência marinha. A escassez de restos osteológicos de mamíferos ou de aves, contrariamente aos de fauna malacológica, permitem deduzir que aqueles detinham economia de produção alimentar, baseada na pastorícia e, sobretudo, na agricultura de cereais, para a qual contribuíam grande parte das estruturas e dos artefactos recuperados (silos, mós, elementos de foice e de trilhos, grandes machados e enxós).

10. Conclusões preliminares

A estratégia de implantação da aldeia do Castelo Belinho, em local alto, com algumas defesas naturais, de onde era possível controlar vasto território envolvente, rodeado por terras pesadas mas produtivas e não longe da costa, onde se podia ir e voltar no mesmo dia, revela modelo económico, social e ideológico, até agora desconhecido, para a segunda metade do V milénio A.C., no Sul de Portugal.

Recolheram-se artefactos de pedra lascada, produzidos com sílex, de diferentes proveniências, ou, raramente, de quartzito (núcleos, armaduras trapezoidais, raspadeiras, furadores, denticulados, elementos de foice ou de trilhos, lâminas, etc...), de pedra picotada/polida, afeiçoados em anfibolito, grauvaque e sienito (machados, enxós, percutores, elementos dormentes e moventes de mós manuais, polidores de machados, etc...), fragmentos de recipientes de cerâmica, indicam diversas formas, mas onde predominam as taças em calote e os potes, alguns dos quais com decoração, impressa, incisa, plástica ou engobe de cor vermelha,

por vezes associando mais do que uma de tais técnicas ornamentais, tal como objectos de concha (pendentes, contas, alfinete), a par de restos de fauna, mamalógica, ornitológica ou malacológica, e de flora encarbonizada.

Grandes machados e enxós, com evidentes sinais de utilização, numerosos elementos de foice e possivelmente de trilhos, abundantes dormentes e moventes de mós manuais, vasos de provisões e silos, evidenciam sociedade perfeitamente sedentária, possuindo forte economia agrícola e, nomeadamente, a grande importância da cultura de cereais, que se conservariam, a médio ou a longo termo, em estruturas subterrâneas.

Machados e enxós, de pequenas dimensões (0,03 m a 0,06 m) tidos por alguns autores como votivos, classificação a que já H. Lhote (1952, p. 524) se havia oposto, seriam artefactos plurifuncionais que serviriam em tarefas delicadas, como escavar pequenas cavidades, designadamente nos trabalhos de carpintaria. Peças semelhantes provêm da Gruta de Ibn Amar, a cerca de 5 km para sudeste do Castelo Belinho ou dos povoados da Caramujeira e Areia das Almas, ambos no vizinho concelho de Lagoa (Gomes *et alii*, 1995, pp. 38, 39, 70, 76, 78).

O fragmento de polidor de machados ou enxós, com duas camas, procedente da estrutura 27, e peça análoga encontrada na Casa 1 (Q160), constituem artefactos pouco comuns nos contextos neolíticos. Não obstante, conhecemos polidor, também com duas camas ovais, identificado no povoado do Carrascal (Oeiras), situado cerca de 3 km do estuário do Tejo e datado do Neolítico Antigo (Cardoso, 2010, pp. 26, 42, fig. 10-8). Outro polidor, ainda com duas camas, provém da anta II de Fernão Vaz (Ourique), a cerca de 1 km para norte do rio Mira, tendo sido encontrado junto da entrada do monumento. Aproveita bloco lajiforme de arenito e pode, dado a presença de afiador, também de arenito, e de três machados e de duas enxós, de pedra polida, indicar a existência de artífice especializado na produção daqueles artefactos, conforme foi deduzido pelos escavadores do sepulcro mencionado (Beirão e Silva, 1978, pp. 34-37, ests V e VI).

Alguns restos osteológicos, de ovino-caprinos e de bovinos, indicam a criação de gado, complemen-

tando economia de produção perfeitamente consolidada, de população cuja dieta diversificava-se com variadas espécies de moluscos marinhos, recolhidos nas zonas lagunares e estuarinas próximas ou na costa oceânica, mas baseada no consumo de cereais, conforme anteriormente referimos.

Ainda hoje se desconhece, com exactidão, a origem da arquitectura doméstica de madeira, das primeiras comunidades neolíticas da Europa de Leste e Central, conhecidas como casas longas e cuja existência A. Whittle (1985, p. 231) quis explicar, para a França e Ilhas Britânicas, em possível tradição derivada dos concheiros mesolíticos, com forma alongada.

Aquele tipo de edificações, desconhecido na Península Ibérica à excepção de caso isolado da Catalunha (La Draga), até à descoberta das estruturas latentes do Castelo Belinho e de outras na mesma região do Algarve (Vau, Portimão), pode dever-se a influxos exógenos, provindos da Europa Central, tanto através do Mediterrâneo como do Atlântico.

Apesar da grande coesão social e identidade mostrada pela estrutura da aldeia, com as suas casas longas, onde se pode presumir que o espaço seria repartido por diferentes membros de uma mesma família, designadamente a partir do género, como parece revelar o estudo da distribuição do espólio da Casa 1, a diferenciação social e a hierarquia encontram-se patentes na diversidade das áreas das casas, como pelas formas e dimensões das sepulturas.

Os silos não se encontravam associados a casas específicas e alguns, com maiores dimensões, poderiam ser de uso colectivo, tal como os depósitos de água, reflectindo forte cooperação entre os habitantes da aldeia, talvez integrando modelo comunitário, unindo os diferentes membros das famílias existentes.

As sepulturas detectadas no Castelo Belinho integraram claramente o espaço habitacional, denunciado por numerosos buracos de poste, correspondendo às casas longas, mas também por empedrados, silos e espólio característico, aspecto com grande impacto simbólico.

Podemos ser mais assertivos ao reconhecermos que algumas sepulturas estariam mesmo situadas

sob o espaço de casas ou que então estas teriam desaparecido aquando daquela utilização. No entanto, a maioria ocupava grande espaço delimitado por casas, talvez de uso comunitário e onde também encontramos muitas outras estruturas negativas (fossas deposicionais, silos).

A coexistência de espaços habitacionais e de sepulturas remonta, no actual território português, ao Mesolítico, conforme ilustra a convivência de tais estruturas na Moita do Sebastião (Muge) ou na Samouqueira (Sines), demonstrando solidariedades e laços de consanguinidade.

Naquele primeiro concheiro identificou-se cabana e do seu lado nascente necrópole de adultos, enquanto, no lado oposto existiu necrópole de crianças, junto a estruturas ligadas às actividades económicas, como silos e empedrados ou fumeiros, semelhantes aos do Castelo Belinho.

Bem mais tarde, durante a Idade do Bronze Médio encontramos, no Sul de Portugal, pequenos habitats muito próximos das necrópoles, aspecto ilustrado no Pessegueiro (Sines) ou no Vale da Telha (Aljezur), apresentando continuidades e recorrências diversas ao longo dos tempos e que se devem, sobretudo, ao desempenho ou à participação dos restos dos antepassados nas actividades sócio-religiosas daquelas sociedades.

No Castelo Belinho, a inumação individual, na posição contraída, em estrutura negativa, aberta nos sedimentos ou no substrato, com a forma de fossa ou de silo, apesar do evidente polimorfismo de tais espaços, corresponde a aspecto ritual comum a todas as sepulturas identificadas.

Embora a posição dos corpos, cujos restos osteológicos estudámos, seja semelhante, observando-se a solução contraída ou fetal, em *decubitus* lateral, pelo menos um caso constitui excepção (est. 53), dado o corpo ter sido depositado em *decubitus* dorsal, com as pernas dobradas para trás.

Também a orientação dos corpos não demonstra obedecer a normas, dado que nos seis casos em que foi possível determinar este aspecto reconheceu-se não haver direcção preponderante, apesar de dois deles terem a cabeça dirigida para nascente e os pés para poente.

Foi prática comum a cobertura dos corpos e o

preenchimento dos espaços funerários com terra, em pelo menos um caso contendo ocre vermelho, sendo aqueles selados por camada de pedras imbricadas, que poderiam constituir um muito pequeno *tumulus*. A maior parte destes não chegaram até à nossa intervenção, devido às ocupações e utilizações posteriores do sítio. A presença islâmica foi responsável pelo nivelamento do terreno, destruindo algumas de tais estruturas, mas também ajudou a conservar outras através de massa regularizadora do solo, constituída por pequenas pedras, terra e cal que, em certas zonas, as cobriu.

No espólio funerário é quase constante a presença de fragmentos de dormentes de mós, mas também de moventes, aspecto cuja simbologia, ligada ao ciclo morte-ressurreição, como à economia agrícola não pode passar despercebido e que já tínhamos detectado, no Sul de Portugal, relacionado com a erecção de menires e de *tumuli* (Gomes, 1997, p. 185; 1997a, p. 32; 2008a, pp. 92-94). De facto, tais utensílios, concebidos para responderem a actividade simbólica, ainda nos finais do Paleolítico Superior e sobretudo durante o Mesolítico, onde foram utilizados na moagem de pigmentos e depois de frutos e/ou de cereais selvagens, assumiram, durante o Neolítico, importância primordial, na farinhação de cereais domésticos, permitindo melhorar o seu consumo pelas sociedades humanas.

Eles devem, então, ter passado a simbolizar a abundância agrícola e a fertilidade da terra cultivada, integrando práticas religiosas, unindo as vertentes económica e sagrada, sendo ritualmente inutilizados. E é ainda, muito possivelmente, naquele mesmo contexto semiológico que surgem nas sepulturas outros artefactos, como as lascas e lamelas, que podem ter pertencido a foices e trilhos, os pedaços de machados ou de enxós e as cerâmicas, normalmente fragmentos, devendo, muitos deles, constituir a parte representativa do todo.

Algumas pequenas lascas, esquirolas e até fragmentos de cerâmica, com dimensões diminutas e aspecto rolado, sugerem a utilização de terra do povoado, ou do solo das casas nas estruturas funerárias, ocorrência que no presente contexto pode reflectir apenas aspecto prático, mas que continuará a surgir em tempos posteriores,

denunciando carácter eminentemente simbólico, de âmbito sócio-religioso.

Terras contendo fragmentos de artefactos, provenientes de zonas de habitat e que foram utilizadas em *tumuli* ou no preenchimento de câmaras funerárias, como as encontradas nas sepulturas do Castelo Belinho, traduzem aspecto ritual que detectamos em outros contextos neolíticos mais tardios como da Idade do Bronze, do Sul de Portugal (Silva e Soares, 1981, pp. 159-164; 1983, pp. 84, 85; Gomes, 1994, p. 84; 2008a, pp. 94, 95).

As vinte e duas braceletes de *Glycymeris bimaculata* (Poli, 1795), onze ostentadas em cada antebraço, preenchendo-os, que acompanhavam indivíduo desta necrópole, cuja idade é a mais elevada daqueles em que foi possível determiná-la, um anúncio para a época em que viveu, constituem caso excepcional, em toda a Pré-História peninsular.

Aqueles adornos, cuidadosamente cortados e polidos, não evidenciam sinais de uso, estando elaborados sobre valvas de espécie que não seria difícil de obter, embora própria da zona infralitoral (até 24 m de profundidade), onde vive enterrada na areia ou na vasa arenosa, das costas do Sul de Portugal, tal como de todo o Mediterrâneo.

Recordemos que, em todo o território nacional e abrangendo periodização do Neolítico ao Calcolítico, se conhecem somente cerca de duas dezenas de braceletes afins, mas em geral bem mais pequenas e estreitas. As braceletes de *Glycymeris* encontradas em outros arqueossítios do Algarve circunscrevem-se aos exemplares procedentes da gruta de Ibn Amar (Lagoa) e da sepultura tardo-neolítica do Cerro das Cabeças (Silves), por nós escavada (Gomes e Paulo, 2003, pp. 100-102).

As braceletes do Castelo Belinho constituem conjunto raro, de sofisticados bens de prestígio, que fazem recordar as séries de peças semelhantes, atadas em camadas, produzidas em certas ilhas do Pacífico e Nova Guiné, onde têm alto valor simbólico e económico, chegando a serem considerados os objectos com maior apreço, apesar do seu pouco uso prático (Malinowski, 1975, p. 99; Harrison, 1992, p. 237). Elas denunciam estreita ligação que tais populações mantêm com o mar, não tanto ao nível da sua subsistência mas antes das relações com os

mitos que a explicam.

É naquele quadro, dos objectos socialmente valorizados, que devemos integrar os restantes adornos de concha do Castelo Belinho (pendentes, contas e alfinete).

Na extremidade oposta, da escala da importância do espólio funerário, embora segundo perspectiva que tem muito de hodierno, encontram-se as três sepulturas desprovidas de quaisquer vestígios de artefactos (ests 2, 58, 59), correspondendo todas as inumações de crianças, embora em dois casos (ests 2 e 59), acompanhadas por alguns ossos de adultos.

Não obstante, importa não excluir liminarmente a hipótese de se terem constituído espólios funerários, que acompanhassem inumações, com artefactos construídos em materiais perecíveis, designadamente peles, fibras vegetais ou madeira, não pervivendo os seus testemunhos.

Todavia, os casos extremos acima indicados, e todos os outros que preenchem aqueles limites, indicam, de modo claro, muito significativa diferenciação dos estatutos sociais, espelhados na necropolização ou no ritual que a acompanha, nomeadamente no tipo de sepultura e espólio funerário. De facto, as três sepulturas infantis mencionadas, encontravam-se na zona sul do povoado, onde não existiam silos.

A reutilização de silos como sepulturas remetem-nos, uma vez mais, para significado conotado com a economia agrícola, mas ainda para estrutura negativa cuja forma reproduz a do ovo cosmogónico, ligado àquela e ao (re)nascimento dos corpos, em que então se acreditaria, dada a utilização do próprio ritual de inumação, como a opção pela posição fetal dos mortos. O ovo traduz a ideia de continuidade, por excelência, e trata-se, segundo M. Eliade, de uma "*epifania da criação*" (1977, pp. 489, 490). Os enterramentos em estruturas com forma de ovo teriam conotação uterina e repetiam simbolicamente a acção de plantar uma semente na terra, esperando-se a emergência de uma nova vida (Gimbutas, 1989, p. 151).

Não se conhece, no Extremo Sudoeste Peninsular, outra necrópole dos primórdios do Neolítico, embora sepultura, com morfologia e

provavelmente com cronologia idêntica às do Castelo Belinho tenha sido estudada no sítio das Atafonas (Torre de Coelheiros, Évora). Trata-se de fossa, escavada no substrato, que continha restos de quatro indivíduos, sem outro espólio e a que, mais tarde, se associaram duas outras fossas, estruturadas por anéis líticos (Albergaria, 2007, pp. 6, 16).

O tipo de destino dado aos mortos pela sociedade instalada no sítio do Castelo Belinho, talvez não a todos os mortos, corresponde a tempo onde a visibilidade das sepulturas, mesmo daqueles com reconhecidamente maior estatuto social, não traduzia ainda uma necessidade de carácter social. O simbolismo que aquelas transmitiam teria carácter privado, no círculo familiar e da comunidade onde viveram, evidenciando fortes laços de solidariedade social.

As edificações, que assinalavam a existência do povoado e da área por ele controlada, designadamente de captação de recursos e o principal meio de produção, os campos arroteados, eram as casas longas, algumas talvez destinadas ao culto, edificadas em madeira e demonstrando alto domínio da carpintaria, estruturas que na Europa Central desapareceriam em cerca de 4000 a.C. (Brophy, 2007, p. 94; Gomes, 2008). Os primeiros túmulos dolmênicos, ou proto-megalíticos, irão surgir no Sul de Portugal, em torno de 4500 a.C., constituindo marcadores de diferente estratégia sócio-económica e reflectindo outra ideologia.

Os testemunhos proporcionados pelo arqueossítio neolítico do Castelo Belinho contradizem o modelo mais recorrente que explica a neolitização do Sudoeste Peninsular. Neste a adopção da economia de produção, baseada na agricultura e pastorícia, era concebida como fenómeno lento, relacionado com a introdução de inovações nas sociedades com economia predadora, designadamente no interface costeiro, onde a fácil recollecção de moluscos, estuarinos e marinhos, ou de outros recursos, perviveria até datas tardias (Silva e Soares, 1981). Bem pelo contrário, a comunidade do Castelo Belinho revela sedentarização, tal como vida económica e social estável, possuindo espaços colectivos e outros talvez repartidos, por diferentes famílias. Esta

organização, interacção e laços de solidariedade permitem que consideremos a existência de aldeia.

Bibliografia

- ALBERGARIA, J. (2007) – O sítio neolítico das Atafonas (Torre de Coelheiros, Évora), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10(1), pp. 5-35.
- BEIRÃO, C. M. de M.; SILVA, C. T. da (1978) – O monumento megalítico II de Fernão Vaz (Ourique), *Setúbal Arqueológica*, vol. IV, pp. 29-46.
- BROPHY, K. (2007) – From big houses to cult houses: Early Neolithic timber halls in Scotland, *Proceedings of the Prehistoric Society*, vol. 73, pp. 75-96.
- CARDOSO, J. L. (2005) – O Neolítico Antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos cinco anos, *Os Últimos Caçadores-Recolectores e as Primeiras Comunidades Produtoras do Sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*, pp. 23-48, Universidade do Algarve, Faro.
- CASSELBERRY, S. E. (1974) – Further refinement of formulae for determining population from floor area, *World Archaeology*, vol. 6, pp. 117-122.
- COOK, S. F.; HEIZER, R. F. (1968) – Relationships among houses, settlement areas and population in aboriginal California, *Settlement Archaeology*, Palo Alto.
- COUDART, A. (1998) – *Architecture et Société Néolithique. L'Unité et la Variance de la Maison Danubienne*, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris.
- ELIADE, M. (1977) – *Tratado de História das Religiões*, Edições Cosmos, Lisboa.
- GIMBUTAS, M. (1989) – *The Language of the Goddess*, Thames and Hudson, Londres.
- GOMES, M. V. (1994) – O sepulcro colectivo de Pedra Escorregadia (Vila do Bispo, Faro) – Notícia da escavação de 1991, *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, pp. 79-91, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- GOMES, M. V. (1997) – Megalitismo do Barlavento Algarvio – Breve Síntese, *Setúbal Arqueológica*, vols 11-12, pp. 147-190.
- GOMES, M. V. (1997a) – Cromleque dos Almendres. Um dos primeiros grandes monumentos públicos da Humanidade, *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, pp. 25-34, Câmara Municipal de Évora, Évora.
- GOMES, M. V. (2008) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the first Southwest Iberian Villages, *The Early Neolithic in the Iberian Peninsula. Regional and Transregional Components*, pp. 71-78, British Archaeological Reports, Oxford.
- GOMES, M. V. (2008a) – Padrão 9 (Vila do Bispo). Um monumento singular do Barlavento Algarvio, *Xelb*, vol 8 (1), pp. 75-102.
- GOMES, M. V. (2010) – Castelo Belinho (Algarve): a ritualização funerária em meados do V milénio A.C., *Os Últimos Caçadores-Recolectores e as Primeiras Comunidades Produtoras do Sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*, pp. 69-79, Universidade do Algarve, Faro.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L.; ALVES, F. J. S. (1995) – *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Lagoa*, Câmara Municipal de Lagoa, Lagoa.
- GOMES, M. V.; PAULO, L. C. (2003) – Sepultura neolítica do Cerro das Cabeças (Enxerim, Silves, Algarve), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 6 (2), pp. 83-107.
- HARRISSON, S. (1992) – Ritual as intellectual property, *Man*, new series, vol. 27(2), pp. 225-244.
- JEUNESSE, C. (1997) – *Pratiques Funéraires au Néolithique Ancien. Sépultures et Nécropoles Danubiennes 5500-4900 av. J.C.*, Éditions Errance, Paris.
- LARSSON, M. (1985) – *The Early Neolithic Funnel-Beaker Culture in South-West Scania, Sweden, Social and Economic Change 3000-2500 B.C.*, British Archaeological Reports, International Series 264, Oxford.
- LHOTE, H. (1952) – *Au sujet des haches polies de petites dimensions*, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tomo XLIX (10), pp. 524-528.
- MALINOWSKI, B. (1975) – *Los Argonautas del Pacífico Occidental*, Ediciones Peninsula, Barcelona.
- MARTINS, A. P.; CASTRO, C. de; TORRES, F. (1961) – Zona 6, *Arquitectura Popular em Portugal*, vol. 2, pp. 241-359, Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa.
- NAROLL, R. (1962) – Floor area and settlement pattern, *American Antiquity*, nº 27, pp. 587-589.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J. (1981) – *Pré-História da Área de Sines – Trabalhos Arqueológicos de 1972-77*, Gabinete da Área de Sines, Lisboa.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral. A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém), *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 1, pp. 63-87.
- VAN DER LEEUW, G. (1938) – Das Sogenannte Hockerbegräbniss und der ägyptische tjknw, *Studi e Materiali di Storia delle Religioni* (Roma), vol. 14, pp. 150-167.
- WHITTLE, A. (1985) – *Neolithic Europe. A Survey*, Cambridge University Press, Cambridge.

Fragmento de estela epigrafada, da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, procedente de Sabóia (Odemira, Beja, Portugal)

*Mário Varela Gomes*¹

Abstract

A fragment of an Iberian Southwestern 1st Iron Age epigraphic stele found near Sabóia is presented. It shows fourteen letters, probably corresponding to three words. The translation, according to Greek archaic writing phonetic parallels, says: “Kunaga, wife of Eurémeon”

¹ Docente do Departamento de História da F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26 – C; 1069-061 Lisboa). Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas – Artes.

1. Proveniência

Foi-nos facultado para estudo, pelo Dr. José Pereira Malveiro, activo defensor e divulgador do património do Baixo Alentejo e autor de interessante monografia sobre Garvão (Malveiro, 2003),

fragmento de estela epigrafada, na denominada escrita do Sudoeste Peninsular, atribuída à I Idade do Ferro (séculos VIII-VI a.C.).

Aquele importante testemunho arqueológico foi adquirido ao Sr. Henrique, ferro-velho de

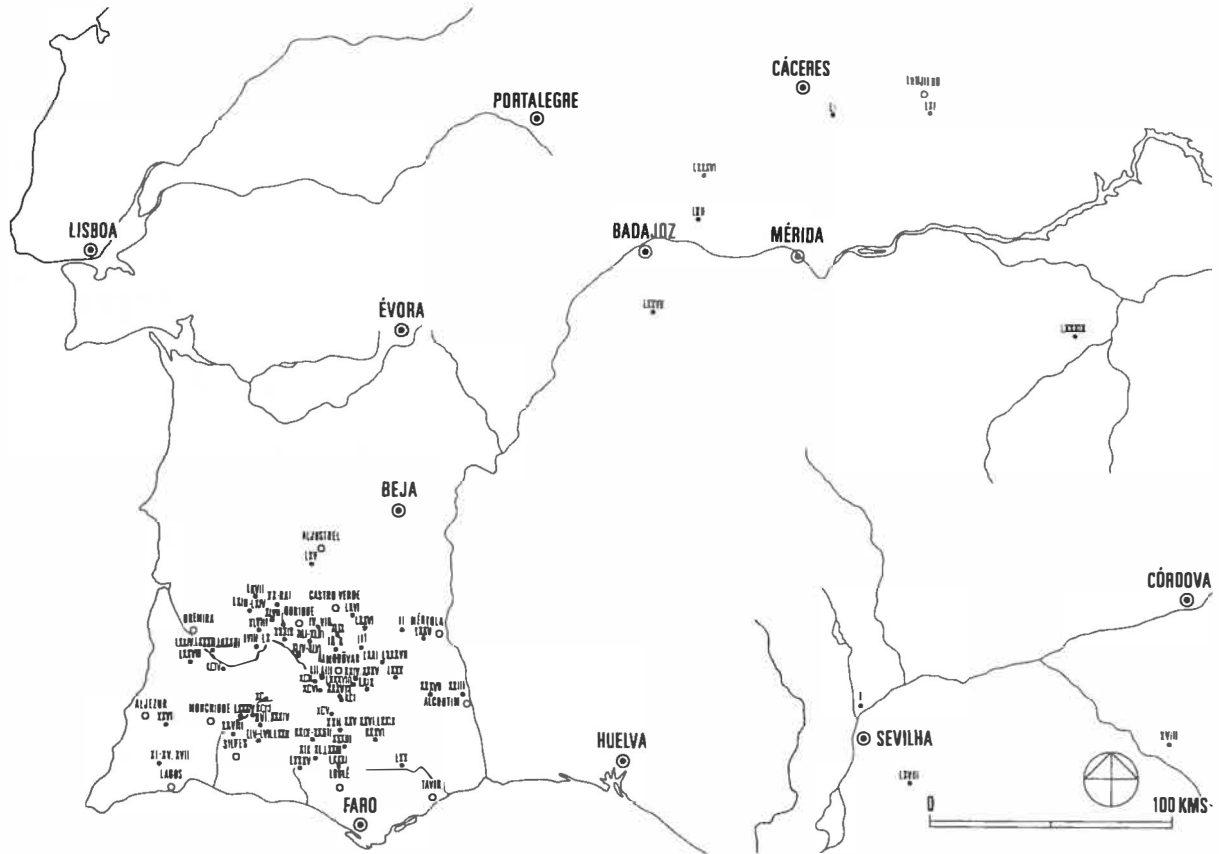


Fig. 1 Localização aproximada do sítio de origem da estela de Sabóia e das restantes estelas egigrafadas da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular.

I – Alcalá del Rio (Sevilha); II – Góias (Beja); III – Vale de Ourique (Beja); IV – Ourique I (Beja); V – Ourique II (Beja); VI – Ourique III (Beja); VII – Ourique IV (Beja); VIII – Ourique V (Beja); IX – Guedelhas I (Beja); X – Guedelhas II (Beja); XI – Fonte Velha I (Faro); XII – Fonte Velha II (Faro); XIII – Fonte Velha III (Faro); XIV – Fonte Velha IV (Faro); XV – Fonte Velha V (Faro); XVI – Cômoros da Portela I (Faro); XVII – Fonte Velha VI (Faro); XVIII – Puente Genil (Córdova); XIX – Alagoas I (Faro); XX – Cerro dos Enforcados I (Beja); XXI – Cerro dos Enforcados II (Beja); XXII – Vale dos Vermelhos I (Faro); XXIII – Alcoutim (Faro); XXIV – Tavilhão I (Faro); XXV – Vale dos Vermelhos II (Faro); XXVI – Vale dos Vermelhos III (Faro); XXVII – Corte de Père Jacques (Faro); XXVIII – Dobra (Faro); XXIX – Ameixial I (Faro); XXX – Ameixial II (Faro); XXXI – Ameixial III (Faro); XXXII – Ameixial IV (Faro); XXXIII – Azinhal dos Mouros (Faro); XXXIV – Cômoros da Portela II (Faro); XXXV – Tavilhão II (Faro); XXXVI – Portela (Faro); XXXVII – Mestras (Faro); XXXVIII – Corte do Freixo I (Beja); XXXIX – Bastos (Beja); XL – Alagoas II (Faro); XLI – Mealha Nova I (Beja); XLII – Mealha Nova II (Beja); XLIII – Mealha Nova III (Beja); XLIV – Pêgo I (Beja); XLV – Pêgo II (Beja); XLVI – Pêgo III (Beja); XLVII – Penedo (Beja); XLVIII – Carapetal (Beja); XLIX – Azinhal (Beja); L – Nobres (Beja); LI – Cañamero (Cáceres); LII – Abóbada I (Beja); LIII – Abóbada II (Beja); LIV – Benaciate I (Faro); LV – Benaciate II (Faro); LVI – Benaciate III (Faro); LVII – Benaciate IV (Faro); LVIII – Fonte Santa I (Beja); LIX – Fonte Santa II (Beja); LX – Fonte Santa III (Beja); LXI – Almoróqui (Cáceres); LXII – Siruela (Badajoz); LXIII – Biscoitinhos I (Beja); LXIV – Biscoitinhos II (Beja); LXV – Gavião (Beja); LXVI – Monte Novo do Visconde (Beja); LXVII – Arzil (Beja); LXVIII – Villamanrique (Sevilha); LXIX – Cerca do Curralão (Beja); LXX – Fuzeta (Faro); LXXI – Corte Azinheira I (Beja); LXXII – Benaciate V (Faro); LXXIII – Alagoas III (Faro); LXXIV – Pardieiro I (Beja); LXXV – Mértola (Beja); LXXVI – Neves (Beja); LXXVII – Capote (Badajoz); LXXVIII – Alcoforado (Beja); LXXIX – Vale dos Vermelhos IV (Faro); LXXX – Canafexal (Beja); LXXXI – Viameiro (Faro); LXXXII – Pardieiro II (Beja); LXXXIII – Pardieiro III (Beja); LXXXIV – Passadeiras (Faro); LXXXV – Barradas (Faro); LXXXVI – Medellin (Cáceres); LXXXVII – Corte Azinheira II (Beja); LXXXVIII – Monte Novo do Castelinho (Beja); LXXXIX – Cabeza del Buey (Badajoz); XC – São Martinho (Faro); XCI – Corte do Freixo II (Beja); XCII – Mesa dos Castelinhos (Beja); XCIII – Vale de Águia (Faro); XCIV – Sabóia (Beja); XCV – Corte Pinheiro (Faro); XCVI – Monte Gordo (Beja).

Corte Malhão, em 2003, que assegurou proceder o mesmo da zona de Sabóia, no concelho de Odemira, onde aliás se conhecem outras epígrafes contemporâneas e foi escavada necrópole, no sítio do Pardieiro, que entregou algumas estelas contendo o mesmo tipo de escrita (Beirão e Gomes, 1988; Beirão, 1990) (Fig. 1).

Também, a primeira estela sidérica da necrópole do Pardieiro foi igualmente recolhida pelo Dr. José Pereira Malveiro, tendo feito parte do acervo arqueológico da Associação Cultural e de Defesa do Património de Garvão, pertencendo hoje à colecção do Museu Regional Rainha D. Leonor, de Beja, embora depositada no Museu da Escrita do Sudoeste, recentemente inaugurado em Almodôvar.

2. O monumento

Conforme acima mencionámos, trata-se de porção com contorno trapezoidal, contendo parte do volume distal e mesial de monólito, com forma estelar, talhado em xisto, de cor cinzenta escura, embora as superfícies expostas mostrem cor cinzenta clara. Subsiste apenas parte original do bordo situado do lado direito, mostrando no restante perímetro numerosas fracturas, que muito afectaram a sua forma e dimensões originais, amputando grande

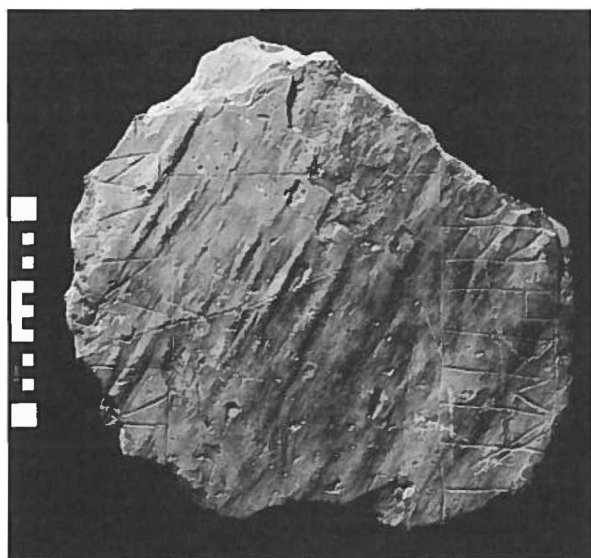


Fig. 2 Estela de Sabóia (foto M. V. Gomes, R I/08-6).

parte do texto epigrafado que continha (Fig. 2).

O anverso, ou seja a superfície que serviu de suporte à inscrição, oferece forma plana, obtida naturalmente a partir de linha de fractura, e pátina, devido à sua exposição aos agentes meteóricos, o mesmo acontecendo com a porção conservada do bordo primitivo.

O volume proximal, totalmente desaparecido, era anepígrafo e destinava-se a fixar o monólito ao solo.

Mede 0,412 m de altura, 0,404 m de largura e 0,035 m de espessura máxima, sendo possível que a sua altura, quando inteira, atingisse quase o dobro da que actualmente se observa.

3. A epígrafe

Foi gravada no anverso da estela, nas superfícies mesial e distal, utilizando-se, como esboço, linhas filiformes, depois alargadas e aprofundadas através de abrasão. Todavia, duas letras mostram finos picotados, em um dos casos para melhor definir linha semicircular, difícil de obter por abrasão (Fig. 3).

O texto, desenvolvendo-se no sentido dextrorso, foi integrado em cartela, com forma de pórtico, ou seja com um tramo ascendente, situado no lado esquerdo do leitor, um segundo horizontal, no topo, e o terceiro, descendente e à direita do observador.



Fig. 3 Estela de Sabóia (lev. M. V. Gomes).

No interior do espaço envolvido pela cartela detectaram-se algumas incisões filiformes, de carácter parasita.

A cartela foi figurada com técnica idêntica à das letras e mede 0,088 m de largura média, embora apenas se conserve em sector do último tramo acima indicado, dado que nos dois outros a sua linha exterior desapareceu totalmente, devido às profundas fracturas ali existentes e já referidas.

Identificaram-se sete letras completas, cinco quase completas e duas ainda reconhecíveis, ou seja, um total de catorze letras, das cerca de duas dezenas que possuiria a inscrição.

O texto encontra-se interrompido em duas zonas, ambas do seu tramo horizontal e onde as letras estão invertidas, apesar de continuarem a constituir texto dextrorso (Fig. 6).

Não existe a certeza absoluta se a epígrafe foi iniciada com a primeira letra que actualmente se detecta, ou se termina com a última letra que ali se observa, podendo, neste sector, ser originalmente algo mais extensa.

As letras maiores medem 0,088 m de altura e as menores, o *ómicron*, apenas 0,032 m. Todas elas oferecem formas bem conhecidas na escrita do Sudoeste Peninsular e, designadamente, no alfabeto de Espanca. Como característica mais evidente, observam-se os *alfas* com a barra muito oblíqua, tocando o extremo de uma das hastes, um *heta* com três barras oblíquas e um *épsilon*, contendo duas barras também oblíquas.

As letras da epígrafe em apreço oferecem morfologia semelhante às utilizadas na inscrição de Vale de Águia (São Bartolomeu de Messines, Silves)



Fig. 4 Porção inicial do texto da estela de Sabóia (foto M. V. Gomes, R I/08-8).



Fig. 5 Porção terminal do texto da estela de Sabóia (foto M. V. Gomes, R I/08-7).

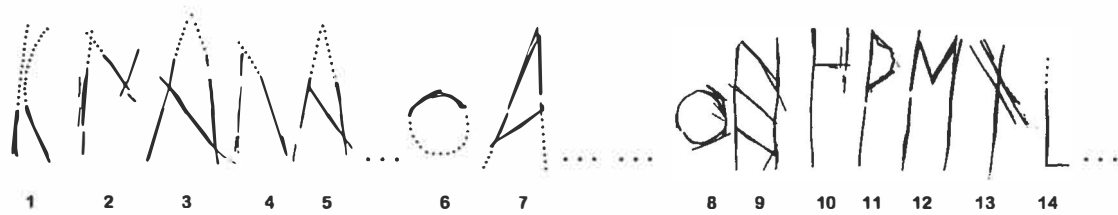


Fig. 6 Texto da estela de Sabóia (seg. M. V. Gomes).

(Gomes e Cabrita, 2006-07).

A primeira letra corresponde a *kapa*, constituído por haste vertical e linha curva, muito aberta e separada daquela. Também nos exemplares mais antigos de tais signos, das escritas gregas arcaicas, as barras oblíquas não se ligam ao traço vertical (Jeffery, 1961, p. 30). O seu valor fonético é o do *k* ou do *c* latinos.

A segunda letra identifica-se com *nu*. O seu valor fonético é o do *n* latino.

As terceira, quinta e sétima letras são *alfas*, com duas hastes dispostas em forma de V invertido e barra bem oblíqua, mais alta do lado esquerdo em dois dos exemplares e quase tocando a extremidade inferior da haste direita. O valor fonético é o do *a* latino.

A quarta letra é um *gama*, em forma de V invertido ou de ângulo agudo. Esta forma foi usada na Ática, entre os séculos VIII e V a.C. (Jeffery, 1961, p. 23). O seu valor fonético é o do *g* latino.

A sexta e oitava letras representam *ómicrons*, de médias dimensões, possuindo o valor fonético do *o* latino.

A nona letra é a vogal aspirada *heta*, com forma próxima daquela que surge no alfabeto arcaico de Tera, na escrita ática antiga e em outros alfabetos de diversos lugares da Grécia Central, como do Peloponeso, até ao século VI a.C. (Jeffery, 1961, p. 28). O seu valor fonético pode ser *e*, *i*, *he* ou de *e* longo, mas também de *e* aspirado ou apenas de *h*, indicando também aspiração (Ghinatti, 1999, p. 65).

A décima letra é um *upsilon*, com aspecto idêntico ao que surge nas escritas gregas arcaicas e valor fonético do *u* latino (Jeffery, 1961, p. 35).

A décima primeira letra corresponde a *rho*, com a parte superior semicircular, embora em algumas epígrafes contemporâneas tenha forma triangular,

talvez devido à dificuldade de se gravar um semicírculo. O seu valor fonético é o do *r* latino.

A décima segunda letra é um *mu*, com o valor fonético do *m* latino.

A décima terceira letra corresponde a *épsilon*, oferecendo duas barras oblíquas, com o valor fonético do *e* latino ou do ditongo *ei*, conforme acontecia em Corinto, mas também da vogal aspirada *he* (Jeffery, 1961, p. 24).

A décima quarta letra encontra-se denunciada apenas por parte de traço vertical e de outro horizontal, pelo que deve corresponder a "ómicron quadrado", signo conhecido na estela de Barradas (Gomes, 1996) e em outras da escrita do Sudoeste Peninsular, com paralelos no lemnio e no jónico (Della Seta, 1937, p. 121).

4. Comentário

A morfologia do suporte, das letras e a disposição destas indicam que o monólito em apreço corresponde a estela funerária, da Idade do Ferro, com abundantes paralelos no Baixo Alentejo e no Algarve e, mais raros, na Estremadura Castelhana ou na Andaluzia Ocidental.

De facto, a disposição do texto em forma de pórtico, é uma das mais recorrentes daqueles monumentos, podendo mesmo registar simbologia de carácter escatológico, ligada portanto à morte, através do conceito grego de *mundus*, que aquela forma representaria, aludindo à passagem da alma para dimensão transcendente.

A transcrição dos sectores conservados da epígrafe é a apresentada a seguir, a partir dos valores fonéticos dos alfabetos gregos arcaicos e minorasiáticos, dos séculos VIII a VI a.C.

O texto é o seguinte:

KNAGA?OA... O EURMEO?

A sua reconstituição será:

K(o/u)NAGA... OA[RE]N]O EUR(e)MEO[N]

Segundo julgamos, encontramos-nos perante epígrafe, correspondendo a fórmula funerária, constituída por três palavras, embora não correspondam aos *tria nomina*, conforme acontece com outras inscrições do mesmo período e conviria à função do monumento.

A primeira palavra constitui antropónimo. A nossa leitura *Konaga/Kunaga* é muito semelhante a *Kónagos*, antropónimo registado, no século II a. C., na Tessália (Fraser e Matthews, 2000, p. 243) e a *Kúnagos*, surgido na Lacónia, no século VI a.C. (Fraser e Matthews, 1997, p. 261).

A segunda, *Oareno*, também se identifica na estela de Vale de Ourique (III) (*Oaren*), pelo que foi possível proceder à sua restituição na inscrição em estudo.

É semelhante àquela, *lareno/lareni/Uareni*, presente em cinco epígrafes do Sudoeste (Cerro dos Enforcados I e II, Ameixial II, III e talvez IV). *Oareno* e *lareno* podem relacionar-se com *oaros*, que em grego designa esposa, tendo-se registado na Ásia Menor o teónimo *Oreai (Mater Oreia)* (Robert, 1963, p. 84).

A última palavra, outro antropónimo, designa, em grego, eloquente (*eurémon*) e foi igualmente reconhecida na estela de Fonte Velha de Bensafrim I, hoje no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. Ela encontra paralelo em *Eurémon*, de inscrição procedente de Salamina, em Chipre, datada no século II a. C. (Fraser e Mathews, 1987, p. 183), como em epígrafe, de meados do século III a.C., da Beócia (Fraser e Matthews, 2000, p. 164) ou em outras de Epidauro, na Argólida, datada no século IV a.C., e da Arcádia, com cronologia do século II a. C. (Fraser e Matthews, 1997, p. 173). Segundo P. Chantraine (1999, p. 388), o prefixo *eu*, muito usado na formação de nomes, desde o micénico, exprime abundância.

Em cupa funerária de Mértola, do século II, regista-se um *Aemilius Eurémon*. Este nome não é conhecido no mundo romano, pelo que a sua presença foi explicada a partir da possível origem gre-

ga daquele (Encarnação, 1984, p. 177), mas que podemos agora fazer ascender à Proto-História local.

A tradução da lápide, de Sabóia, será: "Kunaga, esposa de Eurémeon."

Bibliografia

- BEIRÃO, C. de M. (1990) – Epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos, *Estudos Orientais*, vol. I, pp. 107-118.
- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1988) – A estela epigrafada do Pardieiro. S. Martinho das Amoreiras (Odemira, Beja), *Veleia*, vol. 5, pp. 115-123.
- CHANTRAINE, P. (1999) – *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque, Histoire des Noms*, Klincksieck, Paris.
- DELLA SETA, A. (1937) – Iscrizioni Tirreniche di Lemno, *Scritti in Onore de Bartolomeo Nogara*, pp. 119-146, Città del Vaticano, Roma.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra.
- FRASER, P. M.; MATTHEWS, E. (1987) – *A Lexicon of Greek Personal Names*. vol. I, *The Aegean Islands, Cyprus, Cyrenaica*, The British Academy Press, Oxford.
- FRASER, P. M.; MATTHEWS, E. (2000) – *A Lexicon of Greek Personal Names*. vol. III.B, *Central Greece: From the Megarid to Thessaly*, The British Academy Press, Oxford.
- GHINATTI, F. (1999) – *Alfabeti Greci, Problemi e Prospettive del Mondo Antico*, G. B. Paravia, Torino.
- GOMES, M. V. (1996) – Estela epigrafada e necrópole, da I Idade do Ferro, de Barradas, Benafim (Loulé), *al-Ulyā*, nº 5, pp. 9-22.
- GOMES, M. V.; CABRITA, L. M. (2006-07) – Inscrição, na escrita do Sudoeste, do Vale de Águia. São Bartolomeu de Messines, Silves, *Arqueologia & História*, vols 58, 59, pp. 79-82.
- JEFFERY, L. H. (1961) – *The Local Scripts of Archaic Greece. A Study of the Origin of the Greek Alphabet and its Development from the Eight to the Fifth Centuries B.C.*, Oxford Monographs on Classical Archaeology, Oxford University Press, Oxford.
- MALVEIRO, J. P. (2003) – *Garvão. Herança Histórica*, Edição do Autor, Garvão.
- ROBERT, L. (1963) – *Noms Indigènes dans l'Asie-Mineure Gréco-Romaine*, Bibliothèque Archeologique et Historique de l'Institut Français d'Archéologie d'Istanbul, Paris.

O presente texto encontrava-se no prelo quando o nosso aluno, Dr. José Daniel Malveiro, teve conhecimento de que a estela agora estudada foi recolhida pelo Sr. Gualdino, primo do Sr. Henrique acima referido, perto da povoação de Viradouro, em local denominado Cerro dos Mouros (*Carta Militar de Portugal*, nº 570), onde parece existir necrópole, talvez contemporânea daquele monólito.

Uma primeira leitura sobre a ocupação pré-histórica do sítio Monte da Barrada II (Alfundão, Ferreira do Alentejo)

*César Augusto Neves*¹

1. Introdução

O sítio arqueológico Monte da Barrada II foi identificado durante a execução do acompanhamento arqueológico realizado no âmbito do projecto “Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Alfundão”, desenvolvido pela EDIA S.A.

Aquando da abertura da vala para a colocação de uma conduta de água, foram identificadas, centradas no eixo da futura conduta, três manchas de terra, de forma circular, em negativo no substrato geológico.

¹ Arqueólogo – Crivarque, Lda. – c.augustoneves@gmail.com

Esta situação de contextos arqueológicos identificados no decorrer do acompanhamento arqueológico já estava prevista no Relatório de Conformidade Ambiental deste Projecto (RECAPE):

“Caso sejam identificados outros vestígios arqueológicos na fase de acompanhamento da obra, na área a intervir, estes implicam a definição de um plano de trabalhos complementares, correspondendo a medidas de sondagem, escavação e registo, que deverão compreender um cronograma específico, definido de forma a permitir o estudo e tratamento apropriado dos vestígios e, simultaneamente, minimizar custos e contratempos ao desenvolvimento do Projecto” (Matos, Fonseca & Associados, 2008, p.29).

De igual modo, os responsáveis pelo RECAPE, conscientes que este tipo de realidade arqueológica não é, facilmente, detectável à superfície, e que têm vindo a ser, com frequência, identificadas em espaços adjacentes, alertaram as futuras equipas de arqueologia, que iriam fazer o acompanhamento arqueológico, para este tipo de contextos:

“Salienta-se que o acompanhamento arqueológico de obra associado a outros projectos do EFMA, tem permitido identificar arqueossítios constituídos por estruturas negativas (realidades escavadas no substrato rochoso), que não são reconhecíveis através de indicadores de superfície. Tal teve lugar no

âmbito da empreitada do Bloco de Rega do Pisão que se desenvolve a nascente dos Blocos de Rega de Alfundão e respectiva Adução.

Trata-se de uma tipologia de vestígios para a qual a equipa de acompanhamento arqueológico de obra deverá estar particularmente sensibilizada e a observação das mobilizações de solos deve ser particularmente minuciosa.” (Matos, Fonseca & Associados, 2008, p.29).

Afim de se registar e caracterizar eventuais níveis arqueológicos conservados, o IGESPAR determinou a realização de três sondagens, cada uma correspondente a uma possível estrutura arqueológica. A execução destas medidas de minimização ficou a cargo da empresa Crivarque, Lda., tendo sido o signatário o responsável científico pela mesma.

A escavação arqueológica no Monte da Barrada II realizou-se nos dias 1 e 2 de Outubro de 2009.

2. Enquadramento

Localização Administrativa e Geográfica

O sítio arqueológico Monte da Barrada II localiza-se, administrativamente, em Portugal, na freguesia de Alfundão, concelho de Ferreira do Alentejo e distrito de Beja. A área intervencionada localiza-se na Carta Militar de Portugal, na folha nº 509 à escala de 1:25000 (Fig.1).

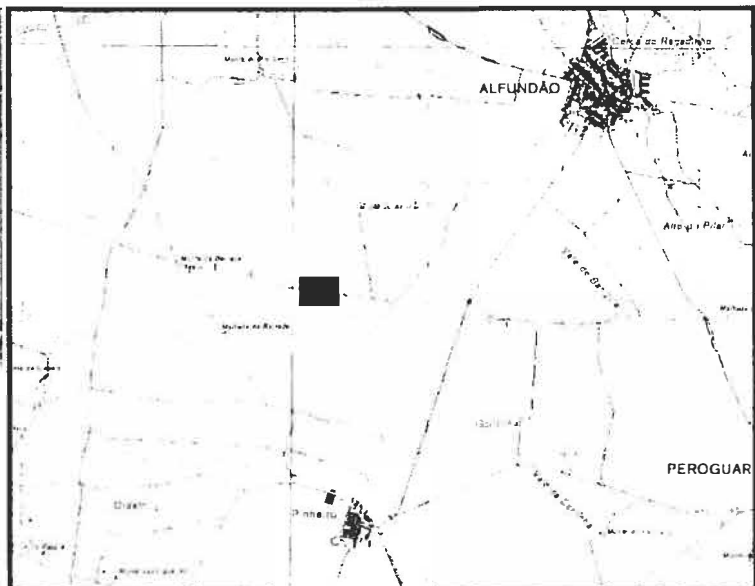
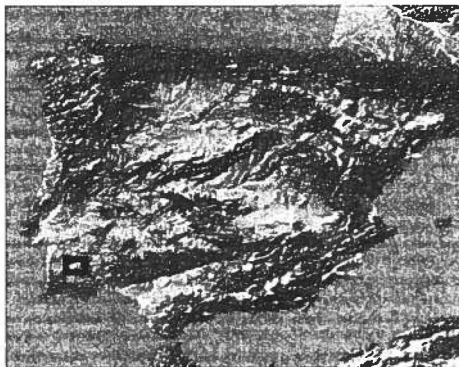


Fig. 1 Localização do Monte da Barrada II na Península Ibérica e CMP 1:25 000, nº 509. Serviços Cartográficos do Exército.

As coordenadas correspondentes, no Datum Lisboa, são:

M – 204152, 872

P – 126574, 882

A – 115, 387

Geologia e Geomorfologia

A área estudada, localizada na bacia hidrográfica do Rio Sado, fica situada no sul de Portugal continental, na região do Baixo Alentejo. O relevo tem as características gerais da peneplanície alentejana, aplanadas ou ligeiramente ondulado, esporadicamente interrompido por zonas um pouco mais acidentadas constituindo relevos de dureza residuais (FEIO, 1951).

Geomorfologicamente, o sítio Monte da Barrada II implanta-se em plena peneplanície alentejana, unidade fundamental do relevo, encontrando-se, nesta zona, levemente dissecada pela rede hidrográfica.

Do ponto de vista geológico enquadra-se no denominado Maciço de Beja, na unidade do Complexo Plutono – Vulcânico de Odivelas, que é constituída pelo Complexo Básico de Odivelas e dos pelos Gabros de Beja. O sítio encontra-se numa zona de contacto entre estas duas unidades, desenvolvendo-se mais intensamente nos Gabros de Beja, constituídos por gabros e anortositos cumulados. O Complexo Básico de Odivelas é constituído nesta zona por basaltos e diabases, estando a sua distribuição e localização correcta um pouco indefinida. No entanto, o espaço intervencionado assenta sobre formações de calcários brandos, esbranquiçados e pulverolentos, que facilmente se escavam e permitem a elaboração de contextos estruturais negativos.

Na realidade, para esta zona do maciço de Beja apenas as grandes unidades estão estabelecidas, sendo os seus limites no terreno variáveis e a caracterização específica difícil de realizar, isto devido à ausência de cartografia mais detalhada (disponível, apenas, à escala 1: 200 000).

O Monte da Barrada II localiza-se numa vasta área plana, sem acidentes geográficos de grande expressão, nem condicionantes visuais. A Norte localiza-se a linha de água mais próxima, ou seja, a



Fig. 2 Monte da Barrada II antes da escavação. Área a intervencionar enquadrada com a vala do futuro sistema de rega.

Ribeira do Alfundão.

Condições do sítio antes do início dos trabalhos

No início dos trabalhos encontrava-se, somente, a vala aberta, sem a definitiva tubagem colocada no interior. Desta forma, em virtude dos trabalhos arqueológicos aqui descritos, os trabalhos de obra ficaram, nesta zona, suspensos. É de difícil apreensão qualificar o grau de destruição nas estruturas arqueológicas, ocorrido durante a abertura da vala. Esta situação prende-se com o facto de duas possíveis estruturas estarem no meio da vala, não tendo nenhum corte da vala que auxiliasse à confirmação estratigráfica que assegurasse o grau de destruição ou a ausência deste (Fig.2). Não se observaram quaisquer materiais arqueológicos à superfície nem nos montes de terra correspondentes à abertura da vala nesta área.

Na área envolvente observaram-se terrenos intensamente cultivados, com recurso a adubos

químicos provocando uma grande alteração do solo. Assim, apesar de não existirem construções antrópicas directamente sobre o sítio, este encontrava-se afectado por actividade agrícola.

3. Descrição dos trabalhos: metodologia e caracterização estratigráfica

Os principais objectivos da intervenção foram os seguintes:

- Escavação manual e integral de três possíveis estruturas negativas;
- Determinar a existência e grau de conservação de contextos estratigráficos, sequências de ocupação humana e estruturas, conservados *in situ*;
- Registo dos níveis e/ou estruturas arqueológicas identificadas e devida caracterização;
- Integrar crono-culturalmente os vestígios, nomeadamente, através do estudo dos materiais arqueológicos exumados no decorrer da intervenção;
- Determinar as medidas mais apropriadas para protecção/minimização de impactes negativos subsequentes.

Foram implantadas três sondagens, cuja área total correspondia a 10m².

Sondagem	Dimensão (m)
1	1,5 x 1,5
2	1,5 x 1,5
3	2 x 2

Quadro 1 Sondagens arqueológicas

A escavação do Monte da Barrada II foi realizada segundo o princípio da estratigrafia de *Harris*, ou seja, por unidades estratigráficas (escavação de camadas, interfaces arqueológicas e estruturas, seguindo uma lógica inversa ao seu processo de formação, ou seja, a última camada arqueológica a formar-se foi a primeira a ser decapada) (Harris, 1991; Harris, *et al.*, 1993).

Todas as unidades estratigráficas foram registadas através do preenchimento de uma ficha adequada ao método proposto e fotografadas em formato

digital.

As unidades estratigráficas foram, igualmente, registadas graficamente, realizando-se os desenhos de todos os planos de depósitos, estruturas, alçados e perfis estratigráficos, à escala 1:20, sempre com a indicação das cotas altimétricas.

A implantação das áreas de escavação, assim como todos os pontos altimétricos e registos topográficos efectuados, foram realizados com o apoio de uma equipa de topografia.

Descrição estratigráfica:

As sondagens foram implantadas na área balizada pela empreitada, entre os dois troços de vala totalmente aberta. Nestas zonas de vala já aberta, nos espaços envolventes, não se visualizavam qualquer tipo de estruturas ou materiais arqueológicos.

Astrês sondagens arqueológicas foram implantadas consoante as eventuais estruturas arqueológicas identificadas pelo acompanhamento arqueológico. A forte probabilidade dos vestígios arqueológicos corresponderem a estruturas negativas escavadas no substrato geológico, levou a EDIA, S.A. e IGESPAR a enquadrá-las em sondagens arqueológicas que possibilitassem um espaço suficiente para a sua integral escavação, sem, se possível, extravasar os limites físicos da vala da conduta de rega.

As sondagens 1 e 2 correspondem às estruturas que se encontravam centradas no eixo da conduta, no meio da vala. A sondagem 3 corresponde à estrutura que estava, em grande parte, no corte Norte.

Sondagem 1 e 2

A sequência estratigráfica destas duas sondagens foi idêntica, bem como os resultados daí obtidos, razões pelas quais se optou por apresentá-las em conjunto. Nestas sondagens não foi identificado nenhum nível ou material arqueológico.

A sua escavação permitiu observar a existência de duas estruturas negativas escavadas no substrato geológico, sendo que o topo destas, identificado no acompanhamento arqueológico, encontrava-se a cerca de 80cm de profundidade da superfície actual. No geral, a estratificação observada e registada foi a seguinte:

- UE [100] (Sondagem 1) / Fossa 1 - Estrutura



Fig. 3 Sondagem 3. Implantação entre a área de afectação e o talude Norte da vala.

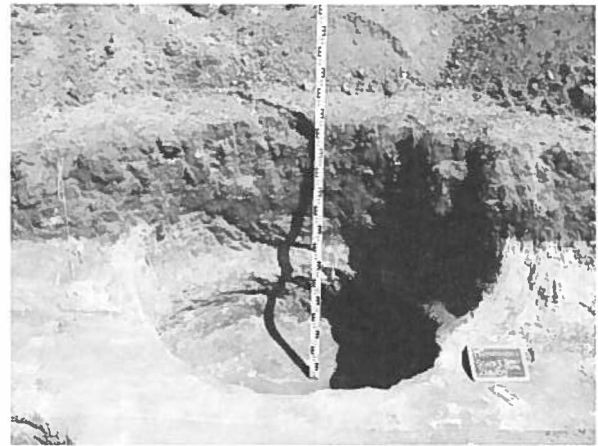


Fig. 4 Sondagem 3. UE [300] – Plano Final.

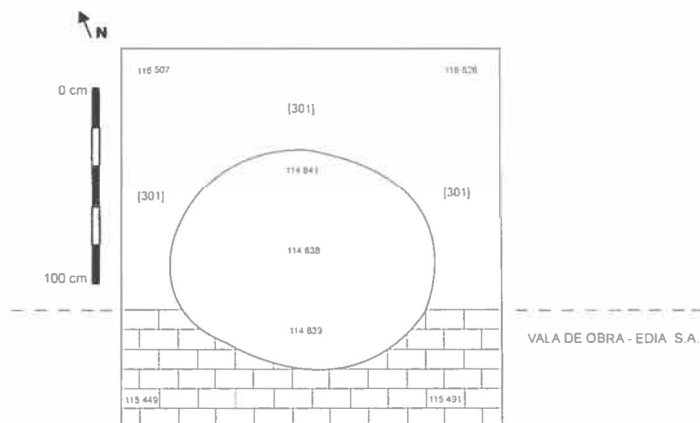
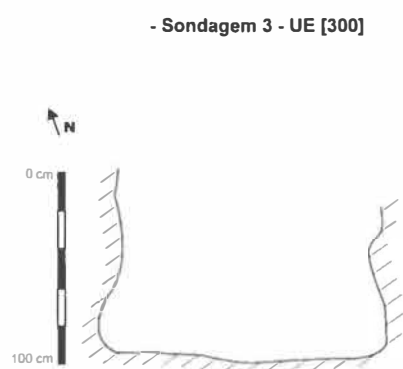
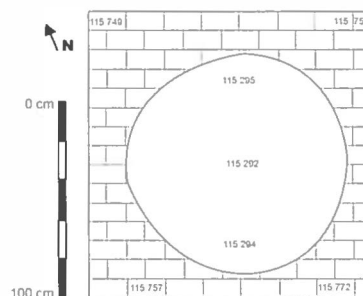
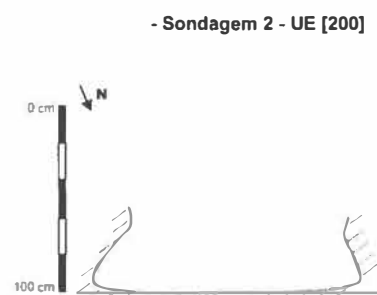
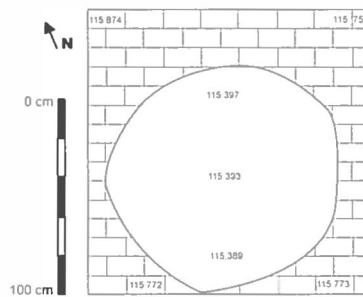
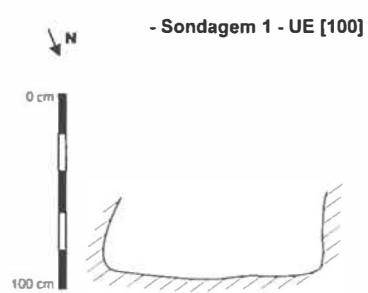


Fig. 5 Monte da Barrada II – Perfis e plantas das fossas intervenionadas.

negativa escavada no substrato geológico por acção antrópica. Com cerca de 46cm de profundidade, apresentava uma tipologia em forma de “saco” com o fundo plano. Trata-se de uma fossa de planta circular, com alguma irregularidade na boca e nas paredes. A sua largura máxima não excedia 1,2m. Tendo em conta que foi detectada no decorrer da abertura da vala por meios mecânicos pesados, e por se encontrar no centro da vala, é de crer que já estivesse ligeiramente destruída. Desta forma, a sua dimensão, à data da escavação, não seria a dimensão original (Fig.5).

- **UE [101] (Sondagem 1)** - Depósito. Camada de matriz areno-argilosa, semi-compacta, de cor castanho-escuro, com uma potência sedimentar de 45cm de profundidade. Apresenta escassos elementos pétreos de pequena dimensão e uma total ausência de materiais arqueológicos. Não foi observada qualquer afectação ao nível de bioturbação animal e vegetal. Esta UE preenche a totalidade da UE [100].

- **UE [200] (Sondagem 2) / Fossa 2** - Estrutura negativa escavada no substrato geológico por acção antrópica. Com cerca de 44cm de profundidade, apresentava uma tipologia em forma de “saco” com o fundo plano. Trata-se de uma fossa de planta circular, com perfil troncocónico, alguma irregularidade na boca, bem como o seu estreitamento nos primeiros 5 a 10cm. A sua largura máxima não excedia 1,4m. Tal como foi observado na UE [100], por ter sido identificada no decorrer da abertura da vala, e por se encontrar no centro desta, é de crer que já se encontrasse, ligeiramente, afectada. De igual modo, a sua dimensão, à data da escavação, não seria a dimensão original (Fig.5).

- **UE [201] (Sondagem 2)** - Depósito. Camada de matriz areno-argilosa, semi-compacta, de cor castanho-escuro, com uma potência sedimentar de 44cm de profundidade. Apresenta escassos elementos pétreos de pequena dimensão e é estéril do ponto de vista arqueológico. Não foi observada qualquer afectação ao nível de bioturbação animal e vegetal. Esta UE preenche a totalidade da UE [200].

Sondagem 3

A sondagem 3 foi implantada, quase na sua tota-

lidade, no talude Norte da vala. A estrutura estava quase fora dos limites da afectação da vala (Fig.3). Desta forma, tendo em vista a sua escavação, caracterização e definição dos limites físicos, foi necessário, numa primeira fase, remover, por meios manuais, o sedimento pertencente ao coberto vegetal existente na actual superfície desta área. Finda esta acção, procedeu-se à escavação manual da estrutura negativa até à total remoção do sedimento existente no seu interior.

Em virtude dos vestígios arqueológicos observados e recolhidos, a escavação teve um ritmo mais lento, pois foram definidos e registados planos com materiais arqueológicos.

No geral, a estratificação observada e registada durante a escavação da Sondagem 3 foi a seguinte:

- **UE [300] / Fossa 3** - Estrutura negativa escavada no substrato geológico por acção antrópica. Com cerca de 1m de profundidade, apresentava uma tipologia em forma de “saco” com o fundo plano. Trata-se de uma fossa de planta circular, com alguma irregularidade na boca e nas paredes. A sua largura máxima não excedia 1,5m (Fig.4 e 5). Ao contrário do verificado na UE [100] e [200], por ter sido, parcialmente, intervencionada em corte, a sua profundidade observada deverá corresponder à dimensão original.

- **UE [301]** - Depósito. Camada de matriz argilosa, compacta, de cor castanho-escuro, com uma potência sedimentar de 40cm de profundidade. Não foi observada qualquer afectação ao nível de bioturbação animal e vegetal. Apresenta uma total ausência elementos pétreos. Foram registados materiais arqueológicos (cinco fragmentos de cerâmica) Esta UE preenche a UE [300] e cobre a [302].

- **UE [302]** - Depósito. Camada de matriz argilosa, compacta, de cor castanho-escuro, com uma potência sedimentar de cerca de 60cm de profundidade. Não foi observada qualquer afectação ao nível de bioturbação animal e vegetal. Apresenta uma frequência relativa de elementos pétreos de pequena e média dimensão.

A característica principal que distingue esta unidade da [301] é a presença significativa de materiais arqueológicos. Com uma homogeneidade cultural, os materiais arqueológicos observados

(cerâmica na sua quase totalidade), encontravam-se depositados bem próximo da base da estrutura, ligeiramente acima do substrato geológico (Fig.6). Os fragmentos cerâmicos apresentavam-se em excelente estado de conservação e com um tamanho bastante considerável. Esta UE é coberta pela a UE [301] e preenche a [300].

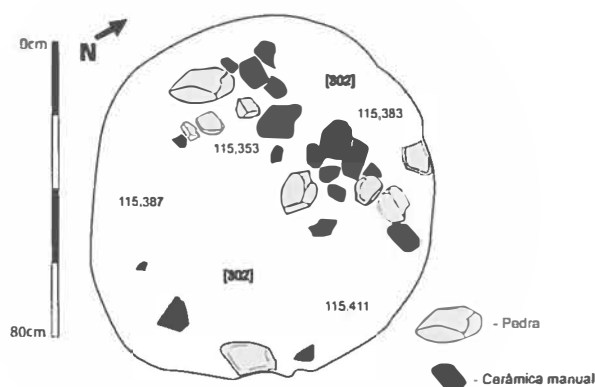


Fig. 6 Sondagem 3 – UE [302].

4. Descrição dos materiais arqueológicos

Em virtude de não se ter recuperado qualquer elemento orgânico que permita a realização de datações absolutas, será a partir da análise tecno-tipológica da cultura material que se classificará, crono-culturalmente, a ocupação do Monte da Barrada II.

O espaço exíguo da intervenção permitiu o registo de um conjunto artefactual de pequena dimensão que, embora ateste com segurança um episódio ocupacional, não proporciona uma observação mais alargada de sítios com espólio artefactual crono-culturalmente paralelo.

O espólio arqueológico registado no decorrer da escavação do Monte da Barrada II caracteriza-se pela sua homogeneidade. Esta homogeneidade está presente, principalmente, desde do espaço onde foi recolhido (Sondagem 3 e estrutura [300]) ao tipo de categoria artefactual, onde existe um claro predomínio de fragmentos de recipientes cerâmicos (90 fragmentos), em contraste com um elemento de moagem em granito.

Trata-se de um conjunto quantitativamente expressivo, sobretudo face às reduzidas dimensões

da estrutura de onde foi recolhido. No geral, os materiais arqueológicos apresentam-se em bom estado de conservação e com dimensões significativas que permitem uma reconstituição formal de grande fiabilidade.

Ao nível do espólio lítico, este refere-se, exclusivamente, à presença de um fragmento de movente em granito. Afeiçoado numa das faces, trata-se de um artefacto conectado com actividades do quotidiano doméstico, nomeadamente ao nível da fariinação de cereais.

A cerâmica caracteriza-se por ser de produção manual e por não apresentar um tratamento muito cuidado das superfícies, quer interna, quer externa. A maioria não foi alvo de qualquer tipo de tratamento, afigurando-se como tocas, sendo escassos os recipientes em que as superfícies (principalmente interna) foram alvo de alisamento.

As pastas são, na sua maioria, pouco compactas e compactas, apresentando elementos não plásticos (e.n.p.) em número abundante e razoável. Quanto à dimensão destes últimos, a presença conjunta de e.n.p. de pequeno, médio e de grande calibre é o registo mais comum observado no conjunto.

O já referido estado de conservação aliado à considerável dimensão de muitos dos fragmentos possibilitaram a realização de algumas colagens, mas é possível que outras mais possam ser feitas, mas numa fase mais avançada do tratamento e estudo do espólio. São claras as associações a muitos bojos recolhidos, e também entre bordos (que foram diferenciados, para efeitos do Relatório Final, em número de inventário por não colarem), demonstrado que, em termos de número mínimo de recipientes, este não deverá exceder os 17 recipientes (Quadro 2).

Quanto à morfologia dos recipientes, estão presentes as taças em calote, os esféricos ou globulares, os vasos de fundo esférico achatado e plano, as taças semi-esféricas, os pratos (simples e de bordo espessado) e um pote de grandes dimensões (Quadro 2 e Fig.7). Perante um conjunto tão pequeno, a realização de leituras de carácter percentual terá um significado cultural e científico de curto alcance. Ainda assim, regista-se o predomínio das taças em calote, dos globulares e

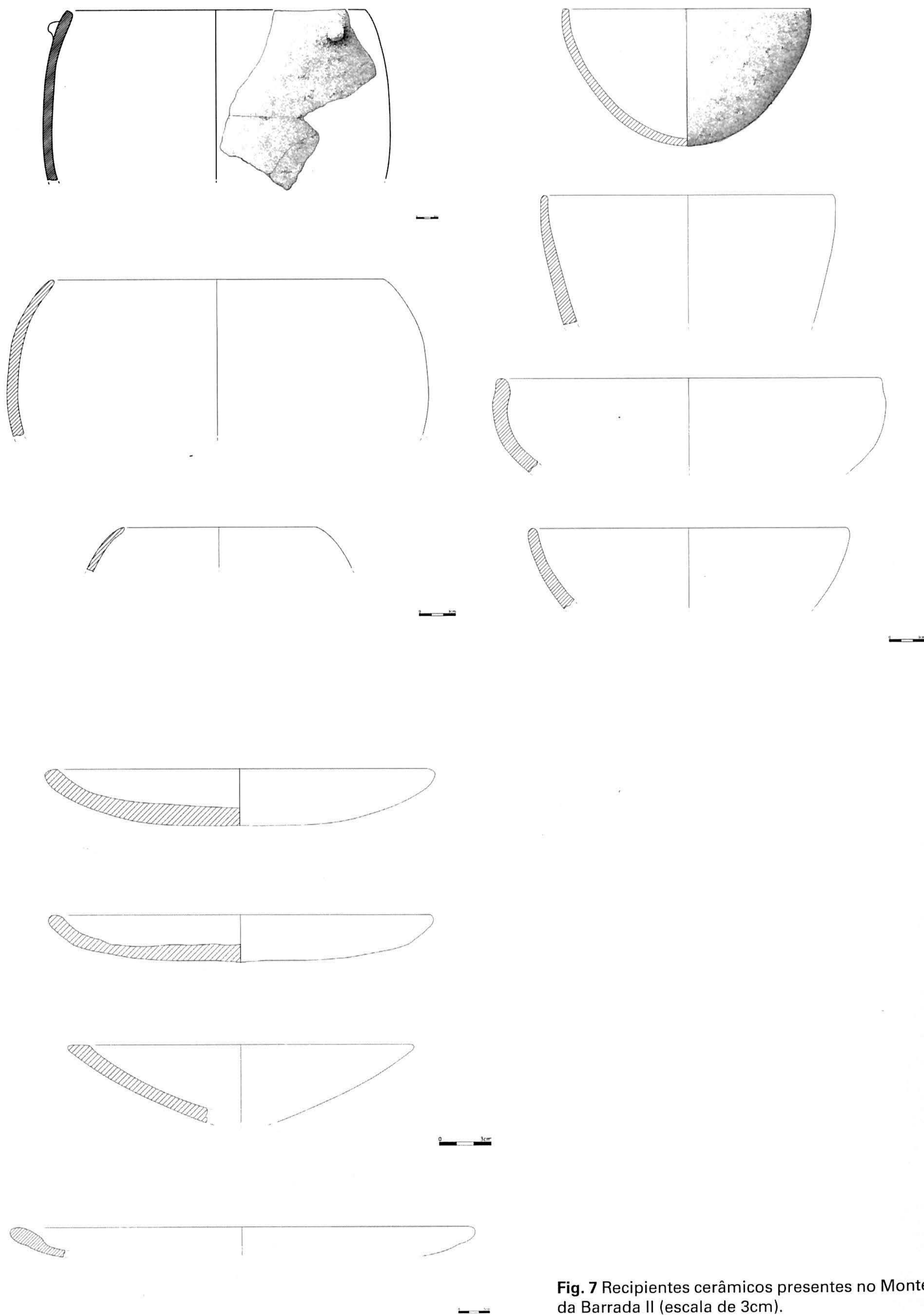


Fig. 7 Recipientes cerâmicos presentes no Monte da Barrada II (escala de 3cm).

dos vasos de fundo esférico achatado e plano. No sentido inverso, observa-se uma presença menos expressiva dos pratos (um de bordo espessado e um simples) e das taças semi-esféricas.

Este conjunto destaca-se pela presença, quase exclusiva, de cerâmica lisa, existindo, somente, um recipiente com uma aplicação plástica, podendo esta deter uma funcionalidade relacionada com o manuseamento do vaso e não um cariz, meramente, decorativo. Trata-se de um grande pote de armazenagem com um mamilo abaixo do bordo. Em ocupações onde a atribuição crono-cultural depende, fundamentalmente, de factores de ordem artefactual, este tipo de elemento pode adquirir uma importância determinante.

Embora só um recipiente tenha sido, de forma clara, classificado tipologicamente como de “grandes dimensões”; no entanto, a presença de mais elementos deste tamanho, no conjunto, deverá ser mais efectiva. Foram identificados diversos bojos que, pelas dimensões e espessura, correspondem a grandes vasos que poderão ter tido uma funcionalidade relacionada com a armazenagem de alimentos ou líquidos.

O conjunto registado apresenta-se limitativo para a definição crono-cultural e da natureza ocupacional deste sítio. Se, por um lado, existem elementos artefactuais que convergem para um determinado espaço temporal e cultural, por outro lado, a ausência de artefactos relacionados com a indústria de pedra lascada e pedra polida, aliados à inexistência de testemunhos directos do subsistema económico adoptado, dificulta a caracterização funcional e cronológica destas estruturas e respectiva ocupação.

5. Monte da Barrada II: primeiras leituras acerca da intervenção arqueológica

A intervenção arqueológica no Monte da Barrada II permitiu identificar e caracterizar um pequeno núcleo de três estruturas negativas que, pela sua tipologia, poderão ter sido feitas num mesmo espaço crono-cultural (Fig.8). No entanto, esta parece ser a única explicação para um suposto paralelismo cronológico entre elas. A escavação das fossas 1 e 2 não revelou nenhum dado arqueológico que permitisse a caracterização da funcionalidade das respectivas estruturas. A ausência total de materiais arqueológicos, restos faunísticos, matéria orgânica

Quadro 2

Monte da Barrada II – Recipientes Cerâmicos – Inventário Geral					
Tipos	UE [301]	UE [302]	Aplicação plástica (e.p.s.)	Total Fragmentos	Total Recipientes
Taça em calote	-	X	-	9	5
Vaso de fundo esférico achatado e plano	-	X	-	3	3
Vaso globular	-	X	-	8	4
Taça semi-esférica	-	X	-	8	2
Prato de bordo espessado	X	-	-	1	1
Prato	-	X	-	2	1
Vaso de grandes dimensões	-	X	Mamilo cónico	4	1
Indeterminados	X	X	-	55	-
Total				90	17



Fig. 8 Vista geral das fossas após a sua escavação.

e vestígios osteológicos impossibilita a definição funcional das estruturas não se aferindo, por exemplo, se correspondiam a silos (associados a armazenagem de cereais ou outro alimento do subsistema económico). Desta forma, a nomenclatura de fossa, é a menos susceptível de estar errada, embora não seja de descurar a possibilidade de terem tido estes dois tipos distintos de funcionalidade.

No que diz respeito à Fossa 3, os dados são mais significativos, contendo um conjunto de informação mais esclarecedor. A presença de material arqueológico nos dois depósitos de enchimento registados, onde se destaca a presença maioritária de cerâmica manual em contraste com um único elemento de moagem em granito, colocará, mediante critérios meramente tipológicos e tecnológicos, este episódio ocupacional entre a 2ª metade do IV milénio e os inícios do III milénio AC, num momento cultural entre o Neolítico Final e o Calcolítico Inicial. Esta baliza crono-cultural ligeiramente ampla e a dificuldade em definir com maior rigor o episódio ocupacional decorrem pela presença, no conjunto, de materiais arqueológicos tradicionalmente enquadrados nos dois espaços culturais.

O predomínio de vasos globulares, taças em cantele e, principalmente, a presença de um recipiente com uma pega/mamilo coloca este conjunto com

uma clara afinidade com o Neolítico Final. No que diz respeito aos vasos associados a mamilos, a sua existência é frequente dos contextos enquadrados neste espaço cultural, nomeadamente em povoados. Na área envolvente ao Monte da Barrada II, estão documentados no povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), com os seus autores a integrá-los na 2ª metade do IV milénio AC (Valera e Filipe, 2004, p.38). A frequente associação deste tipo de elementos artefactuais às taças carenadas reforça a definição cronológica no Neolítico Final (Lago e Albergaria, 2001, p.58; Valera e Filipe, 2004, p.38).

No entanto, o conjunto cerâmico do Monte da Barrada II não forneceu qualquer fragmento de taça carenada, detendo, “em oposição” um prato de bordo espessado e um prato sem espessamento do bordo. A presença destes elementos artefactuais nos conjuntos cerâmicos tem vindo a funcionar, à semelhança das taças carenadas e vasos mamilados (estes para o Neolítico Final), como elementos datantes, mas, neste caso, para o Calcolítico Inicial, visto que ocorrem em significativa percentagem nos conjuntos arqueológicos recolhidos em povoados desta cronologia (Gonçalves, 1989; Calado, 2001). A definição cultural e funcional do prato de bordo espessado tem possibilitado um conjunto de leituras interpretativas que

enquadram a sua presença em estrita relação com a ausência das taças carenadas. Ainda assim, esta situação tem sido, invariavelmente, questionada quando analisadas as percentagens dos espólios arqueológicos onde aparecem os dois elementos em conexão estratigráfica.

Desta forma, seguindo a linha orientadora acima referida, em ocupações onde, no registo arqueológico, predominam os pratos (bordo simples e espessado), em oposição à ausência ou às baixas percentagens de taças carenadas e globulares com mamilos ou pegas, como são o caso do Mercador (Mourão) e Porto Torrão, os autores responsáveis enquadram-nos no Calcolítico Inicial e/ou Pleno (Valera e Filipe, 2004, p.39; Valera, 2001, p.52).

O espólio identificado poderá funcionar como um claro indicador da funcionalidade desta estrutura. No entanto, o facto de ser pouco heterogéneo e pouco diversificado (destacando-se a ausência de elementos ao nível pedra lascada, pedra polida e de actividades do quotidiano, como os pesos de tear) limita um pouco as leituras que daqui se possam desenvolver.

O conjunto cerâmico apresenta alguns paralelos com o mundo funerário, demonstrando afinidades com os espólios votivos e dolménicos conhecidos, por exemplo, no Megalitismo de Reguengos de Monsaraz, nos ambientes funerários do povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) e nas grutas do Maciço Calcário Estremenho (Leisner, G e V, 1951; Gonçalves, 1992, 1999, 2001; Valera, *et al.*, 2000). Neste sentido, destacam-se as taças em calote, os vasos globulares, as taças semi-esféricas e os vasos de fundo esférico achatado e plano, estando estes últimos bem presentes no monumento funerário megalítico Gorginos 3, em Reguengos de Monsaraz (Leisner, G e V, 1951; Gonçalves, 1992, 1999, 2001). Desta forma, poder-se-ia avançar que estas estruturas teriam uma funcionalidade relacionada com um Espaço da Morte destas antigas sociedades agro-pastoris. A possibilidade de se tratar de um contexto funerário encontraria paralelos no povoado dos Perdigões, onde foram observadas deposições funerárias primárias em duas fossas, registando-se uma utilização colectiva dos respectivos sepulcros (Godinho, 2008, p.26).

No entanto, a realidade empírica remete-nos para a densidade significativa deste tipo de recipientes em contextos domésticos o que, aliado à ausência de espólio votivo como os artefactos de pedra polida (machados, enxós e goivas), placas de xisto, pontas de seta, geométricos, lâminas, artefactos em osso como os lagomorfos, adornos pessoais (pendentes, contas de colar, cabeças de alfinete), cerâmica com decoração “simbólica”, bem como a total ausência de restos humanos ou espólio osteológico, leva a crer que esta caracterização, como espaço funerário, pode apresentar algumas debilidades do ponto de vista científico.

As intervenções arqueológicas levadas a cabo no âmbito dos Blocos de Rega desenvolvidos pela EDIA, S.A., ou inseridas em projectos de investigação (como se verifica nos Perdigões e no Cabeço do Torrão), têm colocado à vista um número considerável de vestígios arqueológicos relacionados com este tipo de realidades estruturais. A diversidade cultural e cronológica tem sido frequente e está bem evidente no registo destes elementos estruturais com materiais arqueológicos crono-culturalmente inseridos na Pré-História recente, Proto-História e épocas históricas.

Se, por um lado, este tipo de estrutura relacionada ocorre em contextos com forte pendor simbólico e sagrado, como são os casos das deposições funerárias verificadas nos Perdigões e o enterramento de canídeos documentado na Fossa 5 do sítio Corça 1 (Brinches, Serpa,) (Valera, Nunes e Costa, 2010, p.8), por outro lado, até à data, a maior evidência empírica remete para contextos de ocupação doméstica ou de habitat.

Em virtude da limitação espacial que uma acção de minimização, como aqui se descreve, impõe (valas com uma largura inferior a 5m), este tipo de realidade encontra-se, normalmente, desprovida de outras estruturas claramente reveladoras de um espaço habitacional. No entanto, a julgar pelo que se observa, por exemplo, nos Perdigões, Porto Torrão, Mercador e Cabeço do Torrão, a presença de agrupamentos de fossas não surge descontextualizado dos povoados onde residem os seus construtores e utilizadores. Estes sítios, essencialmente de cariz doméstico, contêm um conjunto significativo de

fossas que, a julgar pelo espólio aí depositado, são contemporâneas das ocupações pré-históricas aí documentadas (Valera e Filipe, 2004; Valera, 2001; Lago e Albergaria, 2001). Deste modo, a julgar por estes dados, aquilo que se tem vindo a observar nas intervenções de minimização, onde os conjuntos de fossas encontram-se “isoladas” de qualquer outro contexto, pode resultar de uma lacuna do foro arqueográfico e não de uma evidência empírica concreta.

Paralelamente a esta realidade, que tem vindo a conferir ao Alentejo interior um registo arqueológico que, lentamente, parece questionar e a alterar algumas leituras interpretativas acerca das estratégias de ocupação e povoamento das sociedades do Neolítico Final e Calcolítico no Centro e Sul da Península Ibérica, verifica-se que muitos destes agrupamentos de fossas surgem associados a recintos de fossos do mesmo âmbito crono-cultural.

A cerca de 4km do Monte da Barrada II encontra-se o povoado de grandes dimensões do Porto Torrão. As múltiplas intervenções arqueológicas levadas a cabo, além de confirmar uma densidade ocupacional desde do Neolítico Final até à Idade do Bronze, permitiram observar um número muito significativo de fossas em espaços entre fossos. A julgar pelos dados publicados (não contabilizando, desta forma, com a informação proveniente da “mega intervenção” arqueológica realizada no âmbito dos Blocos de Rega), foram registadas fossas de variadas dimensões e profundidades, de secção irregular, preenchidas com um ou mais depósitos (Valera e Filipe, 2004, p.36). O conteúdo desses depósitos (recipientes cerâmicos, pesos de tear, fauna e fragmentos de dormentes e mós) permitiu enquadrar, algumas fossas, no Neolítico Final e, outras, no Calcolítico Pleno (Valera e Filipe, 2004). A sua relação com os fossos não surge, somente, pela proximidade física mas, de igual modo, pela contemporaneidade cultural visível na componente artefactual que ambas realidades detêm.

A curta distância geográfica entre o Monte da Barrada II e o Porto Torrão, o paralelismo crono-cultural observado nos espólios e arquitecturas, a dimensão física e, acima de tudo, social e simbólica

que o Porto Torrão teve desde da 2ª metade do IV milénio AC, leva a crer que a ocupação do Monte da Barrada II não será autónoma do Porto Torrão. O Monte da Barrada II poderia, desta forma, corresponder a uma das diversas e complexas estratégias de ocupação, exploração e interacção com o território envolvente, praticadas pelas comunidades residentes no Porto Torrão. Se é a verdade que o parco espaço intervencionado e os resultados daí obtidos não permitem aferir com mais rigor a real dimensão e funcionalidade da ocupação do Monte da Barrada II, por outro lado, privar a sua interpretação de qualquer relação com a evidência empírica que o Porto Torrão contém, poderá assumir-se como um exercício com resultados científicos desprovidos de veracidade histórica.

O já referido povoado dos Perdigões é outro exemplo de um recinto de fossos que contém, nos espaços internos destes, vários agrupamentos de fossas. Com um espólio que as integra, na sua maioria, num momento pleno do Calcolítico regional, estas estruturas apresentam pouca profundidade (30 a 40cm), planta circular e preenchimentos com um ou mais depósitos (Valera, 2008a, p.18). O enchimento das fossas, até à data intervencionadas, apresentam diferenças significativas no que diz respeito à densidade artefactual, existindo, de igual modo, estruturas que são cortadas por outras mais antigas, revelando utilizações e construções distintas temporalmente (Valera, 2008b).

Nos Perdigões, pela dimensão espacial que detêm aliado aos projectos de investigação que têm permitido um número elevado de escavações arqueológicas e análise exaustiva dos dados recolhidos, constata-se a ambiguidade funcional que este tipo de estrutura tem demonstrado. À dimensão simbólica e funerária acima referida, acresce-se um conjunto de fossas de baixa profundidade, num espaço muito amplo mas que não evitou que se procedesse à sua construção em espaços antropizados, em momentos anteriores, por outras fossas, dificultando a sua interpretação (Valera, 2008b, p.26).

O Cabeço do Torrão (Elvas) e o Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa) são dois recintos de fossos com

algumas particularidades idênticas entre si. Além de estarem associados a grupos de fossas de cronologia paralelizável (Neolítico Final, no caso do Cabeço do Torrão e Neolítico Final e Calcolítico, no caso do Outeiro Alto 1), revelam uma coexistência física entre contextos domésticos e rituais. No Outeiro Alto 2, observaram-se espaços sepulcrais (hipogeus e deposições primárias em fossa) com um horizonte cronológico desde do Neolítico Final à Idade do Bronze, proporcionando, desta forma, a formulação de questões como continuidade, temporalidade e coexistência das diversas ocupações e/ou reocupações de um mesmo espaço, durante cerca de dois milénios (Valera e Filipe, 2010, p.54 e 55).

Relativamente ao Cabeço do Torrão, o recinto co-existe, geograficamente, com o recinto megalítico do Torrão e com a Anta 2 do Torrão, ficando por esclarecer se existe algum significado conjunto destas realidades, ou se é, somente, um espaço que foi palco de distintas ocupações, temporalmente separadas e de interpretação individual (Lago e Albergaria, 2001, p.44).

No que diz respeito ao paralelismo crono-cultural que o Cabeço do Torrão terá com o Monte da Barrada II, os depósitos de enchimento das fossas revelaram um conjunto de características semelhantes que importa destacar. As 14 fossas intervenionadas revelam dimensões na ordem dos 0,7m de profundidade e 1,4m de diâmetro. Observou-se, de igual modo, a presença de elementos pétreos de pequena e média dimensão, entre os quais alguns fragmentos de mós. Quanto ao espólio, além de mais diversificado, ocorre uma maior uniformidade crono-cultural, com os dados a caracterizarem a ocupação dentro do Neolítico Final. Neste sentido, regista-se, ao nível da morfologia dos recipientes cerâmicos, a presença significativa de esféricos ou globulares, alguns deles mamilados, taças em calote e taças carenadas (Lago e Albergaria, 2001, p.53). Estes dados detêm um significado mais expressivo face à ausência de elementos que permitam a obtenção de datações absolutas, em parte devido ao substrato geológico que, pelas suas características friáveis, contamina os sedimentos, impossibilitando a conservação de matéria orgânica (Lago e Al-

bergaria, 2001, p.44).

Os resultados obtidos no Cabeço do Torrão permitiram constatar a multifuncionalidade deste tipo de estruturas através do registo de deposições primárias de recipientes inteiros, revelando, desta forma, uma intencionalidade específica na sua utilização. No sentido oposto, em outras fossas, estruturalmente semelhantes, foram observados enchimentos com escassos vestígios de materiais arqueológicos, encontrando-se estes muito fragmentados e sem qualquer preocupação, aparente, na sua deposição claramente secundária (Lago e Albergaria, 2001, p.57).

Conclui-se, desta forma, que o Monte da Barrada II se define como um sítio constituído por estruturas negativas (na área da vala da conduta de rega), inseridas num espaço crono-cultural entre os finais do IV e os inícios do III milénio AC, segundo o critério de análise tipológica e tecnológica realizada sobre o espólio arqueológico observado na Fossa 3.

A ambiguidade funcional destas estruturas está relacionado, por um lado, com a escassa diversidade do espólio arqueológico registado e, por outro lado, com a limitação espacial deste tipo de trabalho (vala com pouca largura), sendo esta uma condicionante a ter em conta. Este tipo de estrutura de formação antrópica, geralmente, não aparece isolada, fazendo parte de um conjunto de estruturas idênticas com uma multifuncionalidade ainda longe de se caracterizar.

Deste modo, será determinante cruzar a informação daqui proveniente com a que está a ser produzida nas múltiplas intervenções desenvolvidas no âmbito da execução dos Blocos de Rega, em sítios de implantação semelhante, estejam eles caracterizados como sendo, por um lado, espaços de habitat ou, em oposição, espaços funerários.

Os resultados e as leituras que resultam da escavação arqueológica realizada no Monte da Barrada II, inserem-se em mais um contributo para a caracterização das distintas estratégias de ocupação por parte das sociedades de pastores e agricultores, dos finais do IV e inícios do III milénio AC, no sul do actual território português. Acresce-se a esta evidência, o facto de estar em consonância com um

número considerável de vestígios arqueológicos, ocorridos tanto no território envolvente como em outros espaços do interior alentejano, relacionados com estruturas tipo fossa escavadas no substrato geológico.

Bibliografia

CALADO, M. (2001) – Da Serra d'Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional. *Trabalhos de Arqueologia* 19, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

FEIO, M. (1951) – “A evolução do Relevo do Baixo Alentejo e Algarve”. Lisboa, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1951, p. 20-92

GODINHO, R. (2008) – “Deposições funerárias em fossa nos Perdígões”. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, NIA/ERA, Lisboa, p.29-34.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada*, INIC/UNIARQ, Lisboa.

GONÇALVES, V. S. (1992) – Revendo as Antas de Reguengos de Monsaraz, INIC/UNIARQ, Lisboa.

GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz. Territórios Megalíticos*, Museu Nacional de Arqueologia, UNIARQ, Lisboa.

GONÇALVES, V. S. (2001) – “Anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 4.2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p.115-206.

HARRIS, Edward C. (1991) – *Principios de Estratigrafia Arqueológica*, Editorial Critica, Barcelona

HARRIS, Edward C.; BROWN III, Marley e BROWN, Gregory (1993) – *Practices of Archaeological Stratigraphy*, Academic Press

LAGO, M. e ALBERGARIA, J. (2001) – “O Cabeço do Torrão (Elvas): Contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano”, *Era-arqueologia, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, nº4, Colibri, Lisboa, p.38-63.

LEISNER, G. e V (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Reeditado pelo INIC/UNIARQ, (1985), Lisboa.

MATOS, FONSECA & ASSOCIADOS (2008) – *Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução dos Blocos de Rega de Alfândão e Respectiva Adução*, Anexo 9 – Património: Apêndice 9.1, Relatório Final, EDIA, S.A.

OLIVEIRA, J.T. (1992) – “*Carta Geológica de Portugal 1/200000, folha n.º8*”. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

VALERA, A.C., et al. (2000) – “Ambientes Funerários no Complexo Arqueológico dos Perdígões”, *Era-arqueologia, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, nº2, Colibri, Lisboa, p.28-61.

VALERA, A. C., et al. (2001) – “A ocupação pré-histórica do sítio do Mercador”, *Era-arqueologia, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, nº3, Colibri, Lisboa, p.42-57.

VALERA, A. C. (2008a) – “Intervenção arqueológica de 2007 no interior do Recinto Pré-Histórico dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz) *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 1, NIA/ERA, Lisboa, p.15-22.

VALERA, A. C. (2008b) – “Recinto Calcolítico dos Perdígões: Fossos e Fossas do Sector 1”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, NIA/ERA, Lisboa, p.19-27.

VALERA, A. C., FILIPE, I. (2004) – “O Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)”, *Era-arqueologia, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, nº6, Colibri, Lisboa, p.84-105.

VALERA, A. C., NUNES, T., COSTA, C. (2010) – “Enterramentos de canídeos no Neolítico: a Fossa 5 de Corça 1 (Brinches, Serpa)”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5, NIA/ERA, Lisboa, p.7-17.

VALERA, A. C., FILIPE, V. (2010) – “Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): Nota preliminar sobre um Espaço Funerário e de Sociabilização do Neolítico Final à Idade do Bronze”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5, NIA/ERA, Lisboa, p.49-56.

Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, do IGeoe, folha nº 509.

Carta Geológica de Portugal, folha nº8.

Os “copos canelados” vistos desde o século XXI: características, distribuição e novas perspectivas de estudo¹

Gonçalo de Carvalho Amaro²

«Although in popular usage ceramics denotes materials made of clay, modern science applies the term far more broadly to chemical compounds (...).»

(Rice, 2005: 3)

«The artisan, of course, knows what he is making and works to clear standars of perfection. He may be less than clear, however, about the methods by which his results are achieved (...).»

(Ingold, 2005: 295)

¹ Comunicação apresentada à Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses no dia 22 de Novembro de 2007.

² Professor da carreira de Arqueologia da Universidade SEK (Santiago do Chile) e professor do programa PENTA da Pontificia Universidade Católica do Chile.

1. Introdução – de antecedente cronológico a antecedente morfológico

Os copos canelados começam a ser mencionados, pela primeira vez, em meados do século XX, após a descoberta de Vila Nova de São Pedro. Este artefacto, em conjunto com outras cerâmicas de pastas finas e também de decoração brunida e canelada, despertou a atenção dos escavadores no local mas também de investigadores estrangeiros, pois tratava-se de um tipo de cerâmica que não fazia parte do horizonte pré-campaniforme de Los Millares e da cultura Calcolítica *almeriense*. As qualidades destas peças deram-lhe, nos anos áureos do difusionismo, o epíteto de “cerâmica de importação”, relacionando-se com populações colonas oriundas do Oriente. Paulatinamente, essas teses foram-se esbatendo, contudo, os “copos” continuaram associados à primeira ocupação do Calcolítico e mesmo à construção das fortificações nos povoados, enquadrando-se no horizonte de Vila Nova I (Paço, 1959). A partir desse pressuposto, os “copos” têm-se mantido até à data como um “fóssil director” do Calcolítico da Estremadura, correspondendo ao primeiro período de ocupação, isto é, horizonte I (Calcolítico Inicial), seguido do horizonte II (cerâmica decorada com folha de acácia, Calcolí-

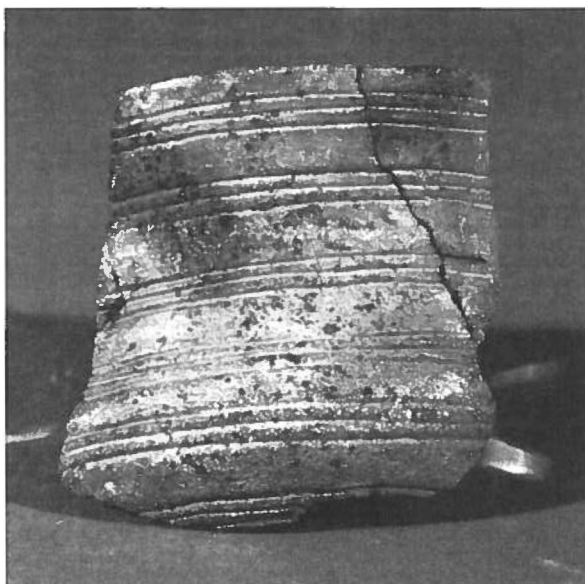


Fig. 1 “Copo” da Serra de Mutelas um provável missing link entre o copo canelado e o vaso campaniforme (Fotografia Michael Kunst).

tico Pleno) e horizonte III (cerâmica campaniforme, Calcolítico Final).

À semelhança do que tem sucedido na maior parte dos países europeus, em Portugal a investigação sobre cerâmica calcolítica tem se centrado sobretudo nas peças campaniformes. Analisando a bibliografia sobre o tema, verifica-se apenas um trabalho de arqueometria (Blance, 1959), um trabalho que tenta definir a delimitação regional destas peças (Bubner, 1973) e um trabalho de fundo, com proposta tipológica, sobre a presença dos “copos” num povoado (Ferreira, 2003). Não obstante, trabalhos recentes sobre cerâmicas campaniformes identificaram uma maior incidência da percentagem total destes vasos na região litoral centro de Portugal (Estremadura), perspectivando-se, assim, como uma forte hipótese a teoria de que a sua origem seria esse mesmo local (Salanova, 2000 e 2002), bem como a possibilidade de que estas formas tivessem um antecedente conceptual autóctone (Kunst, 2005); em 1971, Beatrice Blance referiu o “copo canelado” como um antecedente plausível do vaso campaniforme³ (1971: 115). Com o trabalho de Salanova, estas peças voltam então a assumir um papel relevante no contexto pré-campaniforme, sendo necessário voltar a revê-las e também repensar alguns conceitos aparentemente estabelecidos, mas fundamentalmente enriquecer o conhecimento sobre as mesmas e acrescentar novos dados à informação que apenas se cinge às características morfológicas e tipológicas.

2. Breve descrição da evolução do estudo dos copos canelados

Numa época em que as escavações e o conhecimento arqueológico, na Península Ibérica, eram raros, a descoberta destes lugares “imponentes”, como Pedra do Ouro, Vila Nova de São Pedro e Los Millares (Zambujal, El Barranquete, Cerro de la Virgen estavam encobertos e Leceia olvidado), levou à criação de um novo período entre o Neolítico e

³ Neste sentido destacam-se inclusivamente algumas formas “intermedias” entre copos canelados e vasos campaniformes. Os casos mais conhecidos seriam os das peças de Serra de Mutelas (Ver figura 1), do dolmen de Motum (Melides) do hipogeu de Quinta do Anjo (Palmela) hipogeu de Quinta das Lapas (Torres Vedras). Ver Cardoso, (2004: 131).

a Idade do Bronze, primeiro Eneolítico, depois Calcolítico, caracterizando-se, na altura, estes locais como colónias ou feitorias de populações do mediterrâneo oriental (Jorge, S., 1998: 69). A ausência de datações radiocarbónicas e a presença destas fortificações num contexto em que se conheciam fundamentalmente cocheiros do Mesolítico e habitats do Neolítico Inicial e Médio contribuíram para a ideia de *Ex Oriente Lux*.

Neste quadro, os “copos canelados” adquirem alguma relevância, por representarem a cerâmica dos primeiros colonos construtores dos povoados e representantes do respectivo horizonte cultural, o horizonte I de Vila Nova de São Pedro (Jalhay y Paço, ([1943]1971). Assim os definiu Afonso do Paço, que durante vários anos escavou em Vila Nova de São Pedro:

«(...) recipientes de fundo ligeiramente abaulado e paredes laterais abrindo docemente em forma de tulipa. Estas paredes laterais apresentam às vezes na parte superior, e também na inferior, sulcos horizontais de um brunido de ligeiríssima profundidade (...). Outras vezes (...) são decorados com desenhos em zigzag ou enxadrezados»

(Paço, 1954: 72)

A qualidade desta cerâmica, muito resistente e depurada, em comparação com as comuns peças pré-históricas, levou, como já referimos, a que se considerassem peças exógenas. Tendo em conta que, na maior parte dos casos, durante os anos 30 a 70, o conhecimento e investimento por parte dos governos ibéricos, em Pré-História, era raro. É sem surpresa que vemos as primeiras informações e teorias sobre as mesmas peças por parte investigadores estrangeiros, fundamentalmente ingleses⁴ e alemães⁵; de um modo geral, os estudiosos portu-

⁴ Gordon Childe (1939) e Stuart Piggott (1947), que compararam as cerâmicas caneladas Neolítico inglês (*channelled ware*) com as portuguesas. Mais tarde Blance (1961) e Savory (1983/84) encontraram paralelos com as cerâmicas do Próximo Oriente.

⁵ Como Sangmeister que, depois de ter escavado uma campanha em Vila Nova com Afonso do Paço, introduziu o termo de “cerâmica de importação” – *Importkeramik*, vislumbrando afinidades com peças do período arcaico da civilização egeocretense (Paço e Sangmeister, 1956) e depois com V. Leisner (1961), que chegou a afirmar que a desembocadura do Tejo foi uma porta para os “colonos” do oriente, prospectores metalúrgicos que vinham em busca de cobre por terras ibéricas.

gueses seguiam as suas teorias (em grande medida porque não tinham uma sólida formação académica na área – eram essencialmente curiosos na matéria, provenientes das mais diversas carreiras).

A crescente importância que esta cerâmica ia adquirindo levou a que, no ano de 1959, Beatrice Blance tentasse um estudo mais aprofundado destes artefactos, pedindo ao Professor Frenchen, do Museu da Universidade de Bonna, que analisasse as pastas. A análise baseou-se na observação microscópica da mineralogia presente em fragmentos provenientes de Chibanes, Vila Nova S. Pedro, Pragança e Rotura – na maioria cerâmica canelada. Frenchen comprovou que todas continham sienito e traquenito, minerais comuns a Noroeste de Lisboa – zona do Cabo da Roca. Blance conclui, assim, que estas peças tinham uma fabricação local, provavelmente elaboradas com argilas da região de Sintra, contudo, a tecnologia que implicava a sua produção, e mesmo as próprias mãos que as moldavam seriam provenientes do Mediterrâneo oriental (Blance, 1959: 463).

Com os finais da década de 60, iniciaram-se várias escavações noutros grandes povoados fortificados da Estremadura. Nas duas décadas seguintes, o número de sítios arqueológicos e publicações aumenta: Zambujal (Schubart, Sangmeister, e Trindade, 1966), Columbeira (Shubart, Ferreira e Monteiro, 1969), Pedra do Ouro (Shubart, 1969) e Leceia⁶ (Cardoso, 1983/84) a Norte do Tejo, Pedrão (Silva e Soares, 1975), Chibanes (Silva e Soares, 1975) e Monte da Tumba (Silva e Soares, 1987) – este já fora da região da Estremadura – a Sul do Tejo. Simultaneamente, descobrem-se outro tipo de povoados, uns com muros menos complexos e de menor dimensão, dos quais se destaca Penedo do Lexim (Arnaud e Gamito, 1972), outros abertos, como o Alto do Dafundo (Gonçalves e Serrão, 1978). O aumento de sítios, achados e de campanhas de escavação, não só na Estremadura, senão que por todo o país, conjugados com a aplicação

⁶ Em Leceia as escavações sistemáticas só começaram nos anos 80, apesar de, anteriormente, o sítio já ter sido intervencionado por Carlos Ribeiro, no século XIX. O mesmo sucedeu no Zambujal, embora com uma diferença cronológica inferior, onde as escavações sistemáticas se iniciaram nos anos 70, apesar de ter existido uma curta campanha de Leonel Trindade e Rui Belo em 1959.

do radiocarbono e outros processos para datar contextos⁷, levaram a que se iniciassem novas formas e teorias para explicar o Calcolítico.

Passa então a ser comumente aceite que as comunidades autóctones do Neolítico, através de um processo gradual e progressivo, fruto de um desenvolvimento originado, por exemplo, pela revolução dos produtos secundários (Sherrat, 1987), e de um aumento da produção agrícola; auxiliados agora pela tracção animal e o arado (conhecidos desde o Neolítico Final no actual território português (como o comprova Mário Varela Gomes (1991:37) por meio das gravuras encontradas no santuário exterior do Escoural, em Montemor-o-Novo, Alentejo), ou então por via de um desenvolvimento a largo prazo, que viria desde o Paleolítico – a economia do sílex (Rámos-Millan, 1988).

Todo este processo de desenvolvimento em torno da Arqueologia fez com que certos termos fossem substituindo os antigos. Assim, a “cerâmica de importação” foi substituída por “cerâmica canelada”, ou cerâmica com decoração brunida (*Keramik mit Einglattmustern*), proposta por Sangmeister e Schubart (Kunst, 1995: 260).

Apesar da substituição das teses difusionistas pelas evolucionistas, o primeiro trabalho, realizado em Portugal, sobre os “copos” e a restante cerâmica canelada – mesmo com algumas datações por carbono 14 em contextos peninsulares – mantém a ideia da proveniência oriental, afirmando que:

«A cerâmica de importação alastrou pelas fachadas meridional e ocidental da Europa, numa marcha para Occidente com principais centros de produção/ utilização em: 1- Ilhas do Mar Egeu; 2- Ameria, Los Millares; 3- bacia do Guadalquivir; 4- bacias do Tejo e Sado e bacias costeiras estremenhas»

(Bubner, 1979: 40)

Não obstante este aspecto, o trabalho de Maria Amélia Bubner traz algumas novidades: analisa várias formas de cerâmica canelada (não fica apenas

⁷ Estes processos provaram que, na maior parte dos casos, as fortificações peninsulares eram mais antigas que as supostas cidades do Egeu, consideradas como fonte de origem. Também se pôde comprovar que a metalurgia era conhecida na Península antes da construção dos povoados fortificados (Montero-Ruiz, 1996 e Cardoso, 2002: 260 e Silva, 1990: 53).

pelos “copos”) e faz uma integração destes artefactos em vários contextos, conjugando povoados com monumentos funerários, contudo, restringe o seu labor aos materiais que se encontravam, à data, no Museu Nacional de Arqueologia⁸. No seu trabalho podemos ver, fruto também do já referido aumento de escavações ocorridas nos anos 70, um limite regional onde surgem os “copos canelados” e restante cerâmica canelada e brunida: «a cerâmica de importação típica encontra-se numa área litoral, limitada a Oeste pelo Atlântico, a Norte pela corda Candeeiros-Aire, a Leste pelo Tejo, a Sul pelo estuário do Sado» (Bubner, 1979: 41). A autora refere ainda que no Alentejo se encontram uns copos, em alguns dólmenes, com formas similares aos canelados, um pouco mais pequenos e com uma pasta e decoração⁹ totalmente distintas (Bubner, 1979: 40).

É precisamente sobre estas peças que surge a mais forte explicação evolucionista para os copos canelados, assente no facto de que estas formas cilíndricas já existiriam no megalitismo Neolítico português, assim o defendia Carlos Tavares da Silva:

«As principais formas cerâmicas dos povoados do Neolítico final prolongam-se pelo período seguinte; somente uma dessas formas – a taça carenada – tende para desaparecer, sendo substituída pelo prato de bordo espessado. Mesmo os copos canelados do Calcolítico da Estremadura, elementos sobrevalorizados nas teses difusionistas e principais componentes da *Importkeramik*, possuem protótipos no reportório cerâmico do nosso Neolítico final. Refiram-se dois exemplos: o “copo” carenado proveniente do chamado “estrato vermelho” da Lapa do Fumo, datado de 5 040 ± 160 B.P., e o “copo” carenado, decorado por duas croças, que poderão constituir representações de bâculos, encontrado na anta EY de Montemor-o-Novo»

(Silva, 1993: 198)

⁸ Materiais que provinham de 10 locais: Outeiro da Assenta, Outeiro de São Mamede, Furadouro de Rochaforte (a peça deste sítio parece ser da Idade do Bronze), Pragança, Gruta do Vale da Lapa, Quinta das Lapas, Serra de Éguas, Casal de Vila Chã (Carenque), Casal do Pardo (Quinta do Anjo) e Chibanes.

⁹ Decoração composta por dois bâculos em simetria ou, na minha opinião, uma representação de uma cara, com as sobrancelhas bem marcadas.

Nos anos 80 a arqueologia portuguesa passou, finalmente, a ser dominada pelos arqueólogos nacionais, desenvolvendo-se também a disciplina nas Universidades lusas (Jorge, V., 1998: 14). A emancipação dos arqueólogos portugueses, como geralmente ocorre em situações em que é necessária uma imposição de poder (neste caso, saber), implicou um corte com o passado, esse corte implicou a oposição difusionismo/evolucionismo, mas também a negação de alguns trabalhos contemporâneos de autores estrangeiros, como o caso de Michael Kunst (1987) e de Konrad Spindler (1976 e 1981).

Começa então a organizar-se o Calcolítico do seguinte modo, tendo a cerâmica como principal fósil indicador¹⁰, definidor de 3 horizontes: “copos canelados”, Calcolítico Inicial; cerâmica com decoração em crucíferas e folha de acácia, Calcolítico Pleno e cerâmica campaniforme, Calcolítico Final: «(...) copos canelados, folha de acácia e campaniforme assumiram-se como valores absolutos para datações relativas e interpretações culturais» (Sousa, 1998: 27).

No quadro dos defensores desta organização cronológica estão: Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva, João Luís Cardoso e Victor Gonçalves. Se bem que o último não segue propriamente a ideia de que os “copos” tivessem um desenvolvimento local – defendida pelos restantes –, deixando-o bem claro na sua tese de doutoramento. Apesar de não ser um entusiasta do difusionismo, Gonçalves propõe para estes um surgimento muito ao estilo de Blance (1959), isto é, crê, para esta cerâmica, provavelmente uma origem exterior; basicamente no âmbito de “cópia do modelo”, sendo a oriental (Egeu) a mais plausível, pela temática decorativa:

«Este grupo de questões, que não me parece de menor importância, tem respostas ainda incompletamente fundamentadas, mas as possíveis parecem já suficientemente significativas para que possamos aceitar os copos como uma “moda” cerâmica, não correspondendo a funções essenciais, fabricada localmente, com alguma probabilidade a partir

¹⁰ Apesar da tese de doutoramento de Michael Kunst ter apresentado que, para o Zambujal, esta cronologia não se apresenta assim tão linear (Kunst, 1996).

de protótipos importados, em áreas correspondendo a eventuais desembarques de comerciantes exógenos»

(Gonçalves, 1989: 451)

O estudo necessário sobre as características e as formas destes artefactos, tão peculiares, surge já no século XXI, publicado em 2003 por Sónia Duarte Ferreira e dedicado, em exclusivo, aos “copos canelados” de Vila Nova de São Pedro. Trata-se, sobretudo, de um estudo tipológico que incide sobre a sua variedade de formas, dimensões, pastas e decorações. No que diz respeito à interpretação, a autora não fecha a porta à ideia de importação, que aliás parece defender. Não obstante, introduz um aspecto, que considero interessante e inovador – defende que os padrões decorativos dos “copos” poderiam ser prováveis identificadores tribais, à semelhança do que sucede com os padrões dos panos de Timor ou da Escócia (Ferreira, 2003: 223).

3. Os Artefactos – breve descrição das características dos copos canelados

Os copos canelados são recipientes cerâmicos, genericamente caracterizados por um corpo de forma cilíndrica ou troncocónica invertida, com paredes aparentemente rectas e uma tendência para a inclinação para o exterior, de forma mais ou menos acentuada. Regra geral, os diâmetros do bordo e do fundo apresentam uma medida muito similar, denotando-se um leve estreitamento na região do corpo. O fundo é por norma ligeiramente convexo, criando uma espécie de baixa carena, e por vezes plano, enquanto que os bordos são extrovertidos ou verticais. O tamanho é bastante variável, sendo que as peças podem ir dos 150 ml até aos 800 ml; a maioria estaria pelos 600 ml. A decoração é igualmente um aspecto fundamental para definir estes artefactos. As caneluras, incisões e brunidos são os processos mais utilizados, criando vários motivos: linhas paralelas e verticais sob a forma de incisões ou caneluras; zig-zags paralelos organizados na horizontal ou na vertical; zig-zags paralelos horizontais ou verticais, mas cuja presença de linhas organiza o motivo em franjas horizontais ou verticais de traços oblíquos,

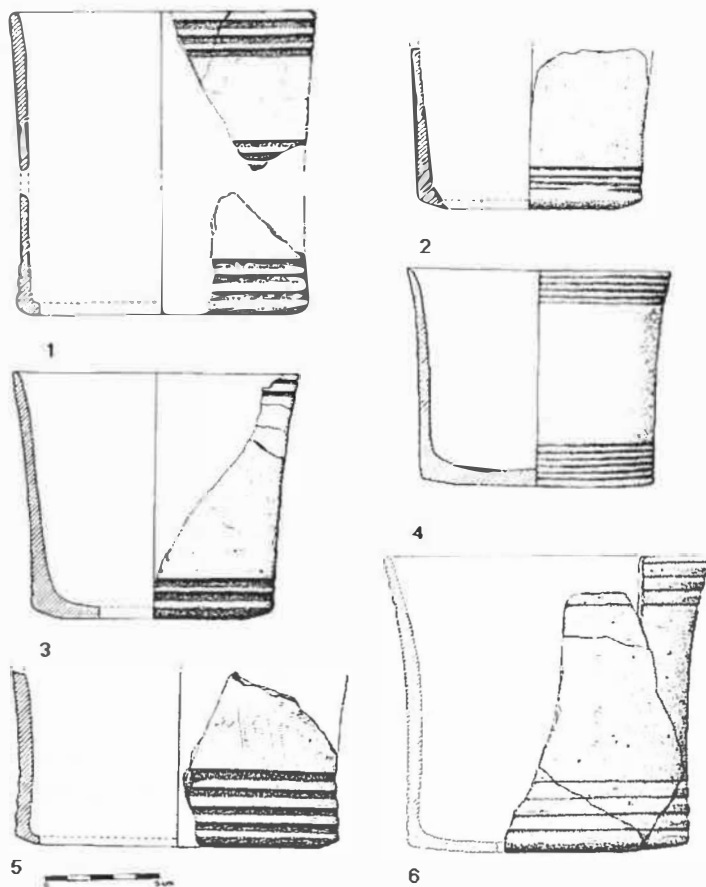


Fig. 2 Copos canelados com a característica decoração canelada em linhas horizontais paralelas. Peças 1, 3, 4 e 6 de Vila Nova de São Pedro (Ferreira, 2001); 5 de Casal do Pardo/Quinta do Anjo (Soares, 2003) e 2 de Leceia (Cardoso, 2006).

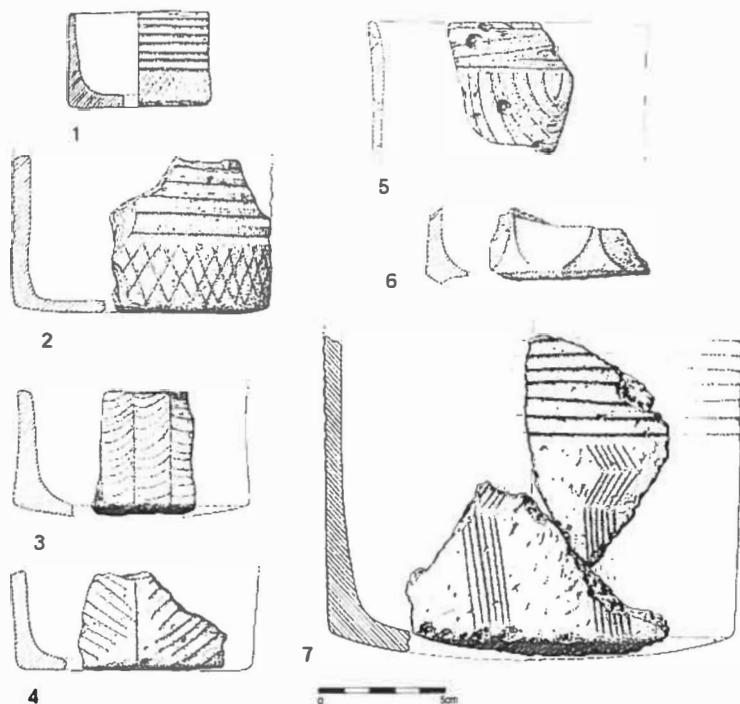


Fig. 3 Alguns dos motivos decorativos presentes nos copos canelados. Peças 1, 4, 5 e 6; Leceia (Cardoso, 2006), 2; Outeiro de São Mamede (Cardoso e Carreira, 2003) e 3; Vila Nova de São (Ferreira, 2003).

Tema decorativo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Não identificado	25	3,0	3,0
Zig-zag	85	10,1	13,0
Xadrez	15	1,8	14,8
Espinha	53	6,3	21,1
Semi-esprial	19	2,3	23,4
Metopa	82	9,7	33,1
Semi-circular	5	0,6	33,7
L. horizontais todo corp.	51	6,0	39,7
L. horizontais sem deter.	158	18,7	58,5
L. horizontais compartim.	327	38,8	97,3
Outro	23	2,7	100,0
Total	843	100,0	

Tabela 1 Frequências e percentagens dos temas decorativos dos copos canelados estudados em 13 arqueossítios da Estremadura.

formando um motivo espinhado; semicírculos concêntricos; serpentiformes; axadrezado ou reticulado; linhas oblíquas e motivos em forma de metopa.

No que diz respeito à tipologia, cremos que a proposta de Sónia Ferreira (2003) é demasiado perfeccionista, tendo em conta a análise de peças muito fragmentadas e tendencialmente irregulares, devido ao seu processo de manufactura. Na nossa opinião, estas peças podem perfeitamente ser divididas, essencialmente, em 3 tipos:

1. Forma troncocónica; existe uma tendência para o estreitamento gradual desde o fundo até o bordo, estreitamento que geralmente é leve.
2. Forma truncada; existe um estreitamento da peça na região mesial e um alargamento junto ao bordo e fundo, que apresentam diâmetros similares, por vezes o diâmetro do bordo é superior.
3. Forma troncocónica invertida; existe uma tendência para o estreitamento gradual desde o bordo até ao fundo, não obstante, e ao contrário do que ocorre com a primeira forma, neste caso o es-

treitamento é ligeiramente acentuado.

4. Os copos canelados e a Estremadura

A área da Estremadura apresenta uma percentagem considerável de lugares do Neolítico Final e Calcolítico, apesar de uma cifra quase maioritária se encontrar, na actualidade, desaparecida ou destruída – Alto do Dafundo, Parede, Carnaxide, assim como praticamente a totalidade de sítios localizados no concelho de Lisboa, inventariados, em 1979, por João Ludgero Gonçalves. Todavia, dos que “sobreviveram” são poucos os que apresentam datas e estratigrafias concretas, dentro dos respectivos, o espectro com “copos” é relativamente baixo. Identificar todos os lugares que apresentam “copos” não é uma tarefa fácil, isto porque devemos ter em conta que muitos dos materiais, provenientes de escavações de inícios do século XX, se encontram desaparecidos; para além de que se verifica, igualmente, uma desorganização de dados e constante repetição de erros de autor em autor – fruto de más descrições e desenhos das peças encontradas.

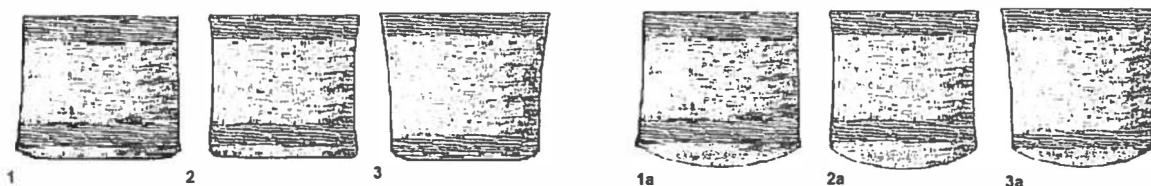


Fig. 4 As três formas presentes nos copos canelados. À direita, com fundo recto e à esquerda, com fundo côncavo.

Propusemo-nos estudar unicamente a tradicional região da Estremadura¹¹, em parte porque já esperávamos que os “copos canelados” se circunscrevessem a essa zona, factor que não nos impediu de procurar outras partes¹² e, efectivamente, podemos afirmar que, apesar de aqui e ali existirem algumas parecenças, como por exemplo, o caso de alguns vasos da cerâmica tipo Penha, os copos canelados típicos – com decoração canelada, geralmente com motivos em linhas horizontais paralelas, motivos em metopa, ziz-zag e etc., de pastas finas e depuradas, conhecidos fundamentalmente pelas publicações de Afonso do

¹¹ A região da Estremadura (cujo nome surgiu pela primeira vez em 1299, com D. Dinis) abarca tradicionalmente os distritos de Leiria, Lisboa e Setúbal (podendo também incluir-se um pedacito do distrito de Santarém), agrupando praticamente todo o litoral centro de Portugal; a definição da circunscrição regional ou provincia da Estremadura sofreu ao longo do tempo alterações, sendo uma das regiões mais antigas do território português (Ribeiro, 1995: 187-188). A inclusão da margem Sul do Tejo na Estremadura ocorreu relativamente tarde, no século XIX, começando a utilizar-se, para essa área específica, localizada a Sul do Tejo, a expressão de *Estremadura transtagana* (Id., *ibid.*) que, no entender de Orlando Ribeiro, faz todo o sentido em pertencer à provincia do centro litoral de Portugal, sobretudo pelas suas condicionantes físicas, em tudo semelhantes às do Norte do Tejo.

¹² M. Bubner delimita os “copos canelados” fundamentalmente aos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, demarcando-os de outro tipo de vasos cilíndricos – nomeadamente dos encontrados nos dólmenes alentejanos (1979: 40). Contudo, nos finais da década de 90, inícios do novo milénio, Ana Catarina Sousa (1998) e Sónia Ferreira (2003) expandiram a presença destes materiais ao Sul de Portugal e ao Sul de Espanha, fundamentadas na análise bibliográfica das publicações de Carlos Tavares da Silva, (1993: 198) sobre os dólmenes do Alentejo, o de Miguel Lago sobre o povoado dos Perdígões, também no Alentejo (1998), Victor Gonçalves no Algarve (1989: 278) e de Camalich, Martín e Arco (1984) na região de Huelva, Victor Hurtado em Badajoz (1995), Carrillero e Suárez (1995) e Leisner, (1961) em Almeria.

No entanto, se se realiza uma análise mais detalhada e cuidadosa, pode verificar-se que, apesar das aparentes similitudes formais, estes “copos” não apresentam as mesmas características dos seus congéneres estremenhos; não demonstrando, inclusivamente, aspectos básicos presentes nos “copos canelados”, como a decoração canelada, o brunido das superfícies e a pasta fina e depurada. Por outro lado, se de facto se efectuar uma procura mais alargada da possível difusão destes artefactos para lá das fronteiras do litoral centro lusitano, podemos encontrar casos com parecenças mais evidentes que os ulteriormente referidos: os vasos cilíndricos de Loma de Belmonte, em Almeria (Leisner, G., e Leisner V., 1951: estampa B) e os vasos troncocónicos do castro da Penha, em Guimarães (Cardoso, 2002: anexo XXX); mas, mesmo nestes casos, são notórias as diferenças de concepção do vaso. Em ambos os casos, a forma diverge dos corpos troncocónicos e truncados dos copos canelados, sucedendo o mesmo com a decoração; no primeiro caso é pintada, e no segundo trata-se de caneluras ou incisões mais profundas que as mais comuns, presentes nos “copos”.

Na nossa opinião, os “copos canelados”, os típicos, descritos por Paço nos anos 40, que surgem nos grandes povoados fortificados, compõem uma “identidade” própria que, efectivamente, se pode dizer que está circunscrita à Estremadura portuguesa. O estudo efectuado em exemplares de 13 arqueosítios permitiu verificar uma evidente coerência formal e decorativa entre os vários artefactos e sítios.

Paço nos anos 40 e 50 – podem ser considerados como artefactos exclusivos do litoral centro português.

Para este trabalho, localizámos (na região determinada) 33 locais com “copos canelados”, estando, na maioria, dispostos pela margem Norte do Tejo e principalmente nos concelhos de Sintra e Torres Vedras, no Noroeste do distrito de Lisboa. A minoria localiza-se na margem Sul do Tejo, localizados nos concelhos de Palmela e Sesimbra, a Norte do distrito de Setúbal. Nestes locais destacam-se, sobretudo, as ausências em Pedra do Ouro, Rotura, Castro da Fórnea e Pragança. Pedra do Ouro enquadra-se nos “típicos” povoados fortificados do Norte do Tejo, como Zambujal, Vila Nova S. Pedro e Leceia, se bem que sem a monumentalidade destes últimos, situa-se igualmente junto ao curso de um rio, observando o Atlântico, mas a sua cultura material apenas indica a presença de cerâmicas campaniformes e um ou outro fragmento da Idade do Bronze (Shubart, 1969: 199). Por outro lado, a Rotura apresenta-se como o maior povoado da península de Setúbal, também com linhas de muralha, com a presença de taças hemisféricas decoradas com caneluras, mas curiosamente sem “copos” (Soares e Silva, 1975: 152). No terceiro caso – Castro da Fórnea – a sua importância não está relacionada com as características arquitectónicas do povoado, mas sim com a sua localização numa área onde abundam arqueosítios com “copos”, como é a região de Torres Vedras. Ali, e tal como sucede na Rotura, pode-se verificar, nas camadas mais antigas, as célebres taças hemisféricas, com decoração canelada e cerâmicas lisas de borde espessado, apesar de João Ludgero Gonçalves referir a existência de um fragmento canelado, similar a um “copo” (Gonçalves, J., 1994: 139), contudo, o desenho apresentado, na mesma publicação, deixa muitas dúvidas. O último exemplo, Pragança, representa um povoado de dimensões consideráveis, onde, tal como nos outros (com excepção de Pedra do Ouro), a cerâmica decorada com caneluras, sobretudo as taças hemisféricas, estão presentes com alguma frequência, não obstante, não existe qualquer relato de fragmentos de “copos”.

Sítio Arqueológico	Povoado fortificado	Povoado	Gruta	Hipogeo	Tholoi	Indeterminado	Total Geral
NORTE DOTEJO							
Amadora		2		1			3
Azambuja	1						1
Bombaral	1	1					2
Cadaval			1				1
Cascais		1		1		1	3
Lourinhã					1		1
Óbidos		1					1
Oeiras	1	2					3
Sintra	2			1	2	1	6
T. Vedras	3		2				5
Total	8	7	3	3	3	2	26
SUL DOTEJO							
Almada				1			1
Palmela				1			1
Setúbal	1						1
Sesimbra	1		1				2
Total	2		1	2			5
Total Geral	10	7	4	5	3	2	31

Tabela 2 Distribuição dos “copos canelados” por tipo de sítio e por localização geográfica.

Nos casos estudados existe uma superioridade de lugares de assentamento, como habitats e povoados fortificados que, juntos, representam 18 casos, enquanto que os sítios de carácter funerário representam 11¹³. Não se trata de uma grande diferença, contudo, esta acaba por se agudizar no sentido em que o número de “copos” é claramente superior nos lugares de assentamento.

Entre estes 33 locais existe uma evidente heterogeneidade, basicamente porque se identificam funções distintas; uma função cognitiva ou mágico-religiosa num caso e, no outro, uma função quotidiana ou habitacional. Sem embargo, dentro destes dois casos podemos ainda encontrar outro tipo de diferenças, como a variabilidade da organização do espaço, a arquitectura, a imponência, o simbolismo, etc.

As necrópoles são, sem dúvida, a situação mais difícil de analisar, sobretudo pela existência de uma contextualização estratigráfica turva ou inexisten-

¹³ De referir que três dos sítios identificados foram classificados como indeterminados, não entrando, por consequência, na contabilidade dos povoados ou monumentos funerários.

te. Por exemplo, nas grutas, o seu uso continuado ao largo dos tempos foi alterando e misturando o contexto arqueológico, fenómeno que também se estendeu, de alguma forma, às grutas artificiais ou hipogeus, não obstante, estes locais, tal como os *tholoi*, sofreram outro tipo de estorvos; provavelmente devido à sua monumentalidade, despertaram a atenção desde muito cedo, sendo objecto de violações de ávidos buscadores de tesouros e de escavações arqueológicas de método duvidoso, nem sempre justificados pelos alvares do século XX.

Por outro lado, os povoados permitem-nos obter uma maior e melhor informação, fundamentalmente os de grande dimensão e de arquitectura monumental, onde os artefactos em estudo surgem numa percentagem interessante. O principal problema em relação a estes sítios prende-se com a evidente variabilidade que apresentam. À excepção de Zambujal, Leceia e Vila Nova de S. Pedro, nos outros encontramos pouca homogeneidade; existem povoados com muralhas (Penedo do Lexim, Columbeira), outros “desprotegidos” (Serra

de Eguas, Alto do Dafundo), uns em zonas de difícil acesso, com condições naturais de defesa (Penedo, Castro de Sesimbra), outros em zonas de boa acessibilidade (Alto do Dafundo, Parede), mas, atenção, a maior dificuldade de comparação advém dos problemas relativos à definição dos períodos de ocupação. Neste aspecto, os três sítios anteriormente referidos são de facto singulares, nenhum outro nos garante a existência concreta de um padrão de continuidade estratigráfica calcolítica – alguns iniciam no Neolítico e terminam justamente com o horizonte da “cerâmica canelada” (Parede), outros, por sua vez, só identificam uma ocupação desse mesmo horizonte do Calcolítico Inicial (Alto do Dafundo, Columbeira), são ainda frequentes os casos de povoados com uma ocupação do Calcolítico Inicial e Médio que, interrompida no campaniforme, passa directamente para o Bronze (Penedo do Lixim, Outeiro de São Mamede).

5. O surgimento dos copos canelados – algumas propostas

Como se pôde verificar com o decorrer deste texto, na sua maioria estes artefactos foram associados a influência exterior (migrações de povos, contactos com objectos extrínsecos, circulação de ideias, etc.). A decoração foi o aspecto que mais se relacionou com uma hipotética proveniência exterior; comparando-se os zig zags e as caneluras com as decorações de cerâmicas do mediterrâneo oriental de datas posteriores, como por exemplo as das píxides das ilhas Cíclades (Ferreira, 2003: 219). No entanto, já que se compara por comparar não é necessário ir tão longe, como já referimos. Temas similares surgem noutros pontos da Península, como no Castro da Penha, Guimarães e na cerâmica pintada de Almeria, sendo que nestes casos se tratam, pelo menos, de “horizontes contemporâneos”, isto é, do Calcolítico Inicial.

Somente encontramos em artigos de Carlos Tavares da Silva um exposto distanciamento dos paradigmas difusionistas “colados” a estes artefactos, procurando um antecedente ibérico para os copos canelados, dando os já referidos exemplos das peças “neolíticas”, de formas semelhantes, do dolmen EY de Montemor-o-Novo e o da Lapa do Fumo; so-

bretudo este último, que estaria inserido no *estrato vermelho*, datado de inícios do IV milénio a.n.e (Silva, 1993: 198). Estas peças, de aparência mais rude que o copo canelado típico, de paredes grossas e geralmente com decoração plástica ou inclusivamente sem decoração, estão efectivamente documentadas, sobretudo em antas e grutas, mas também se podem encontrar em grutas artificiais/hipogeus e povoados em vários pontos do Centro Sul peninsular. Temos os conhecidos exemplos das grutas de São Pedro do Estoril (Cascais), São Paulo (Almada), Furadouro de Rochaforte, Vale da Lapa (Cadaval), Carenque (Amadora), Praia das Maças e Serra de Éguas (Sintra), no Centro; os dos dolmens de Gorginos 1, Gorginos 2, Olival da Pêga e Herdade do Cebolinho 4 (Évora), dolmens da Ordem, Coureiros, Bola da Cera e Pombais (Portalegre) no Centro Sul e, finalmente, Casa Branca 7 (Serpa), Corte João Marques e Santa Justa (Faro)¹⁴, no Sul; só para referir alguns dos principais sítios ao longo do país. No outro lado da fronteira, em Espanha, o fenómeno parece ter continuidade, conhecendo-se igualmente vasos cilíndricos entre as fases finais do Neolítico e os alvares do Calcolítico. Numa passagem pela extensa e completa obra dos Leisner, *Die Megalithgraber der Iberisch Halbinsel* podemos encontrar formas idênticas às portuguesas em vários pontos, com um maior ênfase para o Sul e Sudoeste – destacamos as regiões de Almeria e Sevilha (Leisner G., e Leisner, V., 1951) sobressaindo, destes lugares Los Millares¹⁵; também em zonas mais pro-

¹⁴ As figuras, desenhos ou fotografias destes artefactos podem ser vistas nos trabalhos de Cardozo (1971: 250) Leisner V. (1965: anexos 67 a 101), Gonçalves V. (1992: 94-127), Barros e Espírito Santo (1997: 22), Gonçalves J. (1990: 92) Leisner G. e Leisner, V. (1951: 97-99) (Oliveira 1997: 415-431) (Lopes, Carvalho e Gomes, 1998: 175) e Gonçalves, V. (1989: 279) respectivamente.

¹⁵ Em Maio de 2006 tive a oportunidade de estudar alguns exemplares de cerâmicas de Los Millares presentes no *Museo Arqueológico Nacional* em Madrid. Destacam-se sobretudo, deste lugar, 3 tipos de vasos estilo “copo”: 1. peças com decoração em botão e fundo côncavo, em clara baixa carena, partindo da respectiva carena verifica-se uma inclinação das paredes para o interior; a pasta é fina e de boa qualidade; 2. peças de paredes pouco sinuosas, sem decoração, as pastas são de qualidade média; 3. peças com abertura tipo flor de lótus junto ao bordo podendo ter, em alguns casos, decoração plástica em botões; as pastas são de pior qualidade.

As primeiras formas com decoração plástica e baixa carena têm, como já referi, as melhores pastas. Assemelhando-se, de um modo geral, aos grandes testos, também com boas pastas e tonalidades escuras e tão bem com decoração similar, embora estes últimos apresentam um maior número de botões junto à carena.

ximas à nossa fronteira, como na região de Huelva (Camalich, Martín e Arco, 1984) e Badajoz (Hurtado, 1995), e ainda na Meseta e Sudeste, conhecendo-se igualmente casos na Catalunha, Comunidade Valenciana e Madrid.

Todavia, devemos ter em conta – sobretudo nas formas de “copos” similares, com provável origem neolítica – que as estratigrafias e cronologias são, nestes casos, geralmente pouco esclarecedoras; já anteriormente tínhamos referido a existência de vários revolvimentos, principalmente em monumentos funerários com estratos do IV e III milénio a.n.e. O artefacto estilo “copo” tampouco desaparece dos arqueosítios, depois do seu apogeu no Calcolítico Inicial e existem evidências claras da sua continuidade, apesar de em menor número, até aos inícios do Calcolítico Final, no Zambujal (Kunst, 1996) e em Leceia (Cardoso e Soares, 1995); neste último podemos encontrar inclusivamente uma percentagem interessante de formas tipo copo com decoração em folha de acácia. Apesar do seu aparente desaparecimento no campaniforme – em Portugal temos casos de formas bem semelhantes de vasos de características cilíndricas (Cardoso, 2003: 131), bem como na vizinha Espanha (Harrison *et ali.*, 1976: fig. 15-16) – surgem de novo em força no Bronze (Spindler e Ferreira, 1974: abb. 18-19 e Martínez *et ali.*, 1983-84), coincidindo por vezes nos mesmos sítios arqueológicos, sobretudo cuevas e dólmenes.

Vimos, assim, que o simples facto destes artefactos surgirem em antas ou grutas não justifica necessariamente a sua antiguidade. É certo que, tecnicamente, os dólmenes são monumentos mais antigos, não obstante, a continuidade da sua ocupação e utilização decorre por um período muito

No caso dos vasos cilíndricos de paredes menos sinuosas, os mais similares aos “copos” da Estremadura, verifica-se que, em muitos casos, essas formas acabam por estar entre a cilíndrica e a das taças hemisféricas, isto é, apresentam paredes curvas e com diâmetros maiores que a altura; como sucede também com o caso anterior. Provavelmente a característica principal destes vasos de Los Millares – tanto os de carena baixa como os de paredes planas – será o facto de que o diâmetro seja quase sempre de maior dimensão, ficando, assim, com uma forma cilíndrica pouco estendida; existem outros casos, mas representam uma excepção, ao contrário do que sucede no centro de Portugal, onde existe uma forma mais próxima à de um copo cilíndrico. Mais que estas pequenas distinções formais, o que mais demarca estes vasos dos da Estremadura é a ausência de uma maior preocupação decorativa e, talvez, uma menor qualidade das pastas, factores que indicam uma atribuição de maior valor ou simbolismo às peças portuguesas.

extenso.

O fenómeno das formas tipo “copos” está intimamente ligado com o surgimento de novos elementos mágico-religiosos de finais do IV milénio a.n.e e inícios do III. Refiro-me, obviamente, aos ídolos cilíndricos e à extraordinária indústria votiva em osso e calcário que os acompanha. Estes elementos, bem conhecidos também do Calcolítico andaluz, surgem essencialmente associados a grutas artificiais, a *tholoi* e esporadicamente a grutas e antas, acreditando-se que estes últimos estariam já na sua fase final de abandono gradual, quando surgiram estes novos elementos simbólicos (Gonçalves, 2003: 78).

No Sul de Portugal, onde o horizonte dolménico é mais incisivo, denota-se ainda mais a separação entre o “mundo” dos dólmenes e o dos *tholoi*. Contudo, a separação entre Neolítico e Calcolítico, que é evidente e demarcada por estas duas “arquitecturas” – e, no mundo dos vivos, por uma mudança dos locais de estabelecimento dos vales para zonas de cota elevada e com boa visibilidade – não é tão notória nos artefactos. Existem vários factores, no âmbito da cultura material, que nos indicam que a transição de um período para o outro foi um processo gradual e com evidentes pontos em comum, isto é, sem um absoluto corte com o passado. Como referiu Victor Gonçalves, no seu último período, as placas de xisto – símbolo do mundo dolménico – passam a ter representações de olhos: aspecto tão característico do imaginário calcolítico do Sul peninsular (Idem, *ibid.*).

Esta nova concepção também se manifesta na cerâmica, onde inclusivamente também se pode verificar em formas tipo “copo” o caso mais conhecido é o do exemplar de Monte do Outeiro, com a representação dos olhos solares, o triângulo púbico e as tatuagens faciais, mas também existem outros casos, como a representação espelhada de báculos – que, como já referi, poderá ser a representação de uma cara – um elemento mágico-religioso do Neolítico Final/Calcolítico Inicial, verificado, por exemplo, no “copo” do dólmen EY de Montemor-o-Novo e do fragmento de parede e bordo de Serra de Éguas. Somos, assim, da opinião de que é pouco seguro afirmar que estas peças seriam neolíticas,

quando apresentam mais pontos em comum com o Calcolítico que com o Neolítico.

Verificamos igualmente, nestes recipientes, especialmente nos estremenhos, outras influências marcadamente calcolíticas, como seria o caso da indústria de osso contemporânea dos ídolos: nas falanges decoradas (normalmente de cavalo ou boi), que parecem inspirar-se ou inspirar a forma de alguns “copos”, devido ao seu estreitamento no corpo e alargamento nas extremidades. Também se encontram semelhanças com os próprios vasos cilíndricos em osso, que compartilham semelhanças quanto a alguma temática decorativa, como os axadrezados e espirais.

Contudo, não nos devemos olvidar que o copo canelado é fundamentalmente um artefacto característico dos povoados e, conseqüentemente, com pouca relevância no plano do post mortem. Podemos inclusivamente afirmar que a sua percentagem nos monumentos funerários seria a mesma que a dos ídolos cilíndricos e a sua “indústria adjacente” nos povoados, isto é, muito reduzida. Se exceptuarmos a região da Estremadura, as formas de vasos cilíndricos, em povoados do III e IV milénio a.n.e,



Fig. 5 “Copo” com decoração simbólica do Monte do Outeiro (Arquivo Fotográfico do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid).

são pouco representativas; Perdigões, Montemor-o-Novo (Lagos *et al*, 1998), em Casa Branca, 7 em Serpa (Lopes, Carvalho e Gomes, 1998: 175), em Santa Justa, Faro (Gonçalves, 1989: 278), Cabezo Juré (Nácete *et al*, 2004) e Los Millares (Carrillero e Suárez, 1995, Leisner, 1961), são os melhores exemplos, mas todos eles inseridos em um “horizonte” calcolítico.

Temos os conhecidos exemplos das grutas de São Pedro do Estoril (Cascais), São Paulo (Almada), Furadoro de Rochaforte, Vale da Lapa (Cadaval), Carenque (Amadora), Praia das Maças e Serra de Éguas (Sintra),

Voltando à Estremadura, encontramos dois casos de povoados que apresentam, no seu registo estratigráfico, camadas neolíticas e calcolíticas – Parede e Leceia. Se queremos ser precisos, na realidade só o último nos permite obter, na prática, esse registo, devido ao mau aproveitamento arqueológico. Sem embargo, a Parede ficou para a história como um sítio destacado, praticamente com o mesmo estatuto de tesouro perdido, próximo ao de Vila Nova de São Pedro, devido à riqueza de cultura material do seu espólio. Sobre-nos, então, Leceia. Este povoado teve um trato mais cuidadoso, em parte devido ao labor apaixonado que lhe dedicou João Luís Cardoso e aos seus esforços de preservação do local. Nos seus estratos verifica-se a existência de uma camada anterior à construção do povoado fortificado, com a presença de cerâmica denteada e taças carenadas, num estrato anterior ao da construção das muralhas, onde, agora sim, surgem os “copos canelados”; (Silva, Soares e Cardoso, 1995: 161-162).

Na camada “neolítica”, ou camada 4 que, segundo Cardoso, está presente em todo o povoado onde a escavação desceu até ao nível geológico, directamente assente sobre esse mesmo nível, surgem os ditos artefactos do Neolítico Final. De sublinhar que, na opinião do autor, os habitantes do lugar, na camada 4, não foram os mesmos que construíram o lugar no Calcolítico (Cardoso, 2003: 13).

«Associada a esta fase cultural (neolítica) encontra-se apenas uma fase construtiva, representada por pequenos segmentos de muretes rectilíneos, de carácter habitacional; mas a maioria dos materiais

encontra-se em posição derivada, preenchendo as zonas mais deprimidas do substrato geológico onde naturalmente se acumularam. Tal significa que terá existido uma etapa de abandono do povoado entre os finais do IV milénio a.C.»

(Id. *ibid.*)

Aquando da nossa observação das peças de Leceia (publicadas por Cardoso, 2006), na Fábrica da Pólvora em Oeiras, encontrámos alguns fragmentos de “copos” (aproximadamente uma dezena) – prováveis infiltrações no estrato, se seguirmos o raciocínio de João Luis Cardoso – dentro desse grupo vimos dois sem decoração, com paredes mais grossas e pastas menos cuidadas, os quais foram publicados como sendo do Neolítico Final (Cardoso, Silva y Soares, 1996: fig. 35). Nos materiais de Vila Nova de São Pedro também encontrámos alguns fragmentos sem decoração, uns de dimensões razoáveis, permitindo inferir que existiria uma extensão da ausência de ornamentação a toda a peça, contudo, não se verificou uma grande diferença entre as pastas dos exemplares canelados. Para além de que é necessário ressaltar que, no caso particular deste sítio, as peças não podem ser enquadradas estratigraficamente. Estas situações de Leceia e Vila Nova de São Pedro são as mais próximas que podemos “identificar” com os “copos” simbólicos funerários.

Dentro deste quadro complexo, entendemos que se pode interpretar o fenómeno dos copos canelados de duas formas:

1. Trata-se de uma evolução dos “copos” com decoração simbólica, não obstante, e apesar de estarmos a colocar uns com uma maior antiguidade que outros, pensamos que ambos pertencem ao mesmo horizonte ou cultura, que advém dos ídolos cilíndricos; sublinhamos que se trata de uma evolução dentro dos mesmos padrões, sem uma evidente quebra de horizontes.

2. Surgem como contemporâneos dos simbólicos, mas com uma concepção ou imaginário distinto, variante de uma região. Os “copos” com decoração simbólica, existentes na Estremadura, seriam fruto de intercâmbios, quiçá com o Sul do país ou mesmo com a distante Andaluzia oriental, podendo

assim explicar-se o seu número reduzido em relação aos de decoração canelada e a sua convivência com os últimos em algumas jazidas, sobretudo nas de carácter funerário.

6. Discussão, ideias e novas perspectivas para o estudo dos “copos”

Nesta primeira fase do nosso estudo, preocupámo-nos em rever a bibliografia e tentar preencher as lacunas existentes no que diz respeito aos copos canelados. Em primeiro lugar, procedeu-se à identificação dos locais onde estes estavam presentes, identificando-se um mapa da sua distribuição; em seguida, procurou-se estudar morfologicamente um número significativo de fragmentos, abarcando grande parte dos locais identificados; por fim, procedeu-se à investigação e comparação com outras formas similares presentes em outras regiões como, por exemplo, os vasos cilíndricos de Los Millares, entre outros, concluindo assim a sua demarcação à região estremenha.

Numa segunda fase, que já não cabe neste texto, e que concluirá com a tese de doutoramento, a apresentar no final deste ano em Madrid (final de 2010), estendeu-se o estudo dos copos canelados ao “pacote” da restante cerâmica de “importação”, ou melhor dito, cerâmica pré-campaniforme com decoração canelada e brunida, na qual se incluem outras formas, como as taças hemisféricas e os pratos com decoração interior.

Tendo em conta alguns dos principais trabalhos sobre as possibilidades de estudo em cerâmica (Rye, 1981; Shepard, 1985; Gibson e Woods, 1990; Orton, Tyers e Vince, 1993; Rice, 2005; Hurcombe, 2007) pudemos constatar que faltavam aspectos muito importantes na compreensão destas peças, nomeadamente, estudos: de caracterização mineralógica e química das pastas; de arqueologia experimental (Amaro e Anunciação, 2008/09 e 2010) e de propostas de produção e funcionalidades, usando comparações etnográficas (Amaro, 2008 e 2009). Aspectos sobre os quais temos vindo a trabalhar.

Bibliografia

- AMARO, G., de C. e ANUNCIACÃO, C., A.; (2008/2009), "Reprodução experimental de cerâmicas pré-campaniformes y campaniformes del Calcolítico de la Extremadura portuguesa", *Boletim de Arqueologia Experimental*, (disponível em www.uam.es/otros/baex).
- AMARO, G., de C., (2008), "Los 'copos canelados' como marcadores territoriales – una propuesta de interpretación de las decoraciones", *Revista Sapiens - História, Patrimônio e Arqueologia* [en línea] nº 0 pp. 5-23, (disponível em www.revistasapiens.org).
- AMARO, G., de C., (2009), "A persistente ausência da análise etnográfica e experimental no estudo da cerâmica pré-histórica em Portugal, *Al madan online/Adenda Electrónica*, II série, nº 16, (disponível em www.almadan.publ.pt).
- BLANCE, B., (1959), "Cerâmica estriada" *Revista Guimarães*, nº 69, Barcelos, Publicações da Sociedade Martins Sarmento, pp. 459- 464.
- BLANCE, B., (1961), "Early Bronze Age colonist in Iberia", *Antiquity*, nº 35, Cambridge, pp. 192-202.
- BLANCE, B., (1971), *Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel, Studien der Anfänge der Metallurgie (SAM) nº 4*, Berlin.
- BLANCE, B., (1994), "Cooper Age Colonies seen from the eightsies", *Trabalhos de Arqueologia*, nº 7 – Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica: actas das I jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987, Lisboa, IPPAR, pp. 54-58.
- BUBNER, M., P., (1979) "Cerâmica de Importação na Estremadura Portuguesa" *Ethnos*, nº 8, Lisboa, pp. 31-85.
- CAMALICH, M., M.; MARTIN, S., D., y ARCO, A., C., (1984), "Aproximación al estudio de la cerámica Neolítica y Eneolítica de la provincia de Huelva, *Tabona*, nº 5, pp. 93-216.
- CAMALICH, M., MARTIN, S., D., (1986), "Las Excavaciones en el poblado de Campos", *Homenaje a Louis Siret*, CCJA, pp. 178-191.
- CARDOSO, J., L., (1994) "Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, número especial, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J., L., (1997), *O povoado de Leceia (Oeiras): sentinela do Tejo no terceiro milénio a. C.*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- CARDOSO, J. L., (2002), "As sociedades complexas do Calcolítico e Idade do Bronze", *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Verbo, pp.
- CARDOSO, J. L., (2003), *O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português – síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2002)*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L., (2003a), "A utensilagem óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, nº 11, Oeiras, CMO, pp. 25-84.
- CARDOSO, J., L. (2004), "O Calcolítico na Estremadura", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, nº 12, Oeiras, CMO, pp. 29 – 162.
- CARDOSO, J., L., y CARDOSO, G., (1993), "Carta Arqueológica do concelho de Oeiras", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, nº 4, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J., L.; CARREIRA, J., (2003), "O povoado Calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral). Estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá", *Estudos de Arqueologia de Oeiras*, nº 11, pp. 87-228.
- CARDOSO, M., (1971), "Estação pré-histórica da Serra da Penha (Guimarães)", *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, pp. 239-260.
- CARRILLERO, M.; SUÁREZ, A. (1994), "Excavaciones arqueológicas en Ciavieja (El Egido, Almería)", *Trabalhos de Arqueologia*, nº 7 - Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica: actas das I jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987, Lisboa, IPPAR, pp. 199-215.
- CARVALHO, A., F., (1996), "O talhe de pedra e a transição Neolítico-Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: Tecnologia e aspectos da organização da produção", *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, nº 3/4, Lisboa, Colibri, pp. 41-60.
- CHILDE, G., (1925), *The Dawn of European Civilization*, London, Cape.
- DELGADO, M., F., (1997), "El tránsito Neolítico-Calcolítico en las Subbéticas cordobesas" *Actas del II Congreso de Arqueologia Peninsular*, tomo II – Neolítico, Calcolítico y Bronce, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 177-184.
- DOMINGUEZ-RODRIGO, M. y MARTI, R., (1996), "Estudio Etno-arqueológico de un campamento temporal N'Dorobo (Masai) en Kalabu (Kenia)", *Trabajos de Prehistoria*, vol. 53, nº 2, Madrid, CSIC, pp. 131-143.
- FERREIRA, S., D., (2003), "Os copos no povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro" in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 6, nº 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 181-228.
- GAVILÁN, B., e VERA, C., (1989-1990), "La Edad del Cobre en el Alto Valle del Guadito (Tramo frente Obejana-Belmez, Córdoba): características de los asentamientos y evolución diacrónica" *Cuadernos de Prehistoria de Granada*, vol. 14-15, Universidad de Granada, pp. 137-155.
- GIBSON, A. e WOODS, A., (1990), *Prehistoric Pottery for the Archaeologists*, Leicester, Leicester University Press.
- GONÇALVES, J. L., (1979), "Os povoados Neo e Calcolíticos da península de Lisboa", *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, dir. Maria Soares, série III, nº 85, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp.137-162.
- GONÇALVES, J. L., (1991), "Cerâmica Calcolítica da Estremadura" *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 215- 226.
- GONÇALVES, V., S., (1989), *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*, 2 vols., Lisboa, INIC.
- GONÇALVES, V., S., (1990), "Sítios, 'Horizontes' e Artefactos: o caso da Parede (Cascais, Lisboa)", *Boletim Cultural do Município de Cascais*, nº 9, Mem-Martins, Câmara Municipal de Cascais. pp. 13-44.
- GONÇALVES, V., S., (1993), "Emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas", *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. I "Portugal na Pré-História, coord. Victor Gonçalves, Lisboa, Ediclube, pp. 183-211.
- GONÇALVES, V., S., (1992-1994), "Sítios, 'Horizontes' e Artefactos: 3. A questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de Calcolitização do Centro/Sul de Portugal" *Boletim Cultural do Município de Cascais*, nº 11, Mem-Martins, Câmara Municipal de Cascais pp. 31-94.
- GONÇALVES, V., S., (2003), *Sítios, "Horizontes" e Artefactos. Estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal*, 2ª edição, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- HURCOMBE, L., M., (2007) *Archaeological Artefacts as material culture*, London and New York, Routledge.
- HURTADO, V., P., (2000), "Los inicios de la complejización social y el campaniforme en Extremadura" *SPAL*, nº 8, (1999), Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, pp. 47-83.
- INGOLD, T., (2005), *The Perception of the Environment: essays in livelihood, dwelling and skill*, 4th edition, London and New York, Routledge.
- JALHAY, E., e PAÇO, A., (1971), [1942], "El Castro de Vila Nova de San Pedro", *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968)*, vol. 2, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses,

pp.183-266.

JORGE, S. O. (1994), "Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular", *Revista da Faculdade de Letras*, nº15 série 2, Porto, pp. 447-545.

JORGE, V. O. e JORGE, S. O., (1994), "Arqueologia Portuguesa no século XX: alguns tópicos para um balanço", *Revista da Faculdade de Letras*, nº15 série 2, Porto, pp. 13-30.

KUNST, M., (1987), "Zambujal: Glockenbecher und kerbblat-terverzierte Keramik aus den Grabungen 1964 bis 1973", *Madridrer Beitrage*, 5, 2, Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern.

KUNST, M., (2005), "El campaniforme en Portugal. Breve resumen", *El campaniforme en la Península Ibérica y su contexto europeo*, coord. Manuel Rojo, Rafael Garrido y Iñigo Gomez, Valladolid, Universidad de Valladolid, Junta de Castilla y León

LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A., F., (1998), "O Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 45 – 152.

LEISNER, G., (1945), "A Cultura Eneolítica do Sul de Espanha e as suas relações com Portugal", *Arqueologia e História*, 8ª série, nº1, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses,

LEISNER, G. y LEISNER, V., (1951), *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura,

LEISNER, V., (1961), "Vasos eneolíticos decorados no interior", *Revista Guimarães*, vol. 71, nº 3-4, Guimarães, pp. 409-428.

LOPES, M.; CARVALHO, P.; GOMES, S., (1998), *Arqueologia do Concelho de Serpa*, Serpa, Câmara Municipal de Serpa.

NOCETE, F., (2004), "La ordenación espacio-temporal del registro arqueológico de Cabezo Juré, ODIEL (proyecto de investigación arqueológica para el análisis de la desigualdad social en el sureste de la Península Ibérica, *Arqueologia Monografias*, Junta de Arqueologia, pp. 129-232.

ORTON, C.; TYERS, P. y VINCE, A., (1993), *Pottery in Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press.

PAÇO, A., (1954), "Castro de Vila Nova de São Pedro: VI – Campanhas arqueológicas de 1943 a 1950", *Revista Arqueologia e História*, 8ª série, nº 5, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses pp. 29 a 80.

PAÇO, A. (1959), "Castro de Vila Nova de S. Pedro. IX. - Nota sobre un tipo de cerámica del estrato Vila Nova I", *Ampurias* nº 21, Barcelona, Museu d'Arqueologia de Catalunya pp. 252-260.

PAÇO, A.; SANGMEISTER, E., (1956) "Vila Nova de S. Pedro – eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal" *Germania*, vol 34, Franckfort, pp. 211-230.

PIGGOTT, S., (1947), "Relações entre Portugal e as Ilhas Britânicas nos começos da Idade do Bronze" *Revista de Guimarães*, vol. LVII, pp. 139-152

RAMOS-MILLÁN, A., (1988), "La minería, la artesanía y el intercambio del sílex durante la Edad del Cobre en el Sudeste de la Península Ibérica" in *Studia Arqueologica*, nº 88 - Minerales y metales en la prehistoria reciente. Algunos testimonios de su explotación y laboreo en la Península Ibérica, Coord. Germán Delibes de Castro, Universidad de Valladolid, Valladolid,

RICE, P. M., (2005), *Pottery analysis: a sourcebook*, 2nd edition, Chicago, Chicago University Press.

RYE, S. O., (1981), *Pottery Technology: Principles and Reconstruction*, Manuals on Archaeology, Vol. 4, Taraxacum Inc., Washington D.C.

SALANOVA, L., (2000), "Mecanismos de difusión des vasos campaniformes. Les liens franco-portugais", *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 4, Porto, ADECAP, pp. 399-409.

SALANOVA, L., (2002), "Fabrication et circulation des céramiques campaniformes", *Matériaux, productions, circulations du Néolithique à l'Age du Bronze*, Séminaire du Collège de France, dir., Jean Guillaime, Paris, Editions Errance, pp. 151-168.

SANTOS, N., C., (1994), "Povoamento Calcolítico na Estremadura. Problemas da análise de distribuição espacial", *Trabalhos de Arqueologia*, nº 7, Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica: actas das Iª jornadas de Torres Vedras, 3-5 de Abril de 1987, Lisboa, IPPAR.

SAVORY, H., (1983-84 [1959]) "Um corte através da fortificação interior do Castro Calcolítico de VNSP (1959)", trad. João Carlos de Senna-Martinez, *Clio Arqueologia*, nº 1, Lisboa, p. 28

SAVORY, H., N., (1974), *Espanha e Portugal*, trad. José Morais Arnaud, nº 14, Coleção História Mundi, Lisboa, Verbo.

SCHUBART, H., (1969), "Las fortificaciones Eneolíticas de Zambujal y Pedra do Ouro", *X Congresso de Arqueologia*, Zaragoza, pp.

SCHUBART, H., (1994) "As Escavações do Zambujal, retrospectiva e planificação", *Trabalhos de Arqueologia*, nº 7 – Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica: actas das Iª jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987, Lisboa, IPPAR, pp. 17 -20.

SCHUBART, H.; SANGMEISTER, E., (1974/77) "Escavações na fortificação da Idade do Cobre do Zambujal – Portugal 1972/73", *O Arqueólogo Português*, série III, vol 7/9, Lisboa,

SERRÃO, E., C., (1983), "A estação pré-histórica da Parede. Documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas", *O Arqueólogo Português*, IV série, nº1, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 119-147.

SHEPARD, A., O., (1985), *Ceramics for the archaeologist*, 11th printing, Washington, D.C., Carnegie Institute of Washington.

SHERRATT, A., (1987), "Wool, wheels and ploughmarks: local developments or outside instructions in Neolithic Europe?", *Bulletin Inst. of Archeology*, nº 23, London , pp.1-15.

SILVA, C., T., (1990), "Influências orientalizantes do Centro e Sul de Portugal", *Revista de Estudos Orientais*, nº1, coord. António Augusto Tavares, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa FCSH, pp. 45-52.

SILVA, C., T., (1993), "Calcolítico", *Pré História de Portugal*, Universidade Lisboa, Aberta, pp. 197-293.

SILVA, C., T.; SOARES, J., (1975) "Ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal, *Setúbal Arqueológica*, vols. I, Setúbal, Assembleia Distrital de Setúbal, pp. 53-154

SILVA, C., T.; SOARES, J. y CARDOSO, J., L., (1994) "Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia", *Trabalhos de Arqueologia*, nº 7 - Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica: actas das Iª jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987, Lisboa, IPPAR, pp. 159-168.

SOUSA, A., C., (1998), *O Neolítico Final e o Calcolítico na área de Ribeira de Cheiros*, Trabalhos de Arqueologia nº 11, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

SPINDLER, K., (1976), "Die neolithische Parede Gruppe in MitterPortugal" *Madridrer Mitteilungen*, nº 17, Madrid, DAI.

SPINDLER, K., (1981), "Cova da Moura. Die Besiedlung des Atlantischen Kuestengebietes Mittelportugals vom Neolithikum bis das Ende der Bronzezeit", *Madridrer Beitrage*, 7, Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern.

FERREIRA, S., D., (2001), [policopiado]. Os copos no povoado calcolítico de Vila Nova de S. Pedro – tese de licenciatura apresentada no ano de 2000/01 na FCSH da UNL.

SOARES, J., (2003), Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Assembleia Distrital de Setúbal.

A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas

*Tânia Manuel Casimiro*¹

Introdução

O estudo da Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas começa em finais do século XVI, sensivelmente a partir de 1580, data dos contextos mais antigos que ofereceram estes materiais, em Carrickfergus terminando já no século XVIII, por volta de 1720, com a identificação a peça mais tardia na cidade de Londres. Foram reconhecidos, em Inglaterra e na Irlanda, setenta e nove arqueossítios contendo louça esmaltada portuguesa, distribuídos por vinte e três cidades (**Fig. 1**), num total de mais de setecentos objectos.

¹ Mestre em Artefact Studies pela University College of London, Doutorada em História, especialidade de Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova e do Algarve (IAP), Avenida de Berna, 26-c. 1069-061 Lisboa / iap@fcsh.unl.pt



Fig. 1 Mapa das Ilhas Britânicas com a localização das cidades onde foi identificada Faiança Portuguesa.

A identificação das primeiras peças de Faiança Portuguesa no Reino Unido remonta a finais dos anos 70 da passada centúria, por John Hurst e o seu grupo de trabalho, que as localizaram em Plymouth, Exeter, Poole e Wexford, na Irlanda (Hurst, 1986; Allan, 1984). Ainda que a maioria das peças se encontrasse correctamente classificada, continua a existir um desconhecimento generalizado acerca das produções portuguesas na comunidade arqueológica, sendo muitas vezes atribuídas a outros países tais como a Holanda ou Itália.

Ainda que tenham sido identificadas peças ao longo de cerca de 140 anos, o consumo de faiança situa-se sobretudo entre 1630 e 1680, já com uma clara diminuição a partir de 1660. É provável que, com o desenvolvimento dos estudos em torno da Faiança Portuguesa, a cronologia recue até meados do século XVI, visto que muitas das peças classificadas como espanholas possam ser, efectivamente, portuguesas. A produção de faiança em Portugal iniciou-se por volta de 1550, tendo os testemunhos arqueológicos mais recuados sido identificados, até ao momento, no sítio da Mata da Machada, no Barreiro (Torres, s.d.). A sua semelhança com peças produzidas no sul da Península Ibérica levou a que muitas produções lusas fossem erradamente classi-

ficadas, não apenas em Portugal, mas também em território estrangeiro, sobretudo em contextos dos finais de quinhentos.

A maior parte dos barcos que circulava entre os portos ingleses e portugueses levava os seus porões cheios para Inglaterra e Irlanda de produtos como o vinho, azeite, açúcar, ou frutas (laranjas, limões, figos, amêndoas, nozes, etc.). Complementando este comércio, eram exportados, menos frequentemente, outros bens, tais como marfim, contas e alguma cerâmica (Wolf, 1975).

Evidências arqueológicas e documentais

A maioria dos locais onde Faiança Portuguesa foi recuperada tratam-se de contextos domésticos. Nem sempre é possível reconhecer o compartimento que as ofereceu, mas em dois casos, nomeadamente Tabacco Dock e Narrow Street Londres os fragmentos foram encontrados directamente sobre pavimentos de cozinhas. Contudo, a maioria das peças foi recuperada no interior de fossas sépticas, normalmente abertas nos pátios traseiros das casas e destinadas a conter os lixos domésticos. Cremos que as peças eram ali depositadas quando quebradas e já sem funcionalidade. Surgem ainda alguns contextos onde a faiança foi recuperada em lixeiras de maiores dimensões como foi o caso de West Tenter Street, em Londres, ou Castle Street, em Plymouth.

A maioria das habitações que ofereceram materiais portugueses localizava-se em zonas onde a grande parte dos seus habitantes desenvolviam actividades ligadas ao mar, tais como a construção de navios e equipamentos náuticos, mas sobretudo mercadores envolvidos no comércio internacional, ligando a Inglaterra ao sul da Europa e colónias americanas. Esta realidade social verificou-se em Londres, Plymouth, Poole e Totnes. Nos restantes locais ainda que não tenha sido possível identificar a actividade do detentor da casa podemos afirmar que era possuidor de uma rica colecção de cerâmicas onde, quase sempre, a par das faianças portuguesas, foram recuperadas majólicas italianas, cerâmica holandesa, espanhola e porcelana chinesa.

A escavação de diversas casas em Narrow Street deve ser particularmente mencionada não apenas

pelo volume de Faiança Portuguesa recuperada, mas sobretudo devido à identificação de alguns dos proprietários das casas escavadas, que se sabe terem dedicado parte da sua vida a actividades marítimas menos lícitas, tais como o corso e pirataria. As seis dezenas de peças portuguesas esmaltadas ali recuperadas, bem como outras tantas em cerâmica comum, podem efectivamente ter sido adquiridas fora dos circuitos comerciais através de pilhagens (Killock e Meddens, 2005).

Quase todos os locais concederam peças de excelente qualidade, destacando-se as boas propriedades das pastas e vidrados. Na verdade estas cerâmicas oferecem muito melhores características que as que geralmente se encontram em Portugal pelo que cremos estar na presença do que se designa por cerâmica de *carregaçam* ou exportação, ou seja, peças destinadas ao comércio global. Estes objectos, entrando nos circuitos comerciais europeus, tinham de competir com a excelente qualidade física e estética das produções italianas, espanholas e holandesas. São peças raras nos contextos nacionais, sendo frequentes nos museus e colecções privadas, e por vezes recuperadas em contextos palatinos ou religiosos, onde se encontrava o maior poder de compra.

Mas nem só as casas apresentaram vestígios de Faiança Portuguesa. Ainda que em menor quantidade, surgem contextos, que designámos por comerciais, visto estarem ligados a actividades económicas, que ofereceram igualmente vestígios. Em Londres, Bristol e Plymouth foram identificadas zonas de cais, construídos em madeira, no século XVII, nos quais foram recuperados diversos exemplos de louça importada, entre a qual cerâmica portuguesa, comum e esmaltada. Na capital inglesa, a zona de Deptford ofereceu três destes locais, que se sabe terem sido utilizados por barcos da Companhia das Índias Orientais (Divers, 2004). É possível que estas peças tenham sido ali depositadas aquando da sua descarga e perante a constatação que se encontravam partidas. A solução mais lógica foi descartá-las borda fora, junto ao porto. No entanto, não podemos afastar a hipótese de aquela faiança ter feito parte do serviço utilizado a bordo de navios portugueses que ali aportassem, sem qualquer intenção

de entrar nos circuitos comerciais. O transporte de louça, de acordo com a documentação, era efectuado maioritariamente em caixas, caixões, carros e cestos. Desconhecemos a quantidade que cada uma daquelas embalagens transportava, mas nas fontes documentais o transporte de louça é quase exclusivamente mencionado em dúzias.

Com propósitos claramente comerciais são, certamente, as peças recuperadas em grandes edifícios, identificados como armazéns que guardariam os bens que aportavam nos cais das cidades. Tais edificações foram escavadas em Londres, Faversham e Southampton. Neste último caso a presença de diferentes tipos de cerâmica em compartimentos distintos levou mesmo a acreditar que podiam ser guardados aqueles bens em locais diferentes, de acordo com a sua proveniência (Gutierrez, 2007).

Um dos mais curiosos achados de Faiança Portuguesa em contextos comerciais trata-se de realidade encontrada em Exeter, na Costums House, ou seja, no edifício da Alfândega. Aquando das obras de remodelação, em 2006, destinado a ser usado pela Exeter Archaeology, foi escavado apenas um metro quadrado onde seria colocado o elevador. Foram identificados apenas dois fragmentos de cerâmica, um de North Devon Sgraffito e o outro, enorme prato em faiança com decoração vegetalista (**Fig. 2**). Atendendo a que o edifício não servia de habitação a nenhum dos seus funcionários, utilizado apenas para o registo e armazenamento de mercadorias, é seguro afirmar que a louça portuguesa entrava naquela cidade com o intuito de ser comercializada, ainda que desconheçamos em que quantidades. Note-se que Exeter é das poucas cidades inglesas, exceptuando Londres e Bristol, onde registos portuários mencionam a entrada de louça portuguesa, em 1646 e 1655.

Para além dos contextos domésticos e comerciais, Faiança Portuguesa foi igualmente recuperada em contextos industriais, ou seja, nos locais onde era produzida louça esmaltada. Apenas Londres ofereceu sítios com esta natureza. Em Queensborough House e Platform Wharf foram identificados edifícios, fornos e lixeiras, interpretados como lugares onde era produzida louça esmaltada, conhecida como *London delftware*. O primeiro lo-

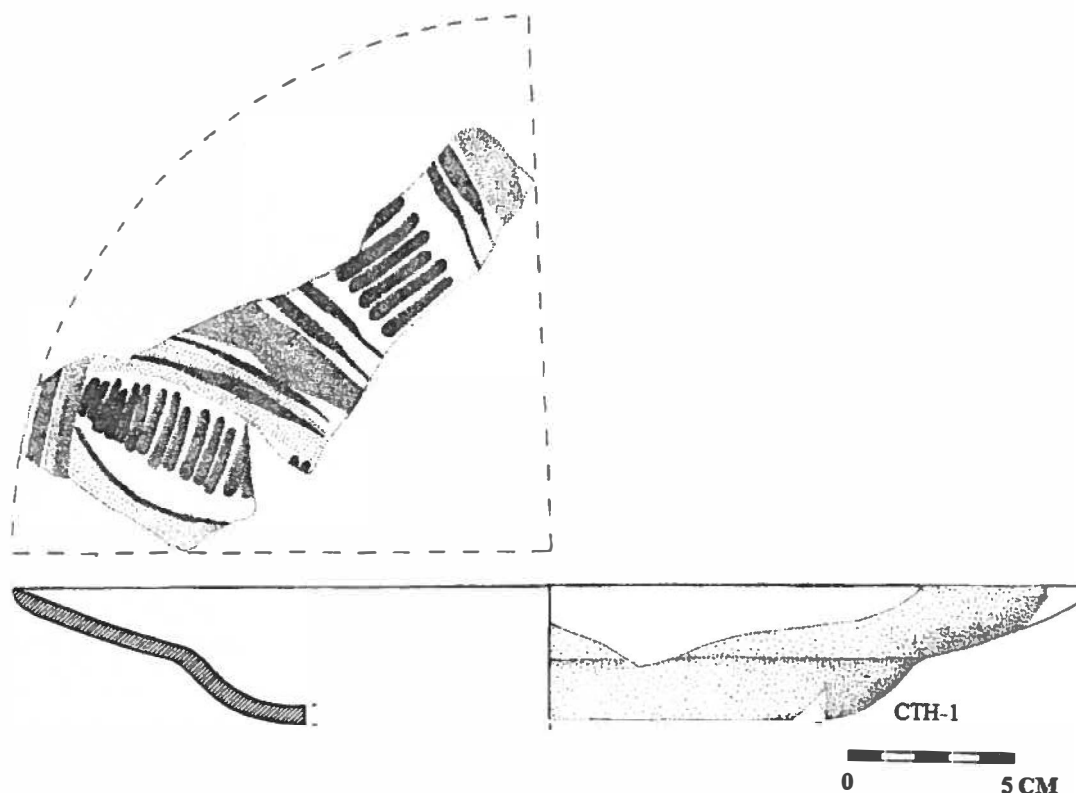


Fig. 2 Prato com decoração vegetalista recuperado na Costums House (Exeter).

cal cedeu pequena taça, com decoração vegetalista, de inspiração oriental, enquanto no segundo foram recolhidos dois pratos portugueses, de grandes dimensões e excelente qualidade. Um daqueles apresentava decoração de inspiração oriental, com a aba decorada com aranhões e crisântemos, arrumados em cartelas, e o interior do fundo com paisagem onde se destaca ave, imagem característica da Faiança Portuguesa. O segundo prato, ainda de maiores dimensões, apresentava a decoração das rendas na aba e ao centro, inserido numa cartela, um coração alado, trespassado por setas.

A presença destas peças em ambientes de produção pode ter diversas interpretações. Sabe-se que muitos oleiros, não apenas em Portugal, mas em diversos centros produtores europeus, adquiriam vasilhas em outras olarias que serviam como modelos às suas construções. Desta forma, conseguiriam competir com o que os seus colegas produziam, aumentando a rentabilidade do negócio.

Esta ideia não é de todo despropositada quando pensamos na produção londrina de louça esmaltada. A fábrica localizada em Platform Wharf laborou entre 1638 e 1663 o que corresponde à datação da peça portuguesa ali exumada, momento no qual, a indústria de louça londrina procurava reproduzir os padrões orientais da porcelana chinesa e da faiança europeia, sobretudo portuguesa (Stephenson, 1999). Por outro lado, não podemos ignorar que as unidades produtivas europeias, em qualquer país, surgiam sempre acompanhadas por “tendas”, destinadas à venda de louça. Até que ponto podiam algumas destas casas vender, a par das suas produções, outras importações cerâmicas europeias, complementado o seu negócio? No mesmo arqueossítio foram recuperadas garrafas em grés produzidas na Alemanha, majólicas italianas e louça esmaltada holandesa e espanhola, suportando esta teoria (Stephenson, 1999).

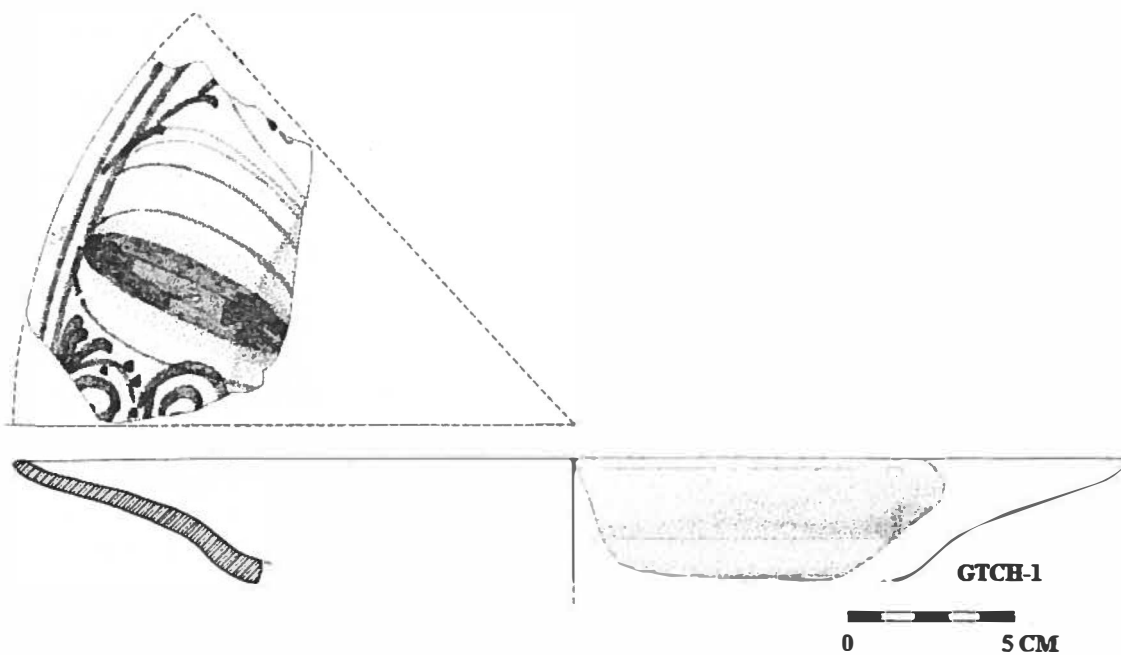


Fig. 3 Prato recuperado em Great Torrington.

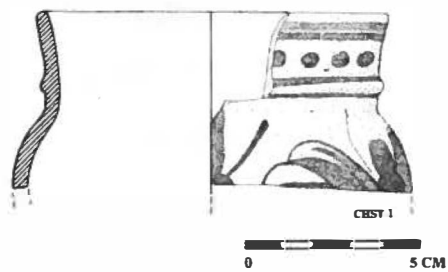


Fig. 4 Pote recuperado em Credinton.

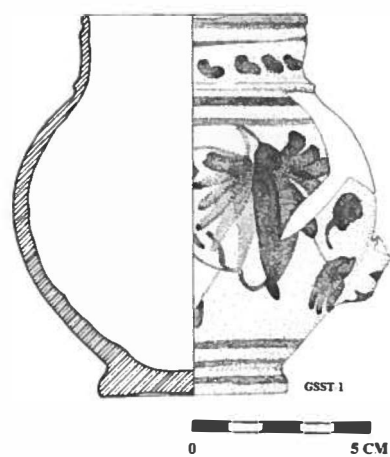


Fig. 5 Pote recuperado em Goldsmith Street (Exeter).

Na maioria dos casos, a Faiança Portuguesa foi recuperada em cidades portuárias onde o comércio internacional ocupava lugar de relevo na economia. Só em dois locais foram as peças recuperadas no interior, em Great Torrington (**Fig. 3**) e em Crediton (**Fig. 4**), cidades do interior de Devon, cuja actividade comercial estava ligada à produção de lã, que enviam maioritariamente para Exeter e Bideford, duas localidades costeiras onde também foram recuperadas peças portuguesas (Casimiro 2010). Por outro lado, a cultura doméstica do interior do país seria diferente das exigências das cidades portuárias, cujas actividades se encontravam ligadas, sobretudo, à exploração naval e ao comércio internacional. A presença destas peças no interior do território está certamente ligada às relações com as cidades maiores nas suas proximidades. Note-se como a peça recuperada em Crediton apresenta características muito semelhantes a pote exumado nas escavações de Goldsmith Street, em Exeter (**Fig. 5**), claramente produzidas na mesma oficina e quiçá, importada no mesmo barco. O que faz ainda a peça com as características do prato recuperado em Great Torrington, numa das localidades mais pequenas de Devon, na qual é difícil identificar alguma casa ou família com poder de compra suficiente para a adquirir? Será possível que ali tenha entrado através de um processo oblativo, oferecida por um mercador inglês ou português? As relações políticas e económicas entre Portugal e Inglaterra de certeza que permitiram a criação de laços de amizade entre diversos indivíduos.

Devon é claramente a zona das Ilhas Britânicas onde mais localidades ofereceram Faiança Portuguesa. Esta quantidade de achados pode estar relacionada com as relações comerciais que aquela zona do país tinha com Portugal. Sabemos que muita da sua lã era exportada para a Península Ibérica e eram os seus mercadores os principais responsáveis pela comercialização de bacalhau, desde a Terra Nova, para Portugal (Allan, 1984). O consumo de cerâmicas exógenas por estas comunidades mais pequenas pode estar relacionado com a tentativa de reprodução social das suas congéneres na capital reproduzindo o seu *modus vivendi*. A necessidade de ostentação e manutenção do seu *status*

social propiciou a que se consumissem grandes quantidades de bens exóticos, sobretudo cerâmicas e vidros, mas também tecidos, especiarias e frutas, muitos destes oriundos de Portugal.

Exeter devia ter relações permanentes com o nosso país, atendendo à quantidade de locais onde faiança foi recuperada e sobretudo devido à qualidade dos recipientes. As peças são efectivamente da melhor qualidade que temos vindo a identificar nas Ilhas Britânicas, chamando atenção para pequena taça e grande prato recuperados em Trichay Street (**Fig. 6**) e North Street (**Fig. 7**), juntamente com uma riquíssima colecção de artefactos oriundos de duas fossas sépticas que os arqueólogos acreditam pertencer a casas de mercadores ricos, que se sabe terem habitado naquelas zonas da cidade.

É possível que pelo menos em Plymouth possamos estar perante os resultados materiais de uma comunidade de portugueses que ali se tenham fixado. Conhecemos os relatos de alguns judeus portugueses que ali passaram e, nas proximidades de Castle Street, local que se julga ter sido utilizado como a lixeira da cidade, onde foram recuperadas centenas de fragmentos de faiança e cerâmica comum de produção portuguesa, existe artéria urbana denominada Madeira Road que certamente adquiriu o seu nome devido ao intenso comércio com a ilha portuguesa ou, devido à fixação de madeirenses naquela rua. Por outro lado a própria qualidade dos objectos é uma pista na identificação dos seus utilizadores. Em mais nenhum local das Ilhas Britânicas foram identificados objectos com qualidade tão inferior, de produção lisboeta e coimbrã e que, em Portugal, classificar-se-iam como objectos de uso quotidiano, que não cremos terem sido utilizados por mercadores ingleses. Corroborando esta afirmação surgiram centenas de fragmentos em cerâmica comum, fabricados em Portugal que no nosso país seriam utilizados nas actividades diárias de todas as casas. O achado de um único exemplar de pia de água benta pode de facto revelar que estamos perante as evidências materiais de uma comunidade estrangeira. Plymouth foi, durante o século XVII, uma cidade maioritariamente protestante e apoiante fervorosa do Parlamento durante a Guerra Civil. A fé católica era mesmo mal vista aos



Fig. 6 Taça recuperada em Trichay Street (Exeter).

seus habitantes ingleses, no entanto, bem tolerada entre os residentes oriundos de outras nações, nomeadamente portugueses, espanhóis e franceses. Na verdade, ainda que a Inglaterra sempre tenha sofrido tensões religiosas graves, recebeu sempre imigrantes e fugitivos religiosos de outras nações. Neste contexto, não nos custa a acreditar que aquela peça fosse utilizada por alguma família católica proveniente do continente Europeu, quiçá portuguesa. Por outro lado, a documentação portuária portuguesa refere a presença de diversos barcos oriundos de Plymouth que, anualmente, chegavam aos portos nacionais carregando diversos produtos, entre os quais faiança, que exportavam para outras terras, tais como as colónias inglesas da América do Norte. Ainda que não haja uma confirmação documental para cerâmica levada directamente para Plymouth, sabemos que ela era do conhecimento dos mercadores locais.

Fig. 7 Prato exumado em North Street (Exeter).

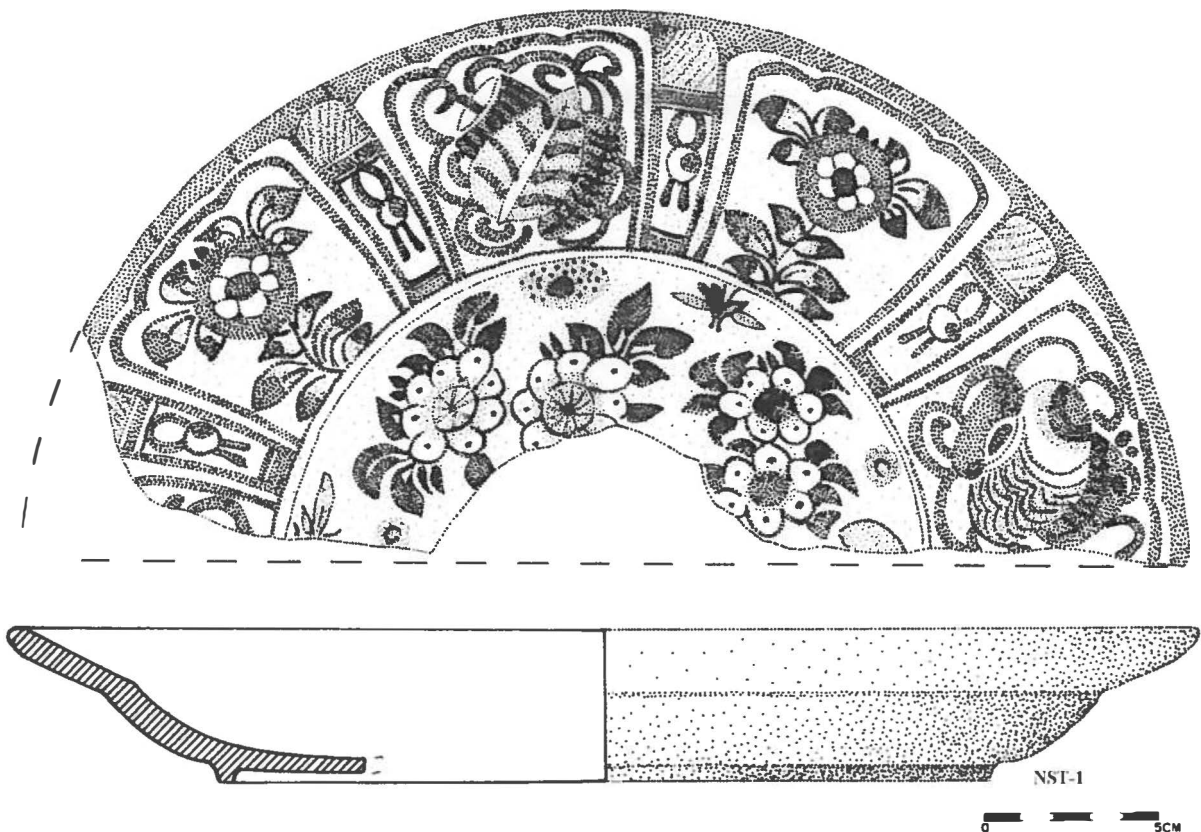




Fig. 8 Prato com decoração de influência oriental recuperado em Lambeth Street (Londres).

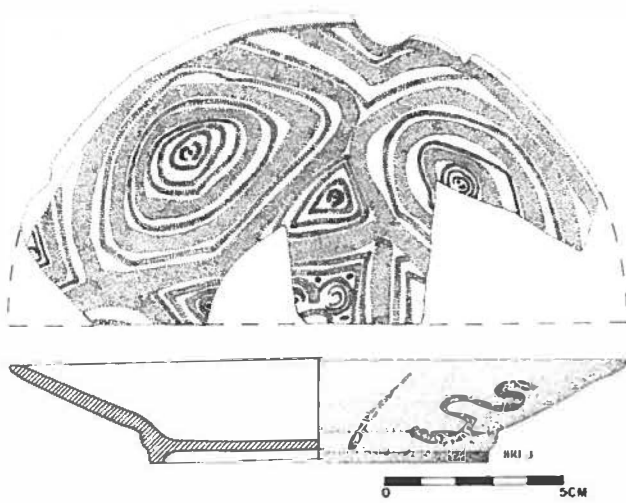


Fig. 9 Prato decorado com pequenas espirais recuperado em Barrack Lane (Galway).

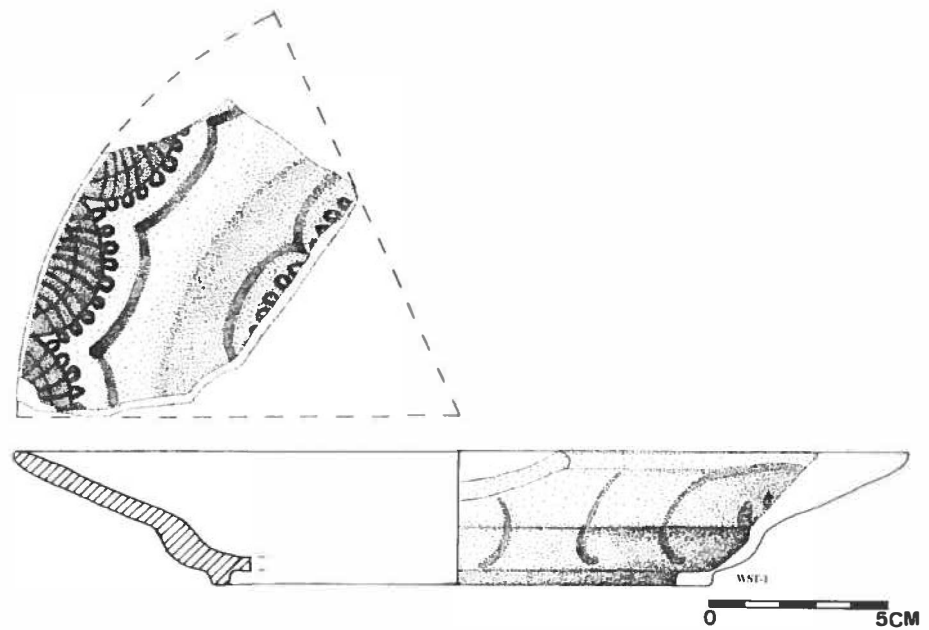


Fig. 10 Prato com rendas recuperado em Wolster Street (Plymouth).

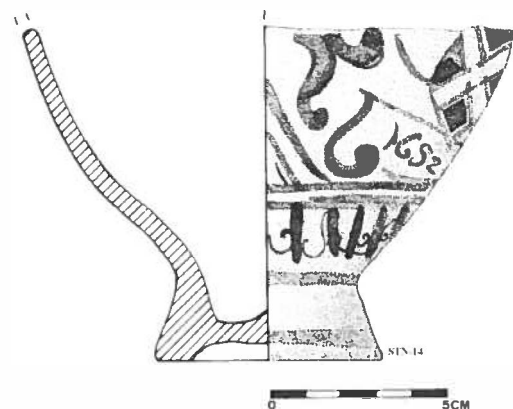


Fig. 11 Garrafa com brasão e a data de 1652 recuperada em St Nicholas Almshouses (Bristol).

Atendendo a que a maior parte dos objectos recuperados seria utilizado no adorno do lar, no interior de armários ou sobre prateleiras e mesas, a decoração seria dos aspectos mais importantes. Os objectos recuperados mostram sobretudo ornamentação de influência oriental com destaque para diversos tipos de aranhões, crisântemos, peónias, paisagens e mesmo um dragão, símbolo do imperador na China (Fig.8). Contudo, foram registadas igualmente decorações de origem europeia como diversos pratos com espirais (Fig.9), rendas (Fig.10) e diversos exemplares de

decoração armoriada. Dois dos brasões ofereceram decoração do leão rompante, muito comum na louça recuperada em Portugal, no entanto, um deles, recuperado em Bristol, adornando garrafa, apresenta escudo ao estilo inglês, que pode ser conotado com algumas famílias, associado à data de 1652 (Fig.11). Aquela garrafa pode efectivamente ter resultado de uma encomenda específica que celebrava um ano especial na vida de determinada família, que utilizasse aquele brasão, ou pode ter sido produzida simplesmente para enviar para Inglaterra, onde diversos grupos nobiliárquicos a

podiam adquirir, atendendo que possuíam aqueles objectos brasão muito semelhante ao seu. A insígnia era claramente símbolo de distinção social e não cremos que, pelo menos no presente caso, fosse uma peça destinada a uma qualquer camada social, mas sim restrita às que tinham capacidade económica para a adquirir.

Três exemplares ofereceram legendas, uma taça recuperada em Londres com a palavra "SOL" e dois fundos de prato com fragmentos de palavras. Em Plymouth surge apenas as letras "VO" e em Galway "ANDA". Estas legendas são normalmente atribuídas ao nome dos seus detentores. O exemplar recolhido em Galway revela-se assaz interessante atendendo que aquele poderia ter pertencido a prato contendo a palavra "Irlanda" visto ser já esse nome atribuído àquela ilha na documentação portuguesa do século XVII. Seria interessante verificar que a louça portuguesa podia conter o nome do seu destino e não necessariamente da família que a adquiria.

A maioria dos objectos recuperados trata-se de pratos e taças. Na verdade estas formas foram das mais produzidas nas oficinas portuguesas e mesmo nos sítios arqueológicos portugueses predominam as formas abertas, em muito inspiradas nas formas orientais da porcelana. Contudo, foram recuperadas outras formas tais como escudelas, jarros e garrafas, uma pia de água benta, uma bacia de barbeiro, algumas tampas e duas marcas de jogo.

O estudo de cronologias modernas implica que, sempre que possível, as informações retiradas do registo arqueológico devem ser confirmadas com dados obtidos através da leitura de documentação. Desta forma, recorreremos a fontes alfandegárias de modo a certificar a comercialização de cerâmica com as Ilhas Britânicas. Em Portugal foram consultados diversos arquivos em Lisboa, Figueira da Foz, o porto de mar de Coimbra, e Porto. Ainda que interessantes informações tenham sido recolhidas em todos os arquivos, relativas à exportação de louça, apenas no Porto foi claramente identificada a exportação deste bem para as Ilhas Britânicas. Nos *Livros da Portagem do Cabido da Sé do Porto* identificaram-se, no século XVII, cinco navios que saíram daquela cidade carregados de louça para as cidades de Londres, Cornualha, Bristol e Topsham,

porto de mar de Exeter que, na Idade Média, ficou sem acesso a barcos de grande calado. A 14 de Julho de 1670, registou-se o *despacho do pataxo per nome gisaidei/sva de que he mestre João Vitão vizinho/ de ghenac que vaj pera a cornoalha com a carga seguinte/ Nicolau Trancalhão vinte e quatro/ pipas e meã de azeite e oitenta duízias de louca de vila nova e des arrobas/ de presuntos e hũu carro de louca ver/melha d avejro/ jurou o mestre nam levar mais nada/ e assinou/John Vithbar*"(ADP/CABIDO/Lv.155/1670/fl. 25v).

Esta referência mostra-nos que a documentação especificava claramente o tipo de louça que saía em direcção aos portos estrangeiros e que não eram somente vasilhas em faiança, produção de Vila Nova, mas também louça vermelha. Confirmando esta afirmação surge, em 8 de Dezembro de 1685, a exportação para Inglaterra de uma canastra de louça do norte (ADP/CABIDO/Lv.172/1685/fl.52) cuja origem desconhecemos. Em 1687 sai do Porto para Topsham, um navio que, entre diversa carga, revela um caixão com louça de Estremoz (ADP/CABIDO/Lv.174/1687/fl.19v). No mesmo ano, a 23 de Junho, sai para Londres um navio igualmente com um caixão de louça de Estremoz (ADP/CABIDO/Lv.174/1687/fl.34).

Os navios e mercadores envolvidos no trato de cerâmica para Inglaterra são todos ingleses, habitantes das cidades para onde se dirigem. Quanto aos despachantes, ou seja, os responsáveis por arranjar a mercadoria na cidade do Porto e arredores, de modo a que esteja pronta a enviar a bordo das embarcações, quando aquelas chegassem à cidade, percebemos que são ingleses a residirem na cidade portuguesa. Os nomes de Thomas Mally, Corin Benlarast, Nataniel Roland e Jon Lel mostram bem a sua origem britânica. Aqueles homens deviam ter-se instalado no Porto para ali recolherem mercadoria que enviavam para as Ilhas Britânicas, pois eles estão envolvidos na maior parte dos despachos para aquele destino, não apenas de louça, mas todo o tipo de mercadorias.

No entanto, as informações mais interessantes foram descobertas nos *Port Books* ingleses. Os registos alfandegários de Londres, Exeter e Bristol ofereceram evidências da importação de louça

portuguesa, sobretudo de Lisboa, mas igualmente de Coimbra, através da Figueira da Foz, e de Vila Nova, através do Porto. A referência documental mais antiga remonta a 1637, curiosamente ainda antes da separação das coroas ibéricas, que impedia o comércio de Inglaterra com Espanha. É comumente aceite pelos investigadores que os livros de registo dos portos ingleses reflectiam as tensões políticas na Europa, pelo que é muito raro encontrar registos de embarcações oriundas de Espanha aquando dos conflitos entre as duas coroas ou de Portugal em períodos de guerra com a Espanha (William, 1955). Trata-se de 200 pratos importados do Porto, cuja entrada na documentação portuária não refere nenhum imposto (E190/40/6). Desconhecemos a natureza desta produção atendendo que a designação de *plates* é bastante generalista, mas cremos que se tratavam de pratos em faiança, produzidos em Vila Nova, visto aquela forma ser das que mais frequentemente se encontraram em Londres.

A Faiança Portuguesa era reconhecida no mercado inglês, sobretudo pelos mercadores, o que se confirma pelas expressões utilizadas para designar as importações portuguesas, presentes na documentação. O termo mais comum é claramente "*earthenware*" (E190/ 56/1/fl.44), "*earthen dishes*" (E 190/52/5) ou "*earthen pots*" (E190/69/1/fl.229), que seria a forma generalista de designar a cerâmica revestida a esmalte estanífero e que aparece na documentação a partir de finais do século XVI, frequente na sociedade inglesa para denominar os produtos produzidos nas fábricas londrinas a partir de finais de setecentos (Tyler, Betts, Stephenson, 2008). No entanto, outras referências mais interessantes surgem na documentação, nomeadamente a designação de "*white plates*" que, em 1666, entram na capital inglesa oriundos do Porto (E 190/51/8, fl. 44), "*dishes*" a 27 de Agosto de 1681 (E190/102/1) um cesto de "*½ single plates*" (E190/75/1/fl.135), o que nos sugere referir-se ao tamanho das peças, que seriam de menores dimensões, ou simplesmente "*white ware*" que, em 1671, chega a Londres oriundo de Lisboa. Claramente identificando a produção portuguesa surgem as importações de "*portugall white ware*", (E190/85/1/fl.184), em 1677,

e dois cestos de "*Portuguese Earthenware*", em 30 de Janeiro de 1675, ambos de Lisboa (E190/64/1/fl.55). Uma das referências mais interessante surge a 5 de Abril de 1683 quando, do Porto, surge um navio que descarrega "*76 harmed plates*" o que nos sugere que se tratava de louça com decoração armoriada (E 190/114/7, fl. 24). Aquela foi identificada nas escavações de Londres, Bristol e Londerry.

A documentação londrina fala-nos ainda da entrada de azulejos naquelas ilhas, pelo que diversas deviam ser as casas que revestiram algumas das suas paredes com painéis portugueses. A primeira referência surge a 27 de Janeiro de 1666 com a entrada de "*xxx^c pantiles*", oriundos de Lisboa (E 190/51/8). A 31 de Janeiro de 1677, entram na cidade, vindos do Porto "*one box fifty five pantiles*" (E190/78/1). A 28 de Janeiro de 1687, da Figueira da Foz, são descarregados "*lx pantiles*" (E190/90/1). Uma entrada curiosa ocorreu a 29 de Janeiro de 1684, quando são registados "*x chests foot gally tyles*" (E190/131/1), o que pode indicar a exportação de azulejos ou ladrilhos utilizados para cobrir pavimentos, ainda que esta afirmação não possa ser confirmada arqueologicamente. O número concreto de azulejos em cada carga sugere que se tratavam de painéis, destinados a cobrir paredes.

Arqueologicamente apenas um local ofereceu vestígios azulejos: Aberglasney, em Carmarthen no País de Gales foi a residência da família do bispo Rudd, gente influente na corte inglesa (Fig. 12). A descoberta de fragmento em camada de revolvimentos no jardim não nos permite inferir acerca do local da sua utilização que pode ter revestido paredes da casa, da capela ou mesmo algum banco de jardim. Trata-se de elemento de barra ou cerca-dura de padrão, oferecendo decoração fitomórfica, muito comum em Portugal, entre 1630 e 1650, correspondendo à classificação B62 de Santos Simões (Simões, 1997, 186), cuja decoração central desconhecemos, mas que paralelos portugueses indicam tratar-se de padrão geométrico, tipo "tapete". Eram a produção mais comum das nossas olarias até pelo menos 1670, quando as paisagens começam a sobrepor-se aos padrões e a policromia perde-se em benefício do azul e branco.

A descoberta e estudo de Faiança Portuguesa na

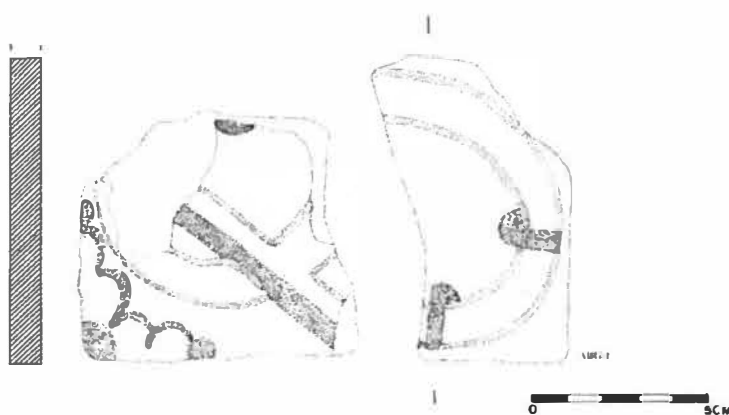


Fig. 12 Fragmento de azulejo recuperado em Carmarthen (País de Gales).

Europa encontra-se intimamente ligada à presença de famílias judaicas. Em Amsterdão e Hamburgo a maioria das peças foi efectivamente adquirida por judeus (Baart, 1987). No que concerne as Ilhas Britânicas, até ao momento, apenas um contexto arqueológico permitiu esta associação. Em Mitre Street, Londres, foi identificado fragmento de prato português no mesmo contexto que prato em London Delftware que continha a palavra “leite” em hebraico (Pearce e Schofield, 1998). No entanto, os judeus de ascendência portuguesa encontravam-se claramente envolvidos no comércio de louça. A documentação portuguesa e inglesa revela o nome de muitos mestres responsáveis pela comercialização de louça, sendo alguns deles Antonio Goodin (E190/40/6), Michael Levy (E190/51/8), Isac Alvares (E190/52/5), ou Samuel Miro (E 190/56/1), cujos nomes nos indicam uma ascendência não só portuguesa, como claramente judaica.

Conclusões

O estudo da Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas permite-nos inferir que ainda que Lisboa fosse a cidade que mais exportava em direcção àquelas latitudes, foram recuperados objectos produzidos nos três centros oleiros. Estas conclusões foram retiradas com base na observação de peças encontradas em contextos de produção em Lisboa, Coimbra e Vila Nova, distinguindo pastas, esmaltes e decoração e através da sua comparação com os achados ingleses e irlandeses. Todas as cidades ofereceram

peças produzidas em Lisboa. Recipientes claramente produzidos em Vila Nova foram apenas recuperados em Londres e foram identificadas produções coimbrãs em Poole e Plymouth.

O século XVII marca um momento na sociedade inglesa, bem como no resto da Europa, onde se começa a desenvolver um gosto pelo excêntrico e exótico. Não obstante a cerâmica seja a evidência mais abundante nos contextos arqueológicos de cariz doméstico, a sua presença era complementada por peças de mobiliário, têxteis, marfins, essências e alimentos que despertavam o olfacto e paladar. A produção cerâmica exógena mais comum, recuperada nos contextos arqueológicos das Ilhas Britânicas, é a porcelana chinesa. Devido à sua delicadeza e beleza, era frequentemente requisitada e presença constante nos lares ingleses. As restantes produções europeias funcionavam como um complemento às produções orientais, colmatando a demanda pelo exotismo, satisfazendo o gosto pela *chinoiserie*. Ao contrário do que muitos autores defenderam não cremos que a Faiança Portuguesa tenha tido como objectivo a substituição da porcelana da China (Calado, 1992). Seria impossível comparar as duas produções. No entanto, os oleiros portugueses perceberam que, ainda que a porcelana abundasse na Europa, ela não era suficiente para colmatar todas as necessidades culturais, sobretudo das classes menos abastadas e criaram um complemento à decoração dos ambientes domésticos. Assim se justifica o predomínio da decoração

de influência oriental.

Os arqueossítios que oferecem Faiança Portuguesa expõem igualmente cerâmica italiana, francesa, alemã, espanhola e holandesa, excelentes indicadores cronológicos que nos têm permitido não apenas ajustar períodos de produção, mas igualmente compreender a importância económica do contexto. Acreditamos que a cerâmica portuguesa, devido à sua qualidade e apuro decorativo, características que, pelo menos até ao grande desenvolvimento das produções inglesas e holandesas na segunda metade do século XVII, a tornavam mais onerosa e requisitada como produto de alta qualidade, era essencialmente adquirida por pessoas com boa capacidade económica, facto confirmado pela natureza dos locais onde foi recuperada, na sua maioria casas de mercadores ou de famílias nobres. Em Dartington Hall foi recuperado fragmento de prato, decorado com pequenas espirais, que chegou àquele arqueossítio quando o mesmo era habitado pela família Champernowne, que adquiriu a casa no século XVI. O mesmo se passou no Berry Pomeroy Castle, pertença da família Seymour, parentes da terceira mulher de Henrique VIII, Jane Seymour, que a possuíram até 1688.

Quando entra nos contextos ingleses a Faiança Portuguesa adquire um papel social que cremos estar relacionado com a reprodução de símbolos de poder e capacidade económica. Estas peças, atendendo à sua qualidade e decoração e ao contexto onde são exumadas, nos quais identificamos o que de melhor se produzia na Europa e no Oriente, mostram como eram importantes na manutenção e sobretudo divulgação do *status* social dos seus detentores. O seu consumo não era quotidiano, nem utilitário e marcas de uso aparecem exclusivamente em Narrow Street e Castle Street, pelo que seriam peças de ostentação. Mesmo na Irlanda, as evidências de faiança foram, na sua maioria recuperadas em casas habitadas por ingleses. Esta ausência de contextos tradicionalmente irlandeses pode estar relacionada com a tentativa de reprodução dos padrões sociais e culturais que a sociedade inglesa ostentava. Mesmo afastados dos centros políticos e culturais, os ingleses a residirem naquela ilha, tentavam manter o mesmo estilo de vida. Associados

a diversos produtos cerâmicos de outras nações europeias e orientais, mobiliário, têxteis, tapetes e marfins, muitos deles adquiridos em Lisboa, criavam um ambiente exótico, ambicionado pela alta sociedade inglesa.

Convém dizer que a Faiança Portuguesa aparece, quase sempre, nos mesmos contextos que cerâmica comum portuguesa, que acreditamos maioritariamente utilizada como recipiente. Segundo a documentação, a faiança não era importada enquanto contentor, mas sim enquanto objectos para uso singular, individualizada na carga. Diversos produtos eram importados em recipientes de cerâmica comum como vemos numa entrada do porto de Londres em 12 de Fevereiro de 1682 em que, de Lisboa, são importados "*ij chests iiij pots of marmelade cx succads, vij cheeses iiij gallons Orange flower water j busholer, vi wax candles, vc chocolat xiiij dozen little cups and vj cups with paint*" (E190/114/8).

É difícil inferir qual a importância que a Faiança Portuguesa tinha nas casas inglesas e irlandesas, no entanto, as fontes iconográficas da altura demonstram que uma das funções da louça esmaltada, sobretudo quando decorada, era essencialmente estética. Por outro lado, a louça branca seria utilizada no serviço diário da casa. Isto pode efectivamente mostrar-nos que existiam duas categorias de louça esmaltada. A de menor qualidade, destinada ao uso quotidiano e certamente produzida em Inglaterra e outra, decorada e de melhor qualidade, que se pode inserir perfeitamente na cerâmica importada. Admitimos que esta mesma relação de valor existia no consumo de faiança em Portugal onde peças importadas e de melhor qualidade seriam vistas como objectos de luxo e com qualidades decorativas e outra, de uso quotidiano, que era utilizada na cozinha e à mesa.

O comércio de cerâmica azul e branca portuguesa em direcção ao Reino Unido abrandou em finais do século XVII, e poucos são os artefactos que se podem inserir nesta cronologia tardia. Existem várias razões para esse enfraquecimento comercial. Contudo, cremos que a conjugação de diversos factores externos, associados à falta de competitividade das oficinas portuguesas, bem como a uma alteração nos requisitos internacionais, que já não

procuravam as produções inspiradas na porcelana chinesa do século XVI, estiveram na base do fim da Faiança Portuguesa como um produto transcontinental.

Uma das razões que pode estar na base do fim das exportações para as Ilhas Britânicas foram os *Navigation Acts*, promulgados entre 1651 e 1673, que tentaram promover a indústria inglesa, reduzindo as importações e aumentando as exportações. Aqueles, no que concerne a cerâmica, restringiram a entrada de produções exógenas. No entanto, como refere C. Willcoxon, os *Navigation Acts* foram “*loosely administrated or wholly evaded*” (Willcoxon, 1999) e muita cerâmica continuou a entrar no país, sendo comum a sua presença nos registos portuários.

Por outro lado, a partir de meados do século XVII, tanto a indústria inglesa como holandesa vão conhecer um enorme desenvolvimento produtivo. O objectivo cumprido pela Faiança Portuguesa, de complementar a demanda por produtos cerâmicos exóticos, era agora preenchido plenamente pelas produções londrinas e de Delft, certamente a preços mais acessíveis. A diminuição das importações chinesas, entre 1650 e 1680, devido a problemas políticos internos naquele país, fez com que as olarias norte europeias apostassem em imitações fidedignas dos produtos orientais. Todavia, a maior quebra no consumo de Faiança Portuguesa na Europa deve ter ocorrido devido a uma mudança nos padrões de gosto europeus. Com a recuperação do comércio de louça com a China, em finais do século XVII, a tradicional porcelana azul e branca vai começar a ser substituída pela louça policroma. Não conseguiram as olarias portuguesas corresponder a esta nova demanda europeia, continuando a produzir louça azul, violeta e branca, menos requisitada. Como mercados permaneceram as colónias portuguesas e o mercado interno.

Ainda que o mercado inglês e irlandês seja importante, sobretudo como vimos através da produção de louça propositadamente fabricada para ser exportada para aquele país, não seria fundamental na sustentabilidade das oficinas portuguesas. Acreditamos que foi um mercado regular ao longo do século XVII, mesmo que em quantidades modera-

das. É possível que algumas delas se tenham especializado na produção para os mercados europeus e assim garantissem a sua subsistência, mas seria impensável sobreviverem só com base no mercado inglês.

Agradecimentos

O presente trabalho foi apresentado na Associação dos Arqueólogos em Maio de 2009, instituição à qual agradeço. O tema resulta de investigação de Doutoramento orientado pela Prof. Dra. Rosa Varela Gomes a quem reconheço todo o apoio científico e amizade. Os meus agradecimentos vão igualmente para o Arquitecto Mário Varela Gomes pelo apoio que me tem dado nestas e noutras temáticas. Não podia deixar de expressar um muito obrigado a todos os que me ajudaram neste projecto, sobretudo ao John Allan. Sem a sua ajuda tudo teria sido muito mais difícil.

Bibliografia

- ALLAN, J. (1984) – *Medieval and Post Medieval Finds from Exeter, 1971-1980*. Exeter: Exeter City Council.
- ALMEIDA, M.; NEVES, M. e CAVACO, S. (2001) – “Uma Oficina de Produção de Faiança em Gaia nos Séculos XVII e XVIII”. In *Itinerário da Faiança de Porto e de Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 144-145.
- BAART, J. (1987) – “Faiança Portuguesa Escavada no Solo de Amesterdão”. In *Faiança Portuguesa 1600-1660*. Amesterdão: s.n.
- BARTON, K. J. (1964) – “The Excavation of a Medieval Bastion at St. Nicholas’s Almshouses, King Street, Bristol”. *Medieval Archaeology*. 8: 181- 212.
- BLOCKLEY, K. e HALFPENNY, I. (2002) – “Aberglas ney House and Gardens: archaeology, history and architecture”. *BAR British Series*. Oxford.
- BROWN, C. G. (1986) – *Plymouth Excavations: the medieval waterfront of Woolster Street and Castle Street: finds catalogue*. Plymouth: Plymouth City Council (*Plymouth Museum Archaeological Series*, 3).
- BROWN, D. (2002) – *Pottery in Medieval Southampton c. 1070-1530*. Southampton: Southampton Monograph Series.
- CALADO, R. (1992) – *Faiança Portuguesa: sua evolução até ao início do século XX*. Lisboa: Correios de Portugal.
- CALADO, R. (2003) – *Faiança Portuguesa da Casa Museu Guerra Junqueiro, Séculos XVII-XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CARVALHO, J. (1921) – *A Cerâmica Coimbrã no Século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CASIMIRO, T. M. (2006) – “Portuguese Faience in London”. *London Archaeologist*. 11 (5): 115-121.
- CASIMIRO, T. M. (2009) – A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas: um projecto de investigação. *Almadan*. 2ª série. nº 16. Adenda electrónica, p. VIII.
- CASIMIRO, T. M. (2010) – Portuguese Faience, in: PASSMORE, A., REED, S. e ALLAN, J. *Archaeological Investigations around Crediton Parish Church 1984-2007, Proceedings Devon Archaeological Society*, 68.
- CASIMIRO, T. M. (2010a) – Portuguese Faience, in: ALLAN, J., *Devon Imported Pots, Proceedings Devon Archaeological Society*, 69.
- CASIMIRO, T. M. (2011) – Portuguese faience in the South-West Country, in: *West Country Households*. Exeter: Society for Post-Medieval Archaeology.
- CASIMIRO, T. M.; SANTOS, I. (2010) – Faianças no Largo de Santos. (http://www.nia-era.org/component/option,com_myblog/show,0203---Faiancas-do-Largo-de-Santos.html/Itemid,57/).
- CORREIA, V. (1918) – “Oleiros e Pintores de Louça e Azulejo de Lisboa. Olarias (Anjos)”. *Atlântida*. 29-30: 531-540.
- DIVERS, D. (2004) – “Excavations at Deptford in the Site of the East India Company Dockyards at the Trinity Almshouses, London”. *Post-Medieval Archaeology*. 38: 17-132.
- FANNING, T. e HURST, J. (1975) – “A Mid Seventeenth Century Pottery Group and Other Objects from Ballyhack, Co. Wexford”. *Proceedings of the Royal Irish Academy*. 75: 103-121.
- GUTIERREZ, A. (2007) – “Portuguese Coarse wares in Early Modern England: reflections in an exceptional pottery assemblage from Southampton”. *Post-Medieval Archaeology*. 41(1): 64-79.
- HORSEY, I. (1992) – *Excavations in Poole 1973-1983*. Dorchester: Dorset Natural History and Archaeological Society.
- HURST, J. (1977) – “Spanish Imported Pottery into Medieval Britain”. *Medieval Archaeology*. 21: 68-105.
- HURST, J. (1986) – *Pottery Produced and Traded in North-West Europe. 1350-1650*. Rotterdam: Foundation ‘Dutch Domestic Utensils’. Museum Boymans-van Beuningen (*Rotterdam Papers*, VI).
- KILLOCK, D. e MEDDENS, F. (2005) – “Pottery as Plunder: a 17th century maritime site in Limehouse, London”. *Post-Medieval Archaeology*. 36: 1-56.
- LEÃO, M. (1999) – *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- MANGUCCI, A. (1996) – “Olarias de Louça e Azulejo da Freguesia de Santos-o-Velho: dos meados dos séculos XVI aos meados do século XVIII”. *Al-Madan*. IIª Série. 5: 155-168.
- MEENAN, R. (1992) – “A Survey of Late Medieval and Early Post-Medieval Iberian Pottery from Ireland”. In GAIMSTER, D. e REDKNAP, M. *Everyday and Exotic Pottery from Europe, c. 650-1900, Studies in Honor of John G. Hurst*. Exeter: Oxbow Books, pp. 186-193.
- PAIS, A. N.; PACHECO, A. e COROADO, J. (2007) – *Cerâmica de Coimbra. Do século XVI-XX*. Coimbra: Edições INAPA.
- PEARCE, J. e SCHOFIELD, J. (1998) – A rare delftware Hebrew plate and associated assemblage from an excavation in Mitre Street, City of London. *Post-Medieval Archaeology*, 32.
- QUEIROZ, J. (1907) – *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa: Typografia do Anuário Commercial.
- REAL, M. e REIMÃO, R. (1996) – “As Origens da Produção de Faiança na Cidade do Porto”. *Olaria*. Barcelos: Museu de Olaria. 1: 79-86.
- ROCHA, A. S. (1954) – *História, Topografia e Etnografia: materiais para a história da Figueira nos séculos XVII e XVIII*. Figueira da Foz: s.n.
- STEPHENSON, R. (1999) – “Platform Wharf Imported Pottery: potters’ inspiration or stock-in-trade?”. *Medieval Ceramics*. 23: 152-153.
- TORRES, C. (s.d.) – *Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na Cintura de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- WILLIAM, N. (1955) – The London port books. *Transactions of the London and Middlesex Archaeological Society*. vol. 18, pp. 13-26.
- WOOLF, M. (1975) – “Foreign Trade of London Jews in the Seventeenth Century”. *Transactions of the Jewish Historical Society of England*. 24: 38-58.

Análise das principais anomalias construtivas existentes no Palácio dos Marquês de Ponte de Lima - Mafra

- subsídios para uma intervenção de reabilitação -

Luís Corredoura ²

Introdução

A presente abordagem pretende dar a conhecer quais as principais anomalias construtivas detectadas no Palácio dos Marquês de Ponte de Lima, implantado na antiga Quinta da Cerca, sita na designada “Vila Velha” de Mafra.

Devido à amplitude do conjunto construído, optou-se por se restringir o estudo ao corpo principal do edifício, não se incidindo aprofundadamente sobre as dependências anexas ou a si adstritas, visto estas se apresentarem em avançado estado de degradação e ruína.

¹ O presente trabalho foi desenvolvido pelo autor em 2005 no âmbito do curso de Mestrado de Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidade de Évora, nomeadamente para a cadeira Análise e Consolidação Estrutural leccionada pelo Prof. Engº João Appleton.

² Arquitecto.

Não obstante estar há muito votado ao mais completo abandono, o Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima tem denodadamente resistido ao passar inexorável dos tempos, graças talvez à excelência dos materiais e métodos construtivos utilizados na sua edificação há quase quatrocentos anos. Obra interessante do período daquela a que foi atribuído o apodo de “arquitectura chã”, sabe-se quem foi o seu autor³: Diogo Marques Lucas, arquitecto que, entre outras obras, terá sido o responsável pela Igreja de S. Bento da Vitória, no Porto, pelo Aqueduto da Amoreira, em Elvas, e por parte das ampliações filipinas levadas a efeito no Convento de Cristo, em Tomar.

Recentemente, devido ao colapso de uma parte da sua cobertura, os problemas e patologias construtivas acentuaram-se, pelo que urge intervir o mais rapidamente possível neste prístino edifício para que toda a restante estrutura, quer da cobertura, quer as paredes resistentes de alvenaria, não entrem, por sua vez, num irreversível processo de desintegração.

Os subsídios para a reabilitação do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima que neste estudo se propõem são tão-só uma pequena achega face ao muito que há por fazer em termos de análise e consolidação estrutural do edifício. Restringindo-se somente a análises macroscópicas e aos cuidados paliativos e terapêuticos a ter quanto a anomalias nas paredes resistentes e nos elementos estruturais dos pavimentos e coberturas, pretende-se que o conjunto arquitectónico situado na antiga Quinta da Cerca, em Mafra, resista tão corajosamente por mais tanto tempo quanto aquele que resistiu até ao presente. Para tal, é também necessário que haja uma maior atenção por parte daqueles que detêm a sua tutela e por parte daqueles que até agora o têm olhado com indiferença e até algum desprezo.

O levantamento arquitectónico tem por base visitas ao local. As peças desenhadas do levantamento referentes aos pisos inferiores do corpo principal do palácio, situados no topo poente do mesmo, são parcialmente conjecturais pois o periclitante estado do pavimento do piso térreo impediu que

se procedesse a um levantamento mais rigoroso e exaustivo. Refira-se, aliás, que o acesso a estes pisos inferiores somente se pode realizar através de uma abertura existente no soalho numa das salas do topo poente do edifício visto não ter sido possível aceder a estes espaços através das portas que comunicam para o exterior, existentes quer na fachada principal, quer na de tardoz, por estarem literalmente blindadas, emparedadas e/ou soldadas e acorrentadas.

O levantamento fotográfico das diversas e principais anomalias observadas e detectadas ao longo do corpo principal do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima complementarão, em anexo, o presente estudo.

Nota histórica

O Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima, que passou a ser assim designado quando à família sua proprietária foi atribuído o marquesado de Ponte de Lima – reinado de D. Maria I –, caracteriza-se, fundamentalmente, por ser um edifício de autor, ou seja, sabe-se que o autor do projecto foi o arquitecto português Diogo Marques Lucas, nascido ainda no século XVI e falecido por altura da Restauração. Data de 1628 a sua contratação para a elaboração do projecto do palácio.

Arquitectonicamente, o edifício caracteriza-se por apresentar uma planta rectangular que se desenvolve longitudinalmente e uma volumetria paralelepédica. A cobertura é composta em quase toda a sua extensão por um telhado de duas águas. Somente no topo poente, devido a um ressalto no desenho da fachada, surge um pequeno telhado de uma única água, orientada a poente. O alçado principal, orientado a Sul, desenvolve-se em três pisos, sendo que os pisos inferiores, nomeadamente o último, aparecem parcialmente enterrados devido ao declive do terreno. O piso térreo e os pisos inferiores encontram-se demarcados na fachada principal através de um friso de cantaria e estão divididos em cinco corpos, assinalados através de pilastras. No piso térreo, ou nobre, treze janelas de sacada, com emolduramento em lioz compõem a fenestração. A janela central e as situadas nos extremos apresentam, a sobrepujá-las, um frontão, tendo as demais

³ ANTT: Cartório Notarial, nº1, maço 30, Liv.2, fl 40v-41v – cf. *Boletim Cultural* – 98, ed. C.M.Mafra, pp 616.

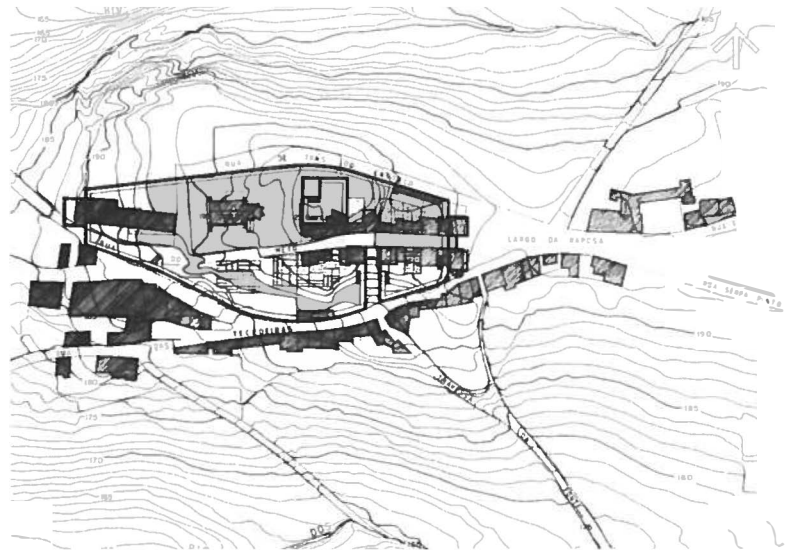


Fig. 1 Hipotética implantação das muralhas do castelo de Mafra. *Fonte:* "Mafra, da Reconquista ao Foral", C.M.Mafra, 1989.

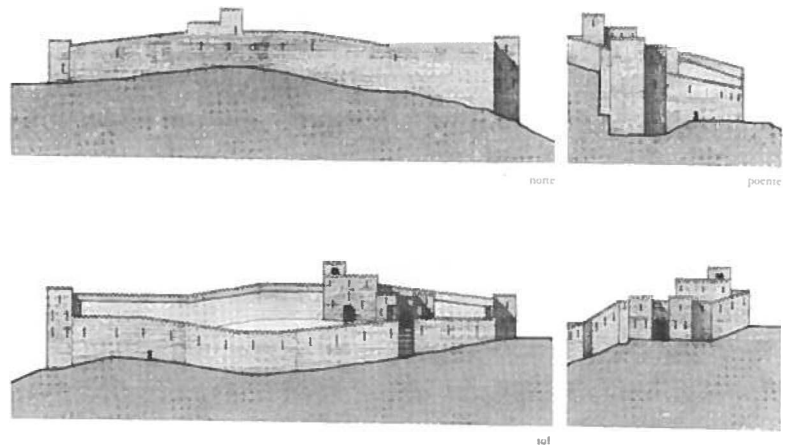


Fig. 2 Alçados conjecturais do castelo de Mafra. *Fonte:* "Mafra, da Reconquista ao Foral", C.M.Mafra, 1989.

tão-somente o lintel destacado.

Os alçados do edifício são rematados superiormente por uma cornija, com gárgulas dispostas ao longo desta, e lateralmente por cunhais em cantaria.

Os alçados laterais, orientados a Nascente e a Poente, apresentam duas janelas idênticas às da fachada Sul. O alçado Nascente apresenta um pequeno painel de azulejos representando Santo António.

O interior do edifício apresenta os principais compartimentos no piso nobre, destacando-se uma grande sala, localizada a nascente, que tem uma lareira a meio a dividi-la. Não foi detectada qualquer comunicação vertical interior entre este piso e o piso inferior. No entanto, supõe-se que poderia ter existido uma escada de serviço numa área cujo acesso é actualmente impossível devido ao colapso

do pavimento, i.é, junto à fachada Norte, sensivelmente a meio do edifício.

No exterior do edifício, nomeadamente no lado Norte, um conjunto edificado, completamente em ruínas, compunha aquilo que se julga crer ter sido o complexo da criadagem e demais dependências, concretamente cavalariças e afins.

O actual edifício foi muito provavelmente erguido sobre um outro mais antigo, datado talvez do século XIV – época em que D. Fernão Martins Coutinho foi donatário da Vila –, que, por sua vez, terá aí sido construído pelo facto do local ser a posição mais bem defensável do antigo castelo ou castro de Mafra – um esporão que se elevava a vários metros de altura devido ao declive do terreno. Segundo descrição da época – séc. XIV –, o paço e as suas dependências foram erguidos "a par do adro



Fig. 3 Panorâmica sobre a Vila Velha de Mafra, finais do séc. XIX, inícios do séc. XX. Ainda se destaca a torre sineira da Igreja de Sto. André. Fonte: Arq. Histórico da Biblioteca Municipal de Mafra.

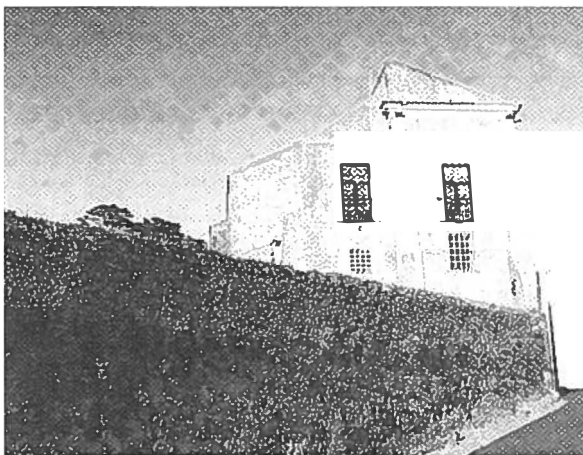


Fig. 4 Alçado Poente do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima. Fonte: Arq. Histórico da Biblioteca Municipal de Mafra.

da igreja" e outras "asoellas – ou seja, sob elas – que são cavalariça e palheiro, cozinha"⁴ – cf. ANTT: "Relação dos bens de D. Leonor Lopes de Sousa e Fernão Martins Coutinho (1396)": É provável que a extremidade poente do palácio seja a adaptação seiscentista de uma das torres do castelo.

Escavações arqueológicas, realizadas por volta de 1867 e empreendidas por Estácio de Veiga⁵, notá-

⁴ Cf. *Boletim Cultural* – 98, ed. C.M.Mafra, pp 610.

⁵ Sebastião Filipe Martins Estácio da Veiga (1828-1891). Arqueólogo, poeta e escritor. Descendente de famílias algarvias, estuda no liceu de Faro e, posteriormente, na Escola Politécnica de Lisboa. Em 1876, após ter publicado os primeiros trabalhos de arqueologia, é oficialmente encarregado de efectuar o reconhecimento de alguns restos de monumentos antigos que as chuvas desse ano haviam posto a descoberto no Alentejo e Algarve. Em 1878 faz a "Carta Arqueológica do Algarve", ampliada em 1882 e oficialmente editada no ano seguinte. Fundou em Lisboa um Museu Arqueológico do Algarve, cujo espólio, após

vel arqueólogo, revelaram um grande paredão sob a extremidade poente do palácio⁶.

Após a edificação do palácio, somente se conseguiram encontrar registos que mencionem o seu estado no relato que William Beckford⁷ (1760-1844), no último quartel do século XVIII, escreveu aquando da sua passagem por Portugal: "É pouco interessante a perspectiva que se goza do adro – da Basilica – de Mafra: o que se vê são os telhados duma aldeia insignificante e uns cabeços de areia, destacando sobre uma estreita faixa de oceano. Da esquerda a vista é limitada pelos escarpados montes de Sintra e à direita, um pinhal, na quinta do Visconde de Ponte de Lima, é que dá aos olhos algum refrigério"⁸.

Em 1788, pouco tempo depois da visita de Beckford, o Marquês de Bombelles⁹, viajante francês, faz uma descrição pouco elogiosa do edifício – infestado por pragas de pulgas e outros insectos – mas aprecia o bosque e o jardim envolvente.

D. João V chega a pernoitar no palácio e em 1806 foi cenário de uma conspiração contra D. João VI.

a sua morte, ficará quase abandonado. Este espólio acabará por constituir, em 1893, o núcleo inicial do Museu Etnográfico Português – actual Museu Nacional de Arqueologia. A Botânica foi também um dos seus interesses, tendo publicado alguns trabalhos sobre o assunto. – cf. *Boletim Cultural* 95, ed. Câmara Municipal de Mafra, pp.157

⁶ Cf. *Boletim Cultural* – 98, ed. C.M.Mafra, pp 610-611.

⁷ Sir William Beckford (1760-1844), herdeiro de uma imensa fortuna, tornou-se célebre pelo seu talento literário e pelas suas excentricidades que escandalizaram a sociedade londrina de então. Perito em cultura e literatura árabe (lia árabe desde a adolescência), escreveu vários livros de viagem, tendo sido também grande colecionador de arte – cf "sitio" www.lpm.com.br/lpm-po26.htm.

⁸ Cf. *Boletim Cultural* – 93, ed. C.M.Mafra, pp 160.

⁹ Diplomata e eclesiástico francês (1744-1822), era filho do conde de Bombelles, tutor e guardião do duque de Orleans. Nasceu em Bitsch, na Lorena, tendo servido no exército durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Em 1765, iniciou-se na carreira diplomática. Após várias missões, tornou-se embaixador da França em Portugal, em 1786, tendo sido encarregado de fazer com que a coroa portuguesa se afastasse da sua aliança com a Inglaterra e aderisse ao "Pacto de Família" – política de alianças que unia os Bourbons instalados no poder na Europa -; no entanto, a loucura da rainha e a morte do rei D. Pedro III fizeram fracassar a sua missão. Nos inícios de 1789, foi transferido para Viena, mas a Revolução encurtou a sua carreira diplomática, tendo-lhe sido retirado o cargo em Setembro de 1790. Mantendo-se fiel ao rei Luís XVI, foi incumbido de várias missões secretas no estrangeiro para conseguir apoios para a causa real. Em 1792 emigrou e após a batalha de Valmy (20 de Setembro) viveu retirado na Suíça. Em 1804, após a morte da sua esposa, entrou no mosteiro de Brunn, na Austria, e tornou-se bispo de Oberglogau, na Prússia. Em 1815, regressou a França e foi nomeado bispo de Amiens (1819). Morreu em Paris em 1822. – cf. "sitio" www.1911encyclopedia.org - trad. autor.

As obras sofridas nos finais do século XIX, início do século XX, desmantelaram ou ocultaram os tetos apainelados das salas, os lambris de azulejos das fábricas lisboetas do séc. XVIII assim como o retábulo de Machado de Castro da capela. A biblioteca do palácio também granjeou fama por albergar preciosa coleção de manuscritos.

Aquando do surto de peste bubónica no Porto, final do séc. XIX, o palácio chegou a albergar um improvisado hospital para acolher as vítimas desta epidemia. Admite-se ser desta época os tabiques que actualmente subdividem os espaços interiores do palácio, concretamente os existentes no piso nobre.

Alberto Pimentel¹⁰ – in “*Sem passar a fronteira*”, 1902 – deixou uma curiosa e sentida descrição do palácio, no início do século XX: “... parei a olhar para o antigo paço do marquês de Ponte de Lima. Diz-se ainda que de uma janela do palácio, fronteira à porta da igreja, costumava o fidalgo ouvir missa. Achando a porta aberta, entrei. Percorri todas as casas; estive no quarto do marquês, que tinha alcova e fogão. O rodapé de azulejo está menos mal conservado ainda. Passei à capela, onde encontrei um retábulo em barro, que seria fácil de restaurar, e alguns santos mutilados, apeados no chão. Depois, pensando na decadência das famílias ilustres, meti caminho abaixo, tomando gosto à solidão do sítio.”

Em 1926, encontrando-se abandonado há algumas décadas, o Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima é leiloadado no Tribunal de Mafra, tendo por base de licitação o valor de 150.000\$00. Poucos anos volvidos, em 1937, é novamente leiloadado. Constava de “*Palácio e outras acomodações, terras, vinhas, pomares, mato, pinhal, sobreiral, água e forno de cal*”, numa área total de 361.272,00 m²¹¹. Entretanto, o seu estado de degradação vai-se acentuando.

Finalmente, em 1989, a Câmara Municipal de Mafra adquire o imóvel. Não obstante esta aquisição por parte da edilidade mafrense, o edifício continua devoluto e a aguardar, para além de urgente inter-

venção, de classificação por parte do IGESPAR.



Fig. 5 Fachada sul e nascente do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima. Fonte: Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 6 Edifícios de apoio ao Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima. Localizam-se junto ao acesso pedonal do palácio, no lado norte. Os situados em frente foram, entretanto, demolidos pelos serviços camarários. Fonte: Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 7 Fachada poente do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima. Fonte: Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 8 Panorâmica sobre a Vila Velha de Mafra, inícios do séc. XX. É visível, ao centro o Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima. À sua direita, a Igreja de Sto André, em elevado estado de degradação – a sua torre sineira tinha sido demolida em 1907. Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Mafra.

¹⁰ Escritor e jornalista português (Porto, 1849 - Queluz, 1925). Autor de oito obras significativas para o estudo de Camilo Castelo Branco. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de outros institutos literários de Portugal e do Brasil. Cf. “sítio” www.malhatlantica.pt.

¹¹ Cf. *Boletim Cultural* - 98, ed. C.M Mafra, pp. 617.



Fig. 9 Fachada Nascente do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 10 Topo Poente do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima – Mafra, visto do lado da antiga Quinta da Cerca.. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 11 Entrada principal do edifício, feita a partir do lado Norte. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 12 Dependências adjacentes à fachada Norte em elevado estado de degradação. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 13 Topo Poente do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima – Mafra. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 14 Topo Nascente. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.

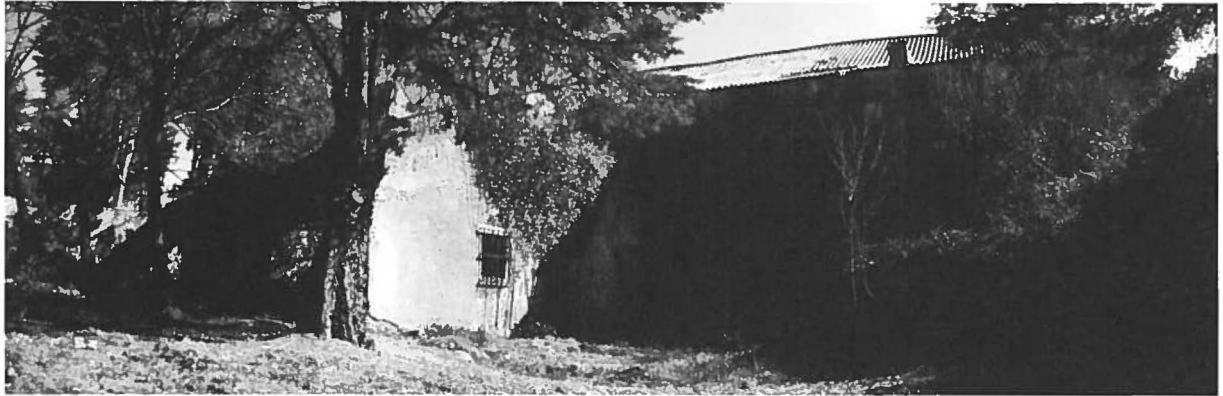


Fig. 15 Fachada Norte. Antigas dependências adjacentes em elevado estado de degradação Fonte: Arquivo pessoal Luís Corredoura.

Descrição breve do edifício

De planta rectangular alongada, o edifício apresenta volumetria paralelepipedica, sendo a cobertura efectuada por telhado a duas águas. O alçado principal (S.) desenvolve-se em 3 pisos (sendo os inferiores, devido ao declive, parcialmente enterados), sendo o piso nobre separado dos demais por friso de cantaria, e 5 corpos, separados por pilastras. O piso nobre é animado pelo rasgamento de 13 janelas de sacada (ao ritmo 1+5+1+5+1), com emolduramento calcárico, sendo a central e as extremas sobrepujadas de frontão e as restantes dispoendo apenas verga destacada. O edifício remata-se lateralmente por cunhais de cantaria e superiormente por cornija perfurada por gárgulas. Os alçados laterais (topos E. e O.), terminados em empena, apresentam 2 janelas morfologicamente idênticas às da fachada S., sendo visível um registo de azulejos figurando Santo António no alçado E. No interior, os principais compartimentos devem situar-se no andar nobre, ao longo do alçado principal. O que resta do jardim (formal) desenvolve-se a N. Da casa, reconhecendo-se ainda, no muro N., uma fonte revestida com azulejos reaproveitados¹².

O edifício, conjuntamente com as dependências de apoio, apresenta uma área bruta de construção de c. 2 000.00m².

¹² Cf. Ficha IPA nº 1109090058 do “sitio” www.monumentos.pt da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Análise das principais anomalias construtivas

As patologias ou anomalias construtivas observadas no Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima ocorrem, de um modo geral, devido à ausência de manutenção do edifício e ao aparente esquecimento onde parece ter caído, o que faz com que se veja apartado das questões inerentes à salvaguarda do património arquitectónico existente no concelho onde se insere.

Não obstante o imóvel não estar classificado – apesar de estar abrangido pela Z.E.P. (Zona Especial de Protecção) definida pelo Decreto do Governo nº173, de 27 Julho 1948 da Igreja de Sto André, a si adstrita –, a sua importância em termos patrimoniais e arquitectónicos deveria ser motivo suficiente para que houvesse uma preocupação da sociedade pelo seu bom estado. Para além de estar localizado numa área afectada a um edifício classificado como monumento nacional, o Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima é um exemplo da designada arquitectura chã, estilo desenvolvido ao longo do século XVII e dos quais não sobreviveram muitos exemplares de autores cujo a identidade seja conhecida.

A existência de água no edifício, nos seus diversos estados, é um dos principais factores para justificar as patologias existentes nos tectos, paredes e pavimentos, quer seja por exposição directa às águas da chuva – devido à ausência de vidros nas janelas e/ou ao mau estado de conservação das caixilharias em geral, às lacunas do revestimento



Fig. 16 Painel de azulejos existente na fachada Poente, identificativo do nome da antiga propriedade onde se localiza o Palácio dos Marquês de Ponte de Lima. *Fonte:* Arquivo pessoal Luís Corredoura.

da cobertura ou às fissuras, fendas e/ou às faltas no reboco e nas juntas dos materiais aplicados no revestimento das paredes exteriores, ocorrem situações de humificação dos pavimentos e tectos e as subsequentes anomalias resultantes deste tipo de fenómenos –, quer pela acção nociva da água no interior das paredes de alvenaria, cuja origem se deve, sobretudo, a um mau funcionamento das redes de drenagem das águas pluviais, assim como à ausência de materiais hidrófugos que impeçam a ascensão da água por capilaridade a partir do solo ou das fundações.

A falta de estanquicidade do edifício e o consequente elevado teor de humidade existente advém, como foi referido, do problemático estado de conservação das caixilharias de madeira dos vãos – ou da ausência destas –, o que provoca empolamentos e desagregação dos revestimentos das paredes devido a criptoflorescências e a empolamentos das madeiras nas zonas da entrega destas nas paredes envolventes.

Não obstante a existência de sérias anomalias nos elementos não estruturais do edifício, a solidez das suas paredes principais tem-no feito resistir, ao longo dos séculos, à degradação e falta de atenção

a que tem sido sujeito, principalmente no último século. No entanto, devido à existência de um enorme abatimento, ocorrido há cerca de 6 anos, de uma parte da estrutura da cobertura do lado do topo Poente, o edifício corre o inexorável risco de entrar em colapso se nada se fizer para remediar essa situação. O que tem, de certa forma, evitado esse desmoronamento é a cada vez menor pluviosidade que se tem registado nos últimos anos. De igual modo, a espessura das paredes e o seu tipo de alvenaria e modo de construção dão a entender que estamos na presença de um edifício que foi feito para resistir ao passar dos séculos.

Pavimentos

Os soalhos do piso nobre são constituídos por madeira de resinosas e apresentam-se, de um modo geral, em mau ou em muito mau estado de conservação. Como na maior parte dos casos, os vigamentos estão ocultados pelos soalhos e tectos, não foi possível identificar com clareza o tipo de madeira empregue, supondo-se que seja idêntica à utilizada nos soalhos.

Foram identificados diversos problemas de conservação de madeiras nos locais onde foi possível andar e proceder a essa mesma identificação. Fungos de podridão prosperam um pouco por toda a parte nos revestimentos de madeira dos soalhos, assim como no respectivo vigamento, sendo mais evidentes nos locais directamente expostos às infiltrações de água ou



Fig. 17 Estado de degradação do pavimento de madeira do piso principal provocado por acção de fungos de podridão associados à existência de água no interior do edifício. *Fonte:* Arquivo pessoal Luís Corredoura.



Fig. 18 Degradação do pavimento causada fundamentalmente por acção directa do homem – vandalismo. *Fonte:* Arquivo pessoal Luís Corredoura.



Fig. 19 Colapso da estrutura que sustinha o pavimento. *Fonte:* Arquivo pessoal Luís Corredoura.

nos sítios onde esta se acumulou e menos expostos à luminosidade.

Em certas áreas do piso nobre, é possível observar o abatimento de partes consideráveis do pavimento de madeira. Devido à fragilidade e do risco de colapso da envolvente, foi impossível discernir *in loco* quais as causas que provocaram o colapso. Presume-se, entre outras, que terá sido uma simbiose entre os efeitos causados pela presença de água – e os respectivos fungos de podridão a ela associados – e um mau desempenho das vigas, talvez devido a um deficiente assentamento.

A acção humana directa também não é despreciable no que respeita ao estado de degradação a que chegou o pavimento em certas áreas do edifício. Devoluto há várias décadas, tem servido de abrigo a marginais, toxicodependentes e sem-abrigo que, ocasionalmente, fazem deste edifício a sua “casa”, não obstante estar dentro de uma propriedade vedada pertencente à C.M. de Mafra. Recentemente, como forma profiláctica de combate a este mal, a edilidade emparedou todos os vãos por onde, aparentemente, se poderia ter um acesso directo ao edifício, nomeadamente os localizados na fachada Norte.

Paredes

As paredes exteriores são, de um modo geral, espessas, com c. 80cm de espessura média, e em alvenaria de pedra pouco regular e tijolo, aglomerados provavelmente com argamassa de cal aérea apagada. Por aquilo que se observou, as paredes resistentes exteriores que constituem o corpo principal do Palácio dos Marquês de Ponte de Lima não apresentam problemas associados a assentamentos das fundações – talvez devido ao facto de estar bem assente sobre o provável e anterior paço acastelado do século XIV –, sendo que as principais anomalias se devem à desagregação da alvenaria devido ao estado degradado do reboco de recobrimento por falta de manutenção.

O problema principal para as paredes exteriores acaba por ser, mais uma vez, a acção da água no seu interior devido ao desgaste do reboco, de anomalias na cobertura que permitem a entrada desta e da sua ascensão por capilaridade. Até à presente



Fig. 20 Pormenor da parede exterior do topo Poente, vista do seu intradorso. É visível a aplicação de alvenaria de tijolos conjuntamente com alvenaria de pedra. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.

data, a acção da água no interior das paredes ainda não deu azo a anomalias irreversíveis. No entanto, foi possível verificar um agravamento das fissuras e fendilhações nas paredes estruturantes no interior do edifício de há três/quatro anos até ao presente tempo, nomeadamente nas entregas das paredes divisórias com estas.

As restantes paredes interiores de compartimentação são tabiques de madeira que se crê serem da época em que o edifício foi utilizado como hospital de recurso devido ao surto de peste bubónica ocorrido nos finais do século XIX.

As paredes interiores são revestidas a reboco e podem-se dividir em três zonas distintas: o topo nascente, a zona central e o topo poente. No topo nascente, o revestimento consiste num simples reboco de cal e areia ao qual se aplicaram sucessivas camadas de cal ao longo dos tempos; na zona central, o revestimento original das paredes consistia numa série de pinturas cuja técnica não foi possível de identificar devido à impossibilidade de alcançar os locais nas paredes onde ainda são visíveis – sob a cobertura, no local de entrega da estrutura dos tectos falsos nas paredes estruturantes –; no topo poente, as paredes são rebocadas e pintadas em tons ocres.

As fendilhações e fissuração existentes nos rebocos das paredes surgem, de um modo geral, sem

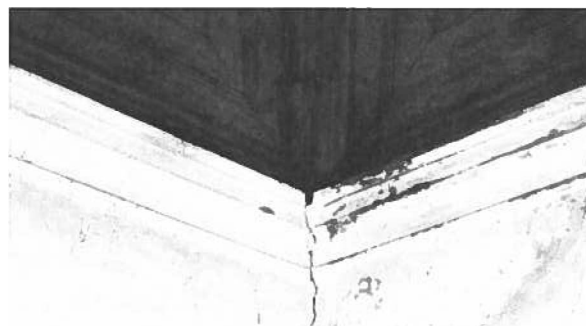


Fig. 21 e 22 Fendilhação provocada pela acção da água no interior das paredes. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 23 Antigo revestimento do intradorso das paredes estruturantes visível ao nível da cobertura. Repare-se no pormenor da estrutura do tecto falso, que foi colocada de uma forma que não teve em atenção o tipo de revestimento existente nessas paredes. O lintel, que corre ao longo desta parede, foi construído em tempos mais recentes. *Fonte:* Arquivo pessoal Luís Corredoura.



Fig. 24 Pormenor da desagregação do reboco na base da parede da fachada sul provavelmente devido à acção da água. *Fonte:* Arquivo pessoal Luís Corredoura.

orientação preferencial, provavelmente consequência da retracção resultante do seu processo natural de envelhecimento.

A existência, também, de criptoflorescências entre a camada de reboco e o substrato constituinte do suporte origina a formação de sais que, ao expandirem-se, provocam a fendilhação do reboco e causam o seu abaulamento e separação do seu suporte. Parece ser esta a razão principal para as anomalias mais evidentes nas paredes interiores do edifício.

Tectos e Cobertura

Talvez devido ao facto de ter sofrido obras de conservação há alguns anos, nomeadamente no que respeita à aplicação de um revestimento de telha de aba e canudo, a estrutura de madeira da

cobertura, nas zonas onde não esteve ou está em contacto directo com a água, apresenta um razoável estado de conservação. No entanto, no local onde provavelmente existiu esse contacto ocorreu o colapso da estrutura, situação deveras gravosa pois provoca a entrada directa de água tanto nas paredes principais como nos elementos estruturais e de recobrimento dos tectos e dos pavimentos. Apesar do esforço dos serviços camarários em colocar chapas zincadas sob a estrutura da cobertura para evitar a entrada de água, é bem patente quão em vão foi essa atitude de “salvaguarda” do património.

A estrutura da cobertura e dos tectos é em madeira, provavelmente resinosa, e apresenta secções irregulares ao longo do comprimento das peças, variando entre o quadrangular e o circular. As ligações entre as peças das asnas também não aparentam problemas de grande monta apesar de estas serem por vezes pouco regulares e demasiado espaçadas.

Não obstante o estado de abandono do edifício e do colapso de muitas das peças de recobrimento dos tectos, a estrutura não aparenta sofrer de infestações em larga escala, nomeadamente de térmitas e caruncho grande.

Na zona do topo nascente do palácio, verificou-se que um dos tectos originais apresenta graves problemas devido a infiltrações de águas, ameaçando colapso, conforme se pode comprovar pelo desprendimento do recobrimento em madeira. Curiosamente, esta área da cobertura do palácio aparenta ser aquela que levou um novo revestimento em tempos mais recentes.



Fig. 25 Vista panorâmica do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima. Distingue-se a diferença de tom do revestimento da cobertura, sendo o da zona da direita aquele que terá sido colocado há menos tempo. Tapado pelas árvores, encontra-se o local da cobertura que colapsou *Fonte:* Arquivo pessoal Luís Corredoura.



Fig. 26 Zona da estrutura da cobertura que colapsou há cerca de três anos. As chapas de zinco teriam sido colocadas não muito antes do colapso da estrutura por forma a evitarem infiltrações maiores. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.

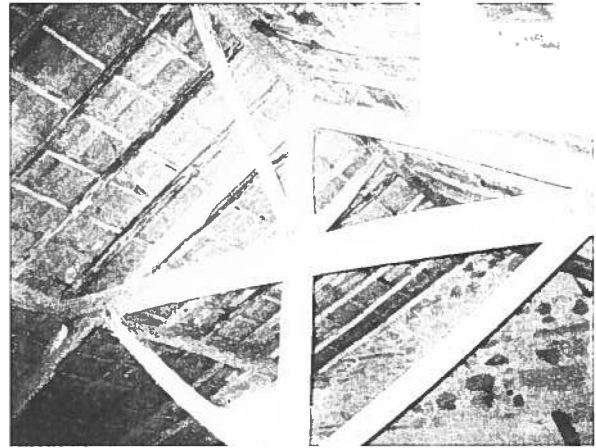


Fig. 27 Tipo de asna em razoável estado de conservação situada no topo poente do edifício. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.

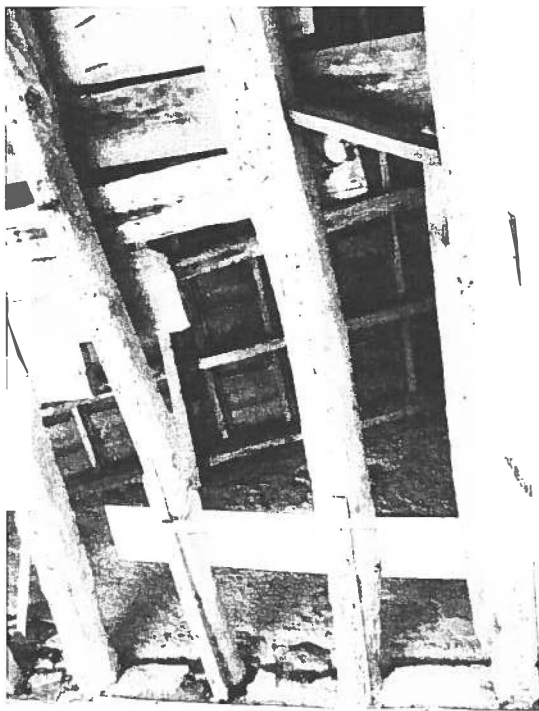


Fig. 28 Estrutura de suporte do tecto, no topo poente do edifício. As peças de madeira não têm uma secção regular e não aparentam ser coevas à edificação do palácio. No entanto, esta parte do edifício apresenta uma série de alterações, visíveis nas paredes sobre o tecto e pela configuração das águas da cobertura, pelo que se cre que se trata de uma zona que foi acrescentada ou coberta numa época mais recente. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.

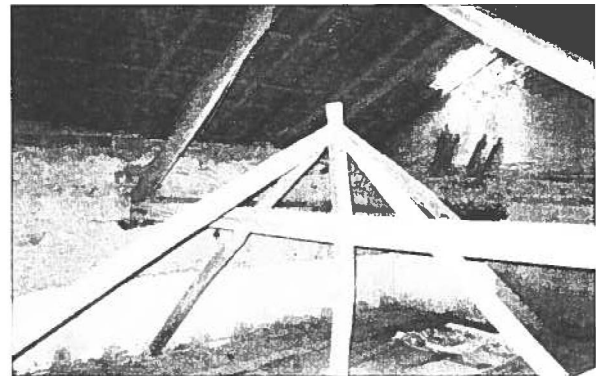


Fig. 29 Pormenor da estrutura de madeira da cobertura no topo poente. É visível o alinhamento do fuste do bule, ocorrido recentemente aquando da última intervenção realizada na cobertura. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.



Fig. 30 Tecto em risco de colapso no topo nascente devido à acção da água por anos atrás existentes na cobertura. *Fonte:* Arquivo pessoal Luis Corredoura.

Subsídios para uma intervenção de reabilitação

Perante os problemas observados e detectados e ressaltando que se trata somente de uma abordagem à descrição dos possíveis trabalhos a desenvolver, referir-se-ão alguns procedimentos que parecem pertinentes salientar para a reabilitação e salvaguarda do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima, nomeadamente aqueles que incidam sobre as partes estruturais do edifício e sobre a cobertura deste.

Fundações e paredes de alvenaria

Face à análise macroscópica realizada ao edifício em questão, não foram detectadas anomalias relacionadas com as fundações do corpo principal. No entanto, se tal for detectado após exame mais profundo e exaustivo, haverá que, primeiramente, identificar qual o agente ou agentes causadores dessas anomalias para, posteriormente, se avançar com uma terapêutica – recalçamento das fundações, confinamento e alargamento das mesmas, etc..

Quanto às paredes resistentes de alvenaria simples, as anomalias detectadas após observação macroscópica advêm fundamentalmente das acções provocadas directa e indirectamente pela água no interior das mesmas. Fenómenos como desagregação dos rebocos devido a criptoflorescências e fendilhação na ligação entre paredes ortogonais acabam por ser os mais correntes.

Devido à espessura das paredes resistentes e ao facto de sobre si somente suportarem o peso da cobertura – se se exceptuar a zona do topo poente, onde estão localizados os pisos inferiores –, presume-se não ser necessário, mediante a análise visual efectuada, a sua consolidação através de tirantes de aço embebidos nas alvenarias e convenientemente ancorados.

No caso de haver necessidade de substituir material degradado poder-se-á recorrer a tecnologias tradicionais, desde que haja compatibilidade entre o material novo e o existente. De forma a evitar a retracção das argamassas utilizadas na colmatação ou substituição de material será conveniente utilizar argamassas tradicionais de cimento e areia “*reforçando as ligações entre a alvenaria velha e a*

nova através da colocação de redes metálicas que cubram toda a alvenaria nova e que sejam «ancoradas» na alvenaria velha”.¹³

Há que ter em atenção qual o tipo de protecção que essa redes metálicas têm. A utilização de aço inoxidável ou galvanizado evitará a corrosão desta redes, muitas vezes associada a anomalias que surgem após operações de “reabilitação” em determinados edifícios.

A consolidação e o reforço das paredes resistentes de alvenaria simples poderá efectuar-se através de:

- injeções a pressões variáveis – conforme o tipo de intervenção – de uma argamassa hidráulica cimentícia ou de uma resina epoxídica ou de poliéster por forma a preencher fendas e vazios;
- substituição de material degradado;
- aplicação de material metálico para “coser” fendas e para ligar outros elementos; adição ou introdução de elementos de betão.¹⁴

*A injeção de calda cimentícia poderá ser composta de água e cal hidráulica, na proporção de 1:1 (...), com caldas de cimento, areia muito fina e/ou aditivos tais como resina epoxídica formulada especialmente e misturada com solvente adequado, a fim de obter uma viscosidade correcta e permitir a penetração da calda de maneira difusa. Pode ser necessário complementar a injeção de resina com uma injeção de solvente a baixa pressão, para saturar a superfície dos blocos de pedra, tijolos e argamassas. Esta injeção de solvente a baixa pressão pode ser necessária também para favorecer a difusão da resina epoxídica e a sua polimerização. A calda deverá ser homogénea, bem amalgamada e isenta de grumos e impurezas.*¹⁵

Elementos em madeira: pavimentos e estrutura da cobertura

Perante aquilo que foi possível observar, as principais anomalias existentes no pavimento de

¹³ Cf. APPLETON, João, *Reabilitação de Edifícios Antigos patologias e técnicas de intervenção*. Edições Orion, 1ª edição, 2003, pp 176.

¹⁴ Cf. APPLETON, João, *op. cit.*, pp 175.

¹⁵ CAMPANELLA, Christian – coord. e adap. de João Mascarenhas Mateus -, *Obras de conservação de restauro arquitectónico*, ed. C.M.Lisboa, 2003, pp 110.

madeira do piso térreo e da estrutura de madeira da cobertura do edifício em estudo advêm de infestações provocadas por fungos e por carunchos, assim como da acção directa e indirecta das águas pluviais.

Quando se verifica que existe uma infestação activa de caruncho, nomeadamente o grande, deve-se aplicar na madeira um tratamento preservador curativo e preventivo com produtos apropriados em profundidade, através de pincelagem abundante complementada com injeção do produto devido à relativamente longa duração da fase larvar do insecto e aos grandes danos que este provoca. As exigências de tratamento perante um ataque claramente extinto poderão ser menores, assim como no caso de ataque activo unicamente por caruncho pequeno, em que um tratamento meramente superficial poderá revelar-se suficiente.

Quanto às anomalias provocadas por fungos de podridão, embora a secagem da madeira – mantendo-a com um teor de água inferior a 20% – seja um factor determinante da interrupção do ataque, é aconselhável a limpeza cuidada da zona afectada, removendo e queimando todos os restos de madeira apodrecida e de micélio do fungo, devendo desinfecar-se e tratar-se, por precaução, a madeira saudável e a argamassa ou alvenaria envolvente.

No restauro e recuperação das madeiras existentes infectadas por carunchos ou fungos poder-se-á ter em atenção o seguinte procedimento¹⁶:

a. localizar as fontes de humidade e proteger devidamente as assemblagens, tarugos, drenos, tec.

b. remover a madeira infectada; no caso do caruncho, cortar sempre uma área superior a 50cm do foco, mesmo em extensões aparentemente saudáveis; queimar, posteriormente, toda a madeira infectada removida.

c. retirar cuidadosa e meticulosamente todos os detritos, poeiras e aparas que possam estar infectados.

d. providenciar a ventilação das carpintarias encerradas.

¹⁶ Cf. TABORDA, António Pedro Goulão, *Principais anomalias funcionais e construtivas – processos de diagnóstico de sintomas e avaliação das causas – Estudo de Caso: Palácio Pedro Branco Maiorca*, trabalho curricular do 1º semestre do curso de mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da FA-UTL, 2003. Formato fotocopiado.

e. no caso de fungos em tabiques, remover rebocos e estuques que contenham ou que se sobreponham a marcas do fungo até pelo menos 60cm além do último vestígio evidente; escovar ou aspirar as superfícies da parede; irrigar a parede com um fungicida apropriado, através de uma perfuração intercalada de 25cm acima e à volta da superfície infectada.

f. aplicar três demãos ou uma pulverização do mesmo fungicida na madeira saudável que esteja próxima da afectada ou podre.

g. substituição de todas as peças que se encontrem podres ou em putrefacção, incluindo caixilhos e portas; nas peças a substituir, deverá ser garantida a impossibilidade de recuperação, quer pelo tratamento local, quando se tratar de infestação, quer do reforço metálico pontual quando se tratar de deterioração profunda; os malhetes e encaixes das novas peças e de reforço serão pontualmente definidos para cada caso, não podendo nunca pôr em causa as pinturas existentes nas paredes, quando estas existirem e forem recuperáveis.

h. nas peças estruturais, a substituição ou corte dos elementos de madeira nunca deverão ser implementados sem que antes se proceda eficazmente com escopro e escova de aço à análise das partes infectadas e que já não apresentem resistência para poder ser avaliada a capacidade resistente actual e o tipo de reparação adequado.

i. nas peças estruturais de grande envergadura – asnas, madres, vigas de grande vão, etc. -, estas operações devem merecer um especial cuidado e atenção.

Para reparação das peças de madeira existentes no interior do edifício será necessário uma ponderação pontual acerca do estado de cada uma dessas peças e do papel que elas cumprem no sistema estrutural global. Somente após essa reflexão será possível tomar decisões sobre a sua manutenção ou sobre a sua eventual substituição¹⁷:

a. reparação de peças sujeitas a compressão: caso seja necessário substituir partes em putrefacção, os cuidados a ter focar-se-ão fundamentalmente na execução dos cortes numa direcção normal

¹⁷ TABORDA, António Pedro Goulão, *op.cit*

relativamente aos veios e fazer com que a configuração dos veios da parte a inserir tenha correspondências com os outros lados da madeira de suporte. Um corte cuidado para a inserção será importante para que o malhete fique sob pressão e o contacto seja completo. Esse efeito será ainda mais profundo se for utilizado um malhete de dentes cruzados.

b. reparação de peças sujeitas a tracção: o critério continua a ser o rigor do corte e a adequação à secção da parte que se mantém. A madeira conserva uma alta resistência à tracção, desde que seja possível manter a continuidade da estrutura dos veios. As fendas largas ao longo dos veios não reduzirão materialmente a resistência à tracção, enquanto que um nó, um corte ou um furo fá-lo-ão. A melhor solução, caso a peça não esteja em condições de aguentar a tensão, será cortar a parte deteriorada por inteiro e inserir a nova secção por intermédio de um malhete respigado. Se os danos se situarem nos extremos, a reparação terá que ser realizada através da substituição das partes apodrecidas por partes novas emalhetadas nas antigas. Caso os danos se situem no centro das peças, será mais apropriado o uso de meios fios ou entalhes de placas utilizando juntas verticais para não alterar a profundidade.

c. reparação das assemblagens: terá que haver um extremo cuidado visto tratar-se de pontos muito vulneráveis e importantes no sistema construtivo em geral. Os mesmos princípios gerais deverão ser mantidos, ou seja, terão que ser reparadas com o intuito de continuar a desempenhar as funções para as quais foram concebidas. Esta situação acarreta, na maior parte das vezes, a substituição das peças. Se a peça estiver danificada a tal ponto que a sua renovação se torne inevitável, deverá ser feita uma cópia rigorosa da assemblagem original. No entanto, se só parte da assemblagem sofreu danos, então poderá ser reparada. As línguas dos malhetes, por exemplo, poderão ser cortadas, se se fizer uma respiga na extremidade da madeira e se inserir um falso malhete, pregada nas extremidades. Como a maior parte das operações terá que ser feita *in situ*, a nova respiga terá que ser suficientemente funda para permitir que falso malhete deslize bem até se encaixar no respigado antigo.

d. reparação de deformações ou distorções: será fundamental proceder-se à análise e identificação da função inicial da peça deformada e investigar se essa função continua ou não a ser desempenhada apesar da deformação. Concomitantemente, há que avaliar as causas das deformações e as suas presumíveis evoluções. Poder-se-ão considerar as causas principais como: deformações lentas devidas ao envelhecimento natural dos materiais; falha pontual de um ou mais elementos construtivos; alteração significativa da carga incompatível com a estrutura existente.

No caso das estruturas de madeira existentes no Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima, será necessário reflectir se a necessidade de reparação é profunda em toda a extensão dessas estruturas e elementos de madeira e se tal obrigará a uma substituição ou a um reforço desses elementos estruturais, ligações ou apoios deficientes. Não obstante isto, a substituição destes elementos não implica obrigatoriamente que as deformações existentes sejam de todo anuladas. As estruturas de madeira funcionam frequentemente com grande interactividade, pelo que a correcção das deformações pode ser mais prejudicial – dando azo a fissuração dos revestimentos das paredes e tabiques, desencaixe das juntas, desmembramento de ligações, etc. - do que a sua manutenção controlada. Compreender-se-á, então, que não deverá ser feita qualquer correcção de deformações sem que antes sejam avaliadas as consequências dessa intervenção.

Quando for imprescindível a correcção estrutural da deformação, será aconselhável o desmembramento total das ligações rígidas ou inflexíveis dos revestimentos e estruturas, refazendo-as com as mesmas técnicas e as mesmas peças devidamente corrigidas.

De um modo geral, as deformações lentas e moderadas em vigas ou barrotos de apoio a pavimentos não necessitam de qualquer correcção, podendo esta ser feita só no pavimento transitável através da colocação criteriosa de calços de apoio. As deformações ou distorções provocadas por alteração considerável de cargas necessita de uma análise estrutural que equacione se o efeito é resultante

do excesso de carga, da falta de resistência da peça ou rigidez dos apoios ou se se deve a um funcionamento inadequado da peça. A solução pode passar pela substituição da peça ou pela reposição lenta das condições de carga iniciais.

Nestas acções apontadas, somente em caso de concreta impossibilidade de reparação em madeira se poderá recorrer a reforços metálicos ou à utilização de resinas epoxy e de poliéster.

Deverá prever-se o tratamento preventivo por métodos e com produtos preservadores adequados de toda a madeira a aplicar em substituição ou como reforço dos elementos afectados, salvo em casos em que a durabilidade natural das espécies utilizadas seja suficiente para a duração da Classe de Risco de aplicação.

Se for utilizada madeira nova em entalhes ou peças minuciosamente unidas às antigas, há que ter maiores cuidados, no sentido de harmonizar a sua qualidade, veios e percentagem de humidade. Esses cuidados são ainda mais relevantes quando a madeira nova for ligada à antiga com cola, visto ser necessário evitar que os movimentos de secagem produzam torções e distorções fora dos limites das proporções previstas. Todas as madeiras novas devem, igualmente, ser previamente ignifugadas em autoclave de forma a diminuir a sua inflamabilidade. O tratamento a efectuar contra podridão e insectos, aplicados em soluções para madeiras antigas e novas, poderão ser do tipo “Cryptogil” (xilofene), com características fungicidas, insecticidas e ignifugantes. As superfícies das madeiras deverão ser tratadas de modo a aumentar a segurança contra incêndios, devendo ser pintadas com pintura intumescente, com tinta opaca do tipo “Xiloflam – P700 (xilofene)”. As peças mais expostas a variações de humidade ambiente – asnas e madres – deverão ser acabadas com produtos de protecção contra a humidade do tipo “Xiloflam – F (xilofene)”. Na preparação do suporte, deverão ser utilizados primários do tipo ignifugo e pigmentos anti-corrosivos (cromados de zinco, fosfato de zinco, etc.).

Conclusão

O Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima, sito na “Vila Velha” de Mafra, reúne todas as condições

necessárias para, após uma séria e proba intervenção de consolidação e recuperação estrutural, feita com base nos critérios exarados nas diversas Cartas e Recomendações internacionais relacionadas com a salvaguarda e conservação do património, continuar a marcar com a sua insigne presença o espaço urbano do núcleo primevo da vila por tanto tempo mais quanto aquele que até agora percorreu. Percebe-se, pelo levantamento arquitectónico que se realizou e pela análise das anomalias que foi feita, que foi concebido, há cerca de 400 anos, por alguém que certamente exigiu uma obra de qualidade pois se assim não tivesse sido provavelmente já muito pouco restaria deste edifício, tal é o estado de esquecimento e actos de vandalismo a que foi sujeito no último século.

Reconhece-se que a abordagem que se realizou para o presente estudo acabou por ter um travo um pouco superficial, não por inépcia ou por falta de empenho mas porque foi de todo impossível aprofundar mais a investigação - por motivos vários como a ausência de aparelhos para se proceder a uma série de análises e exames mais profundos ou devido à falta de segurança que certos troços do pavimento apresentavam para ai se caminhar - acerca das anomalias existentes, como era - e continua a ser - o desiderato inicial.

No entanto, retiram-se algumas conclusões desta abordagem:

a. o Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima não apresenta, face a uma análise macroscópica, qualquer anomalia em termos de fundações e/ou assentamentos;

b. as principais patologias detectadas advêm da acção directa e indirecta das águas, concretamente das de cariz pluvial, nos pavimentos e nas paredes resistentes;

c. o esquecimento a que o edifício tem estado sujeito desde há muito tempo e o facto das principais patologias terem como primeiro agente causador as águas pluviais face ao estado actual de conservação do edifício, nomeadamente o seu corpo principal, atesta a excelência das técnicas de construção utilizadas, situação que o tem permitido resistir de uma forma estruturalmente quase incolúme ao passar dos tempos;

d. o principal problema detectado no edifício foi o colapso de parte da estrutura e do revestimento da cobertura, situação que tem acelerado o processo de degradação do edifício e o agravamento das suas patologias.

e. os elementos em madeira utilizados na construção revelaram-se como sendo aqueles que apresentam maiores anomalias. Estas, por sua vez e como já foi referido, advém fundamentalmente e directa ou indirectamente da acção das águas pluviais.

f. uma intervenção imediata de consolidação, mesmo que seja em termos provisórios, em alguns pontos críticos detectados – cobertura, estrutura do soalho do piso nobre - permitirá evitar que o edifício entre num processo de colapso irreversível, salvaguardando o que ainda se apresenta em razoável estado de conservação, e possibilitará uma abordagem mais cuidada e concreta do que foi e ainda é o Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima.

Não obstante o olvido a que tem sido votado, quer pelas populações autóctones, quer pelas instituições oficiais – há já bastante tempo que foi iniciado o processo de classificação mas, até ao presente tempo, nada foi decidido -, o Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima acaba por ser uma prova “viva” que o património arquitectónico em Portugal, muitas vezes, deve a sua sobrevivência ao passar dos séculos à excelência dos materiais e métodos construtivos utilizados na sua concepção e não a uns quaisquer cuidados paliativos ocasionais e extemporâneos que acabam por não ser mais que meras intervenções de “maquilhagem”, ao invés de conspícuas abordagens de reabilitação e consolidação do edifício.

Este edifício, por si só, e não pretendendo afirmá-lo de uma forma demasiadamente audaciosa ou pretensiosa, merece uma verdadeira valorização não só por questões de ordem histórica, arquitectónica e estética mas, igualmente, por motivos de cariz simbólico e construtivo. Trata-se de um marco erguido há vários séculos que sobreviveu longa e essencialmente devido à sua fortaleza construtiva e que urge preservar como exemplo de uma memória colectiva aparentemente votada ao esquecimento nos últimos tempos.

Bibliografia

AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica – Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Publicações, 1ª edição, 2002, Porto

AIRES-BARROS, Luis, *Alteração e Alterabilidade das Rochas*, INIC, Lisboa, 1991.

AIRES-BARROS, Luis, *As rochas dos monumentos portugueses – tipologias e patologias* – vol.I, edição IPPAR, Lisboa, 2001, vols I e II.

ANAH – Agence Nationale pour l'Amélioration de l'Habitat, *Réhabiliter et entretenir un immeuble ancien point par point – diagnostics et démarches à entreprendre – treize exemples de techniques de réhabilitation – visites et contrats d'entretien*, Éditions Le Moniteur, 1993

APPLETON, João, *Reabilitação de Edifícios Antigos – patologias e técnicas de intervenção*, Edições Orion, 1ª edição, 2003.

BARBEROT, E., *Aide-mémoire de l'Architecte et du Constructeur*, Librairie Polytechnique Ch. Béranger, 12ª edição, 1922

C.M.MAFRA, *Boletim Cultural 93*, edição C.M.Mafra, 1994.

C.M.MAFRA, *Boletim Cultural 98*, edição C.M.Mafra, 1999.

CAMPANELLA, Christian – coord. e adap. de João Mascarenhas Mateus -, *Obras de conservação de restauro arquitectónico*, ed. C.M.Lisboa, 2003.

COSTA, F. Pereira da, *Enciclopédia Prática da Construção Civil*, ed. autor, Lisboa, 1955.

HENRIQUES, Fernando M. A., RODRIGUES, J. Delgado, AIRES-BARROS, Luis, PROENÇA, Nuno, *Materiais Pétreos e Similares – terminologia das formas de alteração e degradação*, ed. LNEC, Lisboa, 2004.

MARQUES, Marco António, RODRIGUES, J. Delgado, MARQUES, Beatriz Lopes, *Degradação e Conservação da Pedra em Estruturas de Alvenaria – terminologia e conceitos petrográficos* – ed. LNEC, Lisboa, 2004.

MATEUS, João Mascarenhas, *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias – a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, Livros Horizonte, 2002.

PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*, Edições Afrontamento, 1994

SEGURADO, João Emilio dos Santos, *Biblioteca de Instrução Profissional - Edificações* – ed. Livraria Bertrand, 6ª edição, 1977.

SEGURADO, João Emilio dos Santos, *Biblioteca de Instrução Profissional – Alvenarias e Cantarias* – ed. Livraria Bertrand, 5ª edição, 1977

TABORDA, António Pedro Goulão, *Principais anomalias funcionais e construtivas – processos de diagnóstico de sintomas e avaliação das causas – Estudo de Caso: Palácio Pedro Branco – Maiorca*, trabalho curricular do 1º semestre do curso de mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da FA-UTL, 2003. Formato fotocopiado.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa, BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos de Edificação – técnicas tradicionais de construção*, ed. CRAT – Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998

TOMÉ, Miguel, *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP Publicações, 2002.

VITERBO, Francisco de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, ed.

em fac-simile da INCM, 1988, vols.II e III.

Periódicos consultados

Arquitectura e Vida, nº15, Abril 2001

Arquitectura e Vida, nº16, Maio 2001

Arquitectura e Vida, nº17, Junho 2001

Arquitectura e Vida, nº18, Julho/Agosto 2001

Arquitectura e Vida, nº19, Setembro 2001

Arquitectura e Vida, nº26, Abril 2002

Arquitectura e Vida, nº35, Fevereiro 2003

Engenharia e Vida, nº10, Fevereiro 2005

Brasil Os Primórdios¹

A. Vermelho do Corral²

- I. Cronologia**
- II. Pré-descobrimento**
- III. Achamento**

¹ Este trabalho foi apresentado no Colóquio integrado na Comemoração do Descobrimento do Brasil subordinado ao tema "Brasil. Do Achamento ao Império", que se realizou nos dias 27 e 28 de Outubro de 2000 na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

² Associação dos Arqueólogos Portugueses - Universidade Internacional.

I. Cronologia

- Fins séc. XIII - Catalães e Genoveses tentam contornar a África
- 1271- 1295 - Viagem de Marco Polo
- 04-12-1394 - Nascimento do Infante D. Henrique
- 20-08-1415 - Conquista de Ceuta
- 1438 - Entronização de D. Afonso V
- 1452 - Expedição de Diogo de Teive às proximidades da Terra Nova
- 1453 - Maomé II ocupa Constantinopla
- 1454 - Bula Romanus Pontifex de Nicolau V
- 13-11-1460 - Morte do Infante D. Henrique
- 1467 - Concessão de D. Afonso V ao Infante D. Fernando
- 13-11-1460 - Falecimento do Infante D. Henrique
- 1473 - Carta de doação de D. Afonso V a D. Brites
- 1474 - Carta régia de D. Afonso V a Fernão Teles
- 06-03-1480 - Tratado de Toledo
- 1481 - Entronização de D. João II
- 1484 - António Leme poderá ter alcançado as Antilhas
- 24-07-1486 - Concessão real a Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito
- 04-08-1487 - Tentativa de João Afonso do Estreito
- 1487 - Partida de Fr. António de Lisboa e Pero Montarrio
- 07-05-1487 - Partida de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva
- 08-1487 - Partida de Bartolomeu Dias
- 1488 - Bartolomeu Dias descobre a Passagem de Sueste
- 12-10-1492 - Cristóvão Colombo chega às Índias Ocidentais
- 1493 - D. Francisco de Almeida e a armada que não chegou a partir
- 03-05-1493 - Bula Inter Caetera de Alexandre VI
- 07-06-1494 - Tratado de Tordesilhas
- 1495 - Entronização de D. Manuel I
- 08-07-1497 - Partida de Vasco da Gama a caminho da Índia
- 1498 - Viagem de Duarte Pacheco Pereira para Ocidente
- 10-07-1499 - Chegada de Nicolau Coelho na Berrio a Lisboa
- 12-07-1499 - Carta de D. Manuel I aos Reis de Castela
- 28-08-1499 - Cartas de D. Manuel I ao cardeal protector em Roma
- 29-08-1499 - Data máxima da chegada de João de Sá na Gabriel a Lisboa
- 08-09-1499 - Entrada triunfal de Vasco da Gama em Lisboa
- 09-03-1500 - Partida de Pedro Álvares Cabral
- 22-04-1500 - Achamento do Brasil
- 01-05-1500 - Data da carta de Caminha
- 02-05-1500 - Partida da armada para a Índia e Regresso de Gaspar de Lemos a Portugal
- 1501 - 1504 - Américo Vespúcio e outros exploram a costa até ao Rio de Janeiro
- 1502 - 1505 - Fernão de Noronha toma de arrendamento a exploração da costa
- 1504 - Mapa de Vesconte de Maiollo
- 30-07- 1514 - Estêvão Fróis roga protecção a D. Manuel

Reinados da Dinastia de Avis. Período de esplendor e declínio de Portugal

- 1385 - 1433 - D. João I o de "Boa Memória"
- 1433 - 1438 - D. Duarte o "Eloquente"
- 1438 - 1481 - D. Afonso V o "Africano"
- 1481 - 1495 - D. João II o "Príncipe Perfeito"
- 1495 - 1521 - D. Manuel I o "Venturoso"
- 1521 - 1557 - D. João III o "Piedoso"
- 1557 - 1578 - D. Sebastião o "Desejado"
- 1578 - 1580 - Cardeal-Rei D. Henrique o "Casto"
- Duração da dinastia : 195 anos

II. Pré-descobrimento

1. Era já do conhecimento do rei D. Afonso V, de cognome o *Africano*, pelas muitas conquistas que fizera em África, passando os soberanos portugueses a denominar-se *Reis de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África*, a existência de terras para Ocidente, como se comprova pela carta de doação emitida em 1467 a seu irmão o Infante D. Fernando (n.1433 – f. 1470), futuro herdeiro de seu tio o Infante D. Henrique, de uma ilha situada a Oeste de Santiago. Não logrou, contudo, localizá-la. Em 1473 fazia o mesmo rei nova carta de doação a favor de D. Brites (n.1430 – f.1506), viúva do citado Infante D. Fernando. Por esse documento fazia-lhe igualmente doação de uma ilha situada a Oeste de Santiago, ilha essa que fora objecto de várias tentativas de busca por parte de seu falecido marido e que ela estava disposta a continuar.

Por outro lado o Haiti fora já visitado, antes dos Castelhanos ali arribarem, por homens brancos e barbudos, segundo confessaram os nativos de Cuba ao bispo Bartolomeu de las Casas, conforme narra na sua obra intitulada *História de las Índias*.

Mas já em 1452, posta de lado a falsa lenda da ilha das Sete Cidades, Diogo de Teive, escudeiro do Infante D. Henrique, e o castelhano Pero Vasco de la Frontera, tinham alcançado os bancos da Terra Nova, após passagem pelos Açores e cabo de Clear na Irlanda, tendo descoberto a “terra do bacalhau”. Segundo Jaime Cortesão, referido por Veríssimo Serrão, essa viagem fora ordenada pelo Infante D. Henrique, tendo como finalidade a descoberta da passagem do Noroeste para alcançar a Índia. A não divulgação dessa viagem, acrescenta-se, ter-se-á ficado a dever a *razões de sigilo* determinadas pela política oficial com vista a contrariar ambições de aventureiros e gananciosos, designadamente genoveses e castelhanos.

D. Afonso V, que dedicara particular atenção aos descobrimentos, procurou rodear a sua acção do necessário secretismo com vista a evitar cobiças de outros povos.

Haviam de obter-se documentos pontifícios que assegurariam à coroa portuguesa o senhorio dos mares e o exclusivo das terras descobertas e a des-

cobrir, excomungando quem ousasse navegar para além dos limites deixados livres pelos Portugueses e punindo severamente quem ousasse fazê-lo. O papa Nicolau V emite em 1454 a bula *Romanus Pontifex*, atribuindo a Portugal a posse dos mares e terras descobertas e a descobrir.

Desenvolve-se a construção naval, concedem-se privilégios aos armadores de caravelas consideradas os melhores barcos para cruzarem os mares, desenvolvem-se as técnicas da marinaria, recorre-se à prática das latitudes (a longitude havia de ser considerada mais tarde no Tratado de Tordesilhas), troca-se a navegação costeira pela navegação do alto mar, recorre-se a novos métodos de orientação pelas estrelas após a travessia do Equador.

E o mais importante é a assinatura do Tratado de Toledo em 06-03-1480.

2. Por este Tratado celebrado com Fernando e Isabel, reis de Castela e Aragão, contra a cedência por parte de Portugal das Canárias, reconheciam a D. Afonso V e seu filho D. João, o direito de posse sobre as ilhas descobertas ou a descobrir a sul daquelas Ilhas das Canárias no sentido da Guiné, conforme se extrai da seguinte passagem:

“y asy las islas de Cabo Verde y todas las islas que agora tiene descubiertas y qualesquiere otras islas que se hallarem o conquirieren de las islas de canaria para baxo, contra Guinea”.

Estava protegida a área de acção dentro da qual Portugal pretendia operar: o Atlântico Sul ao longo da costa ocidental de África e por extensão todo o Atlântico abaixo do paralelo das Canárias.

3. Em 1453 Maomé II, sultão dos Turcos (a quem o Infante D. Henrique enviara uma carta, em triplicado, para ficar certificado de que chegava ao seu destino, ameaçando-o e julgando-o inimigo de Deus), ocupou Constantinopla. Levantam-se sérios problemas quanto aos portos do Levante, dificultando o comércio das especiarias e encarecendo-as face às subidas dos impostos e aos assaltos de piratas e ladrões, designadamente sarracenos e turcos. Tornava-se imperioso descobrir outro caminho. Reforça-se então a ideia da possibilidade de viagens para Ocidente que pudessem levar às tão cobiçadas

especiarias.

Vivia em Florença um médico e astrónomo Paolo del Pozzo Toscanelli que, influenciado pelas ideias de Marco Polo, pensava na possibilidade de chegar à Ilha de Cipango situada a 625 léguas da Antília, que ele pensava ser a ilha das “Sete Cidades” dos Portugueses.

A viagem seria muito mais longe do que pelo Atlântico Sul, pois ele ignorava que pelo meio, isto é, entre a Europa e Cipango, existia um enorme continente (a América) e um extenso oceano (o Pacífico). D. Afonso V rejeitou o plano de Toscanelli elaborado por Colombo, mas reforçou a ideia, que já tinha, da existência de terras a Ocidente, pois o assunto não lhe era de todo desconhecido, mercê dos contactos que tinha com os cartógrafos italianos e também porque já se discutia a esfericidade da Terra.

Esta suspeita haveria de confirmar-se, anos mais tarde, com Fernão de Magalhães, que descobriu a passagem de Sudoeste (Estreito de Magalhães) ao realizar a primeira viagem de circum-navegação (1519 – 1522), completada pelo espanhol Sebastião del Cano.

Edrici, nascido em Ceuta em 1100, na sua obra “Recreio do que anseia percorrer os horizontes do mundo”, prevê a forma esférica da Terra. Embora praticamente desconhecido em Portugal, pode na sua época ser minimamente conhecida a sua ideia sobre a forma esférica da Terra. Mas como o saber era apanágio de um restrito número de privilegiados e as aventuras marítimas um anseio, é provável que tal principio ecoasse pelas cortes ibéricas.

O florentino conhecera em Roma o português Fernão Roriz ou Fernando Martins que aí vivia e a quem provavelmente teria exibido em Julho de 1459 um mapa que teria tomado de empréstimo a um tal Francesco Castellani, também florentino, mapa esse que teria servido de guia a Colombo para chegar à América. Embora esse mapa representasse a Terra como um plano segundo a antiga concepção bíblica do Mundo e embora tanto Toscanelli como Colombo concebessem já a sua esfericidade pelo conhecimento que tinham da *Imago Mundi* de D’Ailly, não é de rejeitar a hipótese da concepção das Índias a Ocidente.

4. O rei D. Afonso V declinara no seu filho, Príncipe D. João, o encargo dos feitos da Guiné e por carta régia de 06-04-1480 instituiu o regime do *mare clausum* a fim de reprimir o tráfico ilegítimo dos Castelhanos por essas paragens. Nessa carta determinava aos capitães dos navios portugueses enviados à Guiné pelo Príncipe D. João que se ali encontrassem “navios de qualquer gente de Espanha” ou outro país, os combatessem e, vencendo-os, não fizessem prisioneiros, antes fossem “logo todos deitados ao mar...para que a eles seja pena por atentarem fazer uma coisa tão defesa e vedada, e, aos que o ouvirem e souberem, bom exemplo” (Damião Peres).

No ano seguinte à feitura do Tratado de Toledo sobe ao trono D. João II que abraça com ardor e empenhamento a empresa dos descobrimentos, cujo conhecimento geográfico do Mundo se ampliara largamente, merecendo um lugar de destaque pelo impulso que deu à expansão portuguesa. E foi ele, no dizer de Garcia de Resende, o primeiro que ordenou o descobrimento da Índia.

Continua a “política de sigilo” e uma das provas reside no facto de fazer constar que os navios redondos que se dirigissem à Mina não reuniam as condições necessárias para regressarem devido às correntes; e para o provar ordenou que toda a pedraria, madeirama, cal, telha, pregaduras, ferramentas e mantimentos destinados à construção da fortaleza de São Jorge fossem embarcados em urcas velhas que depois seriam destruídas, fazendo-se crer e constar que o haviam sido por não suportarem as grandes correntes. Simultaneamente a esse artifício tomava juramento de sigilo às pessoas devidas, segredo esse que se manteve guardado durante a vida do rei.

O almirante Gago Coutinho, a propósito da figura de Gaspar Corte-Real, referia-se em sessão comemorativa do dia dos Corte-Real em 02 de Julho de 1932 na Sociedade de Geografia de Lisboa, à existência da *política de sigilo* de então, quando diz “que fazia-se segredo da navegação ocidental”. E acrescenta o esclarecido sábio das coisas náuticas que “era antiga a suspeita da existência de terras ao largo dos Açores, fundada não só na tradição, como também no testemunho de detritos vegetais

que as correntes marítimas do Gulf Stream para lá arrastavam” a partir do Golfo do México.

Esta política de sigilo teria levado ao desaparecimento intencional das fontes portuguesas sobre a expansão ultramarina do tempo, já que as melhores fontes estão, não em Portugal mas no estrangeiro, especialmente em arquivos aragoneses e maiorquinos. A este propósito diz Verissimo Serrão: “Jaime Cortesão defendeu uma ‘teoria de sigilo’ para demonstrar que houve da parte das esferas oficiais o desejo consciente de ocultar dos outros povos a marcha dos descobrimentos no tempo de D. Afonso V e D. João II”. E acrescenta V. Serrão: “Por ordem régia ter-se-ia procedido à voluntária mutilação e falseamento das crónicas, relatórios e cartas marítimas, a fim de evitar que esses segredos viessem a cair em poder dos castelhanos, genoveses e de outros países concorrentes no processo expansionista”. Embora não defenda na sua plenitude a posição de Cortesão não deixa, todavia, de afirmar “que o sigilo se reduziu à cautela própria das forças nacionais que procediam à abertura do Atlântico”.

O objectivo continua a ser alcançar a terra das especiarias pelo Oriente e guardar segredo quanto às possibilidades de ali se chegar rumando para Ocidente. Na impossibilidade de se fazerem as duas tentativas em simultâneo, o que implicaria a duplicação de ânimos, atenções e gastos, a opção seria escolher a viagem que levasse a uma economia de tempo, esforço e custos.

lam-se fazendo tentativas de recurso para suprir eventuais insucessos, preparando acção oportuna.

5. Em 03-03-1486 o rei português D. João II emite uma carta de doação a favor do flamengo Fernão Dulmo (aportuguesamento de Ferdinand van Olmen), capitão da Ilha Terceira, da concessão antecipada de “uma grande ilha, ou ilhas, ou terra firme per costa, que se presume ser a ilha das Sete Cidades”. Com a expressão “terra firme per costa” pretendia-se significar um continente. Porque a expedição se teria como muito dispendiosa Dulmo estabeleceu um contrato de parceria com o português João Afonso do Estreito, lavrado em Lisboa em 12-07-1486, que o rei havia de confirmar a 24 desse mesmo mês e ano. A expedição seria custea-

da por ambos numa viagem com a duração prevista de seis meses durante a qual a direcção da mesma pertenceria a Dulmo apenas durante os primeiros quarenta dias e o tempo restante a João do Estreito. A este concedia o rei as terras a descobrir durante a sua direcção da viagem o que representava, na opinião de Damião Peres, “indício claro das grandes esperanças com que entrava no pacto”.

Esta viagem, que deveria iniciar-se a 01 de Março do ano seguinte, nunca se soube se se realizou.

Pouco tempo depois, em 04-08-1487, o mesmo rei confere outra carta de doação a favor ainda de João Afonso do Estreito, escudeiro, morador na Ilha da Madeira, em termos semelhantes, o que bem justifica a forte convicção da existência de terras a Ocidente e a sua pertinácia em as alcançar.

6. Ainda no ano de 1487 partem em busca de informações sobre a Índia e de tudo quanto se relacionasse com o seu comércio, Fr. António de Lisboa e Pero Montarroio (ou Monte Arroio). Não foram além da Palestina. Por não dominarem a língua árabe regressaram. Viagem sem a devida preparação, votada ao fracasso. Refere João de Barros a este propósito que “não sabendo árabe, os emissários foram tomados de temor e, atingida Jerusalém, deram por finda a sua missão e regressaram” (Dec. I – Livro III – Cap. V).

Mas já antes, por volta de 1425, o Infante D. Henrique procurara obter informações sobre Preste João, algures no Oriente, supostamente nas Índias. Provavelmente soubera da sua existência através do arauto Covilhã que mandara à corte de Aragão, por onde passavam religiosos oriundos “das partes da Índia” que vinham visitar os santuários peninsulares, designadamente “el sancto cuerpo del bendicho Santjago de Galicia”. Desde então procura estabelecer contactos com Preste João através do reino de Aragão.

7. D. João II entrega o mesmo encargo a Pero da Covilhã e Afonso de Paiva. Partem ambos de Santarém a 7 de Maio de 1487 (antes de Bartolomeu Dias que partira em Agosto seguinte), passam por Barcelona e daqui dirigem-se a Rodes, alcançando o Egipto disfarçados de mercadores de mel.

Separaram-se em Adem no verão de 1488, tomando rumos diferentes. Afonso de Paiva dirigiu-se para a Etiópia, a lendária Terra do Preste João, príncipe cristão, e viria a falecer. Pero da Covilhã dirigiu-se à costa do Malabar. Visita Cananor, Calecute e Goa. Percorre a costa da Pérsia, demora-se em Ormuz. Muda de rumo descendo a costa de África até Sofala. Aqui tivera a oportunidade de colher informações sobre a ligação entre os dois oceanos.

Conforme combinado entre ambos, Pero da Covilhã dirige-se ao Cairo em fins de 1490 ou princípios de 1491. É informado da morte do companheiro pelos judeus Abraão de Beja e José de Lamego, entretanto enviados por D. João II. Recebe ordens para continuar nas investigações e das mesmas enviar notícias. Pero da Covilhã partiu de seguida para a Abissínia, onde foi bem recebido. Fixou-se neste país, tornando-se grande colaborador da Imperatriz Helena.

Pero da Covilhã, bem informado, dera preciosas informações sobre preços das especiarias, sua origem, navegações, etc.

Seguindo o pensamento de Gilberto Freire, in *O Luso e o Trópico*, acredita-se que se tenham extraviado documentos portugueses importantes para conhecimento da Geografia e Etnologia, mas também no que respeita à *política de sigilo*. É do mesmo autor esta passagem: “É possível que a chamada política de sigilo se tenha sacrificado mais de um estudo valioso, por portugueses do século XV ou do XVI, de coisas e valores tropicais ainda ignorados por outros europeus. Entre o material sacrificado a tal política, estaria a correspondência secreta de Pero da Covilhã com El-rei, quando em missão também secreta no Oriente e na África”.

8. Enquanto D. João II enviava “embaixadores” por terra entregava a Bartolomeu Dias uma esquadra de três caravelas, que partiram em Agosto de 1487. Levava ordens de descobrir a passagem por mar para a Índia e alcançar o Oriente. Entrara no Índico mas não lograra chegar à Índia. Talvez por isso se justifique o algum enfadamento por parte do monarca que o não recebera com a dignidade que o feito merecia e que dispensara a outros navegadores. Ou fizera-o intencionalmente para evitar se

alargasse o conhecimento de tão importante passagem para não chegar ao conhecimento de Castela como acontecimento final e decisivo.

Não se chegara às especiarias, mas estava-se próximo delas. E ultrapassara-se uma enorme barreira, pois estava vencido o *Tormentoso Monstro* que engolia barcos e devorava marinheiros. Fora dobrado o cabo que tantas tormentas provocara e ao qual o rei havia de mudar o nome para Cabo da Boa Esperança, porque abria as perspectivas de futura chegada à Índia por via marítima.

O *Gigante Adamastor*, finalmente, fora dominado e vencido.

Estava, pois, descoberta a Passagem de Sueste.

9. Entretanto António Leme, morador na Ilha da Madeira, afirmava que, tendo navegado numa caravela para Oeste daquela ilha, avistara três ilhas, hipoteticamente as Antilhas. Sobre esta experiência contou a Cristóvão Colombo, sem denunciar pormenores quanto ao rumo que levava.

10. Cristóvão Colombo, de origem genovesa, habituado a navegar no Mediterrâneo, convivera com marinheiros e navegara nos seus barcos; o seu irmão Bartolomeu executava globos e cartas geográficas, com quem naturalmente tomara conhecimentos sobre terras, ilhas e mares. Habituado às lides marítimas, possuidor de vastos conhecimentos, inclusive o de que, conforme afirma no seu diário de bordo da primeira viagem (1492-1493), “a maior parte das ilhas que são dos Portugueses foram descobertas seguindo o voo das aves”, sentia em si uma grande vocação para o mar e despertava-o a curiosidade de descobrir novas terras. Casara com uma filha de Bartolomeu Perestrelo, um dos descobridores da Madeira, de nome Filipa Moniz. Devia ter lido e ou ouvido falar sobre as viagens de Marco Polo e, influenciado por informações que obtivera, criara e alimentava a convicção de que, navegando para Ocidente, se chegaria a Índia e a Cipango (actual Japão) mais facilmente do que contornando a África.

Apresentada a sua proposta ao rei português em 1474, viu-a recusada. E porquê? Porque além de ambicioso era estrangeiro e tal estatuto não dignifica-

ria a coroa joanina no seu duplo sentido de dinastia e de rei.. Segundo Jaime Cortesão o rei não recusou a proposta, mas antes o proponente, acrescentando “Quanto ao plano – esse para D. João II não passava de uma velhacaria. Não tinha que aceitá-lo, nem que rejeitá-lo. Por certo havia sido, em anos anteriores, maduramente estudado. Dos próprios arquivos reais algum intermediário discreto fez chegar às mãos de Colombo um documento, onde esse plano era exposto por certo geógrafo florentino, a pedido de D. Afonso V”. Todavia, em 1485, conseguiu apoio junto dos Reis Católicos que lhe proporcionaram três embarcações.

Logrou alcançar êxito ao atingir a ilha de São Salvador nas Bahamas em 12-10-1492, passando por Cuba (ou Juana) e Haiti (ou Hispaniola), onde construiu uma fortaleza.

Morreu convencido de que chegara às Índias Ocidentais ou “Índias de Castela”. Teria alcançado a América Central, ou, mais propriamente, as Caraíbas.

Pouco depois do regresso da sua viagem foi chamado à corte por D. João II, em Vale do Paraíso, próximo de Azambuja, com quem, aliás, mantivera sempre bom entendimento. Informa-o o rei português de que as terras que descobrira lhe pertenciam por direito próprio e por essa razão as iria reclamar junto da corte castelhana.

Convém, todavia, referir dois aspectos interessantes. Refere-se um, conforme o próprio Colombo narra no seu Diário de bordo no dia 06 de Setembro, que soubera de três navios de Portugal que pretendiam detê-lo, quando da sua passagem pelas Canárias, devido ao ressentimento do rei português por se ter colocado ao serviço de Castela. O outro respeita ao registo que faz no dia 19 de Fevereiro do ano seguinte, quando no seu regresso aportava na ilha de Santa Maria nos Açores, onde o capitão da mesma, Juan Castañeda, o pretendia aprisionar. Soltos, depois de ameaças e conversações, alguns dos homens de Colombo que aquele detivera, este escreve no Diário que se o tivessem detido “nunca lhe teriam devolvido a liberdade porque o capitão dizia que o rei seu senhor assim o ordenara”.

Há estudiosos que defendem que Cristóvão Colombo era um agente secreto ao serviço de D. João

II e fora orientado para esta viagem a fim de desviar as atenções de Castela do Atlântico Sul. Outros entendem, v. g. Luis de Albuquerque, apesar de considerarem Colombo como uma figura universal, que foi *involuntário* o seu descobrimento da América. Outros ainda negam a sua prioridade de contacto com o continente americano. A este propósito se transcreve uma passagem de um artigo publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (Maio-Outubro - 1933, 51ª Série - N.ºs. 5 a 10) subscrito por João de Almeida, intitulado “Notas à margem sobre a descoberta do Brasil” que diz o seguinte: “Pelos documentos apresentados pelo Sr. João de Freitas ‘O descobrimento pré-columbiano da América Austral pelos portugueses’ (Revista Lusitana, N.º 9, de Abril de 1926), demonstra-se que em 1492 foi construída uma igreja junto à fortaleza da Feitoria de Pernambuco – o que prova que os portugueses deveriam ter ali aportado uns anos antes”.

Estava aberto um conflito entre Portugal e os Reis Católicos que culminaria no Tratado de Tordesilhas.

11. D. João II, que trazia na mente o domínio de todo o Atlântico Sul numa interpretação extensiva do Tratado de Toledo, não se conformou com as descobertas de Colombo. Como reacção e numa atitude de força mandou preparar ostensivamente uma armada que sob o comando de D. Francisco de Almeida (futuro vice-rei da Índia) deveria proceder à ocupação das terras descobertas por Colombo.

A esquadra, todavia, não chegou a partir.

Os Reis de Castela, rivais de D. João II, sabedores do propósito e tenacidade do monarca português e receosos da sua actuação, propõem negociações, intervindo o doutor Pero Dias e Rui de Pina como representantes de Portugal. Destas negociações nada resultou de positivo. Talvez os Reis Católicos pretendessem apenas ganhar tempo. E tanto assim, que logo após o regresso de Colombo, enviaram a Roma o Bispo de Cartagena, D. Fernandino de Carvalho, solicitando do poder espiritual a confirmação dos novos descobrimentos. Não seria difícil a obtenção do desejado uma vez que o Papa Alexandre VI pertencia à família espanhola dos Bórgias.

12. A Igreja emite com data de 03-05-1493 subscrita pelo papa acima referido a bula *Inter Caetera*, que dividia o mundo em duas partes, através de uma linha a 100 léguas a Ocidente de Cabo Verde ou dos Açores, para além da qual tudo seria pertença de Castela.

Portugal já havia conseguido antes da cadeira pontificia a concessão de todo o Oriente. Abria-se, agora, uma corrida para alcançar as especiarias: as Molucas. Portugal pela passagem de Sueste, Castela pelo Ocidente.

13. Todavia, o rei português não se conformou nem acomodou, nem deu grande atenção à bula pontificia. Preferiu negociar directamente com os Reis Católicos. Recusou uma embaixada que estes lhe enviaram, respondendo com outra constituída por Rui de Sousa e seu filho João de Sousa, o licenciado Aires de Almada, corregedor da corte, e Estevão Vaz como secretário.

Após complicadas negociações acertou-se a assinatura de um tratado em 07-06-1494, que ficaria conhecido por Tordesilhas, nome da cidade onde fora negociado.

Joaquim Verissimo Serrão afirma que "Num quadro puramente cronológico no âmbito do valioso Tratado, não é possível negar que naus portuguesas tenham aportado ao Brasil antes de 1494."

Esse tratado, assentando, embora, na ideia inicial concebida por Alexandre VI em dividir o planeta ao meio, desviou a linha divisória para o meridiano que passava a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde. Ficava a convicção de que no hemisfério norte aquem dessa "raia" nada ficava a Portugal, razão pela qual os Reis não auxiliavam viagens destinadas a essas paragens, abandonando à Espanha as terras mais longínquas. A preclara visão de D. João II, iludindo Roma e frustrando Castela, reservava para Portugal os seus três grandes objectivos:

1. o acesso ao arquipélago das Molucas que tao disputado viria a ser entre os dois povos peninsulares por ser a fonte das especiarias e que Castela tanto ambicionava;

2. preservava o Atlântico Sul que pela passagem de Sueste levaria não só a Índia como também àquele cobiçado arquipélago; e

3. defendia as terras a Ocidente do Atlântico Sul, onde se situavam as tão procuradas terras que haviam de ficar para sempre na História com o nome de Brasil.

Portugal ficava, assim, com a mais importante e mais rica parte do Mundo: o ouro da Mina, o ouro de Sofala, as especiarias do Oriente e, mais tarde, o pau brasil e as pedras preciosas das Terras de Vera Cruz.

E porque se havia já chegado à Guiné o Rei de Portugal, D. João II, tomaria o titulo de *Senhor da Guiné*.

D. João II tratou logo de pôr em prática o Tratado. O primeiro passo foi preparar uma esquadra que demandasse a descoberta efectiva do caminho marítimo para a Índia. Não lograra tal intento, pois falecera a 25-10-1495.

Caberia tamanha ventura ao seu sucessor.

14. Por D. João II não ter deixado sucessor directo ao trono, pois o único filho que tivera, D. Afonso, morrera em 1491, de desastre por ter caído de um cavalo na Ribeira de Santarém, sucedeu-lhe seu primo e cunhado D. Manuel, que continuou na senda dos seus antecessores em 'dar novos mundos ao mundo', no ideal cristão de dilatar a Fé e no propósito pátrio de alargar o Império, espalhando o nome de Portugal pelos quatro cantos do globo. E também procurando riquezas que suportassem os empreendimentos marítimos e recompusessem o erário real.

A frota preparada pelo seu antecessor entregara-a ao comando de Vasco da Gama, que parte de Lisboa a 08-07-1497, atravessa a passagem de Sueste, arriba a Moçambique, Mombaça e Melinde e chega a Calecute a 20-05-1498.

Ora, em Melinde, onde arribara em 14-04-1498, Vasco da Gama, na narração que faz ao Rei da Cidade, a pedido deste, refere, conforme canta o grande épico nos *Lusiadas* (V 14):

"Já descoberto tínhamos diante,
Lá no novo hemisfério, nova estrela,
Não vista de outra gente, que, ignorante,
Alguns tempos esteve incerto dela."

O novo hemisfério era o continente sul do Atlântico Ocidental, i. é, a América do Sul, ou mais precisamente o Brasil, e a nova estrela o Cruzeiro do Sul. Podemos aventar, embora com reserva, que ao Camões colocar na boca do Gama tal afirmação, pressupunha o seu conhecimento sobre a existência dessa região do globo (independentemente de os *Lusíadas* terem sido publicados em 1572; o grande épico, sempre bem informado como decorre dos pormenores da sua obra e provavelmente não ignorando o conteúdo da Carta de Pero Vaz de Caminha apesar de esta só ter sido conhecida em 1773 quando descoberta por José Seabra da Silva e publicada em 1817), não repugna aceitar que a deusa Tethys vaticinasse, na sua imaginária ilha, em fala com o Gama, a próxima grande proeza da descoberta não só da América do Sul como do Brasil, como ressalta das seguintes passagens de *Os Lusíadas* (X – 138-140):

“Mas é também razão que, no Ponente,
Dum Lusitano um feito inda vejais

Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
Parte também, co pau brasil nota;
De Santa Cruz o nome lhe poreis;
Descobri-la-á a primeira vossa frota”

Três previsões se contêm nesta passagem: as viagens para Ocidente, a existência do pau brasil que havia de originar o topónimo Brasil e o descobrimento, que ocorreria logo, quando da primeira próxima viagem.

A 10-07-1499 regressa a Lisboa Nicolau Coelho na Berrio; entre aquela data e 29-08-1499 chega João de Sá na São Gabriel; e a 08-09-1499 chega Vasco da Gama, a quem é dispensada uma triunfal recepção. Demorara-se nos Açores, onde enterrara o irmão Paulo da Gama.

A Europa estava ligada ao Oriente, abria-se nova rota para as especiarias. Cumpria-se uma das previsões.

O monarca português perante retumbante sucesso adopta o pomposo título de *Rei de Portugal e dos Algarves de aquem e de além mar, em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Co-*

mércio da Etiópia, Arábia, Persia e Índia.

15. Mas no entretanto, ou melhor, em 1498, enquanto a armada de Vasco da Gama trilhava o salso mar do Índico, D. Manuel mandava Duarte Pacheco Pereira a

“descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, donde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o polo ártico... é achada esta terra não navegada pelos navios de Vossa Alteza e, por vosso mandado e licença, os dos nossos naturais. E, indo por esta costa sobredita, do mesmo círculo equinocial em diante, per vinte e oito graus de ladeza contra o polo antártico, é achado nela muito e fino *brasil*, com outras muitas cousas de que os navios nestes reinos vem grandemente carregados”

(Esmeraldo de Situ Orbis, I Parte, Cap. II)

Alguns investigadores entendem que chegara à Terra Nova, outros defendem que ao Brasil, sendo o seu primeiro descobridor.

Dominado pela mesma crença da existência de terras a Ocidente o veneziano residente em Inglaterra, João Cabotto, empreende duas viagens. Em Maio de 1497 parte de Bristol rumando para o Norte a partir da Irlanda e depois para Oeste. Deve ter alcançado os mares do Norte e depois uma região que refere ter clima temperado. Não viram gente, mas sinais dela como armadilhas de caça e uma agulha de fazer redes de pesca. No regresso a Inglaterra, depois de uma viagem de três meses, afirmam ter avistado duas ilhas a estibordo, criando a convicção de terem alcançado as “Sete Cidades”. No verão de 1498 empreende nova viagem, na sequência da anterior, por ordem de Henrique VII, mas não em navios seus, com a pretensão de alcançar a ilha de Cipango, que supunha situar-se na zona equatorial e era assaz rica em joalheria e especiarias. Segundo carta de Pedro de Ayala, Embaixador em Londres, tinha em vista descobrir as ilhas do Brasil e de Sete Cidades.

Todavia, nunca se soube verdadeiramente por onde andou nem o que viu ou descobriu.

16. Com a chegada de Nicolau Coelho toma D. Manuel conhecimento, em primeira mão como se diria hoje, da grande proeza e não perde tempo. Dois dias depois, ou seja, a 12-07-1499, mesmo antes do regresso de Vasco da Gama, dirige uma carta aos Reis Católicos, Fernando e Isabel, seus sogros por duas vezes, pois casara primeiro com D. Isabel, viúva de seu sobrinho Afonso filho de D. João II, e em segundas núpcias com sua cunhada D. Maria, também filha dos Reis de Castela, notificando-os de que

“por hum dos capitaens que a nós a esta cidade ora he chegado, ouvemos; que acharão e descobriram a Yndia, e outros Regnos, e Senhorios a ella Comarquãos; e entraram e navegaram o mar della, em que acharão grandes Cidades, e de grandes edificios, e ricos; e de grandes povoaçoens; nas quais se faz todo o trauto da especiarya, e de pedrarya”

Mas não se ficava por aqui. Manifestou ainda o propósito de levar a esses povos a fé de Cristo, um dos pilares que presidiam à expansão do Império:

“e faça muito serviço de Deos em serem convertidos e inteiramente confirmados, ser azo de destruyção dos mouros daquelas partes”

Os mouros tinham de ser convertidos à força, tal como fizera com os judeus prestes a emigrar, obrigando-os a baptizarem-se e a obterem o estigma de *cristãos-novos*.

Um outro aspecto que ressalta dessa carta é a sua posição de supremacia:

- económica, uma vez que também informava das riquezas dos reinos e senhorios descobertos;
- de poder, porque, como descobridor e conquistador, dominava a maior parte do mundo conhecido de então;
- política, porque senhor pleno e absoluto da maior parte das gentes desse mesmo mundo; e
- financeira, pela possibilidade de encher os seus cofres e arrojarem-se em grandes empreendimentos marítimos e na construção de grandes monumentos.

Como as descobertas e conquistas estavam envoltas de um cariz religioso e a Europa submissa ao poder espiritual da Igreja de Roma, era imperioso dar conhecimento também à Igreja. Pretendia cimentar o seu poderio por banda do Oriente para se concentrar na descoberta do Ocidente.

Para consolidar a sua posição escreve uma carta ao Papa Alexandre VI e outra ao Colégio dos Cardeais, através do cardeal protector em Roma, D. Jorge da Costa, o Alpedrinha, com dois objectivos fundamentais:

- dar conhecimento da chegada à Índia pelos Portugueses, descrevendo pormenorizadamente “as cousas daquellas terras ora achadas”;

- solicitar de Sua Santidade “nova aprovação e outorga dello na melhor forma que parecer”

Conseguida a aprovação papal retiraria a Castela qualquer propósito de domínio sobre aquela área do globo.

A carta dirigida aos Reis Católicos não consta dos arquivos de Espanha. As cartas enviadas ao Santo Padre e ao Colégio dos Cardeais também não constam dos arquivos do Vaticano. Deficiências de arquivo, arquivo especial de confidentiais que ainda não perderam o carácter de secretismo, ignoradas em arquivos particulares ou simplesmente destruídas para não diminuir a soberba de Castela perante a Europa ou, ignorando-se o evento, poder actuar como se nada tivesse acontecido?

O que não deixa de ser estranho e absurdo é o desaparecimento simultâneo de três cartas que, curiosamente, visavam todas o mesmo assunto. Se alguém tinha interesse no seu desvio, não seria com certeza o rei português.

O certo é que estava oficialmente livre o caminho do Oriente. Uniam-se dois oceanos (Atlântico e Índico), aproximavam-se três continentes (Europa, África, Ásia). Abria-se o caminho à civilização moderna de que Portugal foi seu pioneiro e grande obreiro, dando novos mundos ao mundo com base no saber de experiência feito.

Faltava descobrir o caminho do Ocidente.

III. Achamento/Reconhecimento

17. Tratou imediatamente D. Manuel de aprestar nova esquadra. Oito meses depois, ou, se se quiser ser mais rigoroso, oito meses menos um dia, de tomar conhecimento por Nicolau Coelho do acesso à Índia pelo Sueste, entregava o comando da mesma a Pedro Álvares Cabral, a quem, de certo, incumbiria de duas importantes missões:

- confirmar o direito de ocupação das terras orientais, impor o seu domínio na região, combater os mouros e apoderar-se de todo o comércio: o direito de ocupação que fora documentalmente justificado com as comunicações escritas a Castela, Papa e Colégio dos Cardeais, tinha que ser materialmente comprovado com a presença efectiva nas terras descobertas e a descobrir;

- descobrir oficialmente o Atlântico Sul, dando assim realidade ao projecto que desde os seus antecessores vinha guardado na mente do Rei, embora com conhecimento restrito de confidentes. Fora, de facto, um segredo bem guardado.

Em 09-03-1500 parte a armada composta por 13 navios, distribuídos por naus e caravelas, dos quais 11 eram pertença do rei, um do mercador florentino Bartolomeu Marchioni e outro de um fidalgo português. Levava consigo experimentados marinheiros: Bartolomeu Dias e o seu irmão Pero Dias (ou Diogo Dias como alguns pretendem), Nicolau Coelho, Gaspar de Lemos, Luis Pires (que se havia de perder por alturas de Cabo Verde regressando a Lisboa), Pero de Ataíde por alcunha o *Inferno*, Pero Escobar, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira e o fidalgo Sancho de Tovar no comando da sota capitânia, entre outros. A tripulação era constituída por 1500 soldados, segundo Damião de Góis ou por 1200 pessoas na afirmação de João de Barros. Dez dos navios levavam regimento de se dirigirem a Calecute e os restantes a Sofala. Pretendia o monarca português estabelecer relações directas com a Índia, sem a intermediação dos comerciantes árabes e venezianos, para assegurar o tráfico das especiarias e outros produtos exóticos.

Em 14 de Março avistam a Grã Canária e a 22 aportam à Ilha de São Nicolau, em Cabo Verde. Tomam rumo para Ocidente, seguindo de perto a

rota de Vasco da Gama, sem que aconteça qualquer tempestade, atravessam o Equador sem problemas e a 21 de Abril seguinte descortinam terra firme.

No dia seguinte, 22 de Abril, Quarta-feira, depa-ram com um monte redondo da Serra dos Aimorés, a que chamariam de Pascoal por estarem no tempo litúrgico do Oitavário da Páscoa e a 23 fazem abordagem seguida de reconhecimento local. Os nativos mostraram-se esquivos. Como se concluísse não haver a necessária segurança a frota levantou ferro, rumando para Norte, junto à costa. Descobrem numa angra um porto mais abrigado onde se sentiram seguros. Ficou baptizado de Porto Seguro. Presentemente denomina-se Cabrália.

Estavam, de facto, descobertas as terras do Ocidente. Concretizava-se o sonho dos Reis de Portugal e dos Portugueses; confirmavam-se as suspeitas da existência de terra firme para as bandas ocidentais do Atlântico Sul; resultara em pleno a deslocação do meridiano das 100 para as 370 léguas a leste de Cabo Verde. Portugal situava-se no centro do Mundo, tendo à sua frente a África, à esquerda as Índias Orientais e à direita o Brasil, i. é, envolvia o globo num grande e fraterno abraço, unindo sob a mesma bandeira uma sociedade plurirracial dentro da sua diversidade de usos e costumes. Dava-se início ao século de ouro português, abriam-se as portas ao Renascimento e o rei português havia de cognominar-se de *Venturoso*, pois ao grande feito do descobrimento do caminho marítimo para a Índia juntava agora o achamento do Brasil.

Deram à região o nome de *Terras de Vera Cruz*, não só em homenagem à cruz que ali levantaram, como ainda por estarem próximo do dia da Invocação da Cruz que a Igreja Católica celebra no dia 3 de Maio. Mais tarde D. Manuel havia de alterar o nome para *Terras de Santa Cruz*. Como o principal produto comercializado era uma madeira, de casca encarnada lembrando as brasas do lume (Damião de Góis chama-lhe *pau brasil*), passou a chamar-se primeiro *Terras do Brasil* ou mesmo *Terras do Pau Brasil* e posteriormente em 1503 apenas BRASIL.

Até hoje.

Um anexo ao Roteiro de Álvaro Velho, baseado em informações que Gaspar da Gama lhe forneceu, refere que “Nesta terra (reino de Tenasserim ou

Tenacar) há muito *brasil*. Também Marco Polo informa sobre a existência de *pau brasil* na província de Locae e nos reinos de Lambri e Coilum.

18. Cumprindo a tradição da cultura cristiana no dia 26 celebram a primeira missa nessa angra. Era Domingo de Pascoela e foi celebrante Frei Henrique Soares, de Coimbra. No primeiro dia de Maio, Sexta-feira, a missa passa a ser celebrada “acima do rio, contra o sul”, tendo-se erigido para o efeito um altar debaixo de uma frondosa árvore. É erigida uma cruz de madeira com as armas reais. Era o padrão que titulava a integração de uma *provincia* na coroa dos reinos de Portugal. Denunciava e impunha o direito de posse efectiva, segundo os cânones da época, e os demais povos, designadamente Castela, deviam reconhecer esse direito de posse plena.

O padrão é um símbolo ligado ao poder temporal traduzindo perpetuidade, mas também ligado ao poder espiritual porque encimado por uma cruz: dois poderes e, conseqüentemente, duas sujeições, reunidos num único elemento. Os padrões que os Portugueses levantavam pelos espaços por onde passavam e que, necessariamente ocupavam, revestiam-se de vários significados:

- sob o ponto de vista técnico serviam como pontos de referência à navegação marítima tal como os faróis de hoje;
- sob o ponto de vista geográfico identificavam um ponto fixo num determinado lugar da Terra;
- sob o ponto de vista religioso, quando encimado por uma cruz, em regra a de Cristo, traduzia a expansão do Cristianismo, um dos principais motivos que presidiam às descobertas;
- psicologicamente enchia de orgulho o Homem português, ousado e indómito, capaz de enfrentar *as lendas do mar tenebroso*, arrojado perigos e vencer contrariedades;
- historicamente traduzia o encontro de povos num determinado momento da vida dos Homens;
- culturalmente punha em contacto civilizações com graus de evolução tecnologicamente bastante diferenciados;
- sob o ponto de vista político denunciava presença, posse, domínio, constituindo um direito de

propriedade;

- sob o ponto de vista jurídico legalizava o poder, que, segundo o direito consuetudinário da época, atribuía direitos de posse ao descobridor e posteriormente ao ocupante.

Mas também podia traduzir um sinal de amizade como o que ficou existindo entre os elementos da armada, ou melhor, entre os Portugueses e os nativos que acabavam de contactar, justificado com as boas relações que entre ambos os povos se patentearam. Dois elementos importantes a considerar: excelente receptividade de parte a parte e o exercício do *Dom*, i. é, dádiva, como forma de prestações e contra-prestações, a que Marcel Mauss chamou de *sistema de prestações totais*.

Os nativos devem ter ficado simplesmente curiosos pelo que viam, estarecidos pelo que não compreendiam, espantados pelo que não entendiam. Imaginemos um povo vivendo ainda na Idade da Pedra ver-se, num repente, na presença de uma enorme armada, constituída por grandes navios a deslizar por sobre as ondas do mar, muita marinheira e marinheiros, gente vestida dos pés à cabeça, exibindo armas potentes, uma enorme gentiaga movendo-se, agitando-se, gritando, circulando no mar e em terra, uma tremenda confusão em contraste com a sua vida simples, pacata, serena, despreocupada.

“A gente desta provincia – diz Damião de Góis – é baça, de cabelo preto, comprido e corredio, sem barba, de meã estatura; são tão bárbaros que nenhuma coisa creem, nem adoram, nem sabem ler, nem escrever, nem têm igrejas, nem usam imagens, de nenhum género, ante as quais possam idolatrar, nem têm lei, nem peso, nem medida, nem moeda, nem Rei nem senhor, obedecem somente àqueles que na guerra que têm uns contra os outros, são mais valentes, e destes fazem cabeça, enquanto não cometem covardia: andam nus e se alguns se cobrem são os nobres, com vestidos de penas de papagaio e outras aves de diversas cores, tecidos com fio de algodão...comem pão feito de umas raízes brancas (mandioca), não têm vinhas, mas fazem vinho de milho...”

Todavia, os nativos gostaram do encontro, pasmados pela surpresa, receosos pela novidade, es-

quivos com gente de outra cor, acabaram por entrar em cena.

Assistiram à missa sem que este acto representasse alguma coisa para si, de olhos estarecidos perante tão complexo cerimonial que tal prática encerra, jamais pensando que a hóstia sagrada representava o corpo de um Homem que se sacrificara pela salvação da Humanidade e que, afinal, ali se deslocara para os salvar também, e que o vinho representava o sangue desse Salvador. A sua estranheza havia de alterar-se com a missionação de almas generosas que muito contribuíram para a sua emancipação, como os jesuitas Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, José de Anchieta, António Vieira e o padre Fernão Cardim, entre muitos outros.

E num gesto de simpatia, de reverência, mas também de inocência, imitam os Portugueses beijando a cruz acabada de levantar. Enquanto uns a beijavam por convicção, outros faziam-no por imitação, acabando por aceitar o primeiro traço cultural que os havia de marcar para todo o sempre. Até ao presente como povos amigos, irmãos, solidários, com profundos traços culturais comuns.

O cruzeiro tinha as armas reais, simbolo da autoridade, da força, da justiça, do poder. Simbologia ignara para quem as via pela primeira vez, mas que futuramente os converteria em súbditos, como aqueles que acabavam de conhecer. Se a História se processa, realiza e desenvolve à volta de uma figura central, que eles não possuíam nem conheciam, passavam a integrar essa História porque já tinham um Rei e um Senhor. Na trilogia *Lei, Rei e Grei* encontrariam o bálsamo da civilização, uma outra civilização, como se não tivessem já tudo isso, integrando a sua própria civilização.

Os Destinos da História!

19. Vamos abrir um parêntesis para recorrermos a mais uma possível prova do conhecimento secreto da existência do território onde ficava o Brasil.

Em 30 de Julho de 1514 o português Estêvão Fróis fora aprisionado nas Antilhas pelos Castelhanos acusado de ter efectuado descobrimento de terras que pertenciam a Castela. Fixados na costa junto ao Cabo de Santo Agostinho foram atacados

pelos indigenas, vendo-se obrigados a refugiarem-se em Porto Rico. Aqui são presos e conduzidos para São Domingos, onde os processaram e submeteram a tormentos. Escreve então a D. Manuel rogando intercessão para a sua defesa, pois alegara, e disso estava perfeitamente convencido, que o fizera por serem terras pertencentes a Portugal, pois ali haviam estado primeiramente os Portugueses, entre eles um tal João Coelho. Ora, a costa do Brasil aparece num mapa de 1504 de Vesconte de Maiollo, guardado em Fano, Itália, com a designação de “Terra de Gonçalo Coelho”.

Falta saber quando este Gonçalo Coelho por ali apareceu pela primeira vez. Era cosmógrafo e em 1501 fora mandado por D. Manuel como capitão-mor de uma armada composta por seis naus, com destino à Índia, mas escala pela América do Sul. Transportava colonos e a obrigação de explorar as terras e portos daquela região e estudar os hábitos e costumes dos indigenas. De quanto apreendeu, escreveu uma *Descrição do Brasil* que no seu regresso ofereceu a D. João III, por entretanto ter falecido D. Manuel. Lamentavelmente essa obra ficou inédita. Mas não se pode deixar de considerar este facto como um elemento contributivo também para se admitir a presença portuguesa por aquelas paragens antes do reconhecimento de Cabral, apesar de o mapa ter data posterior à sua chegada.

A corroborar o facto há a salientar que Gonçalo Coelho fora um agente ao serviço de D. João II no Sudão. E porque não havia de ter estado também nas terras do Ocidente?

20. A armada deixa o Brasil a 2 de Maio: Pedro Álvares Cabral ruma às Índias Orientais e envia de regresso Gaspar de Lemos como fiel depositário de duas cartas dirigidas ao monarca português, dando-lhe conhecimento da grande descoberta que havia de ficar na História com letras de ouro como o *Achamento do Brasil*.

O seu sonho tornara-se realidade, comprovando as vantagens da sua política de sigilo. Havia, efectivamente, terras a Ocidente no Atlântico Sul, habitadas por “gente limpa, gorda e formosa que não pode ser mais”, no dizer do seu primeiro cronista.

O território estava ocupado e a implantação de

um cruzeiro com as armas reais justificava a posse, institucionalizava o poder e identificava o seu soberano. O território ficava ocupado com quatro Portugueses: dois grumetes e dois degredados (dos vinte que levava), um dos quais dando pelo nome de Afonso Ribeiro. E transporta também para o reino “um dos da terra”.

O embarque deste nativo a ser presente a El-rei, traduz várias funções:

- constituía prova perante o monarca de que, realmente, haviam arribado à costa das Terras do Ocidente, situadas no Atlântico Sul, comprovando o seu reconhecimento de facto;

- era a produção da prova material que acompanhava a prova escrita traduzida nas cartas, que podia ser exibida quer perante as entidades oficiais portuguesas ou perante os estrangeiros, provas que não poderiam ser refutadas face à evidência apresentada, quer directa quer reflexivamente;

- aprenderia a falar português para futuramente servir como língua;

- seria utilizado como instrumento diplomático junto do seu povo, facilitando o contacto pessoal, a fixação espacial, e, enfim, a posse efectiva e definitiva;

- mas acima de tudo facilitaria a aculturação e futura assimilação das gentes autóctones.

O reconhecimento da costa continuou no sentido norte com Gaspar de Lemos a caminho de Lisboa.

Entre 1501 e 1505 sucedem-se as viagens de exploração no sentido da costa meridional, distinguindo-se Américo Vespúcio (de cujo nome se não formaria o topónimo América como vem sendo entendido, mas sim de *Americua*, região da América Central, hoje Nicarágua, onde viviam as tribos dos *Americos*), André Gonçalves, Gonçalo Velho e Fernão de Noronha. Em 1502 a coroa concede a este Fernão de Noronha ou Loronha a exploração e comércio da costa brasileira pelo período de três anos (1502-1505), com a obrigação de descobrir 300 leguas de costa em cada ano. Descobriu uma ilha a que pôs o seu nome, que permaneceu até ao presente. Em 1503 Gonçalo Coelho continua a exploração para o sul chegando a descer para além do actual Rio de Janeiro. A exploração, ocupação e desenvolvimento continuaram nos anos

seguintes, embora as atenções se tenham voltado, inicialmente, mais para o Oriente.

As cartas de que Gaspar de Lemos era portador, uma fora escrita pelo Bacharel Mestre João, cosmógrafo, físico e cirurgião do rei, e a outra por Pero Vaz de Caminha.

Da carta de Mestre João (de seu nome João Faras, segundo Sousa Viterbo) destacamos a seguinte passagem respeitante à descoberta:

“Quanto Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapamundi que tem Pero Vaz Bisagudo, e por aí poderá ver Vossa Alteza o *sítio desta terra*; mas aquele mapamundi não certifica esta terra ser habitada ou não; é mapamundi *antigo*, e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina; ontem quase entendemos por acenos que esta era ilha e que eram quatro, e que de outra ilha vêm aqui almadias a pelejar com eles e os levam cativos”.

Sublinhados nossos para salientar o facto de o Brasil ser já conhecido ao ponto de constar em mapamundi, embora ignorando-se ser habitado (e por largas centenas de grupos indígenas diferentes). A Mina, ou mais precisamente a Costa da Mina, fora descoberta em 1469 por Fernão Gomes.

O termo Bisagudo era sobrenome de Pero Vaz da Cunha, fidalgo da corte de D. João II.

Mestre João fora o primeiro cosmógrafo a ser surpreendido pela constelação a que se chamaria Cruzeiro do Sul e que, passado o Equador, substituiu a Estrela Polar na orientação dos navegantes. Além de Bacharel em Artes e Medicina, era também piloto; e parece poder deduzir-se da sua carta que fora encarregado por D. Manuel I como o principal responsável pelas observações astronómicas no decurso da viagem. Traduziu para espanhol a obra de Pomponius Mela, chamada *Cosmografia*, da qual existe um manuscrito na Biblioteca da Ajuda em Lisboa.

A carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro cronista do Brasil, é um documento de rara beleza etnográfica, histórica e até literária que tem merecido e ha-de continuar a merecer a atenção de imensos analistas, críticos e investigadores. Nela se narra tudo quanto um espírito grandemente observador

e altamente perspicaz conseguiu, num brevíssimo espaço de tempo, absorver da cultura dos índios Tupiniquim.

Duas culturas de cariz muito diferentes entram em contacto dando início a um processo de aculturação, sem dúvida demorado e complexo, mas que não deixou de ser útil para ambos os interventores. Todavia,

- os nativos tinham a pele *parda*, contrastando com homens de pele *branca*;

- de um lado um povo na Idade da Pedra, nómada ou semi-nómada, que nem ainda conheciam os metais; do outro uma nação com uma tecnologia assaz avançada;

- de um lado um povo simples sem classes; do outro uma sociedade altamente hierarquizada e centralizadora;

- enquanto uns “andam todos nus, sem vergonha alguma”; outros bem arroupados e de vergonhas bem resguardadas;

- de um lado a “inocência é tal que a de Adão não seria maior”; na outra concupiscência e o respeito humano;

- aos índios que vivem à base do que a Natureza lhes dá, opõe-se uma sociedade que vive na competição para sobreviver económica e socialmente;

- de um lado um povo que apenas precisa de disponibilizar três a quatro horas por dia para suprir a sua subsistência, aproveitando o tempo disponível para fumar, dançar, conversar, fazer amor, dedicando-se às mais diversas formas de lazer, contrastando com uma nação prenhe de deficiências e precariedades, injustiças e perseguições;

- a uma cultura onde não existe a propriedade privada, vivendo em regime comunitário, opõe-se um sistema individualista de propriedade pessoalizada, economicista, orientada para o lucro, a competitividade e a exclusão;

- enquanto de um lado a solidariedade é um elo fundamental na coesão do grupo, no outro reina o egotismo e o etnocentrismo;

- às moças tão bem feitas e tão redondas e com suas vergonhas tão graciosas, às mulheres de Portugal fariam inveja vendo-lhes tais feições por não terem as suas como elas;

- de um lado as mulheres andam igualmente

nuas, são bem feitas de corpo e trazem os cabelos compridos, em contraste com as mulheres portuguesas que vestiam segundo o figurino europeu;

- este povo não pratica a agricultura, não conhece a domesticação de animais, vive à base da colecta de frutos, da caça e da pesca, mas não padecem de fomes, misérias ou privações;

- de um lado gente que não conhece os metais, cortando a madeira e os paus com pedras feitas como cunhas metidas em um pau por entre duas talas, que se espanta perante a complexa ferramentaria dos seus visitantes;

- os índios vivem em pequenos grupos compartilhando o espaço e a casa colectiva; os portugueses vivem em aglomerados que vão das aldeias às cidades, cada família vivendo em casa independente;

- apesar de não praticarem a agricultura nem a domesticação de animais, base da alimentação dos europeus, “andam tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos”.

E tantas coisas mais que se não registam para não enfadar. O que se pretende com esta enumeração é estabelecer o contraste entre culturas com profundas diferenças quanto à sua vivência e às concepções que cabe em cada uma quanto ao mundo e à vida, aos bens materiais e espirituais e às pessoas. Povos de tecnologia simples vivendo em contacto directo e permanente com a Natureza, numa dependência determinista, mas feliz segundo os seus costumes e tradições, sem competição nem egoísmos, em comunhão de ideias e bens. À medida que as tecnologias evoluem as sociedades complexificam-se, maximalizando os seus interesses, dando lugar a confrontos e ansiedades numa luta constante pela vida, já que as disponibilidades não correspondem às necessidades. E sempre que estas são preenchidas abre-se lugar a novas exigências.

Duas correntes de opinião se geraram quanto ao *Achamento* do Brasil e que ainda se não encerraram por completo. Uma, atribui a sua descoberta à *acidentalidade*, a dar crédito à teoria do acaso expressa pelo autor das Lendas da Índia, Gaspar Correia, justificando-se com o facto de que alguma tempestade ocorrida durante a viagem obrigasse a

armada a desviar-se da sua rota previamente definida. Ora, como durante a viagem não se registaram *acidentalidades* atmosféricas ou outras, tal tese cai por ausência de fundamento. Outra, porém, defende com justificadas razões, como nos parece termos exposto acima, que a descoberta fora *intencional e consciente*, devidamente preparada, tendo subjacente um plano devidamente elaborado, cuidadosamente posto em prática. Abraça esta corrente Veríssimo Serrão ao afirmar que os historiadores são concordes em que Cabral seguiu uma orientação determinada para proceder à exploração de uma zona geográfica de que havia suspeitas, pois aquelas paragens eram já conhecidas dos Portugueses, cuja divulgação convinha evitar, pois se pretendia dominar o Atlântico Sul, tendo em vista a chegada à Índia num primeiro plano e, posteriormente, avançar para Ocidente na expectativa do retumbante êxito que acabava de acontecer.

Desta forma surge uma terceira hipótese, a da *oportunidade*, ou seja, havendo já conhecimento da existência de terras a Ocidente só agora era oportuno e pertinente dar a conhecer a sua verdadeira e real existência. E daí não se tratar nem de descobrimento, nem de achamento, mas sim de *reconhecimento*.

Estava feito o reconhecimento oficial do *Grande Brasil* que, durante mais de três séculos, havia de integrar o Império Colonial Português e que, após um grito lançado das margens do Ipiranga, em 07 de Setembro de 1822, por um Regente que se transformava em Imperador, surgia pela segunda vez, em letras de ouro, na História da Humanidade, mas agora com um estatuto diferente e a divisa *Ordem e Progresso*.

E muito pacificamente.

*

O reconhecimento oficial da Independência do Brasil só viria a concretizar-se em 15 de Novembro de 1825 por D. João VI.

Segundo J.P. Harrington, referido por Mircea Eliade, os Ixareyavs eram os povos míticos que habitaram a América antes da chegada dos índios. (V. O

Mito do Eterno Retorno, Mircea Eliade, Ed. Perspectivas do Homem/edições 70, p.48).

Bibliografia

Bibliografia principal – a dos autores referenciados no texto.

Relatório de Actividades da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses 2008

Em 2008 foram concluídas as obras de reparação e impermeabilização das coberturas e das paredes das antigas capelas do lado da Epístola da Igreja do Carmo, onde se encontram actualmente expostas as colecções de Pré- e Proto-História e das épocas Romana e Islâmica. Estas obras acabaram por ter que ser realizadas a expensas da AAP, após vários anos de iniciativas junto da DGEMN, do IPPAR e do IGESPAR, no sentido de que essas obras fossem realizadas a expensas do erário público, como sempre tinha acontecido desde o século XIX. É certo que a sua realização representa um enorme esforço financeiro, mas a mesma foi considerada indispensável, para salvaguardar o acervo do Museu e para impedir o encerramento por tempo indeterminado de duas das cinco salas de exposição permanente, pois a manutenção do Museu constitui uma das obrigações estatutárias, além de ser essencial para se poder manter em pleno funcionamento a sede associativa.

No que respeita ao Museu Arqueológico do Carmo (MAC) foi instalada uma nova sinalética retroiluminada na parte descoberta, que permitirá o alargamento do período diário de abertura ao público. Prosseguiu-se ainda com o inventário informatizado e a reorganização das reservas, nos reduzidos espaços disponíveis, tarefas que se encontram praticamente concluídas. Intensificou-se também a acção do Serviço Educativo, que abrangeu já 3.250 pessoas. Verificou-se ainda um acréscimo no número total de visitantes, tendo-se atingido os 74.852, o que constitui um máximo absoluto. Embora 88,44% dos visitantes tenham sido estrangeiros, verificou-se um ligeiro acréscimo dos visitantes portugueses, que passaram de 9,55% em 2007 para 11,56% em 2008, o que se deve em grande parte ao serviço educativo.

Retomando a tradição de realização de eventos de carácter cultural nas Ruínas do Carmo, a Direcção organizou, no dia 17 de Maio, no âmbito do Dia Internacional dos Museus e da Noite dos Museus, um concerto de música de câmara, com Solistas da Nova Orquestra Filarmónica de Lisboa. Promoveu-se ainda um espectáculo de dança experimental, pelo Grupo ECO, especialmente concebido para este espaço, o qual se revestiu de muito interesse, no mês de Julho, a que se seguiu a realização de 22 representações do espectáculo de teatro intitulado “Vieira - Entre a Terra e o Céu”, pela Companhia do Teatro D. Maria II, as quais decorreram sempre com casa cheia, nos meses de Julho e Agosto. A realização de uma Gala de Ópera, em 4 de Outubro, organizada pela EGEAC, integrada no programa “Música nas Praças”, à qual assistiram cerca de 600 pessoas, constituiu também um assinalável êxito. Finalmente, já no mês de Novembro, esteve patente na parte descoberta do Museu uma exposição de fotografias de grande qualidade, da autoria de Ângelo Lucas, intitulada *Ghost in the Shadows*, que constituiu um importante motivo de atracção, num período em que, de um modo geral, se verifica um decréscimo de visitantes. A Direcção não pode, porém, deixar de lamentar a reduzida participação dos consócios nestas actividades, apesar de as mesmas terem sido oportunamente divulgadas, e de bastar um telefonema para garantir a reserva de lugares, que eram gratuitos para os sócios da AAP, nos termos contratuais.

No que concerne à actividade associativa, a Direcção, na sequência de experiências anteriores de colaboração com outras associações de defesa do património e de profissionais deste sector, decidiu integrar, como membro fundador, a recém-criada Plataforma pelo Património Cultural (PP-Cult), com o objectivo de estimular o debate público e de se constituir como interlocutor junto das entidades responsáveis, nomeadamente do Ministério da Cultura, para que se encontrem formas de superar a profunda crise que se vive actualmente no sector.

A Direcção deu ainda continuidade aos contactos com o Comando Geral da GNR no sentido de se estreitar a colaboração entre o Museu Arqueológico do Carmo e o futuro Museu da Guarda Nacional Republicana, e de se conseguirem novos espaços para o nosso Museu, no âmbito do protocolo de cooperação assinado no dia 25 de Abril de 2007. Estabeleceram-se também contactos com a Câmara Municipal de Lisboa com o objectivo de se acompanhar o projecto de remodelação da zona envolvente do edifício histórico do Carmo, e de evitar que o mesmo venha a prejudicar as acessibilidades e a visibilidade do Museu Arqueológico do Carmo.

Importa referir que, no ano que agora finda, se verificou um aumento significativo da actividade das Secções e Comissões, o que é a prova de que a AAP está viva e actuante. No que respeita a publicações, este ano foi lançado o volume 56-57 da *Revista Arqueologia & História*, que tem como tema principal os 10 anos da descoberta da Arte do Côa. Este volume, com nova concepção gráfica, está à disposição de todos os sócios com as quotas em dia na sede associativa.

Em 2008 foram admitidos seis novos sócios. Infelizmente, há que assinalar também o súbito falecimento do nosso prezado consócio António Ramos Baptista, Vice-Presidente da Comissão de Estudos Olisiponenses, o que constitui uma grande perda para a AAP.

Apesar da realização das obras acima referidas e de uma redução significativa das receitas provenientes da cedência do espaço para eventos de carácter social e empresarial, reflectindo já a profunda crise económica mundial, graças ao aumento significativo do número de visitantes e à contenção das despesas correntes, conseguiu-se manter o indispensável equilíbrio financeiro, bem como algumas reservas, que permitirão à AAP amortecer os efeitos da referida crise. Será, no entanto, necessário continuar a aumentar o número de visitantes portugueses, nos próximos anos, bem como encontrar outras fontes de rendimento, que compensem a previsível redução dos visitantes estrangeiros, e da realização de eventos, pois não será possível reduzir mais as despesas, sem comprometer o normal funcionamento da AAP e do MAC.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2008

Presidente da Direcção

José Morais Amaid

Relatório de Actividades da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses 2009

A actividade associativa manteve em 2009 o seu bom ritmo, quer através das Secções de Pré-História e História, quer da Comissão de Estudos Olisiponenses, a cujas iniciativas a Direcção tem procurado dar o melhor apoio. A mais recente dessas actividades, foi a realização, no passado mês de Novembro, de um Colóquio, organizado por essa Comissão, sobre “D. Nuno Álvares Pereira Guerreiro e Santo”, o qual se revestiu do maior interesse.

Para assinalar a Noite dos Museus, a AAP decidiu aderir ao programa “O Chiado está na Moda”, iniciativa conjunta das Juntas de Freguesia dos Mártires e do Sacramento, tendo-se realizado dois concertos de

música clássica nos dias 16 e 17 de Maio, em colaboração com a Orquestra Metropolitana de Lisboa e com a Academia dos Amadores de Música, sem quaisquer encargos para a AAP, os quais suscitaram o maior interesse entre as centenas de pessoas que visitaram o museu nessa noite.

Com o objectivo de retomar a tradição de realização de espectáculos de natureza cultural ao ar livre, durante os meses de Verão, a Direcção decidiu ceder o espaço da nave da antiga igreja para a realização de uma série de 11 espectáculos de teatro musicado, com uma peça baseada no “Cancionero Gitano”, de Federico Garcia Lorca, no mês de Julho, os quais, apesar de pouco rentáveis do ponto de vista financeiro, constituem uma excelente forma de promover o nosso Museu, junto do público português. Na realidade, a cedência de espaços para a realização de eventos de natureza cultural, apesar de menos rentável em termos financeiros, não só é mais adequada a natureza do espaço da antiga Igreja, que constitui um cenário de grande beleza e dramatismo, como permite o funcionamento normal do Museu, durante o período em que há maior procura por parte dos visitantes nacionais e estrangeiros. Conseguiu-se, assim, apesar da crise económica, atingir em 2009 os 82.585 visitantes, o que constitui um aumento de 10,11% em relação aos 75.000 visitantes de 2008.

O Serviço Educativo desenvolveu também uma actividade considerável, realizando 161 visitas para crianças, jovens e adultos, as quais abrangeram 3497 visitantes, o que representa um acréscimo de 8% em relação a 2008.

O ano de 2009 foi marcado por uma série de eleições, para o Parlamento Europeu, em Junho, para a Assembleia da República, em Setembro, e para as autarquias, em Outubro. Tendo em consideração a situação de descalabro generalizado em que se encontra actualmente o património cultural em geral e o arqueológico em particular, e as dificuldades crescentes que os arqueólogos sentem no exercício das suas actividades, no âmbito da administração pública, das autarquias, das universidades ou das empresas, uma das preocupações fundamentais da direcção da AAP foi procurar sensibilizar a classe política para os problemas que afectam o sector, e para a necessidade de encontrar soluções para os mesmos. Nesse sentido, decidiu-se convidar os representantes de todos os partidos políticos com representação parlamentar a fazerem-se representar num Debate público, o qual teve lugar no auditório do Museu Arqueológico do Carmo, no dia 17 de Setembro.

Esse debate foi o único que se realizou no âmbito do património cultural e mesmo da política cultural, durante as várias campanhas eleitorais que marcaram este ano. Enquanto, como era de esperar, o representante do Partido Socialista procurou defender as medidas adoptadas pelo Governo de José Sócrates em relação ao património, os representantes dos partidos da oposição foram unânimes em criticar a ausência de uma política coerente neste domínio, a aplicação do PRACE, da qual resultou a desarticulação e paralisação dos serviços da administração central na área do património, bem como a desmotivação da maior parte dos funcionários, com graves prejuízos para a acção normativa e fiscalizadora do Estado neste domínio. Foi ainda criticada a falta de investimento neste sector, de que resultou o abandono dos principais monumentos arqueológicos que haviam sido objecto de acções de valorização durante a vigência do anterior governo do partido socialista, e a completa ausência de dialogo com os agentes culturais. Em relação ao complexo de arte rupestre do vale do Côa, foi ainda criticado o recente anúncio, feito pelo proprio Ministro da Cultura, de que a gestão do recém construído Museu de Arte Rupestre do Vale do Côa, já concluído mas ainda não inaugurado, iria ser entregue a uma sociedade anónima em que participariam quatro ministerios, varias autarquias locais, e ainda entidades privadas, defendendo todos os partidos da oposição que o Ministerio da Cultura não pode de modo algum alienar a gestão directa de um museu que

deve ser o elemento dinamizador do único conjunto arqueológico do território português classificado como Património da Humanidade pela UNESCO.

No dia 28 de Dezembro a Direcção foi recebida, a seu pedido, pela Senhora Ministra da Cultura e pelo Senhor Secretário de Estado da Cultura, a quem expôs uma longa série de questões relacionadas com a defesa e valorização do património arqueológico, as quais foram objecto de uma animada troca de pontos de vista, reabrindo, assim, as perspectivas de um retomar do diálogo entre esta Associação e a tutela do Património Cultural. Um relato circunstanciado dessa audiência foi oportunamente divulgado entre os nossos consócios e a comunicação social, podendo ser consultado no blogue da nossa Associação, "A Tribuna do Carmo", criado por iniciativa do nosso consócio Rui Gomes Coelho.

Em 2009 a AAP retomou a sua política de publicações, editando o *Pequeno Grande Guia do Museu Arqueológico do Carmo*, da autoria das nossas colaboradoras Rita Santos, que escreveu os textos, e Costanza Biso, que fez as ilustrações, e ainda a obra *A Imagem de um Rei - análise do túmulo de D. Fernando I*, da autoria da nossa consócia e antiga conservadora do Museu, Doutora Carla Varela Fernandes, um estudo monográfico de uma das principais obras que integram o acervo.

Neste ano deram entrada na Biblioteca, como ofertas ou permutas, 85 livros e revistas, e foram admitidos 4 novos sócios.

A terminar, a Direcção agradece a todos os nossos funcionários e colaboradores o empenho demonstrado no cumprimento das suas funções, bem como a todos os consócios que participaram nas actividades associativas, contribuindo assim para o prestígio e o engrandecimento da nossa Associação.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2009

Presidente da Direcção
José Morais Arnaud



Arqueologia & História